

ANAIS

1º COLÓQUIO

PPGH - UEPG

HISTÓRIA, CULTURA
E IDENTIDADES

DIAS

29 E 30 DE SETEMBRO

E 1 DE OUTUBRO

DE 2021 <<<

>>> Evento Online

PPGH
UEPG

UEPG
Universidade Estadual
de Ponta Grossa



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Coordenação Geral

Luis Fernando Cerri
Alessandra Izabel de Carvalho



Realização

Programa de Pós-Graduação stricto sensu em História
Núcleo de Pesquisas Memória, Cultura e Natureza
Núcleo de Pesquisas em Didática da História
Núcleo de Pesquisas em História e Religião
Núcleo de Pesquisas em Estudos de Gênero
Núcleo de Pesquisas em História Intelectual
Núcleo de Pesquisas em História e Imagem

Apoio

Departamento de História
Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

COMISSÃO ORGANIZADORA



Alessandra Izabel de Carvalho
Luis Fernando Cerri
Edson Armando Silva
Erivan Cassiano Karvat
Robson Laverdi
Eduardo Leite Lisboa
Ana Flávia Barboza Garcia
Guilherme Weiber
Mariana de Sá Gaspar
Micheli Rosa
Renato Schnell Jr.

COMISSÃO CIENTIFICA

Edson Armando Silva (PPGH)
Georgiane Garabely Heil Vázquez (PPGH)
Luis Fernando Cerri (PPGH)
Maria Paula Costa (PPGH/ Unicentro)
Robson Laverdi (PPGH)
Rosângela Wosiack Zulian (PPGH)
Patrícia Carla de Melo Martins (PPGH)
Alessandra Izabel de Carvalho (PPGH)
Claudio Luiz Denipoti (PPGH/ UEL)
Erivan Cassiano Karvat (PPGH)
Marco Antonio Stancik (PPGH)
Maria Julieta Weber Cordova (PPGH)
Niltonci Batista Chaves (PPGH)
Patrícia Camera Varella (PPGH)
Evelyn Roberta Nimmo (PPGH)
Carmen Lúcia de Salis (UNICENTRO)
Andréa Mazurok Schactae (IFPR)
Ilton César Martins (UEPG)
Joseanne Marinho (UESPI)
Rosângela Petuba (UEPG)
Névio de Campos (UEPG)

ARTE

Ana Flávia Barboza Garcia

DIAGRAMAÇÃO E EDITORAÇÃO

Micheli Rosa

REVISÃO

Micheli Rosa

Luis Fernando Cerri

Alessandra Izabel de Carvalho

C719 Colóquio do PPGH - UEPG (1: 2021, Ponta Grossa-PR)
Anais eletrônicos do 1º. Colóquio do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa: História, Cultura e Identidades, 29/09 a 01/10 de 2021. Luis Fernando Cerri; Alessandra Isabel de Carvalho (Coord.). Ponta Grossa: PPGH-UEPG, 2021.

ISBN: 978-65-00-43927-4

<https://www2.uepg.br/ppgh/coloquio-do-ppgh/>

1. Pesquisa histórica. 2. História regional. 3. História - teoria. 4. História - metodologia. 5. História - ensino. I. Universidade Estadual de Ponta Grossa – Programa de Pós-Graduação em História. II. Cerri, Luis Fernando (Coord.). III. Carvalho, Alessandra Isabel de (Coord.). IV. T.

CDD: 907

Ficha Catalográfica elaborada por Maria Luzia F. B. dos Santos – CRB9/986

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SUMÁRIO



SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 1

| | |
|--|----|
| Representações e apropriações de livros didáticos de história: estudantes de Guarapuava (PR) em foco de análise – Mariana de Sá Gaspar..... | 9 |
| Considerações e históricas e teóricas para o estudo de práticas e representações no Mosteiro da Ressureição (Ponta Grossa-PR) – Luiz Ricardo Pauluk..... | 19 |
| As representações equestres além das estátuas: arte de rua, simbologia e poder – Priscila Mocelin Lara..... | 26 |

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 2

| | |
|--|----|
| “Ad dexteram Dei”: A liga eleitoral católica no contexto pré-conciliar (1955-196), uma abordagem a partir do caso ponta-grossense – Ricardo Gonçalves Enguei..... | 35 |
| De Quem é água? Percepções sobre a privatização da água á luz do filme Mad Max: Fury Road (2015), de George Miller – Caroline D. Rosa..... | 47 |
| Nem tudo que acaba tem final: continuidade da sociedade de cultura artística Brasília Itiberê em ponta grossa (PR) - Isabele Fogaça de Almeida..... | 55 |
| A transformação da transformação da agricultura paranaense no processo de fomento da indústria na década de 1970: dos cafezais às lavouras diversificadas – Juliane R. S. Moreira..... | 66 |

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 3

| | |
|--|-----|
| Ditadura Brasileira: os usos da memória na construção de narrativas antidemocráticas nas postagens em grupos do Facebook – Rogério Anderson Silva..... | 75 |
| Pornografia e História: relações de poder, gênero e performance na contemporaneidade – Elize Fadel..... | 85 |
| O sacerdote de éris a serviço da ordem: a trajetória intelectual de Emir Calluf na Curitiba pós 64 – Ana Flávia Barboza Garcia..... | 96 |
| Identidades sem terras: MST em Quedas do Iguaçu - PR (2004-2014) – Barbara Nagae..... | 106 |
| Museu imigrante holandês (Arapoti-Paraná): relações entre comunidade e seu acervo – Lorena Zomer..... | 116 |

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 4

| | |
|--|-----|
| História, legitimidade e revisionismos – Fardin Gustavo Anzuategui..... | 125 |
| Negação da maternidade: práticas de infanticídio e aborto na comarca de Guarapuava em 1920 a 1970 – Micheli Rosa..... | 133 |
| O jornal de umbanda e a formação de uma identidade religiosa umbandista no Brasil dos anos 1950 - Bruno dos Santos Grube..... | 141 |
| Invenção ou história de uma região? Os campos gerais na historiografia de José Carlos Veiga Lopes - Paulo Henrique Taufer..... | 150 |
| A relação entre ficar e sair: jovens e a permanência no campo no contexto das lutas pela terra no assentamento Pirituba/SP – Giovana R. Martins..... | 161 |



SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 5

| | |
|--|-----|
| As equipes multidisciplinares e as representações construídas sobre as questões indígenas na escola (2015-2019) – Hélia Nogueira Ferreira Motta..... | 170 |
| Relações em conflito: as tensões russo-ucranianas analisadas a partir do Chliborob – Henrique S. Vitchmichen..... | 180 |
| A Construção da Comunidade ético-religiosa dos imigrantes poloneses da colônia Santa Bárbara-PR - Karina Vanessa Albano..... | 190 |

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 6

| | |
|--|-----|
| Análise do gosto e confiança em metodologias de ensino de história: aspectos teóricos e estatísticos - Almeida, Karine de Fatima..... | 201 |
| Uma proposta narrativa de feminismo por meio da literatura: notas preliminares – Mariana Barbosa de Souza..... | 210 |
| A bruxaria presente nas páginas de Discoverie of Witchcraft (1584), de Reginald Scot - Thais S. Osga..... | 217 |
| O Retrato de Dorian Gray (1891): crítica à sociedade vitoriana e recepção da obra de Oscar Wilde - Witor B. Lopes..... | 226 |
| Expedições científicas e a natureza Antártica: percepções e sensações em meio a imensidão gelada – Renato Ricardo Schenell Junior..... | 236 |

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 7

| | |
|---|-----|
| Interesse dos jovens na história da América Latina em meio à pandemia – Ariana B. Fuentes | 246 |
| A pandemia de AIDS nas páginas da revista Manchete durante os anos 1980 e 1990 – Frederico Renan Hilgenberg Gomes | 254 |
| The Forerunner: feminismo, eugenia e maternalismo político (1906-1916) – Luana A. Santos | 266 |

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

| | |
|---|-----|
| A situação hídrica de Ponta Grossa: dos arroios ao abastecimento de água – Thiago Luiz Bohatch..... | 276 |
| Entre bichas e bofes: o auê das palavras no jornal Lampião da Esquina (1978- 1981) – Alisson Gonçalves | 285 |



SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 8

| | |
|--|-----|
| O Diário de Anne Frank em quadrinhos: análise das dimensões estética e cognitiva – Mirielen Machado Rodrigues..... | 295 |
| A representação do capítulo XII do apocalipse na obra imagética de William Blake (1780-1824) – Guilherme Weiber..... | 304 |
| Entre machados e esqueletos: a literatura de horror machadiana do séc. XIX – Matheus Menarim Moers..... | 315 |
| As vozes e esferas ocultas dos migrantes mineiros no norte do Paraná: análise de fontes orais sob a perspectiva de Paul Thompson – Isabelle Muraro Gonçalves | 323 |
| A pecuária nos Campos Gerais: análise da delimitação estabelecida entre desenvolvimento socioeconômico e bem-estar animal – Lauren Silva..... | 333 |

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 9

| | |
|---|-----|
| Representações e apropriações sobre a história da África e cultura afro-brasileira por estudantes do Ensino Fundamental de Guarapuava -PR – Edson Willian da Costa..... | 342 |
| A maternidade não chegou, e daí? a ausência do maternalismo em Teresina-PI na década de 1970 – Thayná Guedes Assunção Martins..... | 352 |
| “Jogando com os deuses”: direito e magia no período arcaico do direito romano (VIII A.C –II A.C) – Lucas Otávio Boamorte..... | 362 |
| Processo de povoamento em torno da região do Alagados em Ponta Grossa (PR), de 1911 a 1955 – Willian Mateus Lisboa | 372 |
| O nascimento da sociedade bicéfala: império e papado no ocidente latino (séc. IV-IX) – Eduardo Leite Lisboa | 384 |
| Breve discussão sobre o tratamento da fotografia no campo da história: os casos da oralidade e das informações subjetivas do fotógrafo – Grasielle Aparecida Santos Silva..... | 394 |
| Entre o Dogma e a Razão: os círculos intelectuais anticlericais, o clero paranaense e a questão feminina na imprensa curitibana e ponta grossense (1901- 1920) - Débora do Rocio Pacheco Da Silva | 403 |
| O impacto da extensão rural na implementação da Agroecologia nos sistemas tradicionais de erva-mate da região Centro-sul do Paraná por meio das ações das instituições IAPAR, EMATER E AS-PTA -Brenda Carolina Busato Rotter..... | 413 |
| "Encontro do popular e a política cultural": transformações e permanências dos reisados na cidade de Meruoca-CE (2003-2021) - Alana Maria de Lima Barros... | 424 |
| Congada da Lapa: um estudo sobre a trajetória oral passada de geração em geração pela família Ferreira ao longo do século XX - Mauro Sérgio Souza Pinto | 434 |
| O drama da fazenda Fortaleza: as relações entre História e Literatura no romance de David Carneiro (1941). Thiago de Paula..... | 445 |

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 1

REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES DE LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA: ESTUDANTES DE GUARAPUAVA (PR) EM FOCO DE ANÁLISE



Gaspar, Mariana de Sá¹

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A pesquisa em desenvolvimento, apresentada neste texto, busca analisar as representações e as apropriações de livros didáticos de História por estudantes do Ensino Médio de um colégio público estadual do município de Guarapuava, Paraná, se inserindo no campo de investigação da Didática da História. Compreendendo que os livros didáticos são objetos culturais presentes nas escolas públicas de todo o país, cabe investigar quais os usos e as significações que os/as estudantes, sujeitos centrais do processo de ensino e de aprendizagem da História escolar, estabelecem com esses materiais. Para tanto, na análise e discussão das fontes, serão empregados os conceitos de representação e apropriação do historiador Roger Chartier. As fontes da pesquisa consistem em dados coletados no ano de 2019 por meio do “Projeto Residente: observatório das relações entre jovens, história e política na América Latina”; questionários respondidos de forma objetiva e dissertativa pelos/as estudantes; e entrevista com a professora dos/as participantes. Estas últimas, foram coletadas em 2021. Serão utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa para a análise das fontes.

1. Livros didáticos como “objetos culturais”

Segundo Bittencourt (2008), os livros didáticos consistem em “objetos culturais”, conhecidos e familiarizados pelos/as brasileiros/as e fortemente utilizados nas aulas de História, assumindo diferentes funções. Segundo a autora, possuem possibilidades e limitações e, portanto, através de pesquisas é possível compreender tais aspectos. Levando em consideração esta perspectiva, busco analisar os usos e as significações atribuídas aos livros didáticos de História por estudantes do Ensino Médio de um colégio público do município de Guarapuava, Paraná.

Conforme Choppin (2004), os manuais escolares são caracterizados como “ferramentas pedagógicas” de difícil definição, haja vista que a sua função pedagógica, embora seja a mais evidente, não é a única, bem como são diversos os fatores que compõem a complexidade de tais materiais. São mercadorias que atendem à indústria cultural, sendo a principal fonte de lucro de editoras detentoras de capital internacional. Atendem aos currículos e à tradição das disciplinas escolares, sendo produzidos conforme os critérios estabelecidos por meio do PNLD (Programa Nacional do Livro e do Material Didático), política pública brasileira responsável pela compra, avaliação e

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

distribuição gratuita dos materiais para os/as estudantes e professores/as. Além disso, dependem dos usos empreendidos por seus/as consumidores/as, especialmente nas instituições escolares.

Nos últimos anos, o PNLD tem sofrido alterações. Conforme Soares e Oliveira (2019), o Decreto nº 9099/2017 revogou o Decreto nº 7084/2010, o qual formalizava o PNLD como uma política pública, modificando o processo de avaliação dos materiais, realizado por meio do PNLD, ficando estabelecido que “As comissões e as equipes de avaliação passam a ser recrutadas a partir das conveniências do Ministério e de ações diversas” (MIRANDA; ALMEIDA, 2020, p. 25-26). Nesse sentido, é nítido o retrocesso em relação ao processo de avaliação das obras inscritas no PNLD, haja vista que a avaliação das mesmas, realizadas por comissões de especialistas, foi um processo incorporado a partir do desenvolvimento de melhorias no programa ao longo dos anos. Essa modificação na avaliação dos livros, para Miranda e Luca (2020), relaciona-se diretamente aos interesses ideológicos da bancada evangélica e de movimentos como o Escola Sem Partido, que ascenderam no cenário político nacional.

O decreto também determinou a possibilidade de escolha dos livros didáticos não somente por escola, mas por grupo de escolas ou para toda a rede de ensino. Diante disso, o estado do Paraná optou pela escolha de um único livro para o Ensino Fundamental, por componente curricular, para toda a rede estadual. Isso representa em grande medida a limitação da autonomia docente na política de escolha dos materiais, pois essa é “uma questão política e torna-se um ponto estratégico que envolve o comprometimento do professor e da comunidade escolar perante a formação do aluno” (BITTENCOURT, 2008, p. 298).

Além disso, é fundamental enfatizar que as alterações no PNLD estão em consonância com a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e, no caso do Ensino Médio, com a reforma do Novo Ensino Médio. A BNCC, enquanto um documento normativo, produzido em meio a vários conflitos, conforme Ramos (2018), apresenta uma tendência mecanicista para a educação, fazendo do/a professor/a um/a agente de aplicação de currículos e livros didáticos, sendo limitado/a pelas determinações do documento, cuja versão final, em grande medida, perpetua uma História tradicional, dificultando práticas na realidade escolar que se aproximam das discussões contemporâneas sobre o ensino de História.

Conforme o Decreto de 2017, o PNLD deve estar em relação de apoio à BNCC. Nesse sentido,

Daí em diante, modifica-se estruturalmente o sentido do Programa Nacional para o Livro Didático, na medida em que se preconiza um livro como instrumento de aplicabilidade da BNCC. Volta-se ao lugar do livro como mero instrumento didático. Um retrocesso de décadas (MIRANDA; LUCA, 2020, p. 26).

Nesse sentido, compreendendo os/as estudantes como sujeitos centrais do processo de ensino e de aprendizagem escolar e, tendo em vista que todo o processo de elaboração, produção, escolha e distribuição dos livros didáticos se destina, em tese, a atendê-los/as, esta pesquisa visa analisar as relações estabelecidas entre esses sujeitos com os livros didáticos, materiais que vêm sendo alvo de discussões e modificações significativas no Brasil.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Embora sejam necessários estudos a respeito das legislações, programas e dos próprios livros didáticos, as significações atribuídas a estes materiais por seus/as receptores/as é fundamental para compreender as diferentes relações e influências dos livros. Conforme Garcia (2013):

É preciso tomar os materiais como tema de investigação, seja pelas dimensões do programa nacional, seja pelas transformações ocorridas nos livros ao longo dos últimos quinze anos; ou, finalmente, pelo pouco que se sabe sobre a forma como os livros se inserem na vida escolar, se e como afetam o ensino e, especialmente, como afetam a aprendizagem dos alunos (GARCIA, 2013, p. 96).

Especialmente a relação entre os materiais e os estudantes carecem de maiores investigações, principalmente no Ensino Médio, haja vista a importância que os livros didáticos têm no ensino de História e na cultura histórica. Como levantado por Silva (2018), as pesquisas que se preocuparam com a temática livros didáticos de História e Ensino Médio, representam apenas 14% dos trabalhos sobre os materiais. Ainda mais incipientes são as pesquisas que relacionam os livros didáticos do Ensino Médio com as significações e usos feitos pelos/as estudantes.

É nesse sentido que a problemática desse trabalho foi pensada, a fim de compreender como estudantes do Ensino Médio representam e apropriam os livros didáticos de História. Além disso, a escolha por investigar esse público recai no fato de que o Ensino Médio é a última fase da escolarização básica. Cabe compreender como essa especificidade se relaciona com as significações e os usos dos livros e como a experiência ao longo do percurso escolar com os materiais, influencia os sentidos que os/as estudantes atribuem a esses objetos.

Desse modo, o objetivo central da investigação consiste em analisar as representações e as apropriações dos livros didáticos de História entre estudantes do Ensino Médio. Os objetivos específicos se voltam para a análise das definições e significações construídas pelos/as estudantes sobre os livros didáticos de História; as formas de utilização e as funções desempenhadas pelos livros didáticos de História a partir da perspectiva dos sujeitos participantes; a importância atribuída pelos/as estudantes para os livros didáticos de História, enquanto objetos culturais; e as relações entre as concepções dos/as estudantes e da professora sobre os materiais.

Para tais análises, as fontes utilizadas consistem em dados do “Projeto Residente: observatório das relações entre jovens, história e política na América Latina”¹, coletados em 2019, por meio de questionários respondidos por estudantes do Ensino Médio; questionários respondidos de forma dissertativa e objetiva em 2021

¹ Coordenado por Luis Fernando Cerri, o projeto trata-se de uma pesquisa que conta com a participação de membros de diferentes países e instituições da América Latina, relacionado às demandas principalmente de Teoria e Didática da História (além de outros campos de pesquisa), a partir da coleta de dados entre estudantes e professores/as de História. O projeto é inspirado no projeto europeu *Youth and History*, desenvolvido na década de 1990, que tratou da investigação de temáticas envolvendo consciência histórica, cultura histórica e cultura política, aprendizagem histórica e ensino de História entre jovens de 15 anos de idade de vários países, a partir da aplicação de um questionário. O Projeto Residente, desenvolvido desde 2017, é o terceiro desenvolvido por Cerri e demais pesquisadores/as, sendo posterior ao projeto “Os Jovens diante da História” (2007-2010) e “Os Jovens e a História no Mercosul” (2011-2016) (CERRI, 2018, p. 7-14).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

pelos/as estudantes colaboradores/as da pesquisa; e entrevista semiestruturada com a professora dos/as estudantes, realizada em 2021.

A pesquisa tem como recorte o município de Guarapuava (Paraná) e, mais especificamente, um colégio da rede pública estadual de ensino. A escolha limitada a uma localidade e a uma escola se relaciona com a necessidade de compreender as particularidades culturais dos sujeitos investigados e das aulas de História, o que permite uma análise mais focada.



2. Referencial teórico-metodológico da investigação

O contato com os livros didáticos se constitui como uma cultura de significações, recepções e práticas a partir de seus usos e, portanto, se relaciona com os modos de constituição social, maneiras de estudar, de trabalhar, de ensinar, de aprender, repletos de memórias, valores e sentidos. Portanto, o livro didático se constitui como um objeto cultural e memorial. É carregado de sentidos construídos historicamente e socialmente, sendo ressignificado por seus/as consumidores/as. Se relaciona com a cultura escolar e a cultura histórica, com as relações de poder entre Estado, mercado, instituição escolar e docente-estudante.

Além disso, embora as obras didáticas sejam, em muitos casos, utilizadas fortemente nas escolas, bem como haja uma série de imposições externas referentes ao que se deve aprender e ensinar na disciplina de História, a forma de recepção e ressignificação atribuída pelos sujeitos perante tais materiais e normativas, podem ser diferentes e estão sujeitas às suas particularidades e especificidades, sendo ressignificadas por esses. Afinal, história não se consome somente na escola, mas em diversos meios, onde emergem conflitos de identidade e de memória, que por sua vez, influenciam na história escolar². É importante compreender o que os/as estudantes pensam sobre os livros didáticos e como articulam no seu cotidiano tais concepções.

Nesse sentido, a análise das significações e dos usos dos livros didáticos de História por estudantes, proposta por esta pesquisa, têm como embasamento as discussões empreendidas pelo historiador Roger Chartier, através dos conceitos de representação e apropriação.

A representação é compreendida enquanto uma construção sociocultural de significação, sendo uma relação de presença da ausência (podendo consistir em uma imagem reconstituída pela memória que substitui um objeto concreto, ou um símbolo), bem como pode referir-se a uma presença: “por um lado, a representação faz ver uma ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado; de outro, é a apresentação de uma presença, a apresentação pública de uma coisa ou de uma pessoa” (CHARTIER, 1991, p. 184).

A representação pode atribuir um sentido distinto ao seu referente e constrói o próprio mundo social. Desvia-se e transforma-se em um mecanismo que gera respeito e submissão no âmbito da dominação simbólica. As representações expressam conflitos,

² Ramos (2018) defende que os livros didáticos e os currículos se relacionam com a História Pública, sendo “veículos de intervenção nas ideias históricas que circulam nesta esfera, mesmo que de forma indireta por serem intermediados pela atuação/interpretação dos agentes escolares com seus códigos socioculturais” (p. 220).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

tensões e relações entre presença e ausência, influenciando e sendo produzidas por meio de práticas. Além disso, constroem identidades sociais, a partir das relações “de força” entre os sujeitos coletivos. O mundo é, assim, compreendido não por uma divisão dicotômica entre dominantes e dominados, mas como fruto de representações (CHARTIER, 1991, p. 185-186).

O conceito de representação discutido pelo autor, articulou de uma nova forma os recortes sociais e as práticas culturais que, pretendeu “levantar os falsos debates em torno da divisão, dada como universal, entre as objetividades das estruturas (...) e a subjetividade das representações”. Assim, os indivíduos estão sujeitos às representações e ações que pretendem regulá-los nas relações de poder, mas também produzem novas “significações plurais e concorrentes” e conseqüentemente, empreendem diferentes práticas, que não necessariamente condizem com as impostas (CHARTIER, 1991, p. 182-188).

A partir de seus estudos da história dos textos e das práticas de leitura do Antigo Regime francês, o autor aponta que as representações devem ser pensadas conjuntamente com as formas de recepção e ressignificação dos sujeitos, ou seja, a partir da apropriação. Tal conceito é definido pelo autor, no caso dos estudos relacionados à história dos livros e da leitura, como as formas com que os leitores (ou ouvintes) interpretam e atribuem sentido ao que leem (ou ouvem), conforme seus condicionamentos e suas formas culturais de recepção do texto. Esta concepção permite compreender que diferentes sujeitos que têm acesso aos mesmos textos, ideias e bens, os consomem e os interpretam de maneiras diferenciadas e contrastantes (CHARTIER, 2002, p. 134-138).

A prática da leitura não depende somente do texto, pois não possui “um sentido único”, sendo variável conforme os leitores se apropriam deste e constroem sua própria significação (CHARTIER, 1991, p. 178). Neste sentido, diferentemente das pesquisas iniciais a respeito dos livros didáticos realizadas nas décadas de 1970 e 1980, que compreenderam tais objetos enquanto meios de difusão da ideologia da classe dominante, permitindo a manipulação dos sujeitos (estes percebidos enquanto indivíduos passivos), ou como materiais que impossibilitavam a criticidade, e ainda as pesquisas posteriores que se atentaram apenas à análise da materialidade e dos conteúdos dos livros, esta pesquisa busca analisar o que os livros didáticos representam e quais as ressignificações estabelecidas pelos/as estudantes.

A prática de ler não pode ser considerada uma prática universal, pois possui variações conforme “gestos, espaços, hábitos”, de cada leitor/a ou grupo de leitores/as e de suas diferentes formas de ler, com suas especificidades, construídas historicamente e socialmente, pois cada sujeito pode apropriar-se dos livros com uma interpretação diferente das intencionalidades dos seus/as autores/as e editores/as (CHARTIER, 1991, p. 178).

Nesse sentido, é fundamental analisar como os/as estudantes do ensino básico compreendem e se relacionam com os livros didáticos, pois:

As práticas (...) são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas. O acto de leitura não pode de maneira nenhuma ser anulado no próprio texto, nem os comportamentos vividos nas interdições e nos preceitos que pretendem regulá-los. A aceitação das mensagens e dos modelos opera-

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

se sempre através de ordenamentos, de desvios, de reempregos singulares que são objecto fundamental da história cultural (CHARTIER, 2002, p. 136-137).

Essa preocupação voltada aos/as estudantes se relaciona com as mudanças no campo do ensino de História dos últimos anos. Conforme Caimi (2009), no mundo contemporâneo, diante da enorme diversificação cultural e da ampla rede informacional à disposição, os/as estudantes vêm sendo pensados/as pela produção acadêmica, mesmo que sob diferentes tendências, a partir do entendimento de que são sujeitos pensantes e ativos/as em sua aprendizagem, a qual não se transmite ou reproduz, mas se constrói. Dessa forma, as preocupações do ensino de História vêm se desdobrando no questionamento da função e da importância da História na vida prática, do seu ensino e como ocorre sua aprendizagem, visando a centralidade do/a estudante, como sujeito pensante, ativo, repleto de conhecimentos e experiências.

Conforme Rösen (2010), as investigações predominantes em Didática da Histórica consistem em metodologias em sala de aula; funções e usos da história na vida prática; metas para o ensino de história e análise da consciência histórica. Investigar o que é apreendido no ensino de História é a tarefa empírica da Didática da História, que, dentre suas possibilidades, pode analisar os “processos de recepção ou transmissão de conhecimento histórico”, os quais envolvem a história experimentada no cotidiano, a história transmitida (cientificamente ou não) e a história apresentada como ciência específica (com teorias e métodos próprios). As aulas de História e os livros didáticos estão entre os objetos de investigação que pertencem a tais preocupações (BERGMANN, 1990, p. 31-33).

3. Instrumentos da investigação

A pesquisa se volta para o trabalho com questionários respondidos pelos/as estudantes e para a realização de entrevista semiestruturada com a professora colaboradora. Ambas as metodologias foram apropriadas das Ciências Sociais, haja vista a especificidade da investigação, inserida no campo da Didática da História. A utilização de tais instrumentos como fonte, produzidos previamente pelo/a pesquisador/a, se adequa a esta pesquisa pelo fato de que é uma das principais formas de acesso ao público investigado, no caso das pesquisas voltadas à História escolar. Conforme Cerri (2017), as pesquisas da Didática da História podem apresentar, metodologicamente, características das áreas das Ciências Sociais e da Educação (como investigações em sala de aula, análises a partir de dados quantitativos ou clínicos, dentre outros), mas se caracterizam como pesquisas históricas devido à “racionalidade histórico-científica” que as fundamentam.

Os dados do Projeto Residente foram gerados a partir do *software IBM SPSS Statistics*, o qual consiste em uma “ferramenta que inclui uma ampla variedade de funcionalidade para acessar facilmente e gerir simultaneamente uma grande quantidade de dados, permitindo múltiplas formas de apresentação em tabelas e gráficos” (BAROM, 2019, p. 248).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A pesquisa trata-se de um *survey*³ quantitativo. Assim, o questionário do projeto envolveu questões de múltipla escolha (exceto uma questão), criadas a partir da escala *Likert*⁴, cujas questões continham cinco opções de resposta, a fim de avaliar o grau de concordância e de discordância em relação aos posicionamentos e opiniões dos/as colaboradores/as sobre cada afirmação. O questionário foi aplicado entre os/as colaboradores/as (estudantes de aproximadamente 15 e 16 anos e professores de História) em sete países (Brasil, Argentina, México, Chile, Uruguai, Peru e Colômbia). Teve como metodologia de construção e análise, a estatística aplicada às Ciências Sociais. As questões envolveram diversas temáticas, como a concepção e a importância conferida à História; as práticas das aulas de História; a credibilidade do conhecimento histórico; as concepções da relação entre as dimensões temporais (passado – presente – futuro); interesses pela História; dentre várias outras.

Levando em consideração que esta pesquisa objetiva analisar as representações e as apropriações dos livros didáticos de História por estudantes do Ensino Médio, foram selecionadas quatro questões do “Projeto Residente: observatório das relações entre jovens, história e política na América Latina”, que possibilitam analisar aspectos pertinentes a tais objetivos. As questões são:

Questão 4: “Quais as formas em que a história aparece que você mais gosta?”

Alternativa – 4.1: “Livros escolares”

Questão 5: “Quais as formas em que a história aparece que você mais confia?”

Alternativa – 5.1: “Livros escolares”

Questão 6: “O que normalmente acontece nas suas aulas de história?”

Alternativa - 6.7: “Usamos livros escolares, apostilas ou algum outro material.”;

Questão 8: “Como é usado o livro didático em suas aulas e estudos de história?”

Alternativas:

8.1: “Lemos o livro juntos durante a aula.”

8.2: “O professor usa o livro com outros materiais e atividades.”

8.3: “Estudamos e lemos em casa as partes indicadas pelo professor.”

8.4: “O professor explica a matéria e explica o que é mais importante no livro.”

8.5: “O professor explica a matéria independente do livro.”

8.6: “Usamos apenas alguns capítulos.”

8.7: “Fazemos as atividades e exercícios recomendados no livro.”

8.8: “Copiamos partes do livro no caderno.”

8.9: “Usamos vários livros diferentes.”

8.10: “Usamos fotocópias de partes de livros.”

³ *Survey* consiste em um método de coleta de informações, que não testa a habilidade do respondente, mas visa investigar suas ideias, opiniões, posicionamentos, sentimentos, etc. As pesquisas de tipo *survey* utilizam dados por amostragem, sendo uma das três principais formas de investigação do comportamento humano nas Ciências Sociais. Esse tipo de pesquisa, visa “assegura melhor a representatividade e permite generalização para uma população mais ampla”. O principal instrumento utilizado para obtenção de dados é o questionário (GÜNTHER, 2003, p. 1-2).

⁴ A escala *Likert* é uma mensuração muito utilizada nas Ciências Sociais, “especialmente em levantamentos de atitudes, opiniões e avaliações. Nela pede-se ao respondente que avalie um fenômeno numa escala de, geralmente, cinco alternativas” (GÜNTHER, 2003, p. 12).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Diante da análise prévia das questões do Projeto Residente selecionadas, bem como do aprofundamento da pesquisa e da leitura da bibliografia sobre os livros didáticos de História, constatamos que as representações e as apropriações dos livros didáticos por parte dos/as docentes, são, em grande medida, condicionantes das significações e dos usos que os/as estudantes fazem do material nas relações cotidianas e nas práticas em sala de aula e fora dela. Dessa forma, devido à importância da prática docente, em fevereiro de 2021, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a professora dos/as estudantes tanto participantes do Projeto Residente, como dos/as que responderam ao questionário específico da pesquisa, com questionamentos sobre suas concepções e formas de uso do material didático⁵.

O questionário aplicado em 2021 entre os/as estudantes, foi elaborado a partir das sugestões de Günther (2003), voltando-se para as especificidades da temática e dos objetivos da investigação, sendo dividido em questões sobre as representações dos livros didáticos, as apropriações e os dados pessoais e referentes à realidade social dos/as estudantes. O instrumento contou tanto com questões abertas para serem respondidas de forma dissertativa, quanto com questões fechadas, com múltiplas escolhas. Sua análise se dará de forma qualitativa.⁶ Dentre as questões, para analisar as representações sobre o material didático, foi questionado “Para você, o que é livro didático de História?”, “Você acha o livro didático de História importante? Por quê?”. E para analisar as representações, foram realizadas perguntas como: “Quais os tipos de atividades e exercícios do livro didático de História você e seus colegas geralmente fazem?” e “Você acha que o(a) professor(a) sempre usa o livro didático de História nas aulas ou também explica a matéria e faz discussões sem o livro? Você acha isso bom ou ruim? Por quê?”

As questões do questionário foram pensadas desde as primeiras análises dos dados selecionados do Projeto Residente. Diante do processo de entrega da documentação encaminhada à SEED (Secretaria da Educação e do Esporte) do estado do Paraná, o questionário precisou ser encaminhado, avaliado e aprovado por agentes da Secretaria e do NRE (Núcleo Regional de Educação) de Guarapuava, juntamente com uma série de documentos, não podendo ser modificado após esse processo. Nesse

⁵ A metodologia de construção das questões da entrevista pessoal com a professora, realizada por meio da plataforma *Google Meet*, foi apropriada das Ciências Sociais, sendo baseada em Günther (2003). Assim, os objetivos da pesquisa nortearam a construção dos questionamentos levantados na entrevista. As questões foram organizadas por conceitos e temáticas. Primeiramente, a fim de criar um primeiro contato com a professora, questionamos sobre seu cotidiano em sala de aula e fora dela com os livros didáticos, tanto no período anterior à pandemia (e especificamente no ano de 2019) quanto na pandemia (a partir de 2020). Portanto, inicialmente, fizemos perguntas relacionadas às apropriações que ela fazia do material. Após, questionamos sobre o que era o livro didático de História para ela e qual a importância atribuía ao material (quais as representações sobre o livro). E, por fim, fizemos perguntas sobre sua formação inicial, formação continuada e sua carreira. A entrevista não contou somente com perguntas fechadas, pois foi semiestruturada, a fim de possibilitar um diálogo mais aberto com a professora. Devido à pandemia da Covid-19, não pudemos realizar trabalho de campo na escola investigada para fazer o acompanhamento das aulas e dos usos dos livros didáticos. Nesse sentido, o diálogo direto com a professora, onde ela respondeu às questões e relatou suas experiências, memórias e concepções, foi de grande importância.

⁶ Conforme Günther (2006), um dos modos de compreensão dos comportamentos e estados subjetivos dos sujeitos participantes das pesquisas é levantar questionamentos sobre o que fazem/fizeram e pensam/pensaram. Nesse sentido, os questionários foram instrumentos de grande importância para os objetivos da pesquisa.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

sentido, novas questões ou possíveis modificações não puderam ser feitas no instrumento, mesmo que sua aplicação tenha ocorrido somente em junho de 2021. Diante das limitações da pandemia da Covid-19 e, conforme as solicitações da SEED, o questionário somente pôde ser aplicado de forma remota, por meio da ferramenta *Google Forms* e pela própria professora dos/as estudantes. Dessa forma, apenas os/as estuantes com acesso às aulas remotas via *Google Meet* puderam participar. Dos 52 estudantes que estavam presentes nas aulas remotas, dentre quatro turmas de primeiros e segundos anos do Ensino Médio, 22 responderam ao questionário.

Associando as metodologias quantitativa e qualitativa para a análise das fontes, apropriou os pressupostos de Günther (2006):

Enquanto participante do processo de construção do conhecimento, idealmente, o pesquisador não deveria escolher entre um método ou outro, mas utilizar as várias abordagens, qualitativas e quantitativas que se adequem à sua questão de pesquisa. Do ponto de vista prático existem razões de ordens diversas que podem induzir um pesquisador a escolher uma abordagem, ou outra. (GÜNTHER, 2006, p. 207)

Assim, para Günther (2006), uma “abordagem mista” não significa produzir uma pesquisa com equívocos metodológicos. O que de fato é relevante para uma análise de qualidade consiste na contribuição dos métodos para as respostas dos questionamentos que orientam a pesquisa. Nesse sentido, a pesquisa utiliza análises quantitativas e qualitativas, a fim de atender aos objetivos propostos.

4. Considerações Finais

Através dos objetivos propostos e das fontes produzidas, espera-se que a pesquisa contribua significativamente para os campos de Ensino de História e Didática da História, haja vista a importância dos livros didáticos no ensino e na aprendizagem da História escolar, especialmente no caso brasileiro. Levando em consideração os/as estudantes enquanto sujeitos históricos, repletos de experiências, saberes, memórias e significações, construídas historicamente, a pesquisa visa analisar tais aspectos relacionados aos materiais didáticos.

Referências

BAROM, Wilian Carlos Cipriani. Pesquisas na área do ensino de História e o software IBM SPSS Statistics: limites e possibilidades no diagnóstico o conhecimento histórico escolar em grande escala. *História & Ensino*. Londrina, v. 25, n. 2, p. 239-268, jul./dez. 2019.

BERGMANN, Klaus. A História na Reflexão Didática. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, nº 19, p.29-42, set. 1989/ fev. 1990.

BITTENCOURT, Circe Maria. “Livros e materiais didáticos de História”. In: _____. (org.) *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 293-324.

CAIMI, Flávia Eloisa. História escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende? In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza;

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

GONTIJO, Rebeca (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 65-79.

CERRI, Luis Fernando. Um lugar na História para a Didática da História. *História & Ensino*. Londrina, v. 23, n. 1, p. 11-30, 2017.

_____. *Os jovens e a história: Brasil e América do Sul*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2018.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Tradução de Mara Manuela Galhardo. 2 ed. Lisboa: Difusão Editora, 2002.

_____. O mundo como representação. *Estudos Avançados*. Tradução de Andrea Daher e Zenin Campos Reis. São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan/abr. 1991.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 30, n. 3, p. 549-566, set./dez. 2004

GARCIA, Tânia Maria Braga. Os livros didáticos na sala de aula. In: ____; Schmidt, Maria Auxiliadora; VALLS, Rafael. *Didática, história e manuais escolares: contextos ibero-americanos*. Ijuí: Editora Unijuí, 2013, p. 69-102.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. v. 22, n. 2, p. 201-210, mai./ago. 2006.

_____. Como elaborar um questionário. *Planejamento de pesquisa nas Ciências Sociais*, nº 1. Brasília: Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

MIRANDA, Sonia Regina; ALMEIDA, Fabiana Rodrigues de. Passado, presente e futuro dos livros didáticos de história frente a uma BNCC sem futuro. *Revista Escritas do Tempo*, v. 2, n. 5, p. 10-38, jul./out. 2020.

_____; LUCA, Tânia Regina. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, n. 48, p. 123-144, 2004.

RAMOS, Márcia Elisa Teté. Livro didático, currículo escolar e história pública: futuro do pretérito. *História & Ensino*. Londrina, v. 24, n. 2, p. 217-259, jul./dez. 2018.

RÜSEN, Jörn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. In: SCHMIDT, M. A.; BARCA, I.; MARTINS, E. R. (orgs.). *Jörn Rüsen: e o ensino de História*. Curitiba: UFPR, 2010, p. 23-40.

SILVA, Anne Cacielle Ferreira da. *Estado do conhecimento sobre o livro didático de História em dissertações e teses produzidas em programas de pós-graduação no Brasil (1990-2015)*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

SOARES, Jandson; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (orgs.). Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019, p. 202-208.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

**CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS E TEÓRICAS PARA O ESTUDO
DE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES NO MOSTEIRO DA
RESSURREIÇÃO (PONTA GROSSA – PR)**



Pauluk, Luiz Ricardo⁷

¹*Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)*

Neste trabalho, temos como objetivo apresentar um ponto de partida histórico e teórico para o estudo de práticas e representações que os monges do Mosteiro da Ressurreição apresentam em seu cotidiano. O ponto central de nossa pesquisa é a representação da Regra de S. Bento, proposta na Idade Média, por Bento de Núrsia. Faremos uma breve exposição dos conceitos de práticas e representações num primeiro momento, utilizando as contribuições da Nova História. Em seguida, apresentaremos de forma bastante breve, uma vinheta histórica do processo que levou à constituição do Mosteiro. Por fim, apresentaremos como os conceitos de práticas e representações podem auxiliar o historiador a compreender como estas ocorrem no cotidiano dos monges.

1. Fundamentos históricos e teóricos

A Abadia da Ressurreição, conhecida popularmente como Mosteiro da Ressurreição, é, possivelmente, um lugar de grande relevância para o catolicismo de Ponta Grossa (PR). Neste trabalho, objetivamos propor um ponto de partida histórico e teórico para o estudo de temas relacionados ao Mosteiro⁸.

Deixar claro qual é nosso posicionamento teórico é necessário pela razão que tomar o Mosteiro em si como objeto de estudo é algo de grande envergadura. Por isso, o estudo deve ser fragmentado em temáticas e objetos menores. De fato, fazemos eco ao que Chartier (1991) propõe ao se referir às três “mutações do trabalho histórico”, que ocorreram no final do século XX, no formato de três renúncias: à história global, territorial e do primado ao recorte social (CHARTIER, 1991, p. 176). Com esse pensamento, de pronto, gostaríamos de determinar nossa questão de partida: Como a representação da Regra de São Bento dos monges dá sentido às tensões vividas por esse grupo de religiosos no âmbito da Ordem de São Bento, da Igreja do Brasil e da Diocese de Ponta Grossa?

Nossa questão de partida nos situa dentro da tradição historiográfica da História Cultural e, dentro desta abordagem histórica, selecionamos as contribuições dos historiadores R. Chartier e M. de Certeau como nossos principais teóricos. Assim, perguntamo-nos: o que são representações coletivas?

Em primeiro lugar, é preciso atentar para o entendimento de que representações coletivas devem ser entendidas “como as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social – ‘Mesmo as representações coletivas mais elevadas só têm existência, só

⁸ Utilizaremos os termos Mosteiro e Abadia como sinônimos, apesar de reconhecer a diferença entre ambos.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

são verdadeiramente tais, na medida em que comandam atos’.” (CHARTIER, 1991, p. 183).

Não existe, deste modo, uma forma de compreender as representações sem olhar para os atos, ou seja, as práticas, as quais dão existência a essas representações. Práticas e representações são conceitos intrincados. Além disso, o estudo das representações dentro desta perspectiva nos faz assumir também uma posição que não é estritamente materialista ou economicista, como se afirma:

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Assim, este trabalho olha para aspectos que são apenas em partes objetiváveis, defendendo a ideia de que há um falso debate entre a “objetividade das estruturas” e a “subjetividade das representações” (CHARTIER, 1991, p. 182-3). Também, que o historiador pode desenvolver uma historiografia tomando como fonte discursos subjetivos sobre a realidade.

Pois, como afirma DE CERTEAU (1982), no ofício da escrita da história, o pesquisador liga as ideias à lugares:

Mas o gesto que liga as “idéias” aos lugares é, precisamente, um gesto de historiador. Compreender, para ele, é analisar em termos de produções localizáveis o material que cada método instaurou inicialmente segundo seus métodos de pertinência. (CERTEAU, 1982, p. 65).

De certa forma, podemos afirmar que parte do trabalho historiográfico seja, justamente, conferir a objetividade àquilo que é subjetivo. Isto é particularmente verdadeiro nesta pesquisa, que tem em vista as representações dos monges do Mosteiro da Ressurreição sobre a Regra de São Bento. Para iniciar essa discussão, faz-se necessário duas breves descrições históricas: a da própria Regra de São Bento (num olhar histórico) e a breves comentários sobre a constituição da Abadia da Ressurreição.

1.1 A Regra de S. Bento

Antes de falarmos sobre a Regra de S. Bento, vamos pensar brevemente sobre o movimento monástico na história do catolicismo. Segundo BETTENCOURT ([s. d.], p. 53), a palavra monge deriva do grego *monachós*, que significa aquele que está só. Existiam monges, possivelmente, desde as primeiras décadas do cristianismo. Após o século III da era cristã, ainda na época das grandes perseguições promovida pelos imperadores romanos, os monges passaram se organizar em comunidades:

A vida eremítica foi cedendo aos poucos à vida cenobita ou comunitária. Esta apresentava suas vantagens, a saber: mais frequente ocasião de se praticar a caridade e controle da comunidade sobre atitudes e comportamentos, às vezes esdrúxulos, dos monges eremitas. S. Pacônio (†346) foi o primeiro organizador da vida cenobítica, que ele quis submeter a uma Regra e a um superior chamado “Abade” (= pai); a Regra visava a regulamentar a

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

discipline dos monges na oração, no trabalho, no vestuário, na alimentação..., apresentando um caminho de santificação concebida pela sabedoria do Fundador. (BETTENCOURT, [s. d.], p. 53).

Esta ação dos monges irá impactar sensivelmente a história do Ocidente. É um período em que o Império Romano perdia sua hegemonia e gradualmente via sua derrocada acontecendo. Segundo ZULIAN (2006, p. 13), os mosteiros passam a integrar uma nova visão da cidade medieval neste período.

O paradigma monástico possibilitou a percepção, dentro da comunidade cristã, de que o impacto da destruição estava ligado ao definitivo desaparecimento do perfil clássico da cidade. Nele, a cidade perde sua premência de unidade social e cultural distinta. Os monges vêem uma cidade nova, e suas preocupação com novas formas de disciplina pessoal garante que um sabor muito diferente impregnar à vida cristã nessa “nova” sociedade que se instaura. (ZULIAN, 2006, p. 13).

Através das regras, os “*abbas*” puderam construir um ideal a ser seguido como norma reguladora que, ao longo deste período, norteou os hábitos da vida cotidiana. Afinal de contas, “o mosteiro foi o grande centro da civilização da Alta Idade Média” (ZULIAN, 2006, p. 14).

É neste contexto de transformação que iremos encontrar Bento de Núrsia (480-547), o autor da Regra de S. Bento. Em 529, na localidade de Monte Cassino (Itália), teria fundado o primeiro mosteiro da Ordem Beneditina e onde haveria escrito sua regra (BETTENCOURT, [s. d.], p. 55), a qual buscaria equilíbrio e discrição, cujo lema seria “*ora et labora*” (reza e trabalha) e que seria marcado por momentos de trabalho, oração e silêncio:

O conjunto das práticas que estão presentes no Mosteiro da Ressurreição pode ser identificado como parte de um ritual da vida monástica beneditina, marcado por momentos de oração, de trabalho e de silêncio. Rituais como este passaram a ser objeto de estudos especialmente a partir das últimas décadas do século XX, quando os historiadores da Nova História buscaram estudar (novos) objetos que até então pouco despertavam o interesse dos historiadores. Os rituais passaram a serem considerados como elementos da cultura de grupos sociais ou de determinadas sociedades e, portanto, passíveis de estudos e pesquisas. (SCHACTAE, 2002, p. 03)

Mas a Regra de S. Bento não se resume a apenas essas indicações. Podemos dizer que:

Nela a vida monástica de obediência, silêncio e humildade gira em torno da figura do abade. Ficam estabelecidas meticulosamente as disposições em torno da comida, do sono, do trabalho, do tempo livre, do canto, da oração etc. Influenciado por Basílio e Agostinho, Bento é tributário sobretudo da Regra do Mestre de inícios do século VI. Embora em seu tempo Bento não tenha sido famoso e em 570 Montecassino tenha sido destruído, o certo é que sua influência posterior se tornaria enorme, a partir da obra de Gregório o Grande e, sobretudo, da imposição da regra em todos os mosteiros por disposição de Carlos Magno. (MANZANARES, 1995, p. 56-7).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

De fato, a Regra de S. Bento é um texto escrito que compreende 73 capítulos que orientam a vida do monge. É notável que sua prática tenha sobrevivido desde o século VI até os nossos dias. A Abadia da Ressurreição é um exemplo da permanência desta tradição e, por isso, lançaremos nosso olhar sobre a sua história.



1.2 Vinheta da história da Abadia da Ressurreição

No ano 1981, no mês de junho, um grupo de monges beneditinos chegou em Ponta Grossa. O santuário mariano da Vila Velha foi cedido a eles pela cúria diocesana, onde permaneceram até agosto de 1985 (SCHACTAE, 2002, p. 17-8).

Segundo CHAVES (2006, p. 21), este grupo inicial era composto por dez religiosos, sendo quatro professos temporários, um professo solene⁹ e um postulante. Nesta primeira fase, teriam passado necessidades materiais, conseguindo sobreviver com doações dos ponta-grossenses. O casarão foi construído, por exemplo, com doações de uma madeireira local. Com a ajuda financeira vinda da Europa e das Missionárias Servas do Espírito Santo, em 1983, conseguiram adquirir um terreno, ao norte do município, onde está localizado o Mosteiro atualmente. A conclusão de sua construção ocorreu em agosto de 1985.

Neste entremeio, o mosteiro foi elevado à condição de Priorado em 1984 (SCHACTAE, 2003, p. 111). Aqui vemos uma atuação direta do bispo de Ponta Grossa, nesta época, D. Geraldo Pellanda, que teria intercedido pessoalmente no Vaticano a favor da criação do mosteiro em Ponta Grossa, o que resultou em uma situação *ad experimentum* (1981-1984). “Três anos depois, em 1987, chegou-se ao número de 6 monges professos solenes, exigido pelas Constituições da Congregação Beneditina do Brasil para um mosteiro ser elevado a Priorado Conventual” (SCHACTAE, 2002, p. 22), atingindo assim sua autonomia.

Porém, não devemos pensar que a construção do projeto monástico aconteceu de forma sem conflitos. Houveram tensões que podem ser traduzidas na constituição de uma proposta que envolve a identidade do monge do Mosteiro da Ressurreição. SCHACTAE (2002, p. 24) afirma que:

Desde as primeiras reuniões, ainda na Abadia de Nossa Senhora da Assunção, o grupo divergia nas concepções sobre vida monástica, principalmente com relação às do Prior D. Lucas, que propunha um “projeto secularizado” em contraposição com as concepções da maioria, que buscava uma “vida contemplativa”, retornando aos ideais monásticos propostos por Bento e pelo Decreto *Unitatis Redintegratio*, do Vaticano II, que por sua vez propunha a busca dos bens espirituais do Oriente, (...). (SCHACTAE, 2002, p. 24)

Podemos perceber que o Mosteiro da Ressurreição teve, inicialmente, uma manutenção com a tradição católica, ao menos, como a concebia na época do Concílio Vaticano II. D. Bruno teria, então, pedido renúncia de no ano de 1990, assumindo em

⁹ Segundo SCHACTAE (2003, p. 110): “Professo solene é o monge que fez a profissão perpétua. Ao entrar no mosteiro, o monge se torna um postulante; depois de um certo tempo torna-se noviço, a seguir faz a profissão monástica temporária, cuja duração mínima é de três anos (são monges chamados professos trienais), vindo em seguida a profissão perpétua”.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

seu lugar D. André Martins, que, atualmente, ocupa a posição de abade.

O próximo passo em sua ascendência viria dez anos depois, quando o Mosteiro é de fato elevado à condição de Abadia. Sobre isso, escreve-se que:

Prova disso, a elevação do Mosteiro à Abadia, ocorrida em 21 de agosto de 1997. Para ocupar o cargo de Abade, a comunidade mais uma vez elegeu, em ritual semelhante ao que escolhe um Papa, D. André Martins. O Abade, que deriva do siríaco “abba” e significa “pai”, é considerado a alma de uma Abadia. Rituais e cerimônias oficiais, ele usa o paramento semelhante ao de um Bispo: o anel, símbolo de sua união com a Abadia; o báculo, que é o cajado; a cruz peitoral, insígnia superior; a mitra, chapéu em forma de cone. (CHAVES, 2006, p. 23).

Atualmente, a Abadia da Ressurreição possui destaque nacional, sendo conhecida pelas gravações dos cantos gregorianos em português (distribuídas via CD e plataformas de *streaming*), publicações em livros, um *site* oficial, canal em plataforma de vídeo *on-line* e outras produções midiáticas. Conta com duas lojas na cidade de Ponta Grossa, sendo uma anexada ao próprio Mosteiro e também uma loja virtual. Percebe-se que se afastou significativamente da situação materialmente precária da década de 1980.

Também é conhecida, e divulgada pelo próprio Mosteiro, a possibilidade de permanecer no mesmo como hospede. Assim escrevem sobre essa prática:

São Bento se mostra digno herdeiro da Tradição monástica da hospitalidade. No capítulo 53 da Santa Regra, emprega a palavra do Senhor “Fui peregrino e me acolhestes” (Mt 25, 35). Acolher um peregrino é acolher o próprio Cristo. Essa realidade é um ato de fé e precisa ser contemplada à luz da visão sacramental.

Conforme a tradição da hospitalidade, tão cara ao monaquismo beneditino, o Mosteiro da Ressurreição está aberto a receber todos aqueles que desejem compartilhar conosco do clima de silêncio e recolhimento e assim permitir a solidão necessária a uma oração pessoal e intensa. (ABADIA DA RESSURREIÇÃO, 2021).

É possível pensar que a história da Abadia está entrando numa nova fase. Já há alguns anos que os monges intentam modificar o atual local do mosteiro para uma região ainda mais distante da cidade, no distrito de Itaiacoca (D’PONTA, 2021).

Tendo situado historicamente a Abadia da Ressurreição, a partir das produções históricas disponíveis sobre nosso objeto de pesquisa, podemos passar às interlocuções entre a historiografia e a teoria.

2. Algumas considerações sobre a Abadia da Ressurreição entre práticas e representações

Um primeiro ponto de relevância a se considerar é que, depois de 2006, não foram localizados trabalhos no campo histórico que tomam o Mosteiro da Ressurreição como objeto de estudo. Assim, não possuímos estudos dos movimentos ocorridos nas últimas duas décadas. Um trabalho de análise histórica das representações dos monges deve levar este dado em consideração.

Analisar as escolhas para o espaço físico onde o mosteiro se localiza possa ser

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

de interesse para o historiador. Se pensarmos historicamente, a ideia original do monge católico é distanciar-se da cidade para viver um cotidiano afastado desta. Esta constatação é verdadeira tanto para a Antiguidade, quando o monasticismo cristão surgiu, quanto para a atualidade. O monge, sendo aquele que está só é também aquele que está distante dos grandes centros.

Assim, fixar a localidade do Mosteiro em certa região ou distrito já é em si uma prática orientada por uma representação de ser monge. Por outro lado, os monges do Mosteiro da Ressurreição não vivem totalmente apartados da sociedade, mas se integram a ela através de distintas estratégias, seja vendendo seus produtos, seja abrindo as portas para leigos, hospedando-lhes (ABADIA DA RESSURREIÇÃO, 2021).

Damos mais um passo na construção desta representação: ao mesmo tempo que ser monge é estar só, no sentido de estar em uma comunidade isolada, é também estar aberto àqueles que recorrem ao Mosteiro, e deve incluir a participação em meio a trocas econômicas.

Neste ponto, vemos um cruzamento intrincado entre o passado da tradição monástica e o presente da sociedade contemporânea. Percebe-se que não existe uma apropriação e recepção da Regra de S. Bento em sua literalidade – afinal, essa apropriação nem seria possível. A ordem medieval é lida e adaptada à vida cotidiana e, tento em vista que as práticas e representações se autodeterminam e retroalimentam, que “a” Regra de S. Bento não seria lida e aplicada no cotidiano do mosteiro, mas sim uma interpretação dela, dentro daquilo que a própria realidade permite.

Ainda assim, não podemos esquecer que o objetivo original dos monges do Mosteiro da Ressurreição é conservar as tradições católicas, conforme apresentamos anteriormente. Como essa adequação a tradição se adequa às inovações produzidas pelos próprios monges? Por outro lado, o que significa o “projeto secularizado” de D. Bruno ao qual parte dos monges fez referência na ocasião da eleição de D. André? Como ocorre a relação entre tradição e a produção condizente com o mundo moderno como, por exemplo, as produções midiáticas do mosteiro?

Poderíamos pensar que esta relação de adaptação ocorre com os cantos gregorianos cantados em português, como afirma SCHACTAE (2003). Aparentemente, há uma simbologia aqui. É evidente que não podemos deixar de pensar nas transformações que ocorreram na Igreja Católica após o Concílio Vaticano II (1962-1964). Após esse evento, ocorreu dentro da prática católica uma atualização de suas formas de expressão, ou, como se afirma o “*aggiornamento*” (BETTENCOURT, [s. d.], p. 231). Em partes, o latim foi substituído das práticas católicas pela língua vernácula do povo. O canto gregoriano em português pode ser entendido como uma manifestação desta mudança na prática católica da qual o Mosteiro passa a ser também um representante, além de estar incluído neste contexto. Em nossa perspectiva, cantar em português é adaptar a prática a uma nova realidade, que possui sentido neste contexto específico e demonstrando uma determinada relação com a tradição.

É possível conjecturar que existe uma tensão na identidade monástica, como apontamos em nossa questão de partida, entre as inovações e a tradição almejada. Essa tensão parece se relacionar com a própria diversidade de visões presentes na própria Igreja Católica da atualidade, em especial, depois do Concílio Vaticano II na década de 1960. Haveria, então, contradições entre a produção midiática do Mosteiro e a representação de ser um monge “tradicional”?

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Essas são algumas das considerações iniciais que podem orientar a pesquisa sobre o tema que propomos. O ponto central é compreender a relação entre práticas e representações, noções caras a História Cultural. Assim, para compreender as representações dos monges de sua vida prática e da Regra de S. Bento não basta olhar apenas para o discurso que proferem sobre si, mas também para as formas como essas representações se traduzem em seus atos, ou seja, em suas práticas.



Referências

BETTENCOURT, Estevão Tavares. *Curso de História da Igreja por correspondência*. Rio de Janeiro: Escola Mater Ecclesiae, [s. d.].

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª. ed. Portugal: DIFEL, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Estudos Avançados*, v.11, n.5, p.173-191, 1991.

CHAVES, Niltonci Batista. Ora et Labora. In: CHAVES (org.), Niltonci Batista. *Visões de Ponta Grossa: Mosteiro da Ressurreição, 25 anos*. Curitiba: Pós-escrito, 2006.

D’PONTA. Fotos: Veja como estão as obras do novo Mosteiro da Ressurreição e saiba como você pode ajudar a concluir a construção, *Revista D’Ponta*, Ponta Grossa, 18 de mai. de 2021. Disponível em: <https://dpontanews.com.br/cultura/fotos-veja-como-estao-as-obras-do-novo-mosteiro-da-ressurreicao-e-saiba-como-voce-pode-ajudar-a-concluir-a-construcao/>. Acesso em: 26 de jun. de 2021.

HOSPEDARIA. *Abadia da Ressurreição*, 2021. Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://abadiadaressurreicao.org/hospedaria>. Acesso em: 13 set. 2021.

SCHACTAE, Andrea Mazurok . Mosteiro da Ressurreição na representação de um monge. *Rever* (PUCSP), PUC São Paulo, v. 3, p. 108-131, 2003.

SCHACTAE, Andrea Mazurok. *O ser monge no Mosteiro da Ressurreição: práticas e rituais (1981-2000)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Dissertação (Mestrado em História), 2002.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. A vida monástica sob o olhar do historiador. In: CHAVES (org.), Niltonci Batista. *Visões de Ponta Grossa: Mosteiro da Ressurreição, 25 anos*. Curitiba: Pós-escrito, 2006.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

AS REPRESENTAÇÕES EQUESTRES ALÉM DAS ESTÁTUAS: ARTE DE RUA, SIMBOLOGIA E PODER



LARA, Priscila Mocelin¹

¹Mestrado em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Resultado dos estudos adquiridos na disciplina *Como pensar as imagens: no universo da Sociologia da Arte; da História da arte e da História Cultural* ministrada pela professora Maria Elizia Borges pelo PPGH/UFG juntamente ao Núcleo de História e Imagens/UEPG, o presente texto propõe uma narrativa visual com a análise iconográfica de quatro obras de arte com representações equestres e suas simbologias. Serão analisadas as obras: Napoleão cruzando os Alpes de Jacques-Louis David (1801-1805), *Liberté, égalité*, cable TV do artista de rua Banksy (2018), Monumento às Bandeiras de Victor Brecheret (1953) e o segundo carro alegórico da escola de samba Mangueira no desfile do Carnaval de 2019, intitulado “O sangue retinto por trás do herói emoldurado”. Propõe-se refletir e analisar as simbologias e significados destas obras em diferentes contextos e suas interpretações na contemporaneidade.

1. Resultados e discussões

As representações de figuras equestres aparecem pela história da arte em diversas ocasiões e períodos. A simbologia do cavalo, desde tempos mais remotos, está associada à passagem e ao transporte da alma para o mundo dos mortos, ou, no mundo mitológico da fantasia, para a lua. Os cavalos eram também sinônimo de bom augúrio para as colheitas, na tradição celta.¹⁰

Segundo Pascholati (2007) na mitologia greco-romana, o deus Poseidon/Netuno conduzia um carro de guerra levado por cavalos, sendo então o cavalo considerado um símbolo de soberania. Também com a mesma ideia de demonstrar soberania e poder, os generais e imperadores romanos e bizantinos conduziam bigas puxadas por cavalos durante suas entradas triunfais e durante a Idade Média, montar a cavalo era um símbolo de nobreza, sendo proibido aos comuns em alguns lugares e épocas.

Os retratos equestres também possuem uma importante representação durante a história da arte: de Luís XIV, fizeram parte de sua propaganda política; o rei Carlos V foi representado a cavalo por Tiziano. Para Pascholati (2007), o ato de montar o cavalo demonstra a saúde e a força física do personagem, que consegue dominar esse grande animal, que, além disso, custa caro a manter e mostra assim também um status econômico.

De acordo com Carlan & Funari (2012 apud SANTOS, 2014), as representações de cavalos, cavaleiros e de carros de combate são atribuídos a autoridade e poder. A

¹⁰ Porto Editora – cavalo (simbologia) na Infopédia [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em <[https://www.infopedia.pt/\\$cavalo-\(simbologia\)](https://www.infopedia.pt/$cavalo-(simbologia))>. Acesso em: 01 ago 2021.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

figura do cavaleiro exercia fascínio no imaginário das culturas mediterrâneas. O cavaleiro armado, subjugando o inimigo caído caracterizava um símbolo natural de vitória e constituía um esquema iconográfico simbólico.

As estátuas equestres representam uma escultura com um cavaleiro montado em seu cavalo que geralmente fora esculpido em escala maior que a natural. Essas estátuas costumam retratar personagens importantes em países e cidades onde foram colocadas. Podemos citar alguns exemplos como a Estátua de Filipe IV de Espanha, em Madrid; o Monumento a Duque de Caxias, de Victor Brecheret em São Paulo e a estátua de Joana D'Arc, em frente ao Louvre, todas equestres.

Há um consenso popular de que o posicionamento das patas do cavalo nessas esculturas possuem uma determinada simbologia: Quando as quatro patas do cavalo estão no solo, significa que o homenageado morreu de causa natural. Se uma das patas estiver no ar, quer dizer que ele morreu de ferimentos resultantes de uma batalha. Se duas patas estiverem levantadas, significa que ele morreu em batalha.

O site norte-americano *Snopes*, referência mundial conceituada em checagem de fatos, mitos e rumores, relata que essa “regra” na verdade não é a correta e que existem várias estátuas que não seguem esse padrão. Um exemplo é a estátua equestre de Simón Bolívar que fica na cidade de Washington nos Estados Unidos. Apesar do cavalo estar com um casco erguido, Bolívar morreu de tuberculose e não em combate.

Um memorável retrato equestre é a figura de Napoleão Bonaparte cruzando os Alpes, feita pelo pintor Jacques-Louis David¹¹ entre 1801 a 1805 (Figura 1). Juntamente com outras quatro versões, os retratos foram pintados a óleo, inicialmente encomendados pelo embaixador espanhol na França. A composição mostra uma versão fortemente idealizada da verdadeira passagem de Napoleão e de seu exército pelos Alpes em 1800.

Segundo Fonseca (2013) com a Revolução Francesa, a Primeira e Segunda Coligação e o 18 do Brumário como grandes eventos históricos, a imagem foi um importante mecanismo para retratar ideias e a pintura se configurou, assim, como uma expressão do poder de Napoleão.

Jacques-Louis David, na posição de retratista de Napoleão, exaltou o seu poder pintando uma evidente peça de propaganda. De acordo com Graham (2012), Napoleão queria parecer “calmo sobre um cavalo feroz” e David criou esta imagem de autoridade rampante. Na verdade, Napoleão fez a viagem montado numa mula.

De acordo com Stoiani & Garraffoni (2006), Jacques-Louis David, ao reencenar a Travessia dos Alpes por Aníbal durante a Segunda Guerra Púnica, o artista retrata Bonaparte em um cenário hostil, à beira de um abismo e entre as montanhas de neve eterna. Além disso, o primeiro cônsul encontra-se em posição de estátua equestre, símbolo estético característico do Antigo Regime.

Figura 1 – Napoleão Cruzando os Alpes de Jacques-Louis David. (1801–1805)

¹¹ Pintor francês, considerado o representante do neoclassicismo. Controlou durante anos a atividade artística francesa, sendo o pintor oficial da corte francesa e de Napoleão Bonaparte.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021



Fonte: Quarta versão – Galeria Belvedere - Viena, Austria.

PAGE

O cenário, com nuvens cinzas que tomam conta do céu, é composto pelo primeiro cônsul que encontra-se montado em um cavalo bravo e enorme, à beira de um precipício. Existe ainda um contraste entre a rebeldia do cavalo com a expressão calma de Napoleão que denota o controle e domínio que ele possui em relação ao animal.

O vento sopra na mesma direção que o cavalo e é guiado, e a mão de Napoleão indica o mesmo caminho, reforçando a imagem de um herói pronto para dirigir e comandar a França. (STOIANI, 2006).

Apesar dessas constatações sobre as representações de figuras equestres, a partir do século XX a popularidade das estátuas equestres tiveram uma diminuição, em parte pelo declínio das artes clássicas, mas também pelo abandono do uso do cavalo como transporte e estratégia militar. Durante a Revolução Industrial, a figura do cavalo se tornou algo antigo e obsoleto. Entretanto, essas figuras ainda aparecem na arte contemporânea, com um significado mais crítico e questionador.

Em uma parede descoberta no norte de Paris, em 20 de junho de 2018 (Dia Mundial do Refugiado), o artista Banksy fez um stencil inspirado na obra de Jacques-Louis David. Em 2018, a França lidava com uma crise humanitária ligada aos refugiados, a qual o artista de rua resolveu criticar a administração do governo com obras de arte espalhadas pela França.

Banksy costuma fazer suas obras de forma anônima, fato que até hoje sua verdadeira identidade é desconhecida. No entanto, o artista costuma utilizar a rede social *instagram* para reivindicar a autoria de seus trabalhos, após algum tempo serem descobertos pelo público. Sobre a crise migratória, o artista fez sete obras com teor

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

político em stencil pelas ruas de Paris, sendo uma delas a obra que intitulou como *Liberté, égalité, cable TV* (Figura 2).

Figura 2 - Liberté, égalité, cable TV - Banksy (2018)



Fonte: Philippe Lopez / AFP / Getty Images.

Enquanto o Napoleão de David tinha o vento em suas velas, que explicava sua capa no vento frio dos Alpes indicando o caminho da conquista, o Napoleão de Banksy parece ter ficado preso em seu próprio ardor. Coberto com um manto vermelho, acredita-se que Banksy utiliza essa representação para criticar a forma como o governo francês estava conduzindo o país, cegando as pessoas com propaganda e falsas promessas.

A capa vermelha também pode fazer referência ao chamado "*Burka Ban*" do país, que foi introduzido pelo governo francês em 2010. A lei proibia a cobertura do rosto em público, incluindo vestimentas religiosas, como a burca completa ou *niqabs* usados por alguns mulheres muçulmanas.¹²

Na obra original, notamos que o cavalo parece ser levado pela mesma força que transparece dos gestos de Napoleão, com um desejo de conquista. No stencil de Banksy o cavalo parece desanimado, com medo, não sabe como reagir.

¹² O site "*banksyexplained.com*" é um site não oficial e não autorizado do artista onde alguns autores e colaboradores escrevem e explicam as obras de Banksy, local que retirei algumas das informações dessa obra específica.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Em relação a cor vermelha, utilizada nas duas obras, durante a pintura renascentista, o vermelho era usado para chamar a atenção do espectador; era frequentemente usado como a cor do manto ou traje de Cristo, a Virgem Maria ou outra figura central.

Em meados do século XIX, o vermelho tornou-se a cor de um novo movimento político e social: o socialismo. Tornou-se a bandeira mais comum do movimento operário, da Revolução Francesa de 1848, da Comuna de Paris em 1870 e dos partidos socialistas em toda a Europa.¹³

A cor vermelha também está relacionada ao sangue, a guerra e ao amor, atribuída a sentimentos fortes e turbulentos. Considerada uma cor quente, chama o olhar do espectador para ela na obra.

No Brasil, uma escultura com representação equestre famosa é a obra Monumento às Bandeiras do escultor Victor Brecheret, que foi inaugurada durante as comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo, em 1953.

A obra em questão está localizado no Parque Ibirapuera, na área da Praça Armando de Salles Oliveira, e representa os bandeirantes que desbravaram o país no período colonial. Ela é composta por figuras de personagens portugueses, negros, mamelucos e índios puxando uma canoa de monções.¹⁴

A escultura de Brecheret é composta por 240 blocos de granito – com cerca de 50 toneladas cada – tem 12 metros de altura, 50 metros de extensão e 15 metros de largura. Os corpos dos indígenas e dos bandeirantes são colossais, dá-se destaque aos bandeirantes, aos cavaleiros e a uma família de indígenas capturados, que aparece em uma de suas laterais.

No final da escultura há um barco sendo empurrado pelas diferentes etnias que compõem o Brasil e seus mestiços. Segundo um artigo publicado pela Fundação Clóvis Salgado e escrito por Alexandre Ventura (2020) o monumento tem uma falha de execução técnica apontada pela sabedoria popular, pois os homens do lado da canoa fazem força para puxar a corda, contudo o cabo não tenciona. Nasce assim um apelido para a escultura: “Empurra-empurra” ou “Deixa-Que-Eu-Empurro”.

A autora Katia Abud (1985) explica o motivo de encontrarmos em várias cidades brasileiras, em quase todos os estados, as mais diversas homenagens aos bandeirantes, feitas não só em estátuas, mas também em nomes de escolas, bairros, ruas, estradas, avenidas, entre outros.

Entre 1890 e 1930, que a figura do bandeirante foi resgatada como símbolo, pois ao mesmo tempo em que denunciava as qualidades de arrojo, progresso e riqueza que São Paulo possuía, representava o processo de integração territorial que dera sentido à unidade nacional. Como símbolo, o bandeirante representava, de um lado a lealdade ao estado e de outro a lealdade à nação, e permitia também com significação que os estudos históricos do período lhe deram, que uma parcela da população, a dos imigrantes, se integrassem emocionalmente a São Paulo, na medida em que uma das vertentes, dos

¹³ HiSoUR. Red color in history and art. Disponível em: <<https://www.hisour.com/pt/red-color-in-history-and-art-26650/>>. Acesso em: 02 ago 2021.

¹⁴ Monumento às Bandeiras. Governo de São Paulo. Disponível em: <<https://www.saopaulo.sp.gov.br/conhecasp/monumentos/monumento-as-bandeiras/>>. Acesso em: 19 ago 2021.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

estudos sobre o bandeirismo, deu ênfase à miscigenação. (ABUD, 1985, p. 132).

Em uma reportagem de Heitor e Silvia Reali (2021) ao jornal Estadão, os autores definem que nada nessa obra foi colocada por acaso. Segundo os autores, o monumento exibe a força vigorosa de brancos, negros e índios que avançam na mesma direção, o que traduz um simbolismo de bravura e também de confraternização. Os dois líderes a cavalo, o branco bandeirante e o mameluco (nascido da união branco-índio) são seguidos dos negros responsáveis pelo pouso nos caminhos, pelas plantações e a mineração, e dos índios que abriam caminhos sertão adentro.

Nos últimos anos, o monumento vem sofrendo diversos ataques e críticas de movimentos que consideram a obra como um símbolo escravagista e de massacre ao povo indígena durante o período colonial.¹⁵

Figura 3 – Monumento às Bandeiras pichado em 30 de setembro de 2016.



Fonte: Mauricio - Fotoarena/Estadão Conteúdo.

Na Figura 3 vemos uma fotografia do Monumento às Bandeiras pichado com tinta vermelha, amarela e azul, sendo os bandeirantes com a maior quantidade de tinta vermelha.

De acordo com Aloïs Riegl (2008, p.23), o conceito de monumento designa uma obra realizada pela mão humana criada com o fim específico de manter feitos ou destinos individuais (ou o conjunto deles) sempre vivos e presentes na consciência das gerações futuras. Portanto, pode-se afirmar que grande parte dos monumentos se dedica à constituição de uma memória coletiva instaurada no espaço público.

O autor Paulo César Garcez Marins (2003) fala sobre a criação mítica do bandeirante como um heróis conquistador de terras, quando na verdade, as funções dos bandeirantes eram múltiplas, desde a busca por metais preciosos, expansão territorial,

¹⁵ "Monumento às Bandeiras homenageia aqueles que nos massacraram", diz liderança indígena. *Revista Fórum*. 5 de outubro de 2013. Acesso em 19 ago 2021.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

contenção de revoltas, captura e comércio de índios e escravos, bem como a destruição de quilombos, como o de Palmares.

Segundo Zimovski (2017) cada vez menos temos presenciado a construção de monumentos como marcos tradicionais afirmadores de uma identidade/nação e suas memórias. Há pouco espaço na cidade pós-moderna para uma prática tão ligada à ideia de passado.

Para Nestor Garcia Canclini, em sua obra *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*, o autor aborda a questão da memória histórica e os conflitos urbanos. Para tal, escreve sobre os monumentos, levantando questões como: “Que sentido conservam ou renovam, em meio às transformações da cidade, em competição com fenômenos transitórios como a publicidade, os grafites e as manifestações políticas?” e “Que pretendem dizer os monumentos dentro da simbologia urbana contemporânea?”

Com esses questionamentos, conseguimos compreender o conflito que a obra Monumento às Bandeiras causa na nossa sociedade atual e suas pautas. Segundo Canclini:

Enquanto nos museus os objetos históricos são subtraídos à história, e seu sentido intrínseco é congelado em uma eternidade em que nunca mais acontecerá nada, os monumentos abertos à dinâmica urbana facilitam que a memória interaja com a mudança, que os heróis nacionais se revitalizem graças à propaganda ou ao trânsito: continuam lutando com os movimentos sociais que sobrevivem a eles (...) Sem vitrinas nem guardiães que os protejam, os monumentos urbanos estão felizmente expostos a que um grafite ou uma manifestação popular os insira na vida contemporânea. (CANCLINI, 1998, p.301)

Para finalizar nossa análise visual das obras com representações equestres, trago uma fotografia do desfile, que levou o título de *O sangue retinto por trás do herói emoldurado*, da escola de samba Mangueira durante o Carnaval de 2019. Nessa ocasião, o segundo carro alegórico da escola faz alusão a obra Monumento às Bandeiras, de Brecheret (Figura 4).

Figura 4 – Fotografia do segundo carro alegórico da escola de samba Mangueira no desfile do Carnaval de 2019, intitulado “O sangue retinto por trás do herói emoldurado”.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Fonte: Redação Carnavalesco, março de 2019.

A alegoria da escola Estação Primeira de Mangueira buscou representar o genocídio de mais de 300 mil índios pelos Bandeirantes de forma crítica, contando com cerca de 25 pessoas no carro.

De acordo com o site Carnavalesco, a Mangueira buscou em seu desfile revelar “a história real” por trás do monumento às Bandeiras localizado no Parque Ibirapuera, em São Paulo, questionando os fatos das versões históricas oficiais. A obra mangueirense apresentou uma remontagem do monumento com os índios amordaçados, que não tiveram voz para contar sua história, fazendo também referência as pichações que o monumento sofreu entre 2016 e 2018 citadas anteriormente no texto.



Considerações Finais

Com o objetivo de realizar uma narrativa visual com imagens icônicas de representações equestres, a escolha das imagens se deu pela dualidade que elas trazem. Nos quatro casos, vemos a representação de um herói nacional, feito primeiramente de forma clássica (pintura e escultura encomendadas) e depois a apropriação dessas imagens por artistas de rua, de forma contestatória, que buscaram levantar uma reflexão histórica para o público.

Observa-se que os significados das obras se alteram de acordo com o meio que se inserem, fugindo das intenções iniciais dos artistas que a criaram, fato que é inerente a criação artística desde os primórdios.

Nas quatro obras é possível levantar questões didáticas sobre a história e sobre a arte, sobretudo questões relacionadas a estética e a disputa de poderes, demonstrando então a riqueza simbólica e iconográfica destas, tal como sua importância perante a sociedade.

Ressalta-se que não se propõe neste texto levantar um julgamento moral das obras e dos acontecimentos, apenas trazer à tona possíveis narrativas e reflexões históricas, políticas e sociais das imagens.

Referências:

ABUD, Kátia Maria. O Sangue Intimorato e as Nobilíssimas Tradições. (A Construção de um Símbolo Paulista: O Bandeirante). (Tese de Doutorado em História Social). São Paulo: FFLCH/USP, 1985. 242p.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: Edusp, 1998.

SEGUNDO carro da Mangueira representa o genocídio de índios nas expedições bandeirantes. Carnavalesco. 06 mar de 2019. Disponível em: <<https://www.carnavalesco.com.br/segundo-carro-da-mangueira-representa-o-genocidio-de-indios-nas-expedicoes-bandeirantes/>>. Acesso em: 19 ago 2021.

EQUESTRIAN Statue Code. Snopes. 31 dez 1998. Disponível em: <<https://www.snopes.com/fact-check/equestrian-statue/>>. Acesso em: 01 de ago 2021.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

FONSECA, Carlos Eduardo Sousa da. **Interpretação de imagens: um olhar intrínseco sobre o contemporâneo**. 2013. 23 f., il. Monografia (Licenciatura em Artes Visuais) - Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Porto Velho-RO, 2013.

GRAHAM, Dixon. **Arte, o guia visual definitivo**. São Paulo: Ed. Publifolha. p. 269. 2012.

MARINS, Paulo César Garcez. O Parque do Ibirapuera e a construção da identidade paulista. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. N. Sér. v. 6/7. p. 9-36 (2003).

PASCHOLATI, Aline. Retrato equestre de Don Francesco Moncada de Antoon Van Dyck. ARTRIANON. 8 ago 2017. Disponível em: <<https://artrianon.com/2017/08/08/obra-de-arte-da-semana-retrato-equestre-de-don-francesco-moncada-de-antoon-van-dyck/>>. Acesso em: 01 de ago 2021

REALI, Heitor & Silvia. **Monumento às Bandeiras – uma viagem talhada em granito**. Estadão. 22 de jan de 2021. Disponível em: <<https://viagem.estadao.com.br/blogs/viagens-plasticas/monumento-as-bandeiras-uma-viagem-talhada-em-granito/>>. Acesso em: 19 ago 2021.

RIEGL, Aloïs. *El culto moderno a los monumentos*. Tradução de Ana Pérez López. Madrid: A. Machado Libros, 2008

SANTOS, Luana Silva. *O cavalo como iconografia e poder na arqueologia: as moedas de cartago*. Monografia (Bacharelado em Arqueologia) - Universidade Federal de Sergipe. Laranjeiras, 68 p., 2014.

STOIANI, Raquel; GARRAFFONI, Renata Senna. Escavar o passado, (re)construir o presente: os usos simbólicos da Antiguidade clássica por Napoleão Bonaparte. *Revista de História da Arte e Arqueologia*. n 6. dez 2006.

STOIANI, Raquel. Da espada à águia: construção simbólica do poder e legitimação política de Napoleão Bonaparte. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

VENTURA, Alexandre. *O que fazer com as estátuas de Bandeirantes?*. Fundação Clóvis Salgado, 2020. Disponível em: <<https://fcs.mg.gov.br/o-que-fazer-com-as-estatuas-de-bandeirantes/>>. Acesso em: 19 ago 2021.

ZIMOVSKI, Adauany Pieve. BANDEIRANTES ASSASSINOS: Representação e invisibilidade. Pixo – Revista de Arquitetura, cidade e contemporaneidade

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 2



“AD DEXTERAM DEI”: A LIGA ELEITORAL CATÓLICA NO CONTEXTO PRÉ-CONCILIAR (1955-1963), UMA ABORDAGEM A PARTIR DO CASO PONTA-GROSSENSE

ENGUEL, Ricardo Gonçalves¹

¹Licenciado em História e mestrando do Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa

Introdução

Os anos 50 testemunharam a reconfiguração da sociedade brasileira pós-guerra. Sustentando, ainda que claudicante, a inicial democracia, a década conduziu o Brasil à industrialização, inovações econômicas internacionais e pluralismo partidário. Junto aos traços da remodelação urbano-industrial, novos contornos e estratégias passaram a ser percebidos na arquitetura das edificações, na economia, na cultura, na educação, na política e nas religiosidades. Tendo ampla vantagem sobre a recém-chegada televisão, o rádio disparava como principal veículo de comunicação em massa e, ao lado da mídia impressa, chegava até a casa dos moradores com certa periodicidade.

Essa nova dinâmica social, passou a levar significativa parcela da população rural para os grandes centros, afetando não só o espaço das cidades como também os projetos eclesiais estruturados pela Igreja Católica. O receio de perder o domínio hierárquico sobre a parte alocada nos centros urbanos, principalmente no meio sindical onde os comunistas eram atuantes, culminou em inúmeras crises internas à instituição católica. Sob vigência do programa político-religioso da *Restauração Católica*, os anos que antecederam o Concílio Vaticano II foram de idas e vindas no seio da Igreja.

Em Ponta Grossa, cidade dos Campos Gerais que encerrou os anos 50 com cerca de 89 948¹⁶ habitantes, as discussões a respeito da modernidade não ficavam fora das rodas de conversas entre os populares. Muito disso, graças às colunas dos periódicos locais, sobretudo o Diário dos Campos — o Jornal da Manhã somente circularia a partir de 1954 — que repercutiam o assunto em suas páginas. A própria Igreja Católica, importante instituição local, estabelecia a mídia impressa como canal de comunicação junto à sociedade cristã, levando aos fiéis à opinião do clero sobre as questões do momento.

Criada em maio de 1926 e administrada a partir da instalação do bispado de Dom Antonio Mazzarotto, em 1930; a Diocese possuía sob seu domínio oito paróquias em Ponta Grossa até o ano de 1963. Um asilo¹⁷ e três essenciais colégios confessionais¹⁸ também ofereciam à população da cidade seus préstimos, formando assim um

¹⁶ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

¹⁷ Asilo São Vicente de Paulo.

¹⁸ Colégio São Luís, Colégio São José, Colégio Sant'Ana.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

contingente de congregações religiosas de perfil diferente e por vezes contraditórias entre si. Por exemplo, os padres Missionários do Verbo Divino (S.D.V.), que administravam as paróquias: Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora do Rosário e Espírito Santo durante os anos 50 e 60, apresentavam perfil totalmente diferente dos Frades Menores Capuchinhos (OFM Cap), administradores da paróquia Imaculada Conceição.

Os Redentoristas, administradores da paróquia São José; os diocesanos, atuantes nas paróquias Sant'Ana, Santa Teresinha de Lisieux e São Sebastião e as irmãs da Sagrada Família também figuravam naquela época, representando, cada qual, sua regra. O laicato organizado também contribuía decisivamente com o projeto católico local, especialmente após a instalação do movimento mariano conhecido como Legião de Maria, em 1954. Os princípios de disciplina, oração, obediência e defesa reiterada da família cristã, inerentes ao movimento mariano, aos poucos penetravam as paróquias espelhadas pela cidade.

De certa forma, conduzir esse rebanho segundo os princípios católicos estabelecidos pela *Neocristandade*¹⁹ demandava do Bispo uma intensa atividade de controle. Para tanto, a chegada da Ação Católica Brasileira (ACB) e da própria Liga Eleitoral Católica (LEC) serviu de instrumento para o desenvolvimento do projeto de “Brasil católico” frequentemente propalado pelos sujeitos daquele tempo.

1. História Política Renovada: pressupostos teóricos para análise da relação entre catolicismo e política

O século XX teve em suas décadas, inúmeros acontecimentos decisivos para a configuração do atual cenário sociopolítico nacional e internacional. O historiador René Rémond buscou sistematizar um pouco desses eventos cruciais em sua obra *O século XX: de 1914 aos nossos dias* (1974), terceiro volume de uma coletânea denominada *Introdução à História do nosso tempo*, surgida a partir de cursos por ele conferidos quando ocupava o cargo de presidente da Universidade de Paris. Elaborado com a finalidade de ser acessível ao público não necessariamente acadêmico, a maneira como o autor aborda as diferentes temáticas, quais sejam, fascismo, nazismo, comunismo, Primeira e Segunda Guerra, além das revoluções que agitaram o mundo durante o Novecentos, tornou-se decisivo para impulsionar a solidificação do campo historiográfico em vias de renovação e que por ele seria meticulosamente defendido ao longo dos anos 80: o campo da História Política.

Tradada como História Política renovada ou Nova História Política, o campo agora retomado, após anos de rejeições e críticas advindas do interior da historiografia, trouxe consigo historiadores e historiadoras decididos a remontar a estrutura de funcionamento da área, tanto na teoria quanto na metodologia. Da contribuição desses, originou-se o *Por uma História Política*, publicado pela primeira vez em 1988 (possuindo hoje duas edições em português), obra organizada por René Rémond e constituída com a participação de Aline Coutrot, Antoine Prost, Serge Berstein, Jean-Noël Jeanneney, entre outros.

¹⁹ *Restauração Católica* e *Neocristandade* são usados neste texto como sinônimos do programa católico de atuação no Estado.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

As ponderações trazidas à baila por esses autores cumprem papel fundamental na reestruturação e remodelagem do perfil do historiador do político, antes visto como serviçal dos interesses de nações, líderes ou personagens ditos notáveis. A partir de então, a História Econômica e Social feita pelos *Annales* desde os anos 30 passava a ser conflitada pela tendência política renovada. O destaque para o papel dos políticos, dos sufrágios eleitorais, das mídias em contextos eleitorais, dos recenseamentos, das opiniões públicas, dos discursos, dos partidos políticos, das biografias, das teorias políticas e, claro, das instituições, passaram a receber análises e interpretações específicas dentro da reformulada metodologia do campo do saber histórico.

A construção dialógica do conhecimento — metodologia inerente ao campo disciplinar da História — que desde a emergência da Escola dos *Annales* vinha sendo amplamente defendida, teve outro capítulo crucial com o estabelecimento da História Política renovada. Como desconsiderar as aproximações com as Ciências Sociais no que se refere as abordagens empíricas das sociedades? Como desconsiderar a Geografia, a Ciência Política, o Direito, as Linguagens e a Ciência das Religiões?

Tendo como escopo o desenvolvimento do campo e refutando quaisquer ressentimentos para com os críticos de outrora, a História Política renovada propôs impulsionar novas perspectivas de pesquisa, novos olhares, novas discussões. Desta forma é apresentada a obra emblemática, responsável pela defesa reiterada dos fatos históricos a partir do crivo teórico-metodológico dos signatários do campo reestruturado

Este livro não é exatamente um manifesto: o termo implicaria que nos situássemos num ponto de partida, nas origens de um empreendimento comum. É mais uma afirmação coletiva, feita numa etapa do caminho e animada por duas ambições gêmeas: a de cristalizar, no espírito do público interessado, a consciência do que já se realizou, ressaltando sua unidade, e a de suscitar novas vocações, que estimulem, perturbem e inovem (RÉMOND, 2003, p. 10).

Das tantas perturbações plausíveis, uma delas recebeu endosso por parte de Aline Coutrot. Vinculada ao Instituto de Estudos Políticos de Paris, a historiadora e cientista política notabilizou-se nos escritos acerca da relação entre religião e política, focando o século XX como recorte temporal. Graças ao capítulo, *Religião e Política*, publicado na obra *Por uma História Política*, podemos averiguar a mudança de paradigma presente na construção da história das religiões, o que, de certa forma, possibilitou uma percepção diferente dos sujeitos que compõem e interagem com as religiões. Se, antes, a preocupação estava depositada no clero, nas ordens religiosas e nas biografias dos grandes padres, agora, por sua vez, eram os leigos comuns e sua capacidade de organização que passavam a receber enfoque. Mais ainda, sendo a Igreja — e aqui falamos da Igreja Católica Apostólica Romana — uma instituição de grande recepção, fabricação e compartilhamento de ideias e práticas, portanto, um decisivo *corpus* social, deve ela ser lida a partir das ligações que possui com as questões do seu tempo.

Movida pelo discurso missionário que lhe é atribuído, discurso esse que é construído —guiar o povo a Deus —, a Igreja é convocada a posicionar-se diante das discussões que emergem ao longo do tempo. Por isso, lançar sobre a Igreja um olhar

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

historiográfico é antes de mais nada retirá-la do senso comum, exorcizá-la dos espectros que procuram conduzi-la como instituição divina e alheia ao mundo em que se insere.

Scott Mainwaring, cientista político brasileiro, desde meados dos anos 80 insiste que a indagação a circundar os estudos responsáveis por abordar as relações entre Igreja e política deve ser como a primeira está envolvida na segunda, formando assim uma problematização dialética entre fatores externos à Igreja (fenômenos sociopolíticos, educacionais, hígidos, trabalhistas); e internos a ela (dogmáticos, litúrgicos, catequéticos). Ou seja, não se trata de aventar uma inserção da Igreja na política, mas sim de apontar em quais momentos e de que forma essa instituição tensionou o contexto histórico recortado.

Levando-se em consideração o princípio weberiano de leitura das instituições, aquele no qual as organizações têm como premissa constante a propagação e dissipação de sua estrutura para fins de sobrevivência, a Igreja Católica, desde fins do século XIX, procurou desenvolver estratégias para expansão de sua salutar atividade frente ao Estado cada vez mais forte e aos poucos em processo de desvinculação oficial com a religião. Forte porque antes ainda dos desdobramentos da Questão Religiosa, o Estado brasileiro já conferia à Igreja uma condição de subalternidade²⁰ na relação *tripartite* que envolvia o governo do Brasil, Roma e a Igreja no Brasil (FAUSTO, 2007). Por outro lado, a desvinculação é consequência da proclamação da República, período em que se inaugura a fase constitucional liberal republicana. Com isso, eis que o desejo de parte do clero por autonomia é enfim consumado.

Não obstante, como afirma Fausto (2007), a modificação da relação *tripartite*, mesmo que conferisse à Igreja uma condição independente do Estado, sua posição no triângulo era de ostracismo, uma vez que desconhecendo as atividades sociopolíticas governamentais e, ao mesmo tempo, estabelecendo burocrática conexão com Roma, a Igreja no Brasil carecia de reorganização para sua sobrevivência.

É nesse contexto republicano laico que a Igreja procurou instaurar seu programa de *Restauração Católica*, resgatando em três principais ideários sua base de sustentação. Esses conceitos, que circularam durante o Segundo Reinado, possuíam distinções e similitudes em pontos específicos e mesmo assim conseguiram produzir um amalgama de interesses para instauração da *Neocristandade*.

De um lado, o pensamento tradicionalista, empenhado no fortalecimento da hierarquia católica, na defesa da Igreja como *corpus* social, pois, a compreendia como dotada de funções político-sociais. Dessa característica, nascia a obrigação da Igreja em promover a organização e regulamentação da sociedade, impedindo a falta de moralidade e os abusos anárquicos. A relação entre Estado e Igreja, para esse pensamento, devia ser de união e reciprocidade, onde o primeiro sustentava a segunda e a segunda, por sua vez, legitimava o primeiro (PEREIRA, 2008).

De outro lado, o pensamento ultramontano, onde a romanização devia ser a tônica nas relações. Roma precisava manter relação direta com a Igreja no Brasil e a autoridade papal tomava a posição central e reguladora, posição essa até então atribuída ao governo brasileiro. Aqui a exclusividade do catolicismo como profissão de fé era necessária para fazer frente as novas religiões em emergência (PEREIRA, 2008).

²⁰ Vide o padroado régio e o regalismo.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Na posição central e, de certa forma, corrente que teve pequena imbricação no programa católico restaurador, ecoava o pensamento tridentino. A partir dele, constatava-se uma aproximação com a tendência tradicionalista, em especial no que se refere ao elo entre Estado e Igreja. No entanto, a pretensão tridentina prezava pela harmonia entre as instâncias (civil e religiosa), o que significava autonomia para a Igreja lidar com seus trâmites internos, recusando assim qualquer ingerência do Estado em atribuições relacionadas ao funcionamento católico. Era o rompimento sistemático com o padroado régio e com o regalismo de outrora (PEREIRA, 2008).

Retomar a condição de importante instituição diante da sociedade em completa transformação passou a nortear a reorganização da Igreja Católica no Brasil

Do final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX, a preocupação primacial da Igreja era a de se estruturar e de se fortalecer internamente, de modo que a instituição passou a se expandir a partir da criação de novas circunscrições eclesiásticas e das reformas de outras (PEREIRA, 2008, p. 22).

Dessa forma, os pilares da Ação Católica, movimento impulsionado por Pio XI ainda em 1922, através da encíclica, *Ubi Arcano Consilio*²¹, foram erguidos sob os pressupostos da *Neocristandade*. A partir de agora, o objetivo da *Restauração Católica* possuía uma motivação advinda de Roma para empregar junto ao laicato seu programa de intervenção sociopolítico. A ingerência sobre o movimento laico concedia à hierarquia católica posição fortalecida e privilegiada — não era isso que o pensamento tradicionalista almejava? — e, ao mesmo tempo, começava a despontar como elo decisivo na relação *tripartite* citada alhures. Aos poucos, os nomes que compunham o Centro Dom Vital, criado em 1922, tendo como finalidade arregimentar uma intelectualidade elitista e católica, passavam a configurar também o interior da Ação Católica Brasileira (ACB): Jackson de Figueiredo, Dom Sebastião Leme, padre Leonel Franca, Alceu Amoroso Lima, entre outros.

A década que seguiu os intensos anos 20, tratou de consolidar a Ação Católica Brasileira (ACB), especificamente a partir de 1935. O contexto da época, marcado pelos desdobramentos do primeiro golpe de estado varguista, tinha agora a destituição do sistema político em voga desde fins do século XIX. De certa maneira, o rompimento com a Carta Magna de 1891 significava à Igreja possibilidade de tensionar por intermédio do laicato organizado a confecção da nova Constituição, ou seja, fazendo uso estratégico da capacidade organizada do catolicismo, seja pela mobilização das massas ou insuflando a intelectualidade, a Igreja podia negociar ganhos consideráveis para a retomada do papel expoente frente à sociedade brasileira.

Tal capacidade foi posta em prova logo nas eleições de 1933. Naquela ocasião, considerada importante feita, pois, marcou a escolha dos deputados constituintes, o ramo de atuação da *Neocristandade* na política parlamentar se fez presente. A Liga Eleitoral Católica (LEC), criada no Rio de Janeiro, em 1932, a partir dos esforços do mesmo cardeal Leme e auxiliado por Alceu Amoroso Lima, formou contingente expressivo na composição dos eleitos em 1933, tendo padre Arruda Câmara,

²¹ https://www.vatican.va/content/pius-xi/en/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19221223_ubi-arcano-dei-consilio.html.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

representante pernambucano na Casa Legislativa e o intelectual católico Plínio Corrêa de Oliveira, figura crucial para o catolicismo conservador, vitoriosos na ocasião.

A estreia da Liga Eleitoral Católica (LEC) era o cartão de visitas da Igreja no que se refere ao crivo de candidatos considerados por ela aptos a defenderem a Doutrina Social da Igreja Católica frente às nuances do mundo moderno. O direito de participação católica na educação, na saúde, nas Forças Armadas²² (na condição de capelão), a indissolubilidade do matrimônio e a permissão de voto aos religiosos penderam a balança para o lado da instituição religiosa com a promulgação da Constituição de 1934. Fausto (2007) sistematiza os sete anos iniciais de Vargas (1930–1937) como fase de “pacto entre a Igreja do Brasil e o Estado” (FAUSTO, 2007, p. 419), para o historiador, no momento em questão, quem detinha as rédeas da situação era a Igreja Católica.

A investida de Vargas contra o Estado Democrático em novembro de 1937 levou a cabo o pacto selado com a Igreja. Não era mais necessário à ditadura estado-novista legitimação ou aceitação social perante os grupos de pressão, visto que a situação política era de exceção. Os partidos, os movimentos, o Congresso Nacional; todos foram colocados em recesso. Revogadas as garantias conferidas à Igreja com a Constituição de 1934, a relação com o Estado passou a ser de apalavramento, haja vista que a concordata entre Igreja e governo brasileiro não saiu da mesa de negociação.

No interior da Ação Católica Brasileira (ACB) a estruturação continuava. Eram instaladas sedes da ACB nas dioceses espalhadas pelo país, bem como se organizavam as Juventudes e os grupos de Homens e Mulheres a partir das idades e propostas específicas de apostolado. Zulian (2009) destaca que a instalação do Núcleo de Ação Católica no Paraná é datada em 1937, em Curitiba. Tal qual a Ação Católica, a Liga Eleitoral Católica também chegou em terras paranaenses durante os anos 30, esta, alguns anos antes que aquela.

Torna-se mister discorrer, ainda que brevemente, sobre a relevância da configuração do Estado brasileiro a partir dos pressupostos democráticos. Ao propor uma discussão sobre as tensões entre catolicismo e política-eleitoral, este projeto delimita como fundamental a definição das bases que alimentam o Estado Democrático de Direito. Para tanto, o conceito teórico selecionado para dar embasamento à pesquisa é o de Estado-Gerente, conceito esse que norteia os trabalhos dos filósofos da política: Châtelet, Duhamel e Pisier.

Elaborado a partir da transformação da filosofia que amparava o liberalismo em fins do século XIX, as nuances que formatam o Estado-Gerente são comumente estabelecidas com intuito de delegar ao Estado a condição de gerenciador da sociedade. Longe de ser ele o dono do poder, o Estado-Gerente cumpre as seguintes funções: mitigar as desigualdades causadas pelo discurso meritocrata (reformismo), promover o respeito às diferenças de pensamento, inclusive as de filiação e ligação partidária (pluralismo político), e a defesa da liberdade e do direito de acesso aos serviços de maneira indiscriminada (humanismo). É cumprindo essas condições que o Estado-Gerente, composto por um governo de eleitos, será capaz de desempenhar as atividades para as quais lhe foi confiado pela maioria, quando da realização de sufrágios universais.

²² No quesito militar, foi negociado a não obrigatoriedade do serviço aos religiosos.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Com a garantia da liberdade, os projetos políticos à direita e à esquerda tendem a tensionar contextos históricos, ainda mais quando esses contextos marcam renovações em esferas públicas. É sob as bases dessa configuração de Estado que este trabalho é pensado, uma vez que ele se propõe a perscrutar as tensões causadas pelo catolicismo organizado em períodos sinalados por eleições municipais específicas enquadradas no vigorar da República liberal (1946–1964).



2. O catolicismo organizado em Ponta Grossa: tensões e reflexões

Anos após a LEC ser instalada na arquidiocese de Curitiba, Dom João Francisco Braga é sucedido por Dom Ático Eusébio da Rocha e a Junta Estadual da LEC, administrada por Alcebíades de Faria (presidente); Loureiro Fernandes; Valdemiro Teixeira de Freitas; Linguarú Espírito Santo; Alceu Martins de Albuquerque e Raul de Carvalho, atuaria na mobilização do voto católico até 1937 – quando da deflagração do golpe varguista.

Em Ponta Grossa, sob bispado de Dom Antonio Mazzarotto, o laicato já mobilizava forças sob as “bênçãos do Bispo” para formar a Junta Regional em meados de 1933. A partir da Junta Regional, a LEC organizaria Juntas Locais com finalidade de alistar o maior contingente de eleitores possível, bem como referendar candidatos dispostos a sustentar os princípios da Igreja na atuação pública. A historiadora Zulian (2009) traz a organização da primeira fase da LEC em Ponta Grossa e nos Campos Gerais

A Junta Regional estava assim constituída: presidente - João Cândido Fortes; secretário - José Farani Mansur Guérios; membros – Antonio Dechandt e Estevam Coimbra. Integravam a Junta Local masculina: presidente - João Luiz Pereira da Costa; membros – Augusto Canto, João Ditzel e Francisco Thomaz Alves. A Junta feminina era formada por Hermelinda de Barros e Silva, Sophia Guimarães Villela, Leocadia Ramos e Maria Luiza Machado. É possível perceber a repetição de alguns nomes divulgados pelo jornal quanto à possibilidade da formação do partido católico e que aparecem na diretoria regional e local da LEC: Brasil Pinheiro Machado, José Farani Mansur Guérios, João Ditzel, João Luiz Pereira da Costa (ZULIAN, 2009, p. 220).

O retorno da atuação católica organizada na política parlamentar somente foi possível após a restauração da democracia, com a queda do Estado Novo em 1945. Reorganizada em sua esfera estadual, a Junta da LEC em Ponta Grossa abria seus trabalhos com sessão solene, isso em agosto de 1945. Na ocasião, Nivon Weigert proferiu no auditório da Rádio Clube Pontagrossense considerações sobre o catolicismo local, a importância do Bispo Mazzarotto e a instalação da LEC

Ponta Grossa que se ufana dos seus imarcescíveis sentimentos católicos, cultivados pelo zelo e carinho inexcedíveis do nosso preclaro Bispo D. Antonio e de seus dedicados auxiliares, os piedosos vigários e padres desta diocese, garante, dentro da sua alçada, o êxito completo dos transcendentais postulados da L.E.C., que se confunde com o ideal de um Brasil católico, grande, forte e generoso.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

(Palavras proferidas pelo dr. Nivon Weigert, por ocasião da instalação solene da Liga Eleitoral Católica de Ponta Grossa, realizada no auditório da Rádio Clube Pontagrossense, a 19 do corrente) (O Dia, 22 de agosto de 1945).



O mesmo professor Nivon Weigert, responsável pelo discurso carregado de apelo ao “Brasil católico”, dois anos mais tarde seria o vereador mais votado pelo Partido Social Democrático (PSD) ponta-grossense, assumindo a presidência da Câmara dos vereadores para o biênio 1947–1948. Na década seguinte, ocuparia a função de Secretário da Educação durante a gestão do governador Moysés Lupion (PSD).

Interessado em fazer valer sua capacidade organizativa, a Igreja renovou seu incentivo na campanha em prol da responsabilidade cristã de alistamento eleitoral. Rejeitado pela cúpula desde sempre, a fundação de um partido católico fugia aos interesses da hierarquia devido ao seu caráter independente e, ao mesmo tempo, uniformizador, uma vez que, caso criado um partido católico, os políticos não filiados a ele, perderiam os laços com a Igreja. A equação é simples: investindo mais uma vez na LEC, que detinha caráter suprapartidário, seria mais proveitoso e numericamente mais vantajoso para a Igreja lançar apoio aos nomes que, independentemente da legenda, assumissem compromisso mútuo com o programa católico. De compromissado selado, os nomes de petebistas, pessedistas e udenistas ecoavam em jornais e panfletos da época, promovendo assim uma espécie de orientação político-eleitoral aos católicos atônitos pela ameaça das ideologias revolucionárias — comunismo ateu e o liberalismo, ainda que este último oferecesse menor preocupação ao clero.

Com os ganhos na Constituição de 1946 não maiores dos que obtivera em 1934, a estrutura da LEC que se espelhava no modelo originário de 1932 caminhava a passos largos em direção à mudança. O comando do clero e associações do laicato, antes submetidas ao centralismo de Dom Leme, a partir de 1942 passou às mãos de Dom Jaime de Barros Câmara. Nesse contexto surgiria o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) seria posto na ilegalidade, a Ação Católica Brasileira (ACB) sofreria processo de renovação de modelo e a CNBB despontaria como consequência das iniciativas propostas por Hélder Câmara.

Nascida em outubro de 1952, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) tratou de organizar em secretariados os apostolados que na ocasião lhe eram convenientes. De início surgiram sete, sendo o outro estabelecido no ano seguinte. Entre os sete primeiros, o mais importante para este trabalho trata-se da Liga Eleitoral Católica, que mesmo em tempos diferentes daquele em que fora projetada (anos 30), ressurgia em 1952 como secretariado, subordinado a Comissão Permanente Nacional, chefiada por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. Dentre as atribuições do secretariado, o envio de documentação regimental às dioceses brasileiras para que se ativassem Juntas Estaduais, Regionais, Municipais e Locais oficializou reestruturação da entidade.

Dom Manuel d’Elboux, Arcebispo de Curitiba, seguindo a norma da CNBB, ativava em julho de 1953 a LEC na arquidiocese e, por meio do mesmo decreto solicitava aos Bispos sufragâneos a submissão de participantes para composição dos trabalhos da Liga — Ponta Grossa era uma dessas dioceses abrangidas pelo decreto. Em plena década pré-Concílio Vaticano II e com a Igreja vivendo séria transformação interna, a tensão do mundo bipolarizado (URSS x EUA) culminou com a elaboração da

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

terceira via proposta pelos católicos para fazer frente ao capitalismo selvagem e ao comunismo ateu. Baseado no humanismo cristão reformador, isto é, buscando uma reforma moderada do sistema desigual, o projeto político defendia restrições específicas para evitar o flerte com o temido socialismo e, ao mesmo tempo, propunha medidas para breçar quem eles acreditavam ser o culpado pela “ameaça vermelha”: o capitalismo ferrenho. O historiador Carneiro Júnior (2014) ressalta o papel da reestruturada Liga durante os anos dourados da seguinte maneira:



Passava a ser oferecida aos leigos toda uma organização de círculos de reuniões, com temas definidos e bem estruturados, em que o ponto central era a conscientização política dos cristãos. As eleições de 1954, para prefeituras das capitais, duas vagas no Senado, para a Câmara de Deputados e para as Assembleias Legislativas, e de 1955 para Presidência da República, Governos Estaduais, demais prefeituras do interior e Câmaras Municipais, eram os alvos principais. Era preciso barrar o avanço daqueles que pensavam em alterar radicalmente o jogo político e garantir, ao mesmo tempo, a influência da Igreja na condução dos destinos do Estado. Para isto, seria necessário estimular candidatos que, imbuídos dos valores cristãos, estivessem dispostos a empreender reformas de modo a modernizar a sociedade brasileira (CARNEIRO JÚNIOR, 2014, p. 76).

Sob a convicção do Arcebispo, a direção da recém-reestruturada LEC em Curitiba tinha Orlando de Oliveira Mello (presidente); João Lacerda Braga (secretário) e José Luiz Demeterco (tesoureiro), dispostos a levar adiante o programa de conscientização e mobilização do eleitorado católico paranaense. O mesmo historiador Carneiro Júnior (2014) que salienta a influência da LEC nas eleições municipais curitibanas de 1954, adverte para uma escassa historiografia sobre a LEC no período pós-CNBB. Ainda que seu trabalho parta da ideia de que apenas a Junta Estadual da LEC atuou no Paraná após a reestruturação da entidade, ele nos ajuda a traçar um plano de investigação acerca da atuação católica na esfera ponta-grossense entre os anos 50 e início dos 60. Afinal, como uma cidade com tamanha importância em âmbito regional e estadual ficaria alheia às discussões político-religiosas que marcaram os anos pré-Vaticano II? Ademais, sob o bispado de um religioso ímpar como Dom Antonio Mazarotto, seria a política municipal esfera desconsiderada pelo movimento católico? Eis alguns questionamentos que implicam a este trabalho um árduo e laborioso, porém, prazeroso processo de investigação histórica.

Uma breve ida às fontes que abrangem a década recortada nos possibilita encontrar nomes como José Hoffmann, Vicente Frare, Arthur Nadal, além de políticos não mais interessados em concorrer ao poder municipal diretamente, mas que mesmo assim tensionavam sua disputa por meio da mídia — caso de João Vargas de Oliveira, ex-prefeito udenista ligado à LEC, que adquiriu o Jornal da Manhã em 1961.

O objetivo da pesquisa, a tensão entre religião e política, não se furtava de estampar jornais da época, o que, além de conduzir este trabalho a lidar com as fontes jornalísticas, exige do historiador uma acuidade *sui generis*. Retirando a notícia do senso comum e estabelecendo buscas específicas que apontem por conexões, o fato veiculado pela imprensa pode ser considerado potencial indicador. Tomemos como exemplo a seguinte notícia:

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Clero Dividido

- Também de Ponta Grossa: o clero está dividido naquela cidade diante as eleições municipais. O bispo da diocese, Dom Antônio Mazzarotto, acredita que os paroquianos devem votar no senhor Arthur Nadal “por ser um católico mais tradicional que o sr. Vicente Frare”. Por outro lado, Dom Geraldo Pellanda, bispo coadjutor, está acompanhando de perto a campanha deste último candidato (Correio do Paraná: órgão do Partido Liberal paranaense (PR), 23 de julho de 1963).



Qual seria a intenção do periódico em divulgar tal matéria cerca de três meses antes do pleito eleitoral? A capacidade de condicionar o leitor e eleitor católico ao engajamento na campanha de um determinado candidato pode ser presumido a partir de uma simples publicação? O catolicismo laico e organizado estaria, ainda no início dos anos 60, formado sob as bases do secretariado da LEC?

A matéria acima, veiculada por um jornal sediado na capital paranaense, não deve ser descartada como fonte de tensão entre a religião e a política, no entanto, tal tensão carece de maiores apontamentos que assim possibilitariam conexões, a saber, o grau de recepção da notícia em Ponta Grossa, a potencialidade da campanha de ambos os candidatos, os projetos e a vida pregressa de ambos, visto que tais características são condições básicas para obtenção de apoio formal da religiosidade organizada. Ademais, o comunicado do clero seria suficiente para impulsionar uma campanha?

Caso a pergunta fique apenas na tensão causada por uma manifestação oficial do catolicismo organizado, algumas conexões somadas ao estopim supracitado poderiam trazer respostas conclusivas. Fontes indicando encontros frequentes entre lideranças católicas e candidatos, o que indicaria uma inclinação em favor da candidatura do político, seria um exemplo de conexão. Mais ainda, uma lista referendando nomes apoiados pela entidade católica (como feito pela LEC anos atrás) também responderia à indagação levantada. Contudo, essa última forma, ao que tudo indica, deixou de ecoar ao longo dos anos 50, sendo necessária uma visão aguçada do historiador para apontar as inter-relações entre os sujeitos envolvidos na tensão problematizada.

O formato de atuação católica organizada na política deu-se até 1964, quando, mais uma vez, o Estado Democrático de Direito teve seu funcionamento vilipendiado: era o início da ditadura civil-militar. Vendo claros sinais de fracasso nos resultados produzidos pela LEC ainda nos fins de 1950, a hierarquia católica, de forte tendência à direita no espectro ideológico, deu sua última cartada na tentativa de fazer frente aos projetos políticos que, na visão dela, ameaçavam o “Brasil católico”. Por intermédio de Dom Jaime de Barros Câmara, surgiu em 1962, em consonância com as atribuições antes pertencentes à LEC, a Aliança Eleitoral pela Família (ALEF). O discurso do cardeal para justificar a instauração da ALEF, que, de fato, atuou em apenas algumas grandes cidades do Brasil (Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo) girava em torno do caráter protetor e orientador da Igreja. Segundo o cardeal: “preciso prestar contas a Deus do rebanho que a Divina Providência me confiou e por isso, não calará a voz da Igreja enquanto faltar vergonha e consciência política”²³ (CÂMARA, 1962); interessante constatar que, especialmente em 1964, marchas com teor moralista e cristão tomariam as ruas das capitais estaduais para contrariar as reformas de base propostas

²³ Dom Jaime de Barros Câmara. Diário da Tarde, 29 de junho de 1962, p. 5.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

pelo então presidente João Goulart (PTB). Seria a ALEF agindo na política? Não podendo afirmar a agência da ALEF, nem mesmo cravando a participação da LEC no momento em questão na política ponta-grossense, este texto se respalda na garantia de que conexões, ao serem investigadas, apresentarão resultados importantes para os interessados na tensão católica causada durante as escolhas dos representantes do povo na cidade de Ponta Grossa.



Considerações finais

A década de 50 foi um período de intensa movimentação política interna e externa à Igreja católica. A busca por resoluções dos problemas que preocupavam o clero, levou a instituição à adoção de estratégias específicas para manutenção dos status de *corpus social*, estratégias, por vezes, controversas. Era justamente a pluralidade ideológica interna à Igreja que possibilitou um período de catolicismo conciliador, onde a sustentação do projeto burguês modernizador do Estado dividia o apoio eclesial com as reivindicações das classes subalternas — sobretudo os trabalhadores do campo que não detinham legislação trabalhista.

Os desdobramentos e preocupações do clero para com os rumos da política no Brasil tiveram novos capítulos com a criação da CNBB, pois, as Secretarias que emergiram junto dela possuíam caráter apostólico. No que se refere a eleição, a Liga Eleitoral Católica (LEC) foi recuperada e reinstalada por decretos episcopais em Arquidioceses e Dioceses do país. Não se furtando do poder simbólico que possui, a instituição católica usou do discurso e dos dogmas para mobilizar e tensionar o voto dos fiéis, sempre na ânsia de evitar a vitória de lideranças comunistas.

O êxito do programa católico de mobilização e conscientização do voto, em grande parte, deve-se a capacidade dos núcleos intelectuais em formar estratégias de atuação e condução do eleitorado cristão. Em Ponta Grossa, a Liga Eleitoral Católica (LEC) em suas fases de funcionamento possuía professores, magistrados e engenheiros (profissionais liberais) em sua composição administrativa. A figura de um bispo como Dom Antonio Mazzarotto, detentor de perfil católico tradicionalista, ajudava a difundir o ideal conservador pelas paróquias, o que, de certo modo, servia de impeditivo para a formação de redutos comunistas na cidade.

Outro detalhe a ser ressaltado, gira em torno dos candidatos a prefeito durante os anos 50 e início dos anos 60, pois, boa parte deles, ainda que não apoiados oficialmente pela Igreja Católica, professavam a fé católica como doutrina religiosa. Esse fato torna a pesquisa ainda mais interessante e convidativa, haja vista que as tensões deviam ser cada vez mais fortes entre os candidatos na busca pelo crivo do catolicismo local.

Referências

AZEVEDO, D. . A Igreja Católica e seu papel político no Brasil. In: *Estudos Avançados*, São Paulo, p. 109 - 120, 09 jun. 2004.

BONAVIDES, Paulo. A Nação. In: BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 10.ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

CARNEIRO JÚNIOR, Renato Augusto. *Religião e Política: a Liga Eleitoral Católica e a participação da Igreja nas eleições de 1954*. – Curitiba: SAMP, 2014. 238 p.



CHÂTELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Évelyne. O Estado-Gerente. In: CHÂTELET, François. *História das ideias políticas* [Trad. Carlos Nelson Coutinho]. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

COUTROT, Aline. Religião e política. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

FAUSTO, Bóris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira* (Tomo III) – O Brasil Republicano – Economia e Cultura (1930-1964) vol. 11. Rio de Janeiro, Editora Bertand Brasil Ltad. 2007.

RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo, Cultrix, 1974.

RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 472 p.

MAINWARING, Scott. *A Igreja católica e a política no Brasil (1916-1985)* [Trad. Heloisa Braz de Oliveira Prieto]. São Paulo: Brasiliense, 2004.

PEREIRA, Luciana de Lima. *A Igreja Católica em “tempos mundanos”: a luta pela construção de uma neocristandade em Teresina (1948-1960)*. Teresina. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2008. 242 fls.

WEBER, Max. Sociologia da religião (tipos de relações comunitárias religiosas). In: WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva* [Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; ver. téc. Gabriel Cohn, 3ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000. 464 p.

ZULIAN, R.W. *Entre o aggiornamento e a solidão: práticas discursivas de D. Mazarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa – PR (1930-1965)*. Florianópolis, 2009. 438 f. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

DE QUEM É A ÁGUA? PERCEPÇÕES SOBRE A PRIVATIZAÇÃO DA ÁGUA À LUZ DO FILME *MAD MAX: FURY ROAD* (2015), DE GEORGE MILLER.



Rosa, Caroline D.¹

¹Pesquisadora de Iniciação Científica no curso de Licenciatura em História pelo Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa

O cinema nos transmite a subjetividade dos seus criadores, pois para Marc Ferro (1992), os diretores estão de forma consciente ou inconsciente sempre a serviço de causas ideológicas. Com isso, podemos perceber que o cinema se torna cada vez mais ativo na tomada de consciência social de seu público. Temos nisso uma ambiguidade, pois como Godard, nos questionamos também se “o cinema não teria sido inventado para mascarar o real para as massas?”; como pode então que esse mesmo cinema realize uma intervenção política de alguma forma? Através da linguagem cinematográfica, o diretor torna essas ações do cinema possíveis e operatórias, dialogando também com imaginários e subjetividades. Especificamente pensando no cinema de Ficção Científica (FC), Brake e Thornton (2001) colocam a necessidade de avaliarmos o impacto causado pela mesma, uma vez que o primeiro contato de muitos adultos e crianças com a ciência é através da FC. A FC pode mostrar para seu público uma visão sobre o futuro da humanidade, debater questões do presente e até mesmo modificar a visão de eventos do passado. Para Nauman e Shaw (1994), a FC pode demonstrar como algumas decisões que tomamos atualmente, podendo influenciar o nosso futuro; de forma similar ao que a História faz ao nos mostrar como os eventos do passado influenciam o nosso presente. É a partir das obras de Marc Ferro que surge uma história que vem do cinema, tornando o cinema como uma fonte para análise da sociedade, chamado de “relação cinema e história” (NÓVOA, 1995). Foi pensando nessa relação cinema e história que proponho analisar a projeção do medo de uma catástrofe futura e destruidora da ordem social, colocada no filme de FC *Mad Max: Fury Road* de 2015 do diretor George Miller. A catástrofe é iminente tanto dentro do campo do imaginário social como também em pesquisas acadêmicas: a escassez de recursos naturais (especialmente a água), levando nosso planeta a se tornar hostil e pós-apocalíptico.

1. Imaginar através da cultura de massa alimenta o imaginário

Coloco a “leitura” do cinema enxergando-o como uma produção sociocultural que é explicada pelas relações de poder que a envolvem. Tendo o imaginário coletivo como uma grande força influenciadora de poderes políticos, as artes podem utilizar do imaginário coletivo como uma “ferramenta” para fomentar as mudanças que desejam. Segundo Kellner (2001), através das obras cinematográficas existe também um material fornecido que irá moldar a identidade dessas sociedades, dessa forma, dramatizar questões ambientais cada vez mais modela opiniões políticas e comportamentos sociais

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

para esse determinado tema em questão. Isso nos mostra talvez um sistema de retroalimentação entre os poderes políticos que estão em volta da ficção científica e a sociedade como público e consumidor dessas obras. Consideramos que essa retroalimentação exista pensando que o cinema exerce grandes mudanças no imaginário coletivo social, dessa forma, a sociedade expressa seus medos através do imaginário; o cineasta por fazer parte dessa sociedade irá fazer filmes que apresentem essas angustias, repassando novamente essas angustias para o imaginário coletivo social. Poderíamos então analisar os filmes não apenas como narrativa, mas também como um produto cujos os significados vão além do campo do cinema, refletindo valores culturais da sociedade que o produziu.

Entre os anos de 1980 e 1990 vislumbrou-se uma proliferação de futuros possíveis através das obras de Ficção Científica, que ficaram mais evidentes após a queda da União Soviética e a hegemonia do capitalismo. O que vem junto com essa proliferação é o aumento da negatividade acerca do futuro, sendo que esse período trouxe uma consolidação do mundo por vir não mais como uma promessa, mas uma ameaça. Observamos o aumento do tema de supremacia de máquinas, inteligência artificial, tecnologia e a crise ambiental nas obras de Ficção, diferente dos anos anteriores em que a maioria das obras falava sobre holocausto nuclear e radioatividade. A única certeza que temos sobre o futuro é de que ele não será seguro, teremos devastação, mas ainda não temos a certeza de como ela será (GIAROLA, 2019). Como Patrick Parrinder (2000) afirma (*Apud* ROBERTS, 2018, p.37), “ao imaginar mundos estranhos, acabamos vendo nossas próprias condições de vida de uma perspectiva nova e potencialmente revolucionária”.

Ficamos com a impressão de que tudo aquilo que pode ser falado sobre a crise climática, por exemplo, é algo anacrônico e defasado. Tudo o que podemos fazer para acabar com essa crise ou amenizá-la é muito pouco e tarde demais. A história da nossa espécie já passou e conheceu diversas crises, mas a denominada “civilização global”, no caso a civilização que vive em uma economia capitalista que se constrói em tecnologia dos combustíveis fósseis, nunca enfrentou uma ameaça que provem do próprio uso dos recursos naturais como a que estamos vivendo. Podemos recordar aqui o argumento de que seriam necessárias Cinco Terras para conseguirmos sustentar a extensão do nível de utilização de energia do cidadão norte-americano médio; isso em conjunto com a instabilidade metatemporal nos mostra uma insuficiência do mundo no qual estamos vivendo, ou melhor, da forma como estamos vivendo nesse mundo. O tempo e o espaço (o mundo) se mostram para nós como em um estado de decomposição, apesar de o tempo não ser algo sólido, ele parece estar se desmanchando no ar (DANOWSKI; CASTRO, 2014).

2. De quem é a água?

Mad Max: Fury Road (2015), de George Miller, foi um filme bem sucedido sobre anarquia e colapso social em um futuro não tão distante de nossa sociedade. Miller nos fornece esperança de que filmes Hollywoodianos e de ação tragam grandes questionamentos sociais. Desde seu lançamento, *Mad Max Fury Road* apresenta quase 100% de aprovação, principalmente dos críticos; com 97% de aprovação dos críticos no *Rotten Tomatoes* (ROTTENTOMATOES, 2020) e 90 no IMDb, a película foi indicada

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

à dez prêmios da academia no Oscar de 2016, dos quais venceu seis. Também foi indicado à prêmios do Globo de Ouro e BAFTA do mesmo ano; no Festival de Cannes o filme foi aplaudido três vezes de pé e em diversos cinemas também foi aplaudido pelo público em geral. Uma das grandes críticas sociais que Miller aborda em seu filme, é a destruição do meio ambiente e através dessa destruição vem a dominação, de que forma o interesse de pessoas e indústrias poderosas pode nos prejudicar? Esse tema é abordado desde o segundo filme da franquia, uma reflexão de como as guerras nucleares e a utilização de substâncias tóxicas afetariam a humanidade, e como poderia a humanidade sobreviver em um mundo pós-apocalíptico sem itens básicos como a gasolina e a água. Personagens do filme e o próprio enredo trazem o questionamento de “Quem destruiu o mundo?”, e também temos a figura de pessoas que se beneficiam dessa destruição e exploram pessoas vulneráveis, nesse caso o personagem de Immortan Joe retrata um tirano que constrói seu império explorando o acesso à água potável e ferramentas agrícolas que mantêm plantações saudáveis em solos estéreis (PALMIERI, 2015).

Ao decorrer dos anos, as análises feitas sobre recursos naturais se alteram e se moldam aos novos desafios, principalmente ao crescimento da população mundial. A partir de meados de 1950, acentuando-se em 1970, economistas e cientistas veem a necessidade de uma definição do termo recursos naturais. Coloca-se de início que os recursos naturais é “tudo aquilo que as sociedades utilizam”. Todos os seres vivos possuem seus nichos dentro da natureza para poderem existir e se reproduzir, porém, apenas o ser humano é visto como aquele ser vivo que molda essa natureza da forma como deseja; ao usar elementos dessa natureza, eles se tornam então “recursos naturais”, desde o ar que respiramos até as reservas de minérios contidas no mar. No rápido e crescente desenvolvimento industrial, a humanidade não considerou os danos que seriam causados à natureza através da exploração de seus recursos; desenvolvendo tardiamente essa preocupação através das encostas desnudas, os rios poluídos e o ar envenenado que estamos respirando. Vemos que para termos uma sociedade sadia, precisaríamos ter um mundo sadio ao nosso redor; porém, mais do que ver a necessidade de uma sociedade sadia, para o homem, é ver que os recursos no mundo não são ilimitados e a população mundial está crescendo de forma avassaladora. (FBCN, 1976).

No século XXI, a preocupação com o meio ambiente é ainda maior, devido ao agravamento dos problemas ambientais; a partir da década de 1970, cotidianamente temos matérias sobre casos de extrema poluição em cidades, rios, lagoas, acidentes ecológicos devido a falhas industriais. A questão da sociedade saudável, citada anteriormente, se torna um tema obrigatório da política, em termos nacionais e internacionais. Uma vez que a história ambiental apresenta que nossas tecnologias se encontram totalmente dependentes da presença dos recursos naturais, não permitindo que a humanidade se encontre fora do meio ambiente no qual está. (MARTINS, 2007). É a partir da contracultura entre os anos 1960 e 1970 que o tema da crise ambiental se torna algo recorrente, na FC percebemos esse aumento de produções sobre as consequências da ação humana sobre a natureza. Em seu terceiro filme, *Mad Max 3: Beyond Thunderdome* (1985), George Miller coloca o início da crise hídrica no seu enredo. Ficamos esperando que isso seja mais desenvolvido pelo diretor, algo que só irá ocorrer em seu próximo filme da franquia; podemos considerar esse início em *Mad Max 3* como uma mensagem de chamado à prevenção, que devemos preservar a nossa

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

natureza e o lugar onde vivemos. (GIAROLA, 2019). Observamos que há uma mudança considerável nas preocupações ambientais e sociais apresentadas no primeiro filme da franquia: *Mad Max* (1979), para o último filme *Mad Max: Fury Road* (2015). Em *Mad Max* temos o início da desordem social, somos apresentados à uma Austrália recheada de gangues violentas que buscam por combustível em um recente mundo pós-apocalíptico. Vemos um avanço desses questionamentos dentro da franquia *Mad Max*, como se os filmes estivessem conversando com seu público sobre esses questionamentos e ao mesmo tempo estudando-os.



Minha vida se esvai, a visão se escurece. Tudo que fica são as memórias. Eu recordo... uma época de caos... sonhos arruinados, esta terra devastada. Mas, acima de tudo, eu me lembro do Guerreiro das Estradas, o homem chamado Max. Para entender quem ele era, seria preciso voltar no tempo... quando o mundo era girado pelo combustível negro... e no deserto brotavam grandes cidades de cano e aço. Desaparecidas... aniquiladas. Por razões há muito esquecidas, duas grandes tribos guerrearam... e dispararam bombas que aniquilaram tudo. Sem combustível, não eram nada. Eles não conseguiriam sobreviver. As enormes máquinas crepitaram e pararam. Seus líderes falaram, falaram, falaram, mas nada deteria a avalanche. Seu mundo desmoronou, as cidades explodiram. Um turbilhão de saques, uma tempestade de medo. Homens começaram a se alimentar de homens. Nas estradas, era um pesadelo terrível. Só os que tinham mobilidade para fugir e brutalidade para pilhar sobreviveriam. As gangues tomaram as rodovias, prontas para guerrear por um tanque de gasolina, e nesse turbilhão decadente... homens comuns foram surrados e esmagados. Homens como Max. O guerreiro Max. No estrondo de um motor, ele perdeu tudo, e se tornou um homem amargo. Um homem desolado, arruinado. Um homem perseguido pelos demônios do passado. Um homem que se aventurou dentro da terra devastada. E foi aqui neste lugar arruinado que ele reaprendeu a viver novamente (MAD MAX 2, 1981).

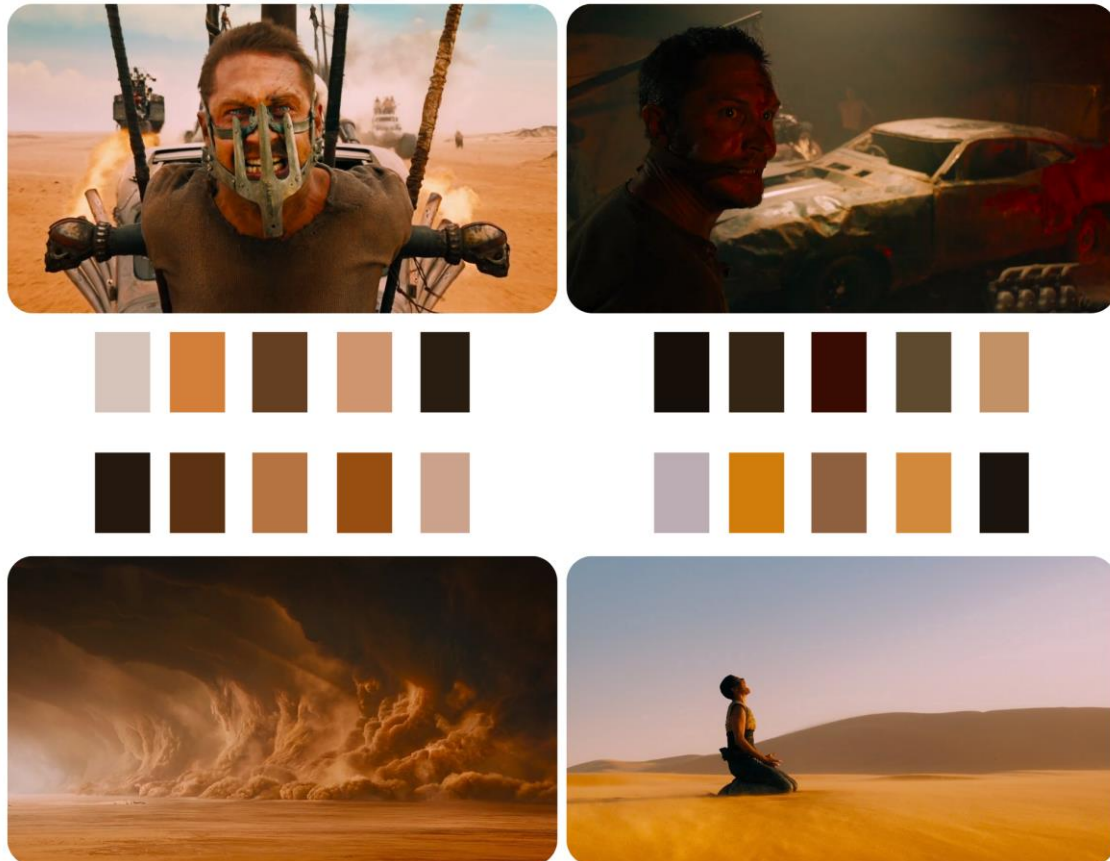
Em *Mad Max: Fury Road* temos uma característica importante, presente em sua fotografia (Figura 1), que são as cores quentes na maior parte do longa, reforçando a ideia da aridez do deserto e de como seria esse mundo sem o principal recurso da natureza: a água. É uma Austrália hostil para todo e qualquer tipo de ser vivo, e os humanos parecem estar sobrevivendo nessa terra em puro instinto de sobrevivência. Assim como nos filmes anteriores, as sociedades ainda se organizam em pequenos agrupamentos que lutam por gasolina, mas em *Fury Road* a falta de água fala mais alto. Não temos um futuro totalmente sem água, mas sim um futuro com acumulação da água potável na figura de uma única pessoa: Immortan Joe. Também temos outras colocações importantes como, a submissão das mulheres como escravas sexuais e geração de herdeiros, a escravidão para guerra e para funcionamento do poder, a extinção de

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

biomas e transformação de grandes áreas em desertos, transformação da terra agrícola para uma terra estéril e a concentração do poder em apenas uma ou algumas poucas pessoas.



Figura 1 - Fotograma do filme Mad Max: Fury Road (2015), que ilustra a presença de cores quentes que persistem durante grande parte do longa. Colometria de autoria própria, feita através do programa Canva.



Fonte: MAD MAX, 2015.

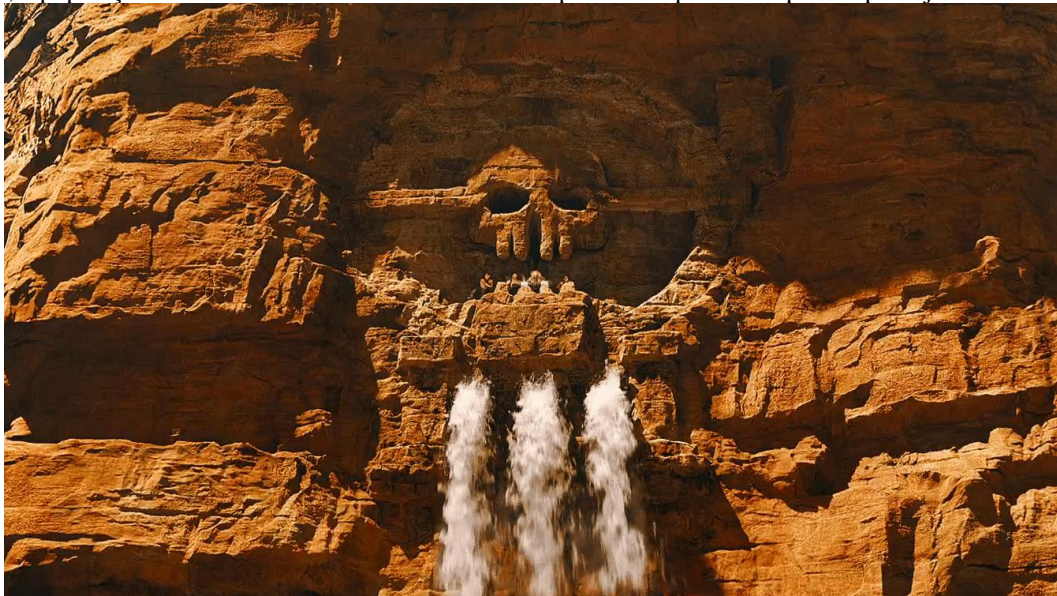
A questão da concentração da água por Immortan Joe, nos chama atenção para a questão real da privatização da água, extremamente atual e perigosa (Figura 2). Estudos mostram que atualmente as regiões que concentram a maior parte da população são as regiões que menos possuem recursos hídricos. Como, por exemplo, a África Subsaariana e o Oriente Médio que concentram 6% da população mundial e tem apenas 1% dos recursos hídricos (PINTO, 2017). Barlow e Clarke (2003) estimam que a responsabilidade por futuras guerras pela água será das grandes corporações que privatizam esse recurso. Essas corporações conhecidas também por “senhores das águas” ou “barões das águas” podem exercer uma pressão em países com economia periférica para que privatizem a distribuição de água para suas populações. A água foi determinada como um serviço pela OMC, podendo ser comercializada no seu processo de coleta; isso fez com que corporações como a Coca-Cola, Nestle e Perrier passassem a dominar o comércio da água em regiões como a África. A empresa suíça Nestle e a francesa Perrier juntas são donas de 30% do mercado, e a Danone em conjunto com a

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Pepsi-Cola e a Coca-Cola 15%. Futuramente essas mesmas empresas podem se relacionar com a exportação de água. Uma franquia grandiosa como *Mad Max* mostra, de certa forma, que filmes chamados popularmente de *blockbusters*, podem trazer e desenvolver temas que são de extrema importância para discussão popular. Consumimos filmes como *Mad Max* pelo entretenimento, porém temos discussões, reflexões e preocupações das quais precisamos fornecer nossa maior preocupação. Existem pesquisas científicas, como o artigo de Barlow e Clarke, que nos mostram os dados: a água está sendo privatizada e esgotada. E existem os filmes e outras produções artísticas que nos mostram as subjetividades vividas durante o processo de privatização dos recursos hídricos.



Figura 2 - Nas cenas iniciais do longa, o personagem *Immortan Joe* abre comportas das quais jorram água, a população da cidade fica embaixo com baldes esperando capturar um pouco que seja do recurso.



Fonte: MAD MAX, 2015.

Para Russel (2010), “os monstros que dominam qualquer cultura ou período particular oferecem um vislumbre pouco usual dos medos e tensões que caracterizam o momento histórico”. Dessa forma, vemos que aquilo que está colocado em filmes como o estudado é a mesma situação pela qual estamos passando em nossa realidade; o petróleo era a grande preocupação colocada nos filmes de 1979, 1981 e 1985, pois era uma questão que estava rondando o imaginário coletivo: “o que será da nossa sociedade quando esgotarmos esse combustível fóssil?”. E em 2015, a preocupação se mostra outra, ainda que o término do petróleo seja inevitável o que se coloca é a possibilidade do extermínio da água, um recurso essencial para qualquer vida do planeta, tornando-se um recurso extremamente particular e instrumento de poder. São preocupações que existem, mas são colocadas de formas extremas pois o ser humano muitas vezes precisa da extrapolação para que esses temas se tornem seu objeto de reflexão. Produções culturais colocam a urgência de temas como o esgotamento da água em nosso imaginário recorrente e atual. Algo que consideramos como uma catástrofe eminente: sabemos que irá acontecer, que não está em um futuro tão distante assim. Mesmo assim,

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

somos deixados ao léu quando notamos que os poderes públicos e as grandes empresas não estão realmente se importando de forma genuína com essa catástrofe.

Referências



BARLOW, M; CLARKE, T. Ouro azul: Como as grandes corporações estão se apoderando da água doce do nosso planeta. São Paulo: M. Books, 2003, p 03-90.

BRAKE, Mark.; THORNTON, Rosi. Science fiction in the Classroom. *Physics Education*, v. 38, n.1, p. 31-34, 2003.

DANOWSKI, Débora; CASTRO, Eduardo. *Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins*. Florianópolis: Desterro, 2014.

FBCN (FUNDAÇÃO BRASILEIRA PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA). Conceito de conservação. SUDAM: Belém, p. 3-11, 1976.

FERRO, Marc. *Cinema e história*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1993.

GIAROLA, Flávio R. Experiências do tempo futuro através da Ficção Científica: Análise das mudanças de percepção do porvir da Guerra Fria ao Século XXI. *Revista História*: São Paulo, n. 178, p.1-31, 2019.

IMDB *Mad Max (1979)*. Disponível em: <<https://www.imdb.com/title/tt0079501/>>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

IMDB *Mad Max 2: A Caçada Continua*. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt0082694/?ref_=tt_sims_tt>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

IMDB *Mad Max 3: Além da Cúpula do Trovão*. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt0089530/?ref_=tt_sims_tt>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

IMDB *Mad Max: Estrada da Fúria*. Disponível em: <https://www.imdb.com/title/tt1392190/?ref_=nv_sr_srsg_0>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia. Estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno. EDUSC: Bauru, 2001.

MAD MAX: ESTRADA DA FÚRIA Direção: George Miller. Australia e Estados Unidos: Kennedy Miller Mitchell e Village Roadshow Pictures, 2015. Blu Ray (120 minutos). son., col.

MARTINS, Marcos L. *História e meio ambiente*. Faculdades Pedro Leopoldo, p.9-31, 144p, 2007.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

NAUMAN, Ann K.; SHAW, Edward. Sparking Science Interest through Literature: Sci-Fi Science. *Science Activities*, v. 31, n. 3, p. 18-20, 1994.



NÓVOA, Jorge L. B. *Apologia da relação cinema-história*. O olho da história, v. 1, n. 1, p. 109-122, 1995.

PALMIERI, L. *As 6 críticas sociais pesadas que você não conseguiu enxergar em Mad Max — A Estrada da Fúria*. Disponível em: <<https://medium.com/brasil/as-6-cr%C3%ADticas-sociais-pesadas-que-voc%C3%AA-n%C3%A3o-conseguiu-enxergar-em-mad-max-a-estrada-da-f%C3%BAria-f77955ff3874>>. Acesso em: 03 de Setembro de 2020.

PINTO, Elis. Geopolítica da água. *Revista de Geopolítica*: v. 8, n.1, p. 19-32, 2017.

ROBERTS, Adam. *A verdadeira história da Ficção Científica: Do preconceito à conquista das massas*. São Paulo: Seoman, 1 ed, 2018.

ROTTENTOMATOES, *Mad Max: Fury Road*. Disponível em: <https://www.rottentomatoes.com/m/mad_max_fury_road>. Acesso em: 03 de setembro de 2020.

RUSSEL, Jamie. *Zumbis: o livro dos mortos*. São Paulo: Leya Cult, 20

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

**NEM TUDO QUE ACABA TEM FINAL: CONTINUIDADES DA
SOCIEDADE DE CULTURA ARTÍSTICA BRÁSÍLIO ITIBERÊ EM
PONTA GROSSA (PR)**

Isabele Fogaça de Almeida¹



¹Secretaria de Estado da Educação - PR

Introdução:

O presente trabalho tem por objetivo compreender as influências culturais e artísticas, que a Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê (SCABI), provocou no município de Ponta Grossa -PR. Por iniciativa de intelectuais, esta instituição começou a atuar em 1945, em Curitiba, capital do estado do Paraná, com o intuito de fomentar a cultura erudita nessa cidade. Alguns anos depois, em 1949, a SCABI criou uma filial em Ponta Grossa, cidade que nesse período passava por um momento de inércia cultural. Dessa forma, foram trazidos para a cidade em espetáculos artísticos regulares, cantores líricos, orquestras, instrumentistas, bailarinos, de renome nacional e internacional; para se apresentarem para um público restrito de associados, até 1972. Utilizamos como fontes principais relatórios administrativos, programas de apresentações, e recortes de jornais da hemeroteca que compõem o acervo da SCABI presente no Centro de Documentação e Pesquisa da Casa da Memória da Fundação Cultural de Curitiba; e também, as narrativas que entrelaçam tempo, sociedade e espaço sobre a filial da SCABI, presentes nos jornais Diário dos Campos e Jornal da Manhã. A abordagem metodológica foi realizada mediante análise de caráter descritivo exploratório dessa documentação, possibilitando o entendimento da existência singular da SCABI, que refletiu e reflete na sociedade ponta-grossense, tanto na área musical, com a formação de instituições como a Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa (OSPG) criada em 1954 e o Conservatório Dramático Musical Maestro Paulino Martins Alves (CDM) criado em 1972, ambos atuantes até hoje; quanto na área da dança com a Academia de Ballet Clássico e Espanhol do Clube Pontagrossense, dirigida por Emma Sintani, que atuou de 1963 a 1994 e a tradição do ballet clássico; demonstrando que de certa forma, os bens simbólicos mediados e legitimados pela SCABI ainda estão em voga em Ponta Grossa.

1. A Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê

A Sociedade de Cultura Artística Brasília Itiberê foi uma instituição criada por um grupo de intelectuais²⁴ que tinham por objetivo difundir e incentivar a movimentação cultural, especialmente na área musical, em Curitiba. Essa sociedade,

²⁴ Convidados por três agentes, a saber: o intelectual, professor e jornalista Raul Rodrigues Gomes (1889-1975), que participou efetivamente em ações para promoção da cultura, arte e educação no Paraná, ajudando a criar várias instituições; o professor e crítico de arte Adriano Robine (1902-1982); e o professor Erasmo Pilotto (1910-1990).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

sem fins lucrativos, começou a atuar a partir de 1945²⁵, promovendo apresentações de bailarinos, cantores líricos, orquestras, instrumentistas nacionais e internacionais; bem como cursos e palestras ministrados por renomados intérpretes e compositores, aos associados que contribuía com uma mensalidade.

A pouco mais de cem quilômetros, em Ponta Grossa, cidade que depois de ter passado por um período de franco e visível desenvolvimento econômico, social e cultural, que vinha acontecendo desde o final do século XIX; na década de 1940 acabou perdendo espaço no contexto paranaense para novas cidades do norte e sudoeste.

Pensando esses processos, intelectuais ponta-grossenses se preocuparam com os rumos da cidade, e passaram a se dedicar a instituições que mantivessem o incentivo principalmente cultural. Entre as instituições criadas estão o Centro Cultural Euclides da Cunha (CCEC) e o seu Museu²⁶, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa (FAFI)²⁷ e a filial da SCABI em 1949.

Identificamos os agentes que dirigiram a SCABI em Ponta Grossa, como sendo um grupo de intelectuais, abrangendo nesse termo, tanto homens como mulheres. Esses e essas intelectuais divulgavam suas ideias a respeito da cultura, produzindo meios de acesso e de assimilação dos bens culturais, a um público-alvo, grupo essencial no processo de mediação, que se identificava e reconhecia esses bens como portadores de um valor simbólico na sociedade.

Através do poder simbólico invisível da cultura, o processo de comunicação mediado por esses (as) intelectuais compreendeu razões coletivas e individuais, valores e princípios em comum, que acabaram por reforçar as barreiras das exclusões simbólicas e sociais; já que os bens culturais divulgados ao grupo de receptores – os associados pagantes, estiveram vinculados ao viés erudito. Contribuindo dessa forma, para reproduzir determinada estrutura social em Ponta Grossa.

Para um acúmulo de capital cultural e simbólico, a SCABI era uma das frentes de atuação em que se encontravam reunidos esses homens e mulheres que possuíam força atuante dentro das disputas de poder. A rede de sociabilidades desse grupo de intelectuais foi essencial para o sucesso do número de associados, que já no primeiro ano contava com 507 sócios contribuintes, em uma população de aproximadamente

²⁵ Juridicamente, ela foi fundada em 1944; porém aqui será considerado o ano em que ela iniciou efetivamente suas atividades culturais, nesse caso, 1945.

²⁶ Criado em 1948, tendo como fundador e presidente o intelectual Faris Antônio Salomão Michaele, o CCEC congregou como sócios, agentes representativos na sociedade ponta-grossense, entre os quais, “[...] os mais conhecidos e mais conceituados professores, advogados, militares, médicos, comerciantes, artistas, escritores [...]” (DITZEL, 2007, p.65). No decorrer da sua existência até 1985, desenvolveu diversas atividades na direção do seu objetivo, como a publicação de um jornal trimestral - o Tapejara; realização de reuniões, conferências, cursos; a organização de uma biblioteca; e do Museu do CCEC em 1950. Em 1983 o museu recebeu o nome que continua tendo até o presente momento: Museu Campos Gerais (MCG), que atualmente é administrado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Culturais (Proex) da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

²⁷ Em 1948 um grupo de intelectuais do CCEC, criou uma Comissão para projetar a fundação da FAFI, como resultado, no dia 8 de novembro de 1949, o Decreto n. 8837 do Governador do Estado do Paraná - Moisés Lupion, autorizou a criação dessa instituição. Posteriormente a FAFI foi incorporada à Faculdade Estadual de Farmácia e Odontologia de Ponta Grossa (1952), a Faculdade Estadual de Direito de Ponta Grossa (1954) e a Faculdade Estadual de Ciências Econômicas e Administração de Ponta Grossa (1966); resultando em 1969 na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

53.000 habitantes²⁸, número que muito se aproximava aos 544 sócios²⁹ da matriz de Curitiba, que estava em sua quinta temporada de apresentações em uma cidade com aproximadamente 180.000 habitantes³⁰, ou seja, um contingente populacional bastante superior ao de Ponta Grossa.

A década de 1950 foi a que mais a SCABI de Ponta Grossa promoveu apresentações. Durante o período de atuação da filial de 1949 até 1972, foram promovidas 133 apresentações³¹, sendo que dessas, 98 aconteceram na década de 1950; essa década teve uma média de dez apresentações anuais; um número bastante superior ao da década de 1960, que foi de aproximadamente três apresentações. Só por esses números já podemos perceber que a atuação da SCABI na década de 1960, no sentido de promover espetáculos artísticos, decaiu mais que a metade se comparada à década anterior.

As menções na imprensa diária também decaem significativamente, apenas alguns concertos são anunciados; os relatórios administrativos da filial que eram produzidos anualmente e que estão disponíveis no acervo da SCABI, só vão até o ano de 1960.

A notícia do *DC* de quatro de março de 1972 confirma que houve uma paralização na década de 1960 nas apresentações da SCABI de Ponta Grossa:

Dia 20 do corrente, segunda-feira, a Sociedade de Cultura Artística 'Brasílio Itiberê', reinicia atividades após alguns anos de paralização.

Presidida pelo sr Emílio Voigt, a entidade que foi criada para promover a cultura artística através de concertos de projeção internacional, foi ficando esquecida no tempo e acabou quase que sucumbindo. Agora, um esforço inaudito vai recoloca-la em ação. Esforço que esperamos não seja inglório merecendo a aprovação e o apoio de todos os princesinos.

[...] Com uma mensalidade reduzida e número de sócios que aos poucos foi deixando de acompanhar a evolução da cidade, a SCABI chegou a uma situação difícil para sua sobrevivência. Não chegou a desaparecer propriamente, mas ficou em recesso durante um bom período, sem qualquer condição de voltar a promoção de grandes espetáculos. Hoje, cobrando 1 cruzeiro mensal, uma entidade que é um reforço ao próprio cognome da 'Capital Cívica do Paraná', ainda reinicia em passos incertos e para os quais se chamam as atenções gerais das autoridades e da população.

Espectáculo de música erudita, palestras sobre clássicos e promoções de gabarito intelectual elevado cabem perfeitamente no roteiro da SCABI que não pode acabar. Principalmente agora que Ponta Grossa atravessa o franco estágio de universitária. E o seu Presidente, Emílio Voigt sabe disso. Por isso, se propõe a continuar. Mas quer o apoio de todos. Da união se faz a força, e com ela que levantamos a entidade artística.

[...] Oxalá, seja a próxima segunda-feira, dia 20, uma data histórica para Ponta Grossa, ao marcar o reinício das atividades da SCABI e o alicerçamento para o seu programa eficiente de promover a cultura entre os pontagrossenses em geral.³²

²⁸. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 1953: Estado do Paraná, seleção dos principais dados. Rio de Janeiro: IBGE, 1953. p. 8.

²⁹ *Ibid.*, p. 10.

³⁰ BRASIL, *op. cit.*

³¹ Que a autora contabilizou, a partir das fontes pesquisadas.

³² DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 4 de março de 1972.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

As informações dessa notícia esclarecem muitos elementos a respeito da decadência da SCABI em Ponta Grossa. A diminuição significativa do número de sócios nos últimos anos inviabilizou a promoção de apresentações, apresentações essas que eram a razão da instituição existir. Para tanto, nessa pesquisa consideramos que houve um recesso da SCABI entre 1968 e 1971 – período em que não promoveu espetáculos.

A notícia também pode ser entendida como um apelo à população pontagrossense e autoridades para que apoiassem tal iniciativa, se associassem a SCABI, comparecessem ao recital, e que o resultado dessa união pudesse oportunizar o patrocínio de novos concertos. O concerto de reinício das atividades foi com Antônio Lauro Del Claro no Clube Pontagrossense – “filho de um pontagrossense dos mais ilustres, o sr Lauro Del Claro, que se constitui em mais uma motivação para o prestígio de todos os princesinos”³³.

Todo o empenho para promover essa apresentação e colocar a SCABI em ação novamente, parece não ter encontrado ressonância junto à população pontagrossense. No anúncio desse concerto foi a última vez que a SCABI foi mencionada no *JM* e *DC*, nem um comentário posterior, nem uma apresentação posterior até o ano de 1973³⁴.

Para tanto, consideramos que o concerto de Antônio Lauro Del Claro em 1972, foi a última apresentação promovida pela SCABI de Ponta Grossa, e assim a instituição acabou. Mas, nem tudo que acaba tem final.

2. Influências na música em Ponta Grossa

Ainda durante o período de atuação da SCABI, é possível identificar influências na área musical de Ponta Grossa. Georgeana Lanzini Vendrami aponta algumas dessas influências³⁵ em sua dissertação intitulada *Conservatório de Música de Ponta Grossa: (Re) produção cultural e distinção social (1971-1995)*³⁶, e na sua tese intitulada *Conservatório Maestro Paulino (1971-2014) no contexto da formação do campo cultural em Ponta Grossa (PR): possibilidades e limites de promoção da cultura musical como elemento de humanização*³⁷.

Um dos principais objetivos da criação da filial da SCABI era fomentar a cultura erudita em Ponta Grossa, e como pudemos observar pelos inúmeros concertos

³³ DIÁRIO DOS CAMPOS. *op. cit.*

³⁴ Último ano em que foi pesquisado a SCABI no *JM* e *DC*.

³⁵ Assim como Aída Mansani Lavallo no seu livro *Germânia-Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa* (1996), Georgeana Lanzini Vendrami tanto na sua dissertação quanto na tese, considera que a SCABI teve duração de 1949 a 1959. Apesar de essa pesquisa ter constatado que a SCABI durou até 1972, concordamos com Vendrami que a gênese da OSPG, e depois a do CDM, possuem ligação com a SCABI.

³⁶ VENDRAMI, G. L. *Conservatório de Música de Ponta Grossa: (Re) produção cultural e distinção social (1971-1995)*. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

³⁷ VENDRAMI, G. L. *Conservatório Maestro Paulino (1971-2014) no contexto da formação do campo cultural em Ponta Grossa (PR): possibilidades e limites de promoção da cultura musical como elemento de humanização*. 2015. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

promovidos com certa frequência, essa instituição atingiu esse objetivo e criou um ambiente artístico que segundo Vendrami, acabou

[...] interferindo na formação do gosto musical erudito e inspirando a formação de instituições musicais como a OSPG, e por derivação, o CMP. Em certa medida, uma ampliação do seu alcance.³⁸



Influenciada pelo contexto cultural propiciado pela SCABI, a Orquestra Sinfônica de Ponta Grossa foi criada em 1954³⁹; a partir da iniciativa de oito músicos amadores que se uniram para tocar juntos, a saber: João Gehr, Jorge Kluppel, Oscar Tockus, Francisco Rizental, Jacob Schmikler Júnior, Mauro Fausto Gil, Efigênio Brandão e Frederico de Geus; alguns deles eram sócios da SCABI⁴⁰ e também faziam parte do Jazz Guarani⁴¹.

Diferente da SCABI, essa iniciativa foi da sociedade civil, mas teve apoio do Estado, principalmente por motivos econômicos. Até mesmo no termo “orquestra sinfônica” pode-se perceber o anseio pela sustentação pública, pois se opõe ao termo “filarmônica”, que faz alusão às orquestras que têm apoio de instituições privadas, ou misto⁴².

A concepção de cultura e de música da OSPG e da SCABI era muito semelhante, e por consequência, o tipo de público também. O posicionamento estético dava valor à cultura erudita, e usava isso para diferenciar o pequeno público dessas instituições do restante da população.

Em onze de maio de 1956 no Clube Guáira, a SCABI em sua oitava temporada, chegou a patrocinar um concerto da OSPG sob a regência do Maestro Paulino Martins Alves:

Figura 32 – Capa do programa do concerto da OSPG promovido pela SCABI

³⁸ *Ibid.*, p. 49.

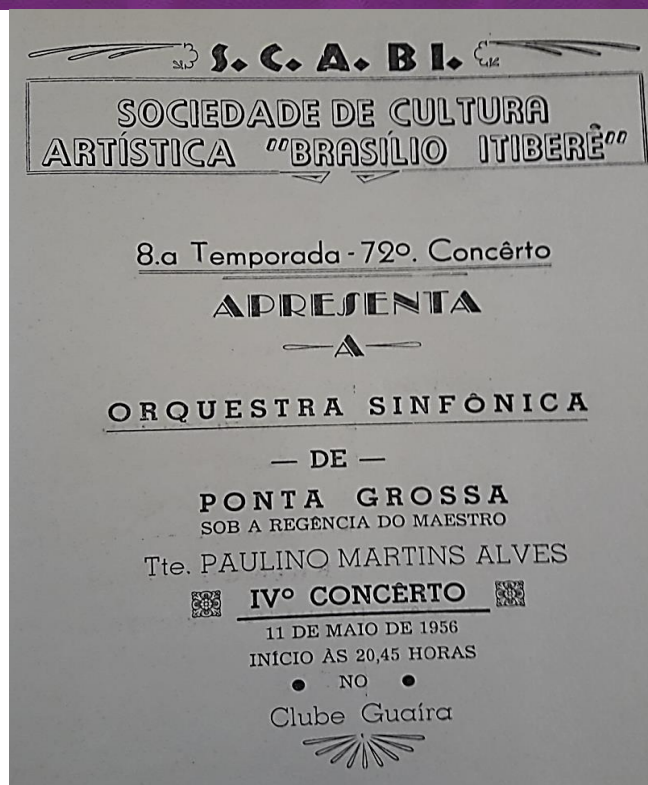
³⁹ O primeiro concerto ocorreu apenas em 1955, dia 21 de junho.

⁴⁰ Oscar Tockus também fez parte do departamento de propaganda da SCABI.

⁴¹ VENDRAMI, G. L. *Conservatório de Música de Ponta Grossa: (Re) produção cultural e distinção social (1971-1995)*. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010. p. 54.

⁴² VENDRAMI, *loc. cit.*

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021



PAGE

Fonte: Disponível no acervo da Casa da memória Paraná

Esse concerto é mais um fator que indica a aproximação entre as duas instituições. O intelectual e Maestro Paulino Martins Alves (1893-1973) além de ter atuado em diversas atividades culturais ligadas à música em Ponta Grossa, também havia sido conselheiro social na primeira direção da SCABI, e fez parte do grupo conhecido como “Amigos da Música” da década de 1960, composto por integrantes da OSPG – junto com Paulino Martins Alves, estavam nesse grupo Alfredo Bertholdo Klas, Bertoldo Berg, Didi Doná, Eduardo Strona, João Gehr, Jorge Klüppel, José Kanawate, José Vieira dos Santos, Moacir Francisquini, Oscar Tockus, José Muzzillo, e Emílio Voigt⁴³.

Os três últimos agentes também fizeram parte da direção da SCABI, Oscar Tockus no departamento de propaganda, José Muzzillo esteve na presidência de 1955 a 1960, e Emílio Voigt como conselheiro social na primeira diretoria, e presidente em 1951, 1952 e 1965 a 1972; os dois presidentes que tiveram por mais tempo à frente da instituição.

Em 1972, no ano em que a SCABI acaba, os “Amigos da Música” foram responsáveis pela criação da Escola Municipal de Música Tenente Paulino Martins Alves (EMM)⁴⁴. Essa nomenclatura é uma homenagem ao Maestro Paulino Martins Alves, e foi alterada posteriormente por motivo de readequação administrativa, para

⁴³ VENDRAMI, G. L. *Conservatório de Música de Ponta Grossa: (Re) produção cultural e distinção social (1971-1995)*. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010. p. 51.

⁴⁴ Decreto-lei 232/72, de 27 de julho de 1972.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Conservatório Dramático Musical Maestro Paulino Martins Alves (CDM), terminologia que usamos nesse texto.

O objetivo inicial dessa instituição era o avanço técnico dos integrantes da OSPG e a formação de novos músicos para compor a orquestra, para que se pudesse substituir a saída de integrantes, muitos dos quais já eram idosos. Assim, essa iniciativa visava garantir a continuidade da OSPG⁴⁵, e

[...] garantiria ainda a formação, a difusão e a continuidade da representação de um gosto cultural distinto, que compunha o habitus do campo artístico musical integrado pelo grupo de músicos da OSPG e por uma parcela da elite da sociedade que no passado se associava à SCABI e ao seu posicionamento estético.⁴⁶

O gosto cultural imbricado no CDM também se aproximava com o da SCABI. A Escola de Música e Belas Artes do Paraná (EMBAP), instituição especializada na formação de artistas visuais e músicos, que foi criada por incentivo da SCABI de Curitiba, foi essencial na estruturação pedagógica do CDM.

A maior parte dos músicos e professores que atuaram no CDM eram formados pela EMBAP em Curitiba, a primeira escola superior de música do estado; dessa forma, a EMBAP influenciou diretamente as metodologias, currículos, e visões a respeito da música adotadas no CDM⁴⁷.

Desde o início do CDM, há presença do poder público municipal, que cede espaço para a escola; e também o seu funcionamento, depende de recurso financeiro desse setor. Entretanto os dirigentes do conservatório não eram, nem são da classe política municipal, e a história do CDM é permeada por embates entre os dois lados⁴⁸.

Mesmo tendo escassos recursos em diversos momentos, o CDM conseguiu atender a uma demanda de alunos que foi aumentando ao longo do tempo, permitindo com que parte da sociedade tivesse acesso à expressão artística musical - o que engloba tanto as pessoas que aprenderam a executar um instrumento musical, quanto o público que assistiu às apresentações:

O Conservatório de Música Maestro Paulino é o celeiro de talentos musicais de Ponta Grossa. Em 2019 foram cerca de 400 alunos, desde crianças até idosos, e mais de 120 eventos durante o ano (intervenções artísticas, concertos, recitais, entre outros), com público total que ultrapassou 10 mil pessoas. Além dos projetos próprios, como o Festival de Música, Audições de Verão, Audições de Inverno e Música na Chaminé, apoia e sedia diversas iniciativas e eventos, como o Coro em Cores e atividades do curso de Música da UEPG.⁴⁹

Em anos de processos históricos, de vínculos, tensões, disputas de poder e pressões, a OSPG e o CDM existem até hoje e promovem a difusão da cultura musical

⁴⁵ VENDRAMI, *op. cit.*, p. 56-57.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 57-58.

⁴⁷ VENDRAMI, G. L. *Conservatório de Música de Ponta Grossa: (Re) produção cultural e distinção social (1971-1995)*. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010. *passim*.

⁴⁸ Mais sobre esses embates pode ser visto em: VENDRAMI, G. L. *Conservatório Maestro Paulino (1971-2014) no contexto da formação do campo cultural em Ponta Grossa (PR): possibilidades e limites de promoção da cultura musical como elemento de humanização*. 2015. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

⁴⁹ CONSERVATÓRIO Musical Maestro Paulino. Disponível em: <https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/conservatorio/>. Acesso em: 30 out. 2020.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

em Ponta Grossa. Como pudemos perceber pelas aproximações de agentes sociais que organizaram essas instituições, da concepção de cultura, de educação musical, a SCABI foi determinante na criação e atuação das mesmas.

Se por um lado, a SCABI foi sucumbindo ao longo do tempo, e um dos motivos pode ser até a migração do seu público para os concertos da OSPG; por outro lado, ela influenciou a criação da OSPG e coexistiu com essa instituição até certo ponto, e a OSPG foi responsável pela iniciativa do CDM. Sendo assim, a SCABI sobrevive na área musical, não com essa terminologia, mas com seus ideais, concepções e valores.

Outra instituição musical que existiu em Pontas Grossa, antes da criação da OSPG e do CDM, se chamava Conservatório Musical Maestro Cyrillo Ferreira. Esse conservatório foi fundado em janeiro de 1952 por Carol Ferreira - professora, pianista, cantora, poetisa e bailarina; que satisfez assim, um dos desejos do seu pai, Maestro Manoel Cyrillo Ferreira⁵⁰.

Curso de piano, violino, arte dramática, violão, desenho, pintura e *ballet* eram ofertados no conservatório, o que contribuiu para o incentivo cultural e artístico da cidade⁵¹. Foram encontradas poucas informações a respeito desse conservatório, não se sabe ao certo quanto tempo ele durou⁵², mas vale registrar sua existência, e que sua fundadora, a intelectual Carol Ferreira, também participou da primeira direção da SCABI em 1949 como conselheira social; o que pode apontar para certa convergência entre as visões de arte das duas instituições e ainda, para o contexto musical que foi beneficiado pela SCABI, e que pode ter contribuído para a criação do Conservatório Musical Maestro Cyrillo Ferreira.

3. Influências na dança em Ponta Grossa

Antes mesmo de a SCABI parar de promover espetáculos, a própria instituição foi responsável por convidar em 1963 uma bailarina boliviana chamada Emma Sintani (1940-2003)⁵³ para fundar e dirigir a primeira academia voltada exclusivamente para dança em Ponta Grossa, que se chamava Academia de Ballet Clássico e Espanhol do Clube Pontagrossense⁵⁴. Não era uma academia pública, as pessoas que desejavam fazer

⁵⁰ Foi funcionário do governo municipal e maestro da banda Aurora Pontagrossense. In: KUS, J. P. *Legislação urbana no início do século XX em Ponta Grossa-PR: normatização e reclamações no processo de construção da cidade (1914-1925)*. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015. p. 57.

⁵¹ A TARDE. Curitiba, 19 de setembro de 1955.

⁵² Uma nota do jornal *Correio de Notícias* do dia 10 de março de 1990, sobre o artista plástico pontagrossense Sidney Mariano, menciona que ele foi diplomado em pintura em 1967 pelo Conservatório Musical Maestro Cyrillo Ferreira. Dessa forma pode-se concluir esse conservatório existiu pelo menos até 1967.

⁵³ Emma Sintani foi bailarina, professora e coreógrafa. Começou seus estudos em La Paz, com 17 anos integrou como solista principal o corpo de bailarinos do Ballet Oficial da Bolívia e a partir daí fez excursões artísticas em vários países e ganhou diversos prêmios e títulos. Acompanhada do bailarino que já havia sido seu aluno, Renan Castellon, veio para o Brasil, e passou a se dedicar posteriormente, ao lado de Castellon, à Academia de Ballet Clássico e Espanhol do Clube Pontagrossense. In: PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. Concurso Emma Sintani acontece neste domingo. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/19201>. Acesso em: 30 out. 2020.

⁵⁴ É importante destacar que essa não foi a primeira iniciativa de ensino de dança em Ponta Grossa, mais especificamente de ballet clássico. Como visto, em 1952 foi criado por Carol Ferreira o Conservatório

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

parte dela, precisavam pagar uma mensalidade; o que reforça que mais uma vez uma iniciativa da elite que reproduz a cultura erudita, se contrapõe à popularização da arte.

A Academia de Ballet Clássico e Espanhol do Clube Pontagrossense teve uma boa aceitação na cidade de Ponta Grossa, e também, chegou a se apresentar em diversos palcos pelo Brasil. Pode-se dizer que a SCABI além de viabilizar a concretização da academia, preparou anteriormente uma parcela da sociedade tornando familiares manifestações artísticas com viés erudito, trazendo para se apresentarem bailarinos e bailarinas que eram principalmente clássicos, consoante com o estilo de dança difundido pela academia.

O *ballet* clássico surgiu na Itália renascentista como um meio de impor formas aceitáveis de comportamento, passando a ser um dos elementos centrais da vida da corte com o passar dos anos. Posteriormente, passou ao teatro e conforme Marcos Neira e Silvia Sborquia tornou-se referencial de erudição; mas também, foi contestado pelo *ballet* moderno no início do século XX que rejeitava seu rigor acadêmico, e propôs um estilo inspirado na própria natureza e liberdade de expressão, considerando necessário extrapolar a cópia e a mímica⁵⁵. Nesse sentido, havia outros inúmeros estilos de dança possíveis, inclusive de *ballet*, mas essa escolha também está de acordo com determinados interesses de produção de sentidos da instituição.

Mesmo depois de a SCABI acabar, a academia continuou existindo e movimentando a cultura da dança em Ponta Grossa. Por mais de vinte anos foi a única academia de dança da cidade⁵⁶, foram ensinados muitos bailarinos e bailarinas que participaram de apresentações regulares até o seu fechamento em 1994, quando Emma Sintani retornou à Bolívia. Posteriormente outras academias de dança foram criadas, e no geral, o estilo que predomina nestas até a atualidade, não por acaso, é o *ballet* clássico.

A importância de Emma Sintani no desenvolvimento da dança em Ponta Grossa não foi esquecida, seus feitos reverberam até hoje. Desde 2013 existe o Concurso de Dança Emma Sintani, que avalia a partir dos critérios de interpretação artística, técnica, harmonia do grupo e figurino⁵⁷; a apresentação de coreografias e elege os melhores grupos de dança de Ponta Grossa e região:

Emma Sintani foi uma grande dançarina e coreógrafa boliviana. Em 1963, fundou uma das principais escolas de dança de Ponta Grossa, a convite da Sociedade Artística Cultural Basílio Itiberê (SCABI). [...] Acompanhada do bailarino Renan Castellon, veio para o Brasil, onde foi professora e coordenadora do Setor de Dança da Universidade Estadual de Ponta Grossa e recebeu o título de cidadã honorária ponta-grossense. Faleceu em 13 de maio de 2003 em sua terra natal. Renan estará presente no evento como convidado especial no concurso. Seguindo sugestão do Conselho Municipal de Política Cultural, o concurso foi nomeado de Emma Sintani como forma de

Musical Maestro Cyrillo Ferreira que tinha uma escola de ballet anexa. Além dessa escola, durante a pesquisa sobre a SCABI nos jornais da cidade, encontraram-se notícias do ano de 1954 sobre outro curso de ballet, promovido pelo clube Dante Alighieri (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1954)

⁵⁵ SBORQUIA, S. P.; NEIRA, M. G. As Danças Folclóricas e Populares no Currículo da Educação Física: possibilidades e desafios. *Motrivivência*, v. 20, n. 31, p. 79-98, 2008. p. 84.

⁵⁶ A segunda academia de dança da cidade foi a La Ballerina, criada em 1986.

⁵⁷ PONTA GROSSA. *Prefeitura Municipal. Concurso Emma Sintani acontece neste domingo*. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/19201>. Acesso em: 30 out. 2020.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

homenagear a bailarina, que prestou relevantes serviços à cultura princesina.⁵⁸

Além da homenagem com o Concurso que leva seu nome, existe também desde 2014, o Prêmio Emma Sintani de Dança que é entregue anualmente durante a Semana da Cultura Bruno e Maria Enei, pelo Conselho Municipal de Política Cultural, Fundação Municipal de Cultura e Prefeitura de Ponta Grossa. O intuito dessa premiação é reconhecer, homenagear e incentivar pessoas que contribuíram para o incentivo e desenvolvimento da arte da dança na cidade⁵⁹.

Dessa forma, por trás do critério escolhido para cada pessoa que é premiada, por trás de cada coreografia eleita como melhor, por trás da preferência pelo *ballet* clássico em detrimento de outros estilos de dança, existem, agentes interligados, gostos estéticos legitimados, relações de disputa por poder e um contexto cultural que remonta a atuação da SCABI na cidade.

Considerações finais

Apesar do fim da filial da SCABI, verificamos que ela representou uma força social que ainda exerce influência em Ponta Grossa, e que ela cumpriu com seu objetivo de criação: fomentar a cultura erudita na cidade; de forma que não há registros na história local de outra instituição civil que tenha feito algo parecido: promover tantas apresentações, com tantos artistas de renome, em tanto tempo.

Através da arte mediada, a SCABI preservou as características, valores e referenciais de determinados grupos e pessoas; e mesmo que muitos de nós, não tenham atualmente a consciência de que essa instituição existiu, ela ainda permeia as relações culturais, que reproduz uma ordem profundamente enraizada.

Referências

A TARDE. Curitiba, [19--]. CONSERVATÓRIO Musical Maestro Paulino. Disponível em: <https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/conservatorio/>. Acesso em: 30 out. 2020.

CORREIO DE NOTÍCIAS. Curitiba, [1978-19--].

DIÁRIO DOS CAMPOS. Ponta Grossa, 1907-.

DITZEL, C. de H. M. *Imaginário e representações: o integralismo dos Campos Gerais (1935-1955)*. Ponta Grossa: UEPG, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 1953: Estado do Paraná, seleção dos principais dados*. Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

KUS, J. P. *Legislação urbana no início do século XX em Ponta Grossa-PR: normatização e reclamações no processo de construção da cidade (1914-1925)*. 2015. 150 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

⁵⁸ PONTA GROSSA, *loc. cit.*

⁵⁹ PRÊMIOS culturais. Disponível em: <https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/premios-culturais/> Acesso em: 14 dez. 2020.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

LAVALLE, A. M. *Germânia-Guaíra: um século de sociedade na memória de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Centro de Publicações, 1996.

PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. *Concurso Emma Sintani acontece neste domingo*. Disponível em: <http://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/19201>. Acesso em: 30 out. 2020.

PRÊMIOS culturais. Disponível em: <https://cultura.pontagrossa.pr.gov.br/premios-culturais/>Acesso em: 14 dez. 2020.

SBORQUIA, S. P.; NEIRA, M. G. As Danças Folclóricas e Populares no Currículo da Educação Física: possibilidades e desafios. *Motrivivência*, v. 20, n. 31, p. 79-98, 2008.

VENDRAMI, G. L. *Conservatório de Música de Ponta Grossa: (Re) produção cultural e distinção social (1971-1995)*. 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

VENDRAMI, G. L. *Conservatório Maestro Paulino (1971-2014) no contexto da formação do campo cultural em Ponta Grossa (PR): possibilidades e limites de promoção da cultura musical como elemento de humanização*. 2015. 244 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A TRANSFORMAÇÃO DA AGRICULTURA PARANAENSE NO PROCESSO DE FOMENTO DA INDÚSTRIA NA DÉCADA DE 1970: DOS CAFEZAIS ÀS LAVOURAS DIVERSIFICADAS



Moreira, Juliane R. S.¹

¹Mestre em História, Cultura e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Os anos de 1960 foram marcados pelo esforço estatal em fomentar a Indústria no Paraná. Ficou constatado que para isso seria necessário promover a instalação de infraestrutura adequada para as instalações industriais, rodovias, energia elétrica, entre outros itens. Assim, na primeira metade dessa década, o governador Ney Braga buscou obter recursos do governo federal para implementar esse projeto, além de financiá-lo com a rentabilidade da produção agrícola do estado, principalmente de seu principal produto, o café.

As tentativas de Braga em angariar o apoio do governo federal para o planejamento do desenvolvimento da indústria no Paraná não foram bem-sucedidas. Porém, a partir da instalação do governo ditatorial militar em 1964, o político paranaense viu as linhas diretivas para a remodelação do setor agropecuário convergirem com seu intento desenvolvimentista.

Na década seguinte, o planejamento do governo do estado alinhou-se ao federal, como ficou demonstrado através do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento, que buscavam dinamizar o setor industrial a partir das receitas obtidas através da agricultura, que deveria passar por um processo de modernização. Essa modernização culminou na mudança de cultivos agrícolas e da configuração fundiária dos estabelecimentos agrários do estado.

Busca-se nesse texto apresentar uma síntese de temas abordados aprofundadamente na dissertação intitulada *Atividade cafeeira entre planos de governo e intempéries climáticas: o caso da cafeicultura no Paraná (1960/1970)*.⁶⁰ A primeira parte versa sobre o planejamento que foi sendo delineado na década de 1960 no intuito de fomentar a industrialização do Paraná, enquanto a segunda parte aborda como o encontro em mesma via do planejamento estadual e federal influenciaram na prática nas mudanças da característica da agricultura do estado durante a década de 1970.

A pesquisa buscou contrastar o discurso persistente no senso comum e reiterado em jornais de que a retração da cafeicultura no Paraná foi causada pela geada de vento que acometeu o estado em 1975, com o cenário político-econômico da época, que desestimulava a produção cafeeira, demonstrando diversos agentes de um mesmo processo.

Em termos de procedimentos de pesquisa foram consultados os acervos documentais do Museu Padre Carlos Weiss e o Núcleo de Documentação de Pesquisa

⁶⁰ Dissertação defendida em 2018, orientada pela prof.^a Dr.^a Alessandra Izabel de Carvalho (PPGH-UEPG) e coorientada pelo prof. Dr. Christian Brannstrom (Texas A&M University System).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Histórica, ambos em Londrina, em busca de jornais publicados no período estudado, além do Arquivo Público do Paraná a fim de analisar documentação oficial do estado, bem como da documentação de diferentes órgãos públicos disponibilizados on-line. Assim, a pesquisa esteve pautada na análise de fontes e revisão bibliográfica.



1. Planejamento estadual pautado na proteção da agricultura para promover a indústria

No início da década de 1960, o Paraná apresentava um incipiente parque industrial, voltado sobretudo ao beneficiamento de produtos agrícolas como o café e a indústria da madeira. Apesar dos altos índices de produção cafeeira alcançados na década anterior, as inversões do ramo para o setor industrial eram frágeis. Segundo estudo do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2006), uma das dificuldades no impulso da indústria local era a insuficiente rede de comunicação entre o norte e o sul do estado, visto que a ligação rodoviária entre a faixa norte e Curitiba se concretizou apenas na década de 1960.

Isso contribuiu para que os investimentos do capital adquiridos através da comercialização do café fossem encaminhados para São Paulo, que sediava o sistema bancário e comercial ao qual estavam relacionadas as rendas do café produzido no Paraná. O excedente de capital que não era reinvestido nas próprias lavouras, incrementava a economia de onde se operavam suas transações comerciais.

Essa questão se mostrou um grande empecilho ao desenvolvimento da indústria paranaense na visão dos planejadores do estado e de Ney Braga, candidato ao governo estadual pelo Partido Democrático Cristão (PDC) no pleito eleitoral de 1960. Eleito governador, Braga expunha que o Paraná atuava como fornecedor de capitais para outras regiões industrializadas, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. As divisas advindas da exportação do café produzido no estado eram investidas na importação de bens de capital para essas regiões, das quais o Paraná passava a consumir produtos industrializados (PARANÁ, 1961). Contudo, esse posicionamento do governador tinha um interesse específico.

A gestão de Ney Braga (1961-1965) esteve concentrada no objetivo de promover a industrialização paranaense, mas, como se demonstrou, existiam dificuldades na atração de capital e de investidores para o estado naquele momento. Não somente porque as divisas do café acabavam por ser investidas, em grande parte, em outros estados da União, mas porque a infraestrutura que o Paraná oferecia ainda era deficitária.

Nos primeiros anos de 1960, a energia elétrica ofertada pelo estado, as redes de comunicação rodoviária e o armazenamento da produção agrícola eram restritas para os ambiciosos planos de dinamização econômica previstos pelo novo governo. As estradas de rodagem eram insuficientes mesmo para promover o escoamento da produção cafeeira pelo Paraná, visto que a ligação entre a região norte e o Porto de Paranaguá foi concretizada apenas no final dessa década.

Com o pensamento em alavancar a economia paranaense pautada na indústria, a Comissão de Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná (PLADEP), já em 1958, elaborou um documento no qual afirmava que o “progresso” paranaense não poderia basear-se na produção primária e sofrer com as flutuações de

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

preços dos produtos agrícolas, cujas consequências eram maiores para o estado do que para a nação (MAGALHÃES, 2006).

Nesse documento, assim como no Estudo nº 23, diagnóstico da situação econômica e social do Paraná, publicado pela PLADEP em 1959, as considerações apontavam que a principal demanda era a construção de infraestrutura para a indústria, com foco nos setores de energia elétrica e transportes (GOMES, 2010). Defendia-se que o processo de industrialização deveria ser encaminhado pelo Estado.

Os estudos da PLADEP foram utilizados para direcionar o projeto de desenvolvimento paranaense na primeira metade da década de 1960, de acordo com Gomes, eles fundamentavam-se no pensamento cepalino, na medida que compreendiam a economia do estado como periférica quando comparada aos centros mais dinâmicos do país, principalmente São Paulo (GOMES, 2010).

Com foco no diagnóstico da situação econômica do estado, planejamento, organização e gestão financeira das empresas de economia mista, em janeiro de 1962 é criada a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR), sob a Lei Estadual 4.529, que também regulamentou a criação do Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE). O FDE foi resultado de um plano alternativo do Estado para angariar recursos à viabilização do projeto de desenvolvimento do Paraná, depois da dupla frustração de Braga com os planos originais, que necessitavam da ajuda do governo federal.

Na Reunião de Florianópolis, ocorrida em março de 1961, estiveram os governadores dos três estados da região sul do país e o presidente Jânio Quadros. Braga apresentou a proposta de criar um fundo com recursos advindos de um confisco cambial das vendas do café para reversão em infraestrutura, sobretudo na região cafeeira do estado. Essa proposta já havia sido apontada como viável e necessária através do Estudo nº 40, da PLADEP, no início do mesmo ano (GOMES, 2010).

No entanto, a proposta de utilizar cambiais do café para um fundo especial voltado às melhorias de infraestrutura no estado não foi aceita, assim como foi frustrada a esperança do governador no investimento do governo federal a partir de Jânio, que renunciou ao mandato presidencial em agosto de 1961.

Assim, o FDE destinava-se exclusivamente às medidas de desenvolvimento, sendo determinados, inicialmente, 40% para o setor de energia, 40% para o setor de rodovias e 20% para o financiamento da iniciativa privada, com prioridade às pequenas e médias empresas de capital nacional (GOMES, 2010). Enquanto isso, o orçamento do estado estaria comprometido com as dívidas públicas.

Braga anunciava, em 1962, a projeção de 20 bilhões de cruzeiros a serem disponibilizados para a CODEPAR pelo FDE no prazo de cinco anos. Desse valor, segundo o governador, seriam destinados 320 milhões de cruzeiros para a Companhia Agropecuária de Fomento Econômico (Café do Paraná), criada em 1961 para financiar as atividades agrícolas e pecuárias, incluindo serviços de mecanização aos agricultores. (PARANÁ, 1962).

De acordo com Braga em suas mensagens de prestação de contas à Assembleia Legislativa, a Café do Paraná promovia ações de distribuição de sementes, principalmente de algodão, milho, arroz, feijão e trigo, e também de raças de gado. A Companhia prestava auxílio técnico aos lavradores e serviços de maquinário agrícola, além da regulação de preços, compra, revenda e exportação da produção. As suas áreas

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

de atuação podem ser melhor compreendidas quando nos atemos ao Plano de Alimentos para o Brasil, que atendia à orientação do governo estadual de “[...] diversificar a produção agrícola em defesa dos mercados local e nacional de alimentos e matérias-primas” (PARANÁ, 1962, p. 43).

Assim, Braga acabou orientando seu governo para o crescimento da indústria com atividades diversificadas e a produção de alimentos para o mercado interno e exportação, quando das grandes safras. O complexo cafeeiro paranaense cumpriu durante o período um papel secundário no planejamento estatal em se tratando de expansão, visto que a meta de seu governo era caracterizar o Paraná como o “celeiro do Brasil” (PARANÁ, 1964, p. 56).

Apesar do estado ser o maior produtor de café, que ainda era o produto primário mais exportado pelo país, o confisco cambial instaurado no governo de Juscelino Kubitschek fazia do retorno das rendas da exportação um constante motivo de reclamações dos políticos locais e mesmo da PLADEP. Esses personagens reivindicavam do governo federal uma postura intervencionista para rever as políticas de crédito e o controle da produção, assim como o nivelamento dos preços para equilibrar a demanda e a oferta do produto no mercado interno (GOMES, 2010).

Todavia, quando apontamos a lavoura cafeeira como secundária, não temos a intenção de diminuir sua relevância à economia paranaense, pois em 1965 o café era responsável por 52% da renda do estado (PARANÁ, 1965), de modo que, no planejamento estadual, a cafeicultura consistia em uma questão sensível. Não se esperava a expansão da lavoura de café e sim sua estagnação econômica, mediante a oscilação de preços do produto no mercado internacional e as intempéries do clima. Em pronunciamento, Braga diz que:

Tais preocupações [referentes ao futuro da cafeicultura no estado] não excluem a necessidade urgente de se dar ao Estado uma estrutura econômica mais equilibrada, através da diversificação da lavoura e dos incentivos substanciais à industrialização, pois é sabido que os progressos da própria agricultura dependem muito da tecnologia e da mecanização [...]. (PARANÁ, 1965, p. XI)

As preocupações do governo federal geraram medidas contemporâneas ao governo de Braga. A fim de equilibrar a oferta de café com a demanda no mercado internacional, o Instituto Brasileiro do Café (IBC) implementou a erradicação dos cafeeiros antieconômicos para dar lugar a empreendimentos agrícolas mais modernos através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), criado em 1961. Essas medidas impactaram as lavouras cafeeiras do Paraná nas duas fases de execução dos programas desenvolvidos pelo GERCA, sendo o primeiro vigente de 1962 a 1966 e o segundo de 1966 a 1968 (CARVALHO, 1999).

O GERCA constituiu uma das medidas implantadas através do governo federal para a cafeicultura no país, diferente daquelas que vinham caracterizando as políticas cafeeiras desde a instalação da lavoura de exportação no Brasil: o controle não seria feito após a colheita, com o sacrifício das sacas de café, mas a racionalização da lavoura por meio da restrição dos cafeeiros plantados que equilibraria a oferta do grão no comércio.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Com a gestão de Paulo Pimentel, a partir de 1966, o Paraná passou a investir na formação de um competitivo plantel de gado. Os delineamentos do governo estadual concorriam para a diminuição progressiva da cafeicultura, substituída por outros cultivos. Para o reestabelecimento de cafezais, ficou recomendado pelo Estado o plantio em áreas mais seguras aos cafeeiros, com tecnologia não empregada no modelo de cultivo tradicional.

Tanto a diversificação de gêneros agrícolas quanto a proposta de modernização da agricultura estiveram ao encontro do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II PND), propostos pelo governo federal em 1971 e 1974, respectivamente, para vigorar de 1972 a 1974 e de 1975 a 1979.

2. A modernização das lavouras no Paraná durante os anos de 1970 e a retração da cafeicultura

A participação das atividades agrícolas continuava a ter grande peso na economia paranaense no início da década de 1970, sobretudo o café. Nesse momento, o estado viu-se em meio ao processo de modernização da agricultura encaminhado, operando significativas mudanças em sua configuração agropecuária.

O I PND havia determinado a relação entre o governo federal e os estados, que cumpririam a função de executar a estratégia delimitada para o crescimento da economia nacional, que previa, além do estreitamento das atividades agropecuárias e industriais, a diversificação da pauta de produtos para exportação, manufaturados e *in natura*. O II PND reforçou a articulação do planejamento nacional aos estaduais para que houvesse “compatibilização de prioridades” (BRASIL, 1974, p. 142).

Na Mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa em 1970, o então governador do Paraná, Paulo Pimentel, agradece o apoio recebido dos poderes Legislativo e Judiciário, que segundo o político, propiciaram uma atuação confiante por parte do estado, nos “rumos que a Revolução imprime aos destinos da Nação” (PARANÁ, 1970, p. VII). Tal afirmativa vem a reforçar a congruência dos desejos da União e do estado. Na análise do Plano Preliminar de Diversificação da Produção na Região Cafeeira (CODEPAR, 1966), de 1966, podemos observar que, antes das metas dos I e II PND serem divulgadas, o governo do Paraná já demonstrava interesse e requeria financiamentos para colocar em prática mudanças no modo de produção agrícola do estado.

Elementos da modernização, como a assistência técnica e a pesquisa, uso de adubos, defensivos e corretivos do solo, mecanização, armazenagem e beneficiamento dos produtos já constavam no Plano Preliminar durante a gestão de Paulo Pimentel. Representavam as ânsias dos governos estaduais, ou interesses particulares, antes mesmo de serem oficializados nos planos de desenvolvimento da União.

O financiamento estadual ao desenvolvimento econômico nas suas diversas áreas de responsabilidade era realizado através de empresas de economia mista e sociedades anônimas, como o Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP), que substituiu a CODEPAR, em 1968, a Café do Paraná, a Companhia Paranaense de Energia Elétrica (COPEL), dentre outras.

A substituição da CODEPAR pelo BADEP alterou a estratégia pela qual se dinamizaria a industrialização paranaense. Pela CODEPAR, o processo industrial

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

pautava-se na substituição de importações, com foco no processamento de matérias-primas agropecuárias (IZEPÃO; TRINTIN, 2003), e com preferência pelas empresas de médio e pequeno porte. Através do BADEP, foi encaminhada uma nova política de incentivos.

Para a pecuária, o estado vinha promovendo, desde os primeiros anos da década anterior, incentivos para a consolidação do plantel de gado para leite e corte, dinamizado através do incremento das pastagens, sobretudo após a efetivação do GERCA, pela substituição de áreas antes ocupadas por cafezais. No campo da agricultura, o risco da dependência excessiva do café mobilizou o governo a estimular a diversificação agrícola nas duas gestões que se seguiram na década de 1960.

A produção cafeeira em 1970 foi pequena em relação aos anos antecedentes devido à incidência das geadas de 1969, apresentando um valor absoluto de 196 mil toneladas. Porém, podemos inferir que esse foi um intervalo, visto que até 1975 os índices de produção mantiveram-se acima de um milhão de toneladas (IPEA, s/d).

Durante o processo de diversificação agrícola, como aponta Kohlhepp (2014, p. 159), a cafeicultura manteve seu predomínio territorial nas áreas que apresentavam “[...] condições de solo mais favoráveis e altitudes propícias, especialmente no âmbito das divisas de águas principais”. Assim, o cultivo cafeeiro permaneceu em vigor, nas áreas de maior relevo, evitando regiões de baixa altitude, como os vales, em que a incidência de geadas era mais acentuada. Os solos compostos por terra roxa e pela mistura desta com o arenito Caiuá foram preferenciais para esse cultivo, ressaltando sua continuação no Norte Central e na divisa com o Noroeste paranaense (KOHLHEPP, 2014).

As condições ecológicas da faixa Norte do Paraná foram consideradas não só para a permanência do cultivo cafeeiro, mas também para a instalação de outras culturas. Em 1970, como apontado na Mensagem à Assembleia, novos convênios haviam sido firmados entre a Secretaria de Agricultura com os Bancos Mercantil e Industrial e o Banestado para o financiamento de atividades rurais mediante laudo técnico produzido pelos funcionários especializados do estado. De acordo com esse relatório, foram realizadas 2.200 operações dessa ordem que liberaram 12 milhões de cruzeiros novos para as áreas rurais (PARANÁ, 1970).

O relatório do IPARDES demonstra que, até 1975, a área coberta com culturas permanentes e temporárias majoritariamente não-mecanizadas era de 5.600.000 hectares, perfazendo 28% do território do estado. As regiões que apresentavam um relevo mais propício a culturas mecanizadas, segundo os dados expostos anteriormente, encontravam-se em maior índice no Extremo Oeste, seguido do Norte Novíssimo de Umuarama, região de Campo Mourão, Norte Novo de Londrina, Campos de Guarapuava e Norte Novíssimo de Paranaíba.

Nessa relação, estão presentes microrregiões tradicionais no cultivo de café, que ao longo dos anos de 1960 foram substituindo a cafeicultura por outros gêneros, estimulados pelos financiamentos oferecidos pelo Estado, pela baixa de preços, pela superprodução e pela ação de agentes climáticos e biológicos.

Nos anos iniciais da década de 1970 houve um acentuado crescimento de lavouras temporárias em detrimento das permanentes, entre as quais a principal era o café, que permaneceram em maioria dos hectares ocupados apenas no Norte Novíssimo de Paranaíba e de Umuarama.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O crescimento das lavouras temporárias no Paraná acompanhou o número elevado do crédito rural concedido aos agricultores do estado nesse mesmo período. Para Castro (1984, p. 311-312), esse mecanismo foi o “[...] instrumento por excelência da política de modernização [...]”, viabilizando a instituição do padrão tecnológico requerido pelo governo.

Segundo o IPARDES (2006, p. 68-69), o programa de crédito rural, durante a década de 1970, “[...] assiste a uma grande explosão [...] que no período de 1970 a 1979, cresce no Paraná, em termos reais por volta de 500% [...]”, em um salto de 37% no começo da década para 80% em seu final, que, desprezando a produção pecuária, atinge 89,43% da agricultura.

O crédito de custeio, responsável por custear investimentos de curto prazo, como a compra de sementes e mudas modificadas, fertilizantes, adubos e defensivos, cresceu menos que o destinado a investimentos de longo prazo, como a compra de maquinários e o de comercialização, porém sua participação relativa mostrou-se dominante.

Em 1979, o crédito de custeio concedido ao Paraná para a aquisição de insumos foi utilizado pela produção cafeeira da seguinte forma: 750.718 para aquisição de fertilizantes, corretivos e inoculantes; 185.972 para defensivos; 951 para compra de mudas melhoradas; somando um total de 897.641 financiamentos. Para as culturas de soja e de trigo, que demonstraram vertiginoso crescimento na época, os índices para o consumo dos mesmos materiais foram, respectivamente, 4.110.070 e 2.075.034, 1.868.055 e 1.364.448, 1.845.024 e 1.453.418 de sementes e mudas modificadas, perfazendo os totais de 7.823.149 financiamentos para a soja e 4.892.900 para o trigo. (IPARDES, 2006). Assim, o percentual do crédito de custeio disponibilizado para o café no começo da década caiu de 44,37% para 28,58% em 1974, permanecendo abaixo de 13% até 1979. A soja e o trigo, que utilizavam em conjunto 10% em 1970, terminam a década com 40% dos recursos. (IPARDES, 2006).

O crédito rural de comercialização concedido ao café em 1974 foi de 18,29 e decaiu para 3,95 no ano de 1979. Para a soja, em 1974 foram destinados 38,75, com acentuado crescimento nos anos seguintes, até decrescer a partir de 1977, com o índice de 27,04 em 1979, enquanto para outros gêneros, excetuando-se o algodão, o arroz e o milho, houve uma evolução ascendente de 8,02 em meados da década para 12,49 em seu final (IPARDES, 2006).

Quanto a origem dos requerimentos de crédito de custeio junto ao Banco do Brasil em 1980, o Paraná liderava o número de petições pelos médios produtores, com 34.438 contratações. Os grandes produtores do estado apareciam em terceiro lugar em um ranqueamento nacional, com 12.088 operações, e os mini e pequenos produtores atingiam o terceiro lugar com 104.144 contratos, perfazendo um total de 152.670 operações contratadas pelos produtores rurais paranaenses (IPARDES, 2006).

O relatório do IPARDES é enfático quanto ao insucesso do crédito rural em promover a proteção do pequeno agricultor, pois “[...] sua execução não foi neutra e parece ter acentuado as dificuldades desses estabelecimentos” (IPARDES, 2006, p. 77). A dificuldade de contratação pelos pequenos e a vinculação de empréstimos à obtenção de tecnologias que não atendiam a sua produção contribuíram para a aceleração da concentração fundiária.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

As dificuldades de manutenção dos pequenos estabelecimentos foram marcadas também pela requisição de produção mínima, a qual não conseguiam atingir pela ausência de terras que compensassem os investimentos no uso de equipamentos modernos. A valorização dos preços das terras, incentivadas pelo sistema de crédito rural, tornam as pequenas propriedades atraentes para serem absorvidas por aqueles com maiores recursos financeiros. Somam-se a esses fatores, a necessidade de que o produtor que requeresse o crédito comprovasse a propriedade da terra, o que tendeu a eliminar do processo os produtores sem-terra (IPARDES, 2006).

Na primeira metade da década de 1970 observou-se um acréscimo do cultivo de alimentos básicos como o milho, o arroz e o feijão, além do algodão e do café, tradicionais em pequenas propriedades e em propriedades maiores, em torno de 100 hectares ou mais. Porém, a soberania das grandes propriedades era da cana-de-açúcar e da soja, sendo a segunda muitas vezes cultivada em rotatividade com o trigo (IPARDES, 2006).

A concentração fundiária, para maior produção de *commodities* com alta recorrência aos insumos tecnológicos modernos, financiadas pelo crédito rural, a absorção das pequenas propriedades produtoras nesse processo e a conseqüente redução do emprego rural foram elementos que permearam a modernização da agricultura e da pecuária no Paraná, provocando grandes alterações na configuração tanto na produção de gêneros quanto na configuração agrária. O que nos chama a atenção é a rapidez com que esse processo ocorreu durante a década de 1970, sobretudo os efeitos para a cafeicultura do estado, que foi, ao longo dos anos, perdendo sua importância relativa.

Os esforços do estado concorreram para a sustentação da cafeicultura, no entanto a “menina dos olhos” durante essa década foi a produção diversificada e moderna, focada em outros gêneros para atender a expansão de pautas para exportação, de acordo com o que objetivavam os planejamentos federais, como suprir as novas indústrias de processamento e transformação de bens agrícolas, além de consumir os insumos químicos e mecânicos industriais nesse processo produtivo.

Referências

CARVALHO, M. S. O uso do solo na década de 1960 no norte do Paraná e a política cafeeira. **Geografia**, Londrina, v. 8, n. 2, p. 135-141, jul./dez. 1999. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/10191/8990>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

CASTRO, A. C. Ciência e Tecnologia para a Agricultura: uma análise dos planos de desenvolvimento. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, Brasília, v. 1, n. 3, p. 309-344, set./dez. 1984.

CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná. **Plano preliminar de diversificação da produção na região cafeeira**: programa de investimentos 1966-1971. Curitiba: 1966.

GOMES, C. A. F. **Planejamento e Industrialização em regiões periféricas**: as ideias da CEPAL no *Projeto Paranaense de Desenvolvimento*. 2010, 231f. Tese (Doutorado

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1176.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2018.



IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Paraná: economia e sociedade**. 2. ed. Curitiba: 2006.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>>. Acesso em: 16 mar. 2018.

IZEPÃO, R.; TRINTIN, J. G. Estado, Planejamento e Desenvolvimento industrial no Paraná. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 3.

MAGALHÃES FILHO, F. B. B. **Da construção ao desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense**. Curitiba: IPARDES, 2006.

PARANÁ. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 3ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga**. Curitiba, 1961. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1961_Governo_MFN_1663.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga**. Curitiba, 1962. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1962_Governo.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da 4ª sessão ordinária da 4ª Legislatura pelo Senhor Ney Aminthas de Barros Braga**. Curitiba, 1965. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1964_Governo_MFN_948.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2018.

_____. Governo do Estado. **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado, pelo Senhor Paulo Cruz Pimentel**. Curitiba, 1970. Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Mensagem_1970_mfn_1661.pdf>. Acesso em: 05 out. 2018.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 3



DITADURA BRASILEIRA: OS USOS DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS ANTIDEMOCRÁTICAS NAS POSTAGENS EM GRUPOS DO FACEBOOK

Silva, Rogério Anderson⁶¹; Cerri, Luis Fernando (orientador).⁶²

*Programa de Pós Graduação em História. Setor de Ciências Humanas Letras e Artes.
Universidade Estadual de Ponta Grossa.*

Introdução:

Nas eleições de 2018, o Brasil vivenciou uma nova forma de fazer campanha política, os usos das mídias sociais. Em anos anteriores, as redes sociais foram espaços de disputa eleitoral. No entanto, a novidade desse período foram os disparos de mensagem em massa⁶³ que em alguma medida contribuíram para eleger o atual presidente.

Os usos das redes sociais por meio da rede mundial de computadores ficaram marcado por diversas campanhas de divulgação de notícias falsas. Além disso, a partir das declarações do, então candidato à presidência, que negava ou minimiza a existência de ditadura militar brasileira. Parte da sociedade brasileira se viu autorizada a negar os fatos sobre o período. Isso deu visibilidade a pedidos de retorno dos militares que surgiram durante as manifestações de julho de 2013.

Desde a redemocratização em 1985, é a primeira vez que temos um presidente que está vinculado diretamente aos setores militares. Coincidentemente, com a eleição de Bolsonaro em 2018, foram iniciadas mudanças significativas nas políticas de

⁶¹ Graduado em História Licenciatura pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA. Mestrando em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

⁶² Graduado em História, mestre e doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. É professor associado no Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atua no mestrado acadêmico de História da UEPG.

⁶³ Patrícia Campos Mello informou que empresas dirigidas por apoiadores do então candidato à presidência Jair Messias Bolsonaro compraram pacotes de disparo em massa para impulsionar a campanha do atual presidente. Portanto, disparo em massa de mensagens utiliza banco de dados de usuário para impulsionar uma marca, pessoa ou campanha.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

memória sobre a ditadura. Bolsonaro como chefe da nação passou a disseminar discursos negacionistas sobre a última ditadura.

As redes sociais tornaram-se local privilegiada da divulgação de memórias que buscam apontar para a ditadura como um período de prosperidade, honestidade e segurança. A desaceleração da economia dos últimos anos, se viu confrontada pelo “Milagre Econômico” da década de 1970. O slogan que pedia o fim da corrupção prontamente se associou com pedidos de volta dos militares ou de intervenção militar para tirar o país das mãos dos corruptos. A falta de segurança, se alinhou a relatos de memória que afirmam que durante a ditadura todos os lugares eram seguros para serem frequentados, ou seja, não havia criminalidade.

A partir do surgimento da web 2.0 e a democratização da internet, as redes sociais passaram a contribuir para atribuição de sentido e para a orientação da vida prática. Os seres humanos se apropriam de conteúdos que circulam nesses espaços para orientar-se em relação as mudanças temporais e de si mesmo. Portanto, torna-se possível considerar que os meios de comunicação mediados pela rede mundial de computadores são parte constituinte da cultura histórica. Rüsen (2010) define a cultura histórica como o “campo de interpretação o mundo de si mesmo, pelo ser humano, no qual devem efetivar-se as operações de constituição de sentido da experiência do tempo, determinantes da consciência histórica humana”.

Estudar como a cultura histórica sobre o período militar é apresentada nas redes sociais pode fornecer elementos que contribuam para compreender como as pessoas se orientam em relação a valorização do autoritarismo em detrimento da democracia. Nesse sentido, torna-se relevante investigar as dimensões da cultura política evocadas para os pedidos de volta dos militares ao poder. Sendo assim, a pesquisa se desenvolverá em torno da seguinte problemática: quais e como os elementos da cultura política são utilizados para justificar os pedidos de intervenção militar efetuados por membros dos grupos estudados.

Cabe ressaltar que a pesquisa apresentada se encontra em fase inicial de produção. Portanto, os subtítulos mencionados a seguir estão em processo de escrita, no qual esboçamos a discussão teórica e, posteriormente, realizamos uma breve reflexão sobre a metodologia que utilizaremos.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

1. Passado que não passa: políticas de (des)memória como estratégia de esquecimento para o passado traumático.



A desmemória/2

O medo seca a boca, molha as mãos e mutila. O medo de saber nos condena à ignorância; o medo de fazer nos reduz à impotência. A ditadura militar, medo de escutar, medo de dizer, nos converteu em surdos e mudos. Agora a democracia, que tem medo de recordar, nos adocece de amnésia; mas não se necessita ter Sigmund Freud para saber que não existe o tapete que possa ocultar a sujeira da memória. (GALEANO, 2002)

Elizabeth Jelin (2001), ao referir-se às memórias sobre a repressão política no Cone Sul, afirma que *“en la situación extrema de ruptura y confusión, no se encuentran las palabras para expresar y representar lo sucedido y estamos frente a manifestaciones del trauma”* (JELIN, 2001, p. 15). Segundo a autora, as situações traumáticas impõe dificuldades de explicação para a cultura histórica e os momentos de crise dentro de um grupo ou de uma sociedade podem forçar a reflexão sobre o passado, o que acarretaria questionamentos sobre a identidade e coesão do grupo social, são nesses momentos *“[...] que puede haber una vuelta reflexiva sobre el pasado, reinterpretaciones y revisionismos, que siempre implican también cuestionar y redefinir la propia identidad grupal”* (JELIN, 2001, p. 8).

Jörn Rüsen (2009) ao refletir sobre a experiência do Holocausto na Alemanha, aponta que os traumas são eventos históricos que a cultura histórica não consegue explicar por meio das estratégias existentes. Tais eventos têm caráter destrutivo e, por trazerem à tona fraturas da civilização moderna são difíceis de serem superados. Assim como Jelin (2001), Rüsen (2009) afirma que é preciso uma “crise” para trazer à tona novas interpretações históricas ou a reinterpretação de um passado traumático. Pois é na necessidade de superar uma “crise”, que os padrões de explicações dados pela cultura histórica são questionados, fazendo com que seja necessário recorrer à reflexão histórica para suplantar tal “crise”.

Na mesma perspectiva, Michael Pollack (1989) acrescenta que os sujeitos enfrentam múltiplas dificuldades para aceitar os eventos negativos como parte de sua própria história e as narrativas oficiais impõem a fronteira entre o *“dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável”*, na pretensão de marginalizar a *“uma memória coletiva subterrânea”*. Com isso, o que se divulga é uma memória coletiva organizada

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou que o Estado deseja passar e impor (POLLAK, 1989, p. 08). No entanto, as *“memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”* (POLLAK, 1989, p. 05), ou seja, as memórias subalternas de eventos traumáticos seguem preservadas em meio as lacunas deixadas pelas narrativas oficiais, aguardando momento oportuno para eclodirem. Nesse sentido, o silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, reforça as resistências, especialmente daqueles que transmitem cuidadosamente as lembranças aos dissidentes nas redes familiares e de amigos, esperando *“a hora da verdade”* e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (POLLAK, 1989, p. 05).

PAGE

Os estudos elaborados por Jelin sobre a memória atribuem aos sentimentos e emoções papel significativo nas indagações sobre o sentido que é atribuído ao passado perturbador. Segundo a autora, *“Allí se juegan los afectos y sentimientos, que pueden empujar a la reflexión y a la búsqueda de sentido.[...] El acontecimiento o el momento cobra entonces una vigencia asociada a emociones y afectos, que impulsan una búsqueda de sentido”* (JELIN, 2001, p. 09). Bodo Von Borries (2016) ao refletir sobre os traumas históricos indica que a aprender ou compreender história não envolve somente aspectos cognitivos, é preciso considerar a questão emocional, estética e os julgamentos morais envolvidos no processo de rememoração.

Sendo assim, a *“História só é aprendida de forma eficaz sob três condições dadas: se novas perspectivas podem ser ligadas com as antigas, se estiver conectadas a emoções – negativas ou positivas - e se é relevante na vida”*. (BORRIES, 2016, p. 32). Esses elementos contribuem para que o passado traumático seja incorporado ao sujeito no processo de construção ou reconstrução de sua identidade.

Já Rüsen (2009) afirma que para perder sua carga traumática o passado precisa ser *historicizado* e dar lugar a novas interpretações que devem ser incorporadas pela cultura histórica na perspectiva da consciência histórica. Atualmente a história possui diversas estratégias *destraumatizantes* para lidar com os elementos perturbadores dos traumas (RÜSEN, 2009, p. 196-198):

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

1. *Anonimização*: ao invés de falar de assassinatos e crimes, de sofrimento por uma falha ou culpa, menciona-se algo como “período de trevas”, uma ruptura em um mundo mais ou menos ordeiro;
2. *Categorização*: o trauma é contextualizado por meio de ocorrências e processos compreensíveis. Para aqueles que estão envolvidos – mas não só, ele perde sua singularidade perturbadora ao ser referido por termos abstratos dotados de significado.
3. *Normalização*: dissolve-se a qualidade destrutiva do evento ao apresentá-lo como algo recorrente, arraigado na natureza humana, que acontece o tempo todo e em todos os lugares;
4. *Oralização*: o evento traumático adquire o caráter de um caso, dissociado das ações humanas de indivíduos, e representa uma regra geral da conduta humana com uma mensagem claramente moralista aos observadores (“*não faça uma coisa dessas!*”);
5. *Estetização*: apresenta as experiências traumáticas para os sentidos de forma moderada e compreensível, como um quadro que o torna - no pior dos casos - pronto para consumo.
6. *Teleologização*: reconcilia o passado com o presente por meio da legitimidade e aceitação. Uma lição é aprendida e o trauma se dissolve em um processo de aprendizagem usado para legitimar historicamente uma ordem de vida que afirma prevenir seu retorno e oferecer proteção contra ele;
7. *Reflexão meta-histórica*: o evento traumático é reconhecido como parte da história e apresentado de forma conceitual e abstrata, incorporado a uma cadeia de eventos no fluxo do tempo vivido, destacando as mudanças temporais. Assim, a dolorosa factualidade dos eventos traumáticos se evapora no ar impalpável da abstração.
8. *Especialização*: divide-se o evento traumático em diferentes aspectos que se tornam assuntos específicos para especialistas diferentes e, por meio da fragmentação, desaparece a dissonância perturbadora da totalidade do quadro histórico – um meio acadêmico genuíno de manter sob controle a ausência de sentido das experiências traumáticas.

Para Rüsen (2009), com tais estratégias historiográficas as histórias de experiências violentas têm sido contadas ao longo do tempo de forma alienante, já que se criam narrativas sobre o passado com o objetivo de “aliviar” seus traços mais

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

traumáticos. No entanto, na vida prática esses traços se mantêm vivos e em momentos de crise são facilmente descobertos sob a superfície da memória coletiva. Borries (2016) enfatiza que os seres humanos usam parte da história para legitimar as decisões do presente, no qual alguns grupos utilizam estratégias que consistem no esquecimento completo do passado.

Para que a história possa enfrentar esses traumas e elaborar seu próprio luto, Rüsen (2009) defende que é preciso mudar o modo de fazer história: ao invés da “*destraumatização*”, o novo paradigma deve considerar uma “*traumatização secundária*”, que reconheça o trauma como parte constitutiva da narrativa histórica. Os eventos traumáticos deixam traços no próprio padrão de significância do trabalho de interpretação dos historiadores e é preciso manifestar sua perturbação e dar-lhe visibilidade:

- ao invés da anonimização, deveria claramente ser dito o que aconteceu por meio da chocante nudez da factualidade rude;
- ao invés de subjugar os eventos às categorias dotadas de sentido, os eventos deveriam ser situados em padrões interpretativos que problematizem as categorias tradicionais de sentido histórico;
- ao invés de normalizar a história como dissolvente dos elementos destrutivos, deve-se manter a memória da ‘normalidade da exceção’. Devem ser lembrados o horror embaixo da fina capa da vida cotidiana, a banalidade do mal etc.;
- ao invés de moralizar, a interpretação histórica precisa indicar os limites da moralidade, ou melhor, sua fragilidade interna;
- ao invés de estetizar, a interpretação histórica deveria enfatizar a brutal feiura da desumanização;
- ao invés de suavizar experiências traumáticas pela teleologia, a história deve apresentar o fluxo do tempo como sendo obstruído na relação temporal entre o passado dos eventos traumáticos e a presença de sua comemoração. Descontinuidade, rompimento de conexões e destruição tornaram-se características de sentido na idéia geradora de sentido do curso do tempo. Eventualmente, a reflexão metahistórica precisa assumir toda a dimensão traumática dos elementos perturbadores da experiência histórica e conduzi-los à abstração das noções e das idéias. A especialização, por fim, precisa ser novamente conectada com um “arcabouço interpretativo abrangente e convincente” (RÜSEN, 2009, p. 200).

O luto, nesse sentido, refere-se à perda da própria humanidade que se vê refletida nesses eventos traumáticos. Rüsen (2009) afirma que o luto e a história têm uma essência comum por ambos serem um procedimento da memória e estarem comprometidos com a lógica de geração de sentido para um passado traumático. O luto traz de volta à lembrança de algo especial que foi perdido (objeto ou pessoa), nesse

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

processo mental o indivíduo revive, remonta a perda em forma de ser ancestral, quando se trata da perda de uma pessoa. O caminho mais fácil e frequentemente praticado pelo luto histórico é o de esquecer os eventos que devem ser moralmente condenados, vistos como ameaça por evidenciar que atuamos não só como vítimas, mas também como algozes. No entanto, as memórias subterrâneas perpetuam sua existência e com isso o passado segue determinando o presente de modo inquestionável. O passado é constantemente revivido e os mortos permanecem vivos e ativos no presente. Os eventos passados não são esquecidos. São passados que não passam.

Para superar o trauma, Rösen (2009, p. 208) afirma que é preciso vivenciar o luto e tomar consciência da experiência de perda da humanidade das vítimas e de seus violadores e responsabilizar-se pelos atos desumanizadores, recuperando assim a humanidade perdida. No contexto dos livros didáticos, as narrativas históricas sobre a última ditadura do Brasil deveriam ocupar-se menos de conceitos abstratos e expor tanto as violações cometidas por agentes civis e militares, como a forma com que os discursos oficiais narram o período e os traumas produzidos por essas experiências na memória coletiva. Adotar uma nova perspectiva de narrativa histórica, na qual os eventos traumáticos sejam evidenciados à luz da nudez de seus fatos, significa romper com um modelo de história que propunha, como lembra Jelin, “*el olvido (político) de lo singular y único de una experiencia, para tornar más productiva a la memoria oficial*” (JELIN, 2001, p. 13).

Segundo Rösen (2009), com isso evita-se que o sofrimento das vítimas e a alegria dos violadores sejam colocados dentro de uma normalidade histórica. Porém, para Jelin esse modelo de narrativa histórica só ocorrerá se quem faz história ouvir o que as fontes têm a dizer: “[...] *es necesario encontrar del otro lado la voluntad de escuchar [...] Encontrar a otros con capacidad de escuchar es central en el proceso de quebrar silencios*” (JELIN, 2001, p. 12). Assim, ambas as partes poderiam reconhecer o passado traumático como parte de sua própria história, de sua identidade, e abrir espaço para perdoar (RÜSEN, 2009, p. 08).

Borries (2016) apresenta um caminho que se assemelha ao proposto por Rösen no qual a superação do passado traumático ocorre por meio da reconciliação em que

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A questão principal é mover-se em direção do outro e continuar juntos pelo mesmo caminho. Mas isso não é nada fácil; exige algumas pré-condições mentais: tomar distância do passado sem esquecê-lo, não permitindo que o passado determine completamente o presente, olhando para as condições e possibilidades de um futuro comum. (BORRIES, 2016, p. 40)



Nessa perspectiva, elementos do passado fornecem condições para o que os sujeitos compreendam as condições impostas no presente e por meio disso possam almejar ações concretas que visem superar a hostilidade em prol de um futuro comum para todos os sujeitos envolvidos. O perdão, neste caso, não se trata de anistia ou apagamento do passado, mas de reconciliação a partir do reconhecimento, julgamento e retratação pelos crimes cometidos.

2. Netnografia como instrumento metodológico para pesquisa histórica.

O uso das redes sociais é comum no cotidiano de boa parte da sociedade brasileira, com isso tornaram-se depositório de informações que podem ser utilizadas como fonte para pesquisas no campo do ciberespaço.

A expansão do ciberespaço como campo de pesquisa, impulsionou o surgimento de novas metodologias para abarcar as demandas. Entre elas, ganhou notoriedade a netnografia que segundo Robert V. Kozinets (2014, p. 61 - 62), um dos precursores e principais estudiosos sobre o tema, que a netnografia é baseada na observação de campos online, “ela usa a comunicação mediadas por computador como fonte de dados para chegar à compreensão e a representação etnográfica de um fenômeno cultural”. Nessa perspectiva de pesquisa, o pesquisador reconhece “a importância das comunicações mediadas por computador na vida dos membros da cultura” (KOZINETS, 2014, p. 62).

Sandra Portella Montardo e Liliana Maria Passerino (2006), acrescentam que essa metodologia de pesquisa tem suas origens na etnografia e que se encontra intimamente ligada com o conceito de cultura. Nesse sentido, Márcio Novelli (2010), afirma que a netnografia “é considerada uma adaptação da etnografia a estudos de comunidades online”. Em última análise, a “netnografia é uma das possíveis respostas qualitativas para pesquisas mediadas por computador”. (AMARAL; NATAL E VIANA, 2008).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

De acordo com Kozinets (2014, p. 63), a netnografia segue seis passos da etnografia: 1) planejamento do estudo, 2) entrada, 3) coleta de dados, 4) interpretação, 5) garantia de padrões éticos e 6) representação da pesquisa. Nesse sentido, Novelli (2011), indica que esses passos consistem em: (A) Entrée se refere a formulação perguntas de pesquisa e identificar os grupos online de interesse do pesquisador; (B) a coleta de dados envolve copiar as informações diretamente dos grupos escolhidos; (C) análise e interpretação, por sua vez, dizem respeito a “classificação, análise de codificação e contextualização dos atos comunicativos”; (D) ética de pesquisa consiste em se apresentar para a comunidade, garantir confiabilidade e anonimato dos indivíduos pesquisados, cuidado com informação público ou privada, ter consentimento e; (E) é onde o pesquisador valida o relatório de pesquisa junto aos indivíduos pesquisados. Outro aspecto relevante que vale destacar é que “a netnografia também pode e deve ser incorporada juntamente a outros aparatos teórico-metodológicos como análises quantitativas e estatísticas” (FRAGOSO, RECUERO, AMARAL, 2011, p. 6).

No decorrer dos estudos sobre os ambientes virtuais, algumas questões surgiram, Beatriz Polivanov (2013), nos chama atenção para os “graus de participação do pesquisador”. As pesquisadoras Suely Fragoso, Raquel Recuero e Adriana Amaral (2011), afirmam que é possível o pesquisador optar entre duas perspectivas de observação, lurker e insider. A primeira o pesquisador não se identifica e, tampouco, participa de modo efetivo dos grupos que está pesquisando. A segunda, por sua vez, o pesquisador é parte atuante do grupo estudado. Para a realização dessa pesquisa, decidimos pelo modo lurker de observação, essa opção nos pareceu mais adequada por minimizar a interferência nas ações dos membros dos grupos. Com isso, não nos identificaremos aos grupos, bem como, não proporemos a validação do relatório pelos membros dos grupos.

Kozinets (2014) acrescenta que há diferenças entre pesquisas “de comunidades online” e pesquisas “online em comunidades”. A primeira refere-se a estudos de “[...]fenômenos diretamente relacionados às comunidades eletrônicas e a cultura online em si, uma determinada manifestação delas, ou um de seus elementos”, ou seja, que são próprios do ciberespaço e não reverberam fora daquela realidade. Já as pesquisas “online em comunidades” são estudos que examinam fenômenos sociais cuja existência

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

social ultrapassa os limites da internet e das interações online, mesmo que essas interações possam desempenhar um papel importante na estruturação do grupo. De acordo com as definições apresentadas, entendemos que o trabalho que realizaremos pode ser entendido como uma pesquisa “online em comunidades”.



Referências

- AMARAL, A; NATAL, G; VIANA, L. *Netnografia como aporte metodológico da pesquisa em comunicação digital*. Cadernos da Escola de Comunicação, v. 1, n. 6, 2008.
- BORRIES, B. V. Lidando com histórias difíceis. In:_____. *Jovens e consciência histórica*. Curitiba: W.A Editoras, 2016, p. 32 – 54.
- FRAGOSO, S; RECUERO, R; AMARAL, A. Apropriações Metodológicas. In: _____ *Métodos de pesquisa para internet*. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- GALEANO, E. *O livro dos abraços*. 9ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2002.
- JELIN, E. ¿De qué hablamos cuando hablamos de memorias? In: *Los trabajos de la memoria*. Espanha: Siglo Veinteuno, 2001.
- KOZINETS, R. V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.
- MONTARDO, S. P; PASSERINO, L. M. Estudo dos blogs a partir da netnografia: possibilidades e limitações. *RENTE-Revista Novas Tecnologias na Educação*, v. 4, n. 2, 2006.
- NOVELI, M. Do Off-line para o Online: a Netnografia como um Método de Pesquisa ou o que pode acontecer quando tentamos levar a Etnografia para a Internet? *Revista Organizações em Contexto*, v. 6, n. 12, p. 107–133, 2010.
- POLIVANOV, B. Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos. n. 3, p. 11, 2013.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- ROCHA, P. J; MONTARDO, S. P. *Netnografia: incursões metodológicas na cibercultura*. Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, dezembro de 2005.
- RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto, n.2, p. 163-209, mar. 2009.
- _____. *História Viva: teoria da história: formas e funções do conhecimento histórico*. Brasília: Editora UnB, 2010.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

PORNOGRAFIA E HISTÓRIA: RELAÇÕES DE PODER, GÊNERO E PERFORMANCE NA COMTEMPORANEIDADE



FADEL, Elize. ORIENTADOR: KARVAT, Erivan
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

A presente pesquisa problematizou o aumento do consumo pornográfico no Brasil entre 2007 e 2019, relacionando-o com as diversas modificações na performance do feminino. O projeto buscou interpretar como a pornografia se tornou um fenômeno social nos últimos anos, buscando perceber quais e de que modo as consequências do consumo desse conteúdo em larga escala podem trazer para o corpo de mulheres. O trabalho buscou analisar o consumo pornográfico e suas relações sociais, de maneira a um entendimento mais amplo das manifestações corporais e sexuais no país. A sexualidade passa a ser pensada como uma construção, passível de modificações, dessa maneira se possibilita pensar efeitos e relações da pornografia e a maneira que produz e subjetifica sujeitos.

1- Introdução

A genitália e o corpo feminino vêm se tornando, um lugar de múltiplas intervenções. Para Preciado (2014) a história da humanidade deveria ser renomeada como “história das tecnologias”, pois o que conhecemos como sexo e gênero são “dispositivos inscritos em um sistema tecnológico complexo”. O mesmo ocorre com o conhecido como ‘natureza humana’, que é uma resposta da relação do humano e do animal, corpo e máquina, de maneira a transformar o corpo, em um “arquivo orgânico da humanidade”, que possui órgãos sexuais que não pertencem a si mesmo, sendo um produto de produções de corpos. Nesse sentido, a vulva vem sendo alvo de estereótipos de beleza, tanto quanto outras partes do corpo feminino já foram, com o passar dos anos.

Foucault (2009) aponta o corpo como sendo a lócus de incidência de relações de poder e saber, explicando as transformações das tecnologias de poder focadas no corpo. Até o século XVI, segundo o autor, o direito soberano, que ditava o fazer morrer e deixar viver, era exercido pelo tormento, em praça pública. Quando o espetáculo passa a atrair piedade e admiração dos espectadores pelo condenado e o crime passa a ser glorificado de maneira a não interessar o soberano, Foucault (2008), introduz uma anátomo-política do corpo, ou poder disciplinar, relacionado a força de trabalho da sociedade. Desta maneira, são utilizados procedimentos de distribuição espacial dos corpos para que fossem vigiados e disciplinados e se necessário, punidos.

Durante a segunda metade do século XVII ocorre uma transformação no poder, que Foucault identifica como um modo de estatização do biológico, a vida toma um lugar no centro do aparato tecnológico do poder estatal⁶⁴. O corpo que até o momento

⁶⁴ Porém, o autor atenta que os diversos mecanismos disciplinares não desaparecem, mas articulam-se ao novo conjunto.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

era apenas indivíduo, passa a ser população, espécie. Atingindo seu auge no século XIX, é o direito de fazer viver e deixar morrer, ou o biopoder. No princípio os objetos e alvos dessa biopolítica, como apontado pelo filósofo, foram as taxas de natalidade, de mortalidade e longevidade populacional. Desta maneira o poder é exercido usando de práticas mais sutis, extrapolando os limites de instituições tradicionais de controle (prisões, escolas, hospitais) e emaranhando-se em diferentes fissuras sociais. Pode-se interpretar a pornografia como um desses exercícios de poder, constantemente influenciando imaginários e sendo influenciada por eles, exercendo controle indireto sobre práticas do cotidiano.

Desse modo, o presente trabalho busca entender as figurações de gênero na pornografia *mainstream* e suas relações com a performance do feminino no Brasil. Por meio de um nicho específico de vídeos do site Pornhub, busca-se entender as implicações sociais de consumo pornográfico e a maneira que tal consumo pode estar mediando relações do corpo feminino. A pornografia é um conteúdo que reproduz uma realidade social, estando imersa dentro de um contexto cultural, mas ao mesmo tempo ela cultiva um imaginário de fetiches⁶⁵ e sexualidades.

2- Pornografia e erotismo na era digital

O Pornhub, site que foi usado no trabalho, é um dos mais populares do mundo, tendo tido 42 bilhões de visitas em 2019 de acordo com dados divulgados pelo próprio site. Segundo dados disponibilizados em 2019, 22 milhões de pessoas afirmam consumir pornografia no país— 76% homens e 24% mulheres. A maior parte são jovens (58% têm menos de 35 anos), de classe média alta (49% pertencem à classe B) e que estão em um relacionamento sério (69% são casados ou estão namorando). Além disso, 49% do público concluiu o ensino médio e 40% tem curso superior. Os dados foram produzidos pela Quantas Pesquisas e Estudos de Mercado, a pedido do canal pago Sexy Hot, com intenção de traçar quem consome o conteúdo no país.

No universo pornográfico, os papéis de gênero são constantemente reafirmados e até mesmo reforçados. As mensagens misóginas e machistas contidas na pornografia, em grandes casos, reduzem mulheres a um objeto masturbatório, e isso reverbera de forma negativa na vida social. É de importância lembrar que, não somos imunes às influências midiáticas, e que estas trabalham como um dos agentes que constituem o imaginário e a visão de mundo das pessoas. Desse modo, a pornografia e o site pornográfico, sendo espaços midiáticos, acaba por definir muitos dos aspectos e estereótipos do que é ser mulher, bem como auxilia na produção de narrativas sobre sexualidade, muitas vezes pautadas em dogmas de supremacia masculina. Tais narrativas sobre sexo e prazer acabam por reafirmar como verdades, por exemplo, o

⁶⁵ O conceito de fetiche aparece pela primeira vez na obra de Marx, para descrever o fenômeno capitalista onde o trabalho se converte em abstração, um fetiche, na mercadoria, desse modo o consumidor vê apenas o produto então o trabalho humano para sua criação. A palavra fetiche vem do latim *factus*, e significa fictício, artificial. Para Leite Júnior (2006), o termo fetichismo foi relacionado com sexualidade em 1889, com o catálogo de perversões sexuais de Kraftt-Ebbing, o termo deixou de significar somente o algo que mascara relações sociais para se tornar também a adoração de caráter sexual com partes do corpo de uma pessoa desejada. Associando esses dois significados, do fetiche mercadológico e sexual, o termo pode ser pensado como uma abstração de uma etnia, sexualidade ou pessoa em um objeto sexual.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

mito da necessidade biológica do homem por sexo e de uma mulher que está sempre disponível para saciar essa necessidade.

Pensar no conteúdo pornográfico como mera objetificação do corpo da mulher é um erro, pois dentro do universo pornográfico uma pluralidade de *tags*⁶⁶, fetiches e discursos presentes, como proposto por Butler, uma maneira mais produtiva de operar sem certas aceitações de ‘mulheres’, ‘patriarcado’ ou ‘objetificação’, pois a última vem de diversas maneiras, no universo pornográfico.

A definição de um conteúdo que é pornográfico ou erótico não está no conteúdo, mas sim no meio em que está veiculado. Leite Júnior (2012) afirma que tentar separar o cinema erótico e a pornografia, torna-se um esforço que leva a legitimação de certos ideais socioculturais em detrimento de outros, isso acaba por seguir uma lógica de hierarquização das diferenças dessas expressões, visando uma perda de capital social e cultural. Para Leite Júnior, tais separações acabam por refletir um tipo de violência simbólica que pode legitimar certas representações sobre a sexualidade e o sexo. É importante citar que, mesmo que o foco do trabalho seja em produções *mainstream*, o termo pornografia é usado de forma êmica, pois é dessa maneira que os usuários do site denominam o conteúdo, o termo não está sendo empregado de forma analítica. Porém, para os mesmos consumidores, o erótico e pornográfico tem diferenças fluidas, sendo possível encontrar no site compilações de filmes considerados eróticos que acabam saindo do ar por infringirem leis autorias.

3- A pornografia e os debates históricos

Definir pornografia é um empreendimento problemático, devido à sua natureza individualista. Originalmente, o termo se referia à literatura expondo os perigos da prostituição. Hoje, é mais sobre possibilidades (fantasias, imaginações) do que realidades do sexo (Sigel, 2002). A pornografia inclui discurso, escritos, fotos, imagens ou filmes que retratam o comportamento erótico com a intenção de despertar o leitor ou espectador sexual. O conceito de pornografia é relativo ao contexto e à história de quando e onde algo é visto ou ouvido. Por exemplo, uma pintura clássica pode ser considerada arte quando exibida em uma galeria. No entanto, a mesma foto pode ser considerada pornográfica quando uma cópia circula como cartão-postal entre as classes populares. Talvez seja melhor considerar a pornografia como um dos vários modos de expressão sexual, interagindo de forma desigual com os outros. Afinal, para algumas pessoas, é também o único meio de expressão sexual.

Mesmo o foco deste trabalho não estando na história da pornografia, é importante apontar que ela já teve uma conexão mais explícita à uma defesa de valores políticos e filosóficos. Com o subsequente desenvolvimento da sociedade burguesa, a pornografia aos poucos esvaziou-se de seus conteúdos contestatórios e as práticas pornográficas passaram a ser mais vinculadas a questões comerciais do que políticas, não significando que ela deixou de promover certa ordem social⁶⁷.

⁶⁶ *Tag* é uma palavra em inglês para “etiqueta”, é utilizada em sites pornográficos para designar, categorizar e separar os conteúdos disponíveis.

⁶⁷ HUNT, Lynn. *A Pornografia e a Revolução Francesa in HUNT, Lynn (org.). A Invenção da Pornografia: Obscenidade e as Origens da Modernidade*. São Paulo: Hedra, 1999

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Lynn Hunt (1999) faz uma relação entre a pornografia e romance aos diversos processos sociais que desaguarão na modernidade: as cidades crescendo, o que influencia o aumento de leitores, novas experiências, como a privacidade; e a divisão que se cria entre a vida sexual e a vida cotidiana em um mundo industrial e capitalista. A pornografia apresenta-se como uma paródia dessas várias mudanças sociais. A obscenidade, assim, teria sua existência baseada nas diferenças entre público e privado.



A palavra obscena representa o contraste entre diferentes registros sociais da linguagem – rude e elegante, proletária e aristocrática, masculina e feminina. Ao representar a transgressão social, além de uma espécie de hiper-realismo, a linguagem obscena cria o fetiche de certos vocábulos relacionados ao sexo. Ao representar uma parte do corpo, algumas palavras adquirem o status de fetiche. Em consequência, a ênfase no realismo transforma-se, paradoxalmente, em uma forma grotesca, os falos são sempre imensos, as vaginas multiplicam-se e o ato sexual é uma espécie de frenesi improvável. Isso resulta em uma pornografia imaginária e, às vezes, fantástica, ainda que os efeitos sobre os leitores fossem bastante reais. (Hunt, Lynn 1999; 39)

Hunt também cita o papel de protagonista da mulher na pornografia, diversas vezes retratando uma prostituta.

A prostituta pornográfica, tal como Margot (a tagarela opulenta, personagem principal de Margot laravaudeuse, de 1750), é muitas vezes retratada como mulher independente, determinada, bem-sucedida financeiramente e desdenhosa dos novos ideais femininos de virtude e vida familiar. Essas obras escritas por homens ignoravam as diferenças sexuais.” (Hunt, Lynn 1999; 40)

Já para Maingueneau (2010), a pornografia é um canal de subversão própria, pois coloca o marginal em uma figura de protagonista, fazendo com que diversos tabus sejam explorados e alguns deles se apresentem contraditórios mesmo dentro do imaginário pornográfico. Ele chega também a afirmar que certas relações entre homens e mulheres poderiam até passar por modificações, mas para isso a relação diária deveria ser modificada, de maneira que a estética e o imaginário pornográfico fossem influenciados.

Ao longo da história, o desenvolvimento da pornografia – e do que é ou não é considerado pornográfico – passou por uma série de estágios e transições e em poucos deles o pornô se resumiu meramente a atos sexuais. Durante os séculos XVII e XVIII a pornografia esteve unida a diferentes posicionamentos políticos que tinham como intenção denegar uma determinada moral ou ordem vigente das coisas, de um Estado governado por um clero católico e parasitário⁵.

No fim da década de 1970 e no início dos anos 1980, parte do movimento feminista passou a defender a censura de materiais pornográficos. Antes, o argumento para não se consumir esse tipo de conteúdo era ligado à imoralidade presente nos mesmos, agora, porém, o debate é de que a pornografia fomentaria a objetificação da

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

figura feminina e, dessa maneira, acabaria por incitar atos de violência contra a mulher em diferentes níveis. Ao mesmo tempo em que um grupo de mulheres se organizava contra as representações pornográficas, outras adotavam uma linha contrária com o movimento “pós-sexo” que tinha uma oposição geral a censura levando a formação de diversos círculos que passaram a proteger seus pontos de vista em eventos nos Estados Unidos.

Duas, das principais, representantes do movimento anti-pornografia foram Catharine Mackinnon e Andrea Dworkin. Para ambas, a pornografia e seu consumo colocariam a mulher em um papel de objeto que poderia⁶⁸ ser usado como bem fosse entendido pelo homem. Esta ideia da pornografia e de suas consequências para as lutas feministas, e também a forma de combater os efeitos de seu consumo, acabou sendo contraposta por outras teóricas feministas. Muitas destas, dentre elas Judith Butler, tinham inspiração no trabalho de Michel Foucault sobre sexualidade, passando a defender outras abordagens que iam contra da lógica de proibição. O grande debate gerado acabou deixando esse momento conhecido como “*porn-wars*”, posteriormente.

As diferentes correntes do movimento feminista ainda hoje estabelecem diversas críticas a pornografia. Feministas liberais estão mais preocupadas com os danos da censura do que com os danos da pornografia e, portanto, normalmente se opõem à censura. Feministas radicais ou antipornografia favorecem a censura ou outras formas de controle, uma vez que avaliam os danos imputados à pornografia, especialmente na forma de violência contra as mulheres. Mais abstratamente, isso pode ser visto como uma diferença entre os valores da liberdade individual e da responsabilidade pelos outros.

O modo como os diferentes materiais pornográficos foram julgados, as atitudes em relação ao seu controle legal por meio da censura, dependem inteiramente das reações pessoais afetivas positivas e negativas causadas pelo material. Sistemas de crenças sobre os danos ou benefícios de tais materiais foram, em muitos casos, desenvolvidos e aplicados como justificativas dessas respostas afetivas. Essas reações afetivas surgem não apenas das sensações sexuais pessoais, mas também da socialização do indivíduo em relação à sexualidade (Fisher, 1995). Claro, a questão da pornografia também tem um componente cognitivo. Argumentou-se que a crença nos efeitos nocivos da pornografia é apenas um dos muitos valores conservadores que constituem o fundamentalismo cultural. Esses valores tradicionalmente conservadores são o produto de processos de socialização, que possuem fortes componentes cognitivos (Wood & Hughes, 1984).

3-O funcionamento do Pornhub

O Pornhub funciona muito como um YouTube e um Facebook de vídeos pornográficos, nele os usuários podem optar por seguir diversas produtoras e deixar comentários na página. Quando é feita a inscrição para participar daquela comunidade, o site sugere páginas e usuários para seguir, essa sugestão é baseada no algoritmo de mais populares do site. As produtoras são classificadas pelos consumidores, e para as mais

⁶⁸ O livro inaugural para esse tipo de pensamento é DWORKIN, Andrea. *Pornography: Men Possessing Women*, G. P. Putnams Sons, EUA, 1981.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

populares é fácil continuar como mais popular, pois quanto mais seguidores maior é o número de visualizações. O site se assemelha ao YouTube, pois existe a possibilidade de entrar, ver um vídeo e sair, porém, certos usuários são membros da comunidade e isso é semelhante ao Facebook. Mesmo que o número de pessoas que só assistam os vídeos seja maior, é a comunidade que dita o imaginário que se cria no site; é ela que sugere *tags*, classificação e até mesmo a organização do site.

Logo na página inicial do site o usuário se depara com uma variedade gigantesca de fetiches e possibilidades. Na página principal existem sugestões de vídeos mais visualizados naquele momento. O usuário pode clicar em uma das sugestões ou navegar por categorias, que são divididas em práticas sexuais, o tipo de corpo e até mesmo, de etnia. A maioria dos usuários, porém, faz uso das *tags*; elas funcionam como marcadores de práticas sexuais e diversos outros elementos. Na primeira impressão, parece que qualquer coisa pode se constituir como *tag*, pois posições, categorias e até o nome da produtora estão todas misturadas lá. Realmente, qualquer característica do vídeo pode estar presente na aba das *tags*, desde que esteja atrelada a um fetiche e ao imaginário constituído no vídeo. A classificação no mundo do site é hierarquizada sob a lógica de diversas práticas heteronormativas do corpo e da sexualidade das mulheres presentes nas produções (a categoria “*lesbian*” é uma dessas, pois especulariza o lesbianismo pensando no gozo masculino e não de mulheres lésbicas)

O unificador dessas diversas categorias pornográficas dentro do site é o erotismo, a especularização tanto do sexo quanto de suas práticas, pois tanto a categoria “*lesbian*” quanto a “*interracial*” terão vídeos de sexo explícito. Todas as divisões e subdivisões do site enunciam práticas sexuais, e são essas práticas que dividem o ambiente virtual em *tags* e categorias. Quando se acessa um vídeo no site é possível ver as seguintes informações: número de visualizações, número de likes ou *dislikes* e a porcentagem de aprovação, nome das estrelas pornô e produtora, categorias e as *tags*, que podem receber sugestões de usuários.

É possível perceber a partir da análise dos vídeos e de suas categorias, como diferentes contextos de identidade social são tencionadas e se tornam fetiche no universo pornográfico. Muitos vídeos fetichizam etnicidade, religião e diferenças de idade. É possível ver isso no uso das *tags*, criadas pelo provedor do conteúdo e também pelos usuários. O corpo feminino é inteiro classificado nas *tags* e se constitui como categoria, sendo que ao corpo masculino não é reservado o mesmo tratamento. A vulva, peso, etnia, seios são muitas vezes encontrados descritos nas *tags*, já o corpo masculino raramente passa por tais descrições. A única identidade social que aparece demarcada em *tags* sobre homens é a etnia, pois a presença de atores negros e atrizes brancas é uma categoria própria dentro do site. O homem branco, cis e hétero não é categorizado.

O mundo do site é o dos anônimos, e desse modo, age como uma inversão do público e privado, desinibindo os usuários ao mesmo tempo em que promove a liberdade para usarem das *tags* e do campo de comentários nos vídeos para interagirem entre si, curtindo, compartilhando e até postando dentro da plataforma. O consumo de conteúdo pornográfico parece ter um cunho *iniciático*, despertando diferentes fetiches - outrora reprimidos - e fazendo com que as pessoas, “em rede”, compartilhem deles. Esse sentimento de anonimidade gera uma fluidez identitária maior para os usuários, muitos se desinibem e compartilham de sua vida privada, e outros brincam com essa fluidez e adotam outra persona, sendo difícil distinguir um do outro; o site permite essa

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

vazão de fantasias. Existe também no site, uma pornografia dita “para mulheres”. Contudo, não se pode considerar que seu conteúdo proponha relações simétricas de gênero, pois em sua grande maioria, os filmes são voltados para homens heterossexuais. É dentro das constantes do site onde percebe-se o maior imaginário constituído e em como a performance de gênero é apresentada, tornando-se um fetiche para um grande grupo.



4- Educação sexual e influência pornográfica

Deve-se considerar também a educação sexual (ou falta dela) como influência na busca de material pornográfico e na subsequente consequência do consumo de tal produto. Para bell hooks (2014), a geração atual vem apreendendo cada vez mais sobre sexo usando mídias de massa. O pornô vem exercendo cada vez mais o papel de substituição de uma educação sexual. A indústria pornográfica conseguiu se constituir como uma detentora de verdades sobre sexualidade, o que acabou por gerar uma espécie de norma sobre sexo e corpo. hooks, afirma também que o aprendizado da juventude sobre sexualidade acaba indo na direção de um patriarcado antiquado, usando de moldes de homem e mulher baseados em construções de masculinidade e feminilidade, criando a ideia de que no mundo sexual sempre existe o dominante e o submisso.

O consumo pornográfico em si não é um problema, porém a falta de uma educação sexual correta torna o pornô um dos únicos meios disponíveis para se aprender e obter informações sobre sexo e sexualidade. A pornografia se torna um meio para o entendimento da sexualidade. Meninas que consomem desse conteúdo acabam por se deparar com materiais que descrevem o corpo da mulher e a maneira que ela performa durante o ato sexual. As narrativas sobre sexualidade passam a ser colonizadas, sendo a indústria pornográfica uma das construtoras dessa colonização do desejo e do corpo.

A geração que cresceu com acesso aos sites pornográficos foi socializada mais do que qualquer outra nesse universo. Existe uma constante chuva de informações sobre uma maneira correta para uma mulher ser sexy e atraente. Em um mundo onde a validação masculina é vista como aprovação, um grande número de mulheres aceita essa realidade. Existe a ideia de que para serem sexys as mulheres precisam parecer com uma atriz pornô, mas não ao ponto de serem confundidas com as profissionais da indústria, pois desse modo passariam a ser invalidadas. discurso público sobre sexo na mídia tem verdadeira relevância para a vida sexual de indivíduos privados, porque a maioria das pessoas não obterá de outra forma informações e orientações práticas e aplicáveis sobre o assunto. A sexualidade em filmes, vídeos e literatura (também guias) são, para a maioria das pessoas, os únicos modelos concretos de comportamento sexual disponíveis (Kontula, 2003). Na maioria dos casos, não é possível para as crianças aprender de maneira proveitosa sobre questões sexuais com os adultos. Literatura erótica, revistas e principalmente vídeos pornográficos são, portanto, a principal fonte de informação sobre diferentes padrões sexuais e várias formas de sexualidade. Dessa maneira a pornografia se torna uma das principais fontes de aprendizado sobre sexualidade, gerando diferentes consequências em crianças e adolescentes.

5-O pornô *mainstream*, suas narrativas e influências no corpo

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O pornô *mainstream* está em uma linha tênue entre algo que se pode considerar “real” e o que é um imaginário fetichista, ao mesmo tempo em que é uma fantasia também é realidade. A fantasia está em práticas sexuais que são quase espetáculos, em corpos que sem cirurgias e modificações estéticas nunca seriam daquela forma e a realidade está na projeção que o espectador tem do material.

Algumas das narrativas, porém, fogem do lugar comum e até mesmo do aceitável, beirando a ilegalidade. É o caso de mulheres atuando e fingindo-se de crianças. Em vídeos que têm no título a palavra “novinha”, não é uma criança real, mas sim a retratação de uma atriz maior de idade que finge ser uma. É importante problematizar e refletir a existência de narrativas violentas da maneira em que ela é exposta dentro do site: uma fantasia, uma construção imagética, os vídeos são construções e não realidades auto explanatórias. Existem vídeos que, por exemplo, simulam estupros, mas até que seja provado o contrário, é isso que eles são, simulações, não um estupro real. Dessa forma deve-se pensar no consumo dos vídeos e suas influências nos consumidores como um fetiche pela atuação, e não pela possibilidade real daquele acontecimento. Para Butler, a pornografia deve ser compreendida como um discurso, não como uma conduta, desse modo, ela não deveria ser combatida por meio de proibição ou criminalização, mas através da ressignificação das performances que ali são atuadas. Segundo a escritora, quando se reduz a agência do poder às ações de certos sujeitos, se está ignorando as estruturas históricas que permitiram, e ainda permitem, a constituição de atos sexistas ou racistas.

É possível perceber, a todo o momento, como a maneira em que se performa o gênero dentro da narrativa dos vídeos *mainstream* tem uma alta relevância para os usuários e certas características acabam por sair apenas da fantasia e chegam ao real, modificando as realidades de gênero que temos em sociedade, pois gênero não é algo fixo, não existe falso ou verdadeiro na maneira que cada indivíduo performa. Para Butler, a performatividade é compreendida como sendo possuidora de uma estrutura ambivalente e também de uma temporalidade social própria, tendo uma relação ambígua entre os discursos de ódio e os que resistem a estes.

Segundo dados divulgados pelo ISAPS⁶⁹, o Brasil é o segundo país que mais realiza cirurgias plásticas com fins estéticos do mundo, ficando apenas atrás dos Estados Unidos – em 2016 foram mais de 1,2 milhões. O Brasil é o campeão mundial da labioplastia⁷⁰, chegando em 23.155 procedimentos estéticos do tipo, apenas no ano de 2016. Isso representa um crescimento de 80% de 2015 à 2016. Isso chama atenção, pois diferente de outras partes do corpo, como os seios, a vulva normalmente não é exposta no cinema ou televisão. O procedimento também não é barato, o custo médio é de 1,5 a 6 mil reais.

O discurso que vem na pornografia *mainstream* é essencialmente midiático, e como tal, atravessa o estético e gera práticas de consumo relacionadas com esse mundo. As atrizes desses filmes ganharam ares de celebridade e passaram a ser um padrão de beleza e sexualidade a ser seguido, e isso inclui a estética da vulva. O nicho de vídeos analisados apresentava nas *tags* descrições que batem com as cirurgias que aumentaram

⁶⁹ Sigla em inglês para: Sociedade Internacional de Cirurgia Plástica Estética

⁷⁰ Labioplastia também conhecida como ninfolastia é um procedimento estético que consiste na remoção de pele dos lábios vaginais.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

de número ou passaram a serem feitas nos últimos anos, dentre elas temos a labioplastia, e o aumento dos seios com silicone, no ano de 2019 a tag mais buscada por brasileiros foi a de “lesbian”, quando se acessa esses vídeos em grande maioria temos mulheres brancas e, muitas vezes, visivelmente plastificadas.

Mesmo que a produção pornográfica seja, em sua maioria, pensada no prazer do homem heterossexual, um grande número de mulheres no Brasil acessa esse conteúdo, cerca de 24%. Uma pesquisa realizada pelo PornHub em 2015 mostrou que o país é onde está a maior quantidade de mulheres consumidoras de pornografia, juntando isso a um ensino sexual fraco e a facilidade a qual se tem para o acesso aos sites pornográficos, é comum que meninas jovens tenham acesso a esse conteúdo e vejam o corpo de uma atriz pornográfica como sendo um padrão a ser seguido. O algoritmo de funcionamento do PornHub e a padronização estética de atrizes de produtoras *mainstream* acaba por criar tendências de beleza originadas naquele ambiente, porém existe também a influência da mídia, grande geradora de padrões de beleza e da maior liberdade sexual dos últimos anos, a qual permite que mulheres conversem mais livremente sobre suas vulvas e corpos, levando uma a compartilhar com outras sobre um procedimento estético ou outro.

A pornografia é um componente de estímulo sexual que proporciona prazer e excitação. Quanto maior a motivação / desejo sexual de uma pessoa, mais ativamente ela consome produtos pornográficos. Por outro lado, pessoas que não têm fortes interesses sexuais consomem menos pornografia. A pornografia costuma ser um estimulante para a masturbação, mas um terço dos consumidores de pornografia não a usa para esse fim (Haavio-Mannila & Kontula, 2003). É muito provável que a pornografia “excite” algumas pessoas enquanto “desliga” outras. Na verdade, como diz Diamond (1999): “A pornografia costuma ser o Viagra do pobre”. O futuro desse mercado está na Internet pois ela se tornou outro meio de marketing sexual. Em um mundo repleto de problemas sexuais, armadilhas e preconceitos, a Internet oferece muitas oportunidades de influenciar de maneira positiva ou negativa a sexualidade e as conexões sexuais entre as pessoas. Uma tendência é a proliferação de comunidades virtuais em torno de interesses sexuais comuns. Os profissionais estão reconhecendo que essas comunidades virtuais impactam significativamente a vida das pessoas e estão aumentando seus esforços para estudá-las e compreendê-las (Cooper & Griffin-Shelley, 2002).

Considerações finais

Durante o trabalho, o universo do site e das produções *mainstream* foram analisados, de maneira a tentar entender os usos e influências desse material no corpo de seus espectadores e de não espectadores, e de que modo a sexualidade e o corpo feminino estariam sendo negociados nos vídeos. À primeira vista, o ambiente aparenta ser extremamente misógino, com narrativas que pensam apenas em objetificar a mulher, e muitas vezes, esse é o caso. Porém, mesmo dentro da pornografia, existe uma confluência gigantesca de representações, e em algumas, a mulher aparecia como agente de seus desejos, mesmo que seu corpo seguisse um padrão estereotipado.

A violência e as influências pornográficas no corpo da mulher devem ser problematizadas, mas não censuradas, pois a pornografia não pode se tornar um material

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

demonizado. O universo pornográfico é um mercado, e deve-se ser pensado e analisado como tal. Ele segue tendências e atende o que o público quer consumir, de tal maneira que se os usuários veem vídeos de certo padrão mais deles serão produzidos. Mesmo que a onda de labioplastias e outras cirurgias, tenha tido um aumento com a expansão do consumo pornográfico, atualmente o padrão estético se mantém nos filmes, pois é o conteúdo que tem maior busca e visualizações, gerando mais lucro. A corpo da mulher contemporânea está ligado a diferentes tendências de consumo, que trazem consigo ideias de sexualidade e sexo. E sabe-se que uma das coisas mais mobilizadas pelas mídias é o ideal de beleza. Na medida em que a vulva passa a fazer parte de um sistema metamorfo na cultura, e se torna tema em discursos midiáticos e rodas de conversa, é natural que se compartilhe de um ideal de beleza dela. Essa parte do corpo passa a ser descrita usando-se das mesmas características de outras partes do corpo: assimétrica, flácida, gorda. Não se pode negar o poder das imagens, mas esse poder pode ser questionado, buscando brechas nesse discurso formador.



Referências

- BERNSTEIN, Elizabeth. Cadernos Pagu, v. 31. p. 315 - 362. 2008.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- COOPER, A. & Griffin-Shelley, E. Introduction. *The Internet: The next sexual revolution*. I A. Cooper (Ed.), *Sex and the Internet*. (pp. 1–18). London: Brunner-Routledge. 2002.
- DEJEAN, Joan. *A politização da pornografia: L'École de filles*. In: HUNT, L. A invenção da pornografia: A obscenidade e as origens da modernidade, 1500-1800, São Paulo, Hedra, 1999.
- DIAMOND, M. *The effects of pornography: An international perspective*. Porn 101: Eroticism, pornography, and the first amendment. (pp. 223–260). New York: Prometheus Books. 1999.
- DWORKIN, Andrea. *Pornography: Men Possessing Women*, G. P. Putnams Sons, EUA, 1981.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 5. ed. São Paulo: Loyola. 1999^a.
- FOUCAULT, Michael. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 36^a ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- FISHER, R. D. *A test of three models for explaining support for various approaches to the control of sexually explicit materials*. Annual Meeting of the Society for the Scientific Study of Sexuality, San Francisco, November 9 – 12, 1995.
- HOOKS, bell. *The will to change: Men, masculinity, and love*. Nova York: Atria Books. 2004

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

HUNT, Lynn (Org.). *A invenção da pornografia: Obscenidade e as origens da modernidade, 1500 – 1800*. 1. ed. São Paulo: Hedra. 1999.
<https://www.isaps.org/event/highlights-of-plastic-surgery-2019/>

KONTULA, O. & HAAVIO-MANNILA, E. *Sexual pleasures: Enhancement of sex life in Finland, 1971 – 1992*. Hampshire, U. K: Dartmouth. 2003.

LEITE JÚNIOR, Jorge. *Labirintos conceituais científicos, nativos e mercadológicos: pornografia com pessoas que transitam entre os gêneros*. In: Dossiê: Pornô, Cadernos Pagu no.38 Campinas Jan./June 2012

LEITE JÚNIOR, Jorge. *Das Maravilhas e prodígios sexuais: A pornografia “bizarra” como entretenimento*. São Paulo: Annablume, 2006.

MAINGUENEAU, Dominique. *O discurso pornográfico*. São Paulo: Parábola Editorial. 2010.

MORAES, Eliane Robert. *O efeito obsceno*. *Cadernos Pagu*. v. 20. p. 121-130. 2003.

PRECIADO, Paul. *Manifesto Contrassexual. Políticas subversivas de identidade sexual*. São Paulo: n-1 edições, 2014

Pornhub Team. Pornhub & Brazil. Pornhub Insights. Recuperado de pornhub.com/insights/pornhub-brazil.

SIGEL, L. Z. *Governing pleasures: Pornography and social change in England, 1815–1914*. New Brunswick, N. J.: Rutgers University Press. 2002.

WOOD, E, HUGHES, M. *The moral basis of moral reform: Status discontent vs culture and socialization as explanations do anti-pornography social adherence*. *American Sociological Review*. 1984.

**O SACERDOTE DE ÉRIS⁷¹ A SERVIÇO DA ORDEM: A
TRAJETÓRIA INTELECTUAL DE EMIR CALLUF NA CURITIBA
PÓS 64**



Garcia, Ana Flávia Barboza¹

¹*Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.*

O período anterior ao regime militar brasileiro compreendido no início da segunda metade do século XX, foi marcado por diversos discursos acerca da segurança nacional e o perigo comunista na sociedade brasileira. Tal discurso se consolida com a chegada dos militares ao poder em março de 64, fomentando ainda mais a ideia de um “perigo vermelho” e a necessidade do estabelecimento de uma ordem nacional. Esse pensamento incidiu sobre diversos setores da sociedade como a Igreja, imprensa e o próprio imaginário popular. Junto a isso, entraram em cena múltiplos intelectuais abordando sobre o assunto, ora de uma forma, ora de outra. É nesse sentido que buscaremos neste trabalho abordar sobre a trajetória de um destes intelectuais, através da perspectiva de seu discurso na sociedade curitibana do pós 64. Emir Milton Calluf (1929-1993) foi o primeiro padre jesuíta de Curitiba, além de ter sido psicólogo e professor universitário. Defensor da moral e dos bons costumes, anticomunista ferrenho e na maioria das vezes polêmico, sua atuação auxiliava indiretamente o sistema que vigorava na época. Situando desta forma a pesquisa no campo dos intelectuais, buscará, por meio da análise e compreensão das fontes – estas constituídas entre artigos no jornal *Diário do Paraná* e as obras que produziu – mapear sua atuação como intelectual e as implicações sociais geradas a partir de seu discurso.

1. Emir Milton Calluf: um intelectual e as ideias do seu tempo

Filho de uma abastada e bem estabelecida família libanesa⁷², Emir Calluf fugiu à tradição comerciante da mesma e adentrou jovem na vida religiosa. Ficou conhecido por sua personalidade polêmica, defensor da moral e dos bons costumes, não poupava palavras para atacar, através das linhas do *Diário do Paraná*, todos aqueles que cruzavam os limites da moral católica. Escreveu diversos livros de cunho normativo

⁷¹ Deusa grega da discórdia.

⁷² Foi possível encontrar registros de contatos da família Calluf com personagens importantes da cena social paranaense, como o governador Bento Munhoz da Rocha Neto e o arcebispo de Curitiba, Dom Manuel da Silveira d'Elboux. Ver em “Secretaria do Estado da Cultura – Museu Paranaense: Fotografia: Bento Munhoz da Rocha Neto, Dom Manuel da Silveira d'Elboux em jantar na casa de Miguel Calluf” <http://www.memoria.pr.gov.br/biblioteca/fotos.php?cod_acervo=151111> Acesso em: 15 jun. 2020.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

especialmente voltado para os jovens, e foi apresentador do programa *Um lugar ao sol*, que ia ao ar pela TV Paraná na década de 60/70.

Era visto como conservador dentro da Igreja, atacava repetidamente progressistas como Dom Helder Câmara. Foi defensor do regime militar, e consequentemente mediador de um discurso anticomunista fervoroso nos meios em que atuava. Como professor e psicólogo, seu discurso constantemente entrecruzava teores científicos, legitimando-o assim não apenas como emissário da Igreja, mas também como representante da ciência. Exerceu o sacerdócio de 1959 até 1977, ano em que é excomungado pela Igreja Católica por quebrar o voto de celibato e se casar com uma artista plástica curitibana. Através de sua atuação, agiu como mediador entre seu público e o imaginário conservador da época, este também paralelo ao discurso do governo militar.

Personalidade marcante na sociedade curitibana de sua época, o público jovem seria ao longo de sua trajetória o principal alvo de sua mediação. Entre livros e cursos, Emir Calluf passeava entre a moral e a psicologia. Se envolveu em diversas polêmicas ao longo de seu sacerdócio, a maior delas, talvez mesmo antes da quebra de seu celibato, foi seu insípido comentário acerca da morte da atriz Leila Diniz em 1972⁷³, atriz constantemente perseguida pelo padre que atacava seu modo de vida no qual segundo ele, seria imoral. A psicologia, aliada a normatividade da vida católica eram, via de regra os principais ingredientes de seu discurso. Por meio dele, Emir Calluf se colocava como um pastor a cuidar de seu rebanho, apontando sempre os defeitos e perigos de uma sociedade corrompida pelo desapego aos valores morais e cristãos.

Assim também se pronunciaria no campo político. Anticomunista ferrenho, Calluf se apropriou do pensamento de Jung – que por sinal também não tinha nenhuma simpatia pelo comunismo – e abordou, tanto no jornal como em seus livros, os males deste movimento. Calluf compartilhava da visão de Jung de que o maior mal da sociedade naquele momento seria a despersonalização do indivíduo e a consequente massificação. A despersonalização se dá, quando o indivíduo perde gradativamente as características que o tornam único, individual na sociedade, até sucumbir ao coletivo e se dar desta forma a massificação. Para ambos, a religião seria a melhor forma de minar tal acontecimento.

Continuou a utilizar a psicologia como arma discursiva por muitos anos e entre muitos assuntos, não apenas no campo político ou religioso, mas no campo social e cultural também, especialmente abordando sobre temas polêmicos da época, e que com a psicologia, usava da patologização de seus interlocutores como forma de legitimação de seu discurso. Como exemplo disso estão seus diálogos com o psicólogo behaviorista Burrhus Frederic Skinner⁷⁴ em um artigo abordando sobre a cinema brasileiro, sua constante perseguição acerca de artistas como Leila Diniz, e a caça às bruxas instaurada

⁷³ TEIXEIRA, H. *A acusação impiedosa*. Intervalo 2000, p. 38.

⁷⁴ O artigo se intitula *A tragicomédia do cinema nacional: I – Reino de maloqueiros* de 1972, no Diário do Paraná. Neste o autor discute como as formas de comunicação de massa, nesse caso o cinema, são formas de manipulação e alienação. Traz para o debate o psicólogo norte-americano B. F. Skinner, discutindo o que acreditamos ser seu livro *Para além da liberdade e da dignidade*, discordando e concordando com seus conceitos. O artigo, traz como sempre, seu ar de polêmica, atacando e rotulando o que acreditava ser desviante da norma.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

por ele contra o que ele chamava de *clero vermelho*, consolidando, já após suas excomunhão, no livro *A esquerdização do clero: um estudo psicanalítico* em 1987.

Segundo Coimbra (1995) existiu por uma determinada parcela de psicólogos no início do regime, um silenciamento em relação ao processo político que estava ocorrendo no país. A omissão psicológica se voltava contra os inimigos do regime, traçando perfis do que poderiam ser considerados indivíduos subversivos.



Duas categorias são produzidas, e muito disseminadas nos anos 70 no Brasil: a do subversivo e a do drogado, ligadas à juventude da época. A primeira é apresentada com conotações de grande periculosidade e violência, visto ser uma ameaça política à ordem vigente; e deve ser identificada e controlada. Tal categoria vem acompanhada de outros adjetivos como: criminoso, traidor, ateu, etc, o que traz fortes implicações morais. O subversivo não está somente contra o regime político, mas contra a religião, a família, a pátria, a moral e a civilização, tornando-se, um antissocial. Está contaminado por "ideologias exóticas", por mandatários de fora. (COIMBRA, 1995, p. 29.)

O "familiarismo" (COIMBRA, 1995 p. 30) se tornaria uma técnica de controle social, ao se criar bodes expiatórios psicológicos como por exemplo a alusão de grupos *hippies* à drogados e consequentemente subversivos, pais e mães oriundos da classe média/alta criariam um espectro ao redor de seus filhos, alimentados por essas teorias. Desta forma, a preocupação com a juventude afim de não se tornarem subversivos, ultrapassaria os fundamentos religiosos e morais, passando a fazer parte também de um determinado fazer psicológico. Isso pode explicar de certa forma, como a junção de sua formação religiosa e profissional resultam para Calluf numa preocupação com a normatividade.

Nadia Maria Guariza (2009) já havia percebido isso, quando pesquisou sobre a atuação de Emir Calluf na Arquiconfraria das Mães Cristãs, no final da década de 60 em Curitiba. Segunda ela:

As publicações de Emir Calluf deste período podem ser divididas entre aquelas destinadas a um público mais amplo sobre conselhos e religião católica e outros livros direcionados ao público mais jovem, fornecendo conselhos a eles de como viver na sociedade moderna. Tanto no primeiro tipo de publicação quanto na segunda, para a juventude, Calluf desempenhava a função de conselheiro moral do público leitor. Poderíamos entender que a literatura produzida por Calluf era normativa, pois prescrevia normas de comportamento aos seus leitores. (GUARIZA, 2009, p. 104)

Ao se pensar a teoria de normatização social, podemos compartilhar o pensamento do sociólogo americano Howard Becker, em sua obra *Uma Teoria de Ação Coletiva* (1977). Para o autor, dentro do processo de normatização, existem dois tipos de indivíduos, aqueles que criam a regra, e aqueles que a impõe, seus divulgadores. Segundo o autor, a existência da regra não garante seu efeito, logo, a mesma deve ser imposta, mediante algo que provoque essa reação, e para isso é necessário que se tenha uma iniciativa, ou seja, é necessário que se tenha um culpado, e a iniciativa de o punir. Ao ver alguma vantagem e tomar esta iniciativa, o criador da norma a torna pública, não podendo mais ser ignorada (BECKER, 1977, p.87). Com o sucesso de uma cruzada

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

moral, surgem outras regras, e com elas seus impositores, aqueles que garantem que a regra será aplicada (BECKER, 1977, p.114).

Becker trabalhou originalmente com o conceito de *desvio*⁷⁵ em sua obra *Outsiders: estudos de sociologia de desvio* publicado pela primeira vez em 1963. Segundo o autor, o desvio tem menos a ver com as atitudes ou qualidades daquele indivíduo rotulado como desviante do que a interação entre esse indivíduo e as pessoas que reagem a seus atos, ou seja, para haver um rótulo de desviante, é necessário haver regras, e estas devem ser criadas por um grupo, e quebradas por outros.

Além de reconhecer que o desvio é criado pelas reações de pessoas a tipos particulares de comportamento, pela rotulação desse comportamento como desviante, devemos também ter em mente que as regras criadas e mantidas por essa rotulação não são universalmente aceitas. Ao contrário, constituem objeto de conflito e divergência, parte do processo político da sociedade. (BECKER, 2008, p.30)

O período que buscaremos abordar, compreendido entre a ditadura militar brasileira e alguns anos posteriores a abertura democrática marcam significativamente o imaginário social brasileiro com discursos acerca da segurança nacional, o perigo do comunismo e a necessidade do estabelecimento de uma ordem, levada a cabo pelos militares. Após 1985 é possível notar rupturas e permanências destes mesmo discursos no imaginário social. Assim ocorre com a figura de Emir Calluf. Durante seu sacerdócio e paralelamente o regime militar, constrói um discurso moralista e acidamente anticomunista.

Utilizando-se da polemica como forma de atuação, buscava chamar atenção para os assuntos mais “quentes” do momento, a sua própria visão. Em 1977, encerra-se a primeira fase de sua vida, quando se casa e se torna *persona non grata* para a Igreja católica. A partir de então sua retórica se volta contra a instituição clerical, novamente se utilizando de temas polêmicos, como a discussão acerca do celibato e a “esquerdização do clero”. É significativa durante toda sua trajetória o uso da psicologia para abordar estes temas.

O estudo da polêmica como uma determinada forma de discurso é essencial para se compreender a atuação de Calluf. Foi possível perceber, ao correr das fontes, principalmente entre os artigos de jornal, como Calluf se utiliza deste método para chamar atenção em seu discurso. Segundo Amossy (2014, p. 51) a polêmica como categoria de discurso é marcada essencialmente por uma difusão de ideias, o antagonismo de opiniões, assim ancorado num discurso conflitual. Emergem-se assim três movimentos do discurso: a dicotomização, a polarização e por fim a desqualificação do outro. Ou seja, de início se dá o confronto de opiniões, onde apenas uma pode estar correta, em segundo emergem os grupos, “nós” e “eles”, e por fim o discurso, numa junção desses dois movimentos passa à pejorativação do outro, ou “deles”. Desta forma, dentro da polemica tudo vale para convencer um público alvo e derrotar o opositor do discurso, desde que mantendo-se no campo verbal.

⁷⁵ Lembramos aqui também, da obra *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social* de Gilberto Velho (org.), (1985) e *Patologias do Social: arqueologias do sofrimento psíquico* de Vladimir Safatle, Nelson da Silva Júnior e Christian Dunker (org.), (2018).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

É possível ressaltar ainda que o polemista com frequência lança mão de artifícios retóricos variados. Esse tipo de jingal verbal é bastante comum na tradição da política brasileira disponível aos discursos utopistas, salvacionistas, estatistas, messiânicos e populistas. Com frequência, esse tipo de retórica mistura maliciosamente em sua argumentação “maças com laranjas” para confundir. Apela a meias verdades para enganar. Apoiar-se em fontes que desfrutem de nenhuma autoridade. Propõe falsos dilemas. Aponta bodes expiatórios e os demoniza. Afirma sem provas que o opositor tem determinada posição a qual passa a criticar. Faz ataques pessoais e emocionais. (WAINBERG, 2010, p. 35)



Emir Calluf exerceu o sacerdócio de 1959 até 1977. Atuou como padre, portanto, desde antes do golpe militar e passou pelo endurecimento do regime no final da década de 60. Através de sua atuação, agiu como mediador entre seu público e o imaginário conservador da época, este também paralelo ao discurso do governo. Após sua ruptura com a Igreja, passa a atuar como psicólogo e articulista em outros jornais locais, como o *Estado do Paraná* e a *Gazeta do Povo*. Além disso, voltou sua escrita para obras de teor crítico e polemista, buscando reconquistar o espaço que possuía no imaginário curitibano.

O trabalho, deste modo, se destina a investigar e compreender a atuação do padre Emir Calluf e os impactos de seu discurso nos meios em que atuava assim como suas rupturas. Buscamos entender de que forma seu discurso era legitimado pelos títulos que carregava, seja como padre, como psicólogo ou professor universitário.

A trajetória e atuação de Emir Milton Calluf (1929-1993) pode ser investigada através de um grande e distinto acervo de fontes, que variam entre publicações em jornais e revistas, especialmente seus textos publicados no *Diário do Paraná*, o conjunto bibliográfico por ele escrito, entre livros de psicologia e outros voltados para a moral católica, como também, afim de fechar algumas lacunas, documentos encontrados no acervo digital do Arquivo Nacional, entre eles, dossiês do Serviço Nacional de Informações (SNI) e do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA).

Dentre os jornais a serem investigados, destacamos o jornal *Diário do Paraná*, o qual padre Emir Calluf era correspondente e tinha uma coluna aos domingos. Dentre outros, o jornal *Diário da Tarde*, *Correio de Notícias*, *Correio do Paraná*, *Última Hora*, na qual o padre frequentemente era mencionado, além disso cabe citar as revistas *A Divulgação*, *Intervalo* e *Realidade*. Todos os jornais e revistas citados, podem ser encontrados digitalizados através da Hemeroteca Digital Brasileira, ferramenta facilitadora da pesquisa histórica.

As obras que escreveu, também podem nos dizer muito sobre seu pensamento e discurso, entre eles *“Lágrimas ao meio dia”* (1966), *“És jovem apenas uma vez na vida”* (1967), *“Juventude e Sexo”* (1968), *“Enamorados”* (1969), *“O jovem e o casamento”* (1970), *“Moral para gente evoluída”* (1971) e *“Confissões de um rapaz de 20 anos”* (1972), estes como pode se ver, voltados para uma moralização da juventude. *Pari passu*, haviam também alguns de seus livros sobre psicologia, entre eles *“Sonhos Complexos e Personalidade - Psicologia Analítica de C. G. Jung”* (1969) e *“Psicologia da Personalidade”* (1976). Por fim, há os livros que escreveu após o sacerdócio, estes com opiniões mais polêmicas, como *“O pecado mortal dos bispos”* (1980), *“Reflexões*

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

incômodas sobre o celibato dos padres” (1984) e *“A esquerdização do clero – um estudo psicanalítico”* (1987), além dos livros *“A coragem se ser autêntico”* (s/d) e *“Deus é como amor e a música: variações sobre um tema clássico”* (1981), que possuem um caráter de autoajuda e reflexões do próprio autor.

Por fim, foram encontrados alguns documentos digitalizados no Arquivo Nacional, fontes essas que auxiliam a compreender o processo de mediação entre Emir Calluf e seu público, e também como este era visto pelo governo na época. Como exemplo podemos citar, um dossiê que continha a transcrição do programa *Um lugar ao sol*, na década de 70, na qual o padre curitibano alerta os jovens sobre o perigo do comunismo, o que por consequência acabou repercutindo na Assembleia Legislativa do Paraná, onde o deputado Olavo Ferreira o congratula por chamar a responsabilidade dos “verdadeiros cristãos”. Além disso, também encontramos seu nome em uma lista de possíveis colaboradores do governo. Documentado em um dossiê do SNI, segundo o mesmo, o Padre Emir era visto como um pacificador entre a polícia e os estudantes, agindo de forma intervencionista com o intuito de manter a ordem, esta também desejada pelo governo.

2. Biografia e Trajetória Intelectual

Ao se situar a pesquisa em uma linha de trajetória, lembramos do que disse Lilia Schwarcz ao escrever a biografia de Lima Barreto (2017, p. 16), “não há maneira de fazer uma biografia sem reconhecer-se ‘afetado’ por ela.”. Escrever sobre a vida de uma pessoa, seus feitos, seus pensamentos, suas trajetórias, requer do biógrafo uma certa entrega em relação ao biografado. Passamos a pensar seus pensamentos, aceitar e muitas vezes questionar suas opiniões, sofrer suas dores e ansiedades, discutir, argumentar, repelir, compreender, vivemos e revivemos seus passos. Mas é importante lembrar: “Fazer uma biografia não significa, pois, tomar uma estrada daquelas que mais se parecem com uma rota e um destino fixos.” (SCHWARCZ, 2017, p.16). Como veremos, a vida de Calluf seria assim como ele, repleto de ambiguidades e contradições, linhas retas só pertenciam à moralidade de seu discurso, jamais a sua vida.

Há muito Pierre Bourdieu já havia combatido este ideal de uma biografia cronológica, factual e retilínea. O conceito de trajetória para o sociólogo francês, se compreende como o resultado da interação entre o indivíduo e a sociedade. Dito de outra forma, a trajetória de vida é o reflexo das relações assumidas pelos indivíduos, da forma como interagem com o mundo material e como buscam transformá-lo. Desta forma, não podemos compreender a ideia de trajetória sem entender sua relação com o conceito de *habitus* (BOURDIEU, 1996), ou seja as disposições dos indivíduos, seus gostos e tomadas de posição. Visto assim, compreende-se que o comportamento de um indivíduo é também o retrato das condições materiais e simbólicas nos quais estão inseridos, e de que alguma forma irão influenciar suas ações dentro da sociedade.

Desta forma, uma trajetória, longe de ser retilínea, factual e cronológica, pode ser melhor compreendida por meio das interações sociais construídas pelo indivíduo ao longo de sua vida. Bourdieu chamaria de “Ilusão Biográfica” (1996) essa criação de uma história de vida como um conjunto de acontecimentos ordenados no tempo, uma narrativa de fatos excepcionais de um indivíduo, de forma linear. Segundo o sociólogo, existe a carência de buscar sentido numa trajetória de vida, ou seja, o biógrafo tende a

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

“comprar” um ideal experimentado por seu biografado, fatos significativos que tornam sua vida memorável e desta forma digna de ser biografada. Assim, para Bourdieu, acreditar numa história de vida, contada através de narrativas cronológicas de fatos, torna-se legitimar um discurso retórico, numa tradição literária.



De fato, sem sair dos limites da sociologia, como responder à velha questão empirista a respeito da existência de um eu irreduzível a rapsódia de sensações singulares? [...] Tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um “sujeito” cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metro sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações. Os acontecimentos biográficos definem-se antes como *alocações* e como *deslocamentos* no espaço social, isto é, mais precisamente, nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição dos diferentes tipos de capital que estão em jogo no campo considerado. (BOURDIEU, 1996 p. 77, 81, 82)

Assim, as interações, o contexto, a rede de relações em que o indivíduo teve contato durante sua vida, é mais importante do que os fatos em si, pois é esta superfície social (BOURDIEU, 1996, p.82), que demonstrará as pluralidades de uma trajetória, em diferentes campos de atuação.

Bourdieu acredita que a biografia seria uma ilusão, dado ser impossível narrar a totalidade de uma existência visto as lacunas, os brancos deixados pelas fontes, sendo estas contornadas por meio da ficção, dando a entender, para Bourdieu assim, que o biógrafo não teria comprometimento com a verdade dos fatos ou a pertinência de compreensão da veracidade de uma vida. François Dosse, em *O Desafio Biográfico* (2009) discute como esta percepção encadeada por Bourdieu deve ser ultrapassada de certa maneira, compreendendo-se que o fazer histórico e biográfico são constituídos pelo pesquisador, necessitando cada um deles, de certa forma de “pitadas ficcionais”. É a ligação com o real de cada um destes fazeres que dará a legitimidade para a pesquisa. Desta forma para Dosse, esta ilusão embora existente não descaracteriza a historicidade do sujeito biografado.

A vida dos intelectuais tem cada vez mais sido alvo de pesquisas e consequentes biografias, sobre isso Dosse discute:

O espectro do gênero biográfico não abarca unicamente os homens de ação, mas cada vez mais os escritores, os filósofos e todos os homens de letras, que se tornam assim objetos de curiosidade e de exercício biográfico. Mas o que pode captar o biógrafo, de um filósofo ou intelectual, que já não esteja em suas obras? A biografia chegou, nessa esfera, ao ponto de paroxismo de sua tensão aporética – e parece desqualificada. *Por definição, o homem de ideias se deixa ler por suas publicações, não por seu cotidiano.* (DOSSE, 2009, p.361, grifo nosso)

Mesmo não podendo expressar a totalidade de uma vida, são nas produções de um indivíduo que podemos encontrar a subjetividade de seu autor, suas experiências refletidas no papel, seu pensamento e suas ideias. Para Dosse, no fazer biográfico, vida e obra devem ser pensados em conjunto. Assim, a biografia intelectual possui a característica de estar sempre aberta a distintas interpretações, sendo impossível esgotar

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

a discussão sobre uma vida e seu sentido, devendo estas serem constantemente repensadas e reescritas.

Pensando a ideia de trajetória intelectual, podemos trazer à discussão as noções de itinerário, aliados aos conceitos de geração e sociabilidade do historiador francês Jean François Sirinelli. Para o autor, o termo de intelectual pode ser ampliado também no sentido de criador ou mediador cultural, além de ator social compreendendo seu engajamento nos grupos onde está inserido.

Os itinerários se tornam assim uma ferramenta eficaz na pesquisa, permitindo ao historiador mapear eixos de engajamentos entre os intelectuais assim como suas redes de sociabilidades, compreendendo desde trajetórias dos "grandes" pensadores, como os de média ou pequena expressão, vistos muitas vezes como o que o autor chama de "despertadores" (SIRINELLI, 2003, p. 246), agentes fermentadores para gerações seguintes e até mesmo de seus pares. Esta concepção de geração, revela como um grupo de intelectuais pode ter uma matriz comum em suas redes de interação, dando ao pesquisador a possibilidade de compreender toda uma estrutura de pensamento, vivenciadas por meio da transmissão cultural entre os pares.

Podemos compreender desta forma, pensando-se no conceito de sociabilidades, o que o autor chama de "feudos intelectuais" (SIRINELLI, 2003, p. 249), ou seja a alocação de semelhantes num mesmo grupo, ligados por suas visões de mundo, engajamentos, amizades e fidelidade, assim como influências e processos de competitividades. Lugares estes como revistas ou jornais, os chamados espaços de sociabilidades, ou campos, como aborda Bourdieu.

Para além dos conceitos de trajetória e *habitus*, a concepção de campo e bens simbólicos também é de extrema importância, além de não poder ser desassociado dos conceitos anteriores. Em sua obra *A distinção*, Pierre Bourdieu, discorre a respeito da relação entre posições sociais e os *habitus* ou disposições dos indivíduos, que levam as suas tomadas de posição, ou escolhas. Assim a concepção de distinção, diferença, para o sociólogo constitui também a noção de *espaço*.

De forma geral o que Bourdieu nos afirma é que nosso *habitus*, ou melhor dizendo, nossas disposições irão fundamentar nossas escolhas nos posicionando de uma forma ou de outra em um determinado espaço social. E da mesma maneira, os espaços sociais, ou campos dos quais fazemos parte, vão influenciar nossas tomadas de posições e nossos *habitus*. "[...] os *habitus* são diferenciados; mas também são diferenciadores." (BOURDIEU, 1996, p. 22). Adentrando mais na discussão, deve-se compreender ainda, que além do *habitus*, o que valida nossa posição em um determinado espaço social é a estrutura de distribuição de diferentes tipos de capitais, econômico, cultural ou social. Assim por exemplo, um professor estará em uma posição diferente de um empresário devido as diferenças de distribuição de seu capital, o primeiro tendo maior capital cultural e o segundo, maior capital econômico.

Dito isso, se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo *coletivamente*, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social, como parecem acreditar alguns etnometodólogos: a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo. (BOURDIEU, 1996, p. 27)



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Compreender a história de vida de um indivíduo, se torna assim uma tarefa muito mais complexa do que selecionar fatos num calendário. Na pesquisa em que nos propuséssemos a fazer, buscamos compreender a trajetória de um indivíduo marcado por uma personalidade complexa e ambígua, refletido tanto em suas ações como em seu discurso. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, de modo geral, “a historiografia e as ciências sociais demonstraram maior interesse em pesquisar os revolucionários e a esquerda que seus adversários, deixando para segundo plano as propostas ligadas à defesa da ordem.” (2000, p.8). Segundo o autor, é de extrema necessidade o esforço de se pesquisar grupos conservadores, não apenas com a ânsia de se denunciar, mas também com o fim de compreender os processos políticos e sociais, amplamente influenciados por tais indivíduos.

Desta forma, acredita-se que a pesquisa sobre a trajetória intelectual de Emir Calluf, pode contribuir de forma significativa para tal temática historiográfica, ampliando os entendimentos de como se deu o processo gradativo de tomada de poder pelos militares no Brasil, e o discurso utilizado, como também percebendo o papel que indivíduos como o padre tiveram neste processo.

Referências

AMOSSY, R. *Apologie de la polémique*. Paris: Presses Universitaires de France. Collection dirigée par Michel Meyer, Université de Bruxelles, 2014.

BECKER, H. S. *Uma teoria da Ação Coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BOURDIEU, P. *A Distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo/Porto Alegre, EDUSP/Zouk, 2007.

BOURDIEU, P. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.

COIMBRA, C. M. B. (1995). *Guardiões da ordem: uma viagem pelas práticas psi no Brasil do ‘milagre’*. Rio de Janeiro, RJ: Oficina do Autor.

DOSSE, F. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. Trad. Gilson César Cardoso de Souza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

GUARIZA, N. M. *Incorporação e (Re) Criação nas Margens: Trajetórias Femininas no Catolicismo nas Décadas de 1960 e 1970*. Curitiba. 2009. 270 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós Graduação em História, Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

MOTTA, R. P. S.; QUEIROZ, S. R. R. de. *Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2000. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

SCHWARCZ, L. M. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Companhia das Letras. 2017.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SIRINELLI, J. F. “Os intelectuais”. In: RÉMOND. *Por uma história política*. Tradução de Dora Rocha. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

WAINBERG, J. A. *Línguas ferinas: um estudo sobre a polêmica e os polemistas*. Porto Alegre: Edipucrs, 2010.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

IDENTIDADES SEM TERRAS: MST EM QUEDAS DO IGUAÇU - PR (2004-2014)



NAGAE, Barbara¹

¹ *Mestre em História, Cultura e Identidade, Universidade Estadual de Ponta Grossa.*

Esse texto é um excerto da dissertação intitulada “A Construção das Identidades Sem Terra em Quedas do Iguaçu - PR (1999-2014)”⁷⁶, com pequenas adequações posteriores. A pesquisa foi desenvolvida com base na minha trajetória como educadora em uma escola de assentamento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), moradora e cidadã da cidade referida, das leituras orientadas e vivências com o MST.

Neste sentido, a problemática aqui trabalhada pode ser resumida como um esforço para compreender a construção das identidades Sem Terra no Assentamento Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu.

Assim foram realizadas entrevistas dos Sem Terra de Quedas do Iguaçu e estabelecemos o diálogo entre essas falas e as representações sobre o movimento veiculadas localmente pelo Jornal Expoente, analisando que posicionamento é tomado perante a chegada e o estabelecimento do MST, que tipo de discurso se produz, e como interfere na maneira como são vistos e se veem os Sem Terra no município. A valorização da memória e a perspectiva da História Oral conferem sensibilidade e visibilidade à identidade Sem Terra, pois priorizam a subjetividade desenvolvida, expressa na fala de quem constrói e construiu as práticas e a sua própria história.

1. Os Sem Terra noticiados no Jornal Expoente

O Jornal Expoente do Iguaçu é gerenciado e de propriedade de Marcos A. Pina, sendo jornalista responsável, seu filho Pedro Pina Neto e existe desde o começo da década de 1990.

No dia 31/01/2005 tem-se no título: “1º despejo de Sem-terra do ano ocorre em Espigão Alto do Iguaçu”. Embora o assentamento tenha sido oficializado em dezembro de 2004, a primeira notícia do jornal não se refere a este fato, mas ao primeiro “despejo de sem-terra do ano”, ocorrido no município vizinho (8km de distância). A referência a este fato em detrimento do outro demonstra que o jornal percebe como legítima a ação do despejo e não do assentamento.

A segunda notícia referente ao MST veiculada pelo jornal é do dia 13/08/2005: Plano de desenvolvimento Agrário, o INCRA anuncia o Assentamento com 990 famílias recebendo em média 8 alqueires, sendo que no Silo ficam 484 famílias. A implementação oficial deveria ocorrer em 08/10/2005. Destaca-se que é posto no jornal uma pequena nota, cerca de oito meses depois, em menção ao assentamento. Foram

⁷⁶Dissertação defendida em 2017, orientada pela Prof.^a Dr.^a Alessandra Izabel de Carvalho (PPGH-UEPG) e coorientada pelo Prof. Dr. Robson Laverdi (PPGH-UEPG).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

meses de silêncio em relação ao MST, visto que o desenrolar do processo e os argumentos dos Sem Terra não interessavam à imagem que o jornal vinha construindo sobre a posse das terras.

A terceira e última notícia de 2005 é do dia 1 de setembro e faz menção ao INCRA que tentava retirar 250 famílias do corredor onde encontram-se 700 ha de araucárias. Na mesma página, outra notícia acima dessa, anuncia que haviam atado fogo na área de reflorestamento da Araupel, no bairro Pindorama. Atenta-se para o fato de as matérias sobre o MST saírem geralmente envoltas em matérias criminais.

A partir da oficialização do Assentamento os ânimos se amenizaram, não que o MST tenha passado a ser aceito ou não mais criminalizado, mas, a partir desse momento, tornava-se questão de tempo que os assentados fossem reconhecidos como cidadãos e eleitores do município.

Em 02/02/2006 a polícia apreendeu caminhões carregados de pinheiros, a notícia não coloca o MST na matéria, mas pela cidade ouvia-se muito: “os sem-terra tão tirando tudo as árvores”. Tratava-se de uma área de plantio e colheita de pinos de uma madeireira. Acontece que, na época do acampamento, com muitas pessoas em situação de necessidade, inclusive de alimentos, alguns madeireiros oportunistas (não nos coube investigar e provar a identidade dos mesmos) contrataram na surdina alguns necessitados e retiraram grandes quantidades de madeira.

Não conseguimos, infelizmente, acesso às fontes do Jornal Expoente dos anos de 2007, 2008 e 2009. O proprietário do Jornal Marcos Pina se recusou a fornecer as edições e na cidade de Quedas do Iguaçu não há arquivo público. As matérias a que tivemos acesso foram preservadas pelo CEEBJA (1999 a 2006) e, para as publicações a partir do ano de 2010, foram utilizadas as do sítio do jornal online.

Caio Pompeia Ribeiro Neto (2009) analisou a representação do MST em documentários e no Jornal Nacional nos anos de 1981 a 2009. Em sua dissertação, encontram-se análises de algumas matérias envolvendo o MST no período em que não dispomos do material do Jornal Expoente para análise. Como conclusão o autor nos apresenta duas visões distintas construídas sobre o MST: de um lado, a do Jornal Nacional, produzida na rede Globo de televisão, em que as apresentações predominam sobre violência, ilegalidade, imagens fortes, com ausência de referências a luta por Reforma Agrária, e, de outro, a dimensão dignificante da conquista da terra, perspectiva apontada nos documentários produzidos pelo MST.

Passados 5 anos da oficialização do Assentamento, da ocupação dos lotes, os Sem Terra vivem um período de relativa paz, ou, em outros termos, de não tão acirrada “desqualificação social”. Entre os anos de 2010 e 2013, as matérias sobre o MST foram apresentadas de modo menos estigmatizante ou criminalizante. As matérias referem-se a temas menos polêmicos, tais como: a conquista do IFET (Instituto Federal de Educação Técnica), demandas do assentamento (luz elétrica faltante para alguns lotes, liberação de fomento), referência e entrevista a Joceli Borges, menina fotografada por Sebastião Salgado, dentre outras no mesmo sentido.

De 2010 a 2015, encontram-se 36 menções sobre o MST e 290 referentes a Araupel no sítio do Jornal Expoente. Subdividimos em 2010-2013 e 2014, devido a ocorrência do novo acampamento (2014) e a intensificação das notícias e da criminalização/estigmatização feita através do jornal.

A oficialização do assentamento e a reorganização das famílias, após a conquista

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

da terra, tornou os Sem Terra contribuintes fixos na cidade de Quedas do Iguaçu, ou ainda, junto com a conquista do lote, eles tornaram-se cidadãos. Essa mudança na condição dos outsiders para municípios redirecionaram as relações sociais, comerciais e políticas ali presentes.



Inversamente, quando os grupos outsiders são necessários de algum modo aos grupos estabelecidos, quando têm alguma função para estes, o vínculo duplo começa a funcionar mais abertamente e o faz de maneira crescente quando a desigualdade da dependência, sem desaparecer diminui – quando o equilíbrio de poder pende um pouco a favor dos outsiders. (ELIAS; SCOTSON, 2000, p.33).

Nas primeiras eleições municipais após o assentamento (Outubro, 2008), foram eleitos dois vereadores Sem Terra partidários do Partido dos Trabalhadores (PT): Claudemir Torrente de Lima e Silvano Ribeiro e ambos tiveram um segundo mandato (2012-2016). Essa representatividade fortaleceu o movimento que passou a ter seus representantes na câmara municipal. Segundo Claudemir:

(...) eu estabeleci uma parceria no primeiro momento com o Deputado Federal Doutor Rosinha, depois, agora com o Deputado Zeca e conseguimos várias emendas né, desses dois deputados aí é, finalizando oito anos com oito patrulhas agrícolas entregues né, qual que é o objetivo dessa patrulha agrícola, é estimular a produção porque quem conseguiu um lote e os lotes são pequenos né, em torno de 4, 5 alqueires cada um, primeiro pra comprar um trator o valor é alto né? (LIMA, 2016)

Em 2016, Claudemir Torrente de Lima candidatou-se a prefeito nas eleições municipais, seu irmão Claudelei Lima Torrente se retirou da direção do MST para concorrer a vereador e foi eleito em outubro. Claudelei foi preso por uma série de acusações em novembro, sendo grande parte delas referentes às práticas Sem Terra. Destacamos que foi o vereador mais votado no município. Foi empossado na penitenciária de Cascavel em janeiro de 2017. Na reportagem da rede televisiva Tarobá de 04/11/2016 com o título: “Operação Castra desmantela quadrilha do MST”, podemos perceber através da entrevista do Secretário de Segurança do Paraná, Wagner Mesquita, e do comentarista da Rede Tarobá o estranhamento e criminalização das práticas Sem Terra.

Outra referência é a reportagem da Rede Globo, no programa Fantástico em 08/11/2016, a estigmatização de práticas do MST, tais como “prestar serviço”, “prestar guarita”, “toque de recolher” são interpretadas como paramilitares.

O MST e o PT construíram parcerias e alianças no decorrer dos últimos 30 anos, ambos surgiram na época da redemocratização e o PT é o partido que faz mais votos entre os Sem Terra de Quedas do Iguaçu. Sobre essa relação:

Por fim, da mesma forma que se pode falar numa bancada ruralista, é possível considerar a existência de uma bancada da reforma agrária, no Congresso. A edição de O Globo (23/04/2000) informa que Adão Pretto (PT-RS), eleito graças aos votos de militantes do MST e de pequenos agricultores, foi o deputado federal que realizou a

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

campanha mais barata, tendo recebido apenas R\$500 em doações. Deve-se lembrar, ainda, a existência do núcleo agrário do PT, constituído por 16 deputados eleitos com uma base rural e favoráveis ao MST. (COMPARATO, 2001).



A representatividade de dois Sem Terra na Câmara Municipal facilitou a aquisição de 10 patrulhas agrícolas (Silvano Ribeiro acordou duas), favorecendo o desenvolvimento da produção no assentamento. Sua presença ali rompe com a visão unilateral sobre o MST dentro do Paço Municipal de Quedas do Iguaçu, visto que os demais vereadores viam como problema o assentamento. Segundo Claudemir,

(...) isso inclusive reflete com a maioria dos políticos no município, nós tivemos uma dificuldade muito grande durante esses oito anos quando o assunto era assentamento, as vozes que se ouviam, eram somente a minha e do vereador Silvano, os outros silenciavam e a gente sente na maioria dos políticos que vê o assentamento, um local é, onde não se espera muita coisa e que, seria como um peso né, só sabem reclamar, dizer que depois que teve o assentamento aumentou o gasto com saúde, com educação né, com a estrada que é um outro município que ta se criando mas não enxerga o que foi trazido. (LIMA, 2016)

Em 2014 o MST organizou uma nova ocupação em Rio Bonito e começou a organização de outra em Quedas. Várias notícias e manifestações promovidas tanto pelo MST quanto pela Araupel trouxeram novamente à tona essa questão latente da luta pela terra e da criminalização dos Sem Terra.

Em matéria do dia 23/07/2014, o presidente da Câmara de Vereadores de Quedas do Iguaçu, Osni Soares da Silva, afirmou que a maior parte dos vereadores, autoridades locais, prefeito e jornalistas da região eram contrários à nova “invasão”. Mas não nomeiou as autoridades locais e nem os jornalistas da região. Quanto ao prefeito Edson Prado e a maioria dos vereadores, eles realmente prestaram apoio a Araupel, realizaram votações na Câmara para legitimar esse apoio e dialogaram com seus respectivos partidários na Câmara e Senado Federal.

Osni Soares se posiciona de forma diferente ao referir-se aos assentados do Celso Furtado pois “são agricultores de Quedas do Iguaçu”. Mesmo se mantendo contrário à “invasão” e temendo a saída da Madeireira e o desemprego proveniente, no decorrer dos anos pós assentamento, alguns cuidados são tomados ao referir-se aos assentados. Em 2014, é inegável a participação e contribuição de aproximadamente 10 mil Sem Terras.

A invasão por parte do Movimento Sem Terra (MST) em terras da empresa Araupel não encontra amparo em praticamente nenhuma entrevista de autoridades até o momento, até mesmo experientes jornalistas da região estão condenando o ato como criminoso e batem veementemente na tecla de “justiça”. Na manhã desta quarta-feira, 23, o presidente da Câmara de Vereadores de Quedas do Iguaçu, Osni Soares da Silva, falou à uma rádio local e, em sua entrevista, estendeu sua posição sobre a invasão na Araupel. O vereador iniciou sua explanação sobre o caso lembrando que a Câmara de Quedas fez a sua parte bem antes da invasão ter início criando uma moção de apoio aos funcionários da empresa Araupel. “Quando se começou os

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

comentários a respeito da invasão o vereador Vilmar Santos levantou na Câmara que ela deveria se manifestar, na forma legal, votarmos e discutirmos uma ideia, se a maioria dos vereadores era favorável a manutenção dos empregos e da segurança da população, ou não. Graças a Deus nós tivemos a maioria dos vereadores favorável aos empregos que a Araupel promove em Quedas do Iguaçu. Alguns vereadores por razão de ideologia ou militância contra”, lembrou. Osni também fez ressalvas que a abstenção de voto do vereador Eradi (Carneiro), não teve relação com ser contra aos trabalhadores da Araupel, classificando como “injusta” a repercussão que o caso teve. “As pessoas sabem que tomamos uma posição em relação a essa invasão”. Osni lembrou que as autoridades quedenses foram convocadas para reuniões, que descartavam a ocupação. “Tivemos reuniões e nos deram garantias de que não iria ocorrer a invasão. Nós acreditamos que não iria acontecer. Nós não estamos contra as pessoas, nós estamos apoiando atitudes positivas. Estamos contra atitudes de invasão que venha a ferir a cidade a qual defendemos com unhas e dentes,”defendeu. “Está faltando tomada de atitude. Porque foi reunido autoridades estaduais e federais antes de invadirem, poderia ser previsto, agora, depois da invasão tem gente que se empurra um carro, uns se esforçando, outros só colocando a mão,” reclamou o presidente. Cobrando mais atitude das esferas estadual e federal, o vereador salientou que se o caso fosse resolvido aqui, já estaria solucionado. “Nos cobraram uma posição em relação ao presidente da câmara, quero dizer que se fosse depender do presidente da câmara e do prefeito de Quedas do Iguaçu isso já estaria resolvido”, garantiu. Por fim, Osni demonstrou preocupação com uma possível demissão em massa na empresa que acarretaria em prejuízos incalculáveis para a cidade. “Se acontecer um ‘blackout’ nos empregos vai ser um caos social, vão ter que ir embora daqui, veja essa questão social, o desamparo por um problema que pode ser evitado pelas autoridades, é só respeitar a constituição é só fazer valer a lei, mas para isso tem que ter atitude”. O OUTRO LADO Osni fez questão de dar apoio aos já assentados de Quedas do Iguaçu, no caso o Assentamento Celso Furtado, o qual, segundo o vereador em breve levará Quedas do Iguaçu ao topo regional na produção leiteira. “A questão da invasão nesse terreno onde se produz madeira para o mundo e produz riqueza para Quedas é uma questão.” (EXPOENTE, 23/07/2014).



Percebe-se, segundo Osni, que a maioria dos vereadores da Câmara Municipal estava favorável “aos empregos que a Araupel promove em Quedas do Iguaçu”, ou seja, defendem a empresa; enquanto que outros, “por razão de ideologia ou militância contra”, foram contrários à empresa. Em Quedas do Iguaçu, aproximadamente 1/4 da população é Sem Terra, mas os representantes do legislativo municipal, em sua maioria, representam a empresa.

A luta democrática por garantia de direito e reforma agrária em terras da União não devem ser analisadas dessa forma, isso desqualifica as lutas e conquistas do MST e divide os trabalhadores do campo e da cidade. Coloca os Sem Terra como antagonistas que geram desempregos e tenta ainda manter em seu texto, certo “respeito” para com os assentados.

Nota-se um número maior de notícias envolvendo o MST motivado pelo novo

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

acampamento de Rio Bonito que ocorreu em julho daquele ano, o "Herdeiros do 1º de Maio". A empresa Araupel desencadeou uma dura campanha na tentativa de mobilização da população quedense contra o acampamento. No Jornal Expoente, "O OUTRO LADO" é, paradoxalmente, outro lado representado pelo próprio MST, entenda-se o Assentamento Celso Furtado.

Em 31/05/2014, o Jornal Expoente noticiou a manifestação ocorrida na Praça Pedro Alzide Giraldi em prol da Empresa Araupel. Segundo a matéria, participaram funcionários e população em geral. O redator segue utilizando o termo invasão ao noticiar a possível ocupação de 30 mil hectares e informar o cadastramento de mais de 2 mil famílias para o acampamento do MST, em Rio Bonito.

O jornal anunciou ainda que boa parte do comércio aderiu e fechou as portas em apoio a empresa e que, segundo Tarso Giacomet (sócio da Araupel, antiga Giacomet Marodin), a perda dessas terras impediu que a empresa gerasse 3 mil novos empregos e termina atentando que não houveram ocorrências policiais. Como podemos constatar, as reportagens voltam a assumir o papel de estigmatizante em relação ao MST, devido a nova ocupação.

Milhares de pessoas entre funcionários da Araupel e a população em geral protestaram na tarde desta sexta-feira, 30, contra uma possível invasão por parte de integrantes do MST em uma área de 31 mil hectares de terra que fica ao lado do acampamento Sem Terra que já cadastrou mais de duas mil famílias. A manifestação teve início no portal da empresa Araupel, de onde os funcionários partiram em marcha até o centro da cidade acompanhados por um carro de som, caminhões e ônibus de empresas terceirizadas que prestam serviços. A chegada ao centro foi por volta de 16h30. Munido de faixas e cartazes, funcionários e populares marcharam aos gritos de "não a invasão". Enquanto as pessoas se concentravam em frente à praça central, caminhões, carros e ônibus cercaram todo o centro. Boa parte do comércio fechou as portas em solidariedade ao protesto da empresa que é responsável por injetar milhões de reais mensalmente na economia quedense. Presente no ato, um dos diretores da Araupel, Tarso Giacomet falou por vários minutos sobre as consequências de uma nova invasão e também o prejuízo que a empresa já arcou com as outras invasões que ocorreram no passado, que segundo ele, impediu a instalação de uma nova fábrica na qual hoje poderia estar gerando mais três mil empregos. Segundo Tarso, a empresa começa a se recuperar agora e está preparando um investimento milionário em Quedas do Iguaçu. Pela grandeza do manifesto a Polícia Militar designou para Quedas do Iguaçu várias viaturas do Batalhão de Choque que fizeram a segurança nos arredores da praça central. O ato ocorreu dentro da normalidade pacífica sem ocorrências policiais. (EXPOENTE, 31/05/2014).

A empresa Araupel em busca de que a população quedense a defendesse se refere à geração de mais 3 mil empregos, bem no período da nova ocupação, e relembramos que ela está no município desde a década de 1970 e nunca chegou a empregar mil funcionários. Outro exemplo é a matéria do dia 22/07/2014:

O site oficial do MST publicou uma reportagem em que afirma a

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

conquista do direito de permanecer em terras da empresa Araupel até que haja uma solução judicial sobre a ocupação feita pelo movimento Sem Terra. Segundo a matéria, a Secretaria de Segurança Pública do Paraná mediu a negociação entre o MST e a empresa Araupel para assinar um Termo de Ajustes de Conduta (TAC), e negociar uma solução pacífica sobre o pedido de interdito proibitório e de reintegração de posse da Araupel, assinado na noite do dia 17 pelo poder judiciário da comarca de Laranjeiras do Sul, é o objetivo que o MST deseja alcançar. O texto ainda lembra o histórico do confronto entre Araupel x MST que começou em 1996 quando 3.340 famílias ocuparam a Fazenda Pinhal Ralo, pertencente à empresa. O MST também acusa a empresa Araupel de “propagandear” em desfavor ao MST jogando a população contra os invasores. “Essas terras são uma das melhores do Brasil, e a Araupel apenas produz madeira para exportação. Queremos produzir alimentos nessas terras, e por causa das ilegalidades, elas devem sim ser destinadas à Reforma Agrária, para que possamos trabalhar e produzir alimento de qualidade ao povo brasileiro”, explica Antônio Miranda, da Direção Nacional do MST. Em entrevista à imprensa, o diretor da Araupel, Tarso Giacomet, fez um resumo da história da aquisição das terras pela empresa desde os tempos do Império de Dom Pedro II, e relatou segundo ele “equivocos” que causaram toda a polêmica envolvendo as terras da empresa. Giacomet garante que a empresa dispõe de documentação legal das terras. Focados no objetivo de tomar 100% das terras da Araupel, o tom de fala dos acampados segue sempre a mesma linha convicta de que as terras não devem mais ficar em posse da empresa “Temos milhares de famílias acampadas na região que querem terra para trabalhar e produzir alimentos. Enquanto isso, a Araupel se sente no direito de grilar terras e produzir madeira para exportação”, argumenta Daniel Ferreira, da direção estadual do MST. Entre reuniões e reuniões para se definir uma solução, a população quedense, em sua maioria, contra uma nova invasão, segue angustiada esperando uma definição do caso. Enquanto isso, em ritmo acelerado, mais de 2.500 famílias seguem a construção dos barracos. (EXPOENTE, 22/07/2014)



Percebe-se a referência à “acusação” do MST em relação a Araupel, sendo que a mesma realizou uma campanha juntamente com o comércio local, através da Associação do Comércio e da Indústria de Quedas do Iguaçu (ACIQI), visando pressionar a retirada do acampamento da cidade. A matéria anterior representa isso, “comércio fecha as portas em apoio a Araupel”. Para tanto, a empresa utilizou-se de funcionários, do apoio da Prefeitura Municipal, meios de comunicação (até propaganda na televisão), deputados que levaram a questão à câmara, dentre outros.

Na matéria as terras são apresentadas como “terras da Araupel”, reprodução direta do discurso da empresa. Há posicionamentos claros em favor da empresa ao se referirem que a “população quedense, em sua maioria, contra uma nova invasão, segue angustiada”, e termina dizendo que “a construção dos barracos segue acelerada”.

A população quedense não foi consultada, o discurso reproduzido é o da Araupel e dos “estabelecidos”. Assim, podemos compreender que existe novamente um processo de estigmatização em andamento, que é produzido e é violento.

Sobre os posicionamentos da ACIQI, no site há matérias sobre a questão. Em 28/10/2015 nova campanha foi realizada em prol da Araupel, na notícia a associação

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

afirma que representando os empresários da cidade, propõe a paralisação neste dia e apresenta dentre as pautas a “Reintegração de Posse das Áreas invadidas da empresa” (ACIQI, 2015).

Várias mídias mantiveram essa linha, tais como a Gazeta do Paraná, jornal de circulação na região oeste do estado do Paraná, que cobriu os eventos promovidos em prol Araupel; o Portal de Notícias CGN, com página online também se posicionou a favor da empresa e criminalizou o MST; o Blog ADHT: DefesaHetero.org segue a mesma orientação criminalizadora, sobre a manifestação promovida pela Araupel, a secção e o título de matéria visam dar conotação de cidadania e coragem aos contrários ao MST, o título da secção é: EXEMPLO DE BRASILIDADE: “Quedas do Iguauçu: A cidade que ousou se levantar contra o MST”.

A construção dessa imagem dos Sem Terra continuou a ser divulgada em diversas mídias no decorrer dos anos. As reportagens dessa nota referem-se aos anos de 2014, 2015 e 2016. No ano de 2017 permaneceram diversos conflitos em Quedas do Iguauçu, muitas famílias acampadas, reavivamento da estigmatização e continuidade da criminalização.

Compreendemos que essa visão do Jornal Exponente deveria ser problematizada como fator de construção da identidade Sem Terra em Quedas do Iguauçu. Esse texto é uma tentativa de mostrar esses mecanismos de estigmatização através do Jornal Exponente e como contraponto às entrevistas dos assentados do MST e seus processos de formação.

Pois, se há o processo de estigmatização via Jornal e estabelecidos, por outro lado, há a formação dos Sem Terra, com poder de autogestão e auto-organização expressos nos Acampamentos, na luta por reforma agrária, na conquista de assentamentos, de políticas públicas, na produção agroecológica e por condições dignas de permanência no campo.

É preciso considerar a singularidade da vida no campo e das práticas desenvolvidas para resistir às formas de qualificação pejorativa que lhe são dirigidas.

2. Sem Terra: Identidades em construção

Iniciei a pesquisa sobre os Sem Terra a partir da prerrogativa errônea de que ocorria perda de identidade com o Assentamento. Essa visão tornou-se outra a partir da análise do MST no decorrer dos anos, das leituras e vivências, pois mesmo com a mudança das práticas e com a mudança para o assentamento, a ida para o lote familiar e uma nova configuração de vivências diárias, a identidade não se perde, se modifica.

Modificam-se as relações, pois durante o período de acampamento todos encontram-se bem próximos, os barracos são montados um ao lado do outro e as decisões são coletivas, com o assentamento as decisões sobre cada lote são individuais e os lotes são distantes um do outro; a luta é por isso mesmo, o assentamento é a conquista. A conquista do lote e essa nova dinâmica são necessárias, são resultantes dos anos acampados.

Quando surgem outros assentamentos e/ou ainda em vários momentos, no transcorrer dos anos, conseguimos perceber as permanências identitárias na continuidade da participação em marchas, “fechamento de agência bancária” e no auxílio na organização do MST em novos acampamentos. Pensar hoje, em perda de

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

identidade é complicado, pois com os novos acampamentos, montados em 2014 (Rio Bonito do Iguaçu) e 2015 (Quedas do Iguaçu) além de ter significativa adesão de familiares e conhecidos de assentados, contou ainda com vários Sem Terra assentados para a montagem, construção da escola, assistência baseada na experiência, dentre outros.

Quando se publicava no Jornal Expoente do Iguaçu e em outras mídias regionais algo sobre o MST, as notícias percorriam o assentamento Celso Furtado e ouvia-se: “Ouviu a rádio hoje, viu o que o prefeito falou de nós?” “Vamos ter conversa com INCRA semana que vem”, “Professora, tão falando de nós de novo”, dentre outras. Já ocorreram casos de Sem Terra não se identificarem como tal, em um primeiro momento, por medo e desconfiança e não por despertencimento. Não há como apagar os anos passados em um barraco e as transformações em suas vidas obtidas por meio da participação no MST. Se sabem assentados da Reforma Agrária pelo MST. Não se perde identidade, mesmo com terra, continuam sendo Sem Terras.

O recorte temporal que compreende este trabalho representa para mim apreensões e vivências minhas junto ao MST, as quais definiram alterações e construções metodológicas distintas em seu processo. No começo dessa pesquisa, eu me via acolhida pelo materialismo histórico e percebia o MST apenas como “luta de classes”. Ainda que não desconsidere a evidente motriz econômica na expropriação camponesa e a decorrente necessidade da efetivação da reforma agrária no país, entendo agora com mais propriedade que o MST é mais que isso. Ele não se restringe à análise produtiva, pois sua dinâmica interna revela que é também um fenômeno sociocultural.

Quem compõe o MST? Como o movimento consegue transformar camponeses e se transformar no mesmo movimento? Que validade tem as experiências individuais e coletivas para a construção da identidade do grupo?

Buscamos então através da metodologia da observação participante, contribuição antropológica, entender um pouco mais o MST. Tendo crescido em Quedas do Iguaçu, conhecia os vereadores, o dono do jornal, os prefeitos da época estudada, as autoridades citadas, que contribuíram para a estigmatização, além de ter amigos e familiares envolvidos em relações profissionais com a empresa Araupel.

Quanto mais desenvolvia vivência junto ao MST e percebia diferenças e singularidades, mas me via no caminho avesso ao dos “estabelecidos”. Do incômodo diante da estigmatização promovida e das vivências desenvolvidas no MST é que se fez esse texto.

O estudo de identidades coloca em xeque e em choque tais identidades. Conforme experimentamos a construção nas mesmas formações, atribuímos significados ao conceito da alteridade. E dessa forma, fui construindo o meu pertencimento ao MST. Mas como eu poderia, sem ter vínculo com o campo? Tendo crescido, estudado e trabalhado sempre na cidade? Por que via as coisas de forma diferente do grupo sociocultural em que crescera?

A resposta a essas questões é a mesma. Estudar, pesquisar, vivenciar o MST não me tornou camponesa, ao mesmo tempo que não posso recorrer aos erros interpretativos de quem não o fez ou que possuam outros interesses, menos antropológicos.

As experiências e as memórias nesse processo de construção são intersubjetivações entre quem pesquisa e o que é pesquisado, ou seja, ao mesmo tempo

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

que para entender a formação da identidade Sem Terra foi necessário a participação de forma tão intensa, a minha experiência lá, fez com que eu me percebesse Sem Terra. Embora não me tenha tornado efetivamente camponesa, o desenvolvimento de práticas e vivências, geram pertencimento, memórias e identidade Sem Terra.

Empresto a frase de Peter Burke: “a função do historiador é lembrar a sociedade o que ela gostaria de esquecer”, para dizer que queriam as autoridades de Quedas e a empresa Araupel esquecer dos homicídios na luta pela terra, queriam esquecer a quem pertencia a terra e estigmatizar quem realmente cumpriu uma função histórica. Porém os integrantes do MST não deixaram esquecer, através de anos de acampamento, de mobilizações, marchas, através de conquistas para o município, como o assentamento e as conquistas educacionais.

Consideramos que as práticas rememoradas, a experiência histórica em momentos como a ocupação, montagem de barracos, assembleias contribuem de forma incisiva na construção da sua identidade.

Fontes:

Jornal Exponente do Iguacu. Edições de 2005 à 2015;

LIMA, Claudemir Torrente. Entrevista realizada em agosto de 2016. Entrevistadora: Barbara

Nagae. Quedas do Iguacu, 2016. 1 arquivo. Mp3 (30,23 minutos).

Referências

COMPARATO; Bruno K. *A ação política do MST*. São Paulo Perspectiva: São Paulo, 2001.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010288392001000400012.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

NETO. Caio, Pompeia Ribeiro. *O MST em documentários e no Jornal Nacional*. São Paulo: USP, 2009. 113 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

Sites:

<https://www.youtube.com/watch?v=MPaaHeupB2Q>. “Operação Castra dismantela quadrilha do MST”. Tarobá, 04/11/2016

<https://www.youtube.com/watch?v=qBOJtO7q8Ao>.

Rede

Globo,

“Fantástico”; 08/11/2016.

(<http://189.36.3.148/noticia/153945/quedas-do-iguacu-cidade-rebelada-contra-o-mst>);

(http://defesa-hetero.blogspot.com.br/2016/04/exemplo-de-brasilidadequedas-do-iguacu.html#.WTjR9_krLIW).

”EXEMPLO DE BRASILIDADE: Quedas do Iguacu: A cidade que ousou se levantar contra o MST”, 2016.

<http://aciqi.com.br/?p=1549> “Reintegração de Posse das Áreas Invasadas da empresa”. Consulta realizada em 07/12/2015.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

**MUSEU IMIGRANTE HOLANDÊS (ARAPOTI-PARANÁ):
RELAÇÕES ENTRE COMUNIDADE E SEU ACERVO**



ZOMER, Lorena¹

INúcleo de Pesquisa Memória Cultura e Natureza do Programa de Pós-Graduação em História (UEPG); Universidade Estadual de Ponta Grossa; Departamento de História; Núcleo Patrimônio Histórico Material e Imaterial em contextos escolares e não-escolares FAEL; Departamento de História.

O Museu Imigrante Holandês de Arapoti no Paraná tem diversas exposições com acervos de fotos, objetos, recortes de jornais, os quais buscam representar o tempo de chegada daqueles imigrantes a partir de 1960 como o tema central. Assim, o objetivo desse texto é trazer algumas perspectivas que esse Museu pode oferecer não apenas sobre a memória daquele grupo (de imigrantes e de outras gerações), mas como essa acaba por envolver a comunidade de Arapoti como um todo. Perceber o Museu como um espaço de memória holandesa e interseccionada por questões locais e regionais, possibilita trazer as nuances e apontar diversas possibilidades de pesquisa para nós, historiadores. Essa ideia potencializou-se com a profissionalização pela qual o Museu vem passando ao conseguir se inserir nas condições da Lei Rouanet entre os anos de 2020/2021 e, por isso, passa por uma intensa catalogação e debate sobre como organizar suas exposições, bem como sobre quais memórias evidenciar. Com essa pesquisa o que pretendo é refletir sobre esse Museu para que seja um espaço de debate e de conscientização sobre história local e de educação museal para as escolas.

1. Fonte visuais, orais e a comunidade

Ana Maria Mauad e Fernando Dumas debatem sobre a relação entre intertextualidade e a memória. Imagens e entrevistas muitas vezes são usadas em caráter ilustrativo. É preciso pensar em sua origem, autoria, a descrição da imagem, a datação, etc. Importante considerar que fontes visuais são associadas a processos de rememoração e que colaboram na elaboração de narrativas sobre aqueles grupos. A fotografia foi um dos principais meios de registro fotográfico desde o século XIX, reforçando características de família, o estado, a imprensa e os movimentos sociais (MAUD; DUMAS, 2011, p.86-88). Assim, as mais de 4000 fotografias dos arquivos do Museu trazem os sentidos dados por aquela comunidade.

Do mesmo modo, entrevistas com membros dessa comunidade enfatizam o que entendem pela organização do Museu e como dão sentido à sua materialidade. Buscar ouvi-los é também entender a produção e a circulação dessa memória arquivística. As entrevistas aqui mencionadas buscaram escutá-los na perspectiva de “autoridade compartilhada”, a fim de entender seus argumentos e o sentido dado à própria experiência sobre o fenômeno da imigração, que está inscrita na historicidade deles e reforçada no momento em que as narrativas são gravadas. Além disso, é preciso considerar que as experiências pessoais ou de um grupo, como é o caso dessa pesquisa,

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

extrapolam o mundo particular da comunidade, visto que se relacionam com outras histórias da cidade de Arapoti. Assim, entendo que a ação de uma comunidade constituiu e resinificou um acervo (fotografias, objetos cotidianos do lar e do campo), com o interesse inicial de compor um cenário para uma festa comemorativa no ano de 2000 até a criação e a profissionalização do próprio Museu, ou seja, as narrativas e a historicidade que envolvem o próprio Museu apontam temas ligados à uma memória pública.



Fachada do Museu (1)



Máquina de costurar (2)

Fonte: Arquivo pessoal

"Sabe que.. todas as mulheres costuraram no início. Minha mãe, eu lembro que naquela época nós ... comprávamos ração que vinham dentro de sacos de algodão, um saco branco de 50 quilos. E aqueles sacos, a minha mãe lavava eles pra sair a tinta das letras... e fazia.. cortava, fazia calção, cueca aqueles de (...) criança ir para a escola, guarda-pó" (JAN, 2018)

Uma máquina de costurar está no Museu Imigrante Holandês de Arapoti⁷⁷. A Máquina representa o Museu Imigrante Holandês de Arapoti e o que ela tricota são as memórias da Imigração, não somente àquelas especificamente entre os anos de 1960 a 1980, como o Museu se propõe a apresentar. Quem tricotou atrás da máquina de costura? Quais foram as memórias produzidas, sentidas e que se transformaram também em objetos repletos de história? Como a história dessas mulheres que costuraram se envolvem com a memória individual e coletiva dos que organizaram pela criação e dos membros da comunidade? Foram muitas as mulheres – e os homens – que estiveram envolvidas nos processos cotidianos da história dessa imigração e muitas as que reuniram o acervo.

As narrativas orais e de memória são campos de possibilidade, pois ao trazerem acontecimentos expressam a sua experiência e aquilo que se imagina das pessoas em

⁷⁷ Para não se tornar repetitivo no texto utilizo a palavra “Museu” como sinônimo de Museu Imigrante Holandês.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

uma sociedade e tempo. Assim, não se trata da concretude do acontecimento como nos lembra Portelli, mas "o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada" (PORTELLI, 1996), que nesse caso podem ser confrontadas com outras fontes e formam uma trama tecida por relações internas e externas, cujo núcleo central é o Museu como um lugar de memória.

Dar lugar a esse museu na historiografia é perceber que não somente a história da comunidade pode ser debatida, mas também a de Arapoti, visto que as fontes vão além daquelas que dizem respeito à imigração. Além disso, esse museu se propõe a ser um centro de pesquisa e de educação escolar (KOLSJE, 2021), o que permite que professores e historiadores façam dele um meio de aproximação com o público, gerando consciência histórica e fortalecendo histórias regionais.

Assim, com base em entrevistas e roteiros respondidos por outros meios⁷⁸, compreendo que o tempo histórico e a narrativa histórica se constroem por intermédio da própria narrativa, que se dá entre o fenômeno da imigração (e de seu recorte) e o da interpretação, não somente dos membros, como da própria historiografia. Dessa forma, entendo que valorizar as narrativas é perceber que os sujeitos se constituem entre as memórias da imigração e da interpretação, permeadas por diferentes noções de tempo (BARBOSA, 1997, p.294)

2. A comunidade no Museu

A mulher representou a perseverança, o trabalho, o cuidado com a família. Se elas não tivessem a força para enfrentar tudo isto, teria sido muito difícil os homens fazer a parte deles. (JANET, 2021)

O excerto acima é da entrevista de Dona Janet⁷⁹, filha de imigrantes que se direcionaram primeiramente para Castrolanda (Castro-Paraná). Para ela, como para outros, o que dá sentido ao grupo da Colônia Holandesa de Arapoti – e as suas várias gerações – é a ideia de comunidade. A começar pelo nome do Museu que foi escolhido por meio de uma enquete pelos moradores da colônia no ano de 2005. No entanto, sua trajetória começa antes, em 2000:

Então, **naquela época Arapoti existia há 40 anos....** e organizamos então uma comemoração dos 40 anos. Uma exposição de gado. E lá foi formada uma **comissãozinha**. E o que que vamos por lá para comemorarmos os 40 anos? "**Puxa, mais coisas antigas, do início** [...] E o que tem daquele início da colonização? Foram então **catar lembranças, artigos, coisas do início da colonização**. E depois dos 40 anos, daquela festa dos 40 anos "daqui pouco

⁷⁸ Devido a licenças pessoais, à ausência dos membros e à pandemia não foram possíveis fazer todas as entrevistas desejadas. Assim, em alguns casos foram trocadas questões via aplicativos com parte da composição da diretoria do Museu.

⁷⁹ Como prática costumeira "Seu" e "Dona" são como pessoas mais velhas ou por algum motivo são chamadas na região. Em respeito às práticas mantenho as expressões.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

são 50 anos e daí temos que recolher peças, móveis, máquinas... etc. "E como vamos fazer isso"? Então chegaram a conclusão: **vamos montar um Museu** (JAN, 2018, grifos nossos)

Seu Jan, um dos membros fundadores, sugere a ideia de “pouca ambição” no ato de criação do Museu, isto é, quase de maneira despropositada. Nós, historiadores, sabemos que atos comemorativos reforçam laços de memória e foram estes os suscitados no ato de preparar um stand simples, com coisas catadas por uma comissãozinha. Um ponto a destacar também é como na narrativa de Seu Jan confundese a história da Arapoti com a história da colonização. Até então, os objetos pareciam ser de outra outro, de outras memórias.

O espaço de três hectares e meio se encontra no bairro que é conhecido como Centro da Colônia Holandesa de Arapoti, no Norte Pioneiro (Paraná). O local escolhido foi o antigo prédio de recebimento de leite da “Cooperativa Central de Laticínios”, próximo à Igreja, ao colégio e ao teatro, todos espaços de socialização dos membros dessa colônia, uma comunidade e este aspecto é o que define a emergência e a origem do porquê criar esse espaço. Essa observação é necessária porque os membros que compõe a diretoria do museu, cujas narrativas são fontes desse trabalho, têm olhares diferentes sobre o processo e a participação na imigração, isto é, chegaram à colônia ou fazem parte dela de maneiras diversas, em geral na condição de crianças/jovens e/ou em um tempo posterior a 1960.

Seu Frederik, diferente da maioria dos entrevistados veio jovem da Holanda. Quando questionei sobre o interesse em criar e manter um museu na colônia, ele respondeu:

Eu posso dizer, porque o motivo foi que a gente queria também preservar um pouco a história, para as gerações futuras [pensativo] Que eles, éh: possam ver e saber, se quiserem pelo menos, né? Se interessarem, um pouco da história da colônia... dos holandeses daqui de Arapoti. Em 2010 ele foi inaugurado, por um grupo de sócio fundadores, mas o dinheiro veio de antes, de outras pessoas desde o ano de 2000 [refere-se à comemoração dos 40 anos de Capal e da Imigração] (Frederik, 2018)

Seu Frederik também frisa a comemoração do ano de 2000 como a organização inicial do Museu, sob a liderança da Fundação da Cooperativa Agrícola de Arapoti. O dinheiro para a compra do espaço que viria a ser o do Museu começou a ser angariado ainda em 2000, cuja compra se deu 5 anos depois⁸⁰.

No que diz respeito à entrevista com seu Frederik se deu em setembro de 2018 e ele apresentou as coleções (que representam a viagem e os primeiros lares dos imigrantes e a fundação da CERAL⁸¹. Dias depois me encontrei novamente naquele espaço, com Jan e Kolsje, ambos membros da diretoria do Museu, desde sua fundação em 2005.

Seu Jan, holandês, mudou-se para o Brasil com 7 anos, mas para Arapoti apenas em 1977. As entrevistas se deram também nas dependências do Museu e eu o questionei seu Jan sobre o seu processo de mudança para Arapoti e as transformações causadas na cidade:

⁸⁰ Segundo Seu Jan, o valor pago foi o de 35 mil dólares, divididos em cinco anos (JAN, 2018)

⁸¹ Companhia de Energia Elétrica Rural de Arapoti.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Em Castrolanda, os colonos são todos (eh) foi tão organizado que na Holanda eles já pediram ehh candidatos dos quatro províncias nordestinos da Holanda... pessoa da mesma igreja e pessoal com uma certa capacidade de financeiro [...] Então, **Castrolanda é uma colônia muito homogêneo** com os imigrantes... E Arapoti tentaram fazer do mesmo jeito, mas 1960 em diante na Holanda as condições de vida eram bem melhor já e aquela pressão para emigrar já não havia mais. Então aqui, para Arapoti abriram condições para a Holanda inteira, porque eles aceitavam candidatos da Holanda inteira para vir até aqui **Arapoti...E...então isso aí formou um grupo menos homogêneo**, mais heterogêneo [...] Um grupo mais misto, **aqui tem mais outras opiniões**. Então quando eu vim aqui... **Em Castrolanda nós éramos muito unidos, mas havia muito auto-controle... Em Arapoti eu me senti mais livre...** (JAN, 2018, grifos nossos)



Arapoti teria mais diversidade cultural, religiosa, além de serem famílias mais jovens. Esses são elementos escolhidos na narrativa de Seu Jan, em como ele atribuiu significado à sua experiência como imigrante e à historicidade e sentidos dela. Dona Kolsje também evidenciou suas percepções sobre a colônia de Arapoti em entrevista:

[...] De início o que se percebe na colônia é bastante **união**. As pessoas fazem bastantes **coisas juntos** que veio de um país e uma cultura muito diferente e...e sempre se encontram. É mais o **calor da comunidade** que abraça todos. Quando você mora aqui por mais tempo, você enxerga que dentro daquele calor humano, vamos dizer, também tem uma parte de **controle social** de... todo, né? As pessoas que querem que você faz tudo ou pense igual a você... E eu percebi que a maneira de pensar aqui era bem mais **conservador e fechado que o meu. O meu visão** do mundo já era bem mais amplo, bem mais... hum, que você enxerga tudo e que você incorpora mais coisas de fora, né?... que coisas aqui na igreja, etc., eles ainda se preocupavam muito “nossa, como pode ser isso...” Para mim já era a normalidade. Por que será que eles fazem tanto problema? E no outro lado eu percebi que eles tinham muito **resistência à parte cultural brasileiro**. Os discussões no início da (na) igreja sobre culto em português... Eles fizeram até... Eles até contaram os minutos que os pastores *tavam* fazendo pregação em português ou em holandês “O pregação em português é muito mais comprido que o holandês” Nossa, eu pensei, gente, vocês migraram para cá e essas são as consequências e vocês não querem ver, não querem enxergar que são consequências... Talvez são consequências que vocês não perceberam antes de emigrar – e tudo bem – **mas, vocês têm que aceitar** (Kolsje, 2018, grifos nossos)

Dona Kolsje também ressalta a ideia de união e de comunidade como o principal elo do grupo, do qual ela só veio a fazer parte em 1981⁸², ou seja, não está envolvida diretamente com o grupo fundador da colônia, nem sequer das primeiras gerações. Em sua percepção, o grupo encontrado era conservador se comparado a sua realidade na Holanda, assim como, o mesmo não é apontado por ela como heterogêneo. Tanto dona Kolsje, quanto Seu Jan apontam uma semelhança entre Castrolanda e Arapoti. De qualquer forma, com o tempo ambos passam a fazer parte dessa comunidade e isso é perceptível pela atuação longa de ambos na história do Museu e pela própria forma

⁸² Embora seja casada com um desses imigrantes.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

como dona Kolsje destaca que eles deveriam aceitar as diferenças, afinal comunidade não é sinônimo de homogeneidade, mas de diversidade que se une. No caso de Dona Kolsje, ela se refere especialmente aos casamentos que foram se dando com brasileiras/os nos anos de 1980. Assim, para ela ter cultos religiosos em ambas as línguas deveria ser algo comum⁸³.

Para Dona Janet, quando a questioneei sobre quais eram as lembranças de sua família ou a sua relação com as fotos e o acervo, ela respondeu:

A história deles na imigração. O meu pai veio *juntos* com os primeiros colonos de Arapoti em 1960, mas foi morar em Castrolanda, onde minha mãe já morava desde 1953. Então tudo que envolve o início, faz parte da história da minha família. Eu, pessoalmente, já lembro mais da década de 70, **mas me identifico com o início da história, pois, faz parte da vida deles e das lembranças e histórias que nos contavam** (JANET, 2021, grifos nossos)

Dona Janet frisa a ideia de uma memória partilhada e necessariamente não vivida, mas sim herdada. Sobre isso, Michel Pollak nos lembra que a memória, individual e/ou coletiva, é constituída por elementos comuns envolvendo acontecimentos, lugares, etc. No caso de memórias herdadas, estas são aquelas não vividas, não necessariamente por uma questão temporal. Podem ser as histórias de família narradas tantas vezes que parecem ser vividas por tabela, a ponto de gerar identificação ou prática identitária, isto é, aquele que as escutam passa a se perceber como representante do que ouve. Assim, o que se entende é que a memória é também uma construção coletiva, reordenada com novos sentidos no presente (POLLAK, 1992, p.200-212), cujos sentidos por meio do Museu são os também de “enquadramento da memória”, que não ocorre sem conflitos.

Tanto Janet, quanto Kolsje e Jan evidenciam a ideia de comunidade. Os três nasceram/chegaram à Arapoti depois do recorte de memória presente na primeira proposta apresentada no Museu (1960-1980), ou seja, ou não fazem parte das famílias que imigraram ou não eram nascidos. Mas, a ideia de comunidade está presente neles. Nesse sentido, penso em uma perspectiva do historiador Alessandro Portelli, a qual me permite considerar que essas entrevistas escolhem lembranças e os seus esquecimentos, não como uma disputa de poder que ora desmente ora reafirma. São narrativas que trazem experiências, subjetividades e sentidos de seus lugares sociais, as quais são formadoras também da memória coletiva holandesa e que dá elo a sujeitos que necessariamente não têm a mesma origem.

Importante considerar que fontes representam o que se deseja narrar, em determinado momento e essas fontes – que são pessoas – não reduzem toda a vida destas. Assim, reitero que um objetivo dos entrevistados ao narrar estava relacionado ao que entendiam como experiência no que diz respeito à imigração, à representação desta no museu e até mesmo um momento para expor seus desejos e sonhos. Além disso, ao narrarem estavam dando suas interpretações permeadas por subjetividades. Para Portelli, não há como não considerar a subjetividade e esta é entendida como [...] *o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo*

⁸³ Toda organização e exposição do acervo está nas duas línguas.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

do discurso [...] (PORTELLI, 1996). Assim, é preciso considerar toda a subjetividade que permeia uma entrevista, pois, se não, a própria entrevista está sendo distorcida.

Acolher a subjetividade de cada entrevista é permitir que se registrem acontecimentos que não estão nos arquivos, é dar à narrativa o seu caráter de comunicação, de passar a frente a historicidade daquele sujeito. Da *comissãozinha*, de seu Jan, ao convívio cultural pedido por dona Kolsje e às lembranças de dona Janet, todos trazem suas impressões e relações estabelecidas dentro da comunidade, que é a representação máxima daquele Museu.

Em maio de 2021 Dona Kolsje me recebeu com um sorriso no rosto. Disse a ela que ocuparia pouco do seu tempo, visto que não era nem a primeira, nem a segunda vez que estava pedindo um tanto de seu tempo. O que ouvi foi seu ânimo diante das novidades que o primeiro semestre de 2021 trouxe. O Museu Imigrante Holandês foi aceito pelas normas de editais da Lei Rouanet e já estava com consultoria profissional para que seu acervo fosse catalogado e as exposições definidas⁸⁴. Antes de me mostrar as exposições do Museu, Dona Kolsje confirmou sobre suas expectativas:

Minha atuação no Museu começou em 2.005, na reunião de instituição oficial do Museu, que eles queriam membros para montar a diretoria, de 10 pessoa. Então, foi *naquele* reunião que eu entrei e desde então *eu não* saiu mais. Eu sou membro comum e vai ficar por aí. Eu gostaria de sair, porque 16 anos é o suficiente, mas, por enquanto, agora começando a ter consultoria do museu, do museólogo, **eu resolvi ficar para acompanhar melhor o serviço e o futuro do museu... porque eu sou o membro que ficou mais tempo na diretoria** (KOLSJE, 2021, grifos nossos)

Em um primeiro momento, a postura de dona Kolsje pode demonstrar um atrito, por sua ideia em “acompanhar o serviço”, como alguém que pode determinar ou apontar o que está correto ou o que deve ser lembrado. Mas, o trabalho profissional, respeitado pela diretoria, é decorrente de um questionamento: será que os profissionais (museólogo e historiador) darão conta de entender um acervo que não foi organizado por eles? Assim, lembro que fundar o museu e fazer a sua coleção a partir da doação de objetos pelos moradores, como maquinários antigos, roupas, malas, objetos de casa, móveis, documentos e, especialmente, fotografias era o objetivo de muitos membros locais. Dona Kolsje, afirma que:

Nós começamos a montar o Museu pensando principalmente nos primeiros 20 anos da colônia. Assim, foram pedidos os objetos, as fotos para as pessoas entregarem, as vezes emprestado para nós fazermos cópias, ou coisa assim. Nós montamos ao redor de uma história, não só colocando objetos qualquer aleatória... Mas, fizemos um tipo de história contando quando o pessoal saiu da Holanda, quando chegou aqui, como montou a casa, as organizações sociais... (KOLSJE, 2021)

⁸⁴ Esse trabalho se iniciou em meados do ano de 2021. Além da consultoria de museologia foram contratados um historiador e uma estagiária de História. Assim, mesmo que desde 2018 eu tenha estado próxima ao Museu, apenas agora esse acervo começava a ser descoberto e já mostra um imenso potencial de pesquisa.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Dona Janet lembra ainda outros temas como a: [...] “importância da água evento do início da energia, a cultura e diversão daquela época, os intercâmbios de esportes com outras colônias, igreja, escola cooperativa, a evolução da cidade de Arapoti [...]” (JANET, 2021). Sobre esse temas, acrescento outros observados em minha visita: entreposto de leite; Fábrica de queijo; Imigração e partida em 1960; Imigração e chegada em 1960; Arapoti a partir de 1960; Arapoti 2010; Esporte na colônia; Acampamento e Hipismo; Água; Capal 1960; Capal 25 anos; Capal 40 anos; Capal 50 anos; Ceral; O Município de Arapoti em 1960 (sem considerar a comunidade holandesa); Nova Esperança (área de terras) comprada pela CAPAL em 1986; Igreja a partir de 1960; Escola a partir de 1960; Estradas; Zeskamp (jogos que ocorrem anualmente entre as colônias holandesas brasileiras).

Abaixo algumas imagens para entender parte desse acervo:



3.Exploração de água.

4. Estábulo e casa de ferramentas

5. Interior casa de ferramentas

Fonte: Arquivo Pessoal

A primeira imagem diz respeito a um exemplar de quadro de fotos “Água”, cujo objetivo é trazer representações sobre como exploraram a água naquele início. Importante ressaltar que os cerca de 40 quadros de fotos estão em fase de catálogo pelos historiadores do Museu. A maioria está em uma sala de reserva técnica e parte em uma das salas de exposição, a da Colônia. Nesta se encontra a exposição de cenários dos lares e referente à chegada dos imigrantes; a segunda sala central é a da Ceral⁸⁵ (essas duas exposições ficam no prédio central).

As imagens dois e três são do mesmo ambiente, nas quais o intuito é mostrar como se assemelhavam as primeiras instalações dos colonos. Tanto a sala de ferramentas/estábulo, quanto a sala da escola, da igreja, da capal e da primeira mercearia (essas quatro dividindo duas casas) estão construídas na parte atrás da entrada central do Museu). O museu conta ainda com ao menos 4 salas de reserva técnica, uma de catalogação e uma de reunião, além do espaço externo.

O Museu Imigrante Holandês de Arapoti não é, portanto, apenas um local que reúne exposições e um acervo sobre um grupo. É uma memória que está relacionada ao

⁸⁵ De acordo com a sugestão do Museu o roteiro se inicia por essa sala (com centenas de objetos e páginas de jornais que exploram questões ligadas à pecuária, à agricultura e a Ceral).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

seu lugar, à sua cidade e permite compreender como se deu a transformação da paisagem para aquele local, bem como amplia as relações entre arquivo, memória e história para a própria historiografia.



Fontes Orais

BORG, Jan. [Setembro de 2018]. Entrevistadora: Lorena Zomer. Arapoti. Paraná. 5 de setembro de 2018.

BRONKHROST, Kolsje. [Setembro de 2018]. Entrevistadora: Lorena Zomer. Arapoti. Paraná. 5 de setembro de 2018.

BRONKHROST, Kolsje. [Maio de 2021]. Entrevistadora: Lorena Zomer. Arapoti. Paraná. 29 de maio.

KOK, Frederik [Setembro de 2018]. Entrevistadora: Lorena Zomer. Arapoti. Paraná. 2 de setembro de 2018.

Roteiros Dirigidos

BOSCH, Janet. Arquivo pessoal (word/whatsapp). Março de 2021.

BRONKHORST, Teunjie. Arquivo pessoal (word/whatsapp). Março de 2021.

Referências

BARBOSA, Ivone Cordeiro. A experiência Humana e o Ato de Narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação. In *Rev. Bras. De Hist.* São Paulo, v. 17, n. 33, 1997, pp. 293-305.

CAPRA, Fritjof. *As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável*. São Paulo: Ed. Cultrix, 2002.

POLLAK, Michael. "Memória e identidade social". In: *Estudos Históricos*, 5 (10). Rio de Janeiro, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos – narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In *Tempo*. Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1996.

Apêndice 1 (guia de temas e de questões discutidas durante as entrevistas)

Perguntas pessoais

- Trajetória até chegar na colônia;
- Profissão e relações familiares;
- Quando nasceu e o que faz;

Relação com o Museu

- Envolvimento com o trabalho da diretoria;
- Sobre o trabalho da diretoria;
- Implicações sobre o trabalho com a diretoria;
- Relações com a Memória envolvida no Museu;
- Dificuldades com o trabalho de acervo e de exposições;
- Relação do Museu com a cidade e a história de Arapoti;
- Desejo para o futuro do Museu.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 4



HISTÓRIA, LEGITIMIDADE E REVISIONISMOS

Anzuategui, Fardin Gustavo⁸⁶; Cerri, Luis Fernando⁸⁷.

*Universidade Estadual de Ponta Grossa; Programa de pós-graduação em História;
Departamento de História*

Introdução

A História serve para além de um conjunto de informações que devem ser decoradas. Datas, fatos e nomes têm sua importância para o conjunto de ideias, mas são apenas uma pequena parte do todo, a história não serve para contar o passado e a vida das pessoas que já se foram, sua serventia é dar sentido e legitimidade ao presente e as práticas do que estão vivos.

O holocausto, a barbárie que foi a Segunda Guerra Mundial e o assassinato de milhões de judeus, pessoas com deficiência e homossexuais ficaram marcados na História da humanidade como um evento que demonstra violência, preconceito e as consequências de um poder direcionado para a destruição. Apesar da maioria daqueles que tiveram algum envolvimento com o conflito já não estarem entre nós, o eco de suas vidas e vozes fazem barulho no presente.

A ditadura militar de 1964 no Brasil segue um rumo similar, com centenas de mortos, perseguidos e exilados, levantando debates sobre tal questão, sendo que ainda hoje é questionado acerca dos exílios, perseguições e assassinatos, trazendo a tona os algozes e fantasmas da ditadura, que assombram a sociedade reivindicando novos posicionamentos e memórias, não sendo colocados como torturadores e homicidas, mas enquanto salvadores do caos iminente.

A educação no Brasil é um tema acalorado, sendo comum ouvirmos sobre o “fracasso escolar”, a falta de autoridade do professor e como o método Paulo Freire

⁸⁶ Professor de História atuante na educação básica e mestrando em História pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGH- UEPG).

⁸⁷ É professor associado no Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Atua no mestrado acadêmico de História da UEPG. Possui mestrado e doutorado em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

resultou na qualidade do ensino que temos hoje. As críticas a Freire em geral estão acompanhadas de desordem, falta de respeito e baixos índices escolares e a solução para o problema é a militarização das escolas e policiais ao invés de professores. Os defensores argumentam sobre a necessidade do diálogo e reinvenção do ambiente escolar, seus críticos partem para a instrumentalização da ordem, adestramento e recompensas por bom comportamento de alunos e professores. (SAMPAIO, 2020)

O questionamento da História e da memória não é atual, há tempos imemoriais já se realiza este debate, a novidade agora é a forma e o local que esta disputa tem ganhado. As redes sociais deram vozes a todo tipo de sujeito que pode “reescrever” a História baseada em suas intenções, englobando milhões de pessoas que compartilham desses mesmos ideais.

Por meios revisionistas ocorre a ascensão de grupos que buscam legitimar suas ideias e espalhá-las em vídeos, livros e postagens em redes sociais que tem um fim maior que apenas entretenimento, servindo de alicerce para a implementação de planos de poder, eleições, retirada de direitos e reformas.

1. História, o ofício de quem?

Os debates acerca do que é História e quem tem habilidades para fazê-la é campo de disputa. Diversos grupos reivindicam quem pode e para que ela serve, jornalistas, cientistas sociais, antropólogos e principalmente os revisionistas demandam para si o uso correto da História.

Inicialmente é importante definirmos o conceito de História, de acordo com Carr (1961):

A História consiste num corpo de fatos verificados. os fatos estão disponíveis para os historiadores nos documentos, nas inscrições, e assim por diante, como os peixes na tábua do peixeiro. O historiador deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los de maneira que o atrair mais. (CARR, 1961, p.45)

Desta forma, a História difere-se do passado, sendo este um evento único o qual quase sempre, não conta com testemunhos vivos para narrar os fatos. Diferente das ciências exatas, as quais podem ser testadas e reproduzidas diversas vezes, a História

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

tem seu objeto de estudo por apenas um instante, sendo necessário a interpretação do historiador para dar vida aos vestígios que restaram dos eventos.

História não é apenas uma questão de opinião ou uma interpretação livre dos fatos, há todo um método de análise de fontes, diálogo dos pares e deve-se respeitar os métodos científicos que priorizam a verdade, o questionamento e a racionalidade como apontados a seguir, por Fico (2021):

A produção de conhecimento Histórico impõe ao historiador algumas preocupações: ele deve buscar a objetividade, isto é, a verdade) sempre entendida como horizonte utópico, não como verdade absoluta). Também necessita articular refinamento teórico-conceitual com fundamentação empírica. Além disso, precisa construir narrativa Histórica consciente de sua singularidade e dos recursos retóricos que mobiliza. (FICO, 2021, p.37)

Portanto, ao historiador cabe o uso de ferramentas e métodos na busca de extrair interpretações que sejam fidedignas e úteis para o presente. Fazer História é de responsabilidade de um tipo específico de profissional com uma formação que lhe possibilite pensar a ciência como um instrumento que busca compreender a natureza por ela mesmo, sem favoritismos ou dogmas. É necessário fazermos esta primeira defesa sobre a História e quem são os sujeitos que podem construí-la pois com o advento das redes sociais surge uma espécie de História *freestyle* na qual grupos reivindicam certas versões da História baseada em interesses e planos políticos.

A História já é campo de disputa e reivindicações há tempos inimagináveis, a novidade agora é falsificar um discurso sobre a História que não é necessariamente fundamentado em pesquisas mas em argumentos de autoridade e demonização de adversários. (SILVA, ZAMPARETTI. 2021).

2. Revisionismo, pós verdade e fake news

Na era da informação somos bombardeados diariamente com notícias, propagandas e ideias sobre absolutamente tudo, como política, economia, futilidades, piadas, produtos e inúmeras distrações que sobrecarregam nossas cabeças com palavras, imagens e símbolos. É a primeira vez na história da humanidade que temos acesso a todo tipo de informações na palma de nossas mãos, saber sobre qualquer coisa nunca foi tão fácil e acessível como atualmente. Se o conhecimento foi por muito tempo,

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

reservado para um público específico que possuíam acesso a livros e tradições, neste momento os saberes diluem-se pelas redes e estão ao alcance daqueles que assim o quiserem.



Segundo o dicionário de Cambridge (2021), pós-verdade define-se como: “relacionado a uma situação na qual as pessoas tendem a aceitar mais um argumento baseado em suas crenças e emoções do que aqueles baseados em fatos”. (CAMBRIDGE DICTIONARIES ONLINE, 2021). Desta forma, na era da pós-verdade, os fatos e as comprovações importam menos que as crenças já estabelecidas daquele que ouve certa notícia ou evento. Durante muito tempo a não ida do homem à Lua era considerada coisa de conspiracionistas e com pouca credibilidade. Na era da pós-verdade teorias conspiratórias misturam-se com *Fake News*⁸⁸ para tentar comprimir a realidade até que ela caiba no repertório de seus propagadores

As *Fake News* não são meros erros de interpretações ou enganos, elas servem para dar sustentação a projetos políticos ou deslocar certos sujeitos de seus espaços. As notícias falsas tendem ao absurdo ou à demonização do outro, acusando seus opositores de corromper os inocentes e de serem imorais.

De acordo com Neto et al (2020):

Fake News são informações/notícias/postagens produzidas de forma inverossímil que, sem a devida averiguação, leva o leitor a pseudo-informações. Este fenômeno tem registro na escrita da história desde o Império Romano, mas no tempo presente, com a Internet, ocorre aceleração avassalador. (NETO et al., 2020. p.4).

As notícias falsas andam de mãos dadas com o fenômeno da pós-verdade, fazem parte de todo um arcabouço de práticas que tem a função de levar os sujeitos a concepções próprias baseadas em um sistema de crenças anteriormente estabelecidos. Alguns exemplos de teorias conspiratórias que se baseiam em notícias e falsas argumentações, são: a terra é plana, a COVID-19 não existe, o Nazismo foi um movimento de esquerda, vacinas não funcionam e prejudicam a saúde e tantas outras argumentações que não se sustentam de forma científica e racional. (ALBUQUERQUE, QUINAN, 2019).

⁸⁸ De acordo com Neto et al (2020): “Fake News são informações/notícias/postagens produzidas de forma inverossímil que, sem a devida averiguação, leva o leitor a pseudo informações. Este fenômeno tem registro na escrita da história desde o Império Romano, mas no tempo presente, com a Internet, ocorre aceleração avassalador.” (NETO et al, 2020, p.4)

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

2.1 O revisionismo no Holocausto



O revisionismo em História não é algo novo, Vidal Naquet em sua obra “Assassinos da Memória” em 1988 já debatia sobre esta temática. Naquele momento a questão em debate era a negação do Holocausto e da morte de milhões de Judeus na Alemanha Hitlerista. Os revisionistas daquele momento argumentam de forma a amenizar as mortes e perseguições, segue algumas amenizações:

- Não houveram genocídios e as câmaras de gás nunca existiram;
- A “Solução Final” foi apenas a expulsão dos judeus em direção ao leste europeu;
- O número de judeus mortos é bem menor do que se diz, e os dados que se tem são falsos;
- A Alemanha de Hitler não é a principal responsável pela Segunda Guerra, como também os judeus;
- O maior inimigo não foi a Alemanha mas a união das repúblicas socialistas soviéticas (URSS) de Stalin;
- O Genocídio foi apenas uma invenção dos Judeus. (NAQUET, 1988)

Desta forma, o autor destaca alguns pontos que se negou ou distorceu em relação ao Holocausto, é perceptível que estes revisionismos tem a intenção de amenizar a situação e até mesmo colocar a vítima como culpada por sua própria sina.

O autor também aborda um outro argumento utilizado pelos revisionistas, uma espécie de “morte justa”: “A maioria dos judeus que se supõe ter sido morta pelos alemães eram elementos subversivos, *partisans*, espões, criminosos e também muitas vezes, vítimas de represálias infelizes, mas de acordo com o direito internacional.” (NAQUET, 1998, p.39). Do mesmo modo que se justifica a Ditadura Militar de 1964 ao afirmar que só eram mortos e torturados os comunistas e contraventores, cria-se uma banalização do assassinato na ótica do “bandido bom é bandido morto”.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O modo operante dos revisionistas é para além da criação de um discurso próprio, mas na descredibilização da argumentação alheia e principalmente na desumanização do oponente. O método principal do revisionista consiste em invalidar a fala do outro com rotulações, por exemplo: “Os professores são todos doutrinadores”, “os Judeus são exploradores gananciosos”, e tantos modos de situar o discurso adversário na imoralidade e perversão. (PINSKY, PINSKY 2021)



2.2 *Revisionismo e Ditadura Militar*

Entre 1964 e 1985 o Brasil, assim como diversos países da América Latina, viveram situações de violações dos direitos humanos, mortes, torturas, perseguições e assassinatos. Cerca de 434 mortes oficiais pelo Estado, 243 desaparecimentos, 1843 pessoas torturadas e 6016 denúncias de tortura (BRASIL, 2014, p. 963). Dados estes que são oficiais, quantos mais estão para sempre esquecidos ou ocultados?

Apesar da maioria das pessoas que viveram este período já não estarem mais vivas, as reivindicações da verdade ainda persistem sobre nós. Foi ou não golpe? Os militares estavam protegendo o Brasil? Houve realmente tortura e assassinato? Se houve mortes, elas são justificadas a depender do grupo que o indivíduo pertencia? Estas são apenas algumas questões pelas quais o revisionismo da Ditadura de 1964 nos trazem e parece que estamos longe de uma resposta definitiva.

O revisionismo militar busca dar novos sentidos aos eventos ou amenizar situações contra os direitos humanos ao justificar certas atitudes não como violência, mas salvação. Sobre o revisionismo destaca-se:

Entendemos ser o revisionismo histórico um aspecto da cultura política de setores da extrema-direita brasileira, que ganhou projeção na opinião pública a partir dos discursos divulgados na mídia e nas redes sociais, evidenciando uma exaltação à Ditadura no Brasil. O atual presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, representa a voz central no que diz respeito a esse revisionismo histórico, pois aglutina em torno de si influencers, escritores, políticos e personalidades que, a partir de sua liderança, compartilham dessas mesmas ideias em seu cotidiano. (BATISTA, 2020, p.19)

Desta forma, destacamos que o revisionismo militar tem um local e cenário específico que funciona quase como uma seita na qual o grande chefe, o presidente ao trazer a tona suas declarações sobre a Ditadura, suscita personalidades e influenciadores que se utilizam de redes sociais, o local perfeito para espalhar suas ideias.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

3. Revisionismo e mídias sociais

Com o advento das redes sociais e organização dos sujeitos por meios de grupos de interesse em comum, surge um polo para o revisionismo no qual todos têm direito de criar sua própria versão da História. Não é necessário que seja verdade, mas que esteja alinhada às ideias de grupos de modo a legitimar práticas do presente.

O surgimento de grupos que utilizam o revisionismo como forma de entretenimento político é crescente, não são apenas indivíduos que propagam negações sobre a História, mas empresas que ganham espaço nas mídias sociais. A empresa Gaúcha, Brasil Paralelo é uma das principais ao cunhar narrativas que buscam repensar a História e revisar conceitos já estabelecidos na historiografia como destaca Silva e Zamparetti (2021): “Esse projeto teria começado como um pequeno negócio, algo estilo fundo de garagem, que, no entanto, já assumiu sua sede na Nobre Vila Olímpia, em São Paulo. Tanto em seu canal no YouTube quanto em seu próprio site.” (SILVA e ZAMPARETTI, 2021, p.15).

A Brasil Paralelo segue com milhões de visualizações em seu canal do Youtube e plataforma própria, utilizando de assinaturas anuais, produzem conteúdo histórico e político com entrevistas. Nomes como Olavo de Carvalho e Rodrigo Constantino compõe o hall de jornalistas, historiadores e influenciadores que se dispõe a ser referências de vídeos que se propõe escrever uma nova História, neutra e apartidária e portanto, de acordo com Paulo (2020):

A empresa do olavismo cultural falsifica o debate acadêmico e apela aos instintos mais primitivos do público que tenta alcançar. Nesta quarentena, um turbilhão de mensagens publicitárias convocava os “patriotas” a apoiarem a iniciativa em sua cruzada contra a educação brasileira (PAULO, 2020, p.103)

Desta forma, a BP abarca todo tipo de público com o discurso salvacionista de contar a “verdadeira História” ao produzir narrativas academicamente desfocadas a respeito da Ditadura Militar, A educação no Brasil e a colonização. Os militares se tornam protagonistas e salvadores, os baixos índices da educação são por causa de Freire e os portugueses passam a ser civilizadores e não exploradores de indígenas.

Por considerações finais, há muito o que ser debatido a respeito desta temática, não trata-se mais de conspirações de internet. Os revisionistas cada vez mais ganham



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

espaço no discurso e são a base intelectual para a retirada de direitos, militarização e a descredibilidade da universidade pública, de professores e pesquisadores. Ainda é tempo da História acadêmica contra atacar.



Os revisionistas ganham espaço no campo das redes sociais pela possibilidade de criar conteúdo que não precisam ser validados por pares ou academicamente questionados. Trata-se de escrever uma História que tem que ser vendida e não necessariamente verdadeira. Os conteúdos poderiam ser utilizados como forma de entretenimento ou história-ficção, mas suas intenções são para fundamentar e naturalizar práticas de apoio a extremismos, ditaduras e a perpetuação no poder da extrema direita utilizando a História como elemento de justificação.

Referências

ALBUQUERQUE, Q. QUINAN, R. Crise epistemológica e teorias da conspiração: o discurso anti-ciência do canal “professor terra plana. **Revista Mídia e Cotidiano**. Volume 13, Número 3, dezembro de 2019

BATISTA, A.C. **Uma imersão no Passado-presente: O Revisionismo Bolsonarista sobre a Ditadura** (2011-2019). Vitória, 2020. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_11953_Disserta%E7%E3o%20-%20vers%E3o%20final%20-%202009-09-20.pdf Acesso 05 set. 2021

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade. Relatório** / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico - Brasília: CNV, 2014. 976 p. Disponível em: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf Acesso em 12 set. 2021

CAMBRIDGE. Dictionaries Online. 2021 Disponível em: <http://dictionary.cambridge.org/>. Acesso 05 set. 2021

CARR, E. H. *Que é História?* São Paulo: Paz e Terra, 2002. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2018/12/Edward-Hallet-Carr-Que-%C3%A9-Hist%C3%B3ria-rev.pdf> Acesso 03 set. 2021

FICO, C. Quem escreve a História: a qualificação do historiador. In: PINSKY, C.B. PINSKY, J. [Novos combates pela História: desafios - ensino](#). Editora Contexto. São Paulo, 2021.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

NETO, M. et al. Fake news no cenário da pandemia de Covid-19. Cogitare enfermagem. Curitiba, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.72627>. Acesso 04 set. 2021

PAULO, D. M. D. Os mitos da Brasil Paralelo – uma face da extrema-direita brasileira (2016-2020). REBELA, v.10, n.1. jan./abr. 2020 Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/rebela/article/view/4180/3173> Acesso em 12 set. 2021

PINSKY, C.B. PINSKY, J. A História contra-ataca. In: PINSKY, C.B. PINSKY, J. [Novos combates pela História: desafios - ensino](#). Editora Contexto. São Paulo, 2021.

SAMPAIO, C.A. Militarização das escolas: uma resposta autoritária ao fracasso do modelo educacional brasileiro. [v. 2, n. 2, 1º sem. Brasília: 2020](#) Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/14330> Acesso em 12 set. 2021

SILVA, S. ZAMPARETTI, B.C. Revisionismo, História e Negacionismo: uma análise a partir das produções midiáticas do Brasil Paralelo. Santa Catarina, 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17229/1/Artigo%20-%20Samira%20da%20Silva.pdf> Acesso em 12 set. 2021

VIDAL-NAQUET, P. Os assassinos da memória. Campinas: Papirus, 1988



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

NEGAÇÃO DA MATERNIDADE: PRÁTICAS DE INFANTICÍDIO E ABORTO NA COMARCA DE GUARAPUAVA EM 1920 A 1970



Rosa, Micheli¹

¹*Mestranda em História (PPGH/UEPG);*

Núcleo de Pesquisa Estudos de Gênero, Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG

O presente trabalho, em desenvolvimento, representa uma síntese da pesquisa, no campo da História das Mulheres e as relações de gênero. Desta maneira, analisamos as práticas de infanticídio e aborto em Guarapuava no século XX. Assim, buscamos percorrer a vida das mulheres da classe popular, os amores, a rede sociabilidade e as experiências com a maternidade. As fontes históricas utilizadas para a pesquisas advém do acervo do Judiciário da Comarca de Guarapuava: os processos-crime. Nesta linha de raciocínio, elegemos também a legislação, os Códigos Penais da República, como fontes históricas para compreender as práticas femininas enquanto crime na sociedade e, por fim, os comentários de juristas sobre os códigos penais. Com relação ao respaldo historiográfico e teórico debruçamos atentamente sobre os estudos de Foucault (1979; 2001; 2003); os estudos de gênero (Scott, 1989) e também as discussões sobre maternidade (BADINTER, 1985, 2011), entre outros.

1. As mulheres e a maternidade: pesquisa em história das Mulheres e estudos de gênero

Nesta seção, dedicamos a apresentar a pesquisa, ou seja, as principais historiografias que dialogam com a temática, as fontes históricas e os objetivos. Desta forma, compreende-se que a pesquisa se situa no campo da História das mulheres e os estudos de gênero, pois visa analisar as práticas das mulheres em uma sociedade patriarcal, onde, discursivamente e socialmente, a definição do papel e o lugar social da mulher era o lar e o cuidado com os filhos. Assim, os estudos empreendidos no campo mencionado atrelado aos estudos de gênero buscam refletir a construção do gênero nas sociedades ao longo do tempo. Posto isto, salientamos a conexão com o núcleo de pesquisa em estudos de gênero no programa de pós-graduação em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A conceituação do “ser mulher” ao longo do tempo evidencia que a distinção na linguagem demonstra uma luta constante para atribuir qualidades ditas “naturais” e de superioridade. O gênero feminino e masculino são processos socialmente construídos e movimentam-se por meio da formação histórica, linguística, cultural e social. Para Colling (2014, p.15) a mulher olhará a sua identidade sendo construída em discursos que não criou, andará com uma “linguagem feita por outros, vivendo em um espaço desenhado por outros, em uma trama de razões que outros pensaram”.

Os discursos que definiram o ser feminino atravessaram séculos, feita a partir de textos médicos, filosóficos, pedagógicos que determinaram a imagem da mulher e

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

foram incorporados em teorias do conhecimento e vivenciados por elas nas práticas cotidianas. Como salienta Ariès (1986) e Badinter (1985) a maternidade, a ligação entre mãe e filho são construções históricas e culturais e, principalmente variavam em discursos e práticas sociais.

No final do século XVIII, percebe-se a ligação entre o amor e maternidade, não somente como um sentimento, mas como função social das mulheres (BADINTER, 1985). Neste processo, observa-se o interesse do Estado, pois a Europa vivenciava uma alta mortalidade infantil e crise econômica. Afinal, as crianças tornariam futuros cidadãos e mão de obra para o crescimento da nação. O conceito de maternidade, o amor maternal e a função social passam a ter mais força no século XIX. À medida que as responsabilidades aumentaram acerca dos cuidados e da educação das crianças observa-se que as obrigações se deslocaram apenas para mulher. Nota-se em vários discursos, especialmente o médico mais funções: “conferiam-lhe um novo status na família e na sociedade, afastar-se delas trazia enorme culpa, além de um novo sentimento de “anormalidade”, visto que contrariava a natureza, o que só podia ser explicado como desvio ou patologia” (MOURA; ARAÚJO, 2004, p. 47).

Compreende-se que a ideologia burguesa marcava presença forte na vida das mulheres e não era de estranhar que a moral oficial se fazia presente nas classes populares. Para Fonseca (2000, p.529) “a prova se acha no desespero registrado por meninas defloradas que preferiam arriscar um aborto, cometer infanticídio ou até matar-se, antes de vir a público seu estado de mãe solteira”. Reflexos observáveis no discurso médico, segundo Vázquez (2007, P. 50), na qual “mulheres que negavam uma gravidez ou o ‘produto’ dela deveriam ser tratadas como anormais ou loucas”.

No âmbito do poder judiciário, a lei marca o comportamento dos sujeitos, além de ser uma releitura dos homens sob os textos da lei. No que tange ao corpo feminino para Saldanha (2013, p. 15) “as leis ampliam o poder de controle dos indivíduos, condenando e reafirmando valores e padrões estabelecidos pela sociedade, pela Igreja e pela família”.

Em suma, rastrear os vestígios do feminino ao longo do tempo não é algo fácil, entretanto, “encontram-se mais facilmente representações sobre a mulher que tenham por base discursos masculinos determinando quem são as mulheres e o que devem fazer” (SOIHET, 2002, p. 282). É preciso um olhar atento nos documentos históricos e os discursos masculinos, pois apresentam elementos importantes para compreender o poder e controle sobre as mulheres e a resistência ao sistema patriarcal. Neste caso, encontramos as que negaram a maternidade e acabando nas amarras do poder judiciário. Para Fonseca (2000, p. 510) “é irônico que logo esse documento, redigido por um homem, possa nos permitir entrar no tema: maternidade e pobreza”.

Dentre os documentos que colaboram para analisar os vestígios das mulheres na sociedade são os processos crimes. Este tipo de documento envolve vários sujeitos sociais e, principalmente, discursos que atravessam o corpo feminino. No acervo da Comarca de Guarapuava encontramos processos de infanticídio e aborto, especialmente, no século XX. Por isso, a delimitação temporal da pesquisa deu-se, primeiramente, pela fonte e porque há um maior número de processos no período.

Nesta perspectiva, investigamos as práticas de infanticídio e aborto que ocorreram, principalmente, no interior de Guarapuava no século XX. Os vestígios encontrados sobre as mulheres da classe popular só foram possíveis porque em algum

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

momento fugiram da regra e normatização social, bem como praticaram algo que era considerado crime perante a lei. Assim, os crimes de aborto e infanticídio envolvem também duas instituições que buscam explicar as atitudes de mulheres que negaram a maternidade, ou seja, percebe-se o entrelaçamento do poder jurídico com a ciência médica.

Para compreender e refletir a especificidade da Comarca de Guarapuava e a relação social com o feminino é preciso percorrer a dinâmica social, política e econômica vivenciada pela sociedade guarapuavana entre o século XIX e XX. O desenvolvimento da região ocorreu de forma diferente das outras regiões vizinhas.

Observa-se que a rota do tropeirismo ocorreu por meio da estrada das missões em 1844, colocou a cidade na 'idade de ouro' transformando as relações sociais e políticas como, por exemplo, a permanência de pessoas na cidade e o poder político nas mãos dos latifundiários (SILVA, 1999). Entretanto, com o esfacelamento do tropeirismo a região volta a possuir uma economia local, pois diferente de outras cidades não possuía centros de comercialização e terminais ferroviários como Ponta Grossa e Curitiba.

O isolamento com as cidades vizinhas foi debatido nos periódicos dos jornais no século XX. Melo (2003) pontua, por meio dos jornais, o forte embate da elite com o Estado e com a prefeitura acerca das providências da construção da ferrovia, porém a construção será finalizada apenas na década de 1950. O percurso para sair do isolamento e do atraso advinha do símbolo que poderia modificar a situação econômica e social, a locomotiva. Embates políticos presentes nos jornais da época evidenciam a preocupação da elite acerca do atraso diante das regiões vizinhas. Tembil (2007) apresenta a busca da modernidade, principalmente, a partir do século XX e as modificações na cidade e na vida cotidiana dos sujeitos.

A partir da historiografia sobre os códigos de sexualidade feminina (RAGO, 1991), gênero (SCOTT, 1989), maternidade (BADINTER, 1985) entre outros temas mostram-nos que as relações entre os gêneros e desigualdades vistas na sociedade como naturais, divinas ou morais são construções históricas e culturais. Nas tessituras das relações sociais determinados grupos enraizados em diversas instituições sociais delimitaram a posição a qual a mulher deve ocupar e as características essenciais de uma mulher, por sua vez os sujeitos perpassam esse entrelaçamento demarcando sua presença e resistência diante das normas vindas de cima para baixo.

A análise da relação social/cultural e a reflexão sobre as instituições acerca das mulheres pobres se fazem necessárias e urgentes. Por isso, respaldamos no método genealógico apresentado por Foucault porque colabora para investigar os espaços institucionais de controle. Desta forma, as relações entre poder e saber são elementos de um dispositivo que possui a natureza disciplinar sobre os corpos, os comportamentos e ideias.

Para percorrer o passado e seguir os passos de mulheres que desafiaram as normas ditadas tanto pela Instituição Estatal ou Científica elencamos mais de um documento histórico. Por este motivo, apresentamos como fonte principal os processos judiciais porque permitem vislumbrar os saberes médicos e judiciários bem como as narrativas de familiares, amigos e vizinhos. Atentamo-nos para as construções discursivas dos promotores e advogados elencados pela pesquisadora Corrêa (1983) porque contribui para analisar os atributos dados as mulheres e homens no processo de

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

juízo. Entretanto, a autora não realiza apenas uma identificação desses pontos para distinguir os sexos, através dos processos constata que a instituição do casamento se torna um modelo para a relação entre mulher e homem.

Em vista disso, os processos judiciais tornam-se cruciais para a construção das hipóteses e para a investigação por possuir a presença de vários sujeitos sociais, principalmente os casos de mulheres que mataram os seus próprios filhos e/ou a participação de membros da família nas ações de infanticídio. O processo criminal origina-se a partir de “uma queixa ou denúncia de um crime, quando se institui o sumário de culpa. Antes dele, tem lugar um inquérito policial (denominado dessa maneira desde 1871), para comprovar a existência do crime” (GRINBERG, 2009, p. 122). Então, a análise configura-se desde o inquérito policial até a sentença judicial.

Grinberg (2009, p. 126) menciona para tomar os processos também enquanto controle social “marcados necessariamente pela linguagem jurídica e pela intermediação do escrivão”. Deve-se levar em conta que os atores sociais refletem e são regidos por crenças e valores que permeiam o julgamento dos fatos.

O estudo organizado por Pedro (2003) sobre infanticídio e aborto auxilia para análise do objeto e das fontes mencionadas porque abarcam os discursos que formam e criam concepções acerca das práticas femininas. A autora demonstra a construção ao longo do tempo de ações e tentativa de controle, a criminalização, as penas diante dos casos de infanticídio. As narrativas apresentadas e analisadas por Pedro (2003) revelam os amores, as resistências e os relacionamentos com vizinhos e familiares.

Os processos, como observado por meio das autoras (PEDRO, 2003; CORRÊA, 1983), permitem analisar as relações sociais entre os sujeitos, as instituições, costumes etc. Assim, como esses possuem relevância, os códigos penais tornam-se também importantes porque são discursos de poder político e social, ou seja, regulamentam as práticas sociais. Então, para análise e reflexão apresentamos como fonte utilizamos como fonte de pesquisa o primeiro código republicano, o Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, de 1890, e o Código Penal Brasileiro, de 1940 esse código permite perceber as mudanças e permanências em relação ao código anterior os comentários de juristas brasileiros sobre o código republicano. Tais fontes se configuram como ações sobre a vida de mulheres no que tange as práticas de infanticídio, instituindo controle e proibições sobre os seus corpos.

A categoria de gênero torna-se útil para desenvolver a pesquisa. Além dos estudos de Perrot (2007), utilizamos também Scott (1989). A partir dessa categoria de análise percebe-se as relações entre os gêneros não pela biologia, mas pela construção social do feminino e do masculino. Assim, utilizamos os estudos de gênero para compreender os fenômenos sociais, culturais e históricos relacionados ao pertencimento do ser humano e a construção da sua subjetividade e identidade. As mulheres ao negarem o amor materno estabelecido como essência do feminino, como nos casos de infanticídio, entraram em choque com a legislação e a cultura que concebem os papéis de gênero através da diferença.

Esteves (1989) explora o cotidiano das classes subalternas a respeito das relações amorosas, as questões de moralidade, os valores, afetividade e a sexualidade da classe pobre. Demonstra a significação da virgindade e da honra antes do casamento, as quais desvelam os motivos que as levaram a denunciar na Justiça. Apesar dos homens serem os réus do processo, compreende-se que as mulheres estavam também em

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

juízo. Neste sentido, autora (1989) corrobora para compreensão de que as “vítimas” possuíam uma sexualidade distante da propagada pela moral burguesa. Além disso, as mulheres se utilizavam de elementos discursivos do grupo dominante aproximando-os para compor a sua defesa.

O historiador Chalhoub (2005) utiliza, em suas investigações, processos criminais, impressos oficiais e periódicos para refletir o crime e o controle social. Em *Trabalho, lar e botequim*, observa-se uma análise acerca do cotidiano dos trabalhadores fora do espaço do movimento operário na cidade do Rio de Janeiro no período da Primeira República. Nesta produção, vislumbramos como os documentos jurídicos tornam-se uma fonte inestimável para analisar o social. O historiador vale-se de vários documentos, como mencionado, para compreender as relações de trabalho, a questão do mercado, laços familiares e amorosos. Tais questões estavam sendo vivenciadas em meio ao alarde das transformações expressas pelos jornais e que influenciavam no cotidiano dos trabalhadores. A pesquisa realizada por Chalhoub (2005) contribui para pensarmos as relações cotidianas e, principalmente, em meio às modificações pela modernidade.

Nesta trajetória historiográfica, apresentamos como contribuição os estudos de Foucault (1979; 1988; 2001), pois dão-nos subsídios teóricos e metodológicos para analisar as práticas sociais e as relações de poder. Sendo assim, corrobora para a reflexão da disciplina, as políticas sociais sobre os sujeitos desviantes e a sexualidade. Em *Vigiar e punir* (2001) compreende-se a questão da pena como meio de coerção e disciplina apresentando-se como uma forma social e política de controle de pessoas que fogem as regras da sociedade. Os saberes médicos relacionados à sexualidade constituíram como formas de saber e poder sobre os corpos resultando em um novo modo de controle e repressão. Foucault (1988, p.11) menciona, “a repressão foi, desde a época clássica, o modo fundamental de ligação entre poder, saber e sexualidade”.

Para guiar no estudo sobre maternidade, as construções de gênero e a imagem da mulher-mãe mencionam-se as contribuições de Kitzinger (1978) e Badinter (1985). Esta mostra como o amor materno não é algo natural, pelo contrário, conquistado. A maternidade e o amor ao filho são construções sociais e históricas. Aquela autora colabora para entender as diferentes manifestações do papel de mãe e, principalmente, a maternidade como uma “expressão da cultura, que engloba um sistema de valores relacionados com o que é a mulher e, também com o que é o filho” (KITZINGER, 1978, p.44).

No que tange a legislação sobre aborto e infanticídio, Vázquez (2005) dedica-se, em uma parte do capítulo de sua dissertação, a analisar e a comparar as legislações do Império e da República. Isso permite visualizar e compreender as mudanças entre um código e outro sobre o infanticídio e o aborto, bem como os elementos que mudaram de uma legislação para outro sobre os respectivos crimes.

Vázquez (2005) percorre a região de Ponta Grossa e Castro para analisar os casos de infanticídio entre o século XIX e XX através de processos criminais e teses médicas para a compreensão da prática e os saberes jurídicos e médicos sobre a mulher. Nesta produção, a autora evidencia que as transformações ocorridas no espaço urbano colaboram para vinda de novos moradores (as). As mulheres que buscavam na cidade de Ponta Grossa um emprego e quando se viam grávidas compreendiam que precisavam se

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

livrar da gravidez, pois não podiam perder o emprego e buscavam ajuda na nova rede sociabilidade.

Por isso, realizamos um percurso pela historiografia guarapuavana e demarcamos algumas produções, as quais possuem como eixo central de pesquisa as mulheres, como a da pesquisadora Saldanha (2013). Esta autora discute a representação e identidade de gênero no espaço da Justiça em casos de defloração entre 1932-1941. Com isso, observam-se as relações sociais e discursivas em torno da prostituição bem como a representação social das mulheres (boas e de má vida).



Considerações Finais:

O presente trabalho percorreu um caminho de pesquisa em história e as principais historiografias pertinentes a temática da dissertação desenvolvida na pós-graduação em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Consideramos que a pesquisa contribui para refletir o papel social da mulher e o processo histórico que, por sua vez, delimitou termos próprios ao feminino e, conseqüentemente, definiu funções específicas para elas: mulher, mãe e rainha do lar. Neste sentido, a pesquisa colabora na historiografia local para pensar as mulheres que negaram a maternidade no século XX na cidade de Guarapuava.

Posto isto, afirmamos o compromisso de divulgar o conhecimento e refletir sobre as relações de gênero e de dominação, na atualidade, a partir de um olhar atento e crítico no passado. Haja vista que os debates sobre o corpo feminino, bem como da maternidade permeiam as discussões na contemporaneidade, principalmente, o aborto. Por isso, a reflexão sobre as classes populares, as legislações e a interferência e julgamentos judiciais na vida das mulheres é importante e necessário nos dias atuais.

Referências

ARIES, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradutor: Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle epoque**. 2.ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2005.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história**. MS: Ed. UFGD, 2014.

CORRÊA, Mariza. **Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais**. Rio de Janeiro: Gral, 1983.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Editora Vozes, São Paulo 2001.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FONSECA, Cláudia. Ser Mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2000.

GRINBERG, Keila. Processos criminais: a história nos porões dos arquivos judiciários. In: PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

MELLO, Silvia Gomes Bento de. **O gigante e a locomotiva: projetos de modernidade e estratégias de territorialização no Paraná (Guarapuava 1919-1954).** Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis: UFSC, 2003.

MATOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (org.). **O corpo feminino em debate.** São Paulo: Editora UNESP 2003.

PEDRO, Joana Maria (org). **Práticas Proibidas: Práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX.** Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres.** São Paulo: Contexto, 2007.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite: Prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

SALDANHA, Terezinha. **O comércio do prazer.** Guarapuava: UNICENTRO, 2013.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica.** Nova Iorque: Columbia University Press, 1989.

SILVA, Walderez Phol da Silva. **Guarapuava: a crônica de uma cidade enunciada (1819-1978), GUarapuava.** Dissertação (mestrado em História). UNESP/UNICENTRO, 1999.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Rev. Projeto História.** São Paulo (25), dez, 2002.

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias.** Guarapuava: UNICENTRO, 2007.

VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil. **Mais cruéis do que as próprias feras: aborto e Infanticídio nos campos gerais entre o século XIX e o Século XX.** Dissertação (Mestrado em História). Setor de Ciências Humanas Letras e Artes. Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2005.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

**O JORNAL DE UMBANDA E A FORMAÇÃO DE UMA
IDENTIDADE RELIGIOSA UMBANDISTA NO BRASIL DOS ANOS
1950**



GRUBE, Bruno dos Santos¹

¹Licenciado em Filosofia pelo Centro Universitário Internaciol Uninter, Pós-graduado em Ciência Política pelo Universidade Cesumar, Mestrando em História, Cultura e Identidade (Núcleo de Pesquisa de História e Religião - PPGH)

Apontamentos sobre identidade

O conceito de identidade já foi debatido por vários pesquisadores das ciências humanas na tentativa de facilitar uma compreensão dos papéis dos indivíduos em sociedade. Dentro da perspectiva teórica de Stuart Hall , “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia.” (2006, p.13). Assim, podemos deduzir que, nesta mesma linha de raciocínio, existam uma grande diversidade de identidades circulando há algum tempo pelo mundo num processo contínuo de transformação. Tais identidades caracterizariam visões e interpretações da realidade que sustentariam a objetividade e subjetividade daqueles a que integram, complementando-se e afastando-se umas das outras conforme suas particularidades. Para Peter Berger:

É possível resumir a formação dialética da identidade pela afirmação de que o indivíduo se torna aquilo que os outros o consideram quando tratam com ele. Pode-se acrescentar que o indivíduo se apropria do mundo em conversação com os outros e, além disso, que tanto a identidade como o mundo permanecem reais para ele enquanto ele continua a conversação. (BERGER, 1985, p.19)

A busca pelo reconhecimento e legitimação fazem parte de todo processo social, uma vez que não somos capazes de viver completamente isolados. Mas, para que haja algo neste sentido, é preciso inventar-se em consonância com determinadas circunstâncias, recursos próprios de cada local/tempo e papéis possíveis de serem desempenhados. Segundo Berger:

Além disso, a sociedade não só contém um conjunto disponível de instituições e papéis mas um repertório de identidades dotadas do mesmo status de realidade objetiva. A sociedade confere ao indivíduo não só um conjunto de papéis, mas também uma identidade designada. (BERGER, 1985, p.27)

Apontamentos sobre religião

Outro conceito importante dentro desta pesquisa é o referente a religião, que acompanhando Berger, temos que:

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A religião é o empreendimento humano pelo qual se estabelece um cosmos sagrado. Ou, por outra, a religião é a cosmificação feita de maneira sagrada. Por sagrado entende-se aqui uma qualidade de poder misterioso e temeroso, distinto do homem e todavia relacionado com ele, que acredita residirem certos objetos da experiência. (BERGER, 1985, p.38)



Assim, há toda uma estrutura de saberes e tradições que vieram antes de nós, mas que se consolidam na realidade por meio de instituições e práticas que são passadas de geração a geração, e constroem algo que Berger chama de “nomos”. E a religião, ainda segundo Berger, representaria “o ponto máximo de auto-exteriorização do homem pela infusão, dos seus próprios sentidos sobre a realidade” (1985, p 41).

A noção de um nomos, ou seja, um conjunto de valores e significados comuns dentro de uma sociedade, garantem a segurança e estabilidade nas relações, coisa que pode encontrar-se ameaçada em determinados momentos. Tais perigos, Berger chama de “anomia”, ou seja, a terrível condição de viver a parte de sentidos e significações, um estado de existência que beira a loucura e a morte. Por isso, participar da cultura é uma condição humana essencial. E é válido aqui ressaltar, que a religião não é a única, contudo, foi e continua sendo uma preponderante fonte de consolidação de estabilidade ao nomos social como um todo. Identidade e religião caminham juntas. Só que desde o pós-guerra, mudanças ocorreram no que se refere aos padrões de identificação, que também se aplicam a religiosidade. Para Hall:

Em toda parte, estão emergindo identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais; e que são o produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado. (HALL, 2016, p.88)

O Brasil dos anos 1950 e a religião de Umbanda

O contexto brasileiro nos anos 1950 era de efervescência política. Num primeiro momento, temos o governo do presidente Getúlio Vargas e seu suicídio em 1954. Em seguida, teremos Juscelino Kubitschek, que aplicaria uma injeção de ânimo e positividade por todo o país. Para Boris Fausto, o governo de JK representava:

Mais do que isso, foram anos de otimismo, embalados por altos índices de crescimento econômico, pelo sonho realizado da construção de Brasília. ‘Os cinquenta anos em cinco’ da propaganda oficial repercutiram em amplas camadas da população. (FAUSTO, 1995, p.422).

É neste cenário que surge o *Jornal de Umbanda: Orgão Noticioso e Doutrinário da União Espiritista de Umbanda* do Rio de Janeiro, trazendo em suas páginas indícios dessas tramas que entrelaçam a realidade brasileira da época. Outro conceito se faz relevante neste ponto é justamente o de “Umbanda”, que segundo Barbosa Júnior:

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A Umbanda é uma religião constituída com fundamentos, teologia própria, hierarquia, sacerdotes e sacramentos. Não é uma ‘seita’, portanto, pois este termo geralmente refere-se pejorativamente a grupos de pessoas com práticas espirituais que destoam das ortodoxas. Suas sessões são gratuitas, voltadas ao atendimento holístico (corpo, mente, espírito), à prática da caridade (fraterna, espiritual, material), sem proselitismo. Em sua liturgia e em seus trabalhos espirituais, vale-se do uso dos quatro elementos básicos: fogo, terra, ar e água. (BARBOSA JR., 2014 p.20).

PAGE
3

A religião de Umbanda, fundada em 1908 por Zélio Fernandino de Moraes, um rapaz de apenas 17 anos, no bairro das Neves no Rio de Janeiro, viria a manifestar em suas práticas e doutrinas, muitos anos antes do advento das grandes guerras, posturas e atitudes anacronicamente consideradas hoje “pós-modernas”. Para Barbosa Junior “Embora chamada popularmente de religião de matriz africana, na realidade a Umbanda é um sistema religioso formado de diversas matrizes, com diversos elementos de cada [...]” (BARBOSA JR., 2014, p.24). Dentre as matrizes referidas por Barbosa Junior (2014), teremos o africanismo, o cristianismo, o indianismo, o kardecismo e o orientalismo. Observando sobre outra perspectiva, o sacerdote umbandista e cientista da religião Alexandre Cumino explana:

Novas religiões nascem da necessidade de atribuir novos significados a antigos símbolos, trazendo valores que possam dar um novo sentido a nossas vidas. Símbolos são um patrimônio da humanidade, que transcendem nossas visões individuais e limitadas, exercendo influência subjetiva em quem crê ou não nos mesmos, independente das mais variadas interpretações. Quem percebe que os símbolos são ancestrais, corre o risco de confundir o símbolo (atemporal) com sua interpretação (temporal). Estes acabam por declarar que ‘sua interpretação (temporal) é milenar e ancestral (atemporal)’. Nossas interpretações são religiões, que nascem, crescem, envelhecem e morrem, o que fica é o símbolo e uma nova religião vai com certeza reinterpretá-lo. Dessa forma, a Umbanda renova a interpretação para símbolos diversos, produzindo novo significado, daí uma nova religião na qual antigos símbolos e novos valores se acomodam, assumindo uma identidade única. (CUMINO, 2015, p.107.)

Assim, a Umbanda manteve desde então suas portas abertas para as mais diferentes pessoas, de etnias e origens diversas, o que obviamente gerou uma interiorização bastante particular na subjetividade de seus membros, e conseqüentemente, na influência destes em seus meios sociais. Em contrapartida, a intolerância religiosa também se mostrou atuante. Segundo Prandi: “Ao contrário das religiões negras tradicionais que se constituíram como religiões de grupos negros, a umbanda surge como religião universal, isto é, dirigida a todos.” (95/96, p.66).

Para Berger, a construção de um mundo social sempre se dá de maneira coletiva, assim sendo, a identidade se formará através da consideração que os outros têm pelo indivíduo, que por sua vez, por meio de uma conversação com os demais, vai modelando ativamente sua própria subjetividade em seu mundo (1985). O que pode-se dizer:

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Em outras palavras, viver num mundo social é viver uma vida ordenada e significativa. A Sociedade é a guardiã da ordem e do sentido não só objetivamente, nas suas estruturas institucionais, mas também subjetivamente, na sua estruturação da consciência individual. (BERGER, 1985, p.34).



Então, para Hall, toda aquela identificação e lealdade que numa época tradicional e pré-moderna se destinava a tribo, ao povo, a religião ou a região em que o indivíduo nascia, viriam a ser deslocadas para a cultura nacional na modernidade, que por sua vez, na pós-modernidade, se fragmentaria numa proliferação de escolhas identitárias que transcendem seu local de origem (2006).

O *Jornal de Umbanda*, periódico que percorreu mensalmente os anos de 1952 até 1960, certamente contém evidências a favor e contra estas tendências ditas pós-modernas, assim como aparece em suas páginas relatos de situações vexaminosas e de intolerância para como os Umbandistas de então. Segundo Chartier:

Numa época em que nossa relação com o passado está ameaçada pela forte tentação de criar histórias imaginadas ou imaginárias, é fundamental e urgente a reflexão sobre as condições que permitem sustentar um discurso histórico como representação e explicação adequadas da realidade que foi. Supondo em seu princípio a distância entre saber crítico e reconhecimento imediato, essa reflexão participa do longo processo de emancipação da história a respeito à memória e com respeito à fábula, também verossímil. (CHARTIER, 2009, p.31)

A intolerância religiosa é algo que se fez presente desde os primeiros momentos da fundação da Umbanda. Por isso, o *Jornal de Umbanda* carrega em si uma importante bandeira: a da busca pelo reconhecimento da Umbanda como religião autônoma, legítima e independente, com organizações e formalidades próprias. Para Artur Cesar Isaia:

Da violência simbólica perpetuada pelo catolicismo pré-conciliar à 'guerra santa' movida pelos neopentecostais de hoje, o que se vê é a persistência da afirmação de um projeto identitário totalmente antagônico com nossa formação histórica e com a realidade do Brasil hoje. (ISAIA, 2009 p.98-99)

Através da Hemeroteca Digital Brasileira, que está contida dentro da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, encontramos 66 edições do *Jornal de Umbanda* disponíveis para acesso. Cada uma delas contendo 8 páginas, aonde são apresentadas várias matérias, propagandas e notícias específicas do nicho umbandista. Assim, há um total de 528 páginas a serem investigadas, o que permite, até certo ponto, uma expectativa razoável de encontrar elementos que contribuam para com a ideia de que a identidade umbandista está sendo legitimada e expandida naquele período. Segundo Chartier:

O fato é que a leitura de diferentes temporalidades e a interpretação das heranças e rupturas, segue sendo tarefa dos historiadores, tendo assim como sua responsabilidade, para com seus contemporâneos, averiguar a legitimidade de tais discursos. (CHARTIER, 2009, p.68)

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A abertura democrática que ocorreria na segunda metade da década de 50 ampliaria as esperanças de uma sociedade brasileira igualitária, progressista e livre dos preconceitos. Segundo Artur Cesar Isaia:



Tivemos que enfrentar a miopia das elites que se queriam brancas e europeizadas, malgrado a experiência de colonizadores em cujas veias circulavam a compósita presença de mouros, negros, judeus. Essa miopia chega aos nossos dias, com o preconceito religioso e racial longe de ser apenas história. (ISAIA, 2009, p.96)

A liberdade de expressão e de pensamentos se mostrariam fortemente representadas nas páginas do periódico, demonstrando assim, que para além da cultura popular, “pensadores umbandistas” também buscavam sistematizar a própria religiosidade no intuito de alcançar mais pessoas e estabelecer assim sua emancipação espiritual frente as demais denominações religiosas. É provável que tais aspirações de livre-pensamento tiveram a vida curta, pois já na década seguinte, em 1964, o Brasil sofreria novamente nas garras da ditadura militar.

Cada tenda, terreiro, centro, casa ou templo umbandista foi e é razoavelmente independente um do outro, mesmo com o surgimento de federações e organizações entre os mesmos, nunca houve um consenso doutrinário ou conceitual, muito menos uma “instituição formal” aonde os umbandistas pudessem receber a legitimidade ou autoridade perante os demais. Parte disso se dá, justamente pela noção de liberdade estabelecida pelo seu fundador.

Logo, os terreiros tem uma hierarquia própria, ou seja, um campo onde as relações de poder dos agentes engajados na religião são mediadas pelos “mentores espirituais” daqueles reconhecidos como dirigentes (os pais ou mães de santo). Tal reconhecimento se dá tanto pelo mérito e dedicação pessoal daquele sacerdote quanto pelas suas atuações realizadas através do tempo na sociedade.

A educação mediúnica se torna a grande tônica nesta nova fase da religião, assim como a responsabilidade e o compromisso para com o desenvolvimento pessoal e a quebra de preconceitos tão enraizados na cultura popular. É disso que se trata o Jornal de Umbanda.

Sobre o Jornal de Umbanda

Entre os anos de 1952 a 1960 um periódico mensal intitulado: *Jornal de Umbanda: Orgão Noticioso e Doutrinário da União Espiritista de Umbanda*, que foi produzido no Rio de Janeiro, capital do país naquele tempo, com ampla divulgação por todo o Brasil. A sessão de cartas dos leitores e de anúncios de filiados servia como ponto de conexão do *Orgão Oficial da União Espiritista de Umbanda*, uma espécie de federação, que congregava vários templos, que mutuamente iam se atualizando das decisões próprias de cada qual, assim como comunicavam suas atividades e eventos oficiais espalhados por todo o território brasileiro. Além disso, também constam colunas editoriais com esclarecimentos e contextualizações teóricas e práticas sobre a religiosidade de Umbanda. É com base nestas fontes que surge a questão: como o Jornal

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

de Umbanda contribuiu para a legitimação de uma identidade religiosa umbandista brasileira no contexto histórico da década de 1950?

A pesquisa se desenrolará em função de encontrar no *Jornal de Umbanda* os vínculos por escrito de uma formação de identidade própria ao umbandista deste período em questão (de 1952 à 1960), com foco no Rio de Janeiro, que nesta época, ainda era a capital do Brasil, influenciando assim, com bastante intensidade as demais regiões. Muita coisa aconteceu nesta época, e o *Jornal de Umbanda: Órgão Noticioso e Doutrinário da União Espiritista de Umbanda* pode conter amostras de como uma parcela da população, mais especificamente os umbandistas cariocas e de outras regiões do Brasil, interpretavam as mudanças que se davam neste período.

Com seu início no ano de 1951, temos a disposição na *Coleção de Jornais e Revistas da Biblioteca Nacional online*, o *Jornal de Umbanda* a partir do seu segundo ano, mais especificamente do número 016, publicado no mês de março de 1952 até dezembro de 1960, com o número 104. Com sede localizada na Rua da Alfandega, 245-sob, a diretoria do jornal era composta por: Dr. Jayme Madruga (diretor-presidente), José Janini (diretor e redator responsável), Arsenio José Gonçalves (diretor-gerente) e Francisco Oliveira (diretor-tesoureiro). Este quadro de diretores irá se alterar no decorrer dos anos, chegando outros personagens para atuar nestes cargos.

Como o próprio nome do jornal sugere, *Jornal de Umbanda: Órgão Noticioso e Doutrinário da União Espiritista de Umbanda*, existia uma iniciativa de organização das tendas de Umbanda vinculadas ao periódico, cujo o intuito, ao que tudo indica, era o de fortalecer um movimento religioso umbandista em função do esclarecimento e apoio mútuo, dando assim as bases para uma legitimação identitária a nível nacional.

Já no primeiro volume disponível, um colunista chamado “Pinguim”, teceu seus comentários a respeito dos diretores, da união e do jornal. Intitulado como *Explicação Necessária*, o trecho a seguir é transcrito da própria fonte:

Acontece porém, que esses Diretores, são também diretores (dirigentes e chefes de terreiros) de Tendas e o cargo de Diretor da União é um posto de sacrifício, pois são as horas destinadas ao descanso de cada um dadas a União pela causa umbandista. De passagem, aproveitamos a oportunidade para citar que no período de abril de 1950 a janeiro de 1952, a União realizou 9 Confraternizações de Tendas em locais diversos, 21 reuniões de Diretoria e Tendas Filiadas, no sistema de rodizio, 22 reuniões de Diretoria na sede, tendo visitado coletivamente ou por seus diretores mais de 100 tendas. [...] Portanto não há colisão entre a venda de *Jornal de Umbanda* e qualquer campanha financeira, pois repetimos que a mais santa das campanhas financeiras não pode nem deve preterir nem permitir sejam relaxados os trabalhos espirituais seja os de caridade material, espiritual ou doutrinários, como soa ser a divulgação do órgão orientador da Umbanda no Brasil. (JORNAL DE UMBANDA, 1952, p. 02)

Com várias Tendas de Umbanda afiliadas de diferentes lugares do Brasil (no próprio jornal tem listas com os nomes e endereços dos templos associados), no decorrer dos meses e das edições, o jornal serviu de ponto comum para as notícias de eventos e demais anúncios relevantes ao público umbandista da época, assim como, também apareceram comunicados próprios da União Umbandista, textos explicativos

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

sobre a religião de Umbanda, opiniões de colonistas, respostas a questionamentos de leitores, críticas a atitudes desrespeitosas, notícias gerais sobre os acontecimentos ligados ao movimento umbandista tanto em nível regional quanto a nível nacional, receitas de culinária, estatísticas das tendas afiliadas e anúncios de patrocinadores (lojas de umbanda, distribuidoras de alimentos, etc). Em outro periódico no ano seguinte de nº30, um dos redatores responde a uma crítica de um leitor sobre a necessidade de uma atitude mais incisiva relacionada a Umbanda:



É em resumo, prezado confrade, a situação em que nos achamos, contando ainda com muita falta de compreensão e vontade de colaborar, sendo mister um grande trabalho de doutrina e esclarecimento. Programa não nos falta. Mas sua execução não é fácil, o que é uma pena, pois do mesmo faz parte o trabalho de arregimentação de tendas, fiscalização dos trabalhos, de representação em solenidades ou atendimento a convites, construção de sede social (Templo de Umbanda), escola de médiuns, curso de instrutores, escolas, cursos de alfabetização, abrigo do médium, jornal, publicação de livros, etc., isso sem contar o 2º Congresso Brasileiro, que é aspiração velha e que virá breve se essa for a determinação dos Mentores Espirituais de Umbanda. (JORNAL DE UMBANDA, 1953, p.3)

Outra coisa que fica muito evidente nas páginas do periódico é a atenção voltada para o combate às intolerâncias advindas de outras religiões e também, as críticas contundentes a médiuns que realizam atividades duvidosas, que acabavam por ferir a reputação do movimento umbandista como um todo. Obviamente, o foco do jornal é ao seu público, ou seja, os umbandistas filiados a *União Espiritista de Umbanda*, mas isso não limita a este círculo os assuntos discutidos em suas páginas.

Tais apontamentos sobre as questões de identidade e de religião assumem uma pertinência considerável frente as questões levantadas dentro do próprio núcleo de História e Religião, assim como certamente, o resgate desses discursos advindos de um jornal dos anos 50, tratando sobre a Umbanda e suas interatividades com outras religiões inclusive, também contribuem para com o esclarecimento e a quebra de preconceitos e intolerâncias advindas da falta de informação. O simples fato de a Umbanda ter mais um lugar de fala dentro da academia já representa um grande avanço. Em consequência disso, a diversidade religiosa constituída dentro do campo historiográfico é relevante para a compreensão da legitimação da umbanda associada aos aspectos da democratização cultura brasileira.

Conclusão

As ideias de identidade, religião e um *Jornal de Umbanda: Orgão Noticioso e Doutrinário da União Espiritista de Umbanda* certamente proporcionam um olhar favorável para uma pesquisa historiográfica, especialmente no tocante a uma abertura democrática e cultural que se fazia presente na década de 1950 por todo o Brasil. Ares de esperança e otimismo pareciam conjecturar um devir de avanços sem fim, contudo, tais lampejos logo seriam eclipsados por conta de um novo regime ditatorial que surgiria na década seguinte.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O breve instante de “respiração democrática” que pode ser constatado pela vinda a “superfície” a exemplo deste periódico aqui tratado, demonstra não apenas uma lacuna sobre “o que fez com que o jornal começasse e acabasse?”, mas também, quem eram seus redatores principais, quais eram suas convicções e de que forma compreendiam a Umbanda nas questões políticas de seu momento e em suas relações com as demais religiões.

Já nos anos de 1950, a Umbanda tinha certa trajetória própria, por mais jovem que fosse quando posta lado a lado com as demais religiões, com seus aproximados 42 anos de tradições e práticas específicas naquele tempo, a Umbanda e os umbandistas matinhavam uma discussão sobre os principais fundamentos e especialmente sobre qual seria uma postura ética para se manter como referência entre todos os seus adeptos. Não podemos esquecer que boa parte do ocidente passava por uma crise consciencial, que afetaria também o Brasil e os umbandistas. Para Lipovetsky se tratava da famigerada “pós-modernidade”:

O momento denominado pós-moderno concidiu com o movimento de emancipação dos indivíduos em face dos papéis sociais e das autoridades institucionais tradicionais, em face das limitações impostas pela filiação a este ou aquele grupo e em face dos objetivos distantes; aquele momento é indissociável do estabelecimento de normas sociais mais flexíveis, mais diversas, e da ampliação da gama de opções pessoais. Disso resultou um sentimento de “desconstrução”, de autonomia e de abertura para as existências individuais. (LIPOVETSKY, p.64, 2004).

Por mais que existam muitas críticas referentes à ideia de pós-modernidade, é inegável que logo no pós-guerra, de 1945 em diante, aconteceram pelo mundo mudanças acentuadas na disposição moral das pessoas por todo ocidente. Parte disso, poderíamos associar as novas tecnologias e avanços da ciência que começaram a se popularizar, mas outra parte dessa alteração de humores se daria pela insatisfação e desconfiança advinda das promessas racionais da modernidade. Sob a égide da tecnologia e de um capitalismo acelerado, o homem construiu seu mundo, entretanto, as fantasias do progresso e das verdades absolutas agora viriam a ser questionadas. Dentro do Jornal de Umbanda, na edição nº31, uma das redatoras chamada Paula Fonseca Jr. disse:

Como se vê, não basta o indivíduo ser crente. É necessário saber porque se crê. É indispensável que o indivíduo melhore. É necessário, para tanto - ESTUDO DOUTRINÁRIO - ORIENTAÇÃO - E a finalidade da União de Umbanda não é outra senão ORIENTAR, esclarecendo os adeptos da Religião de Umbanda, principalmente aos diretores das instituições umbandistas. E a Umbanda é, repetimos - uma corrente de luz e verdade a serviço da Caridade - sua finalidade é tornar o homem melhor - quem assim não pensar e agir - certamente não é nem pode ser umbandista. (JORNAL DE UMBANDA, p.2, 1953).

Assim, ao longo de suas páginas, percebe-se tal sentimento de desconstrução por meio de debates e reflexões sobre o papel da religião de Umbanda dentro de uma perspectiva socialmente mais crítica e emancipadora, tal como a complexa interação entre as religiosidades em seu meio.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Referências:

BARBOSA JR., Ademir. *O livro essencial de Umbanda*. São Paulo: Universo dos Livros, 2014.

BERGER, Peter Ludwig. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2009.

CUMINO, Alexandre. *A história da Umbanda: uma religião brasileira*. São Paulo: Madras, 2015.

FAUSTO, Boris. *A história do Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ªed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

ISAIA, Artur Cesar. *O campo religioso brasileiro e suas transformações históricas*. Revista brasileira de história das religiões – Ano 1, nº3, Jan. 2009. p.95-105.

JORNAL DE UMBANDA: Orgão noticioso e doutrinário da União Espiritista de Umbanda. Rio de Janeiro: Edição nº 16 - 1952. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=111848&PagFis=2> Acesso em 29 jun. 2021.

_____ Edição nº 30 - 1953. 1953
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=111848&pagfis=27> Acesso em 27 de out. 2021.

_____ Edição nº 31 - 1953
<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=111848&pagfis=34> Acesso em 27 de out. 2021.

LIPOVETSKY, Gilles. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: BARCAROLLA, 2004.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

INVENÇÃO OU HISTÓRIA DE UMA REGIÃO? – OS CAMPOS GERAIS NA HISTORIOGRAFIA DE JOSÉ CARLOS VEIGA LOPES



Taufer, Paulo Henrique¹; Karvat, Erivan Cassiano.²

¹Universidade Estadual de Ponta Grossa; ²Departamento de História,
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

1. Introdução, demarcação do campo e problemática

Este projeto articula-se em um campo de pesquisa de teoria da história, *meta-história*, ou história da historiografia, portanto convertendo textos produzidos alhures por outro historiador – a obra do paranaense José Carlos Veiga Lopes (1939-2010) – e transformando-os em documentos, os historicizando, para que daí possamos abordar e discutir criticamente certos conceitos e como estes emergem em sua obra e ganham sentido. Para essa pesquisa, optamos pela noção de “região”, os Campos Gerais do Paraná e como Veiga Lopes a entende e define.

Discutir conceitos usados por historiadores significa admitir que estes são moventes, que podem ser resignificados e que a historiografia emerge de um tempo e espaços próprios, em meio a pressões e tensões. Recorremos aqui a Michel de Certeau, que em *A operação historiográfica*, deixa claro que “antes de saber o que a história diz de uma sociedade, é necessário saber como *funciona* dentro dela”⁸⁹. Portanto, saber o que o historiador pretende e almeja quando escreve história e *como* a produz, é fundamental. Nessa mesma esteira, José Carlos Reis afirma:

A história é uma fabricação do historiador a partir de um lugar particular. A verdade histórica não se refere a um além filosófico, exterior a um lugar-tempo determinado. Este lugar-tempo é uma sociedade, uma política, uma instituição. A pesquisa histórica é uma prática enredada nesses lugares. A história é uma atividade humana entre outras e faz parte da realidade social que ela trata. Este mundo social previu instituições em que se poderia praticar a história, instituições que estão conectadas às redes de poder que constituem uma realidade social determinada. Toda ideia emerge de um lugar; o gesto de historiador é aquele que leva as ideias ao seu lugar⁹⁰.

Assim, fazer a crítica dos discursos sobre o passado – de onde partem, finalidades políticas, campos culturais e imaginários que ocupam ou pretendem ocupar, estrutura narrativa, repertórios teóricos, etc – é a tarefa da história da historiografia, que na definição de Benatte e Saad consiste em:

⁸⁹ CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: _____. *A escrita da história*. Tradução de Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 76.

⁹⁰ REIS, José Carlos. O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica. In: _____. *O lugar central da teoria-metodologia na cultura histórica*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, 21.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

[...] investigar as formas de produção da verdade histórica, dentro de uma determinada época ou entre épocas diferentes, sendo esse discurso produto de historiadores profissionais ou não. Trata-se de um leque multiplicador de objetos e problemáticas que transcende os próprios limites da disciplina e de seu passado canônico; ou seja, a História da historiografia teria, por fim, questionar e problematizar a relação entre a produção discursiva da História e da “verdade histórica” em diferentes culturas históricas.



E:

A História da historiografia, entretanto, também apresenta-se como uma vontade de interrogar historicamente a relação articulada entre passado, presente e futuro dentro de determinadas culturas históricas, por meio da produção de narrativas, em geral escritas⁹¹.

Com isso, podemos falar que este é um campo profícuo para novas questões, por sua contribuição para um rigor conceitual cada vez maior e para um constante alargamento das possibilidades de pesquisa e novos problemas.

É o que pretendemos fazer com a obra histórica de José Carlos Veiga Lopes. Lê-la mais como documento e menos como bibliografia, desnudá-la e entender quais os meandros de sua *operação historiográfica* para compreendermos qual o sentido de “região” empregado por esse escritor, considerando que “o enriquecimento dos repertórios de lugares [conceitos] é o único progresso que o conhecimento histórico pode fazer; a história não poderá nunca dar mais lições do que dá presentemente, mas ela poderá multiplicar ainda as questões”⁹². Este será nosso campo, ou nossa *intriga*⁹³. Adiante traremos nossa *tópica* e problemática em mais detalhes, mas antes precisamos apresentar quem foi nosso sujeito em questão.

José Carlos Veiga Lopes nasceu em Curitiba em 1939, onde também graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná. Intelectualmente, desenvolveu estudos e publicou romances de caráter regionalista, dos quais lhe renderam reconhecimento nos círculos intelectuais paranaenses e o fizeram adentrar na Academia Paranaense de Letras. “Verifica-se na sua bibliografia (*Sapecada; Esboço Histórico da Fazenda Santa Rita; As Aves do Céu Têm Ninhos; Curucaca e Açoiteira*), nada menos de cinco títulos relacionados com a vivência rural, delineados numa nítida homogeneidade regional”⁹⁴. Além dessas obras ficcionais, também publicou diversos artigos em periódicos de Curitiba e sobretudo na Revista da Academia Paranaense de Letras. Nesse ponto, alguns textos de pretensão histórica começaram a aparecer e demonstrar que os Campos Gerais são mais do que uma matéria-prima para sua literatura, mas também um objeto de pesquisa histórica. O resultado dessa pesquisa, baseada em enorme massa documental, foi a publicação de oito livros: *Raízes de Palmeira* (2000); *Origens do Povoamento de Ponta Grossa* (2000); *Antecedentes Históricos de Porto Amazonas* (2000); *Informações Sobre os Bens de Nossa Senhora das Neves no Paraná* (2002); *Primórdios das Fazendas de Jaguariaíva* (2002);

⁹¹ BENNATE, Antonio Paulo e SAAD, Cesar Leonardo Van Kan. *História da historiografia paranaense: matrizes & mutações*. Londrina: Eduel, 2019, p. 14.

⁹² VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História*. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 270.

⁹³ *ibidem*, p. 47-50.

⁹⁴ ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. Cadeira 14 - 2º Ocupante, 2016, Disponível em: <<http://academiaparanaensedeletras.com.br/cadeira-14/cadeira-14-2o-ocupante/>>. Acesso em: 29/06/2021.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Introdução à História de Tibagi (2002); *Fazendas e Sítios de Castro e Carambeí* (2004); *História da Fazenda Rita* (2005). Nessas obras, o autor buscou empreender uma rígida demonstração de que os Campos Gerais – suas cidades e localidades mais antigas –, possui um passado de ocupação e desenvolvimento agrário, político e social, coesos, dessa forma, para além dos costumes cotidianos, já retratados em sua literatura, haveriam acontecimentos, estruturas, agentes e uma temporalidade compartilhados por esses municípios vizinhos e que tais elementos e fatos precisariam vir à tona, esclarecendo dúvidas gerais sobre esses “primórdios” da história paranaense.

Logo, mesmo sem a formação profissional(?), Veiga Lopes é um historiador (“marginal”?), preocupado com a regionalidade e que voltou-se rigorosamente para o arquivo e às fontes primárias; que mesmo fora do âmbito acadêmico tradicional, estava ligado a uma instituição de saber – uma instituição que não está no centro da produção de discursos sobre o passado, mas que é e conta com nomes que são destaque na produção de sentidos culturais sobre o Paraná e seus regionalismos – ; e que produziu uma volumosa obra escrita e cujo timbre e sentido narrativo estão carregados de intenções, constituindo-se em discurso passível e possível de ser colocado algumas problemáticas.

Como foi tramado o tecido do discurso historiográfico no e *sobre* o Paraná é um tema bastante discutido nos últimos anos. Entender como essa historiografia se constituiu pode ser um ponto de partida para a compreensão de certos discursos e imaginários sobre o próprio Paraná e o ser paranaense. A recente obra organizada por Antonio Paulo Benatte e Cesar Leonardo Van Kan Saad, *História da Historiografia Paranaense* é exemplar desse ponto ao agrupar diversos artigos que tratam da historiografia paranaense como objeto de problemática sob amplos matizes e perspectivas. Segundo os autores:

[...] os discursos e as narrativas historiográficas participam da construção simbólica e política do nacional, do regional e do local; eles criam “comunidades imaginadas” (ou desconstróem esse imaginário); alimentam sentimentos de pertença, de identificação e de integração social (ou criticam e desnaturalizam esses mesmos sentimentos). Em outras palavras, os processos de legitimação dos imaginários e ideários regionais são permeados por relações de poder e por ideologias inseparáveis das estruturas e conjunturas políticas, sociais e econômicas. O próprio conceito de região tem sido bastante problematizado e, afinal, desconstruído⁹⁵.

E é essa nossa intenção com este projeto, ou seja, nossa *tópica*. Investigar como se dá essa concepção, qual o sentido, os sentimentos e processos de legitimação da “região” dos Campos Gerais do Paraná em Veiga Lopes; como essa ideia aparentemente regra e guia sua pesquisa e se este conceito de “região” emerge como um problema ou se o pesquisador está interessado apenas nos fatos descritos nas fontes e no pretense “estatuto de verdade” que decorreria diretamente delas. Para tanto, dialogaremos com os problemas expostos nas reflexões de Durval Muniz Albuquerque Júnior que critica duramente uma certa história regional considerada mais “tradicional” e que sempre tomou a região:

⁹⁵ BENATTE e SAAD, 2019, p. 17.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

[...] como um dado prévio, como um recorte espacial naturalizado, a-histórico, como um referente identitário que existiria per si, ora como um recorte dado pela natureza, ora como um recorte político-administrativo, ora como um recorte cultural, mas que parece não ser fruto de um dado processo histórico. A história ocorreria na região, mas não existiria história da região⁹⁶.



Podemos entender que essa história regional criticada por Albuquerque Jr., é a mesma de que fala Maria Yedda Linhares, concebida “como história econômica e social por excelência”⁹⁷ preocupada fundamentalmente com aspectos quantitativos e econômicos ligados ao campo da história agrária. Nesta mesma acepção, a Revista de História Regional, um periódico que vem publicando há mais de duas décadas estudos nesse campo da História e Região, em sua apresentação toma o conceito de região da seguinte maneira:

Diferentemente de uma abordagem tradicional, que a caracterizava como uma porção da superfície terrestre possuidora de determinadas características homogêneas e limites geográficos e/ou políticos rígidos, a noção de “região” é, atualmente, concebida como um artefato sociocultural mutante, uma produção de diferentes grupos, classes e culturas que a constroem mediante determinadas vivências e representações. Neste sentido, uma região é tanto um espaço físico, ambiental e material quanto um espaço imaginário, simbólico e ideológico. E uma dimensão é inseparável da outra. Considerando tal multiplicidade, definir a região implica estabelecer delimitações espaço-temporais para uma pesquisa⁹⁸.

Precisamos então pensar a região para além do recorte geográfico, tomando a história regional não apenas como a descrição dos acontecimentos num determinado recorte espacial, mas que sim, o regional se pensa e repensa o tempo todo. Aqui trazemos outra reflexão de Albuquerque Jr, que ao exemplificar o assunto, descreve que “a região Rio de Janeiro é um conceito espacial, que emergiu historicamente em um dado momento, é um acontecimento ou uma série de acontecimentos, e que passou por inúmeras leituras ao longo da história”⁹⁹. Vislumbramos em nossa proposta de pesquisa, substituir “Rio de Janeiro” por “Campos Gerais”, e a partir dessa historicidade conceitual, chegar à nossa pergunta de partida: *Como a região dos Campos Gerais emerge na obra historiográfica de José Carlos Veiga Lopes?*

Objetivos:

Geral

⁹⁶ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. O objeto em fuga: Algumas reflexões em torno do conceito de região. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 10, n. 17, 2008, p. 56.

⁹⁷ LINHARES, Maria Y. História Agrária. In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 245.

⁹⁸ REVISTA DE HISTÓRIA REGIONAL. Sobre a Revista. Disponível em: <<https://revistas2.uepg.br/index.php/rhr>>. Acesso em: 29/06/2021.

⁹⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. In: *Anais do XVIII Encontro de História*. Anpuh, Rio de Janeiro: 2008, p. 11.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Apresentar e analisar criticamente o conceito de região que emerge da obra de José Carlos Veiga Lopes, nomeadamente em seus oito livros publicados entre 2000 e 2005 que se propõe a contar a história dos primórdios dos Campos Gerais.



Específicos

- a) Apresentar a obra histórica de José Carlos Veiga Lopes, historicizando seu contexto de produção, seu lugar social, suas práticas e sua narrativa;
- b) Tomar o conceito de região reflexivamente, através de diálogo interdisciplinar, sobretudo entre história e filosofia, para pensar o regional não como dado a-histórico e meramente referenciado geograficamente, mas sim como um conceito movente que se pensa e repensa o tempo todo e cujas identidades em seu interior, se ressignificam constantemente;
- c) Contribuir para o crescimento do campo de pesquisa que tem a própria historiografia, no caso, a historiografia paranaense, como objeto;
- d) Compreender aspectos da apropriação do discurso histórico pela APL.

2. Metodologia

O primeiro passo de qualquer pesquisa histórica é definido por Michel de Certeau assim:

Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em “documentos” certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade ela consiste em produzir tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar esses objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto¹⁰⁰.

É neste primeiro gesto que estabelecemos uma relação *negativa* com um texto que anteriormente líamos sob olhar menos rigoroso ou com finalidades e expectativas diferentes. A leitura de textos históricos a fim de se conseguir aporte teórico e referencial bibliográfico, ou mesmo por pura curiosidade de interesse, apesar de atenta, não é do mesmo tipo da que lançamos quando nos dirigimos às fontes. Assim, converter textos historiográficos em documentos consiste em alterar radicalmente este seu estatuto. Tal necessidade radical é necessária para responder aos problemas de ordem teórica e epistemológica que acabam se impondo à medida que a historiografia busca expandir seus campos e também fazer a crítica de si mesma. Assim, teoria e metodologia acabam caminhando juntas, pois “em história como em qualquer outra coisa, uma prática sem teoria desemboca necessariamente, mais dia menos dia, no dogmatismo de ‘valores eternos’ ou na apologia de um ‘intemporal’”¹⁰¹.

Estabelecida nossa intenção teórica, e nosso objeto, precisamos compôr qual será nossa série documental. Optamos pelo conjunto de oito livros que pretendem, segundo seu próprio autor: “contar as origens do povoamento dos campos gerais paranaenses”¹⁰². Os títulos, já citados anteriormente, foram publicados entre os anos de

¹⁰⁰ CERTEAU, 1982, p. 81.

¹⁰¹ CERTEAU, 1982, p. 67.

¹⁰² LOPES, José Carlos. *Fazendas e Sítios de Castro e Carambeí*. Curitiba: Torre de Papel, 2004, p.5.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

2000 e 2005 e todos estão atrelados à chancela da Academia Paranaense Letras (APL), instituição que “tem por finalidade o cultivo, a preservação, a valorização e a divulgação do vernáculo, em seus gêneros científico, histórico, literário e artístico, podendo participar de iniciativas propícias ao desenvolvimento cultural do Paraná e do Brasil”¹⁰³. Aqui já temos um primeiro passo de operação quanto à análise da obra, ou seja, o seu *lugar*. É através e a partir da instituição que Veiga Lopes desenvolve seus estudos. É a APL que diz o que pode e o que não pode em seu discurso, que define o próprio conjunto de interesses do autor, que o molda. Especificamente:

Toda pesquisa historiográfica se articula com um lugar de produção sócioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração que circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de observação ou de ensino, uma categoria de letrados, etc. Ela está, pois, submetida a imposições, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam¹⁰⁴.

Deste modo, operaremos uma contextualização da APL como essa instituição de saber, com suas dinâmicas e projetos de poder, produtora de sentidos, com objetivos políticos de produção e associação. E claro, qual o contexto de Veiga Lopes enquanto membro desta Academia.

Seguindo na *operação historiográfica* descrita por Certeau, no que se refere à *prática*, não pretendemos explorar e avaliar as técnicas de análise de documentação empregadas por Veiga Lopes, mas sim, tratar da escolha das fontes e dos arquivos visitados em sua pesquisa e como essa escolha dialoga com seus problemas postulados. O objeto de suas obras são os Campos Gerais, sua história e suas “origens”, este objeto em si já parte de uma concepção apreendida anteriormente de fatos e datas, de uma cultura histórica própria. Assim, a série documental a ser questionada também será articulada sem se perder de vista suas concepções incipientes. A pesquisa histórica é a resposta a problemas postos no seu início e a verificação das hipóteses-respostas possíveis. “A partir da posição do problema, o historiador distribui suas fontes, dá-lhes sentido e organiza as séries de dados que ele também terá construído¹⁰⁵”. Logo, pretendemos encontrar as frequências quanto ao uso de certos tipos de fontes em uma recorrência significativa ao longo dos livros. Por exemplo: alguns autos de inventários e testamentos que são constantemente citados para demonstrar imbróglis jurídicos quanto à posse de terras e listas de ordenanças das cidades de Curitiba e Paranaguá nos séculos XVIII e XIX que servem como fonte para a demografia das regiões em disputa por Portugal na época. Sobre esta organização dos documentos e sua relação com acontecimentos:

Efetivamente, o que é um acontecimento senão aquilo que é preciso supor para que a organização dos documentos seja possível? Ele é o meio pelo qual se

¹⁰³ ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. Regimento Interno, 2016. Disponível em: <<http://academiaparanaensedeletras.com.br/regimento/>>. Acesso em: 29/06/2021.

¹⁰⁴ CERTEAU, 1982, p. 66.

¹⁰⁵ REIS, 2019, p. 20.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

passa da desordem à ordem. Ele não explica, permite uma inteligibilidade. É o postulado e o ponto de partida – mas também o ponto cego – da compreensão¹⁰⁶.

E com esta ação já iniciar a compreensão dos sentidos pressupostos por José Carlos Veiga Lopes sobre a região dos Campos Gerais, ou mesmo se tais sentidos são irrefletidos, existindo como um não-dito¹⁰⁷.

Acreditamos que com essa descrição metódica, enunciamos um trabalho heurístico, ordenado pela nossa concepção de historicizar a própria historiografia e pela coerência de nosso problema com o estabelecimento das fontes. “A pesquisa histórica é ativada heurísticamente por meio da seguinte regra metódica: abrir sistematicamente os construtos narrativos do conhecimento histórico a novos conteúdos da experiência¹⁰⁸”. Porém, ainda falta definirmos como analisaremos o terceiro eixo da *operação historiográfica*, a *escrita*, pois, sendo a heurística:

[...] essa operação metódica, de extrair sistematicamente novas informações das fontes, só se torna propriamente histórica quando vai além da crítica e passa a *interpretação*. Por que isso? Em primeiro lugar porque os fatos obtidos pela crítica das fontes são enquadrados de modo metodicamente regulado, em construtos narrativos teóricos. Esses construtos estão dotados, pela heurística, da qualidade de poder promover questionamentos agudos e profundos. São eles que se constituem em perspectivas históricas para o enquadramento dos fatos em seu contexto (narrativo)¹⁰⁹.

Ou seja, trazendo a interpretação vinda da leitura sistemática de Veiga Lopes, poderemos num primeiro passo, checar como o *lugar* de onde fala e seu *labor* finalmente se expressam em uma narrativa, através de uma “urdidura de enredo¹¹⁰”, e em sequência problematizar como o próprio conceito de região emerge (dos Campos Gerais) neste enredo.

Esta interpretação de leitura terá como princípio uma “seriação”, ou seja, “um método que consiste em recolher, para interpretar um fato, o maior número possível de ocorrências desse fato: recolher todos os empregos dum palavra dada nos textos conservados, ou todos os exemplos dum costume, é cara aos historiadores¹¹¹”. Assim, a propósito de demonstração, com uma leitura prévia dos textos de Veiga Lopes aqui discutidos, percebemos certas recorrências bastante comuns quanto ao uso de palavras. Destacamos aqui os termos “fazenda” e “sesmaria”; ao longo dos quatro primeiros capítulos (28 páginas) do livro *Introdução à História de Tibagi*, o primeiro termo aparece 45 vezes, enquanto o segundo ocorre 69 vezes; em *Origens do Povoamento de*

¹⁰⁶ CERTEAU, 1981, p. 103.

¹⁰⁷ “A colocação do relato veicula, por toda parte, uma relação tácita com algo que não pode ter lugar na história – um não-lugar fundador –, sem o qual, entretanto, não haveria historiografia. A escrita dispersa, na encenação cronológica, a referência de todo o relato a um não-dito que é o seu postulado”. *Ibidem*, p. 98.

¹⁰⁸ RÖUSEN, Jörn. *Reconstrução do Passado. Teoria da História II*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007, p. 112.

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 113.

¹¹⁰ WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: _____. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 2001, p. 100.

¹¹¹ VEYNE (1983, p. 211)

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Ponta Grossa, também nos primeiros quatro capítulos (28 páginas), “sesmarias” é utilizado 37 vezes, enquanto “fazendas”, 47; o mesmo acontece em *Raízes de Palmeira* (também nos primeiros 4 capítulos, em 21 páginas), com 41 e 39 usos, respectivamente para cada termo. Esta reincidência constante de termos ligados ao agrário, demonstra a preocupação de Veiga Lopes, não apenas em usá-los como meio de demonstrar a ruralidade e a base econômica que moveu a região, mas nos conta também sobre suas escolhas em se camuflar por trás da fonte, pois o termo “sesmaria¹¹²”, comum aos séculos XVIII e início do XIX – para descrever a requisição, compra e doação de terras para colonização e criação de gado ao longo do chamado Caminho das Tropas, durante o movimento do tropeirismo¹¹³ – e que aparece muitas vezes nesse enredo, seja no corpo das citações das fontes, seja como um termo caro ao próprio autor. Também essa escolha textual de citar as fontes de forma direta, longa e recorrente, demonstra como, a princípio, Veiga Lopes tenta fazer a verdade emergir das fontes, inclusive, tratando seu próprio texto como material para consulta primária das fontes, ou seja, como intermediador direto do saber contido nelas e o leitor:



Uma das críticas que recebemos é que havia muitos detalhes de famílias e datas, decidimos mantê-los, servirão de subsídios a pessoas que queiram estudar a genealogia dos ponta-grossenses. O mesmo acontece com as relações do gado, colocamos em detalhes para que alguém que queira fazer estudos sobre as propriedades rurais da região, tenha ideia do rebanho¹¹⁴.

Poderemos com isso também questionar sobre essa intencionalidade de seu texto, sobre essa busca narrativa que claramente se propõe a construir similaridades entre o que o autor *pensa* e o que as fontes *lhe* contam, ou o *quê* este *conta* das fontes através das citações:

A história como escritura desdobrada tem, então, a tripla tarefa de convocar o passado, que já não está num discurso no presente; mostrar as competências do historiador, dono das fontes; e convencer o leitor: “Sob esse aspecto, a estrutura desdobrada do discurso funciona à maneira de uma maquinaria que extrai da citação uma verossimilhança do relato e uma validade do saber. Ela produz credibilidade” (de Certeau, 1975, p. 111)¹¹⁵

Outro exemplo de recorrências, que pode ser entendida como uma delimitação temporal dos Campos Gerais e de quando começa a história da região, ou mesmo uma busca mítica das origens, uma delimitação ligada à invenção de regionalismos, é a seguinte frase: “Até o final do século XVII os Campos Gerais estavam despovoados,

¹¹² “Muito se tem discutido a respeito da origem da palavra sesmaria. Segundo alguns historiadores ela deriva de SESMA, medida de divisão das terras do alfoz; para outros origina-se de SESMO que significa parte de alguma coisa ou ainda do baixo latim caesina, sinônimo de incisão, corte, ou mesmo de sesmar, esmar, osman”. RITTER, Maria de Lourdes. *As Sesmarias do Paraná no século XVIII*. Instituto Histórico e Geográfico do Paraná. Estante Paranista V. 9. Editora Lítero-Técnica. Curitiba, 1980. p. 14.

¹¹³ LICCARDO, Antonio e PIEKARZ, Gil Francisco. *Tropeirismo e geodiversidade no Paraná*. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2017.

¹¹⁴ LOPES, José Carlos. *Origens do Povoamento de Ponta Grossa*. Palmeira: Cidade Clima, 2000, p. 3.

¹¹⁵ CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Tradução: Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 15.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

serviam apenas de passagem para os viajantes que de Curitiba iam para São Paulo¹¹⁶, presente em cinco das oito obras seriadas.

Esta seriação, aliada à *operação historiográfica* – que funcionará como guia de boa parte da pesquisa –, dialoga com as noções de *heurística*, *crítica* e *interpretação* desenvolvidas por Jörn Rösen em *Reconstrução do Passado*. E essas noções tomadas sob uma chave hermenêutica podem nos auxiliar nessa leitura aprofundada que tem por objetivo “descobrir” nuances alheias ao própria autor:

É preciso compreender os agentes, se se deseja saber o que realmente aconteceu por causa de suas ações. As suposições de sentido preconcebidas heurísticamente podem ser, assim, controladas intersubjetivamente¹¹⁷.

“Compreender os agentes”, tomamos isso como a compreensão do “agente” Veiga Lopes e por “suas ações”, seu discurso sobre o passado. Aprender sua operação de forma profunda e atenta compactua diretamente com esta intenção heurística.

Já a crítica hermenêutica consistiria em tratar os fatos descritos nas fontes como não mais:

[...] uma ação intencional ou de um complexo de ações, mas de sistemas de orientação de ações, de “significados” que sustentam culturalmente as intenções ou, em outras palavras - tomando a fórmula de Max Weber - de “ideias”, que direcionam os interesses¹¹⁸.

Trataríamos aqui de compreender os significados e os pressupostos teóricos, as concepções pré-determinadas de região, de história da região, do que são e seriam os Campos Gerais para Veiga Lopes quando este lança-se ao problema, aos arquivos e às fontes.

E finalmente a interpretação hermenêutica:

Para fortalecer seu potencial explicativo, ela [a hermenêutica] pode se servir de construtos teóricos que explicitam a qualidade cultural dos processos históricos. Tais teorias expõem em que consiste a subjetividade (de referência) dos contextos históricos de fatos compreensíveis¹¹⁹.

Assim, orientados pela problemática da “região”, tomada como algo transitório e dinâmico, dialogaremos com autores que buscam romper com uma historiografia que justamente pensa esse “construto teórico” da região como espaço geográfico imóvel, que não apenas não tem história, mas que sequer faria parte do campo da história humana ou um mero dado natural. Um dos primeiros a iniciar esta crítica foi Pierre Bourdieu:

Cada um está de acordo em notar que cada uma das “regiões” delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, *habitat*, tamanho da terra, etc) nunca coincidem perfeitamente. Mas não é tudo: a “realidade”, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais “naturais” apoiam-se em

¹¹⁶ Esta citação está presente em: *Origens do Povoamento de Ponta Grossa*, p. 5; *Raízes de Palmeira*, p. 5; *Antecedentes Históricos de Porto Amazonas*, p. 5; *Fazendas e Sítios de Castro e Carambeí*, p. 8. *História da Fazenda Santa Rita*, p. 14;

¹¹⁷ RÖUSEN, 2007, p. 139.

¹¹⁸ *Ibidem*, p. 141

¹¹⁹ *Ibidem*, p. 144.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima¹²⁰.

Este parecer crítico de Bourdieu está voltado principalmente a geógrafos, mas a ilusão da naturalidade da região ou de uma fundação que a define e a estanca sob determinados signos também esteve presente na história regional e é esta ilusão o que pretendemos de antemão evitar. Assim, fazer a crítica a uma historiografia regional é também criticar seus pressupostos do que é o regional, tomá-lo como uma invenção e fazer falar o *não-acontecimento*¹²¹ desse discurso:

Falar em região é também falar em subordinação, em exclusão, em desterramento, em banimento. Falar em região é se referir àqueles que foram derrotados em seu processo de implantação, àqueles que foram excluídos de seus limites territoriais ou simbólicos, àqueles que não fazem parte dos projetos que deram origem a dado recorte regional¹²².

E, finalmente, conectando esta função de uma história regional, propriamente com nossa metodologia de leitura crítica do discurso histórico, nas palavras de Durval Muniz Albuquerque Jr:

O historiador deve estar atento para os usos feitos dos textos historiográficos, de seu campo de saber, quando da elaboração de uma dada regionalidade. É preciso mapearmos o papel desempenhado pela historiografia na elaboração e realimentação das mitologias que sustentam o discurso regional, que constituem a realidade da região, que vêm se alojar na subjetividade daqueles que habitam o que seria uma região ou que se definem a partir de um dado pertencimento regional¹²³.

Fontes

A seleção de fontes foi feita conforme a problemática proposta foi se refinando e a metodologia exposta se colocou como adequada e possível, em especial, às obras históricas de Veiga Lopes que fazem recorte direto sobre a região dos Campos Gerais e publicadas entre os anos de 2000 e 2005:

- LOPES, José Carlos. *Antecedentes Históricos de Porto Amazonas*. Palmeira: Cidade Clima, 2000;
- LOPES, José Carlos. *Informações sobre os bens de Nossa Senhora das Neves no Paraná*. Palmeira: Cidade Clima, 2000;
- LOPES, José Carlos. *Origens do Povoamento de Ponta Grossa*. Palmeira: Cidade Clima, 2000;
- LOPES, José Carlos. *Raízes de Palmeira*. Palmeira: Cidade Clima, 2000;

¹²⁰ BOURDIEU, Pierre. Identidade e representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: _____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 115.

¹²¹ “[...] o não-acontecimento, são os acontecimentos ainda não saudados como tais [...] Chamaremos portanto não-acontecimento à historicidade da qual não temos consciência enquanto tal [...]”. VEYNE, 1983, p. 32.

¹²² ALBUQUERQUE JR., 2008, p. 58.

¹²³ *Ibidem*, p. 66-67.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

- LOPES, José Carlos. *Introdução à História de Tibagi*. Curitiba: J. C. V. Lopes, 2002;
- LOPES, José Carlos. *Primórdios das Fazendas de Jaguariaíva e Região*. Curitiba: J. C. V. Lopes, 2002;
- LOPES, José Carlos. *Fazendas e Sítios de Castro e Carambeí*. Curitiba: Torre de Papel, 2004;
- LOPES, José Carlos. *História da Fazenda Santa Rita*. Curitiba: Editora Progressiva, 2005;



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

**A RELAÇÃO ENTRE FICAR E SAIR: JOVENS E A PERMANÊNCIA NO
CAMPO NO CONTEXTO DAS LUTAS PELA TERRA NO ASSENTAMENTO
PIRITUBA/SP**¹²⁴



MARTINS, GIOVANA R.;² LAVERDI, Robson (Orientador).³
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

No vasto material encontrado sobre juventude na literatura contemporânea destaca-se a ausência acerca dos jovens camponeses assentados, identificando uma debilidade sobre assunto. Tendo em visto o contexto histórico do Movimento dos Trabalhadores Sem-terra, e sua notoriedade no discurso hegemônico dos últimos, mesmo que de maneira negativa, viu-se a necessidade de debater sobre a permanência dos jovens assentados, já que o senso comum afirma que juventude que não se interessa pela terra, bem como por seu uso. O objetivo deste texto é compreender a permanência, ou não, de jovens assentados no contexto da luta pela terra, e a identificação desses sujeitos com o MST. Foi recorrido à metodologia da história oral, em que foram feitas 4 entrevistas, com jovens de 19 a 28 anos, que viveram pelo menos a maior parte de suas vidas no assentamento. Para tanto, escolheu-se o Assentamento Pirituba, localizado nas cidades de Itapeva/SP e Itaberá/ SP, visto como local que expressa as conflitualidades do campo brasileiro.

Palavras-chaves: Juventude; MST; permanência; identidade.

Introdução

Fazer uma análise sobre a permanência de jovens assentados na luta pela terra não é uma tarefa fácil. Na literatura contemporânea é possível encontrar vasto material que trata sobre as questões ligadas aos jovens e suas perspectivas, entretanto, pouco se fala sobre a juventude camponesa. Acerca das pesquisas encontradas, ao que parece, a conclusão é certa: a juventude não se interessa na luta pela terra, bem como por seu uso. Esse pressuposto, em grande parte construído pelo discurso hegemônico, deslegitima o percurso em que o campo, e a luta ali construída passou. O intuito deste texto é discutir, mesmo que parcialmente, a permanência ou não de jovens assentados na luta pela terra, a fim de entender as questões envolvidas no fenômeno.

O MST é considerado por alguns autores, caso de Claudinei Coletti (2005), como o maior movimento social atuante no Brasil é um dos personagens desta pesquisa. O senso comum alega que os jovens que tiveram suas vidas vinculadas ao movimento

¹²⁴ Este texto corresponde a um desdobramento de uma pesquisa de PIBIC/PICV sob título *Jovens e a permanência no Campo no contexto da luta pela terra no Assentamento Pirituba/SP*, sobre orientação do Prof. Dr. Robson Laverdi, junto ao Núcleo Memória, Cultura e Natureza.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

pouco se interessem em continuar a trajetória camponesa. Porém, o MST surge a partir das crises do sistema geradas durante a ditadura militar, vendo a terra novamente como um meio de subsistência. Segundo Coletti (2005), uma vez que a estrutura urbana não dá conta de cessar as necessidades básicas de sua população, que passa a sofrer com a desestrutura deste lugar, o campo é novamente visto uma possibilidade de sobrevivência, fazendo com que o êxodo do urbano para rural seja real. Assim, considerar a afirmação exposta uma verdade absoluta é desconsiderar trajetória de lutas da população camponesa.

Para que esta pesquisa se tornasse efetiva, a escolha do espaço em análise não fora feito de forma arbitrária. Para Ana Terra Reis (2013), o Assentamento Pirituba representa grande parte das conflitualidades inerente ao campo brasileiro, e demonstra o percurso traçado pela massiva parcela da população camponesa. Sua trajetória é ligada a conflitos no campo, com disputas de grilagem e prevaricação de terras.

Como estratégia de produção de informações, foi recorrido ao método de história oral, com divisão das entrevistas em eixos temáticos, sendo eles: infância, trabalho, gênero, geração e educação. Elementos considerados, a partir da bibliografia previamente realizada, importantes na vivência do jovem camponês. Ao todo, foram produzidas quatro entrevistas, com jovens maiores de idade, que nasceram ou estiveram a maior parte de suas vidas ligadas ao campo. Quer seja aqui a narrativa, que para Ivone Cordeiro (1997) está associada a experiência humana, construída pelo processo histórico. Portanto, a intenção não é contar a vida como de fato fora, mas sim a percepção destes sujeitos sobre suas vivências e seus personagens.

Para a coleta de conteúdo, todo material fora gravado e transcrito de modo a compreender o discurso dos sujeitos. Com objetivo de traçar novos mapas de compreensão, a análise foi feita a partir dos eixos norteadores da pesquisa, para captar informativos que se repetem nas entrevistas, a fim de elaborar um plano geral de avaliação e tratamento das fontes.

O MST no Sudoeste Paulista: a trajetória do Assentamento Pirituba

Em 1981 inaugurava as ocupações no Assentamento Pirituba, situado nas cidades de Itapeva e Itaberá, ambas no Estado de São Paulo, após longo processo rescisório dos direitos civis pela ditadura militar, que interrompeu as lutas camponesas. A história da Fazenda Pirituba, como era conhecida na região, foi marcada por três grandes ocupações, sendo elas em 1981, 1982 e 1984, com apenas a última liderada pelo MST. Mas antes de ser expor o objeto desta pesquisa, a juventude camponesa, creio ser necessário analisar o local em que se encontram os sujeitos do trabalho, uma vez que o aspecto material influencia nas noções subjetivas individuais.

Para Edward P. Thompson (1981) a experiência afeta todos os sistemas densos da vida social, e ajuda a determinar grande parte das decisões futuras. Falar sobre experiência humana é tratar sobre relações que perpassam pelo espectro da subjetividade, entretanto, ela não se refere apenas no campo das ideias. O sujeito a experimenta através dos sentimentos, da cultura, e dos aspectos materiais:

A “experiência” (descobrimos) foi a última instância gerada na vida material. Foi estruturada em termo de classe, e, conseqüentemente e o “ser social”

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

determinou a “consciência, social... As maneiras pelas quais qualquer geração viva, em qualquer “agora”, “manipulam” a experiência desafiam a previsão e fogem a qualquer definição estreita de determinação (THOMPSON,1981, p. 189).



O local afeta diretamente as percepções da identidade, e determinada parte da identificação do indivíduo nas dinâmicas de sociabilidade. A experiência está estruturada em termos de classe, sendo ela um fator decisório na criação da consciência social. Thompson nos assevera uma vez mais que qualquer geração pode vir a fugir da previsibilidade de definições determinantes, entretanto, fatores sócio-históricos são norteadores para avaliar o tempo presente, e as relações do agora. Para Leandro G. R. Lopes e Denis B. de Carvalho (2017) o contexto histórico não atua somente no espaço, mas também na produção de identidade, em um processo dialético.

A luta pelo sudoeste paulista traçou um percurso em consonância com a resistência camponesa, o que demonstra que ser trabalhador camponês, que sofrem por processos de exclusões, pressupõe contestação. Segundo Reis (2013), essa constatação permite chegar a novas conclusões, que diverge com o discurso vigente:

É neste processo de expropriação que o camponês, em busca de sua reprodução, recusa-se a se inserir em outra forma de sociedade, ou seja, recusa-se a se “descampenizar”, assim, organiza-se e resiste. Essa resistência é uma resistência de classe (REIS, 2013, p. 123).

Para a autora o Assentamento Pirituba foi palco de inúmeros conflitos de terra, como cenário de grilagem de terras, corrupção de funcionário público e divergências entre camponeses e grileiros. A pesquisadora também assegura que a história da região antecede os anos de 1950, o que evidencia o longo percurso vivido pela posse da terra. A área possui uma conflituosa trajetória, que remonta ao governo de Adhemar de Barros, governador do Estado de São Paulo entre 1947 e 1951:

O governador Adhemar de Barros projetou, então, instalar ali um polo destinado à ampliação da lavoura do trigo. Para isso entregou a fazenda a um agrônomo italiano chamado de Lino Vicenzi. Este deveria trazer famílias da Itália que receberiam todo o apoio do Estado no âmbito de uma grande campanha pelo abastecimento interno de trigo (REIS, 2013, p. 124).

A região ganha notoriedade pelo Estado, que enxerga um meio lucrativo em prol da agricultura para industrialização. O episódio montado por Adhemar de Barros não é exclusivo, e se torna uma constância no local, que vira notório para as autoridades políticas. Além disso, com a chegada agrônomo Lino Vicenzi, os camponeses que moravam na região passam a sofrer os mandos do italiano, que age como se fosse proprietário das terras, e as usufrui da forma que bem entende, sem a fiscalização necessária.

Mesmo com os percalços sofridos pela comunidade camponesa, Reis (2013) afirma que os trabalhadores passaram a resistir as inúmeras formas de precarização, afim de fugir da exponencial proletarização do campo. Assim, creio que o Assentamento Pirituba demonstre as possíveis contradições em cena do campo brasileiro, que vem experienciando as mazelas em decorrência do neoliberalismo crescente. A

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

juventude camponesa é alicerçada pelos processos de resistência, mas em contraposição sofre com o desmonte do meio rural, e o preconceito por pertencerem ao campo e ao MST. Devido a onda conservadora, aliada ao fanatismo religioso, movimentos sociais como o MST são constantemente atacados.

Os pontos mencionados configuram a vida dos jovens assentados, que corriqueiramente são descritos como sujeitos individualistas e narcisistas. Segundo Hebe Gonçalves (2005), as correntes mais tradicionais não avaliam as particularidades da juventude de países emergentes, que se encontram em outra esfera relacional. A partir disso, o caminho para este trabalho foi o da avaliação sobre a juventude rural no contexto social brasileiro, para não perder de vista a singularidade trazida pela circunstância agrária.

Ser jovem camponês, e as dinâmicas que o produz

O debate sobre juventude vai além do recorte populacional, situa principalmente as relações e configurações sociais em que estão imersos. Para isso, nas entrevistas fizeram discussões acerca a juventude camponesa e suas particularidades, por se tratar de uma categoria que representa identidades sociais e suas dinâmicas de processo. A socióloga Elisa Guaraná de Castro (2009) afirma que ser jovem do campo é uma forma de classificação social, que estabelece padrões hierárquicos e sociais. Com isso, alguns estigmas que rondam essa população se reproduzem constantemente pelo ideal já fixo.

Para a pesquisadora, a juventude camponesa há muito é associada ao processo migratório brasileiro. Obviamente isto tem relação a um padrão de pensar já previamente existente, pelas teorias mais conservadoras, que como já em menção, não avalia os aspectos particulares desses sujeitos. Todavia, simplesmente descartar esse fato é ignorar a forma de vida imposta ao campo no Brasil, e a situação compulsória pelo sistema financeiro. Parte das pesquisas que tratam sobre a juventude alega a falta de interesse pela continuidade do campo, e temem pelo futuro da comunidade, porém, existe também a literatura, que igualmente teme pela continuidade dessas populações, mas afirma a inexistência de meios viáveis para permanência. Ora, visto o baixo número de ocupações e desapropriações dos últimos anos, e do aumento exponencial das famílias já assentadas, me aproximo mais da segunda corrente.

Bernardo Mançano Fernandes (2008) diz que na primeira década do século XXI, as mudanças conjunturais fizeram que o campesinato entrasse em conflito com as transnacionais e os grandes latifúndios. Mesmo com a chegada de governos progressistas, e do aparente apoio ao MST, a campo continuou a mercê do agronegócio, considerado um dos maiores apoiadores e beneficiário do governo Lula, por exemplo:

O agronegócio é uma das forças do arco de alianças que apoia o governo Lula. O presidente Lula tem feito claras declarações de admiração pelo agronegócio. Como afirmamos na primeira parte deste artigo, o agronegócio está se apropriando das terras dos latifúndios e quer manter um estoque de terras para o futuro próximo, principalmente para a expansão da cana de açúcar para produção de agroenergia (FERNANDES, 2008, p. 06).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Diferente de outros mandatos, e em especial o que vivesse hoje, os governos do Partido dos trabalhadores teve como característica o diálogo com os movimentos camponeses e, assim, manteve uma estreita aproximação. Entretanto, o presidente Lula investiu mais na regularização de terras fundiárias, do que expropriação de novas terras. Isso tornou o processo mais lento, dificultando a conquista de novas áreas. O caminho aqui em discussão é importante para compreender a atual juventude, que há tempos experiência a debilidade do campo. Castro (2009) diz que parte do desejo de sair da terra decorre da desvalorização do meio rural, de querer viver em um lugar melhor:

Podemos afirmar que essa construção é fruto da percepção do tempo vivido em uma área rural desvalorizada socialmente nos espaços urbanos que frequentam, tanto nas referências estigmatizadoras sobre a sua população, quanto pela “exclusão” ao acesso aos serviços públicos e mesmo aos privados (CASTRO,2009, p. 192).

A burguesia domina as esferas da vida, e se apropria da forma que melhor a convém. O abandono é sistêmico, e configura uma serie de ajustes sociais a favor da política agraria, ainda em ascensão em um país agroexportador, como o Brasil. Mas é engano pensar que a juventude se submete ao poderio da elite agraria. Para análise deste assunto, o conceito de cultura de Raymond Williams (2015) se faz necessário. Mesmo que as camadas populares não tenham livre acesso as instituições, que em sua maioria são produtoras do pensamento burguês, a produção cultural destas comunidades continua trabalhando intensamente, com as suas próprias instituições em expansão. Sendo assim, mesmo que a juventude seja excluída de espaços, por motivos de preconceito social ou inviabilidade econômica, eles não os interessam em grande parte das vezes.

Segundo Lopes e Carvalho (2017) é o espaço de convivência que determina parte da identidade do sujeito. Mesmo que para alguns jovens o processo de luta pela terra pertença a um contexto mais longínquo, a relação entre o acesso à terra e a construção da identidade estão implícitos na subjetividade individual, corroborando no processo de pertencimento. Porém, a decisão de permanecer ou não a terra, implica outros fenômenos sociais, que precisam ser discutidos.

A juventude do Assentamento Pirituba: as relações de pertencimento e permanência

A cultura para Glifford Geertz (1989) é composta por estruturas psicológicas que guiam os comportamentos de um grupo ou de um indivíduo. Como já mencionado, ela fora construída no campo material, e corrobora no processo de identidade e identificação individual. Entretanto, as dinâmicas sociais vigentes, em conjunto com o contexto de vida, integram a experiência dos jovens aqui em análise, e precisam ser levados em conta.

Segundo Maria Tereza Castelo Branco (2003), uma das principais reivindicações quanto a evasão do campo para cidade está relacionada com a falta de emprego. Ao que parece, a juventude camponesa se preocupa com a estabilidade financeira, e fogem do estigma de sujeitos individualistas e despreocupados. Essa mesma questão foi percebida

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

nos jovens do Assentamento Pirituba, que revelaram em suas narrativas esta preocupação presente em suas vidas.

Nos últimos anos, houve um aumento das famílias assentadas, porém, a área produtiva não cresceu na mesma proporção, tornando o espaço limitado para número de pessoas que ali vivem. Com a pouca abertura política dada aos atuais governos, e a disparidade social exponencial, muitos jovens se vem obrigados a sair da terra a procura de melhores oportunidades. Segundo dados feitos pelo Instituto de Manejo e Certificação florestal e agrícola (Imaflora), em 2020, o índice de Gini estava na média do 0, 73%, confirmando a alta taxa de desigualdade de distribuição de terras no país. Assim, o questionamento é claro: com a falta de espaço no Assentamento, e o baixo número de empregos no campo, qual a melhor alternativa para a juventude camponesa? Bem, apesar de não haver uma resposta certa para pergunta, para a agrônoma Dyane, de 28 anos, a incerteza do campo é uma das principais motivações da saída dos jovens:

Na verdade, a maioria das pessoas sempre vão sair daqui, mas é a raiz que a gente tem aqui então a gente reluta para ficar aqui. Eu mesma, se eu for pensar, eu teria que sair daqui para conseguir alguma coisa na minha área. Então as oportunidades que têm aqui, é de você planta, e viver do que você planta, essa é a oportunidade que tem aqui (Dyane Proença, 28 anos).

A entrevistada conta que a instabilidade salarial torna a permanência mais difícil, já que tudo depende da colheita nas lavouras: “Agora no campo, você consegue sobreviver, só que você não tem todo mês esse dinheiro, é por lavoura, aí nesse tempo você tem que sobreviver com que você tem. Por isso que muitos saem, e voltam” (Dyane Proença, 28 anos). O Estado, responsável pela manutenção básica dos cidadãos, se destituiu dessa responsabilidade. Parte do problema poderia ser sanado com o auxílio governamental, através de créditos rurais mais flexíveis e com juros menores, que para Coletti (2005), são historicamente destinados aos latifundiários e ao agronegócio. Apesar dos avanços conquistados pelos trabalhadores camponeses, como o aumento da área campesina e a regularização fundiária, é preciso lembrar que a desconcentração de terras não acontece, como mostra Fernandes:

A reforma agrária é compreendida pelas mudanças na estrutura fundiária de um país. No caso do Brasil, essa mudança está ocorrendo, mas a desconcentração fundiária não. O Brasil amplia do território agrícola e a concentração de terras (FERNANDES, p. 08)

Outro ponto importante visto no percurso foi quanto a memória dos pais e avós, aparentemente significativa a esses sujeitos, que assim demonstram a força da memória coletiva na localidade. Fernanda Ramos, de 20 anos, fala com gratidão pela luta dos pais, que chegaram em situações precárias, e tiveram de enfrentar a adversidade:

Como jovem eu vejo como se tudo fosse mais fácil, né. Porque eu não passei pelas lutas; não passei pela barraca, não passei por outras conquistas. Porque quando eu cheguei já estava tudo pronto. Estou, né, só você seguir agora!”. Então é a facilidade, mas eu conheço sim as lutas dos nossos pais, todos aqueles que estão aqui. Estou numa também luta até hoje, por todos que estão também lutando (Fernanda Ramos, 20 anos).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Destacasse que todos os jovens entrevistados, de alguma forma, demonstraram respeito e carinho pela luta dos antecessores, além de contar a memória como se ela fosse sua também. Uma lembrança na qual todos, não vivenciaram de fato. Lopes e Carvalho (2017) vão denominar isso de identidade de luta, que está relacionada a história de inserção do grupo a terra. Para os autores, até mesmo aquele que vieram quando pequenas, ou nasceram já no assentamento, se percebem enquanto lutadores. Foi por meio da luta que conquistaram direitos e adquiriram um pedaço de terra para a sobrevivência.

Embora o processo da legitimação destas conquistas tenha ocorrido na legalidade do Estado de Direito, eles expressaram o preconceito em que vivem por pertencerem ao MST. Disseram ser tidos como baderneiros, invasores e ladrões, tanto pelas pessoas da cidade, quanto pela grande mídia. Esses termos designados reproduzem um ideal social de que o MST viola o direito ao acesso a propriedade privada. Com isso, são incutidos valores individuais na esfera pública, uma vez que esse discurso adentra o âmbito política pela bancada conservadora e ruralista. Mas para os jovens, a identificação e interação com os companheiros, permite entender a importância dos assentamentos, e necessidade da reforma agrária para a sociedade. Para Cauê Sanchez o estigma é presente em sua vida, mas com a ajuda de seus pares, consegue fazer uma análise crítica sobre o discurso que reverbera na mídia:

Tipo, invasores, gente que invade essas coisas e tal. Que a gente rouba terra. Não! Mas... eu comecei a perceber mais pelas atividades do movimento que eu comecei a participar, tipo, eu vou ...Eu nunca, tipo, tive um olhar crítico, tal, depois que eu comecei a ter um olhar crítico, que eu comecei a perceber “Nossa, as atividades do movimento não é assim como eles falam na TV (Cauê Sanchez, 19 anos).

Um ponto em destaque pelos jovens é a interação com a comunidade como positivo. Isso para eles é encontrado apenas nas relações desenvolvidas no campo, já que creem que a dinâmica comunitária não seria possível na cidade, por não possuir meios que viabilizem essa prática, seja pelo ritmo de vida das zonas urbanas ou qualquer outro fator. Essa ideia de sociabilidade está relacionada com bem-estar social e qualidade de vida para muitos, que relatam que parte da juventude que sai acaba “adoecendo” quando longe dessas relações. Geovana Mariosi, de 23 anos, que hoje reside na cidade de Curitiba, diz sobre a importância que o modo de vida coletivo tem para sua vida, e que molda parte dos seus princípios:

Porque eu percebo que eu tenho muitos princípios, que são muito alinhados com as coisas que eu aprendi na vivência, não que alguém chegou para mim, sentou e explicou comigo, sabe? É algo muito mais vivencial. Por exemplo, dar muito mais valor para a refeição coletiva, é uma coisa que eu não tinha noção que na cidade grande não davam tanta importância para isso, pra (pausa), fazem as coisas muito rápido assim... E eu consigo perceber muito isso, durante esses anos de faculdade, porque eu morei em casa de estudante, né. E na minha casa de estudante, tive o privilégio de ter mais quatro meninas do MST. Então dezoito a gente era em cinco do MST, e o nosso andar hoje, tipo, visivelmente, são sete andares com moradoras lá, e visivelmente o andar que é mais amiga, que todo mundo é mais amigo... (Geovana Mariosi, 23 anos)

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A entrevistada também enfatizou o desejo por voltar a comunidade, e atuar profissionalmente no assentamento. A volta ao assentamento está associada a identificação com um modo de vida do lugar. Lopes e Carvalho (2017) denominam esse fenômeno de Identificação por Contraste. Para eles, os jovens reafirmam sua identidade camponesa após ir para o espaço urbano, por não encontrar aspectos necessários para si enquanto sujeitos. As alegações da juventude estão associadas a qualidade de vida, e as ligações sociais. Todavia, ficou evidente que as noções culturais também estão explícitas neste processo, uma vez que não se identificam com a cultura da cidade, que consideram muito distinta da que convivem.

A identificação com o campo, a interação entre comunidade, e a evidente melhor qualidade de vida são decisórios para a juventude assentada. Mesmo com a dificuldade que permeia o campo brasileiro, pelo aumento das áreas do agronegócio que sufoca os pequenos produtores, parcela dos jovens procuram permanecer na terra, e não (re) construir suas vidas no espaço urbano. Ao que indica, a juventude deseja construir e contribuir com o campo.

Considerações finais

A análise sobre a juventude camponesa é complexa, pois envolve avaliações tanto do contexto histórico do local, quanto as dinâmicas culturais implícitas nos sujeitos. Apesar deste trabalho ainda estar em fase inicial, é possível perceber que o Assentamento Pirituba é integrante de um problema nacional, que reverbera na vida da juventude assentada de maneira sistêmica. A aliança alicerçada entre governos neoliberais e agronegócio prejudica a vida dos pequenos agricultores, em especial aqueles que integram o Movimento dos trabalhadores sem-terra.

Apesar do MST ser considerado um dos maiores movimentos da América Latina, sua história é marcada pela conflitualidade inerente ao campo brasileiro. Essa trajetória seguida pelo movimento camponês, reflete no local desta pesquisa, o Assentamento Pirituba, e em sua juventude. Os jovens, comumente vistos como individualistas e narcisistas, ao que parece, se preocupam com o futuro e a estabilidade financeira. A principal alegação entre eles é quanto a falta de oportunidades de emprego, visto que a área assentada é limitada quando comparada ao número de pessoas. Mesmo que muitos queiram ficar alegando a melhor qualidade e modo de vida, alguns afirmam que é o único meio que parte da juventude encontra é a saída da terra.

Durante o percurso deste trabalho, destacou a identificação da juventude camponesa com o local de pertença e a trajetória de seus pais. Ambos os elementos aparecem como significativos aos sujeitos. Contudo, a decisão de permanecer, ou não, na terra está alinhada ao campo material em que estão submetidos, e ao contexto sócio-histórico vigente. Por fim, a pesquisa ainda encontra resultados parciais, mas evidenciou que o caminho percorrido pela juventude não é simplista como alega o senso comum.

Referências

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

BARBOSA, I. C. A experiência humana e o ato de narrar: Ricouer e o lugar da interpretação. Rev Bras. de Hist, v.17, nº 33, 1997.

BRANCO, M. T. C. Jovens sem-terra: identidades em movimento. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

COLETTI, C. A trajetória política do MST: a crise da ditadura ao período neoliberal. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas, [S. l.], 2005.

FERNANDES, B. M. O MST e as refirmas agrárias do Brasil. Boletim DATALUTA, 2008.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Ltc- livros técnicos e científicos editora S.A. Rio de Janeiro, 1989.

MARTINS, G. R. Entrevista com Cauê Sanchez para o projeto “Jovens e a permanência no campo no contexto das lutas pela terra no Assentamento Pirituba/SP”, realizado no município de Itapeva/ SP, em data 29 de janeiro de 2020, áudio mp3, 62 min.

_____. Entrevista com Dyane Proença para o projeto “Jovens e a permanência no campo no contexto das lutas pela terra no Assentamento Pirituba/SP”, realizado no município de Itapeva/ SP, em data 29 de janeiro de 2020, áudio mp3, 0:25:39:5.

_____. Entrevista com Fernanda Ramos para o projeto “Jovens e a permanência no campo no contexto das lutas pela terra no Assentamento Pirituba/SP”, realizado no município de Itaberá/ SP, em data 15 de janeiro de 2020, áudio mp3, 0:26:02.7.

_____. Entrevista com Geovana Mariosi para o projeto “Jovens e a permanência no campo no contexto das lutas pela terra no Assentamento Pirituba/SP”, realizado no município de Itapeva/ SP, em data 17 de janeiro de 2020, áudio mp3, 85 min.

REIS, A. T. Sobre a Luta, as Políticas Públicas e a Emancipação: o caso do Projeto de Assentamento Pirituba II, em Itaberá e Itapeva - SP. *Serviço Social em Revista*, vol. 16, n o 1, 2013.

LOPES, L. G. R; CARVALHO, D. B. de. Juventude assentada e a identidade vinculada com a terra. *Psicologia & Sociedade*, v. 29, 2017.

THOMPSON, E. P. A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

WILLIAMS, R. Recursos da Esperança: cultura, democracia, socialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 5

AS EQUIPES MULTIDISCIPLINARES E AS REPRESENTAÇÕES CONSTRUÍDAS SOBRE AS QUESTÕES INDÍGENAS NA ESCOLA (2015-2019)



Motta, Hélia Nogueira Ferreira¹

¹Mestranda do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa

O presente texto trata-se de minha pesquisa de mestrado a ser desenvolvida junto, à Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e ao Grupo de Estudos em Didática da História (GEDHI), sob a orientação da Profa. Dra. Maria Paula Costa. A deliberação 04/2006-CEE/PR implementou, no estado do Paraná, por meio da Secretaria da Educação, a formação de equipes multidisciplinares em todas as escolas públicas do Estado, cujo objetivo era garantir que as relações étnico-raciais seriam abordadas no processo educacional. Porém, ainda não é incomum na prática da sala de aula nos depararmos com uma visão estereotipada e muitas vezes pejorativa sobre os indígenas. Partindo desta realidade pretendemos problematizar quais representações foram construídas sobre os indígenas nas ações e encaminhamentos que tais equipes multidisciplinares formadas nas escolas desenvolveram no período de 2015 a 2019 em duas escolas pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Guarapuava. Para tanto, analisarei os planos de ações, os memoriais descritivos da equipe e as orientações enviadas pela Secretaria de Educação do Paraná que tinham a função de organizar a composição e o funcionamento dessas equipes. Deste modo, mostra-se relevante analisar o papel das equipes que viabilizaram medidas práticas para serem discutidas com os estudantes e/ou comunidade escolar a respeito da questão indígena. Portanto, essa pesquisa busca por meio das análises das ações instituídas no âmbito escolar investigar as representações que estão sendo construídas sobre as questões indígenas, possibilitando problematizar se tais representações reforçam ou desconstróem estereótipos ainda presentes nos discursos dos estudantes no dia a dia escolar. Assim, esperamos contribuir para uma educação que problematize com seus estudantes os lugares dos sujeitos na nossa sociedade.

1. Povos Indígenas e a Lei nº 11.645/08.

Com a Lei 11.645/08 para o estudo da História e cultura indígena surge a necessidade de revisão do Ensino da História. Nos currículos escolares e livros didáticos a temática indígena era apresentada somente quando se abordava a História do Brasil e

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

História da América, com uma visão eurocêntrica. Conforme salienta Bittencourt (2013, p. 101) “Os povos indígenas se inserem em tópicos da fase denominada Colonização, sendo que nos períodos posteriores à constituição do Estado Nacional, desaparecem de cena.” O esquecimento histórico dos povos indígenas no currículo escolar pós-República, está integrado a uma tradição histórica.

A tradição histórica, muitas vezes, buscou privilegiar “fatos” da história europeia que não enfatizou a História e cultura dos povos indígenas, que lutaram para manterem sua identidade cultural e ao mesmo tempo apropriar-se da cultura dos povos dominadores. Para muitos povos indígenas é uma luta constante para preservarem seus espaços, suas terras e a própria identidade.

As produções didáticas de História sofreram reformas significativas em consonância com a historiografia, entretanto, no que se refere às narrativas sobre os povos indígenas, as mudanças foram pouco significativas, principalmente em relação ao papel e a luta desempenhados pelas populações indígenas ao longo da história do Brasil, o que, de certa forma, pode indicar que as pesquisas sobre os indígenas ainda são em números menores que outras temáticas.

Assim, ainda não é incomum, na prática da sala de aula, nos depararmos com uma visão estereotipada e, muitas vezes, pejorativa sobre os indígenas. Partindo desta realidade, pretendemos problematizar quais representações foram construídas sobre os indígenas nas ações e encaminhamentos que as Equipes Multidisciplinares¹²⁵ formadas nas escolas, desenvolveram no período de 2015 a 2019 em duas escolas pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Guarapuava.

O ensino de história e da cultura indígena está respaldado pela Lei Federal nº 11.645/08, que torna obrigatório o estudo da história e cultura dos povos indígenas, no ensino básico de todo o Brasil. Esta pesquisa visa contribuir para implementação desta lei e estabelecer ponderações críticas sobre o ensino da temática indígena nas escolas e no meio acadêmico, por meio das produções que possibilitam debates críticos sobre as

¹²⁵ A deliberação 04/2006-CEE/PR implementou, no estado do Paraná, por meio da Secretaria da Educação a formação de equipes multidisciplinares em todas as escolas públicas do estado, cujo objetivo era garantir que as relações étnico-raciais seriam abordadas no processo educacional.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

representações construídas sobre os indígenas. Almejando o rompimento da naturalização construída sobre os povos indígenas ao longo do processo histórico.

Sendo assim, as instituições de ensino, públicas, particulares e universidades, que são locais por excelência de formação para a cidadania devem atuar para o fortalecimento das relações interétnicas positivas, para que a convivência entre as diversidades prevaleça com o diálogo e respeito, somente desta forma se alcançará os propósitos de uma sociedade democrática. A orientação nº 14/2015, “exige o entendimento dos processos de construção social de desigualdade e assimetrias como produtos históricos de dinâmicas de interação sociais contemporâneas que transformam diferenças em desigualdades” (BRASIL, CNE/CEB nº 14/2015, p.8). Portanto, os conceitos de identidade e Nação foram construídos ao longo dos séculos em bases étnicas, língua e religião que levou à invisibilidade dos povos indígenas. Diante de uma educação e ensino da história brasileira pautada historicamente eurocêntrica, os povos indígenas foram simplesmente ignorados, o que demonstra a construção desse preconceito que foi apreendido na sociedade, impedindo uma compreensão de respeito ao outro, esse processo histórico leva a compreender a formação da sociedade brasileira.

A necessidade da criação de uma lei como obrigatoriedade do estudo da História e cultura indígena, é importante, dentre outras coisas para compreender o porquê os povos indígenas desde o passado já reivindicavam seus direitos sobre a terra conquistada e hoje solicitam a difusão de seu passado aos não indígenas.

Dessa forma, esta pesquisa visa contribuir com o campo historiográfico da História, por meio de questionamentos sobre as visões deturpadas em que os povos indígenas são vistos, ora como um bom selvagem, protetor da natureza, ora como preguiçoso e que reclama por terras demais, visto como um empecilho ao desenvolvimento do país, estas questões necessitam serem debatidas e discutidas no campo de ensino da História, para uma nova forma de abordar a temática indígena e a aplicação da Lei nº 11645/2008. E a própria historiografia passou a reconhecer os povos indígenas como sujeitos capazes de interagir com a sociedade nacional sem parecer vítima ou um estorvo ao processo civilizatório.

Neste sentido, nossa investigação dialoga com o campo da Didática da História, porque ao investigar as representações que estão sendo construídas sobre as questões

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

indígenas problematizaremos se tais representações reforçam ou desconstroem a atribuição de sentido presentes nos discursos dos estudantes no dia a dia escolar. A Lei nº 11.645/2008 sinaliza um marco importante referente às conquistas e direitos estabelecidos ao reconhecimento dos afrodescendentes de povos indígenas, que visa desfazer séculos de discriminação e estereótipos relacionados a estes povos que tanto contribuíram para a construção da História do Brasil, e que durante muito tempo foram apresentados de forma menosprezada, sendo ainda hoje alvos de críticas e discriminação. Portanto a Lei nº 11.645/2008 em seu Artigo 26 A parágrafo 1º enfatiza,

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (BRASIL, 2008.).

Dessa forma, a sanção da lei de 2008, reforça a obrigatoriedade do Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena em todos os estabelecimentos de ensino público e particular e ressalta a importância do reconhecimento do índio dos indígenas como sujeitos históricos que lutaram e lutam pelos seus ideais e reconhecimento como construtores da nação brasileira, já que os índios são os primeiros habitantes do Brasil.

Os estabelecimentos de ensino públicos e particulares, conforme Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, procuraram cumprir com o que foi estabelecido e ao longo de dez anos de implementação da lei algumas conquistas foram efetivadas nas escolas públicas, principalmente com a organização e o trabalho pedagógico desenvolvido pelas Equipes Multidisciplinares, visto que é obrigatório desenvolver ações referentes à temática e com o não cumprimento a escola poderá ter problemas com a autorização para renovação de funcionamento do estabelecimento de ensino. Não se trata de opção, a lei é clara, como consta no artigo 10, da Deliberação nº 04/2006-CEE/PR: “O cumprimento desta Deliberação será considerado na autorização, reconhecimento e avaliação das condições de funcionamento das instituições/estabelecimentos de ensino”. A natureza pedagógica da equipe multidisciplinar como política pública educacional apresenta um caráter permanente.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Infelizmente na contemporaneidade prevalecem desinformações sobre as etnias indígenas, que são vistas como um grupo homogêneo, e o senso comum a respeito do povo indígena ainda vigora.



A ausência de grupos indígenas na história ensinada está relacionada à ideia, referendada até pouco tempo pela historiografia, de que esses grupos não possuíam história. No Brasil, esse panorama começou a se modificar na década de 1990. Novas pesquisas passaram a reconhecer a condição de sujeito histórico dos indígenas, [...] de agentes sociais capazes de interagir com a sociedade [...]. (MEDEIROS, 2012, p. 51).

Um olhar sobre a produção historiográfica no século XIX nos permite compreender como o indígena vinculado à construção da identidade nacional foi representado. Neste período predominou a necessidade de se organizar a nacionalidade brasileira, uma cultura particular relegando a escravidão.

[...] destacando uma memória e uma cultura nacional, baseada no exotismo de um país tropical. Nesse contexto, o indígena, o mais legítimo representante da cultura local, foi eleito como símbolo da nascente nação. Nesse sentido, é destaque a atuação do IHGB, que tomou para si a atribuição de inventariar as "originalidades locais". (SCHWARCZ, 1998. Apud BERGAMACHI & ZAMBONI, 2009, p. 4).

O indígena passa a ser representado nas produções históricas como um herói e ao mesmo tempo como vítima do sistema colonial. No século XIX os indígenas foram representados em livros como o “selvagem” sendo apresentado de forma genérica como índios, como seres incultos, primitivos, sem religião e que eram responsáveis pelo atraso empregado pelos colonizadores portugueses. Segundo Varnhagen, os povos indígenas eram cruéis e selvagens, apresentavam atitudes vingativas, possuindo um espírito de vingança.

Podemos dizer que a única crença forte e radicada que tinham era a da obrigação de se vingarem dos estranhos que ofendiam a qualquer de sua alcateia. Este espírito de vingança levado ao excesso constituía a sua verdadeira fé. — Era o ódio excessivo contra os inimigos o principal estímulo que os conduzia até a antropofagia, [...]. (VARNHAGEN, 1877, p. 39).

O caráter de desconfiança do indígena foi identificado, não considerando que a prática de sacrifícios estava relacionada a religiosidade e não um espírito de vingança de um povo sem piedade. As crenças religiosas dos povos indígenas foram desprezadas. Em sua visão, Varnhagen entendia que viviam em estágio primitivo e sem cultura, o que

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

levou a seguinte afirmação: “Como não tinham tradições suas, admitiam com a maior credulidade tudo quanto se lhes embutia. Dessa pia fé se aproveitavam certos *pajés* ou adivinhos, [...]”. (VARNHAGEN, 1877, p. 42). Essa ausência de tradição implicava para Varnhagen, uma escassa identidade cultural, e os sentimentos de amizade e gratidão. O conceito de cultura foi sendo revisto em meados do século XX, reinterpretado como dinâmico e em movimento permanente e construção. Segundo Medeiros.



Essa noção contribuiu para rechaçar a ideia de que os índios estariam fadados ao desaparecimento em função de processos de aculturação e assimilação. Sem negar o etnocídio ocorrido, essa nova concepção de cultura permitiu reconhecer que os índios não deixariam de ser índios e que eles estão aqui e agora mais vivos do que nunca. (MEDEIROS, 2012, p. 53).

Em meados do século XX, projetou-se a extinção de diversos povos indígenas, segundo o último censo realizado foi apresentado que os índios não estão em processo de extinção, pelo contrário esta população está em crescimento.

Os indígenas na história do Brasil, apresentam-se de modo descontínuo, com altos e baixos, no período colonial sua história é tratada com fragmentos de sua atuação, como carregadores de pau-brasil, inimigo dos portugueses, confinados em missões jesuíticas. “Quando o Brasil deixa de ser colônia, os índios deixam de existir.” (MEDEIROS, 2012, p. 54). Durante os séculos XIX e XX, a narrativa histórica indígena, acontece de forma descontínua entre um vai e vem, Cunha (1992) já apontava em seus textos sobre o clamor do discurso e desaparecimento dos índios.

Na contemporaneidade os povos indígenas permanecem vivos e atuantes, não se deixando dominar e resistindo bravamente a qualquer tipo de escravidão. (SILVA, 2002, p.2). Salienta o encaminhamento de discussões que evidenciam as diferentes formas de exclusão que marcaram a história indígena. Os contatos com os não indígenas são percebidos apenas pelas perdas, sendo que outras possibilidades deveriam ser consideradas.

No século XX foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que foi um marco importante ao reconhecimento e valorização da cultura, das tradições e línguas dos povos indígenas. Ela enfatiza em seu Art. nº 231 (Brasil, CF/88), os direitos, “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições,

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.” A Constituição de 1988 em seu bojo garantia o respeito, proteção e seus direitos natos como a prática de sua cultura e costumes.

No século XXI, os avanços nas políticas de ações afirmativas para a diversidade estão se concretizando com as ações dos movimentos indígenas, entidades sociais e nos próprios materiais didáticos percebe-se mudanças com relação ao etnocentrismo marcante na representação dos indígenas durante dois séculos de visões historiográfica e produções históricas relegando os povos indígenas a um completo silêncio. A nova proposta curricular nacional (DCEs), coloca as populações indígenas em destaque de importância para o ensino de História para desconstrução de estereótipos sobre as nações indígenas. Essa desconstrução deve ser concretizada para o reconhecimento e respeito destes sujeitos históricos. O ampliamto do debate histórico indígena se faz necessário visto que esta área ainda é muito restrita devido ao seu conservadorismo.

Deste modo, este trabalho visa problematizar quais representações foram construídas sobre os indígenas nas ações e encaminhamentos que as equipes multidisciplinares formadas nas escolas desenvolveram no período de 2015 a 2019 em duas escolas pertencentes ao Núcleo Regional de Educação de Guarapuava. Objetivo é compreender a trajetória das Equipes Multidisciplinares da Rede Pública de Ensino pertencente ao núcleo de Guarapuava, bem como investigar as orientações expedidas pela Secretaria de Educação do Paraná-SEED, para orientar as práticas das Equipes Multidisciplinares em suas escolas, identificar o processo das ações implementadas pelas Equipes no tocante a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Indígena, busca-se verificar mudanças de posturas, atitudes, respeito, valorização, historicidade e identidade da cultura indígena.

Para o desenvolvimento da pesquisa utilizo o conceito de representação do historiador Roger Chartier, que apresenta as interações estruturais de grupos sociais, onde se estabelecem relações de poder, em diferentes tempos e lugares. E como estas sociedades são organizadas e pensadas. Por meio das representações do mundo social conceituadas por Chartier (1988, p. 19) como: “[...] que, à revelia dos atores sociais, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e que, paralelamente,

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.” A partir deste conceito, serão analisadas orientações expedidas pela Secretaria de Educação do Paraná, planos de ações e memoriais descritivos, elaborados e aplicados na escola pelas Equipes Multidisciplinares durante cada ano de exercício.

O intuito é verificar as representações problematizadas no espaço escolar sobre os indígenas. Visto que as representações são construções de sentido que são produzidas socialmente em determinados momentos e lugares, certos sujeitos construíram essas representações que vão se perpetuando ou mudando ao longo dos séculos, mas na contemporaneidade apresenta algumas semelhanças.

As análises das percepções, discursos e narrativas produzidas pelas equipes multidisciplinares, serão aprofundados com os aportes teóricos dos autores que abordam a temática indígena e suas representações.

2. As equipes multidisciplinares do Núcleo Regional de Guarapuava e as representações indígenas: Fontes

No tocante às fontes utilizadas para a pesquisa, utilizo as orientações expedidas pela Secretaria de Estado da Educação-SEED e, estes documentos visam a normatização da composição das Equipes Multidisciplinares nos estabelecimentos de ensino da rede pública e escolas conveniadas.

Os planos de ações também constituem parte importante do corpus documental desta pesquisa, pois dizem respeito aos projetos que cada escola desenvolveu, ou seja, neles podemos perceber as especificidades de cada escola, assim como o cronograma de atividades e encontros para organização das atividades propostas.

Outra fonte são os memoriais descritivos, que são relatos das práticas pedagógicas e ações para o ensino da História e Cultura Indígena, os documentos produzidos pelas Equipes Multidisciplinares são fruto de um trabalho desenvolvido em conjunto com os professores, alunos, equipe pedagógica, direção e comunidade.

A escolha por duas escolas pertencentes ao Núcleo Regional de Guarapuava, se dá pelos perfis diferenciados, sujeitos atendidos e localidades com determinadas particularidades. O colégio A está localizado em área rural, o colégio B em área urbana, mas, atende alunos do interior e da área urbana, são ambientes escolares diferenciados.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O recorte temporal escolhido para a pesquisa, compreende os anos de 2015 a 2019, este período foi definido visto que se passaram cinco anos de implementação e caminhada das equipes multidisciplinares. Em 2015 as equipes estavam com cinco anos de experiência e amadurecimento significativos sobre a temática indígena e suas ações concretizadas no espaço escolar. As equipes foram fomentadas para promoverem ações de enfrentamento aos preconceitos e estereótipos quanto aos indígenas.

A proposta será de analisar as produções realizadas pelas equipes no decorrer do ano letivo em que as atividades foram aplicadas, observando e analisando os trabalhos referentes à temática indígena, investigando quais representações foram construídas durante as práticas pedagógicas. A contribuição da pesquisa é apresentar como as Equipes Multidisciplinares trabalham e contribuem para a problematização da temática indígena no ambiente escolar.

Referências

BERGAMASCHI, M. A; ZAMBONI, E. Povos Indígenas e Ensino de História: memória, movimento e educação. In: 17 COLE – Congresso de Leitura do Brasil. **Anais do Congresso de Leitura do Brasil**. Campinas, SP, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. História das populações indígenas na escola: memórias e esquecimentos. In: MONTEIRO, Ana Maria; PEREIRA, Amílcar Araújo (Org.). *Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas*. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p.101-132.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília**, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC. 2004.

_____. Parecer CNE/CEB Nº: 14 de 11 de novembro de 2015. Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB). HOMOLOGADO o Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 18 de abril de 2016, Seção 1, Pág. 43. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2759-1-pareceres-da-camara-de-educacao-basica-14-2015-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 06 março de 2021.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. 2. Ed. Lisboa: Difusão Editorial, 1988. 244 p. (Col. "Memória e Sociedade", coord. p/Francisco Belhencourt e Diogo Ramada Curto, v. 1).

CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no século XIX. In: _____. (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992a. p.133-154.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO de 11/03/2008. **Lei 11.645**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acessado em 09 ago. 2013. Editora da Universidade de São Paulo, 1992, 361 p.

MEDEIROS, Juliana Schneider. Povos indígenas e a lei nº. 11.645: (in)visibilidade no ensaio da história do Brasil. In: BERGAMASCHI, Maria Aparecida; ZEN, Maria Isabel Habckost Dalla; XAVIER, Maria Luisa Merino de Freitas (Orgs.). *Povos indígenas & educação*. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012, 200p

PARANÁ. Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná. **Deliberação 04/06: institui normas complementares às Diretrizes Nacionais para a Educação Étnico-Raciais EERER**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

SILVA, Marilene da. **Historiografia e História da Educação Indígena em Minas Gerais no século XIX. II Congresso Brasileiro de História da Educação**. Rio Grande do Norte, 2002. 14p.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal**. 1v., 2 eds. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert. 1877, 604 p. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4825>. Acesso em 03 de agosto de 2019.

RELAÇÕES EM CONFLITO: AS TENSÕES RUSSO-UCRANIANAS ANALISADAS A PARTIR DO *CHLIBOROB*



Vitchmichen, Henrique S.¹

¹*Graduado em Licenciatura História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Atualmente, mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História da mesma Universidade. E-mail: henrique-sv@hotmail.com*

O presente trabalho tem como disposição inicial a análise dos conflitos russo-ucranianos, aqui enfocados principalmente o *Holodomor* (1932-1933) e a Crise da Crimeia (2014) através do jornal ucraniano-brasileiro *Chliborob*. Ao longo da pesquisa em curso buscamos aventar os discursos e representações do jornal para com os conflitos mencionados dentro da temporalidade escolhida (2009-2019) e nesse sentido compreender não apenas as manifestações do periódico para com as questões históricas que envolvem a dinâmica entre os dois países referidos, mas também como a formação da imprensa ucraniano-brasileira em Curitiba pode nos auxiliar no entendimento tanto na trajetória do *Chliborob* em particular, mas também da Sociedade Ucraniana do Brasil em um escopo ampliado. Adiante, ainda nos debruçando às edições que compreendem o decênio delimitado para pesquisa, observamos uma série de mecanismos de representação e linguagem que não apenas dão o tom de nosso objeto de pesquisa para com a temática colocada, mas também nos auxilia em melhor percebermos as manifestações da própria Ucrânia em relação à Rússia, como essas situações são transpostas ao jornal, e de que forma as linguagens de mídia são apropriadas e praticadas ao longo das páginas, levando em conta seus posicionamentos particulares.

1. Introdução

Ao longo da trajetória contemporânea do território eslavo, os conflitos emergentes entre as regiões que outrora foram integradas em um só bloco político começam a despontar em disputas que não apenas adentram o âmbito diplomático, mas que perpassam também questões identitárias, nesse sentido os mais proeminentes são as históricas disputas entre Ucrânia e Rússia. Levando em conta que essa relação

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

turbulenta atravessou séculos de história, são atualmente suas dinâmicas contemporâneas que vêm chamando atenção internacionalmente e suscitando debates ainda não encerrados, dito isso, procuramos analisar os discursos e representações de um jornal representante da imprensa ucraniano-brasileira para com as dinâmicas russo-ucranianas em um período recente, no entanto, levando em conta a complexidade e larga escala de relações, nos delimitamos aqui a dois dos momentos mais delicados para ambos os países, sendo o primeiro o *Holodomor*, ocorrido entre 1932-1933, e em seguida a crise da Crimeia, deflagrada a partir de 2014.

As balizas temporais delimitadas para a pesquisa em questão se configuram em um período de dez anos, mais especificamente nas edições de 2009-2019, dito isso, sobretudo em relação ao *Holodomor*, nos focamos não em materiais de época, mas sim em representações, lembranças e discursos que buscam lembrar um evento que tanto para a Ucrânia, quanto para a comunidade imigrante é considerado traumático. Dito isso, para um melhor entendimento da pesquisa, acreditamos ser pertinente uma breve historicização tanto do surgimento da imprensa ucraniano-brasileira, quanto também dos desdobramentos que levaram a grande fome dos anos 30 e a crise de 2014.

2. Assentamento e disputas: a formação da imprensa

A imprensa ucraniano-brasileira se forma a partir do primeiro decênio do século XX, mais especificamente no ano de 1907. Para compreendermos primeiramente o que levou a isso, é necessário compreendermos a imigração e principalmente a dinâmica entre os colonos ucranianos, sua cultura e religião. Quando o projeto de imigração colocado pelo governo brasileiro¹²⁶ se inicia, uma forte propaganda imperial que visava mão de obra se iniciou no país e logo atingiu a Ucrânia, sendo assim os ucranianos, sobretudo advindos da região da Galícia iriam a partir do final do XIX emigrar e se assentar em terras brasileiras, principalmente no Estado do Paraná, onde fundariam colônias como Antônio Olinto e a maior delas, o município de Prudentópolis.

¹²⁶ Levando em conta as movimentações imigratórias ao Brasil que antecederam a Lei Áurea promulgada em 1888, após esse período tais aspectos se ampliam substancialmente tanto por questões econômicas que visavam a integração do sistema assalariado no Brasil, como também em outros aspectos, como no caso dos projetos de desenvolvimento do Estado brasileiro.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Em meio a contextos turbulentos e dificuldades materiais de sobrevivência, essas pessoas também perderam gradativo contato com seu universo simbólico e cultural, representado principalmente pela influência religiosa presente entre os ucranianos, sobretudo os camponeses que para cá vieram. Sendo assim, após apelos dos colonos para as autoridades brasileiras, a entrada de missionários ucranianos alguns poucos anos após o início das atividades coloniais, seria uma oportunidade para as pessoas não apenas se reconectarem à cultura e religiosidade deixadas além mar, mas também garantiria uma oportunidade de estudos e letramento sobretudo para seus filhos, já que caberia aos missionários a educação dos sujeitos mediante a confecção de materiais, tais como folhetins e textos formulados sobretudo em idioma ucraniano.

O surgimento da imprensa foi assim um processo gradativo que adveio das primeiras manifestações educacionais desses padres, e que mediante suas intervenções ganharia corpo em 1907 com o *Zoriá*, o primeiro jornal ucraniano-brasileiro, sediado em Curitiba e mantido tanto pela *Intelligentsia*¹²⁷ quanto pelos fundos econômicos da Igreja, representada sobretudo pela Ordem de São Basílio Magno¹²⁸. Das disputas entre grupos e uma trajetória que perpassou dois jornais anteriores, em 1912 o centenário *Prácia* surgiria agora sob controle total da ordem religiosa, este que atualmente ainda se encontra em atividade contou com redatores vindos diretamente da Galícia para suas edições, um deles foi o intelectual Petró Karmens'kei, que nos anos 1920 seria convidado para trabalhar em sua confecção. Após um curto tempo como editor, as polêmicas que envolviam a figura¹²⁹ legaram a ele a demissão do *Prácia* e a saída de Prudentópolis, fora aí que no ano de 1924 em sua chegada a União da Vitória, Karmens'kei criou o periódico aqui analisado. O *Chliborob* nasceu assim tanto de

¹²⁷ A *Intelligentsia* ucraniana se forma em meio a divisão territorial da Ucrânia em meados do século XIX. Amparados em uma carga nacionalista para com o seu país, parte desse grupo auxiliará os primeiros assentamentos coloniais ucranianos no Brasil e em seus anos iniciais irá somar esforços com a Igreja para a construção da imprensa ucraniano-brasileira

¹²⁸ A Ordem de São Basílio Magno foi a principal instituição religiosa ucraniana presente no projeto colonizador brasileiro, nesse sentido a grande maioria dos religiosos, sobretudo em Prudentópolis, fazem parte desta ordem.

¹²⁹ Como representante da *intelligentsia* ucraniana, o projeto de Karmans'kei para o *Prácia* de utilizar o jornal como um veículo nacionalista e de mobilização ucraniana divergia substancialmente com o dos padres aqui instalados, que encaravam o jornal como um potencial transmissor dos valores cristãos. Assim, a chamada *Karmanchtchêna* como ficou conhecida, seria o momento de embates entre os grupos, o que iria reverberar na saída de Karmans'kei de Prudentópolis e sua mudança para União da Vitória, onde posteriormente fundaria o *Chliborob*.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

desavenças de grupos, quanto como um projeto distinto para com o estabelecimento ucraniano no Brasil.

Inicialmente veiculado no município mencionado sob tutela da União Ucrânia do Brasil, posteriormente rumaria para Curitiba onde atualmente ainda exerce suas atividades sob responsabilidade da Sociedade Ucraniana do Brasil (SUBRAS). Ao longo do tempo noticiários que se relacionavam sobretudo ao contexto ucraniano foram recorrentes em suas páginas, sendo assim a cobertura dos eventos marcantes, como a ocupação da Ucrânia no período soviético e outros fatores recentes são marcantes em seus textos, tais como as memórias dos eventos que aqui serão tratados.



3. Memórias e representações: O *Holodomor* no jornal

O *Holodomor*, ou morte pela fome, foi um evento ocorrido na Ucrânia entre 1932-1933 sob tutela do regime stalinista. A principal motivação do evento se desdobrou após uma série de medidas agrárias promovidas por Stalin para controlar a produção agrícola do regime soviético, visando sobretudo o abastecimento dos países que faziam parte de seu alcance, logo compreendendo essa situação vemos a seguinte conjuntura:

A abastada terra Ucrânia, em termos agrícolas, cantada desde o tempo dos gregos como um celeiro da Europa, foi severamente castigada pelo regime soviético, que impediu os camponeses de acederem aos bens alimentares, muitos destes por eles próprios produzidos. A polícia secreta soviética fechou as fronteiras e barrou o acesso de milhões de camponeses de todas as idades aos alimentos básicos. À luz de um plano criminoso, o governo estalinista desencadeou um processo de extinção das elites políticas e intelectuais críticas de Moscovo, bem como da grande massa da população produtiva da Ucrânia, em nome da total sujeição da vontade desta nação e do seu território ao poder imperialista soviético (FRANCO; CIESZYNCA, 2013, p 18).

Controlada pela URSS desde 1922 até 1991, para a Ucrânia o *Holodomor* pode ser considerado o período mais sombrio do país dentro do regime soviético, atualmente homenagens anuais são feitas às vítimas, sendo que embates tanto pelo seu reconhecimento internacional, quanto pela veracidade dos fatos estão ainda em disputa, já que ao mesmo tempo em que países como EUA reconhecem o caráter premeditado do evento, outros como a própria Rússia continuam a negar tal aspecto. Nesse sentido, é interessante notar como essas representações e memórias transcendem décadas, logo,

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

podemos observá-las no *Chliborob* ainda atualmente, reforçadas sem dúvidas pelas atuais crises diplomáticas entre Rússia e Ucrânia e fomentadas por uma retórica anticomunista que percebemos não apenas no jornal, mas que se alinha tanto a alguns setores sociais da própria Ucrânia, como também do Brasil¹³⁰.



4. Novos problemas: O *Chliborob* e a Crimeia

A partir de 2014 com a deflagração da crise, também notamos um maior grau de engajamento do jornal para com a causa ucraniana e por conseguinte uma ampla denúncia quanto a Rússia e ao passado entrelaçado dos países, assim sendo, fatores como a identidade nacional ucraniana, seus mitos nacionais e os percalços passados, inclusive o *Holodomor*, não passarão ilesos em suas páginas. Nesse sentido devemos ter em conta que os processos que constituem as construções nacionais, tais como as simbologias, culturas e mitos forjados para a legitimação de um povo costumam se reacender de modo ainda mais inflamado em contextos de crise, pois são justamente tais momentos os que colocam em xeque não apenas o país, mas também seu povo e suas próprias identidades fabricadas.

Após a dissolução da URSS, apesar de eventuais atritos russo-ucranianos ocorridos com o passar do tempo, nenhum deles se colocou com maior intensidade do que os processos iniciados em novembro de 2013. A partir do que ficou conhecido *Euromaidan* pela mídia internacional e os protestos de novembro que se deflagraram a partir do recuo do governo Viktor Yanukovich (2010-2014) para com os acordos entre o país e União Europeia, devido a propostas do Kremlin para com o auxílio financeiro à Ucrânia¹³¹, o que se iniciou como manifestações pacíficas escalonou em uma onda

¹³⁰ Pensamos a presença do anticomunismo no Brasil através de algumas expressões históricas conhecidas na trajetória nacional, tais quais a formação da AIB, as manifestações decorrentes do governo Vargas ainda nos anos 30, e as movimentações derivadas da Guerra Fria e que no Brasil se expressariam de forma mais enfática a partir do golpe militar de 1964.

¹³¹ Quando na iminência dos acordos entre União Europeia e Ucrânia, o que poderia aproximar a região do bloco europeu e consequentemente afastá-la do Kremlin, a Rússia oferece um empréstimo monetário ao governo Yanukovich, o então presidente aceita a oferta e se afasta dos acordos com a UE, tais eventos culminam nos protestos conhecidos como *Euromaidan* e ao subsequente impeachment do presidente Yanukovich aprovado em fevereiro de 2014.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

violenta que não apenas promoveu o impedimento do presidente, mas com o tempo resultou em conflitos armados que iriam se acalorar com a anexação da península da Crimeia pelos russos após um referendo em que a maioria da população do local se dizia pró-Rússia¹³² (este considerado ilegal tanto pela Ucrânia como para outros países da Europa central e EUA) e processos separatistas que iriam dar autonomia para as regiões de Donbass e Lugansk após conflitos civis que acarretariam milhares de mortes tanto por parte de civis quanto de militares:

Ressalta-se que esses dois *oblasts*¹³³ são, atualmente, os epicentros da crise política do país, que culminou em um conflito armado entre o exército da Ucrânia e os rebeldes separatistas pró-Rússia. No dia 12 de Maio de 2014, as duas regiões declararam sua independência da Ucrânia, autoproclamando-se República Popular de Donetsk e República Popular de Lugansk. Os dois *oblasts* manifestaram desejo de se integrarem à Federação Russa, pedido que, até o momento, não encontrou recepção no Kremlin. É importante salientar que a Ucrânia não reconheceu a separação das duas regiões, que continuam em intenso conflito armado com os rebeldes pró-Rússia (RIBEIRO, 2015, p. 86).

Em meio a essa situação repercutida internacionalmente e que ainda não foi totalmente concluída, o temor de um conflito em larga escala entre os dois países e seus aliados levou a posicionamentos múltiplos, um deles passa a ser por nós analisado a partir dos noticiários veiculados no *Chliborob*.

Apesar de em anos anteriores ao estopim da crise o jornal já assumir seus discursos e posicionamentos em relação as dinâmicas políticas e diplomáticas em curso entre as regiões, notamos contudo um aumento expressivo não apenas na quantidade de notícias e matérias veiculadas, mas tão quanto no tom das denúncias, logo observamos que a efervescência dos conflitos promove também o acaloramento de seus escritos

A partir das representações do jornal quanto aos eventos, podemos analisar não apenas como os redatores e a própria Sociedade Ucraniana do Brasil se posiciona quanto a eles, mas verificamos também a postura do periódico em outras questões, como a presença russa na região e o legado soviético deixado na Ucrânia após 1991. Nesse sentido, entendendo o jornal não apenas como um mero noticiador neutro dos conflitos mais recentes, e também das memórias quanto ao *Holodomor*, ele pode ser

¹³² A região da Crimeia foi oficialmente anexada ao império russo em 1783, sendo que em 1954 o então líder soviético Nikita Krushev anexaria o território a URSS. Após o desmantelamento da União Soviética em 1991 a península ficou sob supervisão ucraniana.

¹³³ Em tradução “províncias”

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

considerado como um veículo midiático em que se percebem discursos e representações particulares e que coadunam frequentemente com as retóricas da própria Ucrânia, assim como de outros jornais representantes da imprensa ucraniano-brasileira. Sobre isso, utilizamo-nos de toda uma percepção já arrolada pelo linguista Patrick Charaudeau (2019) sobre os discursos de mídia não isentos, mas representados e representantes de interesses e posicionamentos específicos. Adiante, entendendo o impresso como o detentor da palavra, ou seja, aquele com o poder sobre a notícia e sua divulgação, devemos compreender também para quem ele escreve, qual o público-alvo majoritário do jornal e qual suas pretensões reais, levamos em conta assim que nas palavras de Charaudeau (2019, p. 18) “A questão, então, é saber quem é o manipulado, fato que, para as mídias, remete a questão de saber quem é o alvo da informação. Para quem fala ou escreve o jornalista?”

PAGE

5. Linguagens de mídia: o jornal como local de poder

Os discursos produzidos e informados pretendem uma instância de poder, se assume que o detentor da informação vá supostamente informar a um outro que não o detém, assim o discurso busca atribuir sentido as relações entre receptor e o mundo, já que esses sentidos e informações adquiridas pelo público dependem dos discursos produzidos. Partindo de uma lógica de poder foucaultiana que denota as pequenas formas de atuação dessas instâncias de poder que formam saberes e perpassam o campo social, podemos pensar as mídias como um mecanismo que ao mesmo tempo em que molda o saber, também produz discursos, pois “O saber funciona na sociedade dotado de poder. É como saber que tem poder” (FOUCAULT, 2019, p. 28). A partir dessas análises interconectadas entre a produção discursiva de saberes e os “micropoderes” de Foucault, compreendemos quando se fala que: “A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. “Regime” da verdade” (FOUCAULT, 2019, p. 54). Acerca dessas práticas discursivas, Charaudeau nos fala ainda:

O discurso informativo não tem uma relação estreita com o imaginário do saber, mas igualmente com o imaginário do poder, quanto mais não seja, pela autoridade que o saber lhe confere. Informar é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder dizer”), ser legitimado nessa atividade de transmissão (“poder dizer”) [...]

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Toda instancia de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva dizer que as mídias constituem uma instancia que detém uma parte do poder social (CHARAUDEAU, 2019, p. 63).

A apropriação de elementos discursivos presentes nessas mídias buscam a reinterpretação do mundo a partir de sua própria ótica, elas almejam não necessariamente ser um reflexo exato de seu tempo, mas atender a uma determinada posição no mundo, semeando seus próprios ideais e representações do real, levando em conta seus interesses, posições e valores:

Se são um espelho, as mídias não são mais do que um espelho deformante, ou mais ainda, são vários espelhos deformantes ao mesmo tempo, daqueles que se encontram nos parques de diversões e que, mesmo deformando, mostram, cada um à sua maneira, um fragmento amplificado, simplificado, estereotipado do mundo (CHARAUDEAU, 2019, p. 20).

A representação fragmentária do “real” não atinge uma fiel representação objetiva do mundo, afinal a suposta “neutralidade” é como sabemos, uma ilusão. Dentro do campo historiográfico, essa neutralidade que exigiria um “olhar técnico e imparcial” para seu objeto de estudo, remete ao modelo positivista e a vertentes que tratam a ciência como algo objetivo, por conseguinte, a pretensão dos historiadores também teria que seguir neutra caso quisessem legitimar a escrita da história a uma posição científica nos moldes do XIX. Transcendendo o campo meramente historiográfico, como nos fala Michel de Certeau, uma reafirmação de indivíduos, grupos ou pessoas que segundo estes, prezam pela imparcialidade e assim se dizem “neutros” esconde posicionamentos e discursos já bem esclarecidos:

A "neutralidade" remete à metamorfose das convicções em ideologias, numa sociedade, tecnocrática e produtivista, anônima que não sabe mais designar suas escolhas nem indicar seus poderes (para os ratificar ou confessar). Assim, na Universidade colonizada, corpo privado de autonomia na medida em que se tomou enorme, entregue agora às instruções e às pressões vindas de outras partes, o expansionismo cientificista ou as "cruzadas" humanistas de ontem são substituídas por retiradas. No que concerne às opções, o silêncio substitui a afirmação. O discurso assume uma cor de parede: "neutra" (CERTEAU, 1982, p. 67-68).

Mesmo uma mídia supostamente imparcial impacta e é impactada por seu tempo e valores, seus posicionamentos e suas representações do real não são nada mais do que a atuação de sujeitos vivos e atuantes na história. Mesmo que as aparências falem de uma suposta objetividade factual, para uma análise científica e um trabalho que se

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

desenvolva a partir de fontes midiáticas, é preciso olharmos mais a fundo e percebermos alguns pressupostos analíticos e metodológicos que se fazem necessários.



Considerações finais

A partir do trato documental, das análises discursivas do jornal aqui trabalhado e do aprofundamento sob as problematizações quanto aos desdobramentos russo-ucranianos transpostos e analisados a partir de retóricas e pontos de vista próprios do *Chliborob* e de modo mais ampliado, da Sociedade Ucraniana do Brasil, nos dispomos ao longo do texto em nos atermos não apenas aos eventos colocados em solo europeu (estes que ainda hoje se desdobram e geram lembranças, representações e embates para com os próprios ucranianos) mas também com as comunidades imigrantes e seus veículos de comunicação, como no caso de nosso objeto de pesquisa. Além disso nos é relevante o entendimento para com os discursos de mídia e a visualização midiática como um espaço tanto de representações e posicionamentos, como também um ambiente de poder, monopólio e filtragem da palavra escrita.

Compreendendo assim que as mídias não são espaços isentos, mas ambientes que obedecem a uma lógica própria, procuramos com o trabalho proposto ampliarmos o debate e os estudos tanto para com as questões midiáticas, sobretudo quanto aos dirigidos a imprensa ucraniano-brasileira, ainda timidamente pesquisada, quanto também a ordem dos discursos que permeiam esses jornais e se revelam através de seus escritos, nesse sentido uma abordagem que contemple a história intelectual ainda nos permite pensar o grupo responsável pelo jornal e suas atuações dentro da Sociedade Ucraniana do Brasil e do cenário municipal curitibano em sua atuação como uma autêntica representação institucional ucraniano-brasileira que busca a manutenção e difusão das tradições e manifestações socioculturais do país.

Por fim, buscamos aventar um maior entendimento em relação ao estabelecimento do jornal em âmbito local e compreendermos melhor como atualmente ele se apropria de toda uma gama discursiva construída e se manifesta em relação aos dois eventos aqui tratados, compreendendo que tanto o *Holodomor* quanto a Crise da Crimeia, mesmo que conceitualmente divergentes, são acontecimentos que geraram

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

crises ampliadas entre Rússia e Ucrânia e por conseguinte foram amplamente tratadas pelo *Chliborob* ao longo dos anos compreendidos pela pesquisa.



Referências

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária, 1982.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. 2 ed. São Paulo, Contexto, 2019.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 10ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo, Paz e Terra, 2019.

FRANCO, José Eduardo; CIESZYNSKA, Béata. *Holodomor: A desconhecida tragédia ucraniana (1932-1933)*. 1ª ed. Coimbra, Grácio Editor, 2013.

RIBEIRO, Renata Corrêa. *As relações da Rússia com a Ucrânia e a Moldávia: uma perspectiva comparada da política externa russa para a Crimeia e a Transnístria*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A CONSTRUÇÃO DA COMUNIDADE ÉTNICO-RELIGIOSA DOS IMIGRANTES POLONESES DA COLÔNIA SANTA BÁRBARA-PR



Albano, Karina Vanessa¹; Zulian, Rosângela Wosiack.²

*¹Universidade Estadual de Ponta Grossa; ² Orientadora - Departamento de História,
Universidade Estadual de Ponta Grossa*

A Nova História Cultural, abordou e problematizou questões históricas e antropológicas do campo social, inseriu novos temas de pesquisa como classe, gênero e etnia, questionou as técnicas e os métodos, possibilitou os laços com a interdisciplinaridade, abrindo caminhos para uma multiplicidade de fontes. Essas mudanças no campo historiográfico refletiram sobre a história religiosa, que passou a incorporar diversas formas de compreensão e análise sobre crenças e percepções do sagrado, assim como releituras de documentos que eram restritos aos seminários, paróquias e conventos, começam a ser revistos por historiadores sob os mais diversos prismas de análise. Segundo Peters, essas mudanças repercutiram na passagem da historiografia eclesiástica e teológica para um campo próprio da história acadêmica, dando início a um novo conceito “história cultural das religiões” e uma nova maneira de abordar esse objeto, aplicando aos estudos históricos das religiões às práticas de pesquisa e possibilidades de interpretação da história cultural.

A proposta era aplicar ao estudo histórico das religiões as práticas de pesquisa que vinham sendo incorporadas aos estudos da chamada história cultural. Conceitos como o de representação; poder simbólico e apropriação passaram a ser incorporados aos estudos de cunho histórico da religião enriquecendo demasiadamente os trabalhos. (PETERS, 2015, p.95)

Dentro desta perspectiva do fenômeno religioso, está síntese é provinda do primeiro capítulo da dissertação “Festa e identidade étnica: o sentimento de pertença de uma comunidade local (poloneses de Santa Bárbara 1994 - 2019).”. Tem como objetivo, compreender quem são esses poloneses que migraram e construíram uma identidade para a comunidade étnico-religiosa na colônia Santa Bárbara, localizada na zona rural do Município de Palmeira-PR. Assim, é necessária apresentação acerca dos fatos históricos sobre a chegada de imigrantes poloneses até a referida colônia e a reflexão sobre essa relação com a Igreja católica com a manutenção da polonidade.

1. O fenômeno migratório entre Polônia e Brasil

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Compreender o fenômeno de deslocamento de milhares de pessoas de um continente para outro não é uma tarefa fácil e de resposta imediata. Assim como não podemos fazer um estudo sobre uma colônia de imigrantes, sem situá-la dentro do processo sócio histórico dos países envolvidos. Porém, devemos ressaltar que os indivíduos não abandonam sua Pátria somente por opção ou por aventura, mas na maioria das vezes é a única alternativa viável. Assim, cabe ao historiador que trabalha com imigrações considerar os “fatores de repulsão ou rejeição no país de origem, bem como os fatores de atração ou compensação no país de adoção.” (SKAVRONSKI, 2015, p.26).

A Polônia foi considerada uma das nações mais poderosas de toda a Europa. Mas, com os efeitos do capitalismo não conseguiu acompanhar as transformações e teve seu enfraquecimento econômico e militar, principalmente em suas fronteiras. Momento oportuno para a invasão e partilha da Polônia, pelas nações vizinhas - Prússia e Áustria no Ocidente e Rússia no Oriente, em 1772, 1795 e 1795. Os invasores eram governos centralizadores e absolutistas que impuseram medidas de “despolonização” de menor ou maior grau dependendo da área de ocupação, ou seja, a proibição e perseguição às raízes culturais, políticas e religiosas, e interferência direta na educação e idioma do povo dominado, extirpando qualquer sentimento nacionalista. O processo de dominação também atingiu a Igreja, foram proibidos os sermões e o ensino do catecismo na língua polonesa, conventos foram fechados, padres e bispos foram presos e exilados. Assim, “a Polônia encontrava-se tripartida entre a Alemanha luterana, a Rússia ortodoxa e a Áustria católica, as potências dominantes procuravam eliminar a predominância católica.” (WACHOWICZ, 1981, p.24)

Diante deste cenário, a Igreja organizou a resistência da fé católica que coincidiu com o projeto da mudança de um catolicismo leigo para um catolicismo romanizado das igrejas do Brasil, acabou por ver nos imigrantes católicos no Sul do Brasil, uma grande oportunidade para disseminar esse ideário católico. Por sua vez, os imigrantes poloneses possuíam o perfil que se alinhou a esse projeto, pelo contexto de dominação, esse povo desejava resistir ao acultramento dos invasores e lutava para manter sua identidade étnica. A proposta da Igreja foi manter no cerne da memória étnica polonesa a religiosidade católica, que visava identificar e caracterizar os membros do grupo de pertença étnica em qualquer lugar no mundo. Assim, “o movimento de romanização da Igreja Católica, organizado a partir de Roma, propôs forjar uma identidade católica, independentemente de onde estivesse estabelecido o fiel ou de qual língua falasse, isto é, a instituição usou a religiosidade como um elemento identitário.” (CAPRI, 2003, p.03). Tornando o catolicismo/polonidade um binômio, que pode ser traduzido da seguinte forma, católico porque é polonês e polonês porque é católico, sendo recorrente nos relatos históricos a frase “ser polonês é ser católico” ou “católicos por excelência”.

A essas difíceis circunstâncias de perseguições políticas e religiosas, se somaram o aumento considerável da população, a falta de terras e o êxodo rural. A resposta à dominação e a essas difíceis circunstâncias foi a imigração. Dessa forma, a imigração do povo polonês para o Brasil só foi possível pelo contraste de cenários, o capitalismo que se impunha em todo o mundo exigia a abertura de mercado consumidor. Após a decretação da Lei Áurea (1888), o imigrante passou a ser visto pelo Governo como personagem principal para o desenvolvimento econômico e social do país. Porém a imigração europeia não possuía a mesma finalidade para todas as regiões do Brasil. Em

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

São Paulo, o sistema de parceria foi estabelecido para que os imigrantes trabalhassem nas fazendas de café, já os que se fixaram no Sul, nos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desenvolveram o sistema de colonato, ou seja, criação de núcleos coloniais, com terras divididas em pequenas propriedades agrícolas, que poderiam ser adquiridas a partir do pagamento parcelado, sob a lógica do colono ser autossuficiente e vender o excedente da produção, gênero alimentícios de primeira necessidade, expandindo assim o mercado interno em desenvolvimento e abastecendo os centros urbanos.

Porém os imigrantes quando fixados encontraram uma realidade muito diferente daquelas idealizadas pelas propagandas e lendas sobre o território brasileiro, a crença mais propagada foi que a virgem Maria tinha preparado ao seu povo subjugado às terras brasileiras férteis, os livrando da opressão e da miséria e permitindo professar a fé católica livremente, terras de cunho “fértil e promissora do outro lado do mar, à espera do camponês simples e sofrido da Polônia, foram referendadas pelos agentes da imigração e somaram-se às motivações de ordem material.” (ZULIAN, 2009, p.140).

Segundo Oliveira (2009, p.2), o Paraná começou a receber imigrantes desde o início do século XIX, mesmo antes de sua emancipação, considerado despovoado em proporção aos outros territórios do sul. Com a proclamação da República (1889) inaugurou-se um grande fluxo de imigrantes, sendo o Paraná uma das regiões que mais recebeu imigrantes poloneses. Assim, “entre 1890 e 1914, 96.116 imigrantes poloneses aportaram no Brasil, sendo o Paraná o estado que mais os recebeu, com 35.116 indivíduo.”

Assim, foi somente nos últimos anos do período imperial com o agravamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a Argentina, ocorreu a colonização estratégica de imigrantes no Paraná, para a defesa do território brasileiro. Segundo Wachowicz (1981, p.181), a situação levou o governo a realizar a construção da estrada de ferro de Curitiba a Paranaguá, e estendida posteriormente até Porto Amazonas, ponto inicial e estratégico de navegação do rio Iguaçu. A povoação de imigrantes no vale médio do Iguaçu era prioridade e iniciou-se em 1890, estendendo-se de Porto Amazonas até União da Vitória. As colônias foram colocadas de preferência na margem direita do rio, visto que a margem esquerda estava em disputa com a vizinha província de Santa Catarina. “Surgiram então as colônias de S. Mateus (1890), Sta. Bárbara (1890), Água Clara (1891), Palmira (1891), Rio Claro (1891), Eufrosina (1892), Antônio Olinto (1895), Prudentópolis (1896) e Mallet (1896).” (WACHOWICZ, 1981, p.182). Esse tipo de colonização, realizou-se em duas frentes, uma no vale do Rio Iguaçu na região de Palmeira e outra em Rio Negro.

Dentre essas colônias polonesas, estavam as terras de Santa Bárbara, destinadas ao regime de pequenas propriedades agrícolas rurais. Segundo as autoras Orchanheski e Mayer (2006, p.17), possuía 1.916 hectares de terras, que foram divididos em 140 lotes. “Esses poloneses eram vindos da Silésia, Poznan, Cracóvia, Varsóvia e Kutno.” Nos

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

relatos do primeiro cônsul polonês, Gluchowski¹³⁴ (2005, p. 63-64), essa colônia abrigou 120 famílias. Porém, pela falta de espaço, foram direcionados para as regiões de Cantagalo, Água Clara, Passo do Tio Paulo, Faxinal Grande, Santa Quitéria, Boqueirão, Nova Restinga.

A sociedade receptora, que esses poloneses encontraram em Palmeira era conflituosa. Pois, passam a integrar e conviver na sociedade luso-brasileira, os mais diversos grupos de imigrantes e por consequência religiões e culturas distintas. Percebendo essas diferenças, os governadores de Palmeira, tiveram a preocupação de dividir os primeiros imigrantes, os russos-alemães (1878), pelo credo religioso que professavam. Assim, “para os núcleos do Pugas, Santa Quitéria e Alegrete foram encaminhados os que professavam o catolicismo, cabendo os protestantes os lotes dos núcleos de Papagaios Novos e Quero-Quero.” (FREITAS, 1984, p.48). Porém na lógica de colonização estratégica perto do Rio Iguaçu (1890), foram aproveitados os lotes abandonados da Colônia Kittolandia, fundada por imigrantes ingleses (1877). Portanto, os vizinhos dos imigrantes poloneses católicos, foram os italianos anarquistas da Colônia Cecília, que não possuíam religião, que buscavam um modo alternativo de vida.

Tiveram problemas com os poloneses sim, estes católicos excelência, jamais admitiram no passado e no presente a filosofia daquela experiência. Mas nada que com o passar do tempo não tenham harmonizado, e vencidas as diferenças, harmoniosamente hoje convivem, até porque foram bem poucos os que aqui ficaram. (ORCHANHESKI; MAYER, 2006, p. 126)

A essa sociedade se somam os imigrantes, franceses e suíços (1894), russos brancos (1958), alemães (1951) e os sírio-libaneses e japoneses, que chegaram mais recentemente. (ORCHANHESKI; MAYER, 2006, p.17). De todo modo, Nadalin (2020, p.7), afirma, que os imigrantes trouxeram em suas bagagens, o peso das estruturas anteriores à emigração. Entretanto, o estabelecimento colonial, teve o potencial de alterar substancialmente os significados tradicionais e teve como consequências “a reposição de estruturas passadas na orquestração do presente construídos pelos imigrantes e seus filhos no enclave, portanto resinificadas e atualizadas na pátria de um novo convívio na sociedade anfitriã.”. O quadro contextual da imigração no século XIX diversificou à composição da sociedade, modificando as estruturas econômicas, culturais e sociais.

2. A construção da comunidade étnico-religiosa na colônia Santa Bárbara

¹³⁴ Kazimierz Gluchowski, o primeiro cônsul polonês no Brasil após a independência política, chegou em Curitiba em 1920. Sua obra traz aspectos relevantes sobre a imigração polonesa para o Brasil, publicado em 1927 em Varsóvia e só traduzido após oitenta anos.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Desde o início do processo migratório em larga escala no Paraná, na segunda metade do século XIX, a trajetória das comunidades polonesas revela uma complexa luta de resistência identitária, buscando afirmação nas comunidades de pertença. Os imigrantes poloneses de Santa Bárbara, construíram uma comunidade étnico-religiosa. Vale lembrar que o povo polonês ficou sob constates guerras, subjugado por grandes potências, e quando ocorreu a imigração desse grupo, sua pátria não havia sido unificada. Portanto, essa noção de pertencimento era local ou até mesmo em nível de aldeia, em algumas regiões. Assim, “identificavam primeiramente com sua aldeia ou sua comunidade local. Descobriram, depois de sua chegada na América, que eram poloneses ou eslavos.” (POUTIGNAT, 2011, p.145).



Portanto, devemos considerar que nunca tenham se sentido tão poloneses quando no Brasil, pois é pela alteridade que são geradas as identidades. Se depararam, com a formação de uma sociedade multicultural, tanto na cidade como no campo. Assim, procuraram construir em suas colônias uma comunidade sobre uma identidade coletiva católica. Ao se afirmarem como comunidade, poderiam contar com a solidariedade dos seus membros, principalmente por se transformar em sinônimo de sobrevivência para o imigrante colonizador, e assim superar as dificuldades de alimentação, plantio, moradia e ainda as disparidades culturais que os cercavam.

Nesse sentido, a comunidade étnica, nesta pesquisa é entendida muito além do que um conceito estruturado e fechado, mas analisada sobre uma perspectiva construtivista e dinâmica. A formação dessa comunidade étnico-religiosa, não pode ser analisada como um rito mecânico de agrupamento de indivíduos, que se manteve estratificada dentro de uma sociedade conflituosa. Mas, um conjunto de experiência carregadas de significação subjetiva, apoiada nos laços afetuosos do sentimento de pertencimento, que produziram e produzem sentidos, fazem parte de um universo simbólico da invenção humana. Nesse sentido, a comunidade não se restringe a um espaço geográfico, mas avança nos campos subjetivos da memória, identidade e sentimento de pertença comunal, religiosa e de origem étnica. Na concepção de Max Weber (1999, p.267), uma comunidade não pode ser definida étnica, somente pelo compartilhamento de características raciais ou culturais, mas pela crença de pertencimento, sentida subjetivamente em referência a uma característica comum entre seus membros. Segundo o autor, a própria comunidade elege quais os elementos que vão compor a memória coletiva, entre elas, a crença na afinidade de origem, que “nutrem uma crença subjetiva na procedência comum, de tal modo que está se torna importante para a propagação de relações comunitárias, sendo indiferente se existe ou não uma comunidade de sangue efetiva.”

A identidade étnica é forjada sobre o fundamento da crença subjetiva de uma origem e nos modos de vida comum. Pois, “a construção coletiva de um passado e de um “nós” comum é identificado. A partir deles se daria uma espécie de confirmação hipnótica da solidez de uma comunidade, a qual naturaliza a história e o próprio tempo.” (ANDERSON, 2008, p.13). Nesse contexto, mas sob outra ótica, Barth (2011, p.38), afirma que “os grupos étnicos também não pressupõem uma real atividade comunitária. Eles existem apenas pela crença subjetiva que têm seus membros de formar uma

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

comunidade e pelo sentimento de honra social compartilhada por todos os que alimentam tal crença.”

Portanto, essa necessidade de identificação, ressurge com força diante do contraste, do temor da perda dos referenciais culturais, da não aceitação aos estrangeiros, levando o grupo a formular estratégias da resistência, definição e defesa das fronteiras étnicas. Os grupos se utilizam de uma identidade étnica para categorizar a si e os outros, e isso implica critérios de pertença e exclusão. A autora Elizabeth Johansen Capri, observa esses fatores ou traços culturais que “definem” esse pertencimento étnico dos poloneses:

Os critérios de identificação podem ser raciais, linguísticos, culturais, nacionais, religiosos ou outros, sempre entendidos como modelos de inclusão e/ou exclusão. Portanto, o imigrante polonês que se estabeleceu no Paraná, por mais que não viesse de um país politicamente organizado, com fronteiras determinadas e reconhecido internacionalmente, possuía marcas diferenciadas capazes de se reconhecer como polonês e de ser reconhecido como tal. (CAPRI, 2003, p.11).

Assim, o processo de etnicização de uma comunidade, parte da condição do grupo estar inserido dentro de uma rede de sociabilidades e possuir símbolos de diferenciação, que o antropólogo Barth (2011, p.167) denomina de “sinais diacríticos”. É sobre esse contexto de interações, que ocorre o que o realce da identidade étnica, ou seja, “a etnicidade pode igualmente ser realçada por meio de todos os signos visíveis (comportamentos, vestuários etc.) que podem ser mobilizados e selecionados para tipificar um grupo social ou utilizados para apresentar um Eu étnico específico. A função social dessa fixação pública da identidade estereotipada, é o estabelecimento das fronteiras étnicas e o fato de serem coletivamente nomeados. Segundo o autor, essa denominação comum propiciou a produção de uma solidariedade real e um tratamento coletivo específico.

São mecanismos de defesa, que não são ativados por acaso, mas estrategicamente pelos grupos no decurso das interações, conflitos e tensões dentro de uma sociedade pluralista, qual a valida e a reconhece como comunidade étnica. Para o sociólogo polonês Bauman (2005, p.8), os membros buscam na comunidade a certeza de segurança e proteção, quais não podem obter isolados. Pois a comunidade, evoca o sentimento de segurança e não ter uma comunidade significa não ter proteção, por isso o anseio por identidade vem do desejo de segurança e acolhimento, transmitindo a mensagem a seus membros de “se tropeçarmos e cairmos, os outros nos ajudarão a ficar de pé outra vez. Ninguém vai rir de nós, nem ridicularizar nossa falta de jeito e alegra-se com a nossa desgraça.”.

Em suma, esses poloneses de origens diversas, se confessavam católicos, o que propiciou a centralidade da identidade étnica. Assim, se utilizaram da religião como mecanismo de agregação, identificação, diferenciação e afirmação cultural, dentro de uma sociedade multiculturalista. Essa identidade foi sedimentada sobre a religiosidade católica, qual simbolizava o elo de ligação entre sua terra de origem e a nova vida no Brasil, foi utilizada como o fundamento de coesão desse grupo. As tensões e conflitos desenvolvidas no contato com outros povos, superaram as divisões e atritos dentro do

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

próprio grupo, para construir uma comunidade étnico-religiosa. Nessa lógica, o catolicismo se expandia, se estruturava e se institucionalizava através das casas paróquias e escolas, concomitantemente era através dessas instituições que ocorria a legitimação da identidade polonesa. Ao citarmos essas instituições comunitárias, vale lembrar que nos primeiros anos da imigração o estado não supria a necessidade educacional, que ficou a cargo da igreja e posteriormente das congregações de missões religiosas.



Finalmente, o papel da igreja católica no seio das comunidades polonesas não deve ser desconsiderado. Ao contrário, uma das constantes reivindicações das comunidades girava em torno da organização das paróquias que deveriam estar a cargo de padres poloneses. Isso foi tão mais comum quanto mais isolados viviam os colonos camponeses (principalmente aqueles que fundaram colônias no interior do estado) mas também se mostrou importante em Curitiba, devido inclusive ao trabalho educacional das irmandades (mas nem de todas paróquias). O trabalho do clero foi importante enfim na manutenção de certo sentimento de “polonidade”, ultrapassando assim a questão religiosa *Stricto sensu*. (OLIVEIRA, 2009, p.6)

Assim, a maior preocupação dos colonos logo após se estabilizavam era a construção de um templo religioso, surgindo constantes reivindicações dessas comunidades em ter padres poloneses “legítimos” a frente dos ofícios religiosos. Em, 1892 os imigrantes poloneses de Santa Bárbara, constroem a primeira capela em madeira dentro comunidade, porém apenas recebiam visitas itinerantes algumas vezes por ano de padres poloneses vindos de Curitiba, onde permanecia por algum tempo na comunidade a fim de dar assistência religiosa e celebrar os sacramentos.

Na medida em que os colonos iam se fixando na nova terra, a construção de capelas veio a ser o novo passo para a preservação da fé trazida de além-mar. Construídas nas diversas linhas em que se dividiam os lotes colônias, as capelas em geral representavam um esforço de mutirão comunitário [...] Em vista da pobreza reinante na comunidade nos primeiros anos de colonização, as capelas eram em geral construídas de madeira, de tamanho pequeno e de aparência rústica. (DREHER, 1993, p.72).

Através das memórias da imigrante Ursula, podemos observar que a comunidade estava distante geograficamente e culturalmente com outros povos, e possuíam poucas opções de socialização. Assim, a construção da paróquia passou a significar o espaço de referência para encontros entre o padre e os conterrâneos fiéis. A igreja também desempenhou um papel muito importante para organizar desta vida em sociedade, através da imposição das normas morais e éticas, que pode ser entendida como um trabalho de formação de *habitus* (BOURDIEU, 1989, p.59), que acarreta a produção e reprodução de valores, comportamentos e atitudes preconizados pela Igreja Católica.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O primeiro sacerdote que atendia as colônias polonesas, chama-se Jakub (Jacob). Um sacerdote bondoso e de espírito forte. As celebrações eram somente em polonês, ninguém entendia em latim ou português. Em dias santificados e nos domingos, se reuniam na igreja com toda família, para rezar, cantar em polonês e ouvir a homilia, quando o sacerdote estava presente. Conversar com os parentes e amigos. Os que moravam distantes vinham de carroça. Os jovens preferiam vir a cavalo. Com fé inabalável, trazida de sua pátria, veneravam a Nossa Senhora de Matka Boska Czestochowska, rainha da Polônia. Organizavam romarias, partiram a pé de Santa Bárbara até Água Clara, Município de São Mateus do Sul, passavam por Cantagalo, pernoitavam em Rios dos Patos. Era um encontro de orações e confraternização. (MUCHINSKI, Ursula. *Apud* ORCHANHESKI; MAYER, 2006, p.42)



Portanto, manter essa identidade polonesa via religiosidade católica, ocasionou diversos conflitos e movimentos de resistência em acolher padres e paróquias de outras nacionalidades. Pois, para esses imigrantes é de extrema importância que a frente dos ofícios religiosos da sua comunidade estivessem padres poloneses. Pois, “a presença do Padre, por sua vez, servia ainda mais para fortalecer as normas que visavam regulamentar a vida social e comunitária. Não se tratava, porém, de comunidades urbanas, mas rurais.” (DREHER, 1993, p.93).

Esse cenário de desavenças étnicas e conflitos religiosos são registrados no quarto livro tomo da Paróquia Nossa Senhora da Conceição de Palmeira-PR, e relata que em 1913 os poloneses reivindicam juntamente com o Bispo, um padre legítimo polonês para a comunidade, como o pedido não foi atendido, fecharam as portas da capela e não permitiram a entradas dos padres da congregação do Verbo Divino que eram de origem alemã. Essa situação é explicada por Gluchowski (2005, p. 124) quando afirma que quem assumiu o campo religioso das colônias do Paraná foi a congregação do Verbo Divino, conhecidos por padres verbitas, assim “esses religiosos, ou eram alemães decididos que falavam um pouco o polonês, ou poloneses espiritualmente germazinados, introduzindo um novo elemento de discórdia.”

Iniciou uma revolução entre os polacos contra os padres alemães. [...] uma comissão de polacos que se dirigiu ao Ex.^{mo}. Bispo, pedindo a renovação do Rev. Pe. Polaco João Progrzerba (sic) e exigindo um Padre polaco legítimo. No começo do anno de 1913 seguiu para Rio dos Patos e outro celibato polaco e o effeito foi o mesmo por todas as partes. Os polacos de Santa Bárbara e Rio dos Patos fecharam as portas das capellas e não deixaram mais entrar algum padre da congregação do Verbo Divino. (LIVRO TOMBO, 1913, p.87-88)

Na visão de mundo do colono polonês, era que através da presença do Padre a conexão entre a religião católica e a manutenção do sentimento de polonidade acontecia, assim afastando a temida assimilação brasileira, pois “todo o clero é obrigado a assumir a defesa do polonismo” (GLUCHOWSKI, 2005, p.129). Preservar esse

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

sentimento de patriotismo polonês no novo lar, segundo autora Viechnieski (2017, p.16), pode ser definido como polonidade, o qual leva em conta especialmente “a língua e a religião, aspectos que são reforçados pela presença dos padres, evitando assim o abrasileiramento.”



No entanto, por mais que se esforçassem, padres brasileiros ou alemães não compartilhariam com eles o que viviam ou pensavam. A religião fazia parte de sua polonidade, de sua identidade. A exigência dos colonos, de um padre polonês, e o fato de não desejarem aceitar um brasileiro, significava que a paróquia para eles não tinha apenas uma função exclusivamente religiosa, e sim sobretudo, a de um centro de comunidade. (BENTHIEN, 2005, p.5)

A reivindicação por padres poloneses, também estava centrada na visão que este não cumpria apenas as tarefas da sua vocação religiosa de cunho privado. Mas, “o padre assumia no mais das vezes também a liderança social política na comunidade onde se instalava” (DREHER, 1993, p.94), tendo no Brasil ou na Polônia, a figura do padre como sagrada. A atuação desses padres dentro dessas comunidades rurais e isoladas, não deve ser desprezada, sua autoridade era absoluta dentro dessas comunidades e através de sua liderança eram erigidas a igreja, a escola e a biblioteca.

Porém, avançando sobre uma ordem prática, podemos considerar que essas reivindicações, estavam relacionadas as negociações comerciais de compra e venda, pois era através do padre que os negócios aconteciam, assim como o atendimento médico ou policial, pois esses poloneses não falavam português. Os relatos de Gluchowski (2005, p.121), demonstram que “os primeiros imigrantes não puderam contar com a proteção, com orientação de intelectuais leigos, dos quais no início não havia ninguém, de tal forma que o padre polonês era possivelmente a única pessoa que lhes podia dar proteção.” Os resquícios dessa resistência dentro da comunidade, podem ser identificados na subjetividade do depoimento do Pe. Adriano Levedove¹³⁵, descendente de italiano, e responsável pela Paróquia Nossa Senhora da Conceição, quando expressa o desejo de aceitação e superação desse passado. A narrativa, reivindica com força ativa os elementos residuais nessa luta para se instituir dentro da comunidade. O próprio ato da missa ser celebrado por padres poloneses desde 1994, afirma esse enclave étnico religioso. “As fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (PORTELLI, 1997, p.31)

Pelo que eu tenho nos livros de registro da paróquia, teve um período que Santa Bárbara teve até um padre polonês só para eles, foi um período que estavam em guerra, e nós tínhamos padres alemães na Igreja Matriz e padres poloneses na Santa Bárbara, eles trouxeram um padre só pra eles, então assim, são uma comunidade que preza muito pela sua identidade, cultura, vemos um movimento que eles têm até hoje. (LEVEDOVE, 2020)

¹³⁵ Entrevista concedida a Karina Vanessa Albano por Adriano Levedove, 41 anos, no dia 04/11/2020, na cidade de Palmeira-PR.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Aqui tomamos esse cuidado, a gente procura no dia da festa de Nossa Senhora, junto a eles a chamamos um padre de fora que pelo menos leia em polonês para que celebre toda a parte do rito da missa em polonês, para também valorizar a cultura local. Nesses dias nós padres italianos e alemães estamos proibidos, só vamos lá mesmo para comer o churrasco, mais procuramos deixar a cargo de padres poloneses da região que possam vir celebrar, até para valorizar mais a fé também sobre a língua, a palavra constrói. (LEVEDOVE, 2020)



A partir dessa compreensão sobre o campo religioso, podemos observar que esse grupo étnico aspirou reafirmar sua identidade via religiosidade, e se utilizou da fronteira identitária religiosa para suscitar o sentimento de polonidade. Essas comunidades forjadas pelos imigrantes, ajudaram a superar as dificuldades do início da colonização, a consolidação como grupo os ajudou na adaptação com a sociedade receptora. O catolicismo eslavo, por sua vez, possui características diferenciadas, nas colônias possuem caráter comunitário e rural. Nesse catolicismo, os santos padroeiros se tornam o cerne da fé e devoção, pois o polonês camponês tem demandas diferentes do homem que reside na cidade, para que colheita seja próspera e proteção de seus animais. Assim, além de proteger a comunidade, são concebidos como mediadores entre os homens e Deus, e, por isso é necessário exteriorizar sua maneira de se relacionar com o sagrado, através pagamento de preces, procissões, peregrinações e festejos.

Referências

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BAUMAN, Zygmunt. 2005. Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: J. Zahar

BENTHIEN, MURIÉLLE S. B.; Poloneses da Colônia São Bento (1870-1930). 2005. 98 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2005.

BOURDIEU, P. A gênese dos conceitos de *habitus* e campo In: BOURDIEU, P. Poder simbólico. Portugal/Brasil: Difel/Bertrand, 1989b, p. 59-73.

CAPRI, E. J. De católicos poloneses a ponta-grossenses católicos: a escola sagrada família: 1933-1945. 2003. 219 f. Dissertação (Mestre em História) – Universidade Federal do Paraná Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 2003.

DREHER, M. N. (Org.). Imigrações e história da Igreja no Brasil. Aparecida, SP: Editora Santuário, 1993.

FREITAS, Astrogildo. Reminiscências e tradições. Estante Paranista, Curitiba, 1984.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

GLUCHOWSKI, K. Os poloneses no Brasil: subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil. Tradução: Mariano Kawka. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski, 2005.

NADALIN, Sergio Odilon. Imigração, fronteiras étnicas e sociabilidades: questões teóricas. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.37, 1-26; 2020.

OLIVEIRA, Márcio de. Os poloneses do Paraná (BRASIL) e a questão da nacionalização dos imigrantes (1920-1945). ANPUH – XXV Simpósio Nacional de História. Fortaleza, 2009.

ORCHANHESKI, H.; MAYER, V. L. Os Imigrantes Poloneses – seus descendentes. Algumas Histórias. Prefeitura Municipal de Palmeira – Departamento de Cultura. Braspol – Núcleo de Santa Bárbara. Palmeira, PR, 2006.

PETERS, José Leandro. A História das religiões no contexto da História Cultural. *Faces de Clio. Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História*. v.1, n.1, p 87-104, Jan./Jun. 2015.

POUTIGNAT, Philippe; STREIF-FENART, Jocelyne. Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: UNESP, 2011.

PORTELLI, Alessandro et al. O que faz a história oral diferente. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 14, 1997.

SKAVRONSKI, Maria Inês Antonio. Rezar e benzer: rituais sagrados e identidade étnica em Prudentópolis – PR (1990-2014). 2014. 155 f. Dissertação (Mestrado em História, Cultura e Identidades) - Universidade Estadual De Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

VIECHNIESKI, Selma Antonia Pszdzimirski. Tensões na construção identitária Polonesa: o caso da Colônia Amola-Faca/Virmond (PR) [recurso eletrônico] / Selma Antonia Pszdzimirski Viechnieski – 2ª edição – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020.

WACHOWICZ, Ruy C., O Camponês Polonês no Brasil, Fundação Cultural, Casa Romário Martins, Curitiba, 1981.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3 ed. Brasília: Editora da UnB, 1999. vol. 1. (P. II, cap. IV, “Relações comunitárias étnicas”, p. 269-277.)

ZULIAN, R. Wosiack. ENTRE O AGGIORNAMENTO E A SOLIDÃO: práticas discursivas de D. Antonio Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa-PR (1930-1965). Tese de Doutorado. Florianópolis. 2009. 429 p.

ZULIAN, R. Wosiack. “Bêbados, arruaceiros e sovinas”: a Igreja Católica e o imaginário imigrante no início do século XX – Ponta Grossa (PR). *Revista História: Debates E Tendências*, 9(2), 299-313, 2013.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 6



ANÁLISE DO GOSTO E CONFIANÇA EM METODOLOGIAS DE ENSINO DE HISTÓRIA: ASPECTOS TEÓRICOS E ESTATÍSTICOS

Almeida, Karine de Fatima.¹³⁶

Universidade Estadual de Ponta Grossa; Departamento de História

A pesquisa foi realizada a partir de um levantamento teórico sobre a relação entre o gosto e a confiança dos estudantes sobre algumas metodologias, levando em consideração os conceitos trabalhados como cultura histórica e consciência histórica (Jörn Rüsen), refletindo como ela está presente no cotidiano. A partir desse embasamento teórico foram discutidos os dados do Projeto Residente coletados em 2019, intencionando o gosto e confiança dos alunos com diferentes formas de aprender/apreender a história, pensando assim a relação entre jovem e a história. Por fim, foi desenvolvido um questionário voltado para o ensino com a música, que será desenvolvido em pesquisas posteriores.

1. Levantamento teórico: Conceitos trabalhados

A Didática da História, em especial a partir do filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen, é um campo que pode contribuir com conceitos, como consciência e cultura histórica, para o debate, análise e estudo do cenário cultural.

Rüsen define consciência histórica como:

Todo pensamento histórico, em quaisquer de suas variantes - o que inclui a ciência da história -, é uma articulação da consciência histórica. A consciência histórica é a realidade a partir da qual se pode entender o que a história é, como ciência, e por que ela é necessária (RÜSEN, 2001, p. 56).

Tal conceito trata-se do que é comum e fundamental do ser humano, ou seja, necessidade interpretar as experiências do tempo, utilizando do cotidiano para se pensar a respeito (BAROM, 2018, p. 8). É uma expressão ampla, pois acaba se tornando história a partir do momento que se coloca em narrativa, levando em consideração a identidade pessoal e social através do tempo (CERRI, 2011, p. 60-61). Este conceito nos mostra que o saber histórico não está presente somente na academia, mas principalmente no dia a dia.

Outro conceito fundamental para compreender a pesquisa é o de cultura histórica, definido por Rüsen como:

O supramundo dos sentidos constituídos pela consciência histórica humana. Ela abrange as práticas culturais de orientação do sofrer e do agir humanos no tempo. A cultura histórica situa os homens nas mudanças temporais nas quais têm de sofrer e agir, mudanças que — por sua vez — são (co)determinadas e efetivadas pelo próprio agir e sofrer humanos. A cultura

¹³⁶ Graduanda do curso História licenciatura, participante do Grupo de Estudos em Didática da História (GEDHI).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

histórica é capaz de orientar quando viabiliza que as experiências com o passado humano sejam interpretadas de modo que se possa, por meio delas, entender as circunstâncias da vida atual e, com base nelas, elaborar perspectivas de futuro (RUSEN, 2015, p. 217).



A formação histórica é a maneira que conecta o saber científico a vida prática, sendo um importante meio de partilhar uma representação geral da identidade humana. A cultura histórica entra como o coletivo da formação histórica, o conhecimento é reunido também pela cultura histórica, assim trabalhando em conjunto com a ciência da história (ASSIS, 2010, p. 33-34). É um meio de produção, apresentação e consumo de narrativa histórica que possui 5 dimensões:

Cognitiva: seu critério de sentido é a verdade (RÜSEN, 2015, p. 231);

Estética: o critério decisivo de sentido é, aqui, chamado de beleza (RÜSEN, 2015, p. 231);

Política: a palavra central é legitimidade (RÜSEN, 2015, p. 232);

Moral: é decisivo aqui o critério de sentido da distinção entre o bem e o mal (RÜSEN, 2015, p.233);

Religioso: o critério decisivo aqui é o da salvação do ser humano de sua finitude (RÜSEN, 2015, p.234).

Há outros autores que estudam esses conceitos, por isso, é necessário que toda essa articulação de informações seja analisada constantemente, devido às diversas mudanças que se tem no campo historiográfico (BAROM, 2018).

A juventude é plural, possui uma grande importância para nossa sociedade, os jovens ocupam diversos lugares nela, se encontram como sujeito político, social, cultural e como objeto de um campo de conhecimento. Um dos meios dessa pluralidade é o meio cultural, devemos refletir quais os meios que a cultura se apresenta no cotidiano do jovem (BARBIANI, 2007, p. 140).

O empobrecimento estrutural faz com que essa parcela jovem seja explorada pela indústria cultural, ocasionando o aumento da desigualdade social e as diferenças culturais existentes, a juventude acaba não conseguindo englobar o ser jovem, sendo a condição juvenil diferente da situação juvenil, pois o modo de viver jovem difere-se por diversos meios, como a condição social (BARBIANI, 2007, p. 142-143).

O ambiente escolar pode ser um dos meios com que o jovem alcance o meio cultural, o trabalho com o uso de novelas, séries, filmes, música, entre outras metodologias permitem essa aproximação cultural, podendo ser útil para diminuir a desigualdade social imposto pela indústria cultural.

2. Levantamento estatístico: Gosto e confiança nos meios de aprender história

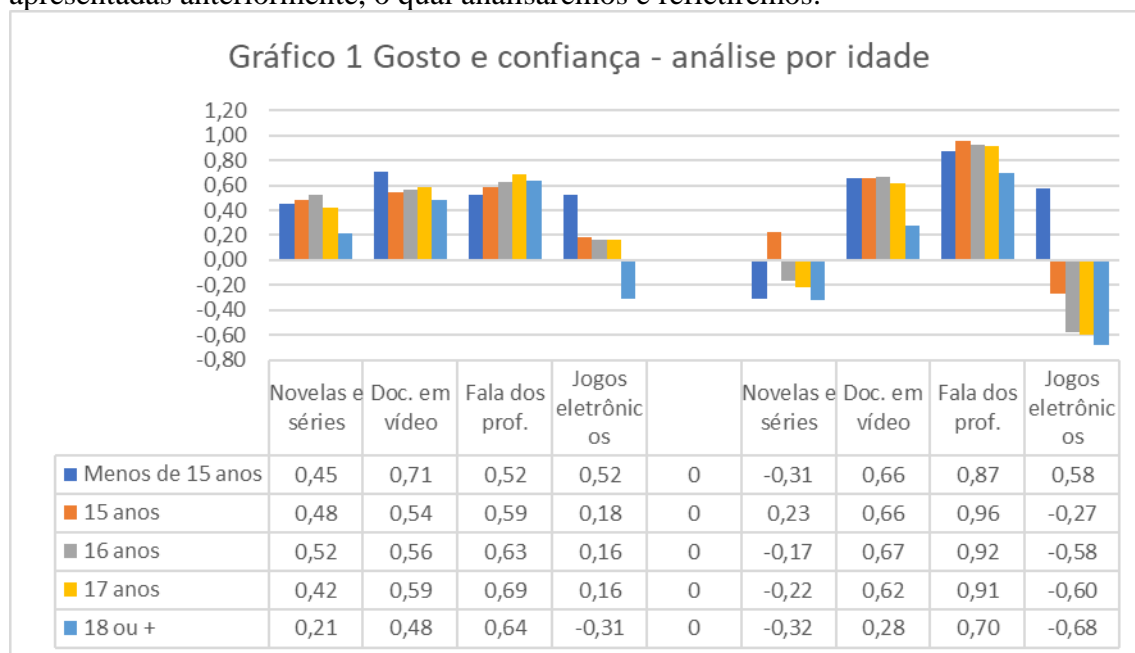
A amostra coletada no Projeto Residente ano de 2019 é de estudantes residentes no Brasil, estão na escala Likert, onde estão distribuídos os resultados entre -2 e 2, sendo negativo (-2: Gosto muito pouco/Confio muito pouco e -1 Gosto pouco/Confio pouco), neutro (0 Mais ou menos) e positivo (1 Gosto/Confio e 2 Gosto muito/Confio muito), estão em média aritmética.

A análise partirá das variáveis de idade, sexo, posição política e também da construção de hipóteses a respeito da questão sobre a recepção de uma nova informação

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

sobre a história. Cada uma dessas variáveis foram pensadas levando em consideração as questões selecionadas para a análise, o gosto e confiança em novelas e séries, documentários em vídeo, fala dos professores e jogos eletrônicos, vale ressaltar que isso entrelaça com a dimensão estética e cognitiva de Rösen.

No gráfico 1, é apresentado a variável de idade trabalhando em conjunto com as questões de gosto (lado esquerdo do gráfico) e confiança (lado direito do gráfico) apresentadas anteriormente, o qual analisaremos e refletiremos.



Fonte: Dados do Projeto Residente (2019) organizados pela autora.

Quando observamos a variável de alunos menos de 15 anos e 18 ou mais, vemos que na análise geral de novelas e séries; documentários em vídeo; fala dos professores e jogos eletrônicos (games) encontram-se em relação a afinidade em mais ou menos tendendo a gosto,

Uma delas é a questão dos jogos eletrônicos, que para alunos menores de 15 anos gostam mais desse meio em comparação as outras idades, o que nos faz refletir que a presença de jogos eletrônicos nessa idade pode ser maior que nas outras, até mesmo o interesse dessa idade pode diferir com as outras.

Já para os alunos de 18 anos ou mais, os jogos eletrônicos encaminham-se para a tendência de gosto pouco, é a única idade que nos mostra esse valor negativo nessa questão. Outra diferenciação que temos é que os alunos com 18 anos ou mais, no quesito de novelas e séries, apresenta o menor valor encontrado, (-0,31) pode-se pensar que essa idade já não tenha tanto interesse ou até mesmo tempo para esses meios (novelas e séries e jogos eletrônicos).

Em relação à confiança desses meios, podemos observar que no geral, eles confiam mais nos documentários em vídeo e fala dos professores, este último observou-se altos valores na média.

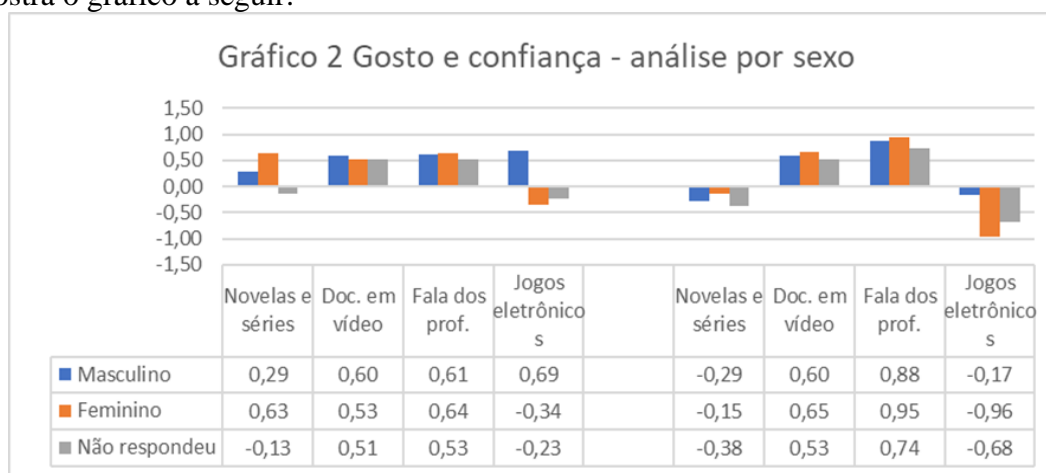
Devemos nos ater também a confiança dos alunos menores de 15 anos em jogos eletrônicos, que possui uma tendência a confiança bem elevada, que pode se dar por possuírem um gosto relevante nesse meio. Já os de 15 anos, vemos que a confiança em

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

novelas e séries tende a ser mais ou menos, enquanto as outras idades aproximam-se a confio pouco.

Já os não respondentes têm a tendência a gostar pouco de novelas e séries e jogos eletrônicos, documentários em vídeo e fala dos professores a tendência é gostar. A confiança dos que não responderam encontra-se semelhantes aos dados do sexo masculino e feminino.

Outra variável crucial para pensar o gosto e confiança em novelas e séries, documentários em vídeos, fala dos professores e jogos eletrônicos é a de sexo, como mostra o gráfico a seguir:



Fonte: Dados do Projeto Residente (2019) organizados pela autora.

Observando as questões trabalhadas em relação às variáveis de sexo, temos que em ambos os sexos tendem a gostar de documentários em vídeo e a fala dos professores.

Quanto às novelas e séries, vemos que a média de gosto se concentra de forma mais ampla no sexo feminino (0,63), já no sexo masculino é menor (0,29). Isso pode se dar pelos estereótipos de gênero criado em relação as novelas, de que novela é “coisa de mulher”, um pensamento sexista idealizado há décadas.

Já jogos eletrônicos ocorrem de maneira inversa: no sexo feminino a tendência é gostar pouco (-0,34) e a do sexo masculino é de gostar (0,69). Pelo mesmo motivo citado acima, a masculinidade acaba gerando um forte preconceito com as mulheres que jogam em *streamings*. Quanto a presença feminina nos gráficos dos jogos eletrônicos, vemos muitas vezes que a sexualização é constante, além da objetificação da mulher nos games, o que pode ser uma das causas do constante assédio sofrido pelas mulheres durante as partidas (BRISTOT; POZZEBON; FRIGO, 2017).

Quanto à confiança analisados pela variável de sexo, mostra-se semelhante a variável de idade, onde confiam na fala dos professores e documentários em vídeo e confiam pouco nos outros meios.

Partindo para nossa próxima variável, temos a análise de gosto e confiança a partir da posição política nos possibilita aproximar melhor dos alunos e seu posicionamento econômico e político/social, vale ressaltar que as respostas não nos dão cem por cento de certeza, mas possibilita a criação de hipóteses em relação as metodologias apresentadas e a posição política deles.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Apresentamos então duas tabelas sobre o assunto, onde discutiremos de modo geral primeiramente e depois problematizaremos essa análise.

| Tabela 1 Posição política – Gosto | Novelas e séries | Doc. em vídeo | Fala dos prof. | Jogos eletrônicos |
|--|-------------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------|
| Politicamente neutra/não respondeu | 0,24 | 0,28 | 0,55 | 0,31 |
| Economic. neutra e Politicamente Autoritária | 0,37 | 0,53 | 0,58 | 0,01 |
| Direita autoritária | 0,35 | 0,4 | 0,51 | 0,2 |
| Economicamente Direita e Politicamente Neutra | -0,08 | 0,3 | 0,44 | 0,12 |
| Direita democ. | 0,36 | 0,43 | 0,44 | 0,11 |
| Economicamente Neutra e Politicamente Democrática | 0,52 | 0,18 | 0,54 | -0,06 |
| Esquerda Democrática | 0,55 | 0,7 | 0,7 | 0,07 |
| Economic. Esquerda e Politicamente Neutra | 0,44 | 0,57 | 0,66 | 0,07 |
| Esquerda Autoritária | 0,37 | 0,45 | 0,65 | 0,17 |

Fonte: Dados do Projeto Residente (2019) organizados pela autora.

| Tabela 2 Posição política – Confiança | Novelas e séries | Doc. em vídeo | Fala dos prof. | Jogos eletrônicos |
|--|-------------------------|----------------------|-----------------------|--------------------------|
| Politicamente neutra/não respondeu | -0,24 | 0,5 | 0,84 | -0,62 |
| Economic. neutra e Politicamente Autoritária | -0,11 | 0,49 | 0,8 | -0,21 |
| Direita autoritária | -0,12 | 0,4 | 0,67 | -0,28 |
| Economicamente Direita e Politicamente Neutra | -0,5 | 0,23 | 0,63 | -0,54 |
| Direita democ. | -0,25 | 0,43 | 0,73 | -0,44 |
| Economicamente Neutra e Politicamente Democrática | -0,04 | 0,63 | 0,9 | -0,59 |
| Esquerda Democrática | -0,27 | 0,74 | 1 | -0,76 |
| Economic. Esquerda e Politicamente Neutra | 0 | 0,7 | 0,99 | -0,5 |
| Esquerda Autoritária | -0,22 | 0,6 | 0,96 | -0,56 |

Fonte: Dados do Projeto Residente (2019) organizados pela autora.

Sobre o gosto na variável política neutra/não respondeu, a média é mais ou menos em novelas e séries, documentários em vídeo e jogos eletrônicos. Já em falas dos professores, vemos que tem tendência para gosto. Quanto à confiança, os casos não variam com os anteriores analisados.

Na variável economicamente neutra e politicamente autoritária, as médias com tendência a gosto são documentários em vídeo e fala dos professores. Em novelas e séries é mais ou menos. Quanto aos jogos eletrônicos, se tem a menor média registrada (0,001) em comparação as outras médias políticas. Em confiança encontra-se do mesmo modo das análises anteriores.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Em direita autoritária, temos mais ou menos em novelas e séries e jogos eletrônicos, já a tendência a gostar é documentário em vídeo e fala dos professores. Em confiança desses meios, encontra-se da mesma forma anterior.

Quanto a variável economicamente direita e politicamente neutra, a tendência a gosto é em documentário em vídeo e fala dos professores. Em mais ou menos com tendência a gosto pouco, temos novelas e séries que se encontra em menor valor em relação as outras posições políticas (-0,08) e temos também jogos eletrônicos (0,12). A confiança encontra-se no mesmo caso anterior.

Em direita democrática, a tendência a gostar é em novelas e séries, documentários em vídeo e fala dos professores. jogos eletrônicos encontram-se em mais ou menos. A confiança é semelhante aos casos anteriores.

Vemos também em Economicamente neutra e politicamente democrática que novelas e séries e fala dos professores tem tendência a gosto, documentários em vídeo é mais ou menos e os jogos eletrônicos encontram-se próximo a gosto pouco, com a média de -0,06. A confiança é semelhante aos casos anteriores.

Em Esquerda democrática, todos os casos exceto jogos eletrônicos têm tendência a gostar desse meio e a confiança apresenta-se como nos casos anteriores.

Na variável política de economicamente esquerda e politicamente neutra, a tendência a gostar de documentários em vídeo e fala dos professores, enquanto novelas e séries e jogos eletrônicos a tendência é mais ou menos. Em confiança dos meios, novelas e séries é mais ou menos, documentários em vídeo e fala dos professores é confio e jogos eletrônicos é confio pouco.

Por fim, esquerda autoritária nos mostra a média de gosto somente em falas dos professores, enquanto os outros meios encontram-se em mais ou menos em relação ao gosto. A confiança encontra-se como nos casos gerais, confio em fala dos professores e documentários em vídeo e confio pouco em novelas e séries e jogos eletrônicos.

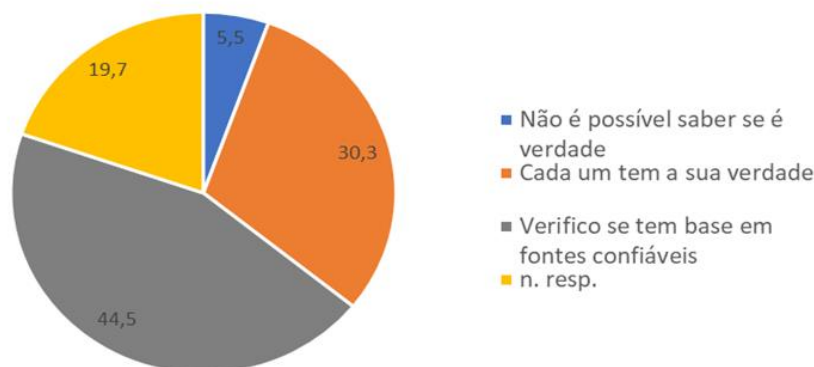
Podemos ver que esses resultados entrelaçam a cultura política com a cultura histórica, já que a cultura política tem uma ampla relação com a sociedade ou grupo e a cultura histórica liga-se com as temporalidades. O fator fundamental aqui que mantém esses dois conceitos em contato é a produção de identidade, necessária para o meio político e que resulta do relacionamento temporal da consciência histórica (CERRI, 2021).

Na breve análise das tabelas, a variação maior está no gosto dos jovens, a dimensão estética da cultura histórica pode ser compreendida também com a dimensão afetiva da cultura política, o gosto e interesse pela história é contabilizado pelos jovens analisados. O gosto e interesse também diz respeito ao posicionamento político desses jovens, ocorrendo na escola essas socializações histórico-política (CERRI, 2021).

Para finalizar, a última questão de análise selecionada foi a questão 33 que diz respeito a recepção de uma informação. A pergunta “Quando você toma conhecimento de uma informação nova sobre a História, como você avalia se ela é verdade?” faz com que os alunos reflitam sobre a veracidade das fontes.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

33. Quando você toma conhecimento de uma informação nova sobre a História, como você avalia se ela é verdadeira?



Fonte: Dados do Projeto Residente (2019) organizados pela autora.

PAGE

A partir da primeira geração dos Annales, temos a ideia de uma nova história, onde Bloch, um dos integrantes dessa geração, vê as fontes por outra perspectiva. As fontes já não são vistas como uma verdade absoluta e sim um componente para a pesquisa histórica (BLOCH, 2001).

Vemos nos dados acima que 44,48% dos alunos verificam se tem bases em fontes confiáveis. Outra resposta que possui um grande percentual é que cada um tem a sua verdade, com 30,33%. A verificação das fontes pode ser uma forma de aproximação com o tema, instigando o aluno a pesquisar até algo além do que é trabalhado em sala de aula, desenvolvendo a criticidade.

A ideia de que cada um tem sua verdade nos remete as diversas maneiras de interpretar as fontes que podem variar ao longo do tempo, a concepção de que a história busca uma verdade universal é completamente equívoca. A história está além dos métodos e das provas, ela está presente na ideologia, onde o gosto influencia no método trabalhado, ou seja, para compreender a história é necessário entender que há diversos caminhos para se chegar a ela e não somente uma metodologia (JENKINS, 2001).

A verificação das fontes é um importante meio para identificar também as carências de orientação, já que a partir do momento que indagamos o passado, temos um interesse em saber sobre algum acontecimento, se tornando história através da interpretação (BAROM, 2018). Isso nos possibilita reavaliar questionamentos já feitos, assim como no meio escolar, os alunos têm essa possibilidade de levantar novos questionamentos através da verificação de uma nova fonte.

2. Produção do instrumento para pesquisa estatística

No decorrer da pesquisa, foi possível estabelecer eixos os quais busco centralizar a próxima pesquisa, nesse caso é o uso da música para aprender história. O motivo pelo qual decidi trabalhar com essa temática é porque a música está presente em nosso cotidiano, através de diferentes meios, a escola pode ser um dos meios o qual

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

podemos inserir a música, podendo desenvolver nos alunos um pensamento crítico ao trabalhar com músicas que tratam de períodos da história e ver a percepção deles sobre isso.

Pensando nisso, foi produzido um questionário contendo 20 questões, tem por objetivo problematizar e analisar o gosto dos alunos pela música, o contato deles com esse meio, como se dá a inserção de músicas que tratam de temas históricos, o uso de paródias, se eles gostam e confiam nesse meio para aprender história, dentre outras questões necessárias para este estudo.

O questionário será aplicado para alunos do ensino médio (do 1º ano até o 3º), em escolas públicas e particulares, a princípio tem-se um questionário piloto, cujo na próxima pesquisa será aplicado em pequena escala, analisada essa primeira aplicação e depois aplicada em larga escala, as questões poderão sofrer alterações no decorrer do projeto.

Em suma, no referente link https://docs.google.com/document/d/1PD2JR19pZfo1EW9DiC3aCRm90ozz-d9DHPoHTTp_SbY/edit?usp=sharing estão as questões o qual trabalharei. O devido projeto possibilitou conhecer mais sobre o meio estatístico presente nas ciências humanas, como podemos identificar problemas na área educacional e problematizar os dados obtidos, pois cada dado é um aluno respondente.

Conclusão

A partir do trabalho exposto, foi possível observar de modo mais amplo como é o gosto e confiança dos alunos acerca das metodologias expostas. Vemos que a fala dos professores tem um índice bem significativo em gosto e confiança, mas vemos que as respostas podem variar a partir da análise por idade, sexo e posição política.

Tal pesquisa dialogou com o Núcleo em Pesquisa de Didática da História no sentido de se pensar o ensino de história e as metodologias que podem ser empregadas, visa pensar tais metodologias e como os alunos gostam e confiam nela, sendo um importante meio para refletir sobre consciência e cultura histórica, contribuindo também na inserção de metodologias diferentes além do tradicional (como o uso do livro apenas).

No meio teórico, a pesquisa se deu a partir do uso dos conceitos de consciência histórica e cultura histórica de Rüsen e também uma breve análise de cultura juvenil. No meio estatístico, foi analisado uma parte de dados do Projeto Residente, sobre o gosto e confiança dos estudantes em Novelas e séries, documentários em vídeo, fala dos professores e jogos eletrônicos, as questões foram analisadas a partir das variáveis de idade, sexo e posição política, além da inserção de uma questão que reflete sobre uma nova informação sobre a história.

Das análises propostas, observamos que no geral, novelas e séries e jogos eletrônicos apresenta uma baixa confiança, mas os alunos gostam desse meio para aprender história, já documentários em vídeo e fala dos professores apresentaram um alto índice de confiança e no geral os alunos gostam também.

Mas no caso específico da variável de sexo, tivemos uma diferença com a análise geral, no caso das novelas e séries, a afinidade foi maior no sexo feminino do

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

que no sexo masculino, já jogos eletrônicos seguiu o caminho inverso, a afinidade maior do sexo masculino do que no feminino. Pode-se pensar que essa diferença estatística presente nos jogos eletrônicos e em novelas e séries é algo imposto na sociedade, já que a masculinidade dita o que o homem deve fazer e o que a mulher deve fazer, é crucial quebrar as regras e mostrar que pode ser diferente.

Por fim, a pesquisa possibilitou observar tais comportamentos de forma ampla e também a reflexão sobre as metodologias trabalhadas, analisando cautelosamente novas possibilidades de trabalho com o meio estatístico.

Referências

ASSIS, ARTHUR ALFAIX. *A teoria da história de Jörn Rüsen. Uma introdução*. 1. ed. Goiânia: Editora UFG, 2010. 80p.

BARBIANI, Rosângela. Mapeando o discurso teórico latino-americano sobre juventude(s): a unidade na diversidade. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 6, n, 138-153, jan./jun. 2007.

BAROM, W. C. C. As publicações do projeto Jovens e a História (2007-2014): metodologia, conceitos, temáticas, abordagens e algumas conclusões. *História & Ensino*, Londrina, v. 22, n. 1, p. 71-90, jan./jun. 2016.

BAROM, W. C. C. Os principais conceitos da teoria da história de Jörn Rüsen: uma proposta didática de síntese. *Albuquerque: journal of history*, v. 9, n. 18, 7 Apr. 2018.

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRISTOT, PAULA CASAGRANDE ; BOLAN FRIGO, LUCIANA ; POZZEBON, Eliane ; A representatividade das Mulheres nos Games.

CERRI, L. F. Cartografias Temporais: metodologias de pesquisa da consciência histórica. *Educação e Realidade*, v. 36, n. 1, p. 59-81, jan./abr. 2011.

CERRI, L. F. Dados quantitativos na reflexão didática de estudantes e professores de História. *Revista História Hoje*, v. 5, n. 10, set. 2016.

CERRI, L. F. Interfaces entre cultura histórica e cultura política. *Topoi (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 54-76, jan./abr. 2021.

JENKINS, Keith. O que é a história? In. __. *A história repensada*. São Paulo: Contexto, 2001. p. 23-52.

PROJETO RESIDENTE. Observatório das relações entre jovens, história e política e América Latina. Grupo de Estudos em Didática da História, 2021. Disponível em: <https://www2.uepg.br/gedhi/projeto-residente/>. Acesso em 09 de dezembro de 2020.

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001, 194p.

RÜSEN, Jörn. . *Teoria da história: uma teoria da história como ciência*. Tradução de Estevão C. de Rezende Martins.. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

UMA PROPOSTA NARRATIVA DE FEMINISMO POR MEIO DA LITERATURA: NOTAS PRELIMINARES



Mariana Barbosa de Souza¹

¹Docente no Instituto Latino-Americano de Tecnologia, Infraestrutura e Território (ILATIT) da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Curso de Arquitetura e Urbanismo. Mestranda em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa (PPGH/UEPG). E-mail: barbosadesouzamariana@gmail.com.

O presente ensaio pretende revisitar pensamentos, ações, posturas e práticas subjetivas, apresentando algumas reflexões e concepções construídas ao longo da disciplina de *História e Narrativa*, do Mestrado e Doutorado em História, da Universidade Federal do Paraná – PPGH/UFPR, transcorrida durante o primeiro semestre de 2021.

A partir da análise da obra *As alegrias da maternidade* da autora nigeriana Buchi Emecheta buscamos romper com a lógica discursiva que gira insistentemente em torno do sujeito masculino eurocentrado¹³⁷, relegando ao segundo plano, aos apêndices ou ao simples esquecimento as ações e contribuições ativas do outro gênero integrante das relações sociais, quais sejam, a participação de mulheres plurais na nossa formação histórica, social e intelectual. Joan Scott induz a reflexão autoavaliativa de profissionais da área nesse ponto ao identificar as consequências do status *marginal* da História das mulheres que, segundo a autora:

(...) mostram os limites de abordagens descritivas que não questionam os conceitos disciplinares dominantes ou, ao menos, que não problematizam esses conceitos de modo a abalar seu poder e, talvez, a transformá-los. Para os/as historiadores/as das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental. A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou relegação a um domínio separado. (SCOTT, 1995, p. 74).

A constatação acima, facilmente identificável em um exame mais detalhado nos materiais didáticos e nas obras de referência mais comuns produzidos pela e para a disciplina História que temos em nossas casas, é resultado do trabalho crítico feito por intelectuais feministas que procuraram e procuram reelaborar conceitualmente

¹³⁷ Em Margareth Rago temos a descrição das suas principais características: “Não é demais afirmar que os principais pontos da crítica feminista à ciência incidem na denúncia de seu caráter particularista, ideológico, racista e sexista: o saber ocidental opera no interior da lógica da identidade, valendo-se de categorias reflexivas, incapazes de pensar a diferença. (...) Pensa-se a partir de um conceito universal de homem, que remete ao branco-heterossexual-civilizado-do-Primeiro-Mundo, deixando-se de lado todos aqueles que escapam desse modelo de referência”. (1998, p. 4).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

narrativas históricas, ensinadas e aprendidas, que sejam capazes de desenvolver cognitivamente subjetividades críticas necessárias ao convívio democrático. Assim sendo, os estudos feministas e das relações de Gênero não devem ser encarados como uma ameaça ou interferência externa à História ciência e disciplina, ao contrário, eles nos fornecem outros subsídios mais amplos sobre e para o processo de construção do conhecimento histórico, propondo “uma nova relação entre teoria e prática”. (RAGO, 1998, p. 11). Diante disso, as/os profissionais que estão se familiarizando com o debate e pretendem revisar suas ações no ensino e pesquisa, precisam ter em mente que:



O desafio colocado por essas reações é, em última análise, um desafio teórico. Isso exige análise não apenas da relação entre a experiência masculina e feminina no passado, mas também da conexão entre a história passada e a prática histórica presentes. Como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? As respostas a essas questões dependem de uma discussão do gênero como categoria analítica. (SCOTT, 1995, p. 74).

Considerável reforçar que repensar a História pelas perspectivas dos estudos de Gênero e feministas não significa a simples substituição do homem pela mulher nos conteúdos e narrativas; isso por si só seria a emulação do sistema universalista de produção de conhecimentos e subjetividades que estava sendo criticado e não a sua desconstrução e transformação¹³⁸. Guacira Lopes Louro (1995, p. 119) analisando o texto de Joan Scott escreve:

A proposta de Joan Scott busca superar essa reversão de pólos, já que o que ela vai propor – ao sugerir que se trabalhe com gênero e não apenas com mulheres – será exatamente que se caminhe para observar as “relações” entre homens e mulheres ao invés de se tentar construir um novo gueto.

Ensinar a disciplina escolar História e empreender pesquisas nesse campo de conhecimento, concebendo “a realidade social em termos de gênero” (SCOTT, 1995, p. 83), é incluir mulheres e homens, em pé de igualdade política e intelectual, na reflexão e busca por soluções conjuntas sobre nossas problemáticas sociais equivocadamente justificadas na diferença natural entre os sexos¹³⁹; retornando com as argumentações de Margareth Rago (1998, p. 16, grifos no original) notamos que:

(...) a categoria do gênero abre, ainda, a possibilidade da constituição dos **estudos sobre os homens**, num campo teórico e temático bastante renovado e radicalmente redimensionado. Após a “revolução feminista” e a conquista da visibilidade feminina, após a constituição da área de pesquisa e estudos feministas, consagrada academicamente em todo o mundo, os homens são

¹³⁸ Acreditamos que a observação de Teresa de Lauretis se aplica ao nosso argumento: “Quaisquer mudanças que possam resultar disso, independentemente da forma em que possam ocorrer, provavelmente não passarão de mudanças de “diferença de gênero”, e não mudanças nas relações sociais de gênero: mudanças, enfim, na direção de uma maior ou menor “igualdade” da mulher em relação ao homem”. (1994, p.226-227).

¹³⁹ Nosso sistema social machista, que discrimina, inferioriza e cria estereótipos de elementos ligados ao feminino, também afeta negativamente o cotidiano dos homens. Sobre isso ler: CONNELL e PEARSE, 2015, p. 42 e 43.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

chamados a entrar, desta vez, em um novo solo epistêmico. É assim que emergem os estudos históricos, antropológicos, sociológicos – interdisciplinares – sobre a masculinidade, com enorme aceitação. Cada vez mais, portanto, crescem os estudos sobre as relações de gênero, sobre as mulheres, em particular, ao mesmo tempo em que se constitui uma nova área de estudos sobre os homens, não mais percebidos enquanto sujeitos universais.



Outrossim, trazemos à discussão o pensamento da nigeriana Oyèrónké Oyèwùmí (2004). A autora chama atenção para o feminismo que vem de outros contextos que não o ocidental. A ideia de que o racismo é tão profundo e está incutido inclusive em campos de conhecimento sociais e humanos faz com que repensemos o conceito. A elabora seu pensamento baseando-se em suas vivências, reelaborando o que sabe sobre conceitos ocidentais. E muito embora a sua crítica ao feminismo branco eurocêntrico e cultural leve em consideração que o movimento foi capaz de transformar o que parece ser problemas pessoais de mulheres em questões públicas conhecidas, tendo em vista que experiências de opressão conformaram o gênero enquanto um campo de pesquisa, ela atenta ao fato de que não devemos esquecer das questões de raça e de classe. Também é importante rompermos com a lógica binarista e dicotômica que atravessa o nosso pensamento para pensarmos gênero na sociedade nigeriana. Segundo Oyèrónké Oyèwùmí (2004, p. 5),

Mães são, antes de tudo, esposas. Esta é a única explicação para a popularidade do seguinte paradoxo: mãe solteira. A partir de uma perspectiva africana e como uma questão de fato, mães por definição não podem ser solteiras. Na maioria das culturas, a maternidade é definida como uma relação de descendência, não como uma relação sexual com homem. Dentro da literatura feminista, maternidade, que em muitas outras sociedades constitui a identidade dominante das mulheres, está subsumida a ser esposa. Porque a mulher é um sinônimo da esposa, a procriação e a lactação na literatura de gênero (tradicional feminista) são geralmente apresentadas como parte da divisão sexual do trabalho. A formação de casais pelo casamento está assim constituída como a base da divisão social do trabalho.

E se a pensadora nigeriana Oyèwùmí (2004) chama atenção para o modo como determinados conceitos, como é o caso de gênero e até mesmo feminismo, não se adequam à realidade de mulheres africanas e suas especificidades, o mesmo ocorre na maneira como na literatura ficcional brasileira a maternidade é tratada. Aproximando a Nigéria do Brasil, é possível perceber que enquanto a maternidade branca é detalhada e superestimada, a maternidade negra é vista como um problema da sociedade que necessita ser combatido, muito embora estas experiências tenham recebido maior atenção nos últimos anos, com a visibilidade atribuída a autoras como Conceição Evaristo (apenas para exemplificar citamos o seu romance intitulado *Ponciá Vicêncio*) e Maria Carolina de Jesus, com a sua conhecida obra *Quarto de Despejo*.

Na próxima seção traçamos algumas considerações a respeito de gênero e feminismos presentes na obra *As alegrias da maternidade*, da autora nigeriana Buchi Emecheta.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

1. Refletindo sobre gênero e feminismos a partir de *As alegrias da maternidade*

Em recente entrevista para o programa Roda Viva Chimamanda Adichie (2021) afirmou que são escassas as autoras negras que publicam, pois, o mercado editorial não privilegia mulheres, sobretudo mulheres negras. São razões culturais e políticas que explicam o incipiente número de escritos de autoria feminina nos catálogos das principais editoras ligadas ao público feminino, embora o número tenha aumentado nos últimos anos. A função que nos foi atribuída culturalmente de gerar filhos e cuidar da casa continua imperando independentemente do continente e da região geográfica na qual encontramos-nos inseridas.

Nesse contexto Buchi Emecheta foi transgressora no período no qual deu início a suas obras na medida em que problematizou temas como a maternidade e a maternagem¹⁴⁰. A autora escreveu em um período no qual as mulheres de sua cultura eram alijadas de processos de concepção literária. Assim, trata-se de um passo significativo a escrita realizada por uma mulher, que no caso tem também significado identitário, tendo em vista que mulheres não devem ser percebidas apenas como sujeitos ou objetos à disposição de uma narrativa. “O tom feminino não enfraquece as narrativas, antes subverte o cânone literário ao empregar a ele originalidade e força”. (NAVARRO, 1995, p. 11).

Reforçamos que quando falamos em literatura de autoria feminina nos referimos sobretudo às reflexões a partir de vivências e experiências que tem como foco central a mulher em determinados contextos culturais e sociais. Não basta a autoria, não se resume simplesmente às personagens femininas, é importantíssimo um olhar de mulher. A escrita feminina acaba por dar vazão a acontecimentos antes ignorados por escritos masculinos, são temas como o falecimento, a infertilidade, a própria maternidade, a ausência, entre outros.

Essa variante de razões para o sofrimento feminino igbo, amplamente abordado nas obras de Emecheta, foi também marcada por prescrições alheias à cultura local, que marcaram o modo como as tribos fizeram que algumas compreensões fossem introjetadas pelas pessoas: a colonialidade “intrude o gênero da aldeia, modifica-o perigosamente. Intervém na estrutura de relações [...] e a reorganiza a partir de dentro, mantendo a aparência de continuidade, mas transformando os sentidos, [...] nomenclaturas permanecem, mas são interpretadas à luz de uma nova ordem”. (SEGATO, 2012, p. 118). E essa nova ordem apresenta-se no contexto em que se encontra inserida Nnu Ego, a protagonista da obra analisada, que busca na maternidade a realização de sua vida, o encontro com a alegria e a realização pessoal.

As personagens femininas de Emecheta, mas especialmente Nnu Ego, tem muita proximidade com a realidade da autora, que passou por situações difíceis com os filhos e com o ex-marido, que a abandonou e queimou os manuscritos de seus primeiros livros. Contudo, interessante pensar que ao mesmo tempo em que os romances dão

¹⁴⁰ Em razão de se tratar de um ensaio final para disciplina, inicialmente e, posteriormente para um texto a ser submetido em colóquio, com limitação de páginas, optamos por abordar apenas a obra de Buchi Emecheta. Mas a título ilustrativo apontamos também a obra de outra autora nigeriana, Ayòbami Adébáyò (2018), que igualmente aborda a maternidade. No livro intitulado *Fique comigo*, a maternidade é retratada como um peso que as mulheres nigerianas devem carregar. Na mesma obra a autora também trata do tabu da infertilidade, que de acordo com ela, é tida como uma catástrofe.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

visibilidade para mulheres, simultaneamente eles operam como mecanismo de poder na medida em que são publicados na língua de um colonizador. É interessante pensar que mulheres autoras como Emecheta e Chimamanda necessitaram migrar da Nigéria para países do Norte global e publicar em língua inglesa para então serem reconhecidas mundialmente.

Essa ponderação nos leva a pensar como o lugar de fala elaborado por Djamilia Ribeiro (2017) é aplicável em situações como essa, na qual as pressões estruturais resultam em situações em que indivíduos de determinados grupos tem o seu direito à fala, à existência, interrompidos ou calados, visto que uma fala, que na grande maioria das vezes é ocidental, branca, masculina e heterossexual age sobre os seus corpos. A obra de Emecheta rompe uma norma hegemônica pré-estabelecida e por meio da sua escrita, pessoas de distintos lugares podem ter acesso a outras narrativas a respeito da cultura da Nigéria e do papel social da mulher negra na sociedade africana. Logo, evitando o perigo de uma história única, apresentado por Chimamanda Adichie (2019), entendemos que as diferentes histórias importam, sobretudo porque elas têm o condão de dar voz a um povo, um grupo social.

Ao longo da obra é possível perceber como o papel de cuidadora dos filhos é de responsabilidade exclusiva das mulheres. Destacamos que quando se trata de trabalho de cuidados e de reprodução da vida, a desvalorização é histórica. A questão também pode ser associada ao sistema capitalista que privilegia o trabalho que é concretizado no ambiente externo, menosprezando as tarefas desempenhadas no meio doméstico. Logo, as mulheres, grandes responsáveis pela empreitada da reprodução e manutenção da vida, recebem a culpa caso algo não ocorra conforme o previsto neste processo. E nesse momento é possível perceber a crítica da autora ao sistema patriarcal por impor uma culpa às mulheres que não exercem as funções previstas pelo sistema, senão vejamos:

[...]ocorreu a Nnu Ego que ela era uma prisioneira: aprisionada pelo amor de seus filhos, aprisionada em seu papel de esposa mais velha. [...]. Não era justo, ela achava, o modo como os espertos dos homens usavam o sentido de responsabilidade de uma mulher para escravizá-la na prática. Eles sabiam que nunca passaria pela cabeça de uma esposa tradicional como ela a ideia de abandonar os filhos. (EMECHETA, 2017, p. 194).

E uma outra questão tão importante quanto a anterior é o acesso diferenciado à educação, que Emecheta apresenta a partir da narrativa a respeito dos filhos. Enquanto aos meninos é destinado o esforço do núcleo familiar a fim de que acessem e permaneçam na escola, às meninas resta somente contentarem-se com tarefas domésticas e auxiliar a mãe Nnu Ego. Ademais, as meninas eram utilizadas como pagamento e garantia no custeio da educação dos meninos. Nas primeiras páginas do capítulo intitulado *A vida da mãe no começo*, como se estivesse em um reencontro com seus antepassados, a protagonista afirma "meus filhos, quando vocês crescerem, serão todos reis entre os homens" e "minhas filhas, quando vocês crescerem, todas embalarão os filhos de seus filhos". (EMECHETA, 2017, p. 43).

Nnu Ego consegue cumprir todas as convenções sociais de boa mãe e tem plena convicção de que sua felicidade estará garantida, pois teve muitos filhos (nove, dentre os quais sete sobreviveram) e criou todos com amor, trabalhando e dedicando-se arduamente em prol de uma velhice doce. Porém, o desfecho da narrativa é triste e

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

irônico a respeito das supostas alegrias acumuladas a partir da maternidade. Nnu Ego morre completamente sozinha, abandona e perdida, porque “nunca fizera muitos amigos, de tão ocupada que vivera acumulando as alegrias de ser mãe”. (EMECHETA, 2017, p. 316).



Considerações finais

As reflexões apresentadas nas páginas precedentes do presente ensaio não são a culminância do que foi desenvolvido ao longo da disciplina *História e Narrativa*, na realidade são o início de um caminho intelectual e de experiência material que demandará ainda mais aprofundamento, aprendizagens e desconstrução profissional e pessoal a partir de um “novo”, complexo e rico paradigma conceitual que traz em si a potência de nos auxiliar a compreender e pedagogicamente ressoar, para outras e outros dentro e fora do espaço escolar formal, distintos e ampliados prismas da nossa experiência coletiva concreta vivida no passado, no presente imediato e na projeção de um futuro que pode e deve ser construído sobre outras bases mais justas, igualitárias e humanas.

Analisar concepções teóricas a partir de textos literários mostra-se um desafio, mas também, um trabalho capaz de iluminar e indicar possibilidades de análise impossíveis de serem vislumbradas caso não estivessem presentes trabalhos de autores e autoras diversos, como foi o caso aqui apresentado, ante a obra *As alegrias da maternidade*, de Buchi Emecheta.

Estudos futuros demandam uma melhor compreensão acerca do modo como conceitos como gênero e feminismo foram recepcionados em países africanos e como operam na prática cotidiana de mulheres daquele continente.

Referências

- ADEBAYO, Ayobami. *Fique comigo*. Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.
- ADICHIE, Chimamanda. *O perigo de uma história única*. Trad. Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebecca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: nVersos, 2015.
- EMECHETA, Buchi. *As alegrias da maternidade*. Tradução de Heloisa Jahn. Porto Alegre: Dublinense, 2017.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.), *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 101-132, 1995.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

NAVARRO, Márcia Hoppe. Por uma voz autônoma: o papel da mulher na história e na ficção latino-americana contemporânea. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Coord.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1995, p. 11-55.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam (Orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Mulheres, 1998. p. 1-17.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?*. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação & Realidade, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. Tradução de Rose Barboza. *e-cadernos CES* [online], Coimbra, Editora Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, n. 18, 2012, p. 106-131. Acesso em: 21 jul. 2021. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>.

OYĚWÙMÍ Oyèrónké. *Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêntricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas*. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8. Tradução para uso didático por Juliana Araújo Lopes.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A BRUXARIA PRESENTE NAS PÁGINAS DE *DISCOVERIE OF WITCHCRAFT (1584)*, DE REGINALD SCOT



OSGA, Thais S¹.

¹Universidade Estadual de Ponta Grossa

1. Notas Preliminares

Desde muito cedo, ainda na infância, somos expostos a representações acerca da bruxaria e seus agentes. Na maioria das vezes, tais representações reproduzem e reforçam características físicas e psicológicas das bruxas e de suas atividades.

Grosso modo, a bruxaria pode simplesmente ser definida como o conjunto de práticas de bruxas ou bruxos, geralmente vinculadas às forças sobrenaturais, com tendência ao maligno. No Brasil, a bruxaria é interpretada como algo prejudicial, e distingue-se da feitiçaria, a qual está relacionada às práticas de curandeirismo, de acordo com o dicionário Michelis (2020). Apesar disso, não são todos os idiomas que apresentam tal distinção (SOUZA, 1987, p.13).

Com isso, é notável que o conjunto de elementos responsáveis por fornecer sentido à bruxaria, pode apresentar alterações de acordo com a cultura e contexto em que foram inseridos. Um exemplo disso, são as variações dos sentidos do termo “bruxa” nos idiomas português, espanhol, alemão, francês, inglês, italiano e latim, apresentados por Cardini (1996, p. 11-14).

Apesar de todas essas variações, foi a partir do século XV que a bruxaria passou a ser vinculada a aspectos específicos, que contribuíram de forma decisiva para sua caracterização enquanto heresia. O pacto com Diabo, inserido no fim do período medieval, através da literatura demonológica, foi aceito pela Igreja Católica por basear a teoria da origem dos poderes das bruxas (THOMAS, 1991, p. 357). Em suma, ao realizar o pacto, a bruxa renunciava a Deus e jurava fidelidade ao maior oponente Dele, e a partir disso, ela poderia se vingar de seus inimigos. Esse aspecto contribuiu para que a bruxaria se tornasse o pior dos pecados possíveis (THOMAS, 1991, p. 357).

A partir disso, inúmeros documentos, como bulas papais e tratados¹⁴¹ foram elaborados, com o objetivo de explicar e comprovar que o fenômeno da bruxaria era algo real e se fazia presente no cotidiano. Uma das obras mais famosas e lembrada até os dias atuais, é o *Malleus Maleficarum* (1486), um manual inquisitorial, que apresenta de maneira detalhada as características e poderes de supostas bruxas, assim como as formas judiciais para puni-las (KRAMER; SPRENGER, 2015). O livro foi amplamente difundido na Europa, principalmente durante os séculos XV a XVII, tendo publicações

¹⁴¹ Alguns exemplos de tais obras *Directorium Inquisitorium* (1376), de Nicholas Eymerich; o *Tractatus Hereticis et Sotilegiis* (1524), de Paulus Grillandus; a *Demononolatreiae* (1595), de Nicolas Remi; o *Disquisitionum Magicarum Libri Sex* (posterior à obra de Remi), de Martin Del Rio; *Discours des sorciers* (1602), Henri Boguet; *Tableau de l'inconstance des mauvais anges et démons* (1612), de Jan Ziarnko; *Practica Rerum Criminalium* (1635), de Benedict Carpzow; e *Compendium Maleficarum* (1608), de Francisco Maria Guazzo. Além desses, há também o *Formicarius* (1475), de Johannes Nider.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

registradas em maior número na Alemanha, França, Suíça e Itália, como demonstra Osga (2018, p. 40, no prelo). Na Inglaterra, o livro manteve-se ausente até o ano de 1520 (THOMAS, 1991, p. 356). Apesar de não podemos definir precisamente e especificamente questões referentes à publicação do *Malleus Maleficarum*, na Inglaterra, podemos esboçar uma reflexão acerca da concepção de bruxaria, tratada em um outro momento do texto.

Percebe-se, portanto, que as representações e percepções da bruxaria foram elaboradas a partir de permanências e rupturas. Por estar situada na longa duração, a bruxaria pode ser compreendida a partir da noção de imaginário, como veremos a seguir.

2. Imaginário, uma forma de manutenção de poder

Entendemos o imaginário como uma forma de representação, que sugere e simula tanto presenças, como ausências, as quais são dotadas de significações simbólicas (CHARTIER, 1990, p. 23; GINZBURG, 2001). Dessa forma, o imaginário torna-se um agente complementar da realidade na formação social, e com isso, responsável por lapidar, organizar e divulgar os elementos que paulatinamente foram associados à bruxaria (PESAVENTO, 1995, p.24; SWAIN, 1994, p. 54 *apud* ESPIG, 2004, p. 53). Os imaginários, atuaram, portanto, diretamente na distribuição de funções sociais, visto que forneceram às bruxas representações sobre elas e de suas práticas (ESPIG, 2004, p. 54).

Fica claro, desta forma, que os imaginários sociais estão constantemente situados entre tensões, que visam o domínio dos bens simbólicos. Os resultados dessas disputas, são responsáveis por determinar o que será produzido e transmitido, assim como, por quem isso poderá ser realizado (ESPIG, 2004, p. 54). A conservação dos imaginários indica, portanto, uma forma de exercício e manutenção de poder.

A partir dessa perspectiva, abre-se um caminho para a compreensão de parte das atitudes tomadas pela Igreja Católica em relação aos “hereges”. Vista como uma forma de ruptura com a ordem estabelecida, a heresia representava um perigo aos dominantes, que buscavam constantemente a preservação da estrutura social tradicional (NOVINSKY, 1982, p. 12 *apud* ANJOS, 2016, p. 209). Com isso, visando manter o controle do sagrado, o bem simbólico gerador das relações de poder, uma das estratégias tomadas, foi a instauração da Inquisição (ANDRADE, 2013, p. 21 - 23). Tal instituição foi responsável por fornecer parte dos instrumentos que contribuíram para a legitimação e disseminação de imaginários acerca das heresias.

A partir disso, a identificação e manutenção das heresias, pode ser entendida enquanto um dos caminhos para “combater aquilo que consideravam como um elemento desagregador da sociedade”, e dessa forma, preservar a ordem estabelecida. A instauração da Inquisição foi, portanto, um dos meios utilizados para a manutenção de um poder simbólico, assim como uma alternativa para sanar questões ou resolver problemas referentes àquela época¹⁴².

¹⁴² Não há como negar o caráter violento no modo como parte dos processos inquisitoriais foram conduzidos. Entretanto, não podemos simplesmente aceitar ou reproduzir, por exemplo, que a Inquisição foi uma máquina sanguinária, responsável por perseguir, prender e exterminar pessoas de forma inflexível

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Com isso, a atuação da Inquisição na perseguição de seus hereges sofreu variações de acordo com o local e contexto em que atuou. Um exemplo disso, é o fato que nem todo herege foi condenado, pelo menos na região do Friuli, na Itália, como demonstrou Ginzburg (1998). Além disso, a Inquisição atuava em territórios que possuíam algum vínculo com a Igreja Católica.



3. A bruxaria na Inglaterra

Dentre as inúmeras transformações ocorridas durante o século XVI, acreditamos que a Reforma Protestante e a Imprensa contribuíram de forma decisiva para que a bruxaria pudesse ser discutida, repensada e reapresentada.

Após romper com a Igreja Católica e instaurar o Anglicanismo, Henrique VIII emancipou a igreja inglesa do poder papal. Dessa forma, elementos que faziam parte da Igreja Católica, como a Inquisição, acabaram por tornarem-se ausentes na Inglaterra (THOMAS, 1991, p. 358).

Além disso, Levack (1988, p. 107), afirma que a Bíblia era considerada pelos protestantes, como a única fonte de verdade. Com isso, tudo aquilo que não estivesse presente nas Sagradas Escrituras, era passível de contestação. Dessa forma, a ausência da descrição ou menção direta a bruxas e pactos, das Sagradas Escrituras, tornou-se um dos argumentos mais repetidos para contestar a existência da bruxaria. É a partir dessa mesma base argumentativa, que obras cétricas inglesas posteriores, como *The Displaying of Witchcraft* (1677), de John Webster, foram elaboradas (THOMAS, 1991).

Apesar disso, a ascensão de Jaime I¹⁴³ (1566-1625) ao trono inglês, partir de 1603, contribuiu para as perseguições e repressões contra bruxas na Inglaterra (GONÇALVES, 2008, p. 4). James VI, defendia plenamente a crença na bruxaria, e a partir disso, tornou-se o primeiro rei que elaborou um tratado demonológico, *Daemonologie* (1597), publicado treze anos após a publicação de *Discoverie of Witchcraft*, de Reginald Scot. Nas palavras de Gonçalves (2008, p. 4), o conteúdo dessa obra expressa a ideia de bruxaria como “aquela que afronta o rei, que trama contra seus domínios e realiza prodígios demoníacos em terras cristãs”.

A partir disso, fica claro que durante o auge da caça às bruxas, a Inglaterra dispunha de diversos pontos de vista, principalmente devido à crença e influência de seus monarcas. Com isso, durante os séculos XVI e XVII, os autores tiveram instrumentos que os permitiram refletir e elaborar discussões que apresentassem pontos de vista distintos, daqueles disseminados pela Igreja Católica. *Discoverie of Witchcraft* é um desses livros, e entrega uma posição nitidamente protestante. Além disso, Littlewood (2009, p. 350) Reginald Scot, faz questão de criticar e ridicularizar o *Malleus Maleficarum* (1486), de Kramer e Sprenger e *De la démonomanie des sorciers* (1580), de Jean Bodin, “os quais foram utilizados por caçadores de bruxas ingleses antes da Reforma (LITTLEWOOD, 2009, p. 350, tradução nossa).

e implacável, desde o seu surgimento (LEHMANN; SOUZA, 2011, p. 38). Ao aceitar tais ideias generalizantes, podemos cair na armadilha da simplificação, e com isso, perde-se a oportunidade da problematização do fato histórico, assim como dos novos aspectos que poderiam ser apresentados.

¹⁴³ James VI, rei da Escócia, e James I, rei da Inglaterra e Irlanda são o mesmo sujeito.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

4. Reginald Scot e *The Discoverie of Witchcraft*

Reginald Scot foi um inglês reputado pelo seu ceticismo, acerca de assuntos ocultos, divinatórios ou esotéricos, assim como por criticar a forma como a Igreja Católica tratava a crença na bruxaria (ALMOND, 2011, p. 1).

Por volta de 1555, com seus 17 anos, Scot ingressou na faculdade Hart Hall¹⁴⁴ (Aula Cervina), da Universidade de Oxford, mas não chegou a completar a graduação (WOOD *apud* ALMOND, 2011, p.12). Após essa fase, tornou-se capitão da milícia armada e membro do parlamento de Kent. Ademais, foi um magistrado e pode ter participado, portanto, de interrogatórios das pessoas acusadas de bruxaria. Modetin (2003 *apud* LITTLEWOOD, 2009, p. 349), defende a possibilidade de Reginald Scot ter participado de um julgamento de bruxaria, em Rochester enquanto membro do júri. O autor acredita que ele foi o responsável pela suposta bruxa ter sido inocentada: ele teria sido aquele que expôs não acreditar em bruxas, e que, portanto, não teria caso para responder.

Reginald Scot ficou conhecido entre seus contemporâneos como um indivíduo que perseguia profundamente seus interesses. Com isso, ao desejar compreender a bruxaria, passou a comparecer a julgamentos e elaborar questionamentos que direcionava aos clérigos (LITTLEWOOD, 2009, p. 349). Além disso, West (*apud* Littlewood, 2009, p. 349), especulou a possibilidade de uma tentativa de ser admitido em um suposto coven de bruxas.

Todo esse ímpeto em relação a bruxaria, foi direcionado para a elaboração de seu próprio tratado, o *Discoverie of Witchcraft*, obra na qual Reginald Scot tentou demonstrar que as bases responsáveis por sustentar a crença na bruxaria, apresentavam incongruências. Dessa forma, defendeu a ideia de que a bruxaria era algo inconcebível, pois estava baseada em contrato impossível de ser realizado. Para ele, não era admissível crer na possibilidade de o Diabo poder fazer acordos com as bruxas, pois demônios não eram capazes de estabelecer contato com humanos. Toda essa perspectiva sobre a bruxaria contribuiu para que fosse considerado o primeiro tratado demonológico com postura cética em relação à tal crença (KAPITANIAK, *online*, 2016).

A obra foi publicada pela primeira vez no ano de 1584, em Londres, e contou com um total de 250 cópias impressas (SCOT, 1886). Seu conteúdo está organizado em aproximadamente 488 páginas, que foram divididas em 16 livros e 249 capítulos. Posteriormente, foram adicionados aos exemplares 34 capítulos, que totalizam 71 páginas, que correspondem ao trecho *A Discourse upon divels and spirits*. Devido ao teor de seu conteúdo, e por ter sido inserida somente a partir da terceira edição (1665), há especulações sobre a possibilidade desse trecho não ter sido escrito por Scot (AMOND, 2011).

Acredita-se que *The Discoverie of Witchcraft* começou a ser escrito no ano de 1580, mesmo ano em que *De la Démonomanie des Sorciers*, de Jean Bodin, foi anunciado (ALMOND, 2011, p. 4). Essa sugestão faz sentido, já que Reginald Scot direciona algumas críticas sobre tal obra, o que só poderia ser feito, obviamente, após ele ter tido acesso ao livro. Além dele, o próprio *Malleus Maleficarum* foi alvo dos comentários de Scot.

¹⁴⁴ Atual Herford College.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A obra foi referenciada e defendida por outros autores, no decorrer do século XVI e XVII. Dentre os quais podem ser citados Thomas Ady (1606-1704), um médico inglês e autor de dois livros céticos sobre caça às bruxas, e John Webster (1580-1634), um dramaturgo inglês. Além deles, podemos citar William Shakespeare (1564-1616), mas diferentemente dos anteriores, ele não deixou seu posicionamento muito claro, apenas se inspirou nas descrições de Scot para elaborar suas representações das bruxas, em *Macbeth* (ALMOND, 2011, p. 3).

A obra, obviamente teve críticos, e o rei James VI, da Escócia, foi quem mais repreendeu Reginald Scot, por considerá-lo um dos maiores instigadores do ceticismo sobre a bruxaria. James I teria se referido ao autor de *Discoverie of Witchcraft*, como sendo um “cavalheiro inglês que não se envergonha em publicar uma contestação de algo como a bruxaria, mantendo, portanto, o mesmo erro dos saduceus, o de negar espíritos” (ALMOND, 2011, p. 1, tradução nossa). Ademais, há uma tradição, na qual acredita-se que ao ascender ao trono, o rei teria exigido a coleta e queima de todas as cópias de *Discoverie of Witchcraft*, devido ao seu conteúdo cético (ALMOND, 2011, p. 8; DAVIS, 2013, p. 383). Apesar disso, não há evidências que comprovem tal fato, além de que cópias das primeiras edições do livro não são raras (DAVIS, 2013, p. 384).

Outro episódio referente a queima do livro, mas por motivações diferentes, pode ser lembrado. Após Ann Watts, uma vidente de Londres, ter sido denunciada, o juiz de Essex Sir. William Holcroft, ordenou a queima de todos os livros encontrados sob a posse dela, pois acreditou tratar-se de fontes para os feitiços, truques e conjurações. Entre os títulos, estavam dois trabalhos do mago Cornelius Agrippa, além de outros textos mágicos e uma edição de *Discoverie of Witchcraft* (ALMOND, 2011, p. 7-8).

Nesse último caso, há possibilidade de o livro ter sido queimado apenas por ser um dos materiais de Ann, ou pode ter sido confundido com algum outro título. Apesar disso, o interessante aqui, é perceber um possível “efeito rebote”. Mesmo Reginald Scot defendendo a impossibilidade da bruxaria e de questões mágicas, sua obra pode ter beneficiado exatamente aqueles indivíduos que ele desejou denunciar como farsantes. Acreditamos que isso foi possível, pois a forma como os “truques de ilusionismo” foi desconstruída e explicada na obra, podem ter contribuído para que o livro fosse encarado como um instrumento de aperfeiçoamento para aqueles que Scot chamava de charlatões.

Por fim, nas duas situações, o livro foi considerado herético, de certa forma. Na primeira, simplesmente pela recusa do autor a acreditar na bruxaria¹⁴⁵. Já na segunda, poderia ter sido queimado, por supostamente contribuir com a propagação da bruxaria. Isso ocorreu, pois o contexto de publicação e circulação de *Discoverie* é basicamente um momento de polarização e transição de ideias, que foram responsáveis por inúmeras transformações, e, portanto, na concepção da bruxaria.

5. Aspectos de relevância da pesquisa

Discoverie of Witchcraft, foi uma das primeiras obras a esboçar um posicionamento cético sobre a crença na bruxaria. Além disso, tornou-se popularmente reconhecido como a primeira obra inglesa que explicou/desvendou o que ficaria

¹⁴⁵ Na perspectiva dos autores do *Malleus Maleficarum*, não crer na bruxaria era um sinal de heresia.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

conhecido posteriormente como truques de ilusionismo. A partir disso, nossa curiosidade pessoal e profissional, acerca do livro foi tomando forma.

Acreditamos que a escolha de *Discoverie of Witchcraft* foi muito acertada. Primeiramente por não haver qualquer produção nacional, até o momento, que se encarregou de analisá-lo. Acredito que isso ocorra, primeiramente, porque os pesquisadores dependem de trabalhos internacionais, que por muitas vezes encontram-se quase que inacessíveis. Por exemplo, há estudos que estão disponíveis somente em versões físicas alocadas em outro país. Claro, há a possibilidade de importação, mas o frete e as taxas acabam por inviabilizar isso. Ademais, nem sempre esse caminho é possível, pois algumas obras, por alguma razão, não podem ser enviadas para o Brasil.

Em segundo lugar, temos o “bloqueio geográfico”. Caso você tenha a oportunidade de realizar a sua pesquisa no país em que sua fonte foi elaborada – Inglaterra, nesse caso – é possível consultar os materiais físicos nas próprias instituições que estão alocadas. Entretanto, caso você seja um pesquisador “à distância” esse cenário obviamente muda. Você pode dar sorte de encontrar alguns PDF’s liberados, mas em sua maioria, a instituição solicita um login, o qual só é possível caso você seja um residente local, aluno, professor ou funcionário daquela universidade, por exemplo. Apesar disso, ainda é possível solicitar uma cópia digital do material necessário, só que você será cobrado na moeda local por isso.

Por fim, mas não menos importante, há a questão idiomática. *Discoverie of Witchcraft* é uma obra inglesa datada do século XVI, com isso, torna-se necessário o pesquisador ter conhecimento do idioma inglês, ou ter a seu dispor um serviço de tradução qualificado. Além do conhecimento geral da língua, é necessário um esforço a mais para a compreensão dos significados das ideias ali expressas, que fazem sentido para aquela época. Nesse sentido, dicionários históricos ou glossários desse período podem ser de grande ajuda, assim como uma breve noção ou boas referências sobre os caracteres da época.

Fica claro, portanto, que inúmeros fatores podem afetar diretamente o desenvolvimento de pesquisas relacionadas a essa obra de Reginald Scot. Com isso, visando contribuir, mesmo que minimamente, para a transformação desse cenário, almejamos analisar as relações da sociedade europeia, no tocante a bruxaria, a partir do tratado *The Discoverie of Witchcraft* (1584), de Reginald Scot.

6. Questões Metodológicas

Para a execução dessa pesquisa, estamos utilizando uma reimpressão datada de 1886, da primeira edição publicada de *Discoverie of Witchcraft*. Nela há alterações adicionadas posteriormente, que foram apontadas no prefácio, como questões relacionadas ao tamanho das páginas, substituições de algumas letras, segundo o uso moderno: como o □¹⁴⁶ o pelo s; j e o i; u e o v, quando necessário. Além disso, conta com errata, notas, glossário e introdução. Ademais, possui frontispício de três edições diferentes, que foram anexados ao final do trabalho, datados de 1584, 1651 e 1665, que demonstram as variações de alguns caracteres, assim como alguns complementos ou

¹⁴⁶ Chamado de *long “s”*, trata-se de uma forma antiga de grafia da letra “s”. Ver: <https://www.grammarly.com/blog/history-of-long-s/>.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

omissões acerca do conteúdo da obra. Devido a essas inúmeras modificações, optamos por manter a grafia original da edição.

Além disso, durante a leitura do livro estão sendo identificados alguns padrões de grafias das palavras¹⁴⁷, que estão sendo organizadas para serem inseridas no apêndice. Por se tratar de uma obra inglesa, estamos trabalhando também em sua tradução. Com isso, além da utilização do Google Tradutor para questões mais gerais, utilizamos os dicionários online, como “yourdictionary.com”, o qual informa caso a palavra seja a forma obsoleta de algum termo¹⁴⁸; e “engyes.com”, que além disso, mostra a variação da grafia da palavra de acordo com o século¹⁴⁹, quando disponível. Além deles, o glossário online “shakespeareswords.com”, que contempla palavras que não existem mais no inglês moderno.

Para o exame dessa fonte, seguimos pela análise do conteúdo da obra, utilizando-nos principalmente do “hológrafo universal”, um descritor/apresentador tridimensional dos fatos, que permite lidar simbolicamente com os fatos e com a realidade (GREGORI, 1988, p. 73). A partir de seus 14 sistemas¹⁵⁰, os quais se cruzam entre si e entre os elementos de questões históricas e espaciais, é possível esboçar um modelo de realidade.

Com isso, o hológrafo se faz útil para nossa pesquisa, pois, a partir dele, será possível fornecer uma sugestão de como as esferas sociais se relacionavam entre si, e como tratavam a bruxaria, segundo a perspectiva de Reginald Scot. Abaixo segue um breve exemplo da aplicação da metodologia, em um dos parágrafos do terceiro capítulo, do primeiro livro:

[...] Além disso, com o passar do tempo, ela [a suposta bruxa] torna-se cada vez mais odiada e desprezada por seus vizinhos: o que acaba por fazê-la amaldiçoar um ou outro indivíduo, o dono de uma casa, a esposa e filhos, assim como seu gado, e até mesmo o porquinho que está no chiqueiro. Portanto, no decorrer do tempo, todos aqueles que a desagradaram de alguma forma, ela poderia ter desejado má sorte e ter lançado maldições. Não há dúvidas de que alguns dos vizinhos dela possam ter morrido ou ficado doentes, assim como os filhos terem sido acometidos por doenças como: apoplexias, epilepsias, convulsões, febres altas, vermes, etc. No entanto, esses pais, devido a ignorância, acabam por concluir que foram vítimas de bruxaria, e devido isso, buscam por vingança. [...] Além disso, as concepções deles, acabam sendo confirmadas e reafirmadas por médicos inábeis, de acordo com o senso comum (SCOT, 1886, p. 6, tradução nossa).

Nesse trecho foram identificados elementos que podem ser vinculados aos seguintes sistemas: S01 parentesco, ao abordar questões relacionadas à família; S02 sanitário, ao expor possíveis doenças e referenciar médicos; S06 viário, por tratar da circulação de informações sobre a bruxaria (estereótipos); S09 extra-agri-ind-art, por se

¹⁴⁷ Exemplo: A palavra *onlie*, corresponde ao atual *only*.

¹⁴⁸ Exemplo: *Battell* é a forma obsoleta de *battle*. Disponível em: www.yourdictionary.com/battell.

¹⁴⁹ Exemplo: palavra “cozener”, disponível em: www.engyes.com/en/dic-content/cozener.

¹⁵⁰ S01 parentesco, S02 sanitário, S03 manutenção, S04 lealdade, S05 lazer, S06 viário, S07 pedagógico, S08 patrimonial, S09 extra-agri-ind-art, S10 religioso, S11 segurança, S12 político-administrativo, S13 jurídico, S14 precedência.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

referir aos bens de setor primário, como a criação de gado e porcos; e S10 religioso; por abarcar elementos de um sistema de crenças, a bruxaria.

Tabela 1 – Exemplo de aplicação da metodologia

| Sistemas relacionados | Citações correspondentes |
|-----------------------|---|
| S01, S06, S09, S10 | [...] amaldiçoar um ou outro indivíduo, o dono de uma casa, a esposa dele e seus filhos, seu gado, até mesmo o porquinho que está no chiqueiro. |
| S06, S10 | [...] ela desejou má sorte e lançou maldições. |
| S01, S03, S10 | Não há dúvidas que alguns de seus vizinhos morreram ou ficaram doentes, ou que os filhos deles foram acometidos por doenças como: apoplexias, epilepsias, convulsões, febres altas, vermes, etc. Apesar disso, os pais, por ignorância, acabam por concluir que foi bruxaria, e devido a isso, buscam por vingança. |

Fonte: a autora

Referências

ALMOND, Philip C. England's First Demonologist: Reginald Scot and 'The Discoverie of Witchcraft'. Bloomsbury Publishing, 2011.

ANDRADE, Solange R. História das Religiões e das Religiosidades: uma breve introdução. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de A. (org.). (Re)conhecendo o sagrado: reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidades. São Paulo: Fonte Editorial, 2013

ANJOS, Crislayne Fátima dos. O Malleus Maleficarum e o pensamento inquisitorial: O Tribunal do Santo Ofício da Inquisição e suas conexões com o cotidiano e cultura de uma época (século XV). Mosaico, v. 7, n. 11, p. 206-219, 2016.

BRUXARIA. In.: Dicio, Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Editora: Melhoramentos, 2020. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=YxaL>. Acesso em: 22/10/2020.

CARDINI, Franco. Magia e bruxaria na Idade Média e no Renascimento. *Psicologia USP*, v. 7, n. 1 - 2, p. 9 -16, 1996.

CHARTIER, Roger. *A história cultural – entre práticas e representações*. São Paulo: Difel, 1990.

DAVIS, S. F. The Reception of Reginald Scot's Discovery of Witchcraft: Witchcraft, Magic, and Radical Religion. In: *Journal of the History of Ideas*, v. 74, n. 3, julho de 2013, p. 381-401.

ESPIG, Márcia Janete. O conceito de imaginário: reflexões acerca de sua utilização pela História. *Textura (Canoas)*, Canoas, vn, v. 9, p. 49-56, 2004.

GINZBURG, Carlo. Os andarilhos do bem: feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII/ Carlo Ginzburg; tradução Jônatas Batista Neto. – São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

_____. Representação: a idéia, a palavra, a coisa. In: GINZBURG, Carlo. Olhos de madeira: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 85 - 103.

GONÇALVES, Bruno Galeano de Oliveira. Montando o mosaico diabólico: a idéia da bruxa moderna nos reinos de Espanha e Inglaterra (1580-1612). Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Cd-Rom.

GREGORI, W. Hológrafo social. In: *Cibernética Social I.* – 2ª ed. –. São Paulo: Perspectiva, 1988.

<https://www.engyes.com>. Acesso em 20/11/2020.

<https://www.yourdictionary.com>. Acesso em: 20/11/2020.

<https://www.shakespeareswords.com>. Acesso em: 20/11/2020.

KAPITANIAK, Pierre. From Grindal to Whitgift. Etudes épistémè Revue de littérature et de civilisation (XV - XVIII siècles) [Online], v. 29, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/episteme/1263>; DOI: <https://doi.org/10.4000/episteme.1263>. Acesso em: 16/10/2020.

KRAMER, Heinrich; Sprenger, Jacob. O Martelo das Feiticeiras/ Heinrich Kramer, James Sprenger; tradução, Paulo Fróes; Rose Marie Muraro, Carlos Byington. — 1ª Ed. —Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

LEHMANN, Leonardo Henrique Marques; SOUZA, Silvano Denega. A caça às bruxas e a Inquisição Católica: Aspectos Históricos e Processuais. In: *Atuação*, v. 18, p. 37 -57, 2011.

LEVACK, Brian P. Fundamentos legais. In: *A caça às bruxas: na Europa no limiar da Idade Moderna*/Brian P. Levack; tradução Ivo Korytowski. – Rio de Janeiro: Campus,1988.

LITTLEWOOD, Roland. Strange, incredible and impossible things: The early anthropology of Reginald Scot. *Transcultural psychiatry*, v. 46, n. 2, p. 348-364, 2009.

OSGA, Thais S. O MALLEUS MALEFICARUM DURANTE OS SÉCULOS - Um estudo acerca dos registros de suas edições em catálogos online (1486-2015). *Revista Ateliê de História*, Ponta Grossa. No prelo.

PESAVENTO, Sandra. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, no 29, 1995.

SCOT, Reginald. *The Discoverie of the Witchcraft*. 1584. Reprint. London, E. Stock,1886. Disponível em: https://hdl.handle.net/2027/uiuc.389615_001. Acesso em: 12/10/2020.

SOUZA, Laura de Mello e. *A feitiçaria na Europa moderna*. Editora Ática. São Paulo, 1987.

THOMAS, Keith. Bruxaria. In: *Religião e o declínio da magia: crenças populares na Inglaterra, séculos XVI e XVII*. Tradução capítulos 1 a 8 Denise Bottmann, capítulos 9 a 22 Tomás Rosa Bueno. – São Paulo: Companhia das Letras,1991.

O RETRATO DE DORIAN GRAY (1891): CRÍTICA À SOCIEDADE VITORIANA E RECEPÇÃO DA OBRA DE OSCAR WILDE



Lopes, Vitor B.¹

¹*Universidade Estadual de Ponta Grossa; Departamento de História*

Para Jorge Luis Borges, o gênero literário é um fato estético que é diretamente compatível com seu leitor (DECCA, 1995). Ou seja, existe uma correspondência entre leitor e obra, assim como existe ligação entre os gêneros literários e a predileção da sociedade por determinados tipos de histórias e narrativas literárias. O romance, por exemplo, tornou-se o gênero literário mais popular na Europa a partir do século XIX, acompanhando o declínio do drama, que não tinha mais espaço nesta sociedade moderna ociosa. As características do romance englobam os novos anseios dessa sociedade, como o fascínio pelo acaso (ARENDDT, 1976). Sendo assim, não há como isolar o fato estético de seu leitor; do mesmo modo, é indispensável para a História indagar sobre quem lê e que tipo de leitor esta obra gera ao utilizar a obra literária como documento (DECCA, 1995). Existe uma correlação entre a defesa de Oscar Wilde ao Movimento Estético com os elementos decadentes existentes em sua obra. O esteticismo exalta a atmosfera artificial em contraponto com os valores utilitários da sociedade vitoriana. O decadente busca o artificial e não o natural, o prazer é obtido por perversões e estados sintéticos (REZENDE, 2017). Diante desta relação entre leitor e narrativa, proponho analisar historicamente Oscar Wilde e seu único romance, *O Retrato de Dorian Gray* assim como contextualizar seus leitores e a sociedade da qual obra e autor fazem parte.

1. Oscar Wilde e a Era Vitoriana.

Oscar Fingal O'Flahertie Wills Wilde, nasceu em Dublin, na Irlanda, no dia 16 de outubro de 1854. Filho de William Robert Wilde, um grande entusiasta do folclore irlandês - vindo a escrever algumas obras sobre o tema -, exercia a profissão de oftalmologista a serviço da rainha; e Jane Speranza Francesca Wilde, tradutora, poeta e escritora. Assim, desde muito cedo, Wilde teve contato com artistas e literatos que frequentavam os salões de seus pais (CORSINO, 2011).

Em 1874, Wilde ganhou uma bolsa de estudos e torna-se um acadêmico no Magdalen College, de Oxford. Neste período, Wilde conhece personalidades que iriam influenciá-lo em suas obras e na sua própria filosofia de vida: Walter Pater e John Ruskin. O primeiro é responsável por introduzir as ideias do Movimento Estético na vida de Wilde; já Ruskin apresenta o culto ao prazer estético (doutrina social que irá culminar no Movimento Pré-Rafaelista). Com os Pré-Rafaelistas – considerados a primeira e segunda geração dos defensores da autonomia da arte, formando o Movimento em 1848 –, Wilde teve contato com uma elevação da importância da arte com o propósito de examiná-las seguindo tendências que fundamentalmente evitavam

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

as regras e/ou fórmulas de caráter acadêmico (TOFFOLI, 2013). Esse grupo de jovens românticos e críticos do academicismo da Arte na Inglaterra foram responsáveis tanto pela ruptura do espírito romântico na arte inglês do século XIX quanto pelo suporte crítico e intelectual que deram para algumas obras que, de acordo com Toffoli (2013), não teriam alcançado sucesso caso o espírito pré-rafaelista não estivesse presente em algumas camadas da sociedade. Mas é com o Movimento Estético que Oscar Wilde mais dialogou durante toda sua carreira como escritor, crítico e figura pública. Em *The Decay of Lying*, um dos ensaios mais conhecidos de Wilde sobre o Esteticismo, o autor expõe quatro doutrinas do Movimento: “a arte nunca expressa nada além dela mesma; toda arte ruim vem do retorno à Vida e Natureza e sua elevação a ideais a Vida imita a Arte mais do que o contrário; mentir, falando de coisas belas e não verdadeiras, é o real objetivo da Arte” (TOFFOLI, 2013, p. 17). É claro que este tipo de interpretação sobre a arte não era algo revolucionário ou novo, pois estas elaborações filosóficas da concepção estética aparecem em Kant, no século XII, quando o filósofo alemão expõe a noção de autonomia da arte.

Wilde teve acesso à estética de Kant com Mahaffy ainda no Trinity College, em Dublin. Diversos autores ligados ao esteticismo constam na lista de obras da biblioteca do escritor; *Mademoiselle de Maupin* está entre os livros mais lidos por ele, juntamente com obras de Rossetti e Swinburne, as quais conhecia praticamente de cor. Symonds era muito apreciado (TOFFOLI, 2013, p. 19-20).

Além dos ensaios, Wilde promovia o Esteticismo com palestras por toda a Europa e Estados Unidos – sendo considerado o maior nome do Movimento Estético até os dias de hoje. Ainda, como aponta Toffoli, o Esteticismo inglês foi fortemente influenciado pelo Impressionismo francês.

A teoria estética como tal é defendida por Swinburne, através do ensaio “William Blake”, publicado em 1868, quando ocorre, de fato, a exposição apologética da teoria no Reino Unido. Além disso, neste país ela aparece também com o trabalho de John Keats, que identificava Verdade com Beleza e assim colocava a Estética em primeiro plano. Todavia foi na França que o esteticismo de fato tomou forma e tornou-se largamente divulgado por Théophile Gautier, que o emprega para atacar o moralismo e o utilitarismo que via como inimigos da verdadeira arte, chegando a colocar em oposição a Beleza e a Utilidade (TOFFOLI, 2013, p. 18).

Os anos de 1887 e 1895 são caracterizados por terem sido o período de maior produtividade literária de Wilde. Entre suas produções literárias de maior importância estão: *A Importância de Ser Prudente*, *O Fantasma de Canterville*, *A Alma do Homem Sob o Socialismo*, *Intenções*, *O Crime de Lorde Artur Savile*, *O Retrato de Dorian Gray*, entre outros trabalhos que Wilde produzia que incluem várias publicações em jornais e revistas, além de críticas e ensaios literários (CORNISNO, 2011). É nesta época que o autor ganha prestígio como literato; entretanto, junto com a fama vieram as polêmicas. A maior delas era relacionada à sua sexualidade: após o lançamento do seu romance em volume, em 1891, Wilde conhece Lorde Alfred Douglas, também conhecido como Bosie, e com o encontro dos dois os rumores sobre as experiências homossexuais do autor começam a ficar cada vez mais fortes e frequentes. O lançamento de *O Retrato de Dorian Gray* colaborou com os rumores da época, e como

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

consequência disso, o autor irlandês foi acusado de sodomia e condenado no dia 25 de maio de 1895 a dois anos de trabalhos forçados.

Esta é a Inglaterra na qual Wilde estava inserido: uma Inglaterra puritana, intolerante, altamente moralista, conservadora e, sobretudo, burguesa. Um período de contradições: de um lado, o discurso de progresso, onde os bons costumes regiam esta sociedade; por outro lado, uma Londres tomada pela classe operária, com péssimas condições de trabalho, marginalizados e miseráveis (CORSINO, 2011). Esse período, que engloba todo o reinado de Vitória (1837-1901), é conhecido como Era Vitoriana.

O gosto literário predominante deste período também é burguês: “[...] os leitores querem histórias sobre a vida de todos os dias, sobre um mundo que eles reconheçam e que não lhes incomode demais a consciência. Sobretudo, não querem obras que lhes firam a decência.” (CEVASCO; SIQUEIRA, 1993, p. 54). Esse tipo de literatura desejada pela burguesia tinha como propósito apagar o verdadeiro cotidiano nos arredores de Londres que não agradavam os vitorianos: a miséria e as péssimas condições de trabalho da classe operária que resultavam nas reivindicações dessa classe.

Pessoas que estão fora da sociedade, pessoas que não pautam suas existências pelos valores constitutivos da vida social – o trabalho, a propriedade e a razão – têm como único meio de sobrevivência atacar essa organização exterior a elas. (BRESCIANI, 2004, p. 44).

Desse modo, a literatura vitoriana também é marcada por narrativas críticas e satíricas, evidenciando o caráter contraditório do discurso oficial e as consequências sociais de um capitalismo liberal desenfreado. À medida que a Inglaterra foi perdendo sua dominância hegemônica no cenário mundial, novas tendências culturais e artísticas foram surgindo (CORSINO, 2011). Entre elas estão o Movimento Pré-Rafaelista, o Movimento Estético e o Decadentismo inglês. Este último também teve grande influência no romance de Wilde. Sua maior influência neste movimento artístico foi Joris-Karl Huysmans, com sua obra *À Rebours* (1884):

[...] *À Rebours*, de Huysmans, foi publicado em 1884, e deve ter tido para Wilde uma atração imediata. O singular caráter do protagonista, Des Esseintes, que tinha por fundamento real o original vivo do Conde Robert de Montesquieu, deve ter parecido, ao jovem inglês, encarnação de suas próprias ideias. O estilo vívido e sumamente maneiroso de Huysmans, com os seus arcaísmos, a sua aglomeração de epítetos, a um tempo rico e *recherché*, a sua grande cópia de imagens visuais, vinham apresentar uma espécie de santo do estetismo, que abrisse mão de todas as diversões e distrações normais da vida social, a fim de arder, tal como Pater, com a chama viva, e fugaz da sensibilidade estética. Mas, por ser francês, levava as suas pesquisas mais além do que teria coragem de fazer qualquer inglês do período. (LAVER, 2003).

Ou seja, como sugere Gagnier (1986), o único romance de Wilde sofreu duras críticas e uma má recepção não apenas pelo seu conteúdo, mas também pela forma de sua narrativa ligada aos ideais estéticos: estilo rebuscado, a presença de extensas descrições e diálogos no livro todo, referências eruditas, etc. Esse tipo de narrativa não fazia parte da tradição moralista vitoriana, visto que, naquele período, o romance era entendido como um gênero que necessariamente deveria seguir os valores vitorianos –

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

algo que Wilde foge completamente com as suas influências e a forma de ver a Arte e a Literatura.

2. A publicação do romance: recepção, polêmicas e consequências.



Wilde publicou seu romance originalmente em 1890, no formato de periódico, pela revista inglesa *Lippincott's Gentleman Magazine*. Após receber muitas críticas negativas, Wilde resolve mudar e/ou excluir alguns trechos de sua obra que foram considerados imorais, editando, assim, a narrativa de sua história para que ela seja mais aceitável para os padrões da literatura vitoriana (FERNANDES; MAGALHÃES, 2018). Deste modo, um ano depois, *O Retrato de Dorian Gray* era publicado na versão em livro - da mesma forma que o conhecemos hoje. Neste deslocamento entre o periódico e o formato em livro, Wilde aproveitou para demonstrar as características do esteticismo presentes em sua obra, e assim o fez ao escrever um prefácio, repleto de aforismos, ensinando para os críticos de sua obra como eles deveriam avaliar o seu romance:

O artista é o criador de coisas belas. Revelar a arte e ocultar o artista é o objetivo da arte. O crítico é aquele que pode traduzir de outro modo ou em um novo material suas impressões sobre as coisas belas. [...] Não existem fatos morais ou imorais em um livro. Os livros são apenas bem ou mal escritos. Isso é tudo. (WILDE, 1984, p. 11).

Aqui, sua ligação com o Esteticismo já estava mais do que clara. Entretanto, as críticas à obra de Wilde não se resumem à suas preferências por movimentos artísticos, pelo contrário, grande parte das críticas negativas estão direcionadas ao conteúdo do romance: os conflitos sociais e filosóficos, a decadência moral do ser humano, a hipocrisia, a dualidade do matrimônio, etc. Além disso, ao retratar uma relação homoafetiva e homoerótica entre o protagonista Dorian e o pintor Basil Hallward, o autor provocou uma reação agressiva na recepção de sua obra visto que esta relação entre dois homens ia contra todas as noções convencionais acerca da sexualidade masculina neste período vitoriano (SILVA FILHO, 2004). Percebe-se, portanto, que

A crítica vitoriana esperava que uma obra literária refletisse a realidade de maneira autêntica, com o autor anexando uma mensagem moral a essa imitação da realidade. Para representar o mundo autenticamente, os autores só podiam expressar suas próprias experiências e observações pessoais da vida. [...] Não é de surpreender que o esteticismo de Wilde colidisse com essa visão mimética e moralista da literatura. Em sua poética, a estética dominou o realismo e a moral (CAUWENBERGE, 1996, s./p. - tradução nossa).

Segundo Laura Cenicola (2015), a Moral vitoriana pode ser entendida por um conjunto de valores que fundamentam um discurso de repressão sexual, forte estética social e baixa tolerância de crimes. A divergência de Wilde quanto a estes valores, discursos e esse tipo de organização da sociedade vitoriana pode ser exposta por vários momentos presentes em sua obra. A repressão sexual é combatida com a filosofia de vida adotada por Dorian: o hedonismo. Influenciado por Lord Henry, o protagonista se depara com um caminho pautado pelo *novo hedonismo* do qual não consegue mais voltar. Nas palavras de Lord Henry:

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Viva! Viva a maravilhosa vida que há em você! Não deixe que nada se perca sobre você! Procure sempre por novas sensações! Não tema nada! Um novo hedonismo, isso é o que nosso século deseja. Você poderia ser seu símbolo visível (WILDE, 1984, p. 45).



As experiências vivenciadas por Dorian influenciado pelo novo hedonismo de Lord Henry demonstram as escolhas éticas e comportamentais do jovem protagonista no decorrer do livro. Dessa forma, o romance com Basil e a filosofia hedonista de Dorian manifestam a oposição de Wilde quanto ao discurso moralista da repressão sexual. Na personalidade de Dorian Gray, é possível ver Wilde negando os valores puritanos da sociedade vitoriana ao utilizar um dos aspectos mais importantes do Decadentismo: a valorização do desejo, o tédio e o sadismo. Vivendo uma vida dupla e de aparências, Dorian contamina todo ambiente que vai de desalento e destruição:

O que o verdadeiro lapso de tempo tem a ver com isso? Apenas as pessoas superficiais que precisam de anos para se livrar de uma emoção. Um homem que é mestre de si mesmo pode liquidar uma mágoa tão facilmente quanto pode inventar um prazer. Não quero estar sob o jugo de minhas emoções. Quero usar, apreciar e dominá-las (WILDE, 1984, p. 71).

Aqui, Dorian incorpora um ser decadente com sua falta de empatia e sensibilidade ao proferir estas palavras sobre a morte de sua falecida amada Sibyl Vane. Com esse trecho, percebe-se que Dorian coloca a sua noção de mundo e sua filosofia de vida em primeiro lugar, rejeitando tudo a sua volta que lhe é diferente.

Outro aspecto decadentista incorporado na personagem de Dorian Gray, é a (re)construção do ser na artificialidade e no simulacro tendo como base um modelo intelectual como mentor nas investidas decadentistas:

Dorian costumava ler este fantástico capítulo repetidamente e o capítulo imediatamente seguinte, no qual o herói descreve as curiosas tapeçarias que lhe haviam tecido pelos desígnios de Gustave Moreau, e nos quais eram retratados as formas terríveis e belas daqueles que o Vício, o Sangue e o Cansaço tinham tornado monstros ou loucos: Filippo, Duque de Milão, que esfolou sua esposa e pintou seus lábios com um veneno escarlate; Pietro Barbi, o Veneziano, conhecido como Paulo, o Segundo, que buscou em sua vaidade assumir o título de Formoso, e cuja tiara, avaliada em duzentos mil florins, foi adquirida ao preço de um terrível pecado... Havia uma horrível fascinação em todos eles. Ele os via à noite e perturbavam sua imaginação durante o dia. O Renascimento conhecia estranhas maneiras de envenenar. Dorian foi envenenado por um livro [...] (WILDE, 1984, p. 96-97).

Vemos aqui a influência de Huysmans na obra de Wilde, quando o autor coloca *À Rebours* como guia intelectual e arcabouço teórico para as incursões da lógica e da atmosfera decadentistas vivenciadas (e almejadas) por Dorian Gray (REZENDE, 2017).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O individualismo mostra-se em outro momento, quando Dorian é tomado pela característica decadente do corpo como receptáculo de todo e qualquer tipo de prazer artificial.

Assim que a porta se fechou, Dorian guardou a chave em seu bolso e olhou ao redor da sala. Seu olho deteve-se em um grande cobertor de cetim púrpura pesadamente bordado de ouro, uma esplêndida peça veneziana do final do século 17 que seu tio descobrira em um convento perto de Bolonha. Sim, aquilo serviria para embrulhar a coisa. Agora, deveria esconder algo que tinha a corrupção dele próprio, pior que a própria corrupção da morte-algo que daria luz a horrores e, mesmo assim, nunca morreria. O que o verme era para o cadáver, seus pecados seriam para a imagem pintada sobre a tela. Elas embotariam sua beleza e corroeriam sua graça. Elas a poluiriam, a tornariam vergonhosa. E, ainda assim, a coisa viveria. Seja sempre viva (WILDE, 1984, p.78).

PAGE

Nesse momento do livro, Dorian está alarmado com a possibilidade de descobrirem os seus atos criminosos ao perceberem as distorções em seu retrato visível para quem fosse visitá-lo e, ainda, assustado com a vontade de Basil em exhibir a obra para o público. Então, alegoricamente, ao esconder o retrato, Dorian está ocultando a si mesmo. Ladeado por objetos que só fazem sentido para si próprio, o universo artificial o engoliu por completo. Diante disso, Dorian Gray cria um mundo individualizado em volta de sua própria pessoa e personalidade para escapar de um mundo que o repele (REZENDE, 2013).

Quanto a baixa tolerância de crimes, o exemplo mais eloquente presente na obra é o assassinato cometido pelo próprio Dorian.

“Reze, Dorian, reze”, ele murmurou. “O que é que nos ensinaram a dizer na adolescência? “Não deixeis cair em tentação. Perdoe nossos pecados. Limpe nossas injustiças”. Vamos dizer isso juntos. A oração de nosso orgulho foi atendida. A oração do nosso arrependimento também será. Eu o cultuei demais. Sou punido por isso. Você se cultuou demais. Somos ambos punidos”. Dorian Gray olhou para o quadro e, repentinamente, um sentimento incontrolável de ódio por Basil Hallward se apoderou dele. As insanas paixões de um animal perseguido levantaram-se dentro dele e ele amaldiçoou o homem que estava sentado à mesa mais do que já amaldiçoara qualquer coisa em sua vida. [...] Ele correu até Hallward e enterrou a faca na grande veia atrás de sua orelha, esmagando a cabeça do homem contra a mesa e o esfaqueando repetidas vezes. ... Ele nada podia escutar além do gotejar, as gotas caindo sobre o carpete puído (WILDE, 2012, p. 105).

A morte de Basil simboliza o ápice da maldade de Dorian; entretanto, embora seja o crime mais violento e chocante, é só mais um dos vários outros crimes cometidos por Dorian. Antes de matar Basil, o pintor havia ido até a casa de Dorian para avisá-lo sobre rumores que estavam circulando pelo círculo social em que ambos estavam inseridos. Dorian já estava sendo criticado por muitos nobres vitorianos sobre sua forma indecente de viver e pela má influência que dava aos outros jovens com sua filosofia hedonista. Com isso, ao matar Basil e sair impune de seus crimes, Wilde evidencia uma

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

impunidade seletiva: Dorian Gray não teme as consequências dos seus atos, pois sabe que não será punido por ser um nobre.

Ademais, o abismo social na Inglaterra vitoriana também se encontra presente na obra, e de duas maneiras diferentes: a primeira referência às desigualdades sociais está nas ambientações do romance. Existe um contraste entre os lugares cheios de luz dos ateliês e mansões dos nobres, e o subúrbio londrino.



Recostado a um canto do divã, guarnecido de tapeçarias persas, Lorde Henry Wotton, enquanto fumava inumeráveis charutos, conforme o seu costume, contemplava a cintilação das suaves flores cor de mel de um laburno, cujos ramos trêmulos pareciam não poder suportar o peso de tão magnífico esplendor; e, de vez em quando, as fantásticas sombras de pássaros fugazes esvoaçavam através das longas cortinas de tussor, que corriam diante da ampla janela, produzindo um efeito japonês, e fazendo-o pensar nesses pintores de Tóquio, com caras de jade pálido, que, por meio de uma arte necessariamente imóvel, buscam dar a sensação da velocidade e do movimento. O insistente zumbido das abelhas, buscando seu caminho por entre as altas ervas intonsas, ou revolteando com monótona insistência ao redor das empoeiradas urnas douradas de uma derramada madressilva, tornava a calma ainda mais opressiva. O confuso ruído de Londres parecia os acordes graves de um órgão longínquo (WILDE, 1984, p. 11).

Nesse trecho, Wilde descreve o ateliê de Basil com detalhes que priorizam os aspectos palpáveis do local. Ao falar do perfume do local, dos pássaros e do barulho das abelhas, o leitor é encorajado a imaginar o ambiente utilizando outros sentidos que não apenas a visão (TOFFOLI, 2013). A riqueza nestes detalhes não é à toa: Wilde quer evidenciar o Belo nestes locais da alta sociedade vitoriana ao passo que quando as experiências de Dorian começam a sair do controle, o protagonista começa a andar pelos becos escuros de Londres, pelos locais marginalizados, sujos e esquecidos. Dessa forma, embora a beleza física de Dorian não se dissipe, a feiura e a sujeira são simbolizadas pelos locais em que frequenta.

Mal soube por onde andou. Lembrou-se confusamente de ter vagado por mal iluminadas ruas e ter passado por baixo de arcadas sombrias e diante de casas de aspecto hostil. Mulheres de vozes roucas e risos estridentes chamavam-no. Encontrou-se com bêbedos vacilantes, blasfemando e gesticulando sozinhos como símios monstruosos. Viu crianças grotescas amontoadas nas soleiras das portas, e ouviu gritos e blasfêmias em quintais lúgubres (WILDE, 1984, p. 111).

É são nesses lugares sujos e marginalizados que Dorian encontra a jovem atriz Sibyl Vane, e é justamente a relação de Dorian e Sibyl que a outra forma de apresentar a desigualdade está explicitada no livro. Mais precisamente no momento em que o jovem anuncia o seu noivado com a atriz de teatro para Lady Victoria Wotton, no que ela diz: “– Mas pense na linhagem de Dorian, na sua posição, na sua fortuna. Seria absurdo casar-se com uma pessoa tão inferior a ele.” (WILDE, 1984, p. 88). Sendo a primeira causa da deformação no retrato, Sibyl representa uma constante problemática levantada no romance: a carga negativa nas figuras femininas.

Ao longo da narrativa e da deterioração da alma de Dorian, representada pela pintura, a figura feminina é apresentada quase

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

sempre de maneira pejorativa, mesmo quando descrita conforme as expectativas da sociedade vitoriana. Afinal, ela sempre estaria suscetível à corrupção, que, na visão de Dorian Gray, maculava, paulatinamente, sua alma, atrelada ao retrato (DE LUCENA, 2019, p. 40).



Enfim, Wilde encontrou várias formas de criticar a sociedade do período ao qual vivia: seja pelo seu posicionamento quanto a forma de entender a Arte, seja pelos elementos presentes em *O Retrato de Dorian Gray* que iam, propositalmente, contra as noções convencionais da literatura e da sociedade vitoriana, seja pela utilização de suas influências estéticas e decadentistas com o intuito de evidenciar aquilo que deveria ser negligenciado, ressaltando as contradições e angústias da época, a conduta transgressora dos homens em relação à sociedade (DE LUCENA, 2019). De maneira direta ou indireta, *O Retrato de Dorian Gray* expôs as movimentações e os pensamentos do seu contexto histórico-social, questionando a estrutura do comportamento social que adequava os sujeitos as regras vitorianas (DE LUCENA, 2019). Todavia, Wilde pagou um preço alto pela má recepção de sua obra.

Em 1895, enquanto dispunha de duas peças teatrais em cartaz, *Um Marido Ideal* e *A Importância de ser Prudente*, com uma alta aceitação de público e crítica, Wilde fez o seu pior inimigo: o Marquês de Queensberry, pai de Bosie.

Logo após receber um bilhete com os dizeres “A Oscar Wilde, conhecido Sodomita” e, influenciado por Bosie, Wilde prestou queixas contra o Marquês. O escritor denunciou Queensberry por calúnia, porém, como era de se imaginar, o Marquês foi absolvido e, em seguida, acusou Wilde de práticas homossexuais - algo que na Era Vitoriana era considerado um crime grave. Como os rumores sobre a opção sexual de Wilde já eram muito fortes neste momento, o tribunal que o julgou desconsiderou qualquer tipo de credibilidade do autor. Com provas como cartas de amor que Wilde enviava para Bosie, Queensberry iniciou o que talvez tenha sido o maior escândalo envolvendo um escritor famoso no final da Era Vitoriana (CORSINO, 2011).

No primeiro processo que ocorreu em Old Baily, Wilde conseguiu ser liberado sob fiança por falta de decisão do júri. Depois disso, alguns de seus amigos mais próximos tentaram ajudá-lo a fugir para a França, porém, Wilde preferiu ficar e assim aceitar a fatalidade de sua prisão. Fatalidade esta que se concretizou após ser chamado novamente para comparecer ao tribunal, onde o processo foi revisado e Wilde sofreu a pena máxima para o crime cometido: dois anos de cárcere com trabalhos forçados (CORSINO, 2011). O que torna o processo de Wilde único é que sua obra, *O Retrato de Dorian Gray*, foi usada como prova para incriminá-lo. As experiências de Dorian Gray se misturaram com a vida pessoal de Oscar Wilde e, assim, pela primeira vez na Inglaterra uma obra literária foi utilizada como prova criminal – Wilde foi enquadrado na Emenda à Lei Criminal de 1885 (RESENDE, 2019).

Os filhos e a esposa de Wilde, Constance Lloyd, decidiram sair da Inglaterra para evitar mais humilhações; inclusive, os filhos decidiram trocar o sobrenome “Wilde” para não serem associados ao pai. Depois de cumprida a pena de dois anos, com a ajuda de alguns amigos, Wilde resolve ir embora de Londres, e começa a residir em um chalé com vista para o mar, na aldeia Berneval, onde adota o pseudônimo de Sebastian Melmouth. Em Berneval, Wilde escreveu sua última obra, *A Balada de Reading*. Ainda, passou a escrever cartas para o jornal *Daily Chronicle* onde denunciava o sistema penitenciário britânico (CORSINO, 2011).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Wilde chegou a se reencontrar com Bosie em Nápoles, entretanto ficaram apenas três meses juntos devido às constantes brigas entre os dois. Após isto, Wilde decidiu viver sozinho em Paris, num quarto de hotel que pagava com o dinheiro dos artigos que ainda conseguia publicar em revistas e jornais.

Morreu em 1900, devido a uma infecção no ouvido e meningite. Seu enterro, no cemitério de Bagneux, teve a presença de poucos amigos e conhecidos. Alguns anos mais tarde, seus restos mortais foram transferidos para o cemitério Père Lachaise, o mais famoso de Paris (CORSINO, 2011).

Referências

ARENDDT, Hannah. *As origens do totalitarismo*, vol. II, Editora Documentário, Rio de Janeiro. 1976.

BRESCIANI, Maria Stella M. *Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004. P. 44.

CAUWENBERG, Koen Van. *The Ambivalence in Oscar Wilde's The picture of Dorian Gray and its relation to postmodernism*. Universiteit Gent Germaanse Talen. Bélgica, 1995-1996.

CEVASCO, Maria Elisa; SIQUEIRA, Valter Lellis. *Rumos da Literatura Inglesa*. São Paulo: Ática, 1993.

CORSINO, Thaís de Souza. A IMPORTÂNCIA DE SER FIEL (1895): UMA CRÍTICA DE OSCAR WILDE À SOCIEDADE VITORIANA. *Horizonte Científico*, 2011.

DECCA, Edgar S. *Literatura, Modernidade e História*. RUA. *Revista de Arquitetura e Urbanismo*, CAMPINAS, v. 1, p. 7-35, 1995.

DE LUCENA, Victória Rafaela Bastasini. *As relações entre a obra de Oscar Wilde e o cenário inglês do final do século XIX: Críticas e influências na era vitoriana; a identidade e a arte burguesa*. *Revista Cadernos de Clio*, v. 10, n. 2, 2021.

FERNANDES, Auricelio Soares; MAGALHÃES, Luiz Antonio Mousinho. O RETRATO DE DORIAN GRAY, DE 1890: UMA LEITURA DO ROMANCE DE OSCAR WILDE ATRAVÉS DO PERIÓDICO LIPPINCOTT'S MONTHLY MAGAZINE. *Organon*, v. 33, n. 65, p. 16, 2018.

FILHO, Antonio Carlos Pacheco e Silva. *Cinema e literatura: estrutura emocional de alguns criadores e suas obras*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

GAGNIER, Regenia. *Idylls of the Marketplace: Oscar Wilde and the Victorian Public*. Stanford: Stanford University Press, 1986.

LAVIER, James. *Ensaio biográfico-crítico*. In: MENDES, Oscar. *Oscar Wilde: obra completa*. Trad. Oscar Mendes. 1ed. Rio de Janeiro: Editora José Aguilar, 2003. pp.13-37.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

RESENDE, Yuri Barbosa. “O Único Poder”: a cobertura da Imprensa inglesa dos julgamentos de Oscar Wilde. 2019. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

REZENDE, S. M. O entre-fronteiras decadentista de Drácula e O retrato de Dorian Gray. 2017. 118 f. *Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem)* - Universidade Federal de Goiás, Catalão, 2017

TOFFOLI, Tânia. O retrato de Dorian Gray: um romance em três tempos-circulação entre Inglaterra e Brasil. 2013.

WILDE, Oscar. *O Retrato de Dorian Gray*. Edição integral. Trad. Oscar Mendes. São Paulo: Círculo do Livro, 1984.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS E A NATUREZA ANTÁRTICA: PERCEPÇÕES E SENSACÕES EM MEIO A IMENSIDÃO GELADA



Schnell Junior, Renato Ricardo¹; Carvalho, Alessandra Izabel de.²

¹Universidade Estadual de Ponta Grossa; ²Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa

Notamos atualmente, tanto nas mídias quanto em trabalhos universitários, um grande interesse nas múltiplas interações que se estabelecem entre a natureza e os seres humanos. As novas gerações de pesquisadores estão mais atentas ao viés ecológico e buscam com esses trabalhos superar e reformular percepções e formas de se relacionar com o mundo. Essa inquietação ambiental, digamos assim, pode ser considerada um fenômeno histórico e social, uma vez que tem incitado comportamentos e pensamentos nas mais variadas esferas da humanidade (PADUA, 2010, p.82).

Na historiografia, essas mudanças estão presentes desde a primeira metade do século XX, com trabalhos como o do historiador Lucien Febvre, que direcionava seus interesses para a compreensão da geografia social, e mais tarde com o historiador Fernand Braudel, principalmente com sua obra “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na época de Filipe II” (1949). Contudo, enquanto campo historiográfico, foi somente a partir da década de 1970 que se desenvolve a história ambiental, sendo influenciada pelo crescimento de movimentos ambientalistas e pelas conferências mundiais que eram realizadas e tinham como pauta temas voltados à crise ambiental que se tornava cada vez mais perceptível (WORSTER, 1991, p.199). A história ambiental procura localizar o sujeito histórico em determinado contexto geográfico, histórico e cultural buscando evidenciar que as construções sociais daquele sujeito são influenciadas também pelo ambiente em que ele se insere. O objetivo é realizar uma história inclusiva, que busque somar as pesquisas de diferentes campos historiográficos a atenção aos temas ambientais, de forma a incluí-los em suas análises. (PADUA, 2010, p.94).

Com objetivos semelhantes aos da história ambiental, a ecocrítica é o campo de análise literária que estuda a relação existente entre a literatura e o meio ambiente. (GLOTFELTY, 1996), ou ainda, como os ambientes são retratados no campo literário. Área ainda muito recente e pouco difundida no Brasil, tem ganhado espaço nos últimos anos, e um número significativo de trabalhos e grupos de pesquisa.

O referencial teórico dessas duas áreas permite não apenas que os objetivos da pesquisa que aqui se apresenta sejam alcançados, mas também possibilita uma reflexão sobre a importância da cooperação entre disciplinas. É a partir de uma análise de caráter interdisciplinar que se propõe o estudo de três expedições históricas que foram empreendidas ao continente Antártico no início do século XX.

A Antártica por muito tempo residiu apenas na imaginação de muitos intelectuais e exploradores, sempre se apresentando como uma incógnita que deveria ser desvendada. Atualmente, sabe-se que o território antártico se encontra a mil quilômetros lineares do continente americano. Sua porção terrestre é estimada em 14,2 milhões de km², dos quais cerca de 95% estão cobertos por espessas camadas de gelo centenárias (VIEIRA, 2006, p.50).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Segundo Schellmann (2005, p.68), a história desse continente pode ser dividida em três fases distintas. A primeira, se refere ao momento de sua “descoberta” pelos primeiros navegantes, como Francis Drake¹⁵¹ e Fernão de Magalhaes (1570-80). Já a segunda fase foi marcada por grandes exploradores, como o Capitão James Cook. (1772-75). E, por fim, a terceira fase seria a busca por povoar a região, algo que ainda hoje vem ocorrendo.

As primeiras menções à existência do Continente Antártico apareceram há mais de mil e quinhentos anos na Grécia antiga. Desde então, baseado nos estudos sobretudo de Ptolomeu, mapas cartográficos eram confeccionados já incluindo porções de terra nas regiões austrais. A partir do século XVII e sobretudo no século XVIII, a busca pelo continente Antártico foi bastante incentivada e legitimada pela ciência moderna e pelos grandes impérios que objetivavam a conquista de novos territórios. Entretanto, o período de maior incentivo em expedições antárticas se deu a partir do século XIX. Após os mares se tornarem o centro das atenções, a Antártica passou a ser estudada com muito mais entusiasmo. Entre os principais motivos estava o magnetismo. Com a descoberta das influências magnéticas na bússola, os cientistas naturais europeus voltaram seus esforços para estudar o magnetismo dos polos com a finalidade de avançar nas pesquisas sobre localização e assim permitir que a navegação se tornasse mais precisa (LARSON, 2015, 28-29).

1. Idade Heroica e as expedições do *Terra Nova*, *Fram* e *Endurance*

Muitas expedições das mais variadas nacionalidades partiram para as regiões austrais. Contudo, nenhuma havia de fato pisado no continente até o ano de 1895, quando o explorador belga Leonard Kristensen, a bordo do *Antarctic*, lá desembarcou. Para os estudiosos do tema, como Castão Cassel (2013), a expedição de Kristensen abriria a idade heroica da ciência na Antártica.

A primeira vez que essa expressão “Era Heroica” foi utilizada, segundo David Crane (2005 Apud Cassel, 2013, p.24-25), foi durante uma conferência na *Royal Geographical Society* em Londres, no ano de 1893, quando foram apresentados os resultados da expedição do *HMS Challenger*¹⁵². Em 1895, o VI Congresso Internacional de Geografia, realizado em Londres, solicitou através de uma resolução que as demais sociedades científicas do mundo empreendessem missões ao continente Antártico. Desta forma, através da expedição desenvolvida pela Sociedade Geográfica Belga no ano de 1895, a chamada idade heroica foi de fato “inaugurada” (CASSEL, 2013, p.25).

Como a própria expressão demonstra, a idade heroica representa um momento em que os exploradores eram considerados como verdadeiros heróis nacionais por arriscarem sua vida em um dos ambientes mais inóspitos do planeta, tendo como principais objetivos a realização de estudos científicos, mas sobretudo, a conquista do

¹⁵¹ Francis Drake foi um importante explorador do século XVI. Foi em sua viagem no ano de 1577, que se descobriu que o continente Antártico não possuía ligação com o americano, como era apresentado em mapas produzidos naquele momento. (SCHELLMANN, 2005).

¹⁵² A expedição britânica do *HMS Challenger* (1872 -1893), é ainda hoje considerada como uma das mais importantes expedições já empreendidas. Ela foi responsável por realizar dragagens e mapeamento dos fundos dos mares, acarretando em novos conhecimentos sobre essas regiões até então desconhecidas pela ciência. (LARSON, 2015).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Polo Sul geográfico e, conseqüentemente, do continente. Sendo assim, entre os anos de 1895 e 1917, muitas expedições nacionais receberam reconhecimento por participarem destas missões. Para realizar esta pesquisa foram selecionados relatos de três dessas expedições como fontes: As expedições britânicas do *Terra Nova* e *Endurance* e a expedição norueguesa do *Fram*.

A expedição do *Terra Nova*, comandada pelo Capitão Robert Falcon Scott (1868-1912), teve início em 1910 e consistia em um empreendimento financiado pela Marinha Real Britânica e pela Real Sociedade de Londres. Entre seus principais objetivos estava a realização de estudos científicos que permitissem maior compreensão sobre a vida selvagem no continente. Além disso, a missão também pretendia ser a primeira expedição a encontrar o Polo Sul geográfico, realizando medições e estudos durante todo o percurso.

A expedição era composta por 63 integrantes divididos entre a equipe de terra e a tripulação do *Terra Nova*, um baleeiro de três mastros de 700 toneladas construído em 1882 e utilizado para a missão. A rota utilizada consistia em uma já antes explorada pelo explorador e antigo colega de Scott, Ernest Shackleton, através do Mar de Ross, atravessando a Geleira Beardmore e seguindo rumo ao polo.

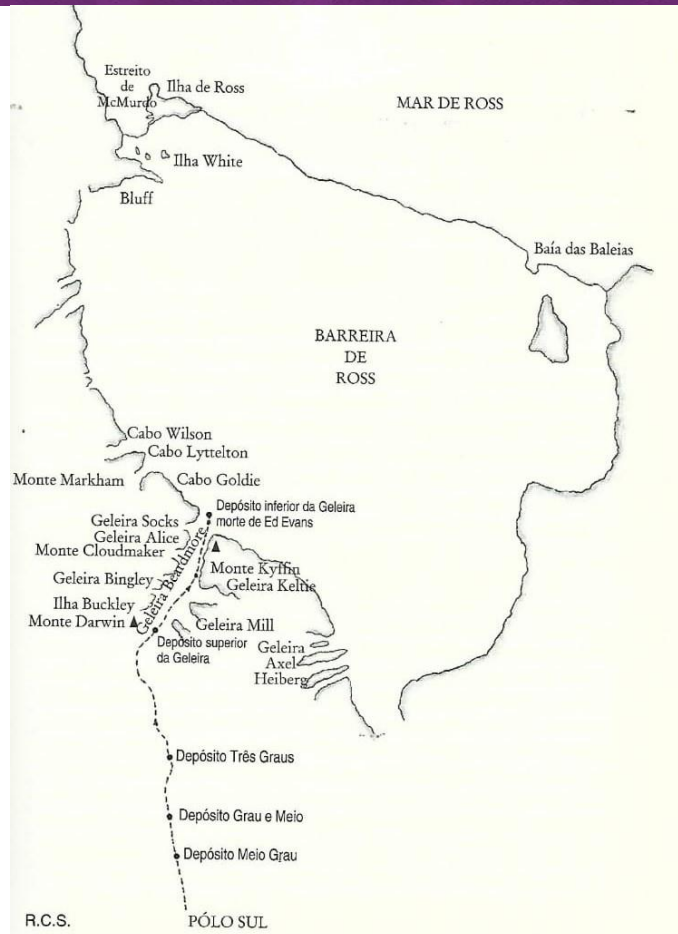
A missão passou dois anos realizando pequenas expedições de caráter científico e explorando o continente. Muitos dados foram coletados sobre a vida animal presente no continente, sua geografia e topografia e sobre o magnetismo (esses dados estão documentados nos relatos de Scott). Entretanto, no que diz respeito ao objetivo de ser a primeira expedição a alcançar o Polo Sul geográfico, essa missão ficava a cargo de um grupo designado o que incluía o comandante Robert F. Scott e outros quatro integrantes. Duas missões foram empreendidas para se prepararem para a viagem rumo ao polo. Na primeira, realizada em 24 de janeiro de 1911, a qual em seus relatos Scott intitula de “Jornada de Depósito”¹⁵³, tinha como objetivo realizar a instalação de depósitos ao longo da Barreira de Ross para auxiliar na investida que seria realizada no ano seguinte. Essa primeira missão ocorreu sem nenhum problema, retornando em meados do mês de abril à base de inverno que se localizava no Cabo Evans.

Após passado o inverno e com condições climáticas amenas, a expedição rumo ao polo teve início em 22 de dezembro de 1912. Contudo, desta vez o grupo encarou climas antes nunca registrados e temperaturas mais baixas do que as previstas para a estação de realização da jornada, o que levou a inúmeros problemas. Depois de algumas semanas, o grupo alcançou o aclamado Polo Sul Geográfico no dia 17 de janeiro de 1912, contudo, encontrou a bandeira norueguesa e uma carta demarcando que Amundsen havia chegado ali cerca de um mês antes (SCOTT, 2002, p.469).

Imagem 1: Rota empregada por Robert Falcon Scott, da barreira de Ross ao Polo Sul.

¹⁵³ Jornadas de depósitos estão presentes em todas as expedições. Nesses depósitos eram armazenados suprimentos para o grupo polar, para os animais e também alguns equipamentos que poderiam ser úteis caso o grupo precisasse substituir os que eles carregavam. (SCOTT, 2002).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021



Fonte: SCOTT (2002, n.p.)

Após a derrota de Scott e seu grupo, durante seu retorno acabam encontrando climas ainda mais adversos. Ao longo desse percurso o comandante e seus homens acabam sucumbindo diante de temperaturas de -50°C e de inanição. Passado algum tempo, um grupo de resgate é formado pelos outros integrantes da expedição, incluindo Cherry Garrard que em seu diário relata a busca por Scott e o grupo polar. Por volta do dia 12 de novembro de 1912 o resgate encontra uma barraca com os corpos dos que restavam, junto a cartas para os familiares e os diários do comandante que deram origem ao seu relato da viagem. Em seus diários Cherry-Garrard (1999) escreve: “Quase meio dia. 11-12 milhas ao sul de *One Ton*. Nós os encontramos – dizer que foi um dia terrível não expressa a realidade –, foi terrível demais para se traduzir em palavras” (p.458).

A segunda expedição analisada consiste na expedição norueguesa do *Fram*, comandada por Roald Amundsen. Essa expedição ficou mundialmente conhecida por ser a primeira expedição a alcançar o Polo Sul geográfico, apenas algumas semanas antes do grupo britânico. A missão inicialmente pretendia realizar uma expedição científica no Ártico, contudo, como coloca Cassel (2014, p.81), Amundsen objetivava realizar grandes feitos e, com a recente conquista do Polo Norte pelo explorador Robert Peary (1909), ele precisava repensar sua estratégia. Poucas semanas antes de zarpar,

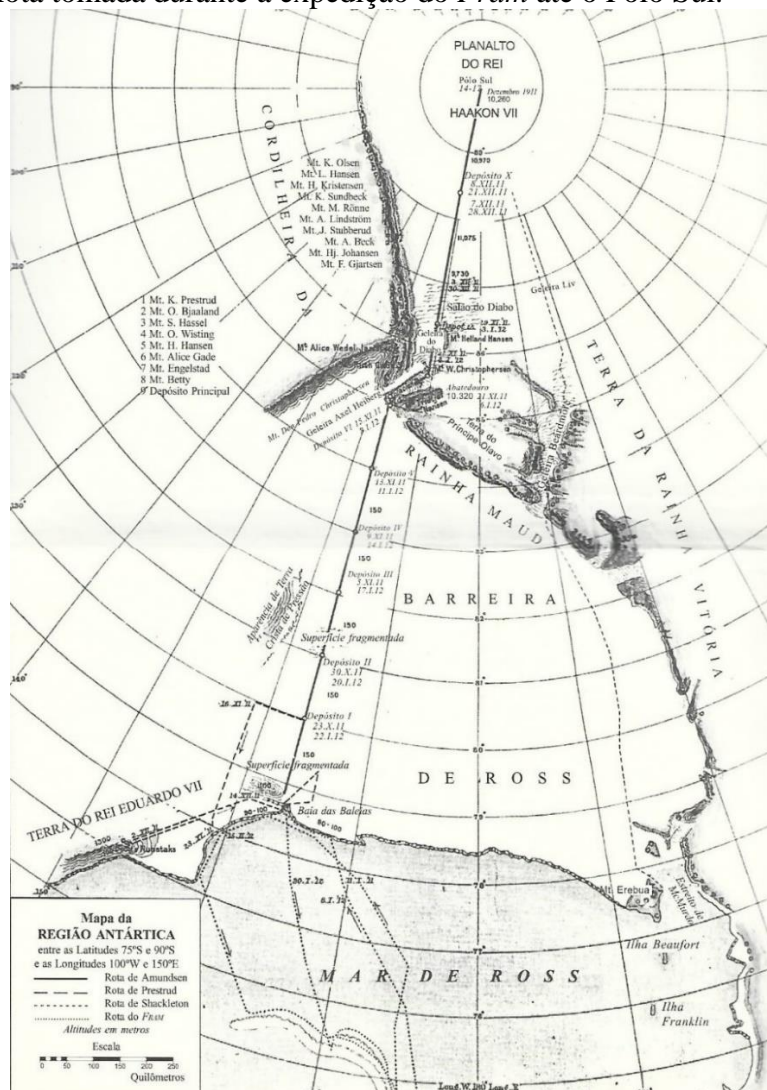
Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Amundsen decidiu alterar sua rota direcionando-a ao continente Antártico, mantendo segredo de seus próprios tripulantes e de seus patrocinadores até que já estivessem em meio ao percurso.

A missão teve início em meados de 1910, meses após seu rival britânico. Seguindo por uma rota semelhante à de Scott pelo Mar de Ross, estabeleceu uma base na Grande barreira de gelo na região conhecida como Baía das Baleias, local que ficava a algumas centenas de quilômetros dos britânicos. A expedição era composta por 19 integrantes e a embarcação utilizada foi o *Fram*, um antigo veleiro do tipo escuna, que pertencera outrora a outros grandes exploradores noruegueses. A missão foi bem-sucedida em seus objetivos, a utilização de cães de tração, que até então eram desaconselhados como bem destacou Scott em seus diários, foi uma característica importante para seu êxito. No mês de dezembro de 1911, Amundsen alcançou o aclamado Polo Sul sem maiores dificuldades e retornou para a Europa sem nenhuma baixa.



Imagem 2: Rota tomada durante a expedição do *Fram* até o Polo Sul.



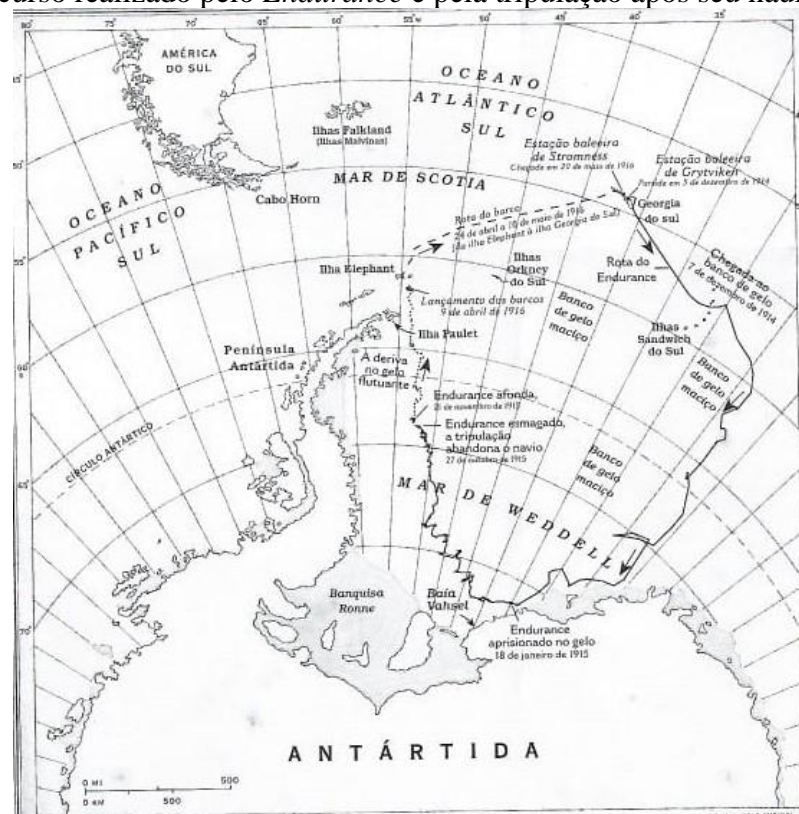
Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Fonte: AMUNDSEN (2001 n.p.)

A volta a Europa foi marcada por uma duplicidade de sentimentos. Alguns viam Amundsen como um herói nacional, outros como vilão, sobretudo, os britânicos que haviam perdido seu explorador mais famoso. Assim, anos mais tarde em 1914, o britânico Sir Ernest Shackleton, através de um patrocínio privado, empreendeu uma nova incursão ao continente com o objetivo de realizar a travessia de um extremo a outro. Em suas palavras: “Meu desejo era garantir que a primeira travessia do último continente fosse uma conquista britânica” (2002, p.13). Assim, a expedição teve início no ano de 1914, sendo composta por dois navios, o *Endurance* e o *Aurora*. O primeiro estaria encarregado de levar o grupo de terra que realizaria a travessia (incluindo Shackleton) através do Mar de Weddell, enquanto a segunda embarcação seguiria através da rota pelo Mar de Ross, ancoraria no outro extremo do continente, ficando responsável por estabelecer depósitos de alimentos e abrigos para a segunda etapa da missão.



Imagem 3: Percurso realizado pelo *Endurance* e pela tripulação após seu naufrágio.



Fonte: ALEXANDER (1999, p. 10)

A expedição não alcançou seus objetivos devido às condições climáticas daquele ano, e o *Endurance* acabou ficando preso nas banquisas de gelo¹⁵⁴ antes mesmo de

¹⁵⁴ Banquisas de gelo são grandes plataformas de água do mar congelada. Consiste em um dos piores medos das expedições, pois uma vez presos, as fortes pressões por ela sofridas podem danificar a embarcação. (SHACKLETON, 2002)

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

alcançar o continente. Em função das fortes pressões sofridas, o navio acabou naufragando, fazendo com que os participantes iniciassem uma missão de retorno pela sobrevivência sobre os mares congelados. Após um percurso de milhares de milhas de distância, a expedição conseguiu ser resgatada em 1917, sem que nenhuma vida tivesse sido perdida. Muitos autores, como Caroline Alexander (1999), consideram a expedição do *Endurance* como a última missão da idade heroica, visto que, durante o período em que ocorre a Primeira Guerra Mundial e o pós guerra, nenhum outro grande empreendimento foi realizado.



2. Memória, cultura e natureza: metodologia e referenciais teóricos

Os relatos dessas três expedições foram selecionados por apresentarem diferentes percepções de uma mesma natureza, a Antártica. Essas percepções, juntamente com as sensibilidades resultantes do contato intrínseco entre aqueles sujeitos e a natureza, permitem uma análise de grande valor para compreender como a sociedade da época estabeleceu relações com um ambiente que por muitos séculos apenas transitava em sua imaginação, sendo o último continente a ser explorado e devido às condições que impossibilitavam a vida humana no local. Dito isso, se torna importante apresentar os relatos selecionados.

Para a análise da expedição do *Terra Nova* comandada por Robert Falcon Scott, será utilizada a obra “A última expedição, Diário pessoal do Capitão Scott, em sua viagem ao Polo Sul”. Os relatos de Scott que, como já vimos, acabou falecendo durante sua missão, foram recuperados e entregues a familiares que os publicaram na íntegra de forma a honrar a memória do explorador. Esses relatos expressam os mais variados sentimentos humanos diante os acontecimentos. Neles, Scott apresenta a ciência como principal objetivo da missão, sempre destacando seus objetivos científicos e observações realizadas. Porém, a natureza antártica recebe parcela de culpa pelo fracasso da missão, o que origina uma questão conflituosa que esta pesquisa busca problematizar. Como adição para a análise desta expedição, acrescentamos a obra “A pior viagem do mundo” (1999), escrito pelo explorador e subordinado de Scott durante a expedição, Apsley Cherry-Garrard. Essa obra, além de apresentar um outro ponto de vista, compila também inúmeros depoimentos e anotações de outros participantes que foram cedidos a Cherry-Garrard durante a escrita de seu livro. Essas duas obras proporcionam uma análise rica sobre a expedição, explorando os relatos do comandante e da tripulação, percebendo as diferenças nos sentimentos suscitados pela experiência nos diferentes sujeitos que dela participaram e nas formas de representá-la.

A segunda expedição analisada se encontra na obra “Polo Sul – Relato da expedição antártica norueguesa a bordo do *Fram* – 1910 -1912”, de Roald Amundsen. Esse relato permite a análise da investida ao continente a partir de uma outra nacionalidade, a norueguesa. Além disso, a expedição se destaca por apresentar uma experiência intrínseca com o lugar e o estabelecimento de um estilo de vida próprio à expedição no continente Antártico, ou seja, desde o estabelecimento de uma base completa que recebe considerável afeto por parte dos integrantes até os laços criados com os animais presentes, tanto aqueles trazidos pela expedição quanto os naturais da região.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Já a terceira expedição comandada por Sir Ernest Shackleton a bordo do *Endurance* é talvez a mais popular das três expedições. Atualmente, podemos encontrar diversas obras literárias sobre a expedição que, em maioria, foram criadas a partir dos relatos de Shackleton. A obra que contém os relatos do comandante foi intitulada “Sul – A fantástica viagem do *Endurance*”. Os relatos de Shackleton possuem um grande potencial para se entender as influências da natureza na vida humana, seu relacionamento e impactos. Os relatos de sua expedição diferem das outras por apresentarem uma narrativa de aventura voltada para a sobrevivência em um ambiente inóspito, as banquisas de gelo. A natureza em seus relatos, mesmo em condições adversas, constantemente é exaltada, tanto por questões ligadas a medo e anseios, quanto pela beleza e grandeza. Aqui a ideia de uma natureza sublime é mais presente. De maneira a enriquecer a análise, a obra da escritora Caroline Alexander, “*Endurance: a lendária expedição de Shackleton à Antártica*”, traz para a pesquisa relatos de tripulantes e também diversas fotografias do fotógrafo da expedição, Frank Hurley.

A realização deste trabalho ocorre principalmente com os estudos e pesquisas propiciados pelo Núcleo de Pesquisa Memória, Cultura e Natureza. É por meio das discussões realizadas ao longo desses últimos anos que se tem pensado como ir além das pesquisas que são normalmente realizadas sobre relatos de viagem, buscando explorar características ainda não trabalhadas ou ignoradas, como as sensibilidades.

Neste sentido, ao explorar um tema e fontes a que muitos têm acesso, busca-se chamar a atenção para novas formas de representação e de compreensão das relações construídas entre as pessoas e a natureza. O objetivo é demonstrar como a sociedade ao longo da história produziu diferentes formas de perceber a natureza e destacar que a nossa própria forma de ver e se relacionar com o mundo é uma construção social e cultural. Ao explorar essa característica, é possível pensar como superar o paradigma dualista e que constantemente causa uma cisão entre humanos e natureza, e que impossibilita uma maior compreensão sobre nós mesmo e sobre nossa vida no planeta.

Como já frisado, para a realização desta pesquisa, um diálogo interdisciplinar é fundamental, dialogando com os mais variados campos, desde a geografia, antropologia, literatura e até mesmo psicologia. A importância da interdisciplinaridade se encontra na necessidade de compreensão de questões que vão além das que a historiografia engloba em suas linhas, principalmente no que se refere às sensibilidades e sentidos sinestésicos que surgem nas e das experiências daqueles indivíduos.

A partir dessas questões teóricas e metodológicas, essa pesquisa vem sendo realizada buscando alcançar o objetivo de compreender e problematizar os sentimentos, sensações e as percepções que os participantes destas três expedições desenvolveram através do seu contato e experiências em meio a imensidão antártica.

3. Referências

ALEXANDER, Caroline. *Endurance: a lendária expedição de Shackleton à Antártica*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

AMUNDSEN, Roald. *Polo Sul: relato da expedição antártica norueguesa a bordo do Fram: 1910-1912*. Alegre, 2001. Coleção Mundo afora.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

BREGMAN, Rutger. *Humanidade: uma visão otimista do homem*. [trad. Claudio Carina]. São Paulo: Planeta, 2021

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento 1: de Gutenberg a Diderot*. Zahar, 2003.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento 2: da Enciclopédia à Wikipédia*. Zahar, 2012.

CASSEL, Gastão et al. *A experiência e o narrador: a escrita-viagem de Shackleton, Scott, e Amundsen na conquista do Polo Sul*. Tese de Mestrado em Literatura UFSC, 2014.

CHARTIER, Roger. História e literatura. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*, p. 255-271, 2002.

CHERRY-GARRARD, Apsley. *A pior Viagem do Mundo: A última expedição de Scott à Antártica*. Tradução Rosaura Eichemberg – São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DRUMMOND, José Augusto Leitão. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, 1991.

SILVA, Edilane F. da; COSTA, Érika Maria A.; MOURA, Geraldo Jorge B. de. Topofobia e topofilia em “a terra”, de “os sertões”: uma análise ecocrítica do espaço sertanejo euclidiano. *Sociedade & Natureza*, v. 26, n. 2, 2014.

FETZ, Marcelo. Expedições científicas no século XIX: o universo da ciência e a diversidade cultural. *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, v. 14, 2011

FIUZA, Denis Henrique. A Ecocrítica e a Educação Ambiental no Ensino de História: uma proposta de análise a partir da revista *Globo Rural*. *Revista do Lhiste-Laboratório de Ensino de História e Educação*, v. 4, n. 6. 2017.

FRANCO, José Luiz de Andrade. A história ambiental no Brasil e os seus clássicos. *Sociedade e Estado*, v. 18, n. 1-2, p. 389-394, 2003.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. *Cadernos de Seminários de Pesquisa*, v. 2, p. 62-86, 2011.

GANDRA, Rogério M. O Imaginário Territorial na Antártica. Porto Alegre: *Boletim Gaúcho de Geografia*, n. 30, 2004.

GARRARD, Greg. *Ecocrítica*. Trad. Vera Ribeiro. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

GLOTFELTY, Cheryl; FROMM, Harold (Ed.). *The ecocriticism reader: Landmarks in literary ecology*. University of Georgia Press, 1996.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Nação, nacionalismo, Estado. *Estudos Avançados*, v. 22, n. 62, p. 145-159, 2008.

LARSON, Edward J. *Um Império de gelo: Scott, Shackleton e a Idade Heroica da ciência na Antártica*. [trad. Camila Werner]. Porto Alegre, RS: L&PM, 2015.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

MARTINEZ, Monica. Narrativas de viagem: escritos autorais que transcendem o tempo e o espaço. *Intercom-Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 35, n. 1, 2012.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos avançados*, v. 24, n. 68, p. 81-101, 2010.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org). *Escrita, linguagens, objetos: leituras de história cultural*. Bauru, SP: EDUSC, 2004

PINTO, Francisco Neto Pereira; MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra. Contribuição da ecocrítica ao ensino de literatura. *Litterata: Revista do Centro de Estudos Portugueses Hélio Simões*, v. 3, n. 1, p. 36-49, 2013.

RUNDVALT, Darcio et al. *Para além do palco ou do pitoresco: A paisagem dos Campos Gerais no Paraná nos relatos de viagem do século XIX – August Saint-Hilare, Thomas Biggy-Wither e Visconde de Taunay*. Dissertação de Mestrado -UEPG, 2016

SCHELLMANN, Karin. *Do mito à realidade: um olhar sobre a Antártica através dos signos e representações*. Tese de Mestrado – UFPR, 2005.

SCHEMES, Elisa F. A literatura de viagem como gênero literário e como fonte de pesquisa. Florianópolis: *XXVIII Simpósio Nacional de História*, 2015.

SCOTT, Robert F. *A última Expedição: A dramática corrida pela conquista do Polo Sul*. Alegro, 2002.

SHACKLETON, Ernest. *Sul: A expedição polar mais famosa da história*. Trad. Roberto C. dos Santos. São Paulo: Alegro, 2002. Coleção mundo afora.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

TUAN, Yi Fu. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. [Trad. Lívia Oliveira]: Londrina: Eduel, 2012.

VIEIRA, Friederick Brum. O Tratado da Antártica: perspectivas territorialista e internacionalista. *Cadernos PROLAM/USP*, ano, v. 5, p. 49-82, 2006.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. *Revista Estudos Históricos*, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 7



INTERESSE DOS JOVENS NA HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA EM MEIO À PANDEMIA

Fuentes, Ariana B.¹

¹*Universidade Estadual de Ponta Grossa; Departamento de História (DEHIS).*

Este subprojeto em andamento inscreve-se no Projeto Residente “Observatório das relações entre jovens, história e política na América Latina”, sendo um projeto interinstitucional e internacional que consiste em uma enquete intercultural e quantitativa, cuja coleta de dados ocorreu entre março e setembro de 2019, para a coleta de dados estatísticos sobre opiniões e conhecimento dos estudantes de 15 e 16 anos de 7 países da América Latina. Neste subprojeto de Iniciação Científica financiado pela Fundação Araucária, pretendemos investigar o interesse existente nos alunos do Ensino Médio do ano de 2021 (em meio à pandemia da Sars Cov 2) sobre a História da América Latina. Cogitamos investigar por meio dos artigos e depoimentos dos pesquisadores do Projeto Residente “Observatório das relações entre jovens, história e política na América Latina” e também de revistas da área de pesquisa da História, para identificar se existe interesse por parte dos jovens e também como e desde quando tem sido objeto de estudo por pesquisadores da área. Almejamos compreender qual lugar a História da América Latina ocupa no interesse e currículo dos alunos do Ensino Médio.

1. Introdução, contextualização e conceitos

Segundo Circe Bittencourt, conteúdos escolares da história da América estão presentes em vários momentos da trajetória escolar brasileira, incorporados com maior ou menor intensidade no currículo escolar a partir do século XIX. (BITTENCOURT, 2005). A autora complementa essa informação:

Conteúdos escolares de história da América, como se pode constatar pelos planos e propostas curriculares, têm sido encontrados em vários momentos da trajetória escolar brasileira. Povos e países da América Latina e também dos Estados Unidos têm feito parte de vários livros didáticos, tendo sido incorporados como objetos de estudos, com maior ou menor intensidade, no currículo escolar a partir do século XIX aos dias atuais. Ao constataremos a presença irregular, mas com certa constância, de tais conteúdos históricos escolares surgem algumas indagações que se constituíram no eixo das reflexões dessa abordagem sobre o ensino de história da América: por que e o que tem sido ensinado de História da América para os estudantes brasileiros? (BITTENCOURT, 2005, p. 6)

Esse questionamento feito pela autora abrange também, nos dias atuais, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), permanecem as questões sobre como está sendo

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

ensinada a História da América Latina, se existe espaço suficiente para ela nos currículos de História e se afeta diretamente no sentimento de pertencimento e identidade latino-americana. Circe Bittencourt coloca como objetivo do Ensino de História como contribuição para a constituição de identidades:



Os objetivos do ensino da história da América são na perspectiva da História integrada os mesmos do ensino de história em geral, e se inserem na contribuição da história para a constituição de identidades e não mais exclusivamente na identidade nacional. A história social e cultural que serve de apoio a essa nova fase do ensino escolar possibilita problematizar as identidades múltiplas. Para além da identidade nacional, existe uma preocupação em identificar o sentido mais amplo dos pertencimentos, sejam de classe, étnicos, de gênero, religiosos, assim como regionais. (BITTENCOURT, 2005, p. 11).

Essa perspectiva citada acima, segundo Bittencourt, coloca novos problemas para o ensino de História, no que se refere à definição de conteúdos. (BITTENCOURT, 2005). Acredito ser válido ainda, questionar se a definição dos conteúdos curriculares sobre a História da América Latina tem influenciado sobre o interesse dos jovens brasileiros pela história da qual fazem parte, sobre o sentimento de pertencimento, e, também, sobre a consciência histórica latino-americana deles. Para Rüsen (1992), citado por Conceição e Dias (2011):

Segundo o autor, a consciência histórica funciona como um modo específico de orientação temporal em situações reais da vida presente, tendo como função ajudar a compreender a realidade passada para agir no presente. Para Rüsen (1992, p.30), isso implica que a referência para o tempo futuro está contida na interpretação histórica do presente, já que é essa interpretação que deve guiar a ação. Em uma perspectiva latino-americana, Ensino de História e consciência histórica latino-americana isso significa a capacidade de utilizar a História da América Latina para analisar uma situação presente e determinar um curso de ação. (CONCEIÇÃO, DIAS, 2011, p. 174 *apud* RÜSEN, 1992).

O tema da consciência histórica entre os jovens tem sido a preocupação de alguns grupos de pesquisa, observa-se que ainda existem muitas lacunas a serem preenchidas, especialmente no que diz respeito entre consciência histórica e identidade latino-americana. (CONCEIÇÃO, DIAS, 2011). É nesse sentido das lacunas a serem preenchidas que este projeto de iniciação científica busca compreender o interesse dos jovens, entre as possibilidades para ir além, jovens a serem entrevistados por questionário sobre seu interesse na História da América Latina em meio à pandemia.

Segundo Léia Santiago em uma pesquisa realizada no Projeto Jovens e a História no MERCOSUL (2013), considerando as respostas que foram dadas pelos alunos entrevistados ao questionário, permitiu-se ver que ainda existe uma noção de que o objetivo principal da História é o conhecimento do passado. Essa vinculação existente na concepção de muitos alunos de que a História está cada vez menos envolvida com o recente, pode ser um fator que tira o interesse dos alunos pela História, o que é um problema (SANTIAGO, 2018).

Nessa pesquisa de Santiago, foi aplicado um questionário em distintas escolas e

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

regiões do Brasil, com a intenção de verificar nas respostas dos alunos brasileiros, se as tentativas de movimentos que visavam integrar a América Latina desde o processo de suas independências até a consolidação do MERCOSUL, foram contribuindo, no ensino de História da Educação Básica. (SANTIAGO, 2018). Ainda sobre a pesquisa, a autora complementa, para Rösen (2001, p. 51) citado por Santiago (2018):



[...] e uma consciência histórica e cidadã, uma vez que esta é “a soma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo” (RÜSEN, 2001, p. 51). (Rösen, 2001, p. 51, *apud* SANTIAGO, 2018)

Na pesquisa realizada por Santiago, percebe-se entre os entrevistados a compreensão de que o maior objetivo da História é o conhecimento do passado. Os estudantes também demonstraram que os objetivos de compreender o presente e orientar para o futuro, no estudo da História, carrega praticamente a mesma relevância que o objetivo de conhecer o passado. (SANTIAGO, 2018). Selecionei a Tabela 4 que traz a resposta dos estudantes à questão 17 do instrumento de coleta de dados: “Qual seu interesse pelos seguintes temas da história:” (SANTIAGO, 2018).

Tabela 1

| 17. Qual seu interesse pelos seguintes temas da história: | | |
|--|---------------|-------------|
| | Número Válido | Média Geral |
| a) A vida cotidiana das pessoas comuns | 2375 | -,28 |
| b) Reis, presidentes e personagens politicamente importantes no poder | 2382 | ,18 |
| c) Aventureiros e grandes descobridores | 2360 | ,53 |
| d) Guerras e ditaduras | 2355 | ,65 |
| e) Culturas de países distantes | 2355 | ,53 |
| f) formação das nações | 2360 | ,22 |
| g) O desenvolvimento da democracia | 2347 | ,05 |
| h) A interferência do homem no meio-ambiente | 2357 | ,37 |
| i) O desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio | 2355 | ,09 |
| j) história de assuntos específicos (por exemplo: a história dos carros, da Igreja, da música, etc.) | 2369 | ,40 |
| k) A história da sua família | 2360 | ,83 |

Fonte: Projeto Jovens e a História no MERCOSUL (2013). Elaboração da autora.
 * Respostas transformadas em escala numérica: Muito pouca importância = -2; pouca importância = -1; mais ou menos = 0; importante = 1 e muito importante = 2.

Fonte: (SANTIAGO, 2018, p. 199)

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

De acordo com Souza (2006 *apud* SANTIAGO, 2018, p. 199), sobre os estudos da América Latina no ensino de História:



A dificuldade de inclusão da América Latina nos conteúdos de ensino advém desse distanciamento que temos em relação aos contextos sócio-político-cultural dos países do continente. Não se trata apenas da forma acanhada como o currículo acadêmico trata o continente americano, embora isso contribui muito para o silêncio e o esquecimento a respeito do assunto. É um distanciamento enorme, agregado a um desprestígio a respeito desses países e dessas sociedades; 200 OS JOVENS E A HISTÓRIA: BRASIL E AMÉRICA DO SUL um pessimismo acentuado a respeito da superação das dificuldades econômicas e políticas; uma ignorância sobre as possibilidades e potencialidade dos mesmos. A América Latina adentra, em parte, no rol de informação que circula no Brasil, na condição de áreas de exotismo e desgoverno político. (SOUZA, 2006 *apud* SANTIAGO, 2018)

Ao se considerar que o conhecimento histórico escolar é geral formativo, não basta apenas a boa vontade do professor mas também do currículo, abordagens teóricas da ciência de referência, mercado editorial, mídias em geral e uma cultura que permita apreciar a identidade latino-americana em sua positividade. (SANTIAGO, 2018).

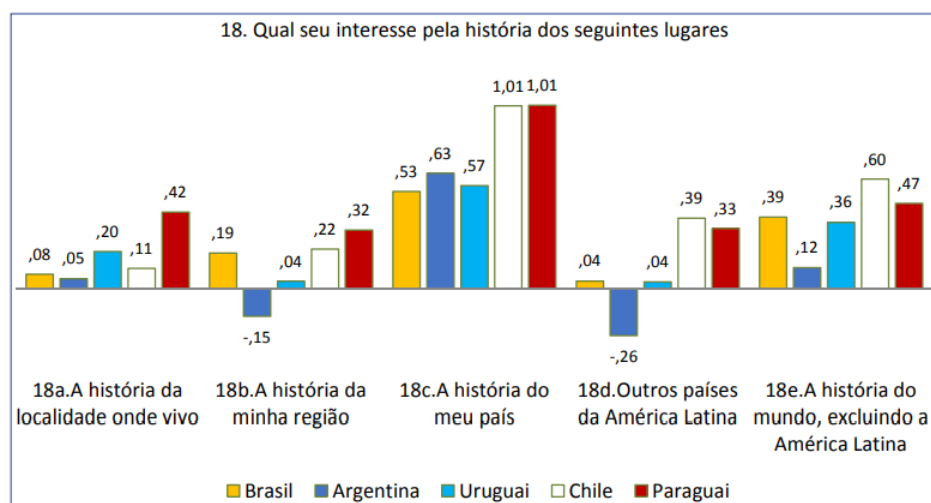
Dentro dos estudos do Projeto Jovens e a História no MERCOSUL (2013), foi possível afirmar que todos sabem história, seja a da escola ou da academia ou seja do ponto de vista pessoal, comunitário, familiar. Os dois processos históricos de maior interesse dos alunos entrevistados são os que menos espaço possuem nos programas curriculares oficiais (CERRI, 2018). Sobre o interesse dos jovens na História da América Latina tem-se notado segundo dados do Projeto Jovens e a História no MERCOSUL (2013) que existe um interesse pela América Latina desde que haja algo em troca, ou seja, possíveis benefícios que a integração Latino-Americana possa trazer (BAROM, 2018).

Na pesquisa realizada em 2013, “Projeto Jovens e a História”, foi possível traçar quadros sobre os diversos aspectos da realidade da aprendizagem e das ideias dos jovens. Através da amostra dos dados, os resultados permitem indicar que os dois processos históricos de maior interesse dos estudantes são aqueles que recebem menor interesse e espaço por parte dos programas oficiais. (CERRI, 2018). Além disso, é possível notar que a intensidade dos interesses expressos na média, é distinta para cada amostra.

Gráfico 1

Comparação de médias* das respostas dos estudantes das amostras de cada país quanto ao interesse pela História em diferentes recortes espaciais

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021



PAGE

Fonte: dados do Projeto Jovens e a História no MERCOSUL (2013). Organização do autor.
* Médias aritméticas das respostas obtidas pela transformação da escala Likert na seguinte escala numérica: Muito pouca importância = -2; pouca importância = -1; mais ou menos = 0; importante = 1 e muito importante = 2.

Fonte: (CERRI, 2018, p. 289)

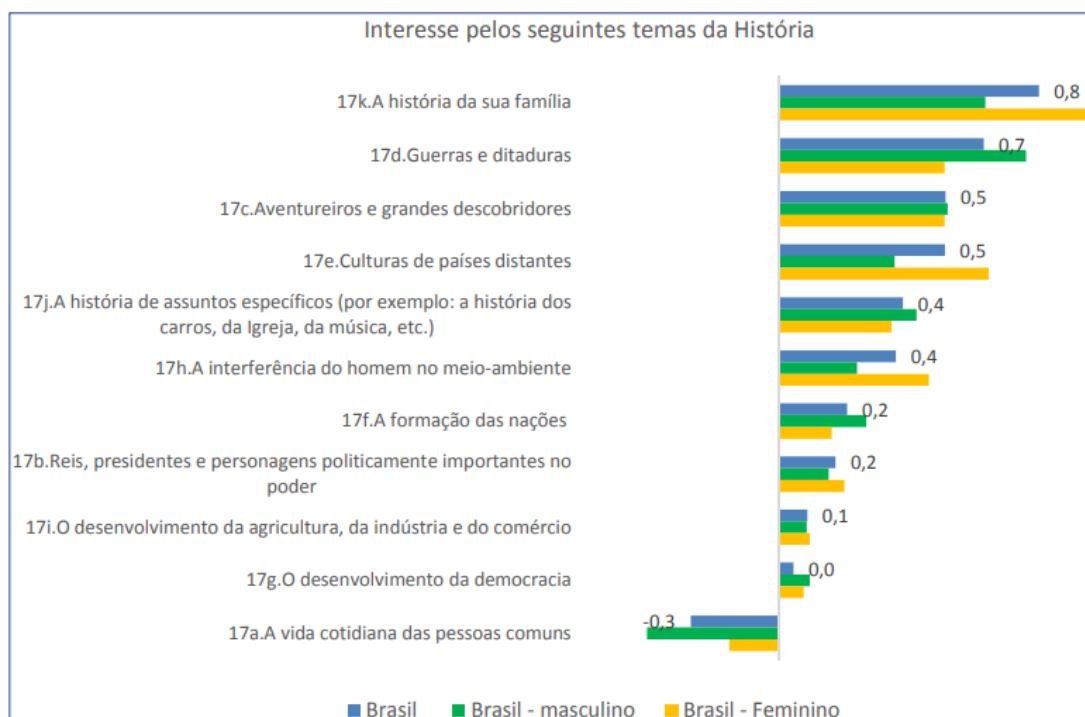
A partir dessa comparação, percebe-se que os recortes de maior interesse são a história nacional e a história mundial, excluindo os outros países da América Latina. (CERRI, 2018). Assim, o autor complementa:

Recortes menos frequentes nos currículos, como a história local, regional e da América Latina são igualmente rejeitados pelos jovens, com exceção dos chilenos, que mostram interesse significativo pela história da América Latina; e dos jovens paraguaios, em cuja amostra encontramos o maior interesse médio pela história local, regional e da América Latina. (CERRI, 2018, p. 283).

Também visualiza-se em outro gráfico apresentado, uma hierarquia de temas de interesse dos estudantes brasileiros, com destaque para uma contradição entre o tema com maior interesse médio e o tema de menor interesse. (CERRI, 2018)

Gráfico 2

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021



PAGE

Fonte: dados do Projeto Jovens e a História no MERCOSUL (2013). Organização do autor.

* Médias aritméticas das respostas obtidas pela transformação da escala Likert na seguinte escala numérica: Muito pouca importância = -2; pouca importância = -1; mais ou menos = 0; importante = 1 e muito importante = 2.

Fonte: (CERRI, 2018, p. 290)

Uma abordagem tomando em conta o sexo dos respondentes indica alguns fatores que são indiferentes a essa variável: o interesse em aventureiros e grandes descobridores, reis, presidentes e personagens politicamente importantes, desenvolvimento da agricultura, indústria e comércio, bem como o desenvolvimento da democracia. Entretanto, são afetadas pela variável sexo a história da própria família, a cultura de países distantes e a interferência do homem no meio ambiente, temas em que as estudantes revelam interesse médio significativamente maior que seus colegas do sexo masculino, enquanto guerras e ditaduras recebem maior atenção destes. (CERRI, 2018, p. 290)

Uma estratégia para conseguir a atenção do aluno seria construir conhecimentos no sentido de articular a história da família do aluno com processos históricos do Brasil recente. Assim, pode-se promover a aproximação entre o conhecimento histórico escolar e a experiência histórica mais próxima do aluno através da memória e dos documentos. (CERRI, 2018).

Embora a pesquisa seja realizada em 2013, auxilia com os dados para diversas possibilidades de análise, não só para este projeto de iniciação científica, como também para diversos outros. O apagamento da historicidade é uma condição necessária, mesmo

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

que não suficiente para o etnocentrismo. A superação do etnocentrismo e do autoritarismo passa pela historicidade, de uma forma ou de outra. (CERRI, 2018).

No Núcleo de Pesquisa em Didática da História são acolhidos estudos e pesquisas que se relacionam com o campo de ensino de História, além da organização anual do Seminário Nacional de Didática da História e o Projeto Residente que conta com pesquisadores em 8 países da América Latina, o que dialoga diretamente com o projeto de iniciação científica “INTERESSE DOS JOVENS NA HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA EM MEIO À PANDEMIA”, uma vez que o projeto busca compreender se existe um interesse presente nos estudantes do Ensino Médio no ano de 2022 sobre a História da América Latina, tendo em consideração os impactos da pandemia de Sars Cov 2 no ensino, também compreender se está presente o sentimento de pertencimento à América Latina e da identidade latino-americana nos alunos brasileiros, que está diretamente relacionado com o currículo de História inserido no campo de ensino de História.

Sendo assim, questionamos, como tem sido o interesse dos alunos pela História da América Latina no ensino médio em meio à pandemia? Para que devemos estudar a História da América Latina? É possível desenvolver um sentimento de pertencimento à América Latina? Tendo essas perguntas de partida, a pesquisa será baseada em entrevistas, produção bibliográfica do Projeto Jovens e a História no MERCOSUL (2013) e autores que trabalham o tema, para que, assim, seja contribuir para o campo historiográfico sanando as dúvidas em relação ao interesse dos alunos na História da América Latina, e, não só conscientizar como também valorizar essa história, nossa história.

2. Desenvolvimento.

Para realizar este projeto de pesquisa, pretendemos analisar os dados existentes na base do projeto jovens da História, realizando um levantamento bibliográfico nas produções acadêmicas realizadas no Projeto Residente “Observatório das relações entre jovens, história e política” e no Projeto de Pesquisa “Jovens e a História no Mercosul”, realizados entre 2010 e 2016. Também, realizar entrevistas com jovens estudantes, o que será definido mais detalhadamente ao longo da pesquisa, já que depende diretamente de como a pandemia segue nos afetando.

Será seguido um cronograma para a realização deste projeto de iniciação científica, que consiste em uma análise estatística descritiva dos dados do projeto residente “Observatório das relações entre jovens, história e política na América Latina durante os meses de Setembro, Outubro, Novembro e Dezembro de 2021, também, durante estes meses, uma reflexão sobre os dados, apoiada por levantamento bibliográfico. Nos meses de Dezembro de 2021, Janeiro e Fevereiro de 2022, será realizada a elaboração de instrumentos de pesquisa quantitativa com estudantes, seguida da aplicação do instrumento de pesquisa qualitativa que será definido mais tarde conforme o andamento da situação pandêmica, durante os meses de Março e Abril de 2022, também em Abril, o Relatório Semestral conforme o modelo da PROPESP, até o último dia útil do mês de Abril de 2022. Em Abril e Maio de 2022 será feita a elaboração de síntese das conclusões propiciadas pelos instrumentos quantitativos e qualitativos e em Maio e Junho de 2022 a devida revisão das análises. Em Julho de

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

2022 a elaboração de Relatório Final e Produção de Artigo sobre o tema estudado e em Agosto de 2022 o último Relatório Final, conforme modelo da PROPESP, até o último dia útil do mês de Agosto de 2022. Por fim, com data ainda a definir, a inscrição e submissão de trabalho no EAIC de 2022.

As questões teóricas e metodológicas da pesquisa serão articuladas por meio de uma análise exploratória dos dados quantitativos a partir dos métodos da estatística descritiva, assim, teremos elementos sobre a intensidade, as características e a variação do interesse pela História da América Latina como recorte da História ensinada, assim, chegando a elementos que nos possibilitam criar o instrumento de pesquisa qualitativa e aprofundar as características do interesse por essa História. O que impacta diretamente no interesse que os jovens possuem hoje em dia sobre a História da América Latina, a qual engloba a História do Brasil, mesmo que não seja claro para todos os alunos.

3. Considerações finais

Com este projeto de iniciação científica, espero examinar por meio das fontes aqui colocadas, e a metodologia citada, não só a existência de um interesse por parte dos alunos na História da América Latina, como também a presença do sentimento de identidade e pertencimento latino-americano nos alunos brasileiros. Observar se a pandemia teve algum impacto no interesse nos estudos em geral e se impactou diretamente no interesse na História da América Latina.

Também compreender a importância do estudo e ensino da História da América Latina na formação dos alunos e como o currículo influencia nos interesses dos alunos, se continua influenciando diretamente. Como colocam Conceição e Venera (2012):

Tomando o currículo ao mesmo tempo, como política pública e como produto histórico do trabalho escolar, reconhecemos seu potencial na difusão sistemática de ideias, imagens e saberes associados a uma educação política, especialmente no Ensino de História, abrindo caminhos para a construção e consolidação de memórias e identidades, sejam elas nacionais, locais ou culturais.

Ao abordar esta questão é importante nos reportarmos historicamente à finalidade da História como disciplina escolar. Sabe-se que a instituição escolar estruturou, tradicionalmente, o ensino de História a partir da matriz nacionalista do século XIX, cujo objetivo era formar a identidade de, seja de “franceses”, “brasileiros” ou “chilenos” ou qualquer outra nacionalidade, para a nova sociedade que forjava os Estados nacionais. Apesar de todas as mudanças que a disciplina sofreu ao longo dos séculos, o ensino de História permanece como espaço de disputa na construção de memórias e formação de identidades, não mais necessariamente nacionalistas, mas quais identidades são privilegiadas? (CONCEIÇÃO, VENERA, 2012, p.132)

As autoras colocam o ensino de História não só como formador de identidades mas também como papel importante na construção de memórias, porém ainda questiono, quais identidades estão sendo formadas?

Entre as possibilidades para ir além, pretendo fazer um questionário sobre o interesse na História da América Latina nas dimensões pandêmicas, compreender se a pandemia afetou negativamente ou positivamente o interesse pela História da América

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Latina. Espero também, fazer deste projeto uma forma de valorização da Pesquisa e do ensino de História, por meio da divulgação dos dados coletados ao final desta pesquisa, além da elaboração de artigo com os dados a serem obtidos.



Referências

BAROM, Wilian Carlos Cipriani. Identidade latino-americana e ideologia neoliberal. In: CERRI, Luis Fernando (org.). *Jovens e a História: Brasil e América do Sul*. p. 180-216, 2018.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Ensino de História da América: reflexões sobre problemas de identidades. *Revista Eletrônica da Anphlac*. n. 4, p 5-15, 2005.

CERRI, Luis Fernando. O que todo estudante de história gostaria que seu professor soubesse mas tinha medo de dizer. In: CERRI, Luis Fernando (org.). *Jovens e a História: Brasil e América do Sul*. p. 232-259, 2018. Gráfico 1 e 2.

CONCEIÇÃO, Juliana Pirola da; DIAS, Maria de Fátima Sabino. Ensino de história e consciência histórica latino-americana. *Revista Brasileira de História*. v. 23, n. 62, p 173-191, 2011.

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. *Revista paranaense de medicina*. v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

PROJETO RESIDENTE. Observatório das relações entre jovens, história e política e América Latina. Grupo de Estudos em Didática da História, 2021. Disponível em: <https://www2.uepg.br/gedhi/projeto-residente/>. Acesso em 13/09.

SANTIAGO, Léia Adriana da Silva. A América Latina nas propostas curriculares do Brasil e da Argentina. *XXVII Simpósio Nacional de História*, 2013.

SANTIAGO, Léia Adriana da Silva. Jovens, identidade e consciência da integração latino-americana. In: CERRI, Luis Fernando (org.). *Jovens e a História: Brasil e América do Sul*. p. 160-179, 2018. Tabela 1.

VENERA, Raquel ALS; DA CONCEIÇÃO, Juliana Pirola. Tensões curriculares e narrativas: o ensino de História da América Latina. *Revista Tempo e Argumento*. v. 4, n. 2, p. 128-151, 2012.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A PANDEMIA DE AIDS NAS PÁGINAS DA REVISTA MANCHETE DURANTE OS ANOS 1980 E 1990



Gomes, Frederico Renan Hilgenberg¹.

¹Mestrado em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa

A presente pesquisa busca compreender como a *Revista Manchete* construiu discursivamente a pandemia de Aids em suas páginas nas décadas de 1980 e 1990, bem como organizou os diferentes discursos dos diversos atores sociais em relação a Aids em suas páginas. Em relação a revista, primeiro será realizado um levantamento do material que a *Manchete* produziu sobre a Aids, o acervo da revista vai ser acessado através da Hemeroteca Digital Brasileira (HDB). Após isso, serão levantados os temas que esse material trabalha além da pandemia. A metodologia escolhida para análise das fontes é a Análise do Discurso, pois permite compreender como ocorre a formação discursiva, bem como as intenções de cada discurso. Com a utilização do software *Iramuteq*, vai ser feita a análise do discurso da revista sobre a síndrome; verificando se há ou não polifonia discursiva; e como ocorre a relação entre a Aids e sexualidade. Bem como, objetivando compreender como a revista vai articular os temas de sexualidade e a pandemia.

1. *Manchete*, Aids e o caminho até aqui.

No dia 08 de maio de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria dos votos (7x4) tornou inconstitucional a proibição de doação de sangue por “homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes nos 12 meses antecedentes” (BRASIL, 2020). Considerada como uma vitória do movimento LGBTQIA +, pois foi devido a muita luta e articulação deste movimento que foi possível chegar em tal decisão. Porém, por que homens que fizeram sexo com outros homens (HSH) não podiam doar sangue? Para conseguir compreender essa questão, e outras, é importante olharmos nossa história recente.

A pandemia de HIV/Aids é um dos maiores problemas de saúde pública perfazendo quase quatro décadas. Desde os primeiros casos relatados nos Estados Unidos da América (EUA), onde não se sabia o que causava aquela “misteriosa doença”, até hoje com os tratamentos com retrovirais, Profilaxia Pós-Exposição ao HIV (PEP), Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) e as recentes pesquisas que sugerem estarmos mais perto de uma vacina do que nunca, muitas vidas foram perdidas para a Aids e muitas explicações, (des)informações e sentidos foram criados para a pandemia. Um dos primeiros locais onde se discutiu o que viria a ser a Aids, e todos seus desdobramentos, foi na imprensa.

A imprensa, desde jornais impressos até os telejornais, ajudou a população em geral a conhecer e informar sobre a pandemia, funcionando como uma ponte entre a ciência e a população leiga sobre o assunto. Dilene Nascimento (2005), lembra que uma concepção sobre a Aids já estava em construção no Brasil muito antes dela chegar aqui, os primeiros casos ocorreram nos EUA em 1981, e noticiada nos meios de comunicação

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

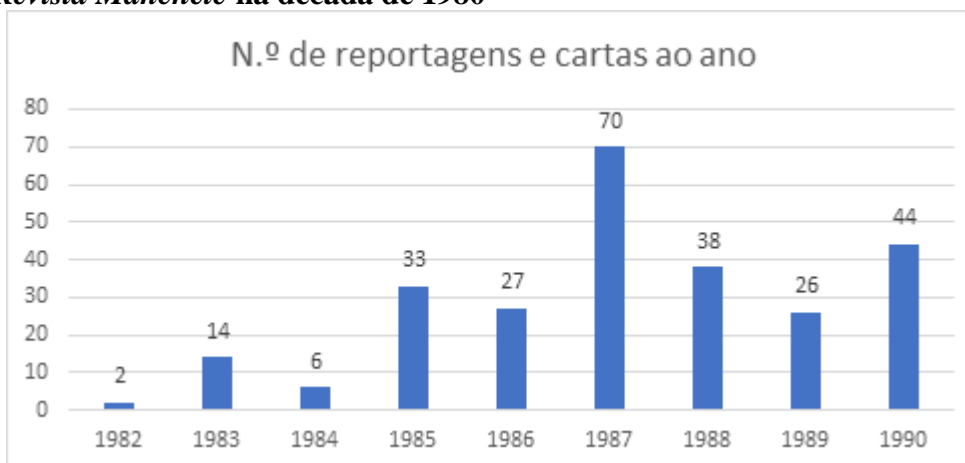
brasileiros desde então, o primeiro caso no país só vai ter notificações em 1983. Um desses veículos de imprensa que vai escrever sobre a Aids é a *Revista Manchete*.

Uma das publicações da Bloch Editores, a *Manchete*, foi um semanário que circulava nacionalmente desde 1952. A revista esteve presente basicamente por toda a segunda metade do século XX, relatando e construindo os principais eventos desse período, passando pelo Golpe e Ditadura Militar; Guerra Fria; movimentos de resistência à Ditadura; redemocratização; a Constituição de 1988; os primeiros governos democráticos pós reabertura; e claro, a pandemia de Aids.

A *Manchete* já vinha abordando a pandemia de Aids ao menos desde 1982, relatando os casos dos EUA. As edições de 09 de janeiro, n. 1551, e de 04 de setembro, n. 1585, de 1982 trouxeram reportagens bem parecidas relatando sobre uma doença que vinha afetando, especialmente, homossexuais. As manchetes traziam respectivamente os títulos: *A misteriosa doença dos gays* e *O misterioso câncer que mata homossexuais*.

A *Revista Manchete* se debruçou muito sobre a pandemia de Aids, de acordo com o material já levantado, apenas da década de 1980, foram produzidos 260 textos dentre notícias, artigos de opinião, reportagens, cartas dos leitores, entre outros, sobre a Aids. Tendo em vista que a pandemia começou o processo de interiorização no início da década de 1990, o material sobre a síndrome de imunodeficiência adquirida na *Manchete* é ainda mais vasto. A distribuição desse material na década de 1980 pode ser visualizado no Gráfico 1:

Gráfico 1 – Distribuição das reportagens e cartas dos leitores sobre a pandemia de Aids na *Revista Manchete* na década de 1980



Fonte: Elaborado pelos autores a partir da análise das edições da *Manchete* (VÁZQUEZ e GOMES, 2021).

No campo médico, no início da década de 1980, já havia um conhecimento prévio sobre a nova síndrome, como pontua Timermam e Magalhães (2015, p. 6), “quando a AIDS chegou ao Brasil, já se conheciam as prováveis formas de transmissão – contato com sangue e fluidos sexuais –, mas, ainda assim, não nos sentíamos seguros para descartar outras formas de contágio, até que houvesse provas irrefutáveis a esse respeito.”

O primeiro caso de Aids no país foi de junho de 1983 quando se teve a notícia da morte de Marcos Vinícius Resende Gonçalves, o *Markito*, um dos maiores nomes da

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

alta-costura no país. A *Manchete* publicou sobre a morte do estilista, em *A morte prematura de Markito*, assinado por Hélio Carneiro, mas também apresenta quem poderia ser infectado pelo “o ainda incurável e desconhecido mal.” (CARNEIRO, 1983, p. 132).

Hoje, já sabemos que uma das formas de transmissão do HIV é justamente pela via sexual. É importante ter isso em mente, pois parte de uma cultura homossexual da década de 1970 era de *gays* possuírem um grande número de parceiros sexuais. Enquanto homens heterossexuais, e homossexuais que não frequentavam as saunas, relatavam ter cinco parceiros ao ano, já os homossexuais, principalmente os frequentadores das saunas, puxavam a média para cima, com 36 parceiros anuais, chegando em casos altíssimos com 500 parceiros no mesmo ano. Então, com essa alta rotatividade de parceiros, foi campo fértil para o vírus se espalhar.

O outro ponto, que fez com que os homens *gays* despontassem na liderança de pessoas infectadas foi devido ao sexo anal desprotegido, prática realizada também por heterossexuais, mas muito mais comum entre homossexuais masculinos. Pois, como revelam pesquisas recente, o coito anal é vinte vezes mais propício a infecção pelo HIV, devido a alguns fatores, como tal prática causar fissuras e sangramentos, facilitando a infecção, além que a parede intestinal possuir 80% das células de defesa do corpo humano, que é justamente as células que o HIV utiliza para realizar a sua reprodução. (TIMERMAM e MAGALHÃES, 2015, p. 76-78). E devido a esses fatores, homossexuais e bissexuais masculinos, mulheres transsexuais e travestis se tornaram uma das populações mais afetadas com a pandemia.

Porém, somente isso não explicaria a motivação da associação quase automática entre soropositividade e homossexualidade masculina, que vai imperar no imaginário social por toda a década de 1980 e que encontra ecos na atualidade. Isso ocorre por dois motivos: primeiro, sim, homossexuais masculinos foram os primeiros infectados que se tem registro à época, no entanto, a situação no continente africano, onde o vírus circulava a muito mais tempo, revelava que essa prevalência em *gays* não era bem uma verdade absoluta. Segundo, pois como afetava inicialmente uma população já estigmatizada, uma “doença” do Outro¹⁵⁵, não há uma resposta imediata dos governos.

Tal como a sífilis, a AIDS é uma doença concebida como um mal que afeta um grupo perigoso de pessoas “diferentes” e que por elas é transmitido, e que ataca os já estigmatizados numa proporção ainda maior do que ocorria no caso da sífilis. No entanto, a sífilis não era identificada com a morte certa, uma morte precedida por uma agonia prolongada, tal como ocorria antes com o câncer e ocorre agora com a AIDS. (SONTAG, 1989, p. 34).

E como relembra Fausto Neto (2000, p. 44) acerca de como os meios de comunicação abordavam a pandemia:

Os jornais procuram estabelecer uma argumentação de causa e efeito entre AIDS e sexualidade. Não contextualizam origens e causas mais profundas, pelo contrário, instituem logo uma classificação para doença, que, além de incurável, misteriosa, irreversível, etc., é tudo isso porque é uma doença que

¹⁵⁵ Segundo Sontag (1989) a visão da Aids como peste corrobora para a construção dela como uma enfermidade do Outro, como causa da “peste”.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

afeta um conjunto de pessoas de comportamentos sexuais passíveis de serem contaminados pela doença. (FAUSTO NETO, 2000, p. 44).

Por isso, a Aids não foi somente danosa as pessoas que contraíram os vírus, mas, principalmente, a concepção de grupo de risco criada socialmente afetou ainda mais esses grupos que já eram estigmatizados, no lugar de vítimas da disseminação desenfreada do vírus, se viram sendo consideradas como o que causaria esse problema de saúde pública.

Como reflexo a vida noturna *gay*, sobretudo, das grandes cidades se viu esvaziada, saunas e boates voltadas ao público homossexual fechando as portas. “No final do inverno de 1985, o Brasil já contava mais de quatrocentos casos registrados de pessoas infectadas pelo vírus da aids, com duzentos óbitos.” Além de um cenário também preocupante, como o aumento da violência contra *gays* e travestis, como casos de suicídios. (TREVISAN, 2018, p. 387-410).

Ao contrário do que se possa pensar, a comunidade *gay* não ficou alheia nesse processo, mas foi justamente o movimento de organizações homossexuais e de portadores de HIV que fizeram com que o Estado e os governos estaduais começassem a se movimentar e trabalhassem para prevenção do vírus. “Pela forma como foi enunciada em seu início, a Aids tornou-se sinônimo de morte dos homossexuais masculinos, dos toxicômanos e dos hemofílicos. Mas eles resolveram não morrer em silêncio.” (NASCIMENTO, 2005, p. 91).

O Ministro da Saúde do governo José Sarney, Carlos Santana, em 1985, quando “registrava-se um caso novo por dia, em todo o Brasil, com quatro mortos por semana, sobretudo no eixo Rio-São Paulo.” (TREVISAN, 2018, p. 395). Declarava que a Aids era sim preocupante, mas não seria prioridade do governo, pois o país contava com outras doenças mais mortíferas como a malária e a doença de chagas, que mereciam a atenção do governo; e que pessoas que não fizessem parte do grupo de risco não teriam com o que se preocupar. (NASCIMENTO, 2005, p. 99). “A AIDS não é nossa prioridade” (Penna, 1987, p. 25).

Esse era o posicionamento máximo da maior autoridade em saúde do país à época, e o ministro não se encontrava sozinho em seu posicionamento. O meio científico, e principalmente os médicos, se não estivessem atentos repetiram os mesmos preconceitos da sociedade, e o fizeram muitas vezes. (NASCIMENTO, 2005; TIMERMAM e MAGALHÃES, 2015).

A história das descobertas iniciais sobre a AIDS mostra como as ideias preconcebidas podem obscurecer o entendimento de novos acontecimentos, inclusive os novos males do corpo. “Uma doença, no momento de sua descoberta, é uma ideia frágil, uma flor de estufa – profundamente, desproporcionalmente influenciada por nomes e classificações” (tradução nossa), conforme teorizou o médico e pesquisador Siddhartha Mukherjee, em seu livro O imperador de todos os males: uma biografia do câncer. Afirmar que aquela enfermidade surgida no início dos anos 1980 era uma deficiência imunológica dos *gays* retardou a descoberta de informações importantes sobre suas causas e formas de transmissão. E ainda hoje deixa resquícios da ideia de uma “doença de gueto”, circunscrita a um “grupo de risco”. (TIMERMAM e MAGALHÃES, 2015, p. 75).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O que realmente levou aos governos municipais, estaduais e federal, tomarem alguma medida contra o avanço da Aids no país foi justamente a ação dos grupos mais afetados. Inúmeras organizações não-governamentais (ONGs) surgiram pelo mundo como resposta à pandemia, no contexto brasileiro podemos citar duas, como exemplo, Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) e o Grupo de Incentivo à Vida (GIV).

E como escreve Trevisan (2018, p. 425), a pandemia de Aids escancarou aquilo que os movimentos homossexuais batalhavam e que a sociedade brasileira negava: “deixar evidente à sociedade que homossexual existe e não é o outro, no sentido de um continente à parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum,” e: “Graças à doença, simplesmente tendeu-se a falar da homossexualidade como um dado a mais na vida brasileira. Ela está lá: real, inegável e, até mesmo, imprescindível, sempre que se fala da mais importante epidemia do século XX.” (TREVISAN, 2018, p. 428). “Informar as pessoas a respeito de maneiras de evitar a AIDs de fato implica uma atitude de reconhecimento - e portanto de tolerância - em relação à existência de uma variedade de comportamento sexual que não pode ser reprimida.” (SONTAG, 1989, p. 90).

Um espaço onde é possível vislumbrar essa polifonia de discursos e variedade de autores sociais é justamente na imprensa. Segundo Machado (2006, p. 2), o discurso jornalístico é “dialógico; polifônico; opaco; ao mesmo tempo efeito e produtor de sentidos”. A imprensa não apenas comenta a história, mas também participa dela, numa constante batalha para conquistar corações e mentes. (CAPELATO, 1900). E a irrupção da Aids ilustra como ocorrem os mecanismos de produção e disputa de sentidos entre as instituições.

Não é somente o campo médico que produz sentidos e informações sobre a pandemia, essa função acaba sendo protagonizada por diferentes atores sociais: médicos e cientistas; religiosos; governos; ativistas e ONGs; e claro, a imprensa. Porém, o meio midiático, impresso ou não, também funciona como um palco onde esses outros atores sociais encenam seus monólogos.

Em outras palavras; as mídias transformam falas públicas e privadas num discurso público, mas que é privatizado segundo determinadas condições de produção de cada instituição do campo jornalístico, de onde se pode ratificar que a noção de publicização está cada vez mais subordinadas a operações/articuladores de construção discursiva de cada dispositivo de produção de sentido. (FAUSTO NETO, 1999, p. 75-76).

Fausto Neto (1999), ainda propõem que só se tinha conhecimento público sobre a Aids devido os processos de “anunciabilidades” protagonizado pelo meio midiático. A imprensa não somente repassa conhecimento produzido por terceiros, mas também produz, mesmo quando apenas certas informações advêm de outras instituições, não é apenas repassado, mas sim recriado. (MACHADO, 2006, p. 4).

“De forma mais ampla, o jornalismo constrói sentidos sobre a realidade, em um processo de contínua e mútua interferência – indo além, o jornalismo atua como estruturador do real” (MOTTA, 2000 apud MACHADO, 2006, p. 5). E justamente, por ser um campo onde se articula inúmeras vozes, o jornalismo, segundo Machado (2006), seria um campo de interação.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

No entanto, por mais que a imprensa funcione como um palco para diversidade de vozes, não significa necessariamente que seja polifônico, pois por mais que haja uma grande variedade de atores, estes podem estar articulando as mesmas falas, porém de formas diferentes. Por isso, não é apenas necessário analisar quem fala no meio midiático, mas como diz e o conteúdo de seus discursos.



2. Heterossexualização, feminização, interiorização e pauperização da pandemia.

A partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990 é possível observar uma diferença no perfil epidemiológico de pessoas soropositivas que começa a se desenhar. “Inicialmente restrita aos grandes centros urbanos e marcadamente masculina, a atual pandemia do HIV e da AIDS caracteriza-se pelos processos de heterossexualização, feminização, interiorização e pauperização.” (BRITO; CASTILHO e SZWARCOWALD, 2000, p. 207). E como pode ser observado na Figura 1:

Figura 1 – Tabela que mostra a distribuição dos casos de aids, segundo ano de diagnóstico e categoria de exposição hierarquizada. Brasil, 1980-2000.

| Categoria de Exposição | 1980-1990 | | 1991 | | 1992 | | 1993 | | 1994 | | 1995 | | 1996 | | 1997 | | 1998 | | 1999 | | 2000 | | Total 1980-2000 | |
|------------------------|-----------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|-------|------|------|------|-----------------|-----|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| SEXUAL | 13817 | 55,6 | 5948 | 49,7 | 7538 | 50,0 | 8217 | 48,5 | 8863 | 48,1 | 9480 | 47,0 | 10696 | 47,0 | 11651 | 50,3 | 13925 | 60,2 | 11259 | 61,6 | 5610 | 65,3 | 107004 | 52 |
| HOMOSSEXUAL | 7702 | 31,0 | 2757 | 23,0 | 3155 | 20,9 | 3041 | 17,9 | 3053 | 16,6 | 2884 | 14,3 | 3023 | 13,3 | 2979 | 12,9 | 3066 | 13,3 | 2288 | 12,5 | 1118 | 13,0 | 35066 | 17 |
| BISSEXUAL | 3699 | 14,9 | 1513 | 12,6 | 1728 | 11,5 | 1646 | 9,7 | 1707 | 9,3 | 1609 | 8,0 | 1581 | 7,0 | 1703 | 7,3 | 2102 | 9,1 | 1669 | 9,1 | 754 | 8,8 | 19711 | 9 |
| HETEROSSEXUAL | 2416 | 9,7 | 1678 | 14,0 | 2655 | 17,6 | 3530 | 20,8 | 4103 | 22,3 | 4987 | 24,7 | 6092 | 26,8 | 6969 | 30,1 | 8757 | 37,9 | 7302 | 39,9 | 3738 | 43,5 | 52227 | 25 |
| SANGÜÍNEA | 5860 | 23,6 | 3432 | 28,7 | 4047 | 26,9 | 4368 | 25,8 | 4207 | 22,8 | 4253 | 21,1 | 4462 | 19,6 | 4069 | 17,6 | 3216 | 13,9 | 2307 | 12,6 | 1048 | 12,2 | 41269 | 20 |
| UDI | 4508 | 18,1 | 3048 | 25,5 | 3678 | 24,4 | 3998 | 23,6 | 3858 | 20,9 | 3874 | 19,2 | 4072 | 17,9 | 3801 | 16,4 | 3163 | 13,7 | 2284 | 12,5 | 1041 | 12,1 | 37325 | 18 |
| HEMOFÍLICO | 623 | 2,5 | 130 | 1,1 | 90 | 0,6 | 74 | 0,4 | 71 | 0,4 | 73 | 0,4 | 62 | 0,4 | 75 | 0,3 | 34 | 0,1 | 14 | 0,1 | 4 | 0,0 | 1270 | 0 |
| TRANSFUSÃO | 729 | 2,9 | 254 | 2,1 | 279 | 1,9 | 296 | 1,7 | 278 | 1,5 | 306 | 1,5 | 308 | 1,4 | 193 | 0,8 | 19 | 0,1 | 9 | 0,0 | 3 | 0,0 | 2674 | 1 |
| PERINATAL | 458 | 1,8 | 275 | 2,3 | 363 | 2,4 | 405 | 2,4 | 551 | 3,0 | 662 | 3,3 | 797 | 3,5 | 829 | 3,6 | 701 | 3,0 | 518 | 2,8 | 177 | 2,1 | 5736 | 2 |
| ACIDENTE DE TRABALHO | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 0,0 | - | - | - | - | - | - | - | 1 | 0 |
| IGNORADA | 4721 | 19,0 | 2318 | 19,4 | 3120 | 20,7 | 3953 | 23,3 | 4803 | 26,1 | 5773 | 28,6 | 6789 | 29,8 | 6624 | 28,6 | 5277 | 22,8 | 4204 | 23,0 | 1761 | 20,5 | 49343 | 24 |
| Total | 24856 | 12,2 | 11973 | 5,9 | 15068 | 7,4 | 16943 | 8,3 | 18424 | 9,1 | 20168 | 9,9 | 22745 | 11,2 | 23173 | 11,4 | 23119 | 11,4 | 18288 | 9,0 | 8896 | 4,2 | 203353 | 100 |

Fonte: Boletim epidemiológico AIDS (2000).

Na Figura 1 é possível verificar que entre 1980 e 1990 homossexuais e bissexuais correspondiam como o maior número de pessoas com HIV, 45,9%, infectados pela via sexual, a principal via de contaminação. Já no final da década de 1990, em 2000, esse quadro se inverte, heterossexuais correspondem com 43,5% dos casos e homo/bissexuais com 21,8%.

Sendo assim, o objetivo principal da presente pesquisa é buscar compreender como a *Revista Manchete* representou a pandemia de Aids no Brasil durante os anos 1980 e 1990. Levando em consideração essa mudança de grupo mais afetado pela pandemia. Um objetivo secundário, seria conferir se há uma mudança na construção discursiva da *Manchete* sobre a pandemia de Aids, e caso exista como isso ocorre? Bem como retomando Machado (2006), e pensando a questão da polifonia, onde, não é somente ter várias vozes que torna o discurso da revista polifônico, pois ela unifica esses discursos em somente um, o seu próprio discurso.

Como já supracitado os textos da *Manchete* que trabalhavam sobre a Aids na década de 1980 já foram levantados, catalogados e fichados, as cartas dos leitores foram transcritas¹⁵⁶. Um dos primeiros objetivos da pesquisa é justamente fazer esse trabalho de catalogação com o material da revista sobre a pandemia referente a década de 1990.

¹⁵⁶ O material já levantado pode ser acessado através desse link: <https://drive.google.com/drive/folders/190dOWLUIfAb6RwBVZjVETgzutgGbjKaH?usp=sharing>.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O acervo que vai ser utilizado pela pesquisa é o disponível pela Hemeroteca Digital Brasileira¹⁵⁷.

Também são levantadas outras fontes que permitem visualizar como se dava a relação da doença sobre outras perspectivas, como as políticas públicas do governo em relação ao controle, ou não, da infecção. Produção de ONGs que atuaram no combate da pandemia, como a ABIA e que possui parte do seu material das décadas de 1980 e 1990 disponível digitalmente¹⁵⁸.

Após a identificação dessas reportagens também é mapeado o conteúdo que essas reportagens estão tratando, focando nas reportagens específicas de HIV/Aids ou que tenha correlação direta com a infecção, o enfoque maior é nas reportagens especiais que a *Manchete* produz sobre a pandemia. De forma concomitante a essas identificações e mapeamentos, ocorre a criação de um banco de dados com todas as reportagens que tratem sobre HIV/Aids nos anos de 1990 na revista, a década de 1980 já tem o seu material levantado. Esses dados serão organizados em tabelas, como a que pode ser visualizada na Tabela 1.

Tabela 1 – Tabela para organização do levantamento do material sobre Aids na *Manchete*.

| Título | | | | | Data |
|---------|-------------|--------|--------|-----|-------|
| Autoria | Localização | Página | Edição | Ano | Temas |

Fonte: O autor.

Em relação a análise do discurso da revista e do seu material produzido, pretende-se levantar quais são as fontes que a revista utilizou para fundamentar seus textos, bem como separar os textos em categorias para melhor compreender o quadro geral. Um software que irá auxiliar nesse processo é o *Iramuteq*, programa de código livre e gratuito que auxilia na análise de conteúdo e discurso, organiza nuvens de palavras, gráficos com classes de palavras, entre outras funcionalidades. Além da leitura e fichamento desses textos levantados.

Tendo em vista esses processos de heterossexualização, feminização, interiorização e pauperização da pandemia de Aids no Brasil é preciso ter um olhar interseccional (classe, raça e gênero) na pesquisa. Mas não somente devido a esses processos, pois na década de 1980 a principal forma de infecção por HIV que vai ser comentada é a por via sexual, além do debate sobre a construção de novos estigmas para a comunidade LGBTQIA + da época.

Como a principal fonte dessa pesquisa é a revista em si, então a metodologia para análise dos textos da *Manchete* vai ser a Análise do Discurso. Para Foucault (1996), discurso nada mais seria do que o ato de transmitir e articular ideias, não somente através da fala e da escrita, mas também por meios imagéticos e sonoros. Já

¹⁵⁷ O acervo digital da *Revista Manchete* (1952-2007) na HDB pode ser acessado através do presente link: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=004120&pagfis=1>.

¹⁵⁸ Os Boletins ABIA podem ser acessados através do presente link: <https://abiaids.org.br/categoria/acervo-abia/boletins/boletim-abia-pt-br>.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Brandão (2004, p. 11) pontua que “O ponto de articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos lingüísticos é, portanto, o discurso.”

Pensando em outros aspectos teóricos da pesquisa, algumas referências bibliográficas já foram levantadas.

Em relação a temática da Aids vai ser utilizado a produção do médico infectologista, Stefan Cunha Ujvari, sobre a história das epidemias e o autor possui inúmeras obras como: *A História da humanidade contada pelo vírus* (2011) e *A História das Epidemias* (2020). Os apontamentos da filósofa estadunidense, Susan Sontag, em seu ensaio *AIDS e suas metáforas* (1989), o trabalho já clássico na historiografia da historiadora Dilene Nascimento, *As Pestes do Século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada* (2005), bem como o livro de Jane Galvão, *AIDS no Brasil: A agenda de construção de uma epidemia* (2000). Outros textos importantes são os livros de Francisco Inácio Barros, *AIDS na Terceira Década* (2006), Artur Timerman e Naiara Magalhães, *Histórias da AIDS* (2015).

Para pensar a relação entre História e Imprensa há os livros *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Sodré (1999); *História da Imprensa no Brasil*, das historiadoras Ana Martins e Tânia de Luca (2010); *Imprensa e História do Brasil*; de Maria Helena Capelato (1988); e o capítulo de livro da Tânia de Luca, *História dos, nos e por meio do periódicos* (2008). De artigos principais há o *Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa*, das autoras Heloisa Cruz e Maria Peixoto (2007); *História do Tempo Presente: Quando o jornalismo se aproxima da história*, de Luiz Brumana (2016); e mais especificamente sobre revistas *A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial*, de  ria Baptista e Karen Abreu (2010).

Especificamente pensando a *Manchete* há dois trabalhos importantes: o livro de Greyce Nascimento, sobre o papel da revista na Ditadura Militar, *Aconteceu, virou Manchete: notícias da ditadura* de 2020. O outro é a dissertação de mestrado em comunicação e semiótica de Gesner Pádua, *O herói conciliador: a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas Veja e Manchete (1982-1985)* de 2013. Pensando o contexto da época temos *Brasil: uma biografia*, das autoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015); e *1964: História do Regime Militar Brasileiro* de Marcos Napolitano (2018).

Já em relação ao movimento LGBTQIA+ e ONGs de combate a Aids há *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia   atualidade*, de João Silvério Trevisan (2018); parte da obra do brasileiro James Green *Além do Carnaval: A homossexualidade no Brasil do século XX* (2019), *Revolucionário e gay: a extraordinária vida de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão* (2018), e o seu livro escrito juntamente com Renan Quinalha, *Ditadura e homossexualidade: repressão, resistência e a busca da verdade* (2015).

E por fim, em relação ao discurso, os dois livros de Ant nio Fausto Neto, *Mortes em Derrapagem: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa* (1991) e *Comunicação e m dia impressa. Estudo sobre a AIDS* (1999); e, *Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas: A cobertura da Aids pela Folha de S. Paulo de 1983 a 1987* de Carlos Alberto de Carvalho (2009). Também pretende-se articular a discussão sobre polifonia discursiva proposta por Mikhail Bakhtin.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Referências Documentais:

A misteriosa doença dos homossexuais. Time Magazine. In: *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, ano 30, n. 1551, p. 26-27, 09 jan. 1982.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. *AIDS Boletim Epidemiológico*, Brasília, ano 13, jul./set. 2000.

CARNEIRO, H. *A morte prematura de Markito*. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, ano 31, n. 1626, p. 132-133, 18 jun. 1983.

O misterioso câncer que mata os homossexuais. *Us Weekly*. In: *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, ano 30, n. 1585, p. 26B-26C, 04 set. 1982.

PENNA, Márcia Mello. *A Aids a tragédia no Brasil – A ciência nas frentes de batalha*. *Revista Manchete*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1.854, p. 20-29, 31 out. 1987.

Referências Bibliográficas:

BAPTISTA, Í. C. Q.; ABREU, K. C. K. A história das revistas no Brasil: um olhar sobre o segmentado mercado editorial. *Revista Científica Plural*, v. 4, 2010. Disponível em:

http://paginas.unisul.br/agcom/revistacientifica/artigos2010/iria_baptista_karen_abreu.pdf. Acesso em: 28 mar 2021.

BASTOS, F. I. *AIDS na terceira década* [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Proibição de doação de sangue por homens homossexuais é inconstitucional, decide STF. *Portal Supremo Tribunal Federal*. Disponível em:

<http://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=443015&ori=1>. Acessado em: 21 jun 2021.

BRITO, A. M.; CASTILHO, E. A.; SZWARCOWALD, C. L. AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada. *Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical*, v. 34, n. 2, p. 207-217, 2000.

BRUMANA, L. F. S. História do Tempo Presente: Quando o jornalismo se aproxima da história. In: Encontro Regional Sudeste de História da Mídia, 4. 2016, Niterói. *Anais [...]* Niterói: Alcar, 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-regionais/sudeste/4o-encontro-2016/historia-do-jornalismo/historia-do-tempo-presente-quando-o-jornalismo-se-aproxima-da-historia/view>. Acesso em: 28 mar 2021.

CAPELATO, M. H. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, Editora da Universidade de São Paulo, 1988.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

CARVALHO, C. A. de. *Visibilidades mediadas nas narrativas jornalísticas: a cobertura da Aids pela Folha de S. Paulo de 1983 a 1987*. São Paulo: Annablume, 2009.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v. 35, n. 2, 2007.

FAUSTO NETO, A. *Comunicação e mídia impressa. Estudo sobre a AIDS*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

_____. *Mortes em derrapagem*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1991.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

GALVÃO, J. *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: ABIA; São Paulo: Editora 34, 2000.

GREEN, J. N. *Revolucionário e Gay: A vida extraordinária de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. *Além do Carnaval: A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

GREEN, N. J.; QUINALHA, R. *Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca pela verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

LUCA, T. R. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, C. B. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2005

MACHADO, M. B. Jornalismo e perspectivas de enunciação: uma abordagem metodológica. *Intexto: revista do mestrado da comunicação UFRGS*, v. 1, n. 14, p. 1-11, 2006.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

NAPOLITANO, M. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

NASCIMENTO, D. R. do. *As pestes do século XX: tuberculose e aids no Brasil, uma história comparada*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NASCIMENTO, G. F. do. *Aconteceu, virou Manchete: notícias da ditadura*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.

PÁDUA, G. D. *O herói conciliador: a construção da imagem de Tancredo Neves nas revistas Veja e Manchete (1982-1985)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2011. p. 252.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SODRÉ, N. W. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SONTAG, S. *AIDS e suas metáforas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TIMERMAN, A.; MAGALHÃES, N. *Histórias da AIDS*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

TREVISAN, J. S. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed. rev. atual. e amp. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

UJVARI, S. C. *A História da humanidade contada pelo vírus*. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

_____. *História das Epidemias*. São Paulo: Editora Contexto, 2020.

VÁZQUEZ, G. G. H.; GOMES, F. R. H. Da “doença misteriosa dos homossexuais” à Aids: notas sobre Aids na Revista Manchete – década de 1980. *Revista NUPEM*, Campo Mourão, v. 13, n. 30, p. 26-45, set./dez. 2021.



THE FORERUNNER: FEMINISMO, EUGENIA E MATERNALISMO POLITICO (1906-1916).



Santos, Luana A.¹

¹ Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa.

O trabalho se volta à obra de Charlotte Perkins Gilman (1860-1935), escritora estadunidense que publicou uma extensa obra literária composta por contos, romances e artigos. Seus romances e contos discutiam a posição e a perspectiva feminina na sociedade norte-americana de fins do século XIX. Os artigos publicados por Gilman, na revista *The Forerunner* (1909-1916), tinham uma escrita opinativa e pragmática, procuravam de forma direta propor soluções para aquilo que se acreditavam serem problemas sociais. As análises sobre Gilman, principalmente a partir das décadas de 1960-1970, são leituras bem marcadas por sua historicidade. O movimento feminino do período estava preocupado não apenas com a construção de uma base teórica para suas reivindicações, mas também buscavam um senso histórico, que reafirmaria a validade política de sua agenda (NADKARNI, 2006). Autoras da segunda onda, como Mary Daly, Shulamith Firestone, Adrienne Rich e Monique Wittig, que pretendiam problematizar a relação entre o público e o privado em temas que tocavam a existência feminina, se aproximavam tanto de *Herland* (1915), em sua inspiração utópica, quanto de *Women and Economics* (1898) e de sua revista *The Forerruner*, como parte da história da escrita ficcional -subversiva-feminina (WEINBAUM, 2010). Ao estu dar a história da construção de uma "mística" feminina naturalizada no lar e na maternidade, as autoras de segunda onda entraram em contato com Gilman, que escrevia de maneira deliberada sobre a necessidade da emancipação econômica das mulheres e perceberam um encaixe perfeito para as ansiedades teóricas do movimento. Essa ressignificação, tanto editorial quanto da produção intelectual feminista estadunidense, abriram caminho para uma canonização da figura de Gilman, sem a consideração dos aspectos raciais, imperialistas e eugenistas de sua obra. Essa produção encontra-se em uma complexa relação de seu contexto e de sua própria identidade, criando a necessidade de uma leitura que admita essas nuances, e também parta dela. O que se pretendeu ao longo do trabalho, de modo semelhante, foi uma releitura dos textos da revista *The Forerruner* que deixassem transparecer os aspectos tradicionalmente ignorados pelo cânone do feminismo branco, e que apenas recentemente vem sendo estudados. Partindo das discussões do campo da história intelectual, e do entendimento de que existe uma historicidade inerente aos textos escolhidos (LACAPRA, 1983), produziu-se uma breve reflexão sobre alguns dos inúmeros temas que emergem no universo textual de Charlotte Perkins Gilman.

1. A revista e a pesquisa.

A revista *The Forerunner* foi inteiramente escrita, editada e publicada por Gilman entre os anos de 1909 e 1916. De acordo com Madeleine B. Stein (1968), a revista jamais ultrapassou o número de 3000 inscritos. Na seção de respostas as cartas recebidas, podemos perceber, de modo geral, que os leitores dessa revista se

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

conectavam aos movimentos reformistas de fins do século XIX (GILMAN, 1910). Gilman parecia não pretender, com sua escrita na *The Forerunner*, atingir um número elevado de pessoas ou se manter financeiramente, sua principal relação com a revista parece ser a de uma organização do pensamento da autora, publicar a quem interessasse os trabalhos rejeitados por outros veículos, colocar a público suas revisões e prescrições às diversas situações políticas e sociais, comentários recorrentes ao redor de problemas cotidianos. Os assuntos cobertos pela autora iam desde críticas ao gasto com guerras e conflitos armados pelo departamento de segurança nacional, apelações efusivas à punição de envolvidos em acidentes de trânsito, o processo de consolidação de um mundo androcêntrico, defesa de um controle mais rígido dos imigrantes, às indicações de lojas e armazéns onde as leitoras poderiam encontrar sapatos e roupas mais confortáveis (Gilman, 1912, p.9; 1916, p.147; 1910, p.18; 1914, p.118; 1915, p.75). Gilman utilizava a revista também como um espaço de publicações de suas ficções regenerativas, narrativas românticas que poderiam servir como prescrição comportamental e ética para as mulheres e homens que acompanhavam seu trabalho. Analisando os textos por temáticas-chave (maternidade, nacionalismo, mulher e raça), foi possível perceber alguns tópicos que perpassam a revista, como a maternidade em função organizadora do espaço social, uma feminilização do conceito de civilização em meio ao medo urbano, e a instrumentalização feita pela autora de categorias raciais.



2. Maternalismo político e reformismo evolucionista.

"The matter of feeding and clothing the world is most trully a woman concern. It is her own special province, When, with the knowledge and power now open to her she re-enters this province, it will be better administered than now. The health of the world is also her chief care. (...) The animal mother cherishes and defends her young as best as she can. the savage mother does the same as best she can. Only the civilized mother, through civilized processes, can rightly fulfill this task today." (The Forerunner, v.2, pp. 290)¹⁵⁹

A mulher, para Gilman, atua politicamente enquanto sexo e gênero. Mostrando a influência do evolucionismo em seu pensamento, Gilman repetidamente, ao longo de seus trabalhos, entende que o processo histórico, traduzido por ela na evolução humana, mantinha características de tradição e conhecimento, e a autora então, afirma constantemente que é intrínseca a existência social feminina, precisamente pelo seu papel na evolução, o cuidado e a maternidade. A feminilização da sociedade significaria para Gilman uma guinada conceitual, na qual o cotidiano, as tradições, e principalmente

¹⁵⁹ "As questões de alimentar e de vestir o mundo é verdadeiramente uma preocupação feminina. É sua província especial, e, quando, com o conhecimento e poder agora abertos a ela, a mulher entrar novamente em sua província, será muito melhor administrada. A saúde do mundo é também sua especialidade maior. (...) A mãe animal cuida e defende sua pequena besta da melhor forma possível. A mãe selvagem faz o mesmo da mulher forma possível. Apenas a mãe civilizada, pelo processo civilizatório, pode justamente cumprir essa tarefa atualmente" (The Forerunner, v.2, pp.290, tradução nossa).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

o instinto natural feminino de proteção seriam integrados a economia e a sociedade civil. Existe em seus ensaios, ao redor de questões como a fome, a guerra e o crime dos centros urbanos, uma conexão entre o mundo capitalista com suas agruras, e a formação e a essência da masculinidade, pois, para ela, o homem seria o fator social competitivo e agressivo, enquanto a mulher conseguiria trazer para o debate político não suas ideias e sua subjetividade, mas exatamente o contrário, ela encarnaria a passividade e o cuidado.

Seu peso e sua relevância social são justificados pela sua posição de "controle" sexual. Para Gilman, a mulher é responsável majoritariamente pela reprodução populacional, pois pode escolher seu parceiro e criar a criança, e isso faria dela um indivíduo politicamente sexuado, já que toda sua participação política envolve o ponto de vista da dona de casa e de seu dever natural da maternidade. Em uma passagem analisada, ao falar sobre a contribuição doméstica e do instinto materno que as mulheres poderiam trazer à política, como forma de defesa à inserção feminina na política, em seu texto *The Women Party*, a autora ainda cria em seu discurso a imagem de uma mulher confusa e ingênua, facilmente distraída por números e estatísticas (GILMAN, 1911, p.289).

Gilman reproduz em seus escritos – ao mesmo tempo em que expande -a visão de uma mulher que justifica suas qualidades em proporção ao seu envolvimento e serviço a casa, à devoção e ao cuidado. Gilman estende as virtudes femininas de sacralidade, delicadeza e benevolência aos espaços públicos (GILMAN, 1913). A construção de um feminismo inspirado na eugenia e nos pressupostos de um evolucionismo social com conotações raciais - conforme se define muitas vezes a “cosmologia” teórica de Gilman, de acordo com Rensing (2013), fazia parte da relação acadêmica que se estabelecia entre o reformismo liderado por mulheres, e a sociologia em seu momento mais lamarkista, diálogo esse que na Era Progressista da literatura norte americana em meados do século XX, era recorrente. Ao escrever um diálogo ao redor do trabalho da autora Ellen Key, *The Woman Movement* (1909) e de suas próprias percepções sobre desenvolvimento social e humano, Gilman define que sua visão para essa formação de uma sociedade mais justa e digna, envolve a maternidade como um conceito político, o cuidado do estado para a sua população, seria o mesmo de uma mãe\mulher com seus filhos.

Para a autora o desenvolvimento das capacidades humanas só seria possível dentro de uma reforma social conjunta, que promovesse o cuidado dos indivíduos através de políticas públicas que emulasse na sociedade civil o que Gilman considerava como amor materno (GILMAN, 1913, p.36). De novo podemos ver que Gilman não apenas utiliza esteticamente em seus romances a premissa de uma feminilização, no sentido maternalista, da civilidade, mas, principalmente entende que a única forma de se aplicar as suas teorias econômicas socialistas seria através da encarnação de um papel maternal do estado, uma junção entre o aparelho estatal com as virtudes idealizadas do amor materno. Percebe-se que a substância que elevaria a personalidade feminina na escala do moralismo naturalista, ou seja, a predisposição biológica para a reprodução como o status social de defesa da presença feminina em espaços geralmente masculinos, não seria a mesma que definiria a maternidade como um empecilho na formação e distribuição de tarefas domésticas entre os sexos, de acordo com a teoria reformista de Gilman. Essa aparente contradição encontra alguma explicação quando se pensa na relação de Gilman com o movimento acadêmico que idealizava e traduzia em soluções

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

os medos e ansiedade da sociedade norte americana do século XIX. Na Era Progressista estadunidense a modernização e a estruturação de cidades movimentadas escancaravam a desigualdade social do capitalismo industrial-financeiro, além de desenvolver medos ao redor de uma degeneração social. A produção de explicações universalizantes, algo que positivismo e o evolucionismo social puderam sustentar, combinado a vontade reformista de inclusão da figura feminina, ressoam na obra da autora como aparentes tensões conceituais.



"Any normal woman can be a mother, as an normal men can be a father; but ever woman cannot be an educator any more than ever men cannot be a musician. Every normal woman should be a mother, bearing a children, nursing them (...) and providing care as she cannot herself furnish." (The Forerunner, v.4 pp. 261)¹⁶⁰

3. Feminilização da civilização e o medo urbano.

A feminilização da civilidade representa, de modo geral, as argumentações de Gilman ao redor do pacifismo inerente à condição feminina, assim como sua capacidade de administração e cuidado, que, para a autora, seriam sinônimos de civilização. Em seu texto, *Does a Man Support His Wife?*, onde a autora descreve algumas dinâmicas que acredita serem nocivas ao relacionamento conjugal heteronormativo, ou seja, a relação afetiva e social cotidiana entre homens e mulheres, os dois elementos, se entrelaçam (GILMAN, 1911, p.241). Ao longo desse ensaio Gilman argumenta que não apenas a servilidade da mulher não condiz com a modernização das relações de trabalho, mas que a própria noção de posição feminina como doméstica impede a evolução social, pois mantém as relações econômicas entre homens e mulheres no nível das "relações selvagens". A presença da concepção de progresso e evolucionismo no reformismo de Gilman, combinado a uma feminilização da civilidade, pode ser percebida em inúmeras passagens. No seu texto sobre o desenvolvimento de uma cultura androcêntrica em que proliferariam virtudes e "genes" de violência, a autora como forma de contraposição a essa sociedade masculina, acredita que o progresso humano, seu "melhoramento", dependeria da extinção de todo vestígio de "selvageria" presente na humanidade, reafirmando que a única forma de desenvolvimento social efetivo em todas as maneiras, não incluiria a existência de selvagens, ou tribos primitivas (GILMAN, 1909, p.21). Nesse ponto é interessante perceber a conexão que se cria no texto entre feminilidade e civilização, enquanto paralelamente se associa masculinidade à selvageria. Em outro momento, a eugenia aparece na seção de sua revista usada para comentar cartas enviadas por seus leitores e outras publicações ou livros lidos por Gilman, a seção *Comment and Review*. Ao elogiar a publicação de um esquema de diretrizes escrito por Mary Johnston (1870-1936) no *Woman's Journal* em 8 de outubro de 1910, podemos ver a inclinação da autora em direção a positividade da eugenia enquanto ferramenta de controle social. O texto se desdobra com frases rápidas, indicando o que a dona de casa

¹⁶⁰ "Qualquer mulher normal pode ser uma mãe, tanto quanto qualquer homem normal pode ser um pai; mas nem toda mulher deveria ser uma educadora assim como nem todos os homens deveriam ser músicos. Toda mulher normal deveria ser uma mãe, carregar uma criança, nutri-la (...) e providenciar os cuidados que ela mesma não poderia prover" (The Forerunner, v.2, pp.290, tradução nossa).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

inteligente será contra ou a favor. No exemplo comentado aqui, pode-se ler: "Will be against 'spoiled children', Will be for 'a federal department of eugenics'"; ou seja, será a favor de um departamento eugênico, e contra crianças mimadas (GILMAN, 1909, p.23).

No emblemático artigo *Immigration, Importation, and our Fathers*, Gilman defende o direito natural dos cidadãos nascidos nos Estados Unidos de rejeitar imigrantes. Seu argumento central se baseia na ideia de que a imigração que acontecia em meados do século XX, não era constituída de imigrantes "trabalhadores", ou neste caso, ela não os via como pessoas que queriam se tornar cidadãos norte-americanos e, por isso, a sua nação se encontrava vulnerável sob a ameaça de desestabilização social que a imigração em massa inspirava. É interessante notar a classificação europeia e branca da massa imigrante que a autora defende ser a mistura racial original, fundadora de seu país. Uma massa composta por holandeses, ingleses, irlandeses e escandinavos. No seu texto ela não considera a população nativa ou mesmo a população africana, acometida pela escravidão, como parte da formação social e racial estadunidense. Mas mesmo assim, a autora acredita que a cultura norte-americana sofre com a sua desarticulação genética, sofre com a invasão do que classifica de "sangue estrangeiro", algo que, para Gilman, se caracterizaria como inerentemente nocivo à constituição social e ao desenvolvimento saudável do território estadunidense (GILMAN, 1914, p.118).

Há em *The Forrunner* uma seção intitulada *Social Ethics*, apresentando uma série de textos com inquietações acerca da organização social com inclinações morais, foram expostos em formato de capítulos. No capítulo XI, *Conduct and Progress*, Gilman compara a sociedade norte-americana como uma criança perdida, que cresceu mais rápido do que imaginava e então precisava lidar com um caos que ainda não compreende. Ecoando a mesma percepção de outros textos, incluído aqueles de ficção, a autora acrescenta nesse artigo em especial, a preocupação com a degeneração que a permanência de uma ética individualista poderia estabelecer. Para Gilman, a sociedade moderna e industrializada conhecia apenas o interesse privado, ignorando o interesse social. Neste sentido, um dos medos mais repetidos e localizáveis em toda sua obra, é o medo de uma sociedade em decadência, a beira de um colapso populacional, invadida por estrangeiros e imigrantes que não se encaixavam nos padrões de cidadania norte americanos; de modo geral, uma sociedade em processo de degeneração, social, sexual e econômica (GILMAN, 1914, p.301).

A cidade e sua massa populacional eram o grande centro de tensão desse processo. Essa relação com a cidade como um monstro da modernização acelerada e despreparada pode ser encontrada também em seus trabalhos de ficção. A civilização avançada e pacífica habitada prioritariamente por mulheres, em Herland, é um ambiente rural, idílico. O seu romance *The Crux*, por exemplo, por mais que trabalhe com a degeneração da ética sexual dos jovens no século XIX, como afirma Seitler (2013), carrega em sua trama um forte simbolismo do espaço natural, com montanhas e florestas, como a contraposição estética da destruição civilizacional dos centros urbanos. Como muitos outros neurastênicos, e muitos romances de fins do século XIX, o medo das indústrias, das ruas movimentadas e da violência urbana, empurrava a burguesia norte-americana para o campo como uma espécie de redenção (WILL, 1998).

4. Instrumentalização narrativa dos conceitos de raça e selvagem.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Na maioria de seus textos ao redor de conceitos como maternidade e feminilidade, a autora trata do termo raça como um substantivo para o termo “humano”; ao falar de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida e das relações humanas, a raça é usada como o denominador comum de todos os seres humanos (SEITLER, 2013). Mas em sua introdução do trabalho *Our Androcentric Culture*, quando escreve o comportamento de desenvolvimento de técnicas humanas no sentido evolucionário, a autora utiliza o conceito de raça como uma variação e classificação evolutiva dentro do espectro humano. Na passagem a seguir, ela define o desenvolvimento de noções matemáticas como medidor para classificação da evolução entre comunidades tratadas como "selvagens". É imprescindível notar nesse parágrafo, mesmo que não seja o argumento central de seu texto, a influência dessa noção de raça, que geralmente em sua obra não se faz tão explícita (GILMAN, 1909).

"That degree of brain development which gives us the human mind is a clear distinction of race. The savage who can count a hundred is more human than the savage who cant count ten."
(The Forerunner, v.1, pp.21).¹⁶¹

O termo “selvagem”, diferentemente do termo “raça”, aparece de maneira recorrente e displicente na obra de Gilman e se mostra conectado geralmente à percepção que a mesma tem da sociedade moderna, surgindo como forma de comparação, argumentação e, ainda, como ilustração da decadência humana. Ao discorrer sobre os temas de trabalho e classe, no artigo *Humanes – Our Gravest Economic Error* a autora ponderava sobre aquilo que acreditava ser o pior e mais grave erro econômico da humanidade, a transformação do trabalho em punição. Neste ensaio faz breves comparações entre a organização econômica "selvagem" e a civilizada, demonstrando não perceber a economia de comunidades primitivas como economias, absolutamente (GILMAN, 1913, p.106). A infantilização, no sentido de estágio civilizatório em subdesenvolvimento, a sua construção de um imaginário sobre outras sociedades - que não a moderna e anglófila, pode ser vista na publicação de poemas da revista. Nos versos iniciais dode *Our World*, onde a autora parece acaloradamente desarticular diferenças entre sujeitos de diferentes nacionalidades e etnias, o efeito causado no trabalho final acaba por fazer o contrário. Como nas linhas "E não existem diferenças entre o mais altivo homem branco, e o negro -e o mais baixo, bárbaro selvagem das florestas, (...) entre os sábios, cortesões e educados homens e, seus próprios selvagens em favelas urbanas" (tradução nossa), é interessante perceber o quanto Gilman utiliza adjetivos ofensivos e exagerados, geralmente comparando as populações pobres dos centros urbanos à selvagens e bárbaros, para assegurar que a igualdade, a qualidade de vida e o desenvolvimento, só serão atingidos com a ajuda de nações maduras às comunidades que acredita serem atrasadas (GILMAN, 1915, p.130).

¹⁶¹ "O nível de desenvolvimento cerebral que concebe a mente humana é uma distinção clara entre raças. O selvagem que é capaz de contar até cem é mais humano do que o selvagem que consegue contar até dez" (The Forerunner, v.1, pp. 21, tradução nossa).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Ao longo de todos os ensaios aqui referidos, a autora não nomeia as comunidades originárias que constantemente são mencionadas, apenas se refere a sociedades arcaicas, selvagens, bárbaros e raças baixas (GILMAN, 1916, p.101). “Indígena” também não é um termo evidente. A única maneira de conectar os adjetivos e ofensas em seus discursos à grupos étnicos nativos, ou mesmo comunidades africanas, é a conjuntura dos problemas a que ela se refere. Quando pretende criticar a formação “desorganizada” da sociedade norte americana, que estaria constantemente à beira de uma degeneração de suas qualidades etnocêntricas, Gilman utiliza como comparação a violência e a barbaridade de comunidades com organizações tribais, atacando rituais como o de antropofagia ou a cultura de guerra. Como notamos, a degeneração social e a destruição das melhores qualidades sociais herdadas pela população norte americana, são elementos que correspondem às teorias de evolucionismo social, ou - até mesmo - ao medo do suicídio racial, que se suporia acontecer conforme a organização das cidades miscigenadas mudavam as relações de raça e de classe que se esperavam manter pós a abolição dos escravos (SEITLER, 2013). Apesar dos inúmeros motivos que se desenvolveram para criticar e explicar a movimentação do cenário urbano com seu crescente aumento populacional -como os próprios textos mostram ao estabelecer diálogos com outros intelectuais ou movimentos contemporâneos -Gilman aponta sempre para uma mesma direção totalizante. A relação que a autora produz em sua obra entre a reforma social, esta através da igualdade de direitos feminino e a valorização feminina na reprodução sexual, e as teorias de evolucionismo social e eugenia, com o objetivo de seleção e *improvement*¹⁶² as sociedades brancas, acaba por desembocar em explicações cunhadas pelas diferenças de raça e procriação irresponsável.



5. Considerações finais.

Como percebemos ao longo da pesquisa a obra de Gilman dificilmente pode ser lida de maneira apressada, ou mesmo definida sob um único gênero textual. Seu discurso se modula de acordo com o debate engajado assim como remete às discussões do período, nos levando a pensar sobre as relações que os temas da condição feminina e da evolução desenvolveram nos campos da sociologia, antropologia e eugenia em fins do século XIX. Essas relações nos levam a indagar quais articulações foram criadas no meio intelectual norte americano – e mesmo europeu, e como elas puderam se modular ao redor da construção dos conceitos de mulher, sexualidade, reprodução e nacionalismo. Charlotte Perkins Gilman foi lida de diversas maneiras ao longo de sua recuperação durante as décadas de 1960, 70 e 80. Leituras que se inclinavam para a construção de um ícone da literatura e da teoria feminista, de modo que muitos dos conceitos de sua obra eram instrumentalizados fora de seu contexto, ignorando a historicidade inerente das palavras.

No artigo mais antigo encontrado que procurava fazer uma releitura sóbria da obra de Gilman, Weinbaum (2001) critica a formação de um cânone feminista branco que apaga a historicidade de suas teóricas. Para a autora, a limpeza de aspectos

¹⁶² O termo “*Improvement*” na tradução literal, significa o processo de melhorar algo. Nas paginas da revista *The Forerunner*, *improvement* parece se relacionar a uma atitude social e política que se transformaria no desenvolvimento cultural e genético da nação.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

problemáticos de tais obras, na utilização contemporânea de determinadas escritoras, reproduz a mesma mentalidade de genealogia pura de Gilman. A marginalização dos chamados “lapsos etnocêntricos” do corpo textual e teórico dessa obra apenas empobrece os possíveis estudos sobre a autora, prendendo sua obra dentro do escopo canônico das “escritas femininas” de Hélène Cioux (1976). Tal conceito de escrita feminina, partindo de sua origem analítica do feminismo francês mais recente, pode ser extremamente útil para diversas categorias de análise textual, como a corporeidade e a escrita subalterna, mas a restrição de toda a historicidade de uma obra, em função desse tipo de análise, parece restringir o projeto de construção de uma história intelectual que reconheça os estudos de gênero.

A história intelectual, assim como mencionada a partir da utilização do conceito de historicidade textual de LaCapra (1983), se mostrou útil para pensar a obra de Gilman em contraposição as leituras já feitas. A recusa de uma biografia linear, ou mesmo de uma apresentação global de sua obra, combinada a leitura de seus trabalhos a partir da contraposição dos conceitos que a própria autora menciona e desenvolve, pode nos levar a ultrapassar o dilema de definição de sua obra como eugenista ou feminista, criando um espaço para a leitura e a análise composta desses elementos. Gilman não se mostrou como um ou outro, mas sim, nessa breve leitura, se expôs como uma janela de inteligibilidade histórica para as articulações que o corpo feminino e a categorização científica da reprodução sexual criaram no início do século XX. A obra de Charlotte Perkins Gilman nos convida a ler a produção intelectual de mulheres de maneira mais conectada ao seu tempo. Não apenas para canonizá-las como símbolos de uma resistência política, mas também para problematizar seus escritos como parte da construção de significados sociais do universo com a qual seu trabalho dialogou.

Referências

CIOUX, Hélène. The Laugh of Medusa. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, v. 1, n.4, pp. 875-893, 1976.

GILMAN, Charlotte Perkins. *Combat and Growth. The Forerunner*, New York: Charlton Co., Vol.7, 1916. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>.

_____. *Coming Changes to Literature. The Forerunner*, New York: Charlton Co., Vol. 6, 1915. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____. *Comment and Review. The Forerunner*, New York: Charlton Co., Vol. 2, 1911. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____. *Comment and Review. The Forerunner*, New York: Charlton Co., Vol. 1, 1909. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____. *Does a Man Support His Wife? The Forerunner*, New York: Charlton Co., Vol. 2, 1911. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

_____Ellen Key and The Woman Movement. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 4, 1913. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Feminism, College Education and Birth Rate. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 6, 1915. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Herland. Ed. original de 1915, digitalizada pelo projeto Gutenberg: <http://www.gutenberg.org>.> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Humaness -Our Gravest Economic Error. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 4, 1913. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Illegitimate Children. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 4, 1913. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Imigration, Importation And Our Fathers. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 5, 1914. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Mothers and Mothers. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 7, 1916. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Murder On Whells. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 7, 1916. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Nursery -Mindedness. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 1, 1910. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____O papel de parede amarelo. Original de 1892. In: O papel de parede amarelo e outros contos. São Paulo, Via Leitura, 2019.

_____Our Androcentric World. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 1, 1910. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Our World. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 6, 1915. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Prize Child. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 1, 1909. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Social Ethics -Conduct and Progress. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 5, 1914. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____Teaching the Mothers. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 3, 1912. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____The Dress Of Women -The Principles Involved. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 6, 1915. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

_____The Woman's Party. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 2, 1911. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

_____The Work Before Us. The Forerunner, New York: Charlton Co., Vol. 3, 1912. Disponível em: <https://catalog.hathitrust.org/Record/100111482>> Acesso em: 22 de nov. 2020.

GILMAN, Charlotte, Stetson Perkins. Women and Economics: A study of the economic relation between men and Women as a factor in social evolution. Boston. Small, Maynard & Company, 1898.

LACAPRA, Dominick. Rethinking Intellectual History and Reading Texts . In: Rethinking Intellectual History: Texts, contexts, language. Cornell University Press , Ithaca, p. 23 72, 1983.

NADKARNI, Asha. Eugenic Feminism: Asian Reproduction in the U.S. National Imaginary . NOVEL: A Forum on Fiction, v.39, n.2, Postcolonial Disjunctions, 2006

RENSING, Susan. Women 'Waking Up' and Moving the Mountain: The Feminist Eugenics of Charlotte Perkins Gilman . MP: Online Feminist Journal, v.4, n.1, 2013

SEITLER, Dana. Unnatural Selection: Mothers, Eugenic Feminism, and Charlotte Perkins Gilman's Regeneration Narratives . American Quarterly, v.55, n.1, 2003.

STEIN, Madeleine B. Introduction . In: The Forerunner Volume 1 . Greenwood Reprint, New York, 1968

WEINBAUM, Alys Eve. Writing a Feminist Genealogy: Charlotte Perkins Gilman, Racial Nationalism, and the Reproduction of Maternalist Feminism . Feminist Studies, v.27, n.2, 2001.

WILL, Barbara. The nervous Origins of the American western . American Literature, v.70, n.2 , 1998.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A SITUAÇÃO HÍDRICA DE PONTA GROSSA: DOS ARROIOS AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA



BOHATCH, Thiago Luiz¹

¹Mestre em História, Cultura e Identidade, Universidade Estadual de Ponta Grossa

Desde o século XIX, o surgimento de cidades pelo Brasil aumentava, atraindo habitantes do campo. Ponta Grossa surgiu como a maioria das cidades ao redor do Brasil, uma igreja num ponto alto e casas ao redor. Estas casas eram divididas entre os mais abastados, com suas residências entorno da igreja e de sua praça; e os mais simples, com construções nas declividades ao redor (CHAMA, 1988).

Ao norte havia um arroio que provia água aos tropeiros que passavam pela cidade, dessedentava animais e a população. O grande problema era a área de inundação, uma condição natural que os corpos d'água possuem, extravasando além dos limites de seu curso em condições de grande quantidade de chuva ou saturação por receber uma quantia elevada de água. Considerado um problema pela municipalidade, esse lugar não tinha condições para edificar, dando-se como espaço perdido.

A cidade consolidou-se como um entreposto entre o interior e a capital, especialmente após a implantação da estrada de ferro que conectava a capital Curitiba e Paranaguá, no litoral (MONASTIRSKY, 1997). Esse segmento inaugurado 1885 foi estendido até Ponta Grossa em 1893, facilitando o transporte de cargas e pessoas. Em 1896 iniciou-se as instalações da ferrovia que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul, na qual mais uma conexão passava pela cidade (LÖWEN SAHR, 1990). O aumento do fluxo de pessoas acabava por exigir algumas necessidades básicas, como instalação elétrica, ruas calçadas, uma estética não provinciana e principalmente abastecimento de água.

A apresentação do trabalho está configurada em duas partes baseadas no primeiro capítulo da dissertação intitulada “Os arroios no processo de urbanização de Ponta Grossa/PR (1900 - 1950)”¹⁶³. A primeira trará uma abordagem sobre o crescimento de Ponta Grossa, sua aspiração à modernidade, progresso e as dificuldades que existiram para tal almejo, como problemas com o arroio existente bem na área central e a dificuldade de abastecimento de água, entre outras; a segunda parte apresentará a situação após a implantação do sistema de abastecimento, o aumento tanto da população e de empreendimentos como do descarte de esgoto nos arroios próximos, além da ocupação ao longo de suas margens no decorrer do aumento da mancha urbana, processos que acabaram ressignificando os arroios de fornecedores de água para meros lugares sujos.

O trabalho buscou ser uma contribuição para o registro histórico da memória urbana e hídrica da cidade ao discorrer sobre a formação local e as relações de poder

¹⁶³ Dissertação defendida em 2017, orientada pela Prof.^a Dr.^a Alessandra Izabel de Carvalho (PPGH-UEPG) e coorientada pelo Prof. Dr. Robson Laverdi (PPGH-UEPG).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

existentes no começo do século XX, mais especificamente como foram discutidas e aplicadas políticas para solucionar o problema de abastecimento e seus desdobramentos.

Para tanto, a pesquisa enfatizou um tema pouco abordado pela historiografia local que foi a instalação dos primeiros dutos que levavam água às residências e estabelecimentos da cidade e a expansão urbana sobre os arroios na primeira metade do século XX. O estudo se localiza no entrecruzamento da história e da geografia pontagrossense das primeiras décadas do século XX, a fim de registrar as ações de urbanização e saneamento. Os arroios sempre estiveram presentes em nosso perímetro urbano, o avanço sobre e a canalização de vários deles permearam a evolução da cidade. Esse estudo joga luz nos processos de invisibilização dos cursos d'água.

Em termos de procedimentos de pesquisa, foram realizadas buscas na Casa da Memória da cidade a fim de encontrar mapas da cidade e em jornais da época que abordassem o tema do crescimento urbano e saneamento. Estas buscas foram intercaladas com trabalhos de revisão bibliográfica. A confecção de mapas temáticos utilizando o software livre QGIS teve o papel de mostrar a transformação dos arroios de Ponta Grossa através dos anos, propondo uma melhor compreensão do tema abordado.

1.O progresso almejado, o problema hídrico princesino e o jornal local.

A cidade crescia com a chegada de vários migrantes e imigrantes no final do século XIX. A municipalidade realizava obras a fim de dar um aspecto mais civilizado ao ambiente que ainda misturava os aspectos esperados para um lugar urbano com resquícios da vida rural. Chaves (2001) aponta que o grande fluxo de pessoas e o destaque que o município teve na província, instigou os governantes locais a ordenar a área urbana, ou seja, construir aparatos que melhorassem as condições de vida dos habitantes, mesmo que de forma embrionária.

Existia um elemento que dava um ar particularmente empobrecedor para o ambiente urbano: o arroio que alagava. Este curso natural formava um lamaçal que incomodava tanto os habitantes quanto a municipalidade. Para contornar o problema e amenizar a situação, foi feita uma intervenção em 1892 e outra em 1895. No primeiro ano realizou-se o aterramento da planície de alagamento para a criação do Largo do Rosário, uma forma de lazer para os habitantes; o segundo foi uma manutenção deste Largo, além de melhorias como ruas e outros aparatos na proximidade (GOIRIS, 2013). Essas intervenções ao redor do arroio deram uma nova função ao lugar na tentativa de deixar o espaço mais “atrativo” para os munícipes.

Com um problema parcialmente solucionado, o foco foi o abastecimento de água inexistente. As pessoas que necessitavam do líquido caminhavam longas distâncias até achar uma fonte, como o arroio, poços ou minas. Devido o crescimento da cidade e a instalação de diversas empresas como curtumes, fabricação de defumados, tijolos, telhas das olarias e outros (CHAMA, 1988), além da indústria beneficiadora de erva-mate (SOUZA, 2000), havia uma urgente necessidade de entregar água para os estabelecimentos, já que estes a consumiam em grande quantidade em suas produções.

A solução paliativa foi instalar chafarizes e bicas d'água nas proximidades do arroio do Largo do Rosário (INVENTÁRIO DO CINE IMPÉRIO, 2012). Apesar de amenizar a situação, os habitantes realizavam uma peregrinação diversas vezes ao dia para buscar água e levar para o destino. Para solucionar este problema, surgiram os

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

“aguadeiros”. Esta profissão inovadora facilitava muito o transporte de água até os estabelecimentos. Canto Junior (1985) conta que um dos habitantes entrou em contato com a prefeitura, conseguindo uma licença para trabalhar no ramo. A pessoa instalou uma pipa de carvalho com capacidade de 720 litros em cima de uma carroça puxada por um cavalo nomeado de Precioso, referindo-se ao líquido carregado. O autor ainda diz que um ex-escravo de nome Felipe “Macacão” entregava água nos lugares carregando um tonel sobre sua cabeça. A profissão era penosa, mas rendia algum dinheiro aos trabalhadores e poupava tempo para os comerciantes e empregados das fábricas.

Aos poucos, a cidade ia tomando uma forma mais moderna, recebendo cada vez mais moradores, melhorando as condições de vida e equipando melhor as ruas com postes, alguns calçamentos e outros. Esses avanços renderam um apelido dado por intelectuais e jornalistas, Ponta Grossa era considerada a Princesa dos Campos (CANÇADO, 2008). Com tal denominação, a elite local motivou-se mais na busca incansável pelo progresso almejado, tendo a oportunidade perfeita para instituir os valores que lhes convinham e arranjar o perímetro urbano segundo sua lógica de modernidade (ZULIAN, 2009). Em 1907, foi criado o jornal “O Progresso”. O nome era uma referência explícita ao que se esperava da cidade. Chaves (2001) aponta que o periódico exibia notícias dos acontecimentos ocorridos no cotidiano da cidade, era um formador de opinião de seus leitores, e mexia com o imaginário destes, destacando a cidade como civilizada e ordeira.

O jornal frequentemente abordava o problema hídrico da cidade, trazendo matérias de outras localidades que já possuíam o sistema de distribuição de água, inflamando a população que cobrava uma solução do poder público. A situação nas ruas era considerada extremamente insalubre, já que as vias eram constantemente vistas com poças formadas pelo despejo das águas utilizadas nas residências e nos empreendimentos, misturadas com o alagamento do arroio. Isso causava um odor forte e ruim, incomodando a todos.

Para inibir o problema, a municipalidade criou leis para punir quem despejava água suja na rua através dos decretos 256 e 257 de 1910. Ambos regulamentavam uma fiscalização sanitária no município, o intuito era manter a ordem e limpeza nas ruas e praças com a finalidade de evitar proliferação de doenças. No mesmo ano, ocorreu a instalação da usina hidrelétrica no Rio Pitanguí, garantindo a distribuição de luz para todos. Ainda em 1910, a prefeitura abriu licitação para interessados em construir o primeiro sistema de coleta, distribuição e captação de água e esgoto de Ponta Grossa. Devido o alto custo, não ocorreram inscrições e o abastecimento foi adiado.

Após 2 anos da primeira tentativa de licitação para as obras, não havia nenhum avanço no quesito esgoto e água. Essa situação ganhou um destaque no jornal local, exaltando a cidade e informando uma futura instalação.

[...] em uma das melhores cidades do Estado, senão das primeiras. A sua vida commercial é muito intensa, já por ser um grande centro, ponto de convergencia de diversas zonas, tendo a S. Paulo – Rio Grande do Sul alli uma das suas melhores estações [...] E’ uma cidade muito grande, bem desenvolvida, com grande população activa e laboriosa. Tem bons edificios, boas ruas e é illuminada a luz electrica. Posto seja uma cidade que presume-se de ser uma das principaes, ainda não tem nem serviços de agua e nem de exgotos, o que, segundo ouvimos, em breve será realidade. Assim, ficará

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Ponta Grossa, bem servida, oferecendo comodidade aos viajantes que alli aportarem (O PROGRESSO, 11 de abril de 1912).

A população, ao ler no periódico as matérias sobre a situação sanitária, cobrava os governantes para uma solução rápida. Em 1912, a contratação do engenheiro Álvaro Martins foi efetuada. Este identificou dois rios que serviriam para um abastecimento satisfatório da cidade. Na região do Capão da Onça, os rios Cascavel e Mandioca (GOIRIS, 2013) serviriam para tal finalidade, pois, segundo o responsável, a vazão era boa, assim como a água que vertia. A municipalidade, animada com a possibilidade de ter o sistema pronto o quanto antes, iniciara negociações com o governo na província para obter as verbas necessárias para iniciar as construções (IBID., 2013).

Ao mesmo tempo em que os avanços eram vagarosos nesse quesito, o periódico expunha os problemas que ainda persistiam no centro da cidade, mesmo com as leis elaboradas pela prefeitura vigorando. Num trecho, podemos ver que

[...] a cidade está cheia de chiqueiros de criar porcos. As aguas nas sargetas escoam-se pelas ruas [...] Bemdita imprensa! Ao menos aqui não temos eleitores a acobertar com o manto da impunidade, não! Aqui a justiça é rigorosa. [...] Que a Princeza dos Campos lave a cauda de velludo verde do seu traje de esmeralda (O PROGRESSO, 8 de outubro de 1912).

A reclamação referia-se aos arredores do Largo do Rosário, que ainda tinha problemas apesar das manutenções efetuadas. As bicas e chafarizes espalhados pelas proximidades escoavam água e, juntamente com o arroio e despejo dos efluentes pela população, deixavam as ruas e calçadas inundadas, o que não representava uma cidade ordeira e moderna como o discurso pregava. Em 1913, ocorre uma mudança de nome do Largo, passando a ser chamado de Praça Rio Branco, em homenagem a José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, que havia morrido no ano anterior. Para esta homenagem, foi encomendado um busto representando a personalidade. A mudança de nome ajudou na condição do lugar, a municipalidade realizou mais obras de melhoramento do espaço, ressignificando-o, porém não conseguindo chegar ao consenso de como resolver o problema do arroio.

No primeiro mês do ano de 1914, o impasse sobre a construção do sistema de abastecimento tinha chegado a fim e iniciaram-se as obras para a captação, a princípio, do rio Mandioca. O feito foi inaugurado pelo prefeito da época, Theodoro Batista Rosas. Para garantir a obrigatoriedade do fornecimento de água e coleta de esgoto a todos os prédios que estivessem nas ruas portadoras da canalização, o prefeito criou a lei 386 de 1914, tranquilizando os habitantes a respeito de como seria feita a distribuição. O jornal, que mudara de nome passando a se chamar Diário dos Campos no ano de 1913, noticiava a situação.

Os trabalhos para o saneamento da cidade, vão adiantadíssimos devido à competência e actividade do illustre engenheiro dr. Alvaro Martins a quem em boa hora foi confiada a execução desse importante melhoramento. [...] O assentamento de tubos chegou ante-hontem á cidade, de fórmula que desde já serão iniciados os trabalhos da rede de distribuição. [...] Dentro de poucos mezes beberemos as purissimasaguas do Mandioca e Cascavel que formam a cabeceira do Rio Verde (DIÁRIO DOS CAMPOS, 6 de Julho de 1914).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O sistema foi oficialmente inaugurado no começo do ano de 1915, porém, antes disto, a cidade já estava recebendo as águas. Uma questão que deixava em dúvidas os cidadãos era sobre a distribuição. A resposta encontrava-se numa caixa d'água instalada num outro ponto elevado da cidade. Esta construção receberia a água vinda do rio, armazenaria e distribuiria para as casas através da gravidade. A população, após longos anos de espera, finalmente poderia desfrutar de uma facilidade no abastecimento.

O acontecimento ganhou uma matéria de capa do jornal:

Si não fôra uma dolorosa circunstancia que veio a enlutar o coração do sr. dr. Presidente do Estado, hoje Ponta Grossa inauguraria o seu serviço de Aguas e Exgottos, que de ha tempo já está funcionando satisfatoriamente. Salvo esse caso de força maior, o maior commetimento, a Magna Causa ponta-grossense teria hoje a sua consagração official. [...] nós viemos ao publico confessar a franqueza de que fizemos energia, e a incompetencia de que fizemos saber para vencer a mais importante jornada da vida de Ponta Grossa (DIÁRIO DOS CAMPOS, 8 de Fevereiro de 1915).

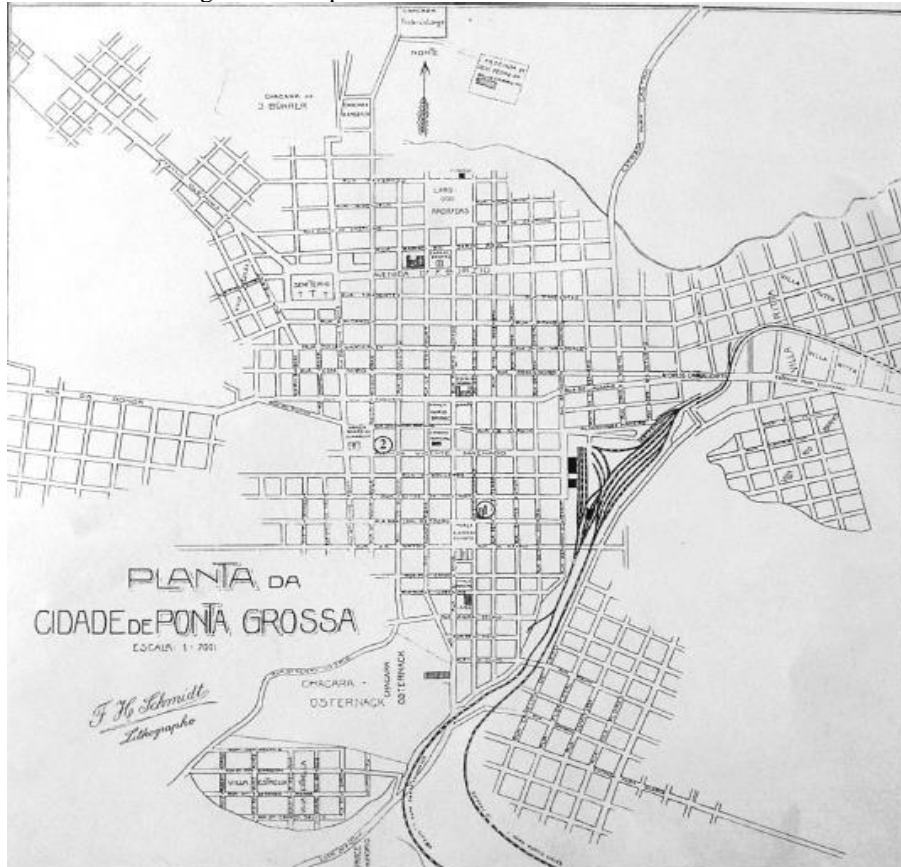
O caminho percorrido pelo fluido era de aproximadamente 17 quilômetros desde a fonte até a cidade, passando por centenas de tubos de concreto até chegar às casas e empreendimentos. Apesar das instalações estarem concluídas, uma parcela da população não realizava a ligação do seu esgoto na rede, nem mesmo para a coleta de água. Muitas pessoas ainda utilizavam captação alternativa, como em minas no quintal, e despejavam o líquido utilizado também em seus quintais ou mesmo nas ruas. Esse seria um dos problemas que a municipalidade deveria suprimir.

2. Os avanços urbanos, a distribuição de água e o arroio.

Com a virada para a segunda década do século XX, Ponta Grossa era considerada a cidade com maior importância no interior do Paraná (PINTO; GONÇALVES apud LÖWEN SAHR, 1990). Em 1920 a prefeitura, presidida por Brasília Ribas, realizou um recenseamento da cidade. O resultado foi de 12.259 habitantes distribuídos em 2.496 casas (GOIRIS, 2013). Com estes dados, foi possível a elaboração de um croqui, mostrado na figura 1. Para termos noção da área ocupada pela cidade em 1920, a colocamos sobre uma imagem de 2005, vista na figura 2.

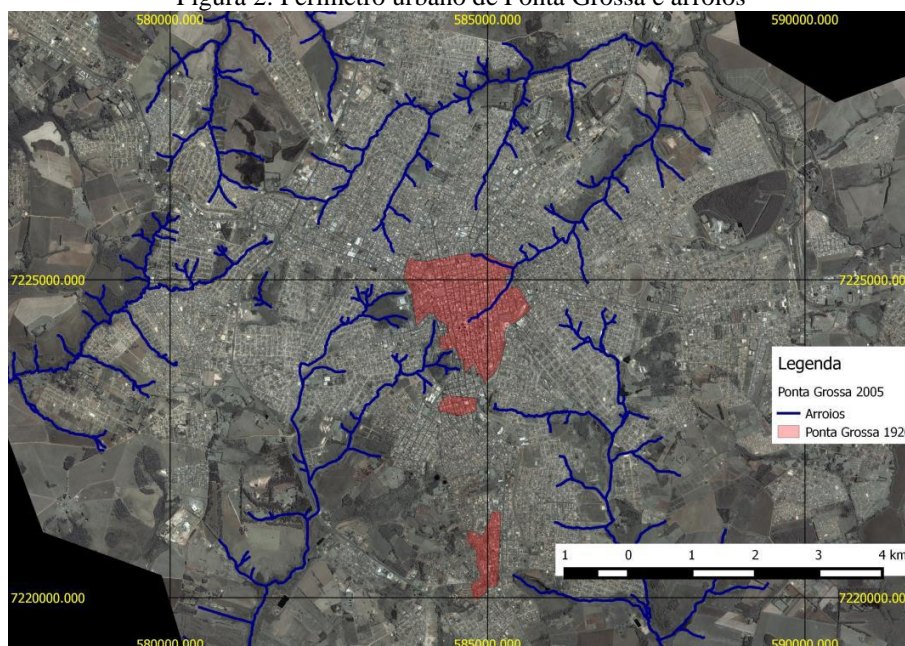
Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Figura 1: Croqui da cidade de Ponta Grossa em 1920



Fonte: Casa da Memória.

Figura 2: Perímetro urbano de Ponta Grossa e arroios



Org. BOHATCH. T. L. 2016.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A dimensão da cidade representada na figura 1 facilitava aos governantes ter noção das ruas e quadras, além de planejar as possíveis regiões que poderiam construir os futuros loteamentos. Já a figura 2 expõe a extensão alcançada em 2005 pela cidade, sobrepondo os arroios e suas nascentes.

Analisando a segunda imagem, podemos verificar que nascentes de arroios estão próximas do que era Ponta Grossa em 1920. Na medida em que a cidade foi crescendo, os arroios foram sendo invisibilizados pelas construções. As ligações de esgoto que a cidade disponibilizava acabavam caindo diretamente nestes córregos, sem tratamento algum, fazendo com que a água suja fosse enviada para longe do urbano.

A relação existente entre um corpo d'água dentro e fora da cidade merece uma análise, pois os córregos que existiam no perímetro urbano, especialmente o arroio do centro, eram vistos ou como barreira para a modernidade e progresso que a elite apresentava ou como lugar para descarte de dejetos. Já os rios que estavam distantes, fornecedores de água limpa, eram vistos como caminho para o desenvolvimento. Ambos os corpos hídricos são natureza, mas, como bem lembra Willians (2011) é histórica e culturalmente que estabelecemos o que recebe essa classificação. Esta natureza considerada “verdadeira” é aquela distante do nosso convívio cotidiano, uma floresta cercada de animais, com rios e água limpa. A que está na cidade é “falsa”, pois não se enquadra neste imaginário, por isso deve ser modificada, escondida. Deste modo, os córregos urbanos acabaram tendo um destino de repulsa pelo poder público e moradores.

Ao analisarmos o Censo Demográfico de 1920 realizado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, podemos entender a dimensão da rede de esgoto e distribuição de água no Brasil. Nesta década, existiam 1.304 municípios em todo o país, sendo que 49 estavam no Paraná. Dos 49, apenas 26 possuíam energia elétrica; e 8 dispunham de água encanada. Em comparação com as outras cidades da nação, no total, 278 tinham, pelo menos, uma distribuição satisfatória de água para os habitantes (BRASIL, 1926). Isto mostra porque a cidade de Ponta Grossa atraía várias pessoas, figurava entre as poucas que tinham abastecimento de água. Em relação ao esgoto em todo o território brasileiro, nada menos que 126 cidades eram contempladas com tal aparato; no Paraná, 3 tinham essa condição.

Cada vez mais moradores e indústrias estavam chegando à cidade, a demanda hídrica começou a dar sinais de exaustão, sendo necessária a ampliação do sistema para suportar. Em 1935, o poder municipal transferiu ao poder estadual a concessão do sistema de água e esgoto através do decreto 1.460 de 1934, possibilitando maior investimento e a ampliação das instalações. Na tentativa de solucionar o problema de distribuição, especulou-se construir outro ponto de captação na cabeceira do Rio Verde. O jornal, em entrevista com o poder municipal, levantou a questão sobre a possibilidade deste corpo d'água estar inviável devido à poluição. A resposta foi que “poderão ser as águas próximas da cidade, que recebem nessa altura toda a espécie de impurezas. Não as são, entretanto, as águas do Rio Verde captadas perto de suas cabeceiras” (DIÁRIO DOS CAMPOS, 1 de Setembro de 1935). A declaração confirma o dito anteriormente, que as águas longínquas eram uma solução e deveriam estar limpas para fornecer o abastecimento para a cidade; enquanto as dentro do perímetro urbano eram apenas pontos de descarte.

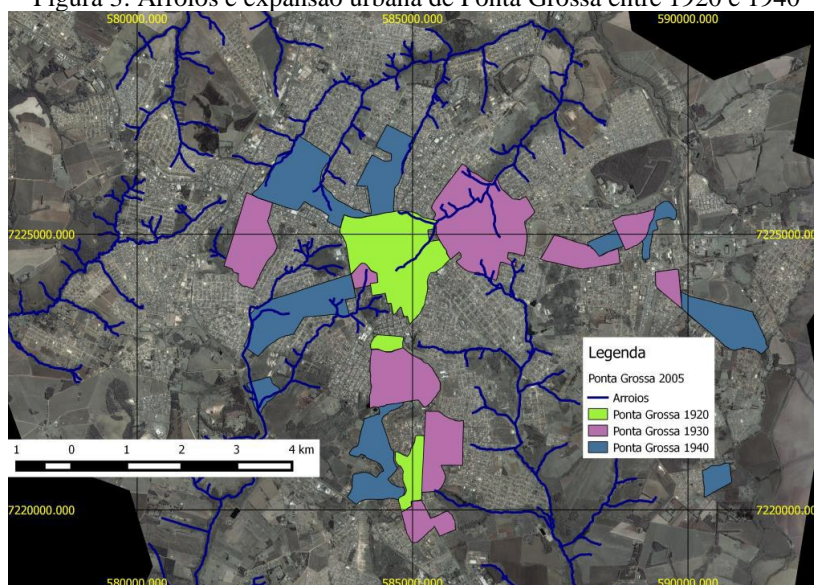
Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Na mesma década de 1930, a prefeitura decidiu resolver de forma definitiva um problema que persistia: o arroio no centro. A cidade crescia, a população expandia e os negócios multiplicavam-se, e aquele córrego ainda estava lá, a mostra e causando transtorno. Para encerrar este ciclo, o poder público municipal iria enterrar o empecilho. Era preciso canalizá-lo, construindo um duto arcado com pedras empilhadas por todo seu percurso urbano, deste modo, ele não alagaria mais o centro. O arroio foi nomeado como Pilão de Pedra, canalizado e utilizado como despejo de esgoto para longe da cidade.

Com uma questão a menos para a prefeitura se preocupar, os esforços poderiam se voltar para a procura de outro rio para satisfazer a necessidade de água da cidade. No ano de 1939, o Rio Botuquara foi designado para as novas instalações de captação de água, pois sua vazão era considerada boa e no mesmo local já existia a estrutura de outra usina que fornecia eletricidade para Ponta Grossa. Esse fornecimento iria abastecer aproximadamente 29.360 habitantes (DITZEL E LÖWEN SAHR, 2001). A configuração urbana de Ponta Grossa em 1940 pode ser vista na figura 3.



Figura 3: Arroios e expansão urbana de Ponta Grossa entre 1920 e 1940



Org. BOHATCH. T. L. 2016.

Notamos que as áreas habitadas eram dispersas, este isolamento de algumas regiões era uma tática de expansão do perímetro urbano (MONASTIRSKY, 1997). Dessa forma, os novos habitantes que não tinham condições de pagar por moradias no centro eram enviados à periferia. É imprescindível ressaltar que muitos loteamentos foram criados tanto nas nascentes dos arroios quanto ao longo de sua extensão, facilitando o descarte de dejetos em suas águas. Com o passar dos anos e com o aumento populacional, alguns destes córregos tiveram o mesmo destino do Pilão de Pedra, a canalização parcial ou total para que fosse possível construir ao redor. Tais cursos tornaram-se meros depósitos de esgoto.

A partir de 1950, a população estava mais acostumada com a vivência no urbano, os resquícios naturais dentro da cidade eram substituídos por construções, tanto nas nascentes dos cursos d'água quanto em sua extensão. Isso ficou mais frequente com

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

a chegada de mais pessoas pela estrada de ferro e a instalação de novas indústrias. Podemos finalizar dizendo que as ações tomadas pelo poder público foram totalmente voltadas para o desenvolvimento urbano em detrimento do espaço natural, em vez de utilizar tais fontes para ajudar no abastecimento, optou-se pela invisibilização destes espaços, condenando-os ao ostracismo e a meros condutores do lixo urbano para longe da moderna cidade.



Fontes

BRASIL, Recenseamento de 1920, 1926;
Jornal O progresso/Diário dos Campos. Edições de 1909 à 1950.

Referências

CANÇADO, A. *Majestades da Cidade Princesa: Concurso Rainha da Soja de Ponta Grossa, Paraná (1970-1980)*, 2008, 319f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008;

CHAMA, G. V. F. *Ponta Grossa: O povo, a cidade e o poder*. Ponta Grossa, SMEC, 1988;

CHAVES, N. B. A Cidade Civilizada: cultura, lazer e sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: DITZEL C, H, M; LÖWEN SAHR C. L.; (Org.). *Espaço e Cultura*. Ponta Grossa: UEPG, 2001, v. 1, p. 65-76;

DITZEL, C. H. M; LÖWEN SAHR, C. L. (Org.) *Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais*. 1. ed. Ponta Grossa: UEPG, 2001. v. 1. 520p;

GOIRIS, F. A. J. *Estado e Política: A história de Ponta Grossa, Paraná*. 1. ed. Ponta Grossa: Gráfica e editora Planeta, 2013. v. 1. 274p;

LÖWEN SAHR, C. S. *Favelas: um aspecto da Expansão Urbana de Ponta Grossa – PR*. 1990. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – Campus Rio Claro – SP, 1990;

MONASTIRSKY, L. B. *Cidade e ferrovia: a mitificação do pátio central da RFFSA em Ponta Grossa*. 1997. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997;

SOUZA, D. A. *Das bicas d'água a implantação do sistema público de abastecimento em Ponta Grossa*. 2000, Monografia, 0 f. (Aperfeiçoamento/Especialização em Educação Patrimonial 2ª Turma) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2000

WILLIANS, R. *Cultura e materialismo*, São Paulo, Unesp, 420 p. 2011

ZULIAN, R. W. *A semente de uma grande cidade: uma leitura dos discursos construídos sobre a fundação da cidade de Ponta Grossa (PR)*. Revista de História Regional, v. 14, p. 1060, 2009.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

**ENTRE BICHAS E BOFES:
O AUÊ DAS PALAVRAS NO JORNAL LAMPIÃO DA ESQUINA
(1978- 1981)**



Gonçalves, Alisson¹ Vázquez, Georgiane G. V².

¹ *Mestrando pelo Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa- Pr.* ²*Orientadora, Prof. Dra. Adjunta do Dpto. de História da UEPG-PR, professora do PPGH- UEPG/Pr.*

Nascido em meio ao governo ditatorial brasileiro o Jornal Lampião da Esquina se propunha dar voz a uma parcela marginalizada da população homossexual, a chamada população do gueto. O jornal que teve seu início em abril de 1978 é tido como um marco na imprensa gay por ter alcançado uma abrangência que ia além dos círculos de amigos ou de centros urbanos e por trazer uma gama variada de temas nas suas reportagens que envolviam desde vivências homossexuais a debates políticos, feminismo, questões ambientais e outros.

Em seus pouco mais de três anos de existência, o Jornal Lampião da Esquina juntou-se a outras mídias impressas num momento de reabertura política do Brasil, os jornais alternativos ganharam força com a ascensão dos movimentos sociais e novos debates na sociedade brasileira. De modo geral, adotou o formato tabloide, com capas e reportagens que chamavam a atenção de seus leitores.

Outra característica que chamava a atenção para o jornal era a linguagem usada. O repertório de gírias e termos usados pela população gay se fazia presente nas reportagens e textos, muitas vezes usados em tom de deboche e sarcasmo. Esse processo pode ser entendido de duas maneiras, inicialmente como uma forma de aproximação com o público alvo e também como uma resistência aos preconceitos sofridos pelos homossexuais, lésbicas e travestis, a partir da resignificação e apropriação dos termos usados de forma pejorativa pela grande massa da sociedade.

O Jornal Lampião se destacava também por questionar estruturas e padrões existentes, inclusive aqueles presentes no meio homossexual, como das figuras do gay macho em oposição ao gay afeminado, bem como os estereótipos criados sobre eles.

Este artigo, pretende apresentar esses dois pontos presentes no jornal, o debate que se fazia sobre a masculinidade entre bofes e bichas, e a forma desbocada de linguagem usada pelos editores.

O debate aqui apresentado enquadra-se no que podemos chamar de debates de gênero. De acordo com Joana M. Pedro (2005) a partir de 1980 o uso de “gênero” foi usado para tratar de diferenças entre homens e mulheres, diferenças que não se restringiam apenas a abordagem biológica. Falar sobre os debates de gênero é falar de uma categoria historiográfica que carrega além de novas perspectivas de estudo, um forte peso de evidenciar a diferença existente por séculos entre masculino e feminino, homem e mulher, uma construção sócia- cultural projetada a partir das relações de poder que vão além de abordagens biológicas, e atualmente é evidenciar também outros grupos minoritários que passaram pelo processo de submissão patriarcal, como pessoas LGBTQI+.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Com os debates iniciados a partir de 1990, a inclusão de novos braços nas pesquisas de gênero pode incluir temas ligados a masculinidade e ainda aos estudos sobre homossexuais e demais pessoas LGBTQI+. É possível entender o aumento dessas pesquisas como uma consequência da participação de movimentos sociais e seus integrantes em núcleos e pesquisas elaboradas em universidade e similares.

Esse aumento de pesquisas na área evidencia uma força política a partir de uma massa de corpos em exposição. Ainda que atualmente a exposição adquira novas formas e não mais num ambiente clandestino, o fato de assumir-se publicamente como gay já se torna uma exposição, e ao mesmo tempo uma forma de resistência contra os ataques sofridos pela comunidade LGBTQI+. Como afirma Paul B. Preciado

O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros. A sexopolítica torna senão somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. (PRECIADO, 2011, p. 11)¹⁶⁴.

Entre bofes e bichas: a masculinidade social

A década de 1970 no Brasil foi ao mesmo tempo um período de rigidez político-social e também um momento de efervescência cultural com grande criatividade artística e ainda, novos debates dos movimentos sociais.

De forma geral, a sociedade presenciava um novo ideal de masculinidade desde os anos de 1960, em que apresentava um sujeito dentro de um modelo tradicional de virilidade, com elementos intrínsecos como a força, a potência sexual, a segurança e a independência, e nada que vinculasse ao feminino ou afeminado.

Esse estereótipo de masculinidade em 1970 estava compreendido dentro do que Robert W. Connell (1995) chama de 'papel do sexo masculino', ou seja, um conjunto de práticas, atitudes e expectativas que definiam apropriadamente a masculinidade, sendo pensando como um lugar como quando se tratava do gênero masculino.

Ao longo das suas produções e dentro dos seus objetivos iniciais, o Jornal Lampião da Esquina se propôs lutar contra o machismo. Uma das formas iniciais desse processo foi o questionamento dos padrões de masculinidade percebidos na sociedade, a partir da figura do 'machão'

de saída vamos desmistificar o nosso machão que não é machão coisa nenhuma, mas um pobre coitado às voltas com problemas terríveis de virilidade, afirmação pessoal e sede do domínio. Frágil, débil, condicionado há milênios a ser antes de tudo um forte, o machão se realiza muito mal no amor e só consegue salvar as aparências porque a mulher brasileira é ainda pior do que ele. Segundo dados recolhidos por estudiosos do comportamento humano, apenas dois por cento de nossas mulheres chegam a conhecer a plenitude do orgasmo, por

164 O texto original em francês foi publicado em 2003 na revista *Multitudes*.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

culpa, em grande parte, do seu parceiro masculino, que as oprime de maneira intolerável e covarde.[...] O machão tem pouca confiança em si mesmo. (VIEIRA, n° 03, 1978, p.02).



A autora define a figura do machão como um ser condicionado a ser forte, porém inseguro quanto a sua performance e para manter essa imagem precisa sempre se colocar uma posição de superioridade e dominação. A autora ainda considera que essa mentalidade predomina na sociedade, incluindo as mulheres nessa organização.

A partir de meados de 1970, as masculinidades passam por um processo, de ressignificar os modelos existentes. Segundo Simões e Facchini (2009) essa mudança foi percebida também dentro do movimento homossexual, começando nos EUA, com uma significativa substituição o modelo homossexual próximo a androgenia que transgredia os padrões de gênero para um modelo que celebrava o “crescente culto ao “macho” na masculinidade estampada em bigodes, cabelos curtos e músculos definidos” (SIMÕES; FACCHINI, 2009, p. 47).

Essa mudança foi percebida no Brasil, e apresentada pelo Jornal Lampião da Esquina na edição 08, de janeiro de 1979. Através da tradução de um texto originalmente publicado na revista norte-americana Christopher Street, os autores do tablóide brasileiro apresentam um cenário aparentemente comum percebido em boates e bares de Nova York e outros estabelecimentos, inclusive em boates brasileiras em que as mudanças comportamentais entre os gays era perceptível, sendo descrita da seguinte forma

uma estudada masculinidade. Nada de desmunhecadas ou requebros excessivos. A maneira de andar e de falar, o tom de voz, as roupas, a aparência em geral são corretíssimos: estamos em terra de machos. [...] Na verdade, os jovens homossexuais parecem ter abjurado o efeminamento com universal sucesso. Corpos musculosos laboriosamente cultivados durante todo o ano parecem ser o padrão; a agilidade atlética e cheia de juventude é o estilo adotado por todos (CONSELHO EDITORIAL, n° 08,1979, p. 08).

A referida reportagem, intitulado pelo Jornal Lampião da Esquina de “*Gay-Macho: Uma nova tragédia americana?*”¹⁶⁵, mostra claramente uma padronização masculinizada presente no meio gay a partir da glamourização dos corpos, vinculando-os ao sentimento de desejo de poder, da mesma forma que aqueles que seguem os parâmetros encontrados entre os ‘machões hegemônicos’.

Uma das consequências da mudança desse padrão é o fortalecimento do desprezo pelos homossexuais que se comportavam de maneira afeminada. Desta forma identifica-se aqui a supervalorização de uma masculinidade entre os homossexuais, permeando os padrões heterossexuais que por sua vez inferiorizam a população homossexual. Essa mudança de comportamento pode ser entendida também como uma forma de minimizar as opressões sofridas pelo segmento.

165 O artigo original foi publicado inicialmente por Seymour Kleinberg na revista norte-americana Christopher Street, e depois no jornal Gay News.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Nos anos de 1970 era possível identificar dois modelos de sociabilidade homoerótica pautados em modelos médico- psicológicos, segundo Facchini e Simões (2009). Entretanto o grande debate tanto entre os editores quanto entre os próprios leitores do jornal girava em torno de dois eixos principais, a figura do “gay macho” com características masculinizadas e que passaria despercebido na sociedade, não sofrendo os estigmas decorrentes da não aceitação. E a figura da bicha pintosa que agia com trejeitos afeminados, que não se atinha a seguir um determinado padrão comportamental. Os dois estereótipos, estavam ligados a elementos culturais, econômicos, físicos e comportamentais em detrimento do outro.

Pensando de forma mais específica sobre essa divisão, a figura do ‘gay macho’ pouco apareceu em reportagens do jornal, o próprio termo aparece em apenas duas edições¹⁶⁶, entretanto a sua repercussão entre os leitores foi de maior impacto. Por outro lado, as figuras do gay pintoso, da bicha assumida, e da boneca, tiveram um espaço maior dado pelo jornal em suas páginas, da mesma forma que outras identificações como as travestis e lésbicas. O termo bicha aparece em todas as edições do jornal, e ainda com variações de terminologia e adjetivos.

Entre os editores do jornal, essa associação se dividia entre os que eram adeptos ao uso do termo de forma geral para ajudar no processo de ressignificação enquanto outros ainda viam o teor negativo do termo. Essa divisão também refletia as opiniões dos leitores, alguns se identificavam com o estigma levantado pelo termo bicha como sendo um dos componentes de discriminação social. Em relação a isso o jornal recebeu críticas quanto à tentativa de criar uma clientela mais esclarecida, assumida sexualmente e militante com as causas homossexuais, desmerecendo a parcela menos favorecida social e economicamente. Tal crítica fica mais aparente com a carta de um de seus leitores publicada na edição 08,

Sendo eu leitor do conceituado LAMPIÃO, venho por meio desta tentar alguns esclarecimentos: o que significa a palavra gay? Eu conheço homossexual. Se gay está enquadrada nesta categoria, pergunto eu, então: porque esta avassaladora, vergonhosa e humilhante onda de discriminação? Por que o Jornal mantém esta política de grupo tão privado, de grupo tão selecionado? Ou somos todos ou não somos nenhum!

A bicha pobre da Avenida Ipiranga ou da Cinelândia ou da Praça Tiradentes ou da Praça da República não será homossexuais iguais àquelas que na semana de carnaval desfila suas plumas e paetês nas passarelas de luxo? Não será gay também? Para mim são todos! [...] agora não me venha com esta de que estão escrevendo no jornal em prol do homossexualismo, vocês não estão fazendo nada pelas bichas pobres! [...] (FERREIRA, n°08,1979, p. 13).

Neste sentido podemos pensar a figura da bicha sendo interpretada como um estigma da subcultura, encarada como uma figura alheia à vida politizada proposta pelo Jornal Lampião da Esquina, principalmente em meados de 1979, quando o mesmo já se ligava ao movimento homossexual organizado. Assim, essa figura ainda era vista como

166 O termo foi encontrado nas edições n° 08 de janeiro de 1979, e n° 12 de maio de 1979.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

um ser inconsciente, que desobedecia a comportamentos e poderes dominantes através do requebrar dos seus quadris na rua, dos gestos delicados e afeminados, do linguajar cheio de gírias e palavras conhecidas apenas pelos próprios homossexuais e travestis.

Como já dito o termo bicha aparece em todas as edições do jornal, bem como suas variantes e adjetivos, e já na edição experimental número 00, já se traça uma hipótese sobre a necessidade da imprensa homossexual e seu interesse em ampliar as discussões acerca da inserção de gays nos debates políticos e sociais, ou seja, conscientizando tais sujeitos da sua realidade sexual. O texto “*Qual é da nossa imprensa?*”, escrito pelo argentino Frederico Jorge Dantas, relatando ao Jornal Lampião da Esquina suas dificuldades e experiência com o folhetim *Eros*. O autor, fala desse processo da seguinte forma,

Reconheço ser a bicha atual um estágio necessário para se atingir um tipo ideal de homossexual conscientizado de sua verdadeira realidade sexual. Escrever o que se conseguiu aprender é o correspondente para o esboço de um futuro melhor, onde possamos reagir com racionalidade e coesão às repressões sociais que nos são impostas (DANTAS, ed. experimental n° zero, 1978, p. 05).

Com isso podemos perceber que o jornal novamente enfatizava a busca da conscientização social de uma parcela da população gay. Nesse sentido podemos pensar que tal processo deveria ocorrer de forma clara, usando uma linguagem prática e objetiva, que se aproximasse dos gays desde o gueto até os intelectualizados.

O ‘babado’ era a linguagem do Jornal

Uma das características presentes no Jornal Lampião da Esquina era seu linguajar, o modo debochado, e com palavreado associado aos seus leitores. Ainda que os editores tratassem os temas com seriedade, “resgatou-se a linguagem do gueto, com um uso constante de termos até então considerados palavrões, como ‘bicha’, por exemplo” (MACRAE, 2018, p. 148), os autores faziam uso de metáforas e jogos de linguagem, que podiam confundir e brincar com leitores desavisados sobre o periódico, principalmente quando se tratava de assuntos mais específicos do que podemos chamar de “mundo gay”.

Segundo Trevisan (2018) essa tática usada era um passo dado para garantir uma maior aceitação entre seu público alvo e também como uma forma de ir contra a “interdição de certas palavras, a decência das expressões” (FOUCAULT, 2006, p. 27) presentes na imprensa e nos discursos apresentados.

Essa troca de informações, gírias e palavreados específicos facilitava o contato com os leitores e por consequência garantia um número de vendas que garantiria o sustento do jornal. A linguagem deveria ser simples, atrativa, desmunhecada e abusada como o linguajar do gueto, das bichas e travestis, e que fosse entendida por gays-machos também. Se o objetivo era ir ao encontro com a população do gueto, o ‘bichês’ deveria ser a língua mais apropriada para esse contato.

É evidente que para o senso geral, algumas palavras quando usadas na sociedade tinham um caráter pejorativo, ‘bicha’, ‘boneca’, ‘pintosa’, ‘viado’ e assim por

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

diante. O uso desses termos pelo jornal ocorria com maior frequência, para que fossem ressignificados e somados aos novos debates identitários, ainda que gerassem discordâncias entre os editores, colaboradores e leitores sobre esse posicionamento do jornal.

E com o intuito de apaziguar os ânimos exaltados acerca do uso dos termos pejorativos, na edição 03 de agosto de 1978, Aguinaldo Silva lança o texto “*As palavras: para que têm-las?*” defendendo o uso dessas palavras seria uma estratégia para esvaziar seu potencial ofensivo e segregacionista,

muita gente se declarando indignada pelo fato de LAMPIÃO utilizar com muita frequência palavras tidas como pejorativas: bicha, boneca, etc, às quais o uso comum deu sempre um tom de ofensa, de epíteto humilhante. Para alguns, o uso destas palavras indicaria uma apelação ao baixo nível que não fica bem em nosso jornal.

O uso de palavras em LAMPIÃO da Esquina na verdade, tem um propósito. O que nós pretendemos é resgata-las do vocabulário machista, para em seguida desmistificá-las. Vejam bem, até agora elas foram usadas como ofensa, serviram como o meio mais simples para mostrar a “separação” que existe entre o nosso mundo e o dos outros (SILVA, n° 03, 1978, p. 05).

Já de imediato percebemos o objetivo do Jornal, em retomar os termos e palavras usadas no meio machista e quebrar os mitos negativos acerca delas. Na sequência do texto, o autor apresenta os motivos de validar tais termos entre os homossexuais, encorajando pra assumir uma postura quase de enfrentamento aos opressores de forma natural e sem violência,

A primeira coisa a fazer, portanto, é perder o medo das palavras. O caminho para isso é usa-las: bichas, bonecas, etc. [...] classificar os grupos que não rezam por sua cartilha como coisas exóticas, é uma das armas mais comuns do Estabelecido (é na verdade o primeiro passo para reprimi-los): não aceitar que esse tipo de classificação seja possível – lutar contra ele – obrigação desses grupos. [...] Nossa posição é oposta: se nos chamarem de bichas responderemos que somos mais que isso – somos trichas (SILVA, n° 03, 1978, p. 05).

Neste pequeno texto, é possível perceber já a tomada dos termos para seus sujeitos, que ao assumir-se como bichas já desqualificavam a ofensa verbal do agressor. E como era de se esperar, o Jornal recebe algumas respostas em relação ao seu posicionamento sobre a apropriação dos termos pejorativos. A mais evidente é a carta do leitor Alfredo Rangel, do Rio de Janeiro, publicada já na edição seguinte, numero 04:

Quanto ao termo guei, achei inteligente a idéia, mas quanto aos outros bicha, boneca, etc., continuo achando inoportuno e inconveniente o uso dos mesmos pelo jornal. Mais explicitamente, a palavra. Isto é. o significante traz consigo algo bem mais amplo que é o seu significado, isto é, o conceito pela maioria das pessoas, no caso em foco. A meu ver, usar os mesmos termos que a sociedade machista usa para marginalizar a classe homossexual contribui para que os mesmos permaneçam arraigados na mente de nosso povo.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Não adianta vocês usarem determinadas palavras com um propósito, se aqueles que as recebem, os leitores em sua maioria, já estão habituados a vê-las de outra forma. Acho que isso só poderá fortalecer os estereótipos e nunca liberar realmente as pessoas oprimidas por sua condição sexual. Não devemos aceitar o anátema que a sociedade nos lança, como coisa irrelevante, pois é da luta contra o mesmo que poderemos abrir espaço para uma luta mais ampla que é a afirmação da livre expressão da nossa bissexualidade na sociedade (RANGEL, nº 04, 1978, p.18).



A angústia do leitor carioca quanto à apropriação dos termos pejorativos pelo jornal coloca em dúvida se tal processo não daria mais força aos agressores e opositores da visibilidade homossexual na sociedade. Em sua fala ainda podemos perceber a influência do sistema heteronormativo, evidenciado pelo fato do leitor acreditar que o uso desses termos iria permanecer na mente da população.

Entretanto a resposta do jornal ao leitor ocorre na mesma edição já na sequência enfatizando que o uso das palavras ressignificadas deveria se manter, para que elas não deixassem de existir, apenas passariam a ser interpretadas em outro sentido, e não mais apenas o ofensivo.

Olha. Alfredo, a gente continua mantendo nossa posição sobre o assunto. Não é por falta de uso que as palavras morrem, não, elas só morrem e, portanto, deixam de ser usadas quando perdem o sentido. Para isso é preciso ir até o fundo das possibilidades de cada uma, esmiúça-las, esgotá-las. No nosso caso particular. Essa preocupação com as palavras também inclui um mergulho profundo nas nossas possibilidades, é preciso ter consciência. Inclusive, de que essa "livre expressão" do que você fala, não é através de LAMPIÃO que vamos consegui-la, já que este é apenas uma esfinge que devora a si mesma (CONSELHO EDITORIAL, nº 04, 1978, p. 18).

Com este posicionamento o jornal, demonstra seu interesse em manter o uso dos termos, bem como os validar de forma positiva. Os debates referentes à terminologia empregada no jornal, e sobre seu uso ser ou não pejorativo ainda reaparece em outras edições, principalmente nas respostas dos leitores.

Mas o que nos chama a atenção na temática da linguagem usada, além da apropriação dessas palavras, era o uso escrachado que se fazia delas. Principalmente após a criação da seção "*Bixórdia*", uma apimentada 'coluna social' criada a partir da edição 05 de outubro de 1978, "na qual a personagem Rafaela Mambaba exercitava o linguajar ferino e malicioso atribuído às travestis e às bichas loucas" (SIMÕES; FACCHINNI, 2009, p. 88-89). O nome dessa seção vem depois de uma carta, em que o leitor faz uma ardente defesa das bichas pintosas e usa a palavra *bixórdia*, misturando bicha e mixórdia. A seção ficava por conta de Rafaela Mambaba,

uma personagem fictícia criada pelos editores do jornal e era responsável por comentários ferinos que apareciam nas páginas do Lampião,... Interessante pensar que é uma personagem com linguajar próximo daquele do gueto (SOUZA NETO, 2013, p. 02).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A seção foi criada pelos editores, e segundo Jose Augusto de Castro Heeren (2011) serviu para amenizar o caráter politizado do jornal e dar uma leveza e descontração em meio à seriedade das reportagens, e com um humor ácido, a fictícia autora tecia comentários para criticar os estigmas das rodas sociais dos homossexuais que rotulavam a multiplicidade de sexualidades existentes, “de uma maneira geral Rafaela Mambaba procurava criticar através da ironia e do deboche o quanto o universo estereotipado gay era perverso para aqueles que nele viviam” (HEEREN, 2011, p.177).

Ainda dentro da tentativa de desmistificar a negatividade do termo bicha, a seção Bixórdia propõe novas nomenclaturas e variações para serem utilizadas de maneira proposital entre os gays, autora apresenta algumas variantes em duas edições;

Algumas variantes da bichisse oblige. A saber:

POLICHA- É a que ultrapassou os limites da tricha. Toma hormônios já que seu grande sonho é se tornar a Fafá de Belém.

BICHEQUE- É aquela que por qualquer coisa puxa um talão de cheques. Ate pra pagar um cafezinho.

BICHENE- fã de Marlene. Dai surge uma serie de variações: BICHY (fã de Cauby), BICHINHA (fã de Emilinha), BICHAL (fã de Sidney Magal), e a BICHA- TORRACA.

E por aí vai. Qualquer semelhança com pessoas colunáveis será mera coincidência: de bichas e contrabichas cada um tem um pouco. Ah, ia me esquecendo, tem mais uma; é a:

BICHATA- É aquela que se enquadrou em alguma das variações aqui mas vai escrever pra cá falando mal do LAMPIÃO (MAMBABA, nº06, 1978, p. 09).

A ‘autora’ satirizava tanto os fãs, quanto personalidades do cenário artístico nacional ao fazer a associação aos referidos artistas.

Nesse mesmo contexto de termos e significados para homossexuais, Rafaela Mambaba volta com sua acidez na edição 24, em maio de 1980, trazendo um novo glossário mais ‘técnico’ para aqueles que quisessem participar dos próximos Encontros Brasileiros de Homossexuais (o 1º havia ocorrido em abril de 1980). Alguns termos e suas definições apresentados pela autora:

MACHISMO - Qualquer tentativa de se impor sobre a vontade de uma outra pessoa, seja de que sexo for. Palavra extremamente útil como acusação dirigida à pessoa cuja palavra você quer cassar.

REPRESSÃO - Regras que são inventadas pela classe dominante, e cuja intenção é nos proibir daquilo que nós queremos.

DUPLA REPRESSÃO - Quando uma pessoa é sujeita a duas repressões. Especificamente bichas negras e mulheres homossexuais.

TRIPLA REPRESSÃO – Quando a pessoa é sujeita a três repressões. Exemplo: mulher negra homossexual.

BICHA - Termo para designar o homossexual masculino militante (não pode ser confundido com a mesma palavra fora do meio militante; neste último caso, trata-se de uma ofensa grave). É também usado por alguns para se referir a homossexuais de ambos os sexos; neste caso, para as lésbicas, trata-se de uma manifestação de machismo de quem o utiliza.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

HETEROSSEXUAL – Quem não é bicha ou lésbica. Pessoas extremamente perigosas, cujo maior prazer parece ser o de criar novas formas requintadas e sutis de repressão.

BISSEXUAL - Algo que não existe; quem se diz bissexual é apenas uma bicha não assumida, com tendências ao machismo, ao autoritarismo. Há quem diga, também, que o bissexualismo é apenas uma manifestação esquizofrênica (MAMBABA, n° 24, 1980, p. 15).

Desta forma, com um linguajar mais atrevido e satirizando a política, acontecimentos e pessoas, a seção Bixórdia e sua mítica autora, Rafaela Mambaba, caíram nas graças dos leitores homo e heterossexuais que buscavam saber mais do palavreado e expressões usadas no gueto gay.

A escrita do Jornal Lampião da Esquina juntava elementos para que seu público se identificasse com o jornal e com seus pares, o resgate e uso dos vocábulos do gueto em tom de chacota e até mesmo seu uso como uma ressignificação social estavam diretamente ligados ao objetivo central do jornal.

Conclusão

A partir do que foi exposto acima, podemos perceber que a sociedade brasileira no fim da década de 1970 era nitidamente marcada por sistemas binários, que viam a feminilidade como um fator negativo e de inferioridade, principalmente quando se tratava de sujeitos com sexualidades dissidentes como era o caso de gays e travestis. A masculinidade assumiu uma forma viril, com barba e músculos definidos, se sobrepondo a um estereótipo que se aproximava da androgenia e brincava com os padrões masculinos e femininos. Entretanto essa masculinidade existente, inclusive entre os homossexuais, passou a ser percebida e questionada pelos leitores que buscavam legitimar suas vivências homossexuais com base no jornal.

Essas identificações dos leitores quanto às figuras da bicha ou do gay macho, bem como as devolutivas sobre o uso de termos tidos como pejorativos e suas ressignificações geraram inúmeros posicionamentos em relação ao jornal. Assim, podemos entender que ao longo da sua existência o jornal foi alcançando seu objetivo de dar voz aos homossexuais do gueto, que se viam e se faziam presentes nas páginas do Jornal Lampião da Esquina.

Bibliografia

CONNELL, Robert W. Políticas de Masculinidade. *Revista Educação e Realidade*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. UFRGS: Porto Alegre- RS. Jul/dez. 1995.

CONSELHO EDITORIAL, Ainda o auê das palavras. *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, ano I, edição n° 04, ago/set. 1978.

CONSELHO EDITORIAL, Gay--Macho: uma nova uma tragédia americana? *Jornal Lampião da Esquina*, ano 1, n° 8, janeiro de 1979.

DANTAS, Frederico J. Qual é a nossa imprensa? *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro. Ano I. Edição experimental. Abril/ 1978, p 5.

FACCHINI, Regina. SIMÕES, Júlio Assis. *Na Trilha do Arco Iris: Do movimento homossexual ao LGBT* / São Paulo: Editora Fundação Perscu Abramo, 2009.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

FERREIRA, Bailarino Roberto. Mas que (*) é esta? *Jornal Lampião da Esquina*, Rio de Janeiro, ano I, nº 8, janeiro de 1979.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I- A vontade de Saber*. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque. Rio de Janeiro: Editora Graal. 17ª ed. 2006.

HEEREN, Jose Augusto de Castro, *O armário invertido: comunicação e discurso sobre a luz do Lampião*. Dissertação (mestrado em comunicação). Faculdade Casper Libero: São Paulo. 2011.

MACRAE, Edward.: *A construção da igualdade- política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018.

MAMBABA, Rafaela. Novocabulário guei. *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, ano II, edição nº 24, mai/1980.

MAMBABA, Rafaela. O que vem a ser a bixórdia? *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, ano I, edição nº 5, out/1978.

PEDRO, Joana M. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. HISTÓRIA, SÃO PAULO, v.24, N.1, P.77-98, 2005.

PRECIADO, P. B., Multidões Queer: notas para uma política dos “anormais”. Tradução Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis- SC. janeiro-abril/2011.

RANGEL, Alfredo. Ainda o auê das palavras. *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, ano I, edição nº 04, ago/set. 1978, p. 18.

SILVA, Aguinaldo. As palavras para que temê -las? *Jornal Lampião da Esquina*. Rio de Janeiro, Ano I, ed 03, jul/ago. 1978.

NETO, Miguel Rodrigues de Souza, MOVIMENTO GAY E IMPRENSA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: O LAMPIÃO DA ESQUINA (1978-1981). XXVII Simposio Nacional de Historia – conhecimento histórico e dialogo social , Natal – RN 22 a 26 de julho de 2013, p 2 disponível em <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364954035_ARQUIVO_MovimentogayeiimprensanoBrasilcontemporaneo-MiguelRodriguesdeSousaNeto.pdf>

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia a atualidade*. 4ª ed. revista, atualizada e ampliada, 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 8

O DIÁRIO DE ANNE FRANK EM QUADRINHOS: ANÁLISE DAS DIMENSÕES ESTÉTICA E COGNITIVA



Rodrigues, Mirielen Machado¹

¹Universidade Estadual de Ponta Grossa; Departamento de História (DEHIS)

O presente trabalho investiga a adaptação em quadrinhos do livro O Diário de Anne Frank (1947) publicado em 2017 pela editora Record. O diário, postumamente publicado em 1947, é um livro que ganhou vida através dos relatos cotidianos de Anne Frank no período em que esteve escondida junto com sua família durante a Segunda Guerra Mundial. O principal objetivo foi explorar e problematizar o quadrinho enquanto elemento de uso espaço público do conhecimento histórico, utilizando-se do conceito de Cultura Histórica de Jörn Rüsen e de conceitos gerais das análises de quadrinhos.

1.O diário de Anne Frank e a construção de seu quadrinho

Esta pesquisa toma como ponto central nas suas reflexões o diário de Anne Frank, um livro que encontramos diversos relatos cotidianos de Frank no período em que esteve escondida junto com sua família durante a Segunda Guerra Mundial. Naquele período, diversas famílias de judeus estavam sendo oprimidas pelo estado nazista, e muitas não conseguiam buscar refúgio em outros países, como foi o caso da família Frank. No dia primeiro de setembro de 1939, o exército alemão invadiu a Polônia e com isso deu início a Segunda Guerra Mundial. Alguns meses depois, os alemães invadiram a Holanda e ocuparam o país. Foi assim que a Família Frank foi detida pelos nazistas, visto que as fronteiras estavam todas cercadas. Desta forma, como em outros lugares, os alemães tomaram medidas rigorosas contra os judeus, como a demissão de cargos públicos, a “arianização” ou “desjudaísmo” tanto na economia quanto na sociedade, que levou a população judia a perder seus direitos civis básicos.

Desta forma, em 1942, Margot, irmã mais velha de Anne Frank recebe uma convocação dirigida aos judeus, que deveriam ser enviados aos campos de trabalhos forçados. Esse acontecimento foi definitivo para que a família Frank se apressasse em adiantar a fuga para o anexo secreto que já estava sendo organizado por Otto, pai de Anne, há algum tempo. Durante mais de dois anos Anne Frank escreveu em seu diário sobre seu cotidiano e sobre a guerra. O dia 01 de agosto de 1944 foi a última vez que Anne escreveu em seu diário, pois a família acabou sendo traída e pega pelos nazistas e encaminhada aos campos de concentração. Após a confirmação da morte de suas duas filhas e de sua esposa Edith, Otto Frank buscou publicar os relatos que sua filha escreveu durante todo o tempo que esteve escondida. Após sua primeira publicação em 1947 surgiram diversos estudos em relação ao diário, que se tornou símbolo e lembrança de um dos períodos mais tristes da história da humanidade.

Com a representatividade da história de Anne, durante todos esses anos de publicação do diário, a instituição Anne Frank Fonds, criada por Otto e sediada em

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Basileia, Suíça, procurou Ari Folman para fazer uma adaptação da história de Anne para um quadrinho, com ilustração de David Polonky, o desafio agora era em poucas páginas ilustrar e mostrar a história de Frank de uma nova forma, e que chegasse a mais pessoas renovando sua história. O objetivo principal era trazer novamente todos os relatos descritos por Anne em forma de quadrinho, buscando uma nova linguagem a sua história. Segundo o autor reler o diário de Anne agora adulto foi uma experiência atordoante e encantadora, pois é incrível como uma garota de apenas 13 anos era tão madura na sua forma de ver mundo. (FOLMAN, 2017. p. 154)

Os autores enfatizam que o maior esforço foi preservar o humor, o sarcasmo e a maturidade que Anne tinha ao escrever e que em nenhum momento tentaram adivinhar como Anne teria desenhado o seu próprio diário se ela fosse a ilustradora, no entanto tentaram preservar todos os detalhes que ela deu ao descrever seu dia a dia, dando riqueza de detalhes no que acontecia diariamente no anexo secreto. O objetivo foi preservar a história de Anne Frank em cada quadro que compõe o livro, trazendo o seu olhar maduro e questionador sobre o mundo e sobre a guerra.

Figura 1: Capa do Diário de Anne Frank em quadrinhos



Fonte: FOLMAN, Ari; POLONSKY, David. O diário de Anne Frank. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2017.

3. Quadrinhos e a construção de conhecimento

Segundo Vergueiro (2012) os quadrinhos podem introduzir discussões, aprofundar conceitos, ilustrar pensamentos e representar contraponto de ideias, sendo possível encarar os quadrinhos como uma espécie de espaço mediador de experiências “históricas”. Desta forma, as histórias em quadrinhos acabam abordando cada vez mais assuntos sobre a sociedade desde assuntos econômicos, sociais e culturais, sendo a

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Segunda Guerra Mundial um dos temas mais utilizados como pano de fundo para essas histórias. Segundo Wiil Eisner os quadrinhos quando dispostos individualmente são apenas imagens, mais quando são dispostos em uma sequência eles elaboram uma narrativa e desenvolvem uma história, que ninguém precisa ter uma educação formal para entender a mensagem, pois ela é instantânea e trabalham com imagens reconhecíveis, usando como ferramentas os próprios seres uma nos objetos reconhecidos por eles, fenômenos naturais e de linguagem. (MCCLLOUD, 1995 p.40). Portanto, partimos da hipótese que a história pode ser ensinada através da ciência empírica e também através da produção cultural, sendo um fator determinante na construção do pensamento histórico e que ajudam na compreensão e construção do pensamento histórico. (SANTO, 2018. p. 16) O quadrinho é um espaço de construção de sentido, pois trás em suas histórias uma ideia de passado que orienta as pessoas. O Diário da Anne Frank em quadrinhos utiliza-se de uma “cultura visual” e trás uma concepção de passado experienciado por ela durante o período em que esteve escondida e podemos usa-la como exemplo para entender e construir uma ideia de mundo, ou criar uma opinião, seja ela positiva ou negativa sobre a guerra.

Desta maneira, esta pesquisa dialoga com as características do Núcleo de Pesquisa em Didática da História, ao qual já está veiculada, pois trabalha com ideias pertinentes a pesquisa sobre o Ensino de História, entendidas como algo muito importante dentro de seus trabalhos. A questão de partida deste trabalho partiu da necessidade de entender como o conhecimento histórico é utilizado no espaço público, fora da escola ou academia, buscando refletir de que forma as ideias históricas em relação com a cultura participam na interpretação da realidade. O Diário de Anne Frank em quadrinhos foi usado como fonte, pois conseguimos observar a mobilização de diferentes dimensões da Cultura História, que trazem a tona diferentes concepções sobre o nazismo, a guerra e conflitos econômicos, políticos e sociais do período.

4. Cultura histórica como categoria de análise

No Brasil, a contribuição teórica do filósofo alemão Jörn Rüsen vem ajudando em vários estudos sobre história, tendo várias obras e artigos traduzidos e publicados no Brasil. Para Rüsen, o pensamento histórico está no nosso cotidiano e se manifesta de diferentes formas, através de concepções científicas e também em diferentes espaços de formação do pensamento histórico.

Rüsen em sua teoria traz diferentes reflexões sobre a ciência histórica, carências, métodos de pesquisa empírica, narrativa e consciência histórica, e também sobre a Cultura Histórica. A Cultura Histórica é um fenômeno coletivo que está em constante diálogo com uma cultura mais ampla, se relacionando com meios mais eficientes e abrangentes de comunicação. Podemos apontar que a cultura histórica no presente diverge das anteriores (do passado) por conter em si um sistema mais eficiente de meios de comunicação de massa (televisão, rádio, revistas, internet, livros, cinema), produtos de uma indústria cultural com maior amplitude de circulação, além de conter em si um contexto social de maior acesso universitário e produtos e eventos que derivam do conhecimento histórico científico (teses, dissertações, artigos, revistas, revistas online, congressos, palestras, entrevistas, documentários, etc). (BAROM. 2017. p.5)

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A Cultura Histórica pode ser compreendida a partir de cinco dimensões: a dimensão cognitiva, estética, política, moral e religiosa. A dimensão cognitiva é caracterizada pelo conhecimento científico e de fundamentação empírica; a dimensão estética traz critérios de sensibilidade, beleza, atração; a dimensão política relaciona-se com a potencialidade de servir a interesses, jogos de poder; a dimensão moral se caracteriza pelas normas éticas e morais do presente sobre as representações/ produtos relacionados ao passado e a dimensão religiosa se refere à subjetividade humana, quando as ideias históricas se apresentam, ou são interpretadas, no presente, a partir de critérios transcendentais, teleológicos, remetendo a noções tais como salvação, morte, céu, inferno, espiritualidade.

Desta forma, a cultura histórica é a articulação, percepção, interpretação, orientação no tempo, sendo determinante na vida humana, uma síntese dos conhecimentos históricos (comum e científico) como prática dispostos no interior da sociedade e adquirido por diferentes meios, como por exemplo, em livros, histórias em quadrinho, dentre outros, sendo um conhecimento histórico comum “não científico” que diz respeito a informações não científicas dispostas na sociedade e que orientam e dão sentido a uma ideia de passado, por isso não apresentam o rigor da metodologia científica.

La cultura histórica se refiere por tanto a una manera particular de abordar interpretativamente el tiempo, precisamente aquella que resulta en algo como 'historia' en cuanto contenido de la experiencia, producto de la interpretación, medida de orientación y determinación de la finalidad. (RÜSEN, 1994, p.6)

A Cultura histórica é entendida de uma forma mais ampla, pois nos permite refletir além da especificidade da ciência histórica, não se limitando somente a um grupo particular como especialistas, historiadores e historiadoras. (RÜSEN, 2015. p.218) Segundo Rüsen pensar de um modo mais amplo a Cultura Histórica não é questionar o protagonismo dos cientistas da história, pois são eles quem profissionalizam o pensamento histórico e aonde a prática profissional se efetiva, mais ampliar o pensamento sobre a Cultura Histórica é colocar o pensamento histórico em evidência na amplitude da orientação da vida humana.

Assim como qualquer cultura, a Cultura História é determinada por alguns fatores do pensamento histórico como: pensar, saber, conhecer, valorizar, sentir, esperar e para identificar a ciência histórica dentro desses múltiplos fatores é preciso analisar diferentes elementos cognitivos além de outros elementos distintos, mais que são importantes para compreensão do conhecimento histórico. Segundo Rüsen

Com essa base, é possível distinguir cinco fatores determinantes fundamentais, com alguma chance de generalização: (1) pensar, (2) sentir, (3) querer, (4) valorizar e (5) crer. Partindo-se deles, pode-se estabelecer cinco dimensões da cultura histórica e seus respectivos contextos: (1) a cognitiva, (2) a estética, (3) política, (4) a moral e (5) a religiosa. Esse dimensionamento possui um caráter ideal-típico, isto é, deve-se a uma abstração refinada e a uma contraposição lógica rigorosa. (Rüsen, 2015. p.229)

4. Análise do Diário de Anne Frank em quadrinhos

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Segundo Santos (2018) é possível refletir como a narrativa histórica é apropriada no universo dos quadrinhos, pois nele os quadrinhos constituem uma espécie de elemento facilitador, dinamizador, sendo uma ferramenta de mediação no processo de construção do conhecimento “sério”, “real”, “científico” – em nome de uma possibilidade complementar: a de que artefatos culturais agem, também, no processo de legitimação e difusão do saber científico em sua dimensão pública, levando a novas reflexões de como as produções quadrinizadas se relacionam com a ciência da história e até que ponto os quadrinhos são produtores de conhecimento histórico.

O quadrinho é um espaço de construção de sentido, pois traz em suas histórias uma ideia de passado que orienta as pessoas. Desta maneira, a cultura histórica se manifesta uma faceta especial da “práxis cultural” presente no processo de elaboração do passado recordado: “experiências, interpretações, orientações e motivações que se referem a experiências do passado como condições para a compreensão do presente e para a expectativa de futuro”. (SANTOS 2018. p.140)

A aplicação das categorias discutidas dentro da Cultura Histórica no quadrinho escolhido tem como objetivo entender como a história de Anne Frank forma sentido histórico, tendo o quadrinho como uma espécie de espaço mediador dessas experiências “históricas” sobre a Segunda Guerra Mundial e como questões históricas se situam dentro da narrativa. Segundo Rösen a Cultura Histórica é própria à percepção das apresentações do passado nos diversos meios de comunicação. (RÜSEN, 2015. P.230)

Entendemos como formação de sentido no entendimento de que a história constrói uma ideia de passado para a vida prática em algum nível. Todo o objeto cultural/histórico que fala sobre o passado nos passa uma ideia de passado que consciente ou inconscientemente nos faz pensar sobre as coisas ou criar uma interpretação sobre aquele acontecimento.

Segundo Eisner os quadrinhos são recheados de “signos reconhecíveis” que se tornam parte do vocabulário usado para expressar a passagem do tempo e a narrativa da história, esses signos são indispensáveis ao contador de histórias/quadrinista, porque são esses elementos que envolvem o leitor. Nas primeiras páginas do Diário de Anne Frank em quadrinhos temos a apresentação dos personagens que aparecem no diário e que são fundamentais para compreensão da história. Deste modo, nas primeiras páginas que se seguem temos a utilização de páginas introdutórias que segundo Eisner são um trampolim da narrativa e servem para prender o leitor a história.

Desta forma, na página 13 temos a utilização de diferentes recursos e referências do passado trazido à tona. Nela percebemos a manifestação das dimensões estética e cognitiva na página inteira, além de outros elementos gráficos da composição dos quadrinhos. Primeiramente temos uma mudança na paleta de cores para mostrar o grupo nazista em cores mais escuras, enquanto para representar Anne Frank, sua mãe e sua irmã cores mais claras e leves são utilizadas

Figura 2: Anne passa pelos nazistas

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021



PAGE

Fonte: FOLMAN, Ari; POLONSKY, David. O diário de Anne Frank. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2017

Acima podemos perceber a manifestação das dimensões estética e cognitiva na página 13, além de outros elementos gráficos da composição dos quadrinhos. A dimensão cognitiva é explorada nessa passagem, pois temos o passado referenciado através de informações que podem ser comprovadas através de pesquisas científicas. Essas informações podem aparecer de maneira direta (por notas de rodapés e referências a historiadores e/ou marcos e documentação), ou indireta (quando o autor coloca sua experiência sobre este passado na forma de memória ou interpretação histórica). (SANTOS, 2018. p.07) Na figura 2 temos Anne trazendo uma informação muito importante sobre os judeus, explicando que quando os nazistas chegaram a sua maior intenção era exterminar os judeus, mesmo eles sendo menos de 1% da população. Aqui temos a manifestação da dimensão cognitiva pois Anne traz uma informação que pode ser provada através de trabalhos científicos.

Além da dimensão cognitiva temos a manifestação da estética que segundo Santos (2018) se refere ao passado absorvido e referenciado sem o auxílio de problematização, onde temos diferentes percepções de “apresentação” do passado. No quadrinho, encontramos especialmente na construção gráfica do enredo, colocados como elementos gráficos na sua composição. No quadrinho de Anne Frank um dos elementos gráficos que mais aparece é a bandeira com a suástica nazista. Na passagem acima podemos perceber como a bandeira é explorada quando se fala sobre o grupo nazista, exposta e todos os cantos construindo um contexto ao que está sendo representado.

No quadro não temos nenhuma palavra “Hitler” ou “nazistas” mais automaticamente quando nos deparamos com o símbolo da suástica sabemos do que

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Anne estava falando. A suástica nazista foi um dos símbolos mais usados pelo partido nazista, liderado por Hitler e que passou a ser reconhecida durante a Segunda Guerra Mundial, sendo um elemento usado em histórias que usam como pano de fundo a Segunda Guerra Mundial, por ter uma cultura visual muito forte. A suástica aparece várias vezes ao longo da história e é parte essencial para compreensão da história e do momento que Anne descreve, e podemos perceber sua figura na construção da página 15 posteriormente. Na passagem da queima de livros, ou de qualquer coisa que fosse escrito pelos judeus ela aparece bem pequena no canto esquerdo do quadro, fazendo referência a qual grupo estava queimando os livros.

Esses mesmos elementos são utilizados na página 148 onde Anne Frank escreveu em seu diário no dia 21 de julho de 1944 sobre seu otimismo em saber da notícia de que Hitler sofreu um atentado e quase foi assassinado. Nesta página temos ilustrado e narrado Hitler e seus aliados conversando até que uma bomba explode e acaba quase o mata, e no final sabemos que quem tentou assassiná-lo foi um dos seus complicés nazista.

Figura 3: Hitler sofre um atentado



Fonte: FOLMAN, Ari; POLONSKY, David. O diário de Anne Frank. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2017.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Nesta passagem temos tanto a utilização estética da bandeira nazista que aparece no braço de Hitler e de seus aliados quanto uma informação sobre o atentado contra a vida de Hitler que realmente ocorreu no dia 20 de julho de 1944 dentro de uma cabana na Toca do Lobo em Wolfsschanze na Prúcia Oriental que era um plano organizado por oficiais de Wehrmacht que estavam insatisfeitos com o destino da guerra e que mostrou o aumento da resistência alemã contra o governo nazista e que se enquadra como sendo um elemento da dimensão cognitiva da Cultura Histórica.

Desta forma, o conhecimento e a racionalidade histórica não seguem uma linearidade, pois possuem diferentes possibilidades para sua compreensão, e é fundado através das experiências no tempo. Portanto, entendemos o quadrinho como um elemento mediador do conhecimento histórico, porque palavras e figuras tem um grande poder pra contar histórias quando completamente exploradas. (McCloud, 1995, p.152) e podem ser um espaço mediador dessas experiências “históricas” do passado.

4. Considerações finais

Tomando o Diário de Anne Frank em quadrinhos como ponto de partida desta pesquisa chegamos á conclusão que o quadrinho é um elemento do “espaço público” ocupado pelo conhecimento histórico e que mobilizava as diferentes dimensões da cultura histórica na construção de sua história. Apesar de os quadrinhos não serem percebidos como um elemento historiográfico e estarem em constante avanço para serem aceitos como fonte histórica, entendermos que diferentes artefatos culturais podem permitir que professores e pesquisadores possam avançar, tanto na crítica deste processo de enfraquecimento da racionalidade frente a experiência de mundo quanto no entendimento desta dinâmica entre o conhecimento científico e a “esfera da vida prática”. Esse trabalho buscou entender o quadrinho como uma possibilidade de entendimento do processo de relação entre o saber histórico e o uso público do conhecimento, através da cultura histórica e como ele se manifesta dentro de um objeto comum, contribuindo para o campo historiográfico em que se insere.

Referências

Assis, Arthur. **A teoria da história de Jörn Rüsen**: uma introdução. Vol. 2. Ed. UFG, 2010.

BAROM, William Carlos Cipriani. **"Os principais conceitos da teoria da história de Jörn Rüsen: uma proposta didática de síntese."** albuquerque: revista de história 9.18 (2017).

BONIFACIO, Selma de Fátima. **História e(m) quadrinhos**: análises sobre a História ensinada na arte sequencial. Dissertação (Mestrado em Educação). Curitiba, Universidade Federal do Paraná, 2005.

CASTRO. Felipe Muanis. **Os limites do Histórico no quadrinho documental**. XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, 11 a 14 de junho de 2019.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

CHINEN, Nobu. **Linguagem HQ: conceitos básicos**. Editora Criativo, São Paulo, 2011.

FRANK, A. **O diário de Anne Frank**. Edição integral. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2000.



FOLMAN, Ari; POLONSKY, David. **O diário de Anne Frank**. 3. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2017.

McCLOUD, S. **Desvendando os Quadrinhos**. São Paulo Makron Books, 1995.

Rüsen , Jörn. **Que és la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la história**. Tradução de F. Sánchez Costa e Ib Schumacher. Disponível em: www.culturahistorica.es/rusen.english.html.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história: uma teoria da história como ciência**. Editora UFPR, 2015.

SANTO, Janaina de Paula do Espírito. **Segunda Guerra Mundial em Mangá: um estudo de Cultura Histórica**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação 15 em História da Universidade Federal de Goiás, 2018.

VERGUEIRO, Waldomiro, RAMOS, Paulo (org.). **Muito Além dos Quadrinhos – Análises e Reflexões sobre a 9ª Arte**. São Paulo: Devir, 2009.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A REPRESENTAÇÃO DO CAPÍTULO XII DO APOCALIPSE NA OBRA IMAGÉTICA DE WILLIAM BLAKE (1780-1824).



Weiber, Guilherme

Graduado em Licenciatura História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em História (UEPG); Programa de Pós-graduação em História – PPGH.

A presente pesquisa tem como foco a obra imagética de William Blake (1757-1827) idealizada e produzida entre os anos de 1780 e 1824 na qual o artista representou a exegese bíblica. Partindo desta seleção, buscaremos analisar a narrativa do Apocalipse através da visão blakeana e sua representação deste texto. Para isso, apresentaremos nossa fonte primária a ser exposta, duas pinturas selecionadas dentro da temática proposta em que ele retrata os capítulos XII do livro de Apocalipse. Ambas as obras são intituladas de *The Great Red Dragon and the Woman Clothed with the Sun* (1803-1805).

1. INTRODUÇÃO

A Bíblia teve uma enorme influência no conjunto total das obras de Blake, tanto como artista ou poeta - universos que não se separam na formulação da visão blakeana da arte. Dentre as diversas referências artísticas de Blake, grande parte são os desenhos em aquarela, método usado frequentemente por Blake. Estes são recorrentes durante todo o período ativo da carreira do artista. Dentre as grandes obras desta temática, por exemplo, os primeiros trabalhos os quais retratam as passagens de Abraham, Isaac e o Livro de Jó datável de meados de 1780, e continuando até o livro de Moisés, em 1824, poucos anos antes de sua morte.

O principal conjunto de aquarelas bíblicas corresponde a cerca de 80 obras de tamanhos semelhantes pintadas por encomenda de seu patrão e amigo pessoal, Thomas Butts entre 1800 e 1806. As aquarelas foram analisadas neste trabalho conforme a ordem proposta no livro *The Drawing of William Blake*, de Martin Butlin, de 1981. Este catálogo é um trabalho de referência sobre Blake. Em algum ponto depois de 1846, muitas das aquarelas pintadas para Butts foram montadas em esteiras de apoio inscritas em uma caligrafia estilizada por Blake com passagens apropriadas da Bíblia. Ao trabalhar com aquarelas, William Blake fazia uso de técnicas próprias na confecção destas obras, iniciava pela elaboração do design ou desenho em uma espécie de chapa de cobre ou gesso, depois acrescentava-se o pigmento com a técnica da têmpera; mistura de tinta em água e cola ou gema de ovo a fim de resultar num material aglutinante, em seguida os desenhos eram impressos em papel preparado

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

especificamente aquela obra e por fim, Blake completava a mão o desenho com aquarela.¹⁶⁷

Deste acervo, a seção *Water Color Drawings Illustrating The Bible (Composed C. 1780-1824)* servirá de norte na escolha de algumas das obras para realização desta pesquisa. Com em torno de 80 obras catalogadas, essas foram agrupadas por conta da temática de passagens bíblica, seu tamanho comum e também pela técnica aplicada por Blake no processo

da pintura em sua grande maioria com aquarela. Nesta coletânea, Blake perpassa tanto pelo Antigo e Novo Testamento, sendo o primeiro enfatizado pelas interações de caráter punitivas entre o humano e o divino. E o segundo diz respeito à vida de Cristo, sendo em grande parte representações baseadas em livros que seguem os quatro Evangelhos, e os mais relevantes a este trabalho, as passagens que retratam o livro de Apocalipse¹⁶⁸.

Dentro deste conjunto de ilustrações citadas anteriormente, há um grupo de pequenas têmperas e aquarelas pintadas sob encomenda, do Sr. Thomas Butts (1757-1845) entre 1800 e 1809. O aumento das obras comissionadas nesse período tem como característica, além do tema bíblico em crescente demanda por Butts, mostram um desenvolvimento considerável nas técnicas e no estilo de Blake, os traços se tornam mais audaciosos, em oposição ao estilo impressionista da década anterior. Neste período, Blake inicia com o uso de cores mais vivas e brilhantes, flerta com pontilhados nas gravuras e composições que trabalham com a simetria do design e é notável um retorno de Blake a inspirações neoclássicas da década de 1780, mas com o distinto toque blakeano ao traço e coloração.¹⁶⁹ Aqui estão incluídas as maiores obras de Blake nessa técnica, como *The Great Red Dragon and the Woman Clothed with the Sun* (1803-1805), entre outros exemplos do sublime apocalíptico baseado nas Revelações.

De forma geral, dentro desta coletânea de pinturas, subgrupos podem ser analisados separadamente do conjunto geral quando somamos sua obra pictórica a mudança na escrita de Blake na década inicial de 1800, na qual o artista muda os ares de pessimismo resultantes da era revolucionária precedente.

2. UM CONJUNTO DE NARRATIVAS: VISÕES DE JOÃO OU MILTON? BLAKE E A REPRESENTAÇÃO DE UM APOCALIPSE PICTÓRICO.

Ao que diz respeito aos desenhos e aquarelas da Bíblia feitas por Blake entre 1780 e 1824, nos atemos ao tema da exegese bíblica. São em torno de dez obras produzidas sobre o Apocalipse, das quais Blake, com um design original, descreve as

¹⁶⁷ THE TATE GALLERY: *An illustrated companion to the national collections of British & modern foreign art. Blake and his followers.* 1979, Londres. p. 30.

¹⁶⁸ *The William Blake Archive.* Disponível em: <<http://www.blakearchive.org/work/biblicalwc>> Acesso em: 10 de set. 2021. A busca e seleção das obras blakeanas foram encontradas no *The William Blake Archive*, importante acervo digital e gratuito, disponível na internet desde a década de noventa. O site foi idealizado e elaborado através do projeto de três importantes nomes nos estudos blakeanistas: Morris Eaves, Robert N. Essick e Joseph Viscomi. Online há mais de vinte anos, o acervo dispõe uma vasta coleção das obras de William Blake, uma galeria na qual é possível pesquisar por período, encontrar os livros iluminados, manuscritos, cartas, esboços, gravuras, pinturas em aquarelas etc. também estão disponíveis no site referências de trabalhos relacionados a William Blake.

¹⁶⁹ BUTLIN, Martin; TATE GALLERY; William Blake Trust. *William Blake.* Tate Gallery Publications Department, Londres. 1978. p. 86.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

cenas narradas pelo profeta João através de sua visão artística. Todavia, a agregação de símbolos, personagens e ambientações constroem uma narrativa com referências que extrapolam o texto bíblico.



FIGURA I. William Blake (1757-1827). *The Great Red Dragon and the Woman Clothed with the Sun.* (1803-1805)

Tinta preta, aquarela e traços de grafite. 43.7 x 34.8 cm,
Brooklyn Museum, Nova York.



FIGURA II. William Blake (1757-1827). *The Great Red Dragon and the Woman Clothed with the Sun.*

(1805). Tinta preta, aquarela e traços de grafite. 40.8 x 33.7 cm.
National Gallery of Art, Washington.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Ambas figuras acima são obras blakeanas que representam passagens do Apocalipse, mais especificamente o capítulo XII do livro. As duas versões em aquarela do mesmo episódio bíblico fazem parte do clímax desta passagem, na qual os versículos descrevem a aparição do Grande Dragão Vermelho e a Mulher vestida com o Sol. Aqui, Blake pode ter encontrado uma tela para se expressar através de uma mescla de narrativas refletindo suas visões e inspirações com intuito de representar esta passagem através de um tríplice interpretativo: sua visão, o texto exegético e a obra *Paraíso Perdido* (1666) de John Milton¹⁷⁰.

É essencial entender a necessidade do trabalho com distintas fontes literárias quando se busca a compreensão de elementos alegóricos e simbólicos, sendo assim possível visualizar se, ou de que forma estes foram ressignificados ou se permanecem constantes através do tempo. Entendemos de que forma a sua história da arte é também, a história da significação. Ele se detém apenas nas categorias relativas à representação objetiva que homogeneízam a obra como parte de um conjunto, no qual ela perde a sua identidade e o seu caráter sensível.¹⁷¹ Somando a isso, apoiam-se nesta leitura de representações o “método iconológico [que] tem em vista se constituir como a primeira etapa de suas pesquisas, isto é, asseguraram estoque de conhecimentos históricos e literários indispensáveis para analisar as representações”.¹⁷² Somamos isso a uma leitura das imagens sob o viés da *Pictorial Turn* de W.J.T Mitchell (2005).

A questão proposta por Mitchell, “o que as imagens querem de nós”, de sua obra homônima, requer que o pesquisador permaneça até o fim do trabalho para obter as respostas, mesmo que isso soe como algo impossível de princípio. O autor segue e nos convida a trabalhar com o que ele chama de “idolatria crítica” como antídoto à reflexão iconoclasta que governa os discursos intelectuais da época. Para alcançar este objetivo, o autor sugere uma aproximação que não intente destruir a imagem e reconhecer cada ato de desconfiguração da obra. Mitchell também reconhece que as questões que dominam o palco das imagens são voltadas à interpretação e retórica. Nós, enquanto historiadores, pesquisadores, interessados no trabalho com a imagem, buscamos descobrir o que elas significam e o que querem dizer; como elas se comunicam através de signos e símbolos: qual o poder que elas causam nas emoções e comportamentos humanos. O autor completa nos chamando atenção de que não significa o abandono das

¹⁷⁰ **John Milton (1608-1674)**. Foi um poeta inglês e personagem extremamente ativo politicamente durante as guerras civis inglesas e a Restauração de 1660. Suas obras e poemas costumam fazer alusões a sua filosofia política por meio de críticas severas a tirania e religião do estado inglês. Inclusive em sua obra mais proeminente, *Paradise Lost*, de 1666 influenciados, dentre vários fatores, pelo retorno da monarquia ao governo inglês. Em *Paradise Lost*, o protagonista do épico miltoniano é Satã sob o plano de fundo da queda, seja esta do anjo em si mas também simbólica a queda do homem. Blake constantemente se inspirava em Milton; - em uma relação de o poeta vivo e o grande predecessor’ inclusive transformando-o em temática e protagonista de um de seus principais épicos e obras poéticas, como por exemplo, *Milton/A Poem* (1804-1811) que corresponde a uma série de quarenta e cinco gravuras feita por intermédio de inovação técnica criada por Blake especificamente para esta obra, que consistia na produção do desenho direto numa superfície metálica preparada em verniz e depois despejava-se ácido para expor os traços do design, a prancha com a forma resultante do processo era preenchida com tinta e depois o papel era prensada para revelar a obra final (Makdiski, 2003); (Jhonson, 2003).
Ver mais em < <http://www.blakearchive.org/work/milton>>. Acesso em 10 set. 2021.

¹⁷¹ KERN, Maria Lúcia Bastos. *Historiografia da arte: revisão e reflexões face à arte contemporânea. PORTO ARTE: Revista de Artes Visuais*, v. 13, n. 22, 2005. p. 6.

¹⁷² Idem. p. 8.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

questões retóricas, mas o atento as mudanças e inovações nos estudos da história da arte, os estudos do visual e da cultura visual; a “*pictorial turn*”.¹⁷³

Essa proposição implica pensar a historicidade não só das imagens, mas também as experiências visuais que cada sociedade pode vivenciar, corroborando com a ideia de que nem tudo pode ser visto em certa época e lugar e as condições determinantes do que pode ser visto perpassam por características de organização social, cultural e política que variam de acordo com o tempo, espaço e rede de produção e circulação.¹⁷⁴



Uma leitura conjunta de ambas obras de William Blake, *The Great Red Dragon and the Woman Clothed with the Sun*, parte da relação texto-imagem, na qual identificamos os elementos que aparecem na obra, os símbolos, o sentido do título dado pelo autor, e como este conversa com o conjunto mais amplo. O objetivo não é interpretar imediatamente o sentido simbólico da iconografia, mas sim uma leitura metódica do que é possível ser observado num primeiro contato com a obra¹⁷⁵.

A relação texto-imagem é iniciada através da leitura comparativa e, requer que busquemos na base da visão de Blake o episódio bíblico que é retratado, sendo essa sua a primeira - e mais importante fonte visual. Isto é, como tentaremos mostrar, reinterpretada pelo artista britânico após a narrativa escrita pelo profeta João:

E viu-se um grande sinal no céu: uma mulher vestida do sol, tendo a lua debaixo dos seus pés, e uma coroa de doze estrelas sobre a sua cabeça. E estava grávida, e com dores de parto, e gritava com ânsias de dar à luz. E viu-se outro sinal no céu; e eis que era um grande dragão vermelho, que tinha sete cabeças e dez chifres, e sobre as suas cabeças sete diademas. E a sua cauda levou após si a terça parte das estrelas do céu, e lançou-as sobre a terra; e o dragão parou diante da mulher que havia de dar à luz, para que, dando ela à luz, lhe tragasse o filho. E, quando o dragão viu que fora lançado na terra, perseguiu a mulher que dera à luz o filho homem. E foram dadas à mulher duas asas de grande águia, para que voasse para o deserto, ao seu lugar, onde é sustentada por um tempo, e tempos, e metade de um tempo, fora da vista da serpente. (Apocalipse 12:1-4; 13-14).¹⁷⁶

A cena bíblica narrada por João tem seus personagens representados por Blake em design similar ao texto, todavia, ao analisarmos a ambientação da cena e a maneira em que os personagens são representados notamos a diferença com a exegese bíblica. Nesta, a mulher é retratada com angústia e dores do parto, porém, Blake nos mostra-a de forma serena, até mesmo confiante. As posições dos personagens também são distintas em ambas as cenas, é possível notar que elas se destoam do que está registrado nos versículos três e treze de Apocalipse.

¹⁷³ MITCHELL, W. J. T. *What do pictures want?* – The Lives and Loves of Images. Chicago: University of Chicago Press, 2005. p. 25;28.

¹⁷⁴ FONTANINI, K. Gabrielly Mendes. Historiografia e imagem: Uma perspectiva historiográfica sobre a adesão das fontes visuais na História internacional e nacionalmente. *Oficina do Historiador*, v. 14, n. 1, p. e37432, 26 abr. 2021. p. 3.

¹⁷⁵ GERVEREAU, Laurent. Ver, compreender, analisar as imagens. *Col. Arte & Comunicação*, 89. Lisboa: Edições 70, 2007. p. 56-57.

¹⁷⁶ BÍBLIA. Apocalipse. Português. In: *A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, s.D. p. 291-309.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Na figura I, Blake usa de cores contrastantes para mostrar a mulher, tons dourados e amarelos nos chamam atenção diante da imagem que ilumina a cena de maioria pintada em

PAGE

tons terrenos. A técnica de aquarela é particular a Blake, o domínio das cores nos aponta ao que nossos olhos devem primeiro focar. Isto, somado a configuração do design que Blake usa ao dividir o desenho numa linha horizontal enriquecendo ainda mais o contraste da cena. Na parte superior, encontra-se o Grande Dragão Vermelho caracterizado tal qual como o texto bíblico, mas também segue uma tradição representativa pictórica da figura do diabo desde os séculos XII e XIII, sendo essas as características de Pã e a nudez dos deuses clássicos somados a desfiguração do personagem a elementos de animais, a pele, cascos e patas com garras e presas, características que o assimilam ao animal selvagem de caça. Os chifres e cascos se tornam sinônimo de pecado. Além do longo rabo e os chifres, as asas que se assemelham ao de um morcego são um ponto particular das representações do Diabo nas artes. Este atributo é um contraponto das imagens do Diabo nos séculos citadas acima¹⁷⁷. A partir do século XIV, “o Diabo ganha as asas pretas com as nervuras dos morcegos; as asas emplumadas começam a desaparecer”.¹⁷⁸ Os traços animalísticos do personagem Satã são utilizados pelos artistas durante o período medieval e se consolidam até a nova roupagem que começa a ser desenhada séculos mais tarde, durante o romantismo europeu e através principalmente por pinturas que representam o Satã de Milton.

Um ponto interessante a ser analisado neste campo de representações se deve ao fato que o personagem do diabo é citado espaçadamente e em breves passagens na Bíblia cristã e o fato que sua aparência não é descrita diretamente. No livro de Gênesis, a figura da serpente é relacionada diretamente ao Diabo – o que pode, mais tarde, ser a gênese das características como cauda, escamas e presas. As menções a Lúcifer são encontradas nos livros de Ezequiel e Isaías e, nas passagens do Velho Testamento Satã não é mencionado como oponente de Deus. Isso começa a mudar no século V, com a associação vulgar das características de anjo rebelde a Satã e protagonista do Livro do Apocalipse.¹⁷⁹

Blake soma a cena com a riqueza de detalhes na personificação do personagem, os chifres e a coroa com os diademas e sua feição que ao mesmo tempo se mostra apática é possível interpretá-la como um momento de êxtase. Sua coloração é também passível de uma leitura simbólica, ao retratá-lo em tons de marrom, terrosos e avermelhados. A coloração do deste personagem remonta a escritos da antiguidade “[...] *Now all these figures are used in all our schools. Plutarch tells us that the Egyptians painted their Serpents or Dragons red, which reminds us of St. John's language, "The great red Dragon."*¹⁸⁰ O personagem se funde ao cenário e acaba

¹⁷⁷ LINK, Luther. *O Diabo: a máscara sem rosto*. Editora Companhia das Letras, 1998. p. 75;79.

¹⁷⁸ Idem. p. 80.

¹⁷⁹ MONTESANO, Marina. Horns, Hooves and Hell: The Devil in Medieval Times In the Middle Ages. *National Geographic*. s.p. nov. 2018. Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.co.uk/history-and-civilisation/2018/10/horns-hooves-and-hell-devil-medieval-times>>. Acesso em 10 set. 2021.

¹⁸⁰ GRAVES, Kersey. *The Biography of Satan*. Peter Eckler Publishing CO. Nova York. 1924. p. 82. (Todas essas figuras são usadas em todas as escolas. Plutarco nos diz que os egípcios pintavam suas

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

assim se tornando o plano de fundo, a terra em si, a ambientação. Do ponto do observador, o vemos como uma grande montanha - se observamos um triângulo da cena feita pela cabeça principal da criatura com as linhas paralelas decrescentes no sentido de seus braços, abaixo de suas asas -, sua cauda e pés de alinham com a terra que, se abre criando vales e destruição e levando ao clímax do episódio bíblico.



A mulher se encontra na estática na vertical, abaixo do horizonte ilusório, numa postura em que Blake costuma representar seus personagens com caráter visionário, esta configuração dos personagens não se limita ao design do desenho e o espaçamento da cena, mas tem um profundo caráter emocional.¹⁸¹ É possível também associar esta separação na figura a outro símbolo do texto exegético, descrito no capítulo XV do Apocalipse, as águas que são despejadas pelo próprio Dragão que, como uma violenta correnteza deságuam de sua boca para afogar a mulher e a criança, que aparecem na parte mais baixa da imagem (figura II).

Nestas obras, tentamos salientar que ambos os personagens dividem o protagonismo. Esses estão carregados de simbolismos equivalentes na composição da cena retratada por Blake. Dentre as diversas leituras possíveis, a interpretação proposta é percebida ao abordarmos uma narrativa sobre a construção do desenho. A linha horizontal que os divide, também os espelham, os unem como duas caras de uma mesma moeda. O embate da cena é quase simbiótico, a resistência de cada personagem também dá espaço a relação entre as figuras e como são intrínsecas. Seu enlace permite a existência entre elas, uma balança que pende sobre linha tênue que expõe a essência que Blake representa o ápice exegético.

Diversas interpretações da cena de Apocalipse XIII foram propostas, por católicos e protestantes, sendo as mais longínquas no passado como os comentários de Beda sobre a exegese bíblica. As ponderações do monge católico e sua interpretação a respeito da Mulher vestida com o Sol sendo uma representação da Igreja e o Dragão como as potestades e hereges, sendo relacionada também a figura de Herodes¹⁸². Seus comentários, embora ressignificados por outras leituras devido a imensa reapropriação do livro e somado ao surgimento de centenas vertentes protestantes e novos cultos ecoam até atualidade nos textos teológicos.

A narrativa que buscamos foge do teor teológico da cena ao colocá-la sobre a tríplice citada anteriormente, - a visão de Blake, o livro bíblico e a obra miltoniana. Todavia, ressaltamos que “estas implicações teológicas na pintura de Blake expressam uma relação direta com o contexto mais amplo do século XVIII, os comentários no Livro do Apocalipse são tão pictóricos quanto a concepção que se estende a tradição bíblica de ilustrações”.¹⁸³ Além dos pontos já citados,

serpentes ou dragões na cor vermelho, nos lembrando a linguagem usada por São João em “O Grande Dragão Vermelho”. (Tradução nossa).

¹⁸¹ HOAGWOOD, Terence Allan. *Pictorial Apocalypse: Blake's "Great Red Dragon and the Woman Clothed with the Sun"*. *Colby Library Quarterly*. n.º. 1, 1985, p. 13.

¹⁸²HOUSE, George. *Bede: Commentary on Revelation*. Tradução por Faith Wallis. Liverpool: Liverpool University Press, 2013. p. 191-193.

¹⁸³ HOAGWOOD, Terence Allan. *Pictorial Apocalypse: Blake's "Great Red Dragon and the Woman Clothed with the Sun"*. *Colby Library Quarterly*. n.º. 1, 1985, p. 16. (*These theological implications in Blake's painting express his direct relationship with the larger context of eighteenth-century*

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

consideramos também o contexto do século XVIII, quando a Europa estava fervilhando com inovações advindas da Revolução Industrial, em particular a Inglaterra, país no qual indiscutivelmente ocorreu o estopim da explosão comercial, da produção de mercadorias, inovações de serviços e com isso o desenvolvimento de novas ideias, modos de vida, novos problemas e novas sensibilidades.



3. SATÃ RESSIGNIFICADO: O NOVO ROMÂNTICO.

Em Paraíso Perdido, de Milton, há uma passagem, o *Conto VI*, na qual descreve-se a cena em que os anjos Gabriel e Miguel são enviados para combater Satã, e este, inicia uma épica batalha invocando uma legião de seguidores. No mesmo conto, Milton descreve como Satã convoca um conselho e neste dia criam “aparatos diabólicos e bélicos”¹⁸⁴ para enfrentar os arcanjos enviados por Deus.

Em Milton lemos:

No horizonte boreal eis que se avista,
De banda a banda, um campo ignivertente,
Indício fiel de bélico aparato, - E de mais perto visto nos descobre
De Satã os exércitos unidos:
Eriçam-se sem conta as duras lanças,
Cerram-se os elmos e os escudos mostram jactanciosos emblemas
insculpidos:
Lá se apressam com fúria, imaginando que nesses dias,
Por astúcia ou força,
A montanha de Deus conquistariam,
E que da onipotência imensurável
O invejoso rival, o êmulo altivo,
Se assentaria no supremo trono. [...] ¹⁸⁵

Essa cena heroica é reproduzida por vários pintores do romantismo, incluindo William Blake. Intitulada comumente de “*Satan Arousing The Rebel Angels*, mas *Satan Summoning his Legions*”, essa cena é recorrente para estes artistas e, também é nítida transformação iconográfica do personagem para um personagem militar ou imperial. As representações de imperadores, como sua posição frontal, o uso do estandarte, a gálea e o *clipeus* (escudo).¹⁸⁶ O retrato de personagens com posse de clipeus era utilizado não somente para representações de imperadores mortos, mas também vivos – alusão a ambiguidade da vitalidade da figura de Satã nas representações das obras -, servia para exprimir a ideia de apoteose. “A consagração do imperador exigia que sua imagem fosse venerada ao ser empunhada em procissões

commentaries on the Book of Revelation, just as his pictorial conceptualization extends a tradition of biblical illustration). Tradução nossa.

¹⁸⁴ MILTON, John. *Paraíso Perdido*. Tradução António José de Lima Leitão. Versão para ebook. Vol. XIII, W.M. Jackson Inc. Rio de Janeiro, 2006. p. 227.

¹⁸⁵ Idem. p. 227-229.

¹⁸⁶ BELTING, Hans. *Semelhança e presença: a história da imagem antes da era da arte*. Rio de Janeiro: Ars Urbe, 2010. p. 133.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

triumfais”.¹⁸⁷ A passagem miltoniana ecoa as características que irão fundamentar uma filosofia que reavalia e reinterpreta a figura de Satã como ser livre, de pensamentos e ações que inspiram rebeldia e desafiadora contra tiranias políticas e religiosas.

Os designs e composições ecoam por diversos pintores por toda Europa numa série de obras, que, devido a sua aproximação cronológica e temática que permitem a análise do conteúdo devido a frequência do tema¹⁸⁸. Também notamos as similitudes nos quadros que personificam Satã neste período, não mais como uma figura horrenda e com traços grotescos, mas humano, belo e com traços sublimes.

Nestas obras, (nota de rodapé 22) notamos técnicas no uso de luz e sombra para ressaltar os personagens. Satã encontra-se em foco, o protagonista da obra é retratado geralmente no centro da imagem, como uma forte torre se impõe na cena, com os braços levantados ora possuídos armamento militar ora com a arte da oratória, chama a atenção de seus compatriotas.

Há crescente descrença na figura do diabo, migrando-o de uma visão estabelecida por milênio de medo e terror para uma figura com características libertárias que correspondem com as ideologias artísticas do período. Schock ainda segue afirmando que o diabo foi reutilizado no período da Revolução Francesa, e por último e talvez mais relevante, a obra de John Milton, Paraíso Perdido que inspira a figura de diabo com personagem épico, libertário, e força oposta aos dogmas cristãos e extremo oposto da tirania conservadora divina.¹⁸⁹

O debate nos estudos românticos se deve, em parte, ao fato de que: “Romantismo sempre pareceu ser mais do que um período histórico e cultural [...] “Ser” um romântico, professar a literatura romântica sempre pareceu implicar em algo além de ser uma escola do século dezoito”.¹⁹⁰

A dissociação entre as figuras de Satã e do Dragão é interessante, e algo que esta pesquisa se propõe a debater no decorrer da dissertação. À medida que Satã pode ser heroicizado, o Dragão mantém sua carga negativa e como essa narrativa, dentre tantas possíveis, poderia, talvez, ser associada ao poder, político ou religioso. Na Vida de São Martinho, do séc. IV uma das aparições do diabo ao santo se dá sob o disfarce da imagem imperial, com referência especialmente aos trajes na cor púrpura. O foco central da figura satânica de Milton, o seu protagonismo na obra Paraíso Perdido é fluído e intenso, como fosse feito de pura energia – energia contestadora que o mesmo representa.¹⁹¹ Impõe-se, serve como símbolo vivo que encarna os ideais de todo o

¹⁸⁷ Idem. p. 134-135.

¹⁸⁸ **Ver as obras de:** Sir. Thomas Lawrence, *Satan Summoning his Legions*. (1796-1797); John Martin. *Satan arousing the Fallen Angels*. (1825); Petro William Tolkins. *Satan Rousing his Legions*: (1803); Robert Cozens. *Satan Summoning his Legions*. (1776); Thomas Stothard. *Satan Summoning his Legions*. (1790); William Bromley. *Satan Calling up his Legions*. (1802).

¹⁸⁹ SCHOCK, Peter A. *The Marriage of Heaven and Hell: Blake's myth of Satan and its cultural matrix*. *ELH*, v. 60, n.2, 1993, p. 440-443.

¹⁹⁰ MITCHELL, W. J. T. *What do pictures want? – The Lives and Loves of Images*. Chicago: University of Chicago Press, 2005. p. 170. (*Romanticism has always seemed to be something more than a period of cultural history [...] To “be” a Romanticist, to profess Romantic literature has always seemed to entail something more than “being” a scholar of the eighteenth century*). Tradução nossa.

¹⁹¹ SANTOS, Andrio J. R. dos; TAVARES, Enéias Farias. ENERGIA É ETERNO DELEITE”: A figura Satânica em Matrimônio de Céu e Inferno, de William Blake. *Revista Estação Literária*, vol. 12. 2014. p. 140.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

pensamento dissidente das ideologias vigentes do século XVIII.

As pinturas bíblicas de Blake podem, certamente, ser resultado de um trabalho de encomendas por um patrono, pois vale lembrar que Blake era um gravurista e pintor de profissão e esta era sua única fonte de sustento. Todavia, estas obras extrapolam essa relação comercial ao casarem com a narrativa e visão única de Blake, encaixando-as a suas três fontes de inspiração artística, com o contexto social e político da época, os ares de guerra e das revoluções francesa e americana. O Dragão Vermelho, ou Diabo, se tornam sinônimo do protagonista de Milton e fundem nas aquarelas de Blake e sua visão sobre o poder e a tirania do poder político e espiritual representados pelos personagens do Apocalipse. No mesmo período, William Blake iria se voltar também, além das obras pictóricas, para escrita de poemas mitológicos que teria como cenário esse terreno fértil de revoluções em obras como *America* e *The Four Zoas*.¹⁹²



REFERÊNCIAS

BELTING, Hans. *Semelhança e presença: a história da imagem antes da era da arte*. Rio de Janeiro: Ars Urbe, 2010.

_____, Hans. *O fim da História da Arte*. Tradução de Rodnei Nascimento. São Paulo, Cosac Naif, 2006.

BÍBLIA. Português. In: *A Bíblia sagrada: antigo e novo testamento*. Tradução de João Ferreira de Almeida. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil.

ESSICK, Robert N.; VISCOMI, Joseph. An Inquiry into William Blake's Method of Color Printing. *Blake/Na Illustrated Quarterly*, v. 35, Issue3, Winter 2002.

FONTANINI, K. Gabrielly Mendes. Historiografia e imagem: Uma perspectiva historiográfica sobre a adesão das fontes visuais na História internacional e nacionalmente. *Oficina do Historiador*, v. 14, n. 1, 26 abr. 2021.

GERVEREAU, Laurent. *Ver, compreender, analisar as imagens*. Col. Arte & Comunicação, 89. Lisboa: Edições 70, 2007.

GRAVES, Kersey. *The Biography of Satan*. Peter Eckler Publishing CO. Nova York. 1924.

HOAGWOOD, Terence Allan. Pictorial Apocalypse: Blake's "Great Red Dragon and the Woman Clothed with the Sun". *Colby Quarterly*, v. 21, n. 1, p. 4, 1985.

HOUSE, George. *Bede: Commentary on Revelation*. Tradução por Faith Wallis. Liverpool: Liverpool University Press. 2013.

JOHNSON, Mary Lynn. *Milton and its contexts*. In M. Eaves (Ed.), *The Cambridge Companion to William Blake* (Cambridge Companions to Literature, pp. 231-250). Cambridge: Cambridge University Press. 2003.

KERN, Maria Lúcia Bastos. Historiografia da arte: revisão e reflexões face à arte contemporânea. *PORTO ARTE: Revista de Artes Visuais*, v. 13, n. 22, 2005

LINK, Luther. *O Diabo: a máscara sem rosto*. Editora Companhia das Letras, 1998.

SCHOCK, Peter A. The Marriage of Heaven and Hell: Blake's myth of Satan and its cultural matrix. *ELH*, v. 60, n.2, p. 441-470, 1993.

¹⁹² HOAGWOOD, Terence Allan. Pictorial Apocalypse: Blake's "Great Red Dragon and the Woman Clothed with the Sun". *Colby Library Quarterly*. n.º. 1, 1985, p. 12.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

- MAKDISI, Saree. *William Blake and the Impossible History of the 1790s*. Chicago / London: The University of Chicago Press, 2003.
- MILTON, John. *Paraiso Perdido*. Tradução Antônio José de Lima Leitão. Versão para ebook. Vol. XIII, W.M. Jackson Inc. Rio de Janeiro, 2006.
- MILNER, Andrew. *John Milton and the English Revolution. A Study in Sociology and Literature*. The Macmillan Press LTD. Londres, 1981.
- MITCHELL, W. J. T. *What do pictures want? – The Lives and Loves of Images*. Chicago: University of Chicago Press, 2005. p.
- MONTESANO, Marina. Horns, Hooves and Hell: The Devil in Medieval Times In the Middle Ages. *National Geographic*. s.p. nov. 2018. Disponível em: <<https://www.nationalgeographic.co.uk/history-and-civilisation/2018/10/horns-hooves-and-hell-devil-medieval-times>>. Acesso em 10 set. 2021.
- SANTOS, Andrio J. R. dos; TAVARES, Enéias Farias. ENERGIA É ETERNO DELEITE”: A figura Satânica em Matrimônio de Céu e Inferno, de William Blake. *Revista Estação Literária*, vol. 12. 2014.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

ENTRE MACHADOS E ESQUELETOS: A LITERATURA DE HORROR MACHADIANA DO SÉC. XIX



Moers, Matheus Menarim¹

¹Universidade Estadual de Ponta Grossa; Departamento de História

Introdução

Após a Proclamação da República, em 1889, a intelectualidade brasileira desejava cortar laços que prendiam o Brasil ao seu passado colonial. A partir disso, novos paradigmas, (sociais, econômicos ou culturais) seriam buscados, tentando se desgarrar daquilo anteriormente imposto, reorientando a busca por uma identidade literária nacional. Antônio Cândido em sua obra *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, de 1957, pensa em uma “literatura no Brasil como expressão da realidade local”, uma “história dos brasileiros em seu desejo de ter uma literatura”. Nesse sentido, o caráter necessariamente realista das obras ganhava espaço, tendo “como um de seus mais sensíveis efeitos imediatos o veto à imaginação”, conforme aponta Lainister de Oliveira Esteves em sua tese de doutorado – intitulada *Literatura nas Sombras: usos do horror na ficção brasileira do séc. XIX*. O realismo, assim acreditava-se, colocaria a literatura em consonância com os novos paradigmas das letras brasileiras.

Machado de Assis é um dos importantes autores brasileiros deste período, sendo lembrado principalmente por seus romances da grande fase, inaugurada a partir da publicação de *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, em 1881 e que também foi ponto de partida para a caracterização realista de sua literatura. Mas existe um outro lado do autor que ainda é pouco pesquisado, o de seus contos de horror, textos que foram, em grande parte, publicados no *Jornal das Famílias*, periódico do Rio de Janeiro formado em 1863 e na *Gazeta de Notícias*, jornal carioca fundado em 1875. Esses contos, publicados entre os anos de 1870 e 1885 não ganham espaço na literatura, devido às novas diretrizes ideológicas que eram desenvolvidas, diretrizes estas, que buscaram resolver problemas e pautas da realidade brasileira, assim como também é colocado por ESTEVES, “a atividade literária atuaria na construção de um país livre, [...] sob a premissa de especificação temática que visaria representar o Brasil em seus mais variados aspectos.” (2014, pg. 231)

Dessa maneira, o presente trabalho propõe, portanto, dar maior ênfase na investigação dessa literatura que ainda está, de certa forma, nas margens da historiografia, e ainda não conquistou espaço nas pesquisas sobre a literatura da época. Saliente-se, contudo, que não se tem, aqui, o objetivo de encerrar com as discussões que tem como objeto o gênero do horror em solo brasileiro, muito menos em delimitar o

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

gênero de forma concreta. Para que os objetivos aqui propostos sejam alcançados, este trabalho se propõe em discutir, primeiramente, em como foi possível classificar os contos machadianos no gênero do horror. Em seguida, apresentar um panorama geral dos periódicos do séc. XIX e, por fim, discutir os contos de forma mais aprofundada.¹⁹³



1. A Literatura de Horror: delimitações e debates.

O horror é comumente utilizado para classificar textos de ficção que pretendem, de algum modo, despertar sentimentos de medo psicológico ou físico nos leitores. As histórias podem abordar temas variados, mas geralmente são relacionados com aquilo que é grotesco, o desconhecido, e dialogam com gêneros vizinhos, como é o caso da ficção científica. Mas para além das definições generalizantes e que podem gerar uma certa confusão no momento de classificar quais textos abarcam ou não o gênero, é preciso delimitar, mesmo que de forma rápida, quais os aspectos dessa literatura, já configurando, portanto, os motivos por trás da seleção dos contos que serão aqui analisados.

Mesmo que possamos identificar aspectos do horror nas mais diversas obras da antiguidade, e até mesmo em gêneros literários bem consolidados, o horror é tido, quase de forma unânime dentro da crítica especializada, como um desmembramento da literatura gótica. O romance de Horace Walpole, *The Castle of Otranto*, publicado em 1764 é o marco inicial para a formação dessa mesma literatura. (FRANÇA, 2018). A história da obra consiste na perseguição de Manfred a Isabella, depois da morte de seu filho de forma completamente estranha (fora esmagado por um elmo gigante no dia de seu casamento). Manfred percebe que sua linhagem estava em risco, e uma antiga profecia veio à tona: outra família certamente assumiria o trono. A história possui os elementos básicos do gótico, um castelo mal assombrado, um grande vilão, a moça que corre perigo e, por fim, um herói.¹⁹⁴

É interessante apontar que Walpole publicou o livro sob o pseudônimo de Willian Marshal, o que lhe permitiu defender, mesmo que não por muito tempo, que sua história era um relato verossímil: o documento fora encontrado em uma biblioteca no norte da Inglaterra, e fora transcrito por ele mesmo a partir do texto original de um tal de Onuphrio Muralto. Essa temática sobrenatural que paira sobre a narrativa era capaz de impressionar o público leitor, e o próprio Horace pontua: “Tudo aí [na narrativa da obra] aponta diretamente para a catástrofe. A atenção do leitor não descansa nunca. (...) O medo, o principal agente desse autor, evita que a história se esvaneça em qualquer momento (...).”(ibidem, p.15).”

193 O presente trabalho é um desmembramento de uma pesquisa de iniciação científica vinculada ao PROVIC, e que ainda não se encerrou. As análises aqui presentes não representam o conteúdo final da investigação, apenas o atual estado em que ela se encontra.

194 Para maiores aprofundamentos sobre a formação e as transformações da literatura gótica, ler a tese de doutorado de Lainister de Oliveira Esteves, **Literatura nas Sombras: usos do horror na ficção brasileira do séc.XIX**, 2014.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A partir da consideração do efeito final causado no leitor – nesse caso, o medo – como fator fundamental da narrativa, a obra inaugurou uma tradição crítica que não afastará as análises das definições do horror dos efeitos causados no leitor.¹⁹⁵

Nessa mesma esteira podemos pensar as considerações de um dos grandes nomes do horror, Edgar Allan Poe, acerca dessa relação entre a narrativa e o medo. Em seu conhecido ensaio publicado em 1846, *The Philosophy of Composition*, Poe descreve os princípios da construção de seus textos, para ele, a primeira coisa a se fazer antes de iniciar a escrita, seria, inevitavelmente, pensar no efeito final a ser causado no leitor:

Eu prefiro começar com a consideração de um efeito. Mantendo sempre a originalidade em vista, pois é falso a si mesmo quem se arrisca a dispensar uma fonte de interesse tão evidente e tão facilmente alcançável, [...] (Poe, 1987, p. 110).

Tendo isso em mente, as obras de Poe estariam em conchavo com o efeito de medo, e para que ele conseguisse alcançar esse objetivo, optou pela escrita em primeira pessoa. Em termos práticos, podemos encontrar nas narrativas dos contos uma visão não apenas do entorno da personagem, mas sua própria percepção desse entorno, unida de seus pensamentos, sensações, questionamentos, etc. Esse narrador é conhecido como “narrador não confiável”, justamente por serem percepções de um ponto de vista único, e que, muitas vezes, são destituídas de razão ou explicações racionais: a dúvida nesse caso, é um elemento importante a se levar em consideração.

Essa dúvida gerada na narrativa é bastante similar a definição de fantástico que Tzvetan Todorov faz:

O fantástico ocorre nessa incerteza; ao escolher uma ou outra resposta, deixa-se o fantástico para se entrar num gênero vizinho, o estranho ou o maravilhoso. O fantástico é a hesitação experimentada por um ser que só conhece as leis naturais, face a um acontecimento aparentemente sobrenatural. (Todorov, 2017, p.31).

Outro autor digno de nota é Howard Philips Lovecraft, que além de produzir uma literatura que se utilizaria dos moldes anteriormente descritos, estaria em consonância com as ideias de Poe no que tange a importância do efeito final. Em seu ensaio *Supernatural Horror in Literature* (1939), discutiu a formação e consolidação do gênero, além de defender a estética da ficção do horror centrada na recepção. (FRANÇA, 2018). Apontou que a “emoção mais forte e antiga do homem é o medo”, ou seja, para que Lovecraft alcance o efeito final, compreende que deva existir uma predisposição do leitor: este deveria ter capacidade imaginativa, assim como em se afastar dos corriqueiros acontecimentos do dia a dia. Vejamos o que FRANÇA conclui a respeito do assunto:

Na perspectiva de Lovecraft, o critério final de autenticidade de uma obra de horror não é o enredo, mas o tipo de sensação que ela é capaz de produzir. [...] O teste definitivo para o caráter sobrenatural de uma narrativa é avaliar se ela provoca ou não no leitor uma sensação profunda de pavor diante do

195 O trabalho não pretende se demorar nas discussões do tema, muito menos apresentar com afinco essa tradição crítica acerca dos efeitos literários e a interpretação do leitor. Para uma análise mais completa, ler a tese de doutorado de Daniel Iturvides Dutra, **O horror sobrenatural de HP Lovecraft: teoria e praxe estética do horror cósmico**, 2015.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

contato com aquilo que é desconhecido (cf. *ibidem*, p. 16), entendimento que corrobora os de Walpole e de Allan Poe. (França, 2018)

Por fim, tendo em mente os pontos de vista apresentados, podemos pensar em alguns elementos essenciais para a definição do gênero horror: a narração em primeira pessoa, o narrador não confiável, a percepção dos entornos, pensamentos das personagens, a dúvida como aspecto fundamental para o enfrentamento do fantástico. Dessa forma, os contos machadianos puderam ser enquadrados no gênero do horror, mas nos resta entender de que maneira esse gênero se constituiu na escrita de Machado de Assis.



2. Periódicos do séc. XIX e o horror machadiano

O Rio de Janeiro do final do séc. XIX sofreu grandes modificações estruturais e sociais, tanto no que diz respeito as reformas urbanas, quanto também na modernização da imprensa, o que acarretou na criação de periódicos que impactaram e marcaram a história política e cultural da nação. (ASPERTI, 2006). Tal desenvolvimento só é perceptível a partir de 1880, tendo como exemplo o surgimento da *Gazeta de Notícias* (1875), *Gazeta da Tarde* (1880), *O País* (1884) e *A Notícia* (1884). A criação desses periódicos pode ser explicada pelo grande crescimento da população do Rio de Janeiro, mas também pela relação íntima que diversos literatos tiveram com esses mesmos periódicos.

A partir desse desenvolvimento, os periódicos se tornaram a principal fonte de renda dos escritores do período. Seu trabalho jornalístico, acompanhado da publicação de contos para um grupo ainda muito diminuto de pessoas – que buscavam nos periódicos por literatura amena, crônicas e piadas – foi o que deu sustentação para a popularização da literatura em território nacional. Dito isso, os periódicos e a literatura não podem ser vistos de maneira separada, um não exclui o outro, mas ambos estiveram unidos para que o desenvolvimento dos jornais cariocas fosse possível, bem como da popularização de grandes nomes da literatura.¹⁹⁶ A partir dessa contextualização breve, podemos adentrar no caráter macabro dos contos publicados por Machado de Assis, tando no *Jornal das Famílias*, quanto na *Gazeta de Notícias*.

O *Jornal das Famílias* foi um periódico do Rio de Janeiro fundado no ano de 1863, para substituir a Revista Popular, a assinatura garantiria ao leitor no fim de um ano, um elegante volume de 384 páginas de literatura amena, algumas ilustrações, muitas gravuras sobre aço, desenhos à aquarela coloridos, ditos de trabalhos de crochê, lã e bordados; moldes de enfeites para senhoras, figurinos e peças de música inéditas, etc. O público-alvo era o feminino, o qual se interessava pela literatura amena por ser uma forma leve de passar o tempo. Machado de Assis publicou uma boa quantidade de seus contos nesse periódico, sendo o primeiro deles “Frei Simão”, em junho de 1864.

196 A título de curiosidade, Coelho Neto, Raul Pompeia, Eça de Queirós, Ramalho Urtigão, Olavo Bilac e o próprio Machado de Assis, foram alguns dos diversos escritores que publicaram nesses periódicos do final do séc. XIX.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Já no que tange o horror, o conto selecionado para análise é “A Vida Eterna”, publicado em 1870 sob pseudônimo de Camillo da Annuniação. A história inicia com o Dr. Camillo no fim de um jantar em sua casa, acompanhado de seu amigo Dr. Vaz, o qual não vira durante vários anos. Depois de comerem, foram para a sala de estar, onde sentaram em cadeiras de espaldar e falaram de “ cousas passadas, como dous velhos para quem já não tem futuro a grammatica da vida.” A conversa foi morrendo aos poucos, e Dr. Camillo assume que logo entraria em estado de sono completo, se não fosse interrompido por fortes batidas na porta. Aqui é interessante nos atentarmos ao parágrafo que dá início a narrativa: “É opinião unanime que não ha estado comparavel áquelle que nem é somno nem vigilia, quando desafogado o espirito de afflicções, procura algum repouso ás lides da existência”. Logo no princípio é explícito para o leitor atento que o narrado é duvidoso, pois a trama dos acontecimentos só irão se desenrolar a partir desse estado entre o sono e a vigília. Aqui é importante retomar o elemento que concerne a predisposição do leitor em sua própria imaginação: como o público leitor não estaria preocupado em consumir a história ao mesmo tempo em que presta atenção na construção da narrativa, é quase certo que a história seria dada como uma total verdade dos acontecimentos, ou seja, o efeito de tensão estaria presente em todo o decorrer da narrativa.

Esse mesmo recurso é utilizado por Edgar Allan Poe em seu conto “Some Words with a Mummy”, de 1845, em que o narrador é levado ao sono, mas é imediatamente desperto por batidas na porta:

Having thus concluded a frugal meal, and donned my night-cap, with the serene hope of enjoying it till noon the next day, I placed my head upon the pillow, and, through the aid of a capital conscience, fell into a profound slumber forthwith. But when were the hopes of humanity fulfilled? I could not have completed my third snore when there came a furious ringing at the street-door bell, and then an impatient thumping at the knocker, which awakened me at once.

Essa similaridade não pode ser descartada, já que o próprio Machado de Assis foi um dos primeiros a traduzir o famoso poema de Poe “O Corvo”. Isso nos faz ter certeza do conhecimento de Machado sobre a literatura gótica e também da obra do literato estadunidense. De volta a história, o Dr. Camillo levanta e atende a porta, e quando a abre, o sujeito que estava a espera entra sem dizer uma só palavra, senta em uma cadeira e tira o chapéu. Nele começa a tocar com os dedos uma “cousa que eu não pude saber o que era, mas que devia ser alguma symphonia de doudos, porque o homem parecia vir direitinho da praia vermelha.”¹⁹⁷ A partir dessa súbita mudança de acontecimentos, o narrador fica receoso em mandar o homem embora, e se questiona sobre o motivo de seus escravos deixarem tal desconhecido entrar. O homem revela que seu nome é Tobias e que provavelmente morrerá amanhã, busca, portanto, um esposo para sua filha, uma moça jovem e bonita chamada Eusebia. Dr. Camillo fica sem reação, mas quando tenta recusar, dizendo possuir idade avançada, Tobias coloca uma arma na mesa e o ameaça de morte se não for agora mesmo se casar. Sem conseguir acordar o

197 Primeiro hospital psiquiátrico do Brasil, o hospício Pedro II inaugurado em 1852 no Rio de Janeiro, na região da praia vermelha.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

seu amigo Dr. Vaz, muito menos encontrar um de seus escravos ou um policial na rua, Dr. Camillo se veste e é levado imediatamente para o carro que os aguarda.

Demoraram até finalmente chegar em seu destino final, Dr. Camillo descreve que a casa era “um verdadeiro palácio; a entrada era ornada de columnas de ordem dorica, o vestibulo calçado de mármore branco e preto.” Note que Machado se utiliza de um elemento clássico da literatura gótica, um casarão grande com arquitetura antiga. Quando chega até o salão, Dr. Camillo fica sem palavras com tamanha luxuosidade do lugar, e percebe que os poucos convidados eram tão velhos quanto o mordomo e o laçaio, assim como ele próprio e Tobias. Note que desde o momento em que o Dr. foi obrigado a sair de sua casa, pouco fez para resistir. Caminha, portanto, sempre ao desconhecido, – o casamento – o que é bastante estranho para o leitor, mesmo que o narrador pareça ter esquecido o quão absurda é a situação. Essa mesma característica também pode ser encontrada nos contos de Poe, lembremos de “O barril de Amontillado”, em que o narrador admite buscar vingança contra Fortunato, e a própria vítima não parece incomodada de ser levada as catacumbas escuras do palácio, mesmo que tenha oportunidades de escapar do fim que lhe aguarda.

Dessa forma, Dr. Camillo é encaminhado até a Igreja que fica atrás do casarão de Tobias, e encontra pela primeira vez Eusebia, a moça jovem que será sua esposa. Aqui o mais inesperado acontece: a moça parece compartilhar dos mesmos sentimentos do seu noivo, que ficou perdidamente apaixonado por ela. Depois do casamento, são levados até seus aposentos, e logo a moça se desestabiliza e começa a chorar: revela finalmente o motivo por trás do casamento. Seu pai, Tobias, descobriu no Egito uma profecia que faria possível alcançar a vida eterna. Para isso, todo ano no dia de S. Bartolomeu, Tobias e a organização secreta deveriam ceiar um velho com mais de sessenta anos, encerrando a noite com vinho. O protagonista é desmembrado e comido pelos canibais, mas logo descobre que tudo não passava de um sonho, e que ainda estava em sua casa. Para encerrar a história, Machado assina com o nome do narrador, dando verossimilhança a narrativa.

Justamente por seguir os moldes literários buscados pelo Jornal das Famílias (uma literatura amena, para o entretenimento das famílias), os contos de Machado sempre se revelam como sendo uma história não completamente confiável. Em “A Vida Eterna”, era um sonho, já em “Um Esqueleto”, publicado em 1875, a história fora inventada por um dos rapazes que conversavam sobre arte e literatura. A partir dessas observações, o horror vinculado a literatura amena, como coloca ESTEVES, “obedece a um certo princípio apaziguador, expresso na figura de um narrador declaradamente jocoso que ressalta a dimensão artificial como fundamento: um narrador francamente embusteiro se transforma em referência e garantia de amenidade.” (2017, p.80) O horror, em todo caso, é amenizado pela certeza de que o fim derradeiro ou a história bizarra não serão verdadeiramente alcançados, já que as histórias carregam diversas pistas sobre a falta de veracidade na narrativa.

Mas esse cenário de amenidade muda quando analisamos “A Causa Secreta”, conto publicado em 1º de agosto de 1885 na Gazeta de Notícias. O periódico tinha como objetivo oferecer aos leitores “[...] um folhetim de atualidade. Artes, literatura, teatros, modas, acontecimentos notáveis, de tudo a Gazeta de Notícias se propõe trazer

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

ao corrente os seus leitores.”¹⁹⁸ Era um periódico “barato, popular, liberal, vendido a quarenta réis o exemplar” (SODRÉ, 1966, p. 257), e ao contrário do *Jornal das Famílias*, era um veículo de comunicação voltado a um público mais amplo, e que permitiu elementos literários (nesse caso o do horror) que não estivessem presos a amenidade. A história inicia com Garcia, Fortunato e Maria Luiza em uma sala, todos sem dizer uma única palavra. O que chama atenção no começo da história é o clima de tensão entre as personagens, e também a revelação de que algo muito grave tinha acabado de acontecer.¹⁹⁹

A partir disso nos é mostrado como Garcia conheceu Fortunato – este sempre se mostrando ter a habilidade de desvendar os homens, era analítico e buscava compreender os “segredos de um organismo.” Fortunato revela para Garcia que estava casado e lhe convida para um jantar, chegando lá, Garcia conhece Maria Luiza (pela qual adquire afeição, mas que mantém em silêncio, para que não houvesse “entre ele e Fortunato outro laço que o da amizade.”). Deste jantar, os dois decidem abrir uma casa de saúde, o que foi feito com bastante velocidade. O que não esperavam era que Fortunato começasse a apresentar estranhíssimos gostos por experiências médicas em animais vivos, estudava sua anatomia, matava e envenenava cães e gatos. Mesmo que tivesse parado de fazer os experimentos em casa, Garcia se deparou com uma cena horrível quando foi visitar o casal: Maria Luiza chorava e Garcia corre para ver o que de tão grave acontecera. Sentado em sua mesa, Fortunato segurava o rato amarrado por um barbante, enquanto na outra mão carregava uma tesoura, que usou para cortar as patas do animal enquanto ainda estava vivo. Vale notar, que mesmo Garcia tendo estendido a mão para impedir que aquilo continuasse, não conseguiu porque “o diabo do homem impunha medo, com toda aquela serenidade radiosa da *physionomia*.” Esse é o mesmo artifício literário já visto anteriormente: não importa aquilo que pense em fazer, muitas vezes a personagem acaba sendo levada para o desconhecido, e nesse caso, Garcia continuou na presença de Fortunato, descobrindo, por fim, seu segredo: “castiga sem raiva, pensou o medico, pela necessidade de achar uma sensação de prazer, que só a dor alheia lhe pôde dar [...]” A história acaba quando Maria Luiza morre, e Garcia, entristecido, se despede do defunto dando-lhe um beijo, que logo em seguida rebenta em lágrimas, tudo isso enquanto Fortunato observava escondido, e “saboreou tranquilo essa explosão de *dôr moral*, que foi longa, muito longa, deliciosamente longa.”

A partir das discussões e análises feitas nesse trabalho, podemos compreender como o gótico e o horror se fizeram presentes nas histórias de Machado de Assis. Mesmo tendo recebido diversas influências da literatura provinda de Edgar Allan Poe, Machado foi bastante competente em trabalhar o gênero dialogando com temas concernentes ao Brasil do séc. XIX. Podemos encontrar nas histórias não apenas o horror, como se descolado da realidade em que vivia Machado de Assis, mas

198 *Gazeta de Notícias*, prospecto inaugural de 2 ago. 1875.

199 Esse tipo de estrutura narrativa, em que se confirma a tragédia no início da história é bastante comum em diversas outras histórias que abarcam o gênero. O próprio Poe se utilizou dessa estrutura, assim como H.P. Lovecraft.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

estruturado, nesse caso, a partir das pautas, contextos e cenários do Rio de Janeiro e do Brasil dessa mesma realidade (os escravos do Dr. Camillo, o hospital psiquiátrico Pedro II, Catumbi, algumas esparças relações de dependência entre Tobias e sua filha, etc). Reitero, portanto, que esse trabalho não tem pretensão em dar conta de todas as demandas ou problemas que surgem quando investigamos o gênero literário. Além disso, abordar os diferentes aspectos da literatura dos autores e intelectuais brasileiros, é abrir um leque de novas possibilidades de análise e questionamentos, mesmo que já tenham sido amplamente pesquisados — como é o caso de Machado de Assis.



Referências

- ASPERTI, Clara Miguel. **A vida carioca nos jornais: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. Contemporânea** (Título não-corrente), v. 4, n. 2, p. 45-55, 2006.
- ASSIS, Machado de. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008.
- ASSIS, Machado de. A Vida Eterna. **Jornal das Famílias**, Rio de Janeiro, Ano VIII, número 1, p.5-18, janeiro, 1870.
- ASSIS, Machado de. A Causa Secreta. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, Ano XI, número 213, p.1-2, agosto, 1885.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira: vols. 1 e 2**. 9. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000
- DUTRA, Daniel Iturvides. **O horror sobrenatural de HP Lovecraft: teoria e praxe estética do horror cósmico**. 2015.
- ESTEVES, Lainister de Oliveira. **Literatura nas Sombras: usos do horror na ficção brasileira do séc.XIX**. 2014. 250 f. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- ESTEVES, Lainister de Oliveira. **O horror ameno: contos de Machado de Assis no Jornal das Famílias**. Todas as Musas. São Paulo, número 1, p.84-91, Jul- Dez, 2017.
- FRANÇA, Julio. **O horror na ficção literária; reflexão sobre o ‘horrível’ como uma categoria estética**. In: _____. **Anais do XI Congresso Internacional da Abralic**. São Paulo. 2008.
- MENON, Maurício. **Percepções da história e da crítica literária acerca dos desdobramentos do Gótico na literatura brasileira do século XIX e o despontar do século XX**. SOLETRAS, n. 27, p. 62-79, 2014.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966
- TODOROV, Tzvetan; CASTELLO, Maria Clara Correa. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo: Perspectiva, 2010.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

**AS VOZES E ESFERAS OCULTAS DOS MIGRANTES MINEIROS NO NORTE DO
PARANÁ: ANÁLISE DE FONTES ORAIS SOB A PERSPECTIVA DE PAUL
THOMPSON**



GONÇALVES, Isabelle Muraro¹; LAVERDI, Robson²

*¹Mestranda em História pelo Programa de Pós-graduação em História da
Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG);*

*²Orientador da pesquisa pelo núcleo “Memória, Cultura e Natureza” do Programa de
Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense-UFF.*

A partir da compreensão de Paul Thompson sobre temas que, pela História oral, são evidenciados, se analisará como dois deles - vozes ocultas e esferas ocultas - estão se revelando na pesquisa “A constituição da memória social da migração mineira em Siqueira Campos/PR: por outras memórias e histórias”, seja pelo interesse em sujeitos desprivilegiados pela historiografia, como também pela atenção a esferas da vida comum desses sujeitos, ambos destoantes de uma memória pública sobre mineiros conquistadores. Para isso se analisará 5 (cinco) entrevistas produzidas com migrantes mineiros de Siqueira Campos-PR, Quatiguá-PR e Tomazina-PR.

1. Apresentação: memória pública e a pesquisa sobre a migração mineira em Siqueira Campos/PR

Ao analisar as propostas e desafios da história oral na contemporaneidade, Paul Thompson enfatiza quatro temas que evidenciam a força e as potencialidades das pesquisas que envolvem tal metodologia (THOMPSON, 2009). São eles: “vozes ocultas, esferas ocultas, tradições orais e conexões através das vidas” (THOMPSON, 2009, p. 16). A partir dessa percepção do historiador, pretende-se fazer um diálogo entre dois destes aspectos com as fontes produzidas na pesquisa, ainda em curso, para desenvolvimento da dissertação intitulada “A constituição da memória social da migração mineira em Siqueira Campos/PR: por outras memórias e histórias”, a saber: vozes e esferas ocultas.

Para possibilitar tal investigação, antes, é necessário expor que tal trabalho visa conhecer a história da migração mineira à Siqueira Campos-PR e cidades circunvizinhas sob a ótica de quem participou do processo, valendo-se das experiências dos sujeitos para dialogar com a historiografia sobre a ocupação do Norte do Paraná na segunda metade do século XX. Para tanto, investiga-se a existência de uma memória pública sobre a migração mineira, historiando-se com outros sujeitos, a fim de se conhecerem relações com o espaço e as pessoas, bem como tensões. Pretende-se analisar a reconstrução da identidade mineira no novo espaço ocupado, para, enfim, inscrever outras memórias e histórias ao processo social de povoamento e formação social de Siqueira Campos.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Referida pesquisa se desenvolve no âmbito do núcleo de pesquisa “Memória, Cultura e Natureza” do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e dialoga com ele na medida em que almeja interpretar narrativas orais de migrantes mineiros e nelas identificar aspectos comuns de formação de sentidos, de identidade e de relação desses sujeitos com o ambiente que foi deixado e para o qual migraram.

Pretende-se contribuir com o campo historiográfico da História local, particularmente de um recorte da microrregião de Wenceslau Braz/PR²⁰⁰ do Norte Pioneiro²⁰¹ paranaense, incorporando à historiografia outras histórias sobre o processo de ocupação da região por migrantes.

À sociedade, por sua vez, aspira-se colaborar duplamente: inserindo-a de fato na pesquisa acadêmica, enquanto sujeitos que experienciaram a migração, pela utilização da História oral como metodologia, mas também indiretamente, permitindo que a sociedade tenha acesso a essas múltiplas histórias sobre a migração mineira no Norte do Paraná.

Como mencionado, vale-se da história oral como método. A partir dela, realizaram-se, até o momento, 19 (dezenove entrevistas). Dos entrevistados, os primeiros foram pessoas que, em algum momento anterior, haviam mencionado sua origem e então se tornaram selecionados, sendo que os demais foram sendo indicados pelos próprios entrevistados à medida que a pesquisa se desenvolvia.

As entrevistas estão sendo gravadas em vídeo MP4 e pautam-se, a princípio, num roteiro semidiretivo com questões de identificação, sociais, familiares e culturais, às quais o entrevistado é livre para responder, ou não, conforme desejar.

Para sua realização, levou-se em conta pressupostos éticos próprios da pesquisa com seres humanos, sobretudo num período de pandemia de Covid-19. Nesse sentido, o projeto de pesquisa foi submetido ao Conselho de Ética da Universidade Estadual de Ponta Grossa através da Plataforma Brasil, contendo cuidados relacionados tanto à participação, identificação, confidencialidade, conteúdo da pesquisa e, principalmente, à segurança com a saúde dos entrevistados e da pesquisadora em função da pandemia de Covid-19. Para tanto, houve a elaboração de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e de um Termo de Cessão de Direitos Autorais e Autorização de Incorporação ao Acervo.

A justificativa do recorte espacial da pesquisa relaciona-se à existência de uma memória pública sobre a migração mineira no município de Siqueira Campos, outrora *Colônia Mineira*, que o tornou o centro sob o qual gravita a pesquisa, envolvendo, no entanto, mais duas cidades: Tomazina-PR e Quatiguá-PR. Isso porque, para se descortinar essa memória pública sobre um único município, entendeu-se necessário ouvir mineiros de locais que, em alguma medida, se relacionaram a este espaço. Tomazina-PR, por igualmente possuir uma memória pública, além de ter sido o município ao qual Siqueira Campos pertenceu até sua emancipação na primeira década do século XX. Quatiguá-PR, ganhou relevo na medida em que os entrevistados a

²⁰⁰ Abrange os Municípios de Carlópolis, Guapirama, Joaquim Távora, Quatiguá, Salto do Itararé, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.

²⁰¹ Uma das dez mesorregiões geográficas do Paraná segundo o IBGE e de acordo com a Lei Estadual n.º 15.825/08.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

relacionavam nas suas narrativas, seja com lembranças de seu espaço, seja como ponto de destino, em seguida deslocado para Siqueira Campos, além de ser um local que se destacou pela quantidade de mineiros.

Diante disso, para se conhecer a migração mineira em Siqueira Campos e no que ela supostamente se diferenciaria dos demais locais a que mineiros se dirigiram no contexto sob análise, mostrou-se essencial incluir narrativas que se orbitassem esse centro.

Antes, no entanto, importa falar sobre a memória pública, como sendo aquela que transparece “[...] os sentidos do passado dominantes nos locais de acesso público, como testemunhas da vontade [de] ‘imortalizar’ determinadas versões do passado, intenção esta constituída por sujeitos históricos concretos” (LANGARO, 2006, p. 40). Nesse sentido, há um propósito na difusão de uma versão única sobre um passado essencialmente mineiro que é sintomático de uma manifestação de poder, na medida em que silencia outros sujeitos com diferentes significações sobre o passado. Langaro (2006), entende que as obras historiográficas e memorialísticas, são, tanto quanto os lugares (praças, monumentos, casas, museus), lugares de memória, tal como preconizou Pierre Nora, para quem estes “nascem e vivem do sentimento de que não há mais memória espontânea, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (1993, p.13).

A produção bibliográfica sobre o povoamento do Norte Pioneiro no Paraná, de forma geral, trata sobre a urbanização e a ocupação desse espaço, situando-as no contexto do povoamento do Estado do Paraná e dos deslocamentos populacionais do Brasil, dentro da perspectiva econômico-produtiva do século XIX, com destaque para a chegada de imigrantes europeus. Mais precisamente com relação à microrregião de Wenceslau Braz/PR²⁰², há informações sobre o processo de colonização contidas em produções, como por exemplo, em Wachowicz, em Norte Velho, Norte Pioneiro e História do Paraná: do século XVI à década de 1950, de Lucinéia C. Stecca e Mariléia D. Flores.

Contudo, nem toda história do Norte Pioneiro ou dos municípios que compõem a microrregião de Wenceslau Braz encontra-se tão sistematizada quanto a de Siqueira Campos, com uma memória pública ainda mais elaborada pelo trabalho do siqueirense Joaquim Vicente de Souza, autor de duas obras: Norte Pioneiro Norte Velho: Siqueira Campos no cenário do norte do Paraná [SOUZA, 2007] e Minha Terra & Minha Gente: história do Município de Colônia Mineira e de Siqueira Campos [SOUZA, 1988], que pretende dar conta de um passado “essencialmente” realizado por migrantes mineiros desbravadores.

2. Vozes e esferas ocultas sobre a migração mineira no Norte do Paraná.

As “vozes ocultas” dizem respeito ao interesse que a História oral teria por sujeitos que compõem segmentos marginalizados na sociedade. Neste aspecto, é importante a advertência feita por Alberti (2010), para quem não é correto pensar na

²⁰² Abrange os Municípios de Carlópolis, Guapirama, Joaquim Távora, Quatiguá, Salto do Itararé, Santana do Itararé, São José da Boa Vista, Siqueira Campos, Tomazina e Wenceslau Braz.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

História oral como sendo mais democrática do que outras metodologias por supostamente dar atenção aos “de baixo”, devendo-se entendê-la como uma metodologia que permite o “registro e o estudo da experiência de um número cada vez maior de grupos, e não apenas dos que se situam em uma posição ou outra na escala social” (ALBERTI, 2010, p. 159). Assim, não se pode compreender a História oral como um instrumento para “dar voz” aos oprimidos, pois isso reforçaria um caráter de diferenciação social (ALBERTI, 2010). No entanto, é possível reconhecer que, através da História oral, “vozes ocultas”, outrora consideradas menos importantes na historiografia, ganham relevo. Ao admitir a História oral como metodologia que se interessa por essas vozes, Thompson descreve:

De fato, todo homem e toda mulher têm uma história de vida para contar que é de interesse histórico e social, e muito podemos compreender a partir dos poderosos e privilegiados – proprietários de terra, advogados, padres, empresários, banqueiros, etc.

Mas a história oral tem um poder único de nos dar acesso às experiências daqueles que vivem às margens do poder, e cujas vozes estão ocultas porque suas vidas são muito menos prováveis de serem documentadas nos arquivos. (2009, p. 9-10)

No caso da pesquisa, se de um lado há uma memória pública sobre migrantes mineiros fundadores, colonizadores e conquistadores do espaço do Norte Velho paranaense no século XIX, consagrando uma posição de suposto prestígio em tom ufanista, por outro, há um silêncio sobre outros migrantes mineiros que, na segunda metade do século XX partiram da área rural de Minas Gerais com o mesmo destino e em busca de melhores oportunidades de vida também na área rural, cujos objetivos transitam entre a conquista da terra ou a possibilidade de ampliar a área produtiva que possuíam em Minas Gerais.

As entrevistas expõem a precariedade que marcava o trabalho rural na metade do século XX no Brasil, já que os entrevistados, de forma geral, fazem parte de uma população rural menos privilegiada naquele contexto, cujas relações econômicas com a terra se traduziam em arrendamento, parceria e meação. A Sra. Edinir Garagnani (2021), 83 (oitenta e três) anos, migrante de Andradas-MG aos 9 (nove), relata essa relação de trabalho, que lembra como sendo desfavorável à sua família: “Toda vida foi camarada, meeiro, toda vida meu pai trabalhou de meeiro. Era bom [em Minas Gerais], mas tudo à meia, sabe? Era tudo meeiro, tudo eles [os proprietários] queriam”. Ela também dá destaque para a conquista da propriedade: “ele [o pai] tinha vontade de ter a moradia dele mesmo, ele tava cansado já de trabalhar assim de meeiro, né?” É como conta que o pai conseguiu comprar 6 alqueires de terra.

O Senhor Luis Toniette (2021), 82 (oitenta e dois) anos, saiu da cidade de Andradas-MG com 2 (dois) anos de idade, com pais e irmãos e, até chegar em Quatiguá-PR aos dezesseis anos, passou por Alta Mongiana-SP, Jales-SP e Veracruz-SP, itinerância que para ele se justifica pela busca dos pais por uma melhor condição de vida aos filhos. Na sua fala, menciona o trabalho em parceria e a conquista da terra própria como resultado desse trabalho:

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Ah, os pais sempre procuravam o melhor pros filhos, pra criar a família, né? Então, de Minas já fomo lá pro Mongiana lá onde nós [...] onde eu falei, depois viemos aqui pra Veracruz tocar café de colono, toquemos café 3 anos na fazenda, depois mudemos na outra fazenda tocar café a 40%, aonde que o pai fez um dinheirinho que pôde comprar, vim e comprar sítio aqui. Aí nós compremos o sítio aqui e aí acabamos a colheita e aí viemos pra cá, aí viemos de mudança pra cá e tamo aqui até hoje, graças a Deus. Lá [em Andradas-MG] nós lutava com café, tinha uma rendinha até mais ou menos no café, é onde que conseguimos comprar aqui [...]. Morar na casa da gente era outra coisa, né? (TONIETTE, 2021).



Tais excertos demonstram vozes ocultas sobre as relações fundiárias, o acesso à terra e as dificuldades do trabalhador rural que não detinha a propriedade da terra, questões presentes no Brasil nas décadas de 1950-1960 sob a visão de quem foi impactado pela precariedade do trabalho no campo e migrou em busca da conquista da propriedade.

Não se pode dizer que tais narrativas deem conta, sozinhas, de representar a categoria de que tratam, mas são *possibilidades* de representação, conforme advertiu Portelli (1996, p. 7).

Isso se dá em razão da carga de subjetividade que constitui as narrativas. Portelli chama atenção para a diferença entre pesquisa social e subjetividade: enquanto aquela diz respeito a grupos humanos, esta se refere ao indivíduo (1996). Isso não é um demérito da História oral: pelas subjetividades é possível captar sentidos comuns sobre o que se pesquisa.

Para Thompson, contudo, a História oral não revela apenas vozes ocultas, mas também esferas da vida, que constituem, para ele:

Os aspectos da vida da maioria das pessoas que raramente são bem representados nos arquivos históricos. Talvez a esfera mais importante de todas seja a das relações familiares, incluindo as diferentes experiências da infância em todos os estratos sociais, dos privilegiados com serviços domésticos até crianças de rua das cidades. (2009, p.10).

Embora ele realize essa divisão entre vozes e esferas, vale dizer que, na prática, vozes ocultas também revelam esferas ocultas, daí que constituem um único emaranhado. É exemplo do sistema entre vozes e esferas as mulheres e suas vivências: uma voz historicamente silenciada que, por isso, manteve em oculto muitas esferas das suas vidas. Isso porque “a memória, forma de relação com o tempo e com o espaço, seria profundamente sexuada, marcada pelo poder das narrativas homogeneizantes e patriarcais” (TEDESCHI, 2015, p. 332). A atenção da História oral para este aspecto é resultado de uma mudança na historiografia, pela qual “essa nova história libertou a ciência histórica de estruturas, métodos e interpretações, pois obrigava a sacudir as velhas práticas rígidas e patriarcais que impediam a incorporação de novos sujeitos na história” (TEDESCHI, 2015, p. 333).

Na memória dos migrantes mineiros há esferas ocultas da vida das mulheres que a História oral é capaz de conhecer, tal como o trabalho que desenvolviam, as oportunidades profissionais e de educação que tiveram, a participação na decisão de migrar, etc. Para Michelle Perrot:

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O “ofício do historiador” é um ofício de homens que escrevem a história no masculino. Os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando anexam novos territórios. Econômica, a história ignora a mulher improdutiva. Social, ela privilegia as classes e negligencia os sexos. Cultural ou “mental”, ela fala do Homem em geral, quanto assexuado quanto a humanidade. Célebres – piedosas ou escandalosas -, as mulheres alimentam as crônicas da “pequena história”, meras coadjuvantes da História. (1988, p.185)



Ainda segundo a autora (1988), essa exclusão da historiografia é sintomática do monopólio masculino do texto e da coisa pública e da exclusão das mulheres do espaço público, no século XIX, na Europa Ocidental, capaz de impor “uma rigorosa separação dos sexos que termina em um enorme fosso [...]” (1988, p. 186). “Assim, o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como os locais exclusivos do poder” (PERROT, 1988, p. 186). A História oral, nesse sentido, constitui-se uma metodologia pela qual “passa-se a dar atenção às narrativas para captar o modo como foram fabricados os “regimes de verdade” que ditaram a história no masculino” (TEDESCHI, 2015, p. 333).

Aspectos como a segregação do feminino, em particular com relação à matriarca, no cuidado com a casa, com os filhos e na alimentação é muito marcante entre os migrantes mineiros entrevistados, como relatou o Sr. Luis Toniette:

Serviço da casa era a mãe que fazia, a mãe ficava às vezes quando era tempo de carpir café, essas coisas a mãe ficava só em casa, então nós ia, menina que podia trabalhar ia tudo pra roça e a mãe ficava cuidando da casa, agora no tempo da colheita a mãe fechava até a casa e ia tudo pra roça colher café, depois que era umas hora ela mandava uma das criança vir, das menina vir fazer janta e coisa e ela ficava e ia embora com nós da roça, desde... e ela sofria barbaridade com dor de cabeça, essas coisas, mas doente, mas tava ali com nós, podia chover, podia tá fazendo frio, o tempo que tivesse, ela tava ali. E as menina quando podia cuidar da casa cuidava, que a gente podia ir pra roça. (2021)

A senhora Tereza Isaura de Lima, 81 (oitenta e um) anos, migrante de Andradadas-MG aos 22 (vinte e dois) anos, esclarece a divisão do trabalho entre integrantes do sexo masculino e feminino da mesma família.

Lá em Minas? Ah, levantava cedo, cuidava de levantar, fazer o café, tomava o café e já ia, os homem já ia pra roça trabalhar e nós ficávamos em casa até o almoço, fazíamos o almoço, arrumava na vasilha e também voltava só de tarde.[...] Ah, depois que nós viemo pra cá não, eu lembro as mulheres só que cuidavam da casa, os homens sempre tinham o servicinho deles de tarde, chegava em casa tinha uma coisa, tinha outra, plantava cebola, alho, essas coisas, até de noite a gente trabalhava tinha dia, as mulher depois que fazia a janta e lavava aquela louça, aí a gente ia ajudar também no terreirão. (2021)

Observa-se a responsabilidade eminentemente feminina com os cuidados com os serviços domésticos e no preparo das refeições. Perrot, ao descrever a dona de casa do

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

espaço urbano no século XIX, tece considerações importantes para se compreender, nas entrevistas, a figura feminina, cuja relevância está atrelada à família. Ainda que se trate de tempos, locais e realidades diversos, é possível traçar semelhanças acentuadas no funcionamento do âmbito doméstico em ambos os casos.



Na sociedade dita tradicional, a família é uma empresa e todos os seus membros concorrem juntos, à medida de cada um, para sua prosperidade. Ainda que exista uma partilha frequentemente muito acentuada dos papéis e tarefas, continua a haver uma certa fluidez nos empregos. Os trabalhos domésticos não são apanágio exclusivo das mulheres, e os homens podem ajudar; por exemplo, a preparação de certos alimentos fica a cargo deles. [...] Por outro lado, o chefe da casa é o homem. O “dono-de-casa” – o termo aparece no século XVI – designa o chefe dessa empresa que é o espaço doméstico. (PERROT, 1988, p. 189)

Outro aspecto a se ressaltar é o presentismo que se apresenta nas narrativas dos entrevistados, não somente, mas sobretudo naqueles que demonstram um tom mais crítico ao lugar que era reservado às mulheres, perspectiva que não é própria do passado, mas do presente. Menezes adverte que “o objeto antigo tem todos os seus significados, usos e funções anteriores drenados e se recicla, aqui e agora, essencialmente, como objeto-portador-de-sentido” (1992, p. 12). Essa perspectiva mais questionadora sobre o feminino na metade do século XX não se construiu no passado, sendo necessário um interstício temporal para que se desenvolvesse. Vale dizer, segundo Menezes:

A memória não dá conta do passado, nas suas múltiplas dimensões e desdobramentos. E não só, é claro, porque sabemos muito mais do que as memórias vivenciadas no passado, mas sobretudo porque o conhecimento exige estranhamento e distanciamento. Somente a História e a consciência histórica podem introduzir a necessária descontinuidade entre passado e presente [...] (1992, p. 12).

O senhor Benedito Aparecido de Freitas, 72 (setenta e dois) anos, migrante aos 14 (quatorze), de Monte Sião-MG, narra como entende, *hoje*, o que era a vida das mulheres:

Olha, aquele tempo lá era difícil pras mulheres, né? Além delas fazer o serviço da casa às vezes tinha que ajudar na roça também. [...] Não, antigamente era... quase que as mulher quase que pouco estudo tinha e ela casava pra ser... até eu vou dizer pra você, não era pra ser... era uma escrava do marido, bem pode dizer, era mais de uma escrava! Porque o serviço da casa ela que fazia tudo, e tinha que ajudar na roça, né, e tinha... e não tinha liberdade pra nada!! (2021)

No mesmo sentido a entrevistada Sra. Leia Goulart de Faria Teixeira, 79 (setenta e nove) anos, migrante de Ouro Fino-MG em 1949, aos 7 (sete) anos e professora aposentada, construiu entendimentos sobre a vida das mulheres que não são apenas memórias do passado, mas versões tecidas gradualmente, relacionadas à sua subjetividade que a levam a, no presente, apresentar uma visão ressentida sobre o que sua mãe deveria ter feito sobre a decisão de migrar:

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Pois é, eu nunca vi a mãe reclamar né. Lógico que pra ela era horrível né, mas ela concordou, não sei se porque a família dela era muito grande, ela tinha os pais né, eles eram em 16 irmãos. Era aquela família, né! Ainda fiquei pensando esses tempos: porque a mãe não bateu o pé? Que não queria vir né? Acho assim que pra minha mãe talvez tivesse sido bem difícil né. Porque, nossa! Ela até antes de morrer até tava pedindo né? Queria mais uma vez, queria ir mais uma vez pra Minas. E não deu, né? Não teve condições de ir. (TEIXEIRA, 2021)



Essa articulação dos entrevistados sobre o que foi o passado é resultado dos significados que, pela sua experiência, pôde atribuir-lhe. Vale dizer: há uma historicidade na interpretação sobre o passado que se revela no ato de narrar, eis que viver e interpretar a vida são coisas distintas, como ressaltou Barbosa (1997). A autora chama atenção para duas questões a serem consideradas pela historiografia: “o reconhecimento da historicidade da percepção [...]”. E “o resgate de dimensões da vida que tiveram suas significações negadas a abandonadas pelas perspectivas racionalistas e objetivistas” (1997, p. 297). Isso amplia o horizonte perceptivo do pesquisador sobre as múltiplas possibilidades: de experiências dos indivíduos imersos em diferentes temporalidades, no social, no cotidiano (BARBOSA, 1997). Para Barbosa (1997, p. 298) isso possibilita “o resgate de vozes diferenciadas”, a saber: para além de um sentido único, estagnado e universalizado do passado.

A História oral é capaz de arejar os *sentidos únicos* da História, na medida em que trabalha com um número ampliado de pessoas que têm a *possibilidade* de falar sobre o objeto da pesquisa enquanto experienciaram o passado em questão: não porque sejam capazes de “revelar” objetivamente esse passado, mas pela narrativa subjetiva, construída histórica e coletivamente, de múltiplas e dinâmicas percepções sobre ele. Nessa fuga de sentidos únicos, *vozes e esferas ocultas* são pela História oral conhecidas.

3. Conclusão

A História oral enquanto metodologia de pesquisa permite que se acesse pessoas e situações a que a historiografia tradicional, via de regra, não dedica interesse, daí que Thompson analisa temas que são por ela evidenciados. Ao trazer essa perspectiva para o âmbito da pesquisa com migrantes mineiros em Siqueira Campos e duas cidades circunvizinhas, de início se constatou que não se trata de uma metodologia mais democrática que outras, mas mais ampliada, por se voltar a um número maior de pessoas que têm a *possibilidade* de, através da sua narrativa, relatar experiências e percepções sobre elementos de interesse da pesquisa.

Verificou-se que vozes ocultas, no caso, diz respeito ao trabalhador rural com um vínculo precário com a terra que, na busca por adquirir sua propriedade, toma a decisão de migrar com sua família. Esse sujeito não se assemelha àquele privilegiado pela memória pública que constitui a memória da migração mineira em Siqueira Campos-PR, realizada por heróis desbravadores de terras.

Por esferas ocultas, poderiam ser destacados vários aspectos da vida cotidiana do migrante mineiro, como o trabalho rural, o trabalho doméstico, as relações familiares, a educação, os lugares, as sociabilidades, etc., porém se deu atenção à vida das mulheres migrantes que, no espaço rural, tanto mineiro quanto paranaense, tinham uma rotina de trabalho intensa que associava serviços domésticos com o trabalho na

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

lavoura, além da responsabilidade relegada à ela de forma quase exclusiva pelo cuidado com a família, bem como à dificuldade relativa à escolarização.

Analisou-se, dentro desses vieses, como a narrativa se mostra dinâmica, construída entre presente e passado e carregada de subjetividades. Por meio dessa análise espera-se ter reforçado a percepção de Thompson quanto às possibilidades desencadeadas pela História oral e como foi por ela que essas vozes e esferas ocultas foram evidenciadas no bojo da pesquisa.



Referências

ALBERTI, Verena. *Histórias dentro da história*. In: PINSKY, Carla Bassanezi [org.]. *Fontes históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2010. P. 155-202.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação*. Revista Brasileira de História, v. 17, n. 33, p. 293-305, 1997.

Disponível em:

<https://1drv.ms/b/s!ArbwoQjLPHNlhYogOuJgOmdNhIPZSQ?e=pgHvaP>. Acesso em: 26. Ago. 2021.

FREITAS, Benedito Aparecido de. Entrevista concedida a Isabelle Muraro Gonçalves para o projeto “A constituição da memória social da migração mineira em Siqueira Campos/PR: por outras memórias e histórias”. Tomazina-PR, 05/08/2021, vídeo MP4 63min24s.

GARAGNANI, Edinir. Entrevista concedida a Isabelle Muraro Gonçalves para o projeto “A constituição da memória social da migração mineira em Siqueira Campos/PR: por outras memórias e histórias”. Salto do Itararé-PR, 18/07/2021, vídeo MP4 43min7s.

LANGARO, Jiani Fernando. *Para além de pioneiros e forasteiros: outras histórias do oeste do Paraná*. 2006. 280 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) -

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006. Disponível em:

<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/16539/1/JFLangaro1DISSPRT.pdf>.

Acesso em: 26. Ago. 2021.

LIMA, Tereza Isaura de. Entrevista concedida a Isabelle Muraro Gonçalves para o projeto “A constituição da memória social da migração mineira em Siqueira Campos/PR: por outras memórias e histórias”. Quatiguá-PR, 25/07/2021, vídeo MP4 99min22s.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 34, p. 9-23, 1992. Disponível em:

<https://1drv.ms/b/s!ArbwoQjLPHNlhPwNS7Cex5QNjQ7wLQ>. Acesso em: 25. Ago. 2021.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

NORA, Pierre. *Entre a memória e a História: a problemática dos lugares*. In: Projeto História. São Paulo, nº 10, pp. 59-72, 1993. Disponível em:

<file:///C:/Users/Isabelle/Downloads/12101-Texto%20do%20artigo-29004-1-10-20121015.PDF>. Acesso em: 26. Ago. 2021.



PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PORTELLI, Alessandro. *A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais*. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF. Rio de Janeiro: UFF, v.1, n.2, 1996, p.59-72. Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!ArbwoQjLPHNlhYop3p18JCCcRRFB9A?e=7tOfHQ>. Acesso em: 25. Ago. 2021.

SOUZA, Joaquim Vicente de. *Minha Terra & Minha Gente. História do Município da Colônia Mineira e de Siqueira Campos*. Curitiba: SEEC, 1988.

SOUZA, Joaquim Vicente de. *Norte Pioneiro Norte Velho: Siqueira Campos no cenário do norte do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.

STECA, Lucineia Cunha; FLORES, Marileia Dias. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: Ed. UEL, 2002.

TEDESCHI, Losandro Antonio. *Os lugares da História oral e da Memória nos Estudos de Gênero*. In: Relações de gênero, história, Educação e Epistemologias feministas: O Centro-Oeste em debate jul/dez. 2015. OPSIS, 15(2), p. 330–343. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/view/33931>. Acesso em: 26. Ago. 2021.

TEIXEIRA, Leia Goulart de Faria. *Entrevista concedida a Isabelle Muraro Gonçalves para o projeto “A constituição da memória social da migração mineira em Siqueira Campos/PR: por outras memórias e histórias”*. Tomazina-PR, 12/08/2021, vídeo MP4 46m50s.

THOMPSON, Paul. *História oral e contemporaneidade*. História Oral, 5. 2009. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/47>. Acesso em: 04. Jul. 2021.

TONIETE, Luis. *Entrevista concedida a Isabelle Muraro Gonçalves para o projeto “A constituição da memória social da migração mineira em Siqueira Campos/PR: por outras memórias e histórias”*. Quatiguá-PR, 17/06/2021, vídeo MP4 48min31s.

WACHOWICZ, R.C. *História do Paraná*. 7. Ed. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1993.

WACHOWICZ, R.C. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1987.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A PECUÁRIA NOS CAMPOS GERAIS: ANÁLISE DA DELIMITAÇÃO ESTABELECIDADA ENTRE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E BEM-ESTAR ANIMAL



Silva, Lauren¹; Carvalho, Alessandra I.²

¹Universidade Estadual de Ponta Grossa; ²Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa

O projeto em desenvolvimento visa compreender a delimitação estabelecida entre desenvolvimento socioeconômico e bem-estar animal na pecuária dos Campos Gerais do Paraná. Para tal, analisará de que forma se estrutura a pecuária na região, perpassando pelo cenário mundial do agronegócio e pelos desafios enfrentados dos produtores rurais. Admite-se que só dessa forma é possível compreender as lutas que circundam o bem-estar de animais não-humanos destinados ao abate e/ou derivados. As legislações a serem discutidas são de 2014 a 2020, incluindo as leis de amparo aos animais já em exercício no estado, bem como o Estatuto dos Animais, relevante projeto em trâmite desde 2015. Posteriormente, os dados obtidos serão contrastados ao modelo ideal de bem-estar animal desenvolvido pelo Índice de Proteção Animal.

1. Histórico regional: os Campos Gerais e a atividade pecuária.

Os Campos Gerais, fitogeograficamente falando, são definidos por campos limpos e galerias abertas, que se contrapõem a outros espaços de áreas de araucárias da floresta ombrófila mista (MAACK, 2001). O solo pobre, raso e arenoso tornam a região imprópria para a agricultura (MELO, MORO & GUIMARÃES, 2014), mas ideal para a criação de animais.

Tais características foram essenciais para o tropeirismo que movimentou a Província do Paraná durante os séculos XVIII e XX. Ainda que muito pobre, a abundância de rios e riachos, o pasto com qualidade nutricional e o relevo suave incluíram a região na rota de tropeiros e seus muares (burros) e gados para abate vindos do Rio Grande do Sul em direção a São Paulo e Minas Gerais (MELO, MORO & GUIMARÃES, 2014).

Apossada pelo imigrante europeu não-ibérico, a paisagem natural deu vez à latifúndios, se tornando sinônimo de acumulação de capital e de poder econômico (ROCHA & WEIRICH NETO, 2014), caracterizada por: a) criação de animais para venda em São Paulo e demais gêneros alimentícios; b) aluguel de internadas para viajantes, cujos animais se exauriam durante o trajeto; e c) compra de animais no Sul para venda no interior de São Paulo.

A pecuária, ao mesmo tempo em que marcou a história regional, também determinou a ocupação do espaço, fazendo surgir os primeiros assentamentos urbanos e núcleos comerciais (ROCHA & WEIRICH NETO, 2014). No entanto, os serviços prestados aos tropeiros acabaram sendo mais lucrativos que as atividades de criação desenvolvidas pelos fazendeiros, o que fragilizou a autossuficiência das propriedades.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Ademais, as grandes extensões de solo exigidas para criação de gado, atreladas à contínua divisão de propriedades por herança, condicionaram o uso intensivo das terras e periodicidade no uso de fogo, esgotando suas características originais. Tal feito fez permanecer hegemônica a dependência econômica da criação extensiva de gado de corte até a década de 1960 (ROCHA & WEIRICH NETO, 2014).

A atividade pecuária, de corte ou leiteira, que esteve entre os fatores preponderante das primeiras ocupações do território paranaense, marcou profundamente a história regional (MELO, MORO & GUIMARÃES, 2007) e é, nos dias atuais, característica chave para elevação da economia paranaense.

Mesmo disputando espaços com o cultivo de soja e milho geneticamente modificados, o estado é o maior produtor brasileiro de frango de corte, o segundo na produção de suínos (IBGE, 2017), e Castro e Carambeí, municípios pertencentes aos Campos Gerais, lideram a produção nacional de leite (IBGE, 2018). Além disso, mesmo tendo somente 2,3% do território nacional, o estado é responsável por quase 15% das exportações do agronegócio, cujo setor representou, em 2017, 86% (US\$ 14,5 bilhões) do embarcado no porto de Paranaguá (SISTEMA FAEP, 2018).

2. Agronegócio e os ideais de progresso.

O “Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná 2019 – 2020” (2018), produzido pelo SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) e pela FAEP (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), é o documento base para implantação de políticas públicas que reúnem interesses do agronegócio e do Estado. Através dele, o Sistema FAEP/Senar/Sindicatos Rurais objetiva impactar diretamente na “melhoria de vida de milhares de produtores rurais” (p. 4), tendo como base a segurança alimentar, melhoria da infraestrutura de tráfego (rodovias duplicadas, ferrovias para diminuir custos de transporte e eficiência portuária), saneamento básico e energia (SISTEMA FAEP, 2018).

De acordo com o documento, 15% da população paranaense não é atingida por políticas públicas estruturadas. A exemplo disso, na área rural grande parte da população utiliza de seus próprios recursos para adquirir saneamento básico e levar energia elétrica até suas residências; há falta de segurança no campo com aumento de roubos, assaltos e mortes em propriedades rurais; há ausência de unidades de saúde e de pronto atendimento, exigindo que se perca dia de trabalho/colheita para o deslocamento até o centro da cidade. Além disso, é denunciada a ausência de um Plano de Habitação para a zona rural, incluindo a não-definição de regras de financiamento provindo do Sistema Financeiro de Habitação e da Caixa Econômica Federal (SISTEMA FAEP, 2018).

Mesmo com a constatação dessas denúncias, o documento reforça, nele todo, o discurso de desenvolvimento. Ainda no primeiro subtítulo, uma frase incisiva: “O desenvolvimento do Paraná é sustentado pelo Agronegócio e Agroindústria”, cujo corpo de texto explicita:

Este documento trata justamente das principais demandas do setor do agronegócio para continuar crescendo e mantendo a sua posição de liderança na produção agropecuária e florestal, com

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

ampla possibilidade de ampliar a produtividade e o valor agregado, por meio da industrialização, gerando mais riquezas, dando a sua inegável contribuição para o bem-estar de nossa população (SISTEMA FAEP, 2018, p. 7).



De todo, o agronegócio realmente gera cada vez mais riquezas. A questão é: riquezas para quem?

Para tal, é imprescindível compreender a noção de agronegócio. Comumente representado pela soja e pelo milho, o agronegócio é, na verdade, uma ampla gama de atividades econômicas relacionadas ao comércio de produtos agrícolas. Neste, entram: empresas agrícolas, pecuária, fabricantes de defensivos agrícolas (como fertilizantes e herbicidas), desenvolvedoras de sementes para plantio, fabricantes de máquinas e equipamentos rurais, produtoras de rações, frigoríficos, empresas de laticínios, moinhos, armazéns e silos, atacadistas, distribuidores, exportadores (FIA, 2021).

O agronegócio teve, em 2020, a maior participação no PIB (Produto Interno Bruto) da sua história, com 26,6% do total, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Na exportação, representa 48% do total, o que significa mais de 520 bilhões de reais na balança comercial brasileira (FIA, 2021).

Mesmo sendo um dos pilares da economia de muitos países do Sul global, o *agrobusiness* retém seus lucros na mão de poucos, ao concentrar o “mercado de produção e distribuição de alimentos na mão de um número cada vez menor de conglomerados transnacionais” (CASTILHO et. al, 2018, p. 6). Há, também, uma crescente tendência pela concentração de terras e poder, o que prejudica a agricultura familiar e camponesa, comunidades tradicionais e povos indígenas (CASTILHO et. al, 2018).

A relevância do agronegócio para a economia brasileira é, sem dúvidas, significativa e crescente. No entanto, as grandes corporações que o controlam, controlam também o sistema alimentar mundial, a política (a exemplo da bancada ruralista brasileira), a preservação ou não da biodiversidade e também a legislação (CASTILHO et. al, 2018).

Através do “Atlas do Agronegócio” (2018), produzido pela Fundação Heinrich Böll e pela Fundação Rosa Luxemburgo, foi possível concluir que, quando se trata especificamente da produção, do processamento e do comércio de carne bovina, de aves e de suínos no mundo todo, o cenário se repete - o “Complexo Global da Carne” é uma rede de empresas altamente concentrada, que controla toda a Cadeira da Carne (insumos, produção, processamento de animais) (CASTILHO et. al, 2018).

No cenário mundial, três das maiores empresas de carne são brasileiras:

Globalmente, nos anos 2011, 2012 e 2013, a JBS liderou o mercado de processamento de carne, seguida da Tyson Foods e da Cargill. De 2011 a 2012, a Brazil Foods (BRF) pulou do 9º para o 4º lugar, mantendo essa posição em 2013. Ou seja, pulou cinco posições no ranking mundial em apenas um ano. Campeã do setor em todo o planeta, a JBS sozinha produz globalmente mais carne do que as dez empresas posicionadas do 11º ao 20º lugar juntas. As dez maiores empresas têm o controle quase total

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

do mercado [...]. Ou seja, é uma indústria altamente concentrada. (MINEIRO et al, 2016, p. 15)

Além destas, a indústria de genética e farmacêutica de animais é também concentrada. Só na de medicamentos, quatro empresas controlam em torno de 60% do mercado (MINEIRO et. al, 2016).

Quando se trata da agricultura de cereais, 1/3 do produzido é destinado à alimentação dos animais, o que ameaça diretamente a segurança alimentar, já que coloca em oposição comida e ração. Além disso, o desmatamento para produção de cereais ou para pastagens comumente atinge populações marginalizadas (MINEIRO et. al, 2016).

Para que esse cenário de crescimento do agronegócio se mantenha, observa-se mudanças na legislação. A partir da década de 80, vem ocorrendo algumas mudanças significativas no setor, como: 1) redução dos impostos de importação, abrangendo desde agrotóxicos até sementes; 2) redução de impostos de exportação de *commodities* não processadas, como a soja; 3) liberação de *royalties*; 4) liberação de transgênicos; e 5) implantação do novo Código Florestal que permite expandir a produção (MINEIRO et. al, 2016).

Participante desse movimento de ascensão do agronegócio está o BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), uma empresa pública federal, vinculado ao Ministério da Economia. O BNDES fornece empréstimo e é também dono 24,58% de ações da JBS, e a Caixa Econômica Federal detém 10,8% das ações (MINEIRO et. al, 2016).

Nesse cenário, a liberação do consumo de agrotóxicos, cuja liderança está o Brasil desde 2008, a soja, as pastagens e o milho representam de 2/3 desse consumo. Além disso, a contaminação da água por antibióticos utilizados na produção de carne é um problema para a saúde humana no Brasil - esse processo gera, dentre diversas outras doenças, o surgimento de superbactérias e de processos alérgicos (MINEIRO et. al, 2016).

Outra característica do agronegócio é a implantação da Produção Integrada, defendida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, cujo objetivo é produzir através da agricultura sustentável, no qual a organização trabalhista sai do poder do agricultor e parte para técnicos e instituições governamentais (MAPA, 2017). Essa falta de controle do produtor rural, agravada na região sul do Brasil, é representada pelos contratos abusivos, pela “omissão no pagamento integral dos custos de produção, estabelecimento unilateral dos preços e exigências permanentes de investimentos sem que os agricultores tenham os devidos recursos, resultando em altos níveis de endividamento” (MINEIRO et.al, 2016, p. 21).

Além disso, com a Produção Integrada, a grande mecanização do meio rural é altamente prejudicial para pequenos agricultores, já que esta exige um alto padrão de investimento e profissionalização, para que a produção esteja de acordo com a exigência da indústria, em especial quando se trata de suínos, aves, leite e fumo. Além disso, mais 60% dos produtores rurais (2,5 milhões) estão no trabalho informal, o que aumenta a violação de seus direitos, em especial através de jornadas exaustivas e nenhuma garantia frente à insalubridade (MINEIRO et. al, 2016).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

De maneira geral, esse extremo poder corporativo causa impactos negativos no modo de vida de pequenos agricultores e trabalhadores, e sobre o meio ambiente. No entanto, a defesa do agronegócio continua, essencialmente, rodeado pelo discurso de “desenvolvimento”.

Como solução para findar a pobreza dos países periféricos, o desenvolvimento se apresenta como sinônimo de cópia das potências ocidentais. De acordo com Richard Peet (2007):

Para conseguir o dinheiro, os países pobres devem concordar em abrir seus mercados à competição estrangeira, privatizar empresas públicas, eximir o Estado da provisão de serviços, reduzir o déficit do orçamento estatal, reorientar suas economias para a diversificação das exportações, flexibilizar seus mercados de trabalho. [...] Mas abrir os mercados significa perder postos de trabalho protegidos - isto é, criar desemprego em nome da "eficiência" em países nos quais a mão-de-obra já é subutilizada. Privatização significa introduzir a motivação do lucro no fornecimento de água e eletricidade. [...] Reduzir déficits estatais inchados em nome da responsabilidade fiscal pode soar bem até que seja lembrado que populações desesperadas dependem para a sua sobrevivência de alimentos subsidiados pelo Estado e de serviços de saúde gratuitos. Quanto a exportar mais, o problema é: "exportar o quê?" (p. 20).

O que se percebe, com esses anseios, é a redução da produção local de alimentos com objetivo de exportar mais, e a flexibilização de direitos trabalhistas que trazem a ausência de proteção de trabalhadores. Além disso, as riquezas geradas pela exportação não necessariamente acabam com a pobreza, especialmente no desenho neoliberal, o que torna ainda mais distante um cenário de justiça social.

Para tal, Mignolo (2017) defende que a decolonialidade “é a resposta necessária tanto às falácias e ficções das promessas de progresso e desenvolvimento que a modernidade contempla” (p. 13), ao buscar a igualdade global e a justiça econômica. Neste, as modernidades alternativas/subalternas, que não se desenham pelo neoliberalismo, reafirmam que existem e que a modernidade ocidental não se faz universal, sendo ela uma narrativa e não uma ontologia.

Assim, Mignolo (2017) afirma que a decolonialidade não vai surgir como opção estatal, mas, sim, pela sociedade política global, que está formada por quem luta para “ressurgir, reemergir e re-existir” (p. 31), e que com isso será possível a real independência do colonialismo.

3. O bem-estar animal e o midiatismo capitalista.

De acordo com Keith Thomas (2010), o predomínio do homem sobre o mundo natural foi, desde o início do período moderno, um propósito humano. O distanciamento entre campo de cidade, amplamente vivenciado no século XVI, reforçavam a ideia de que “as matas [...] eram lar de animais, e não de homens” (THOMAS, 2010, p. 276).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Assim sendo, a civilidade e o progresso só eram possíveis tirando os homens das florestas.

O “uso e extermínio dos animais e a destruição dos ecossistemas naturais” (FELIPE, 2008, p. 1-5) estiveram, a partir de então, moralmente justificados pela necessidade humana. Aliás, muitas das ideias de “crueldade” ainda não estavam definidas como tal (THOMAS, 2010).

De toda forma, para que se possa compreender o histórico da relação entre animais humanos e não-humanos, é necessário percorrer alguns caminhos que perpassam a ética e a filosofia. Quanto às concepções éticas, há o antropocentrismo, o sencientismo e biocentrismo. De maneira simplista, no antropocentrismo, o homem, cerne de todas as preocupações, torna os demais seres subalternos e instrumentalizado; já o antropocentrismo mitigado, ou antropocentrismo reformado, parte do reconhecimento da extinção de espécies e finitude dos recursos naturais, o que gera um “sentimento de bondade” do ser humano para com os animais, sobretudo com relação aos domésticos” (PORTO & PACCAGNEL, 2019). Na visão senciocêntrica, os animais são eleitos a seres merecedores de consideração e respeito morais pelo seu valor instrumental. No biocentrismo, se defende que não deve haver desigualdade de tratamento entre animais e seres humanos. (PORTO & PACCAGNEL, 2019).

Como uma perspectiva da sciência animal, Judith Butler discute o “direito à vida”, que pode também ser aplicado aos animais, uma vez que “podemos perfeitamente argumentar que o animal é uma vida que em geral não é encarado como vida de acordo com as normas antropocêntricas” (BUTLER, 2009, p. 34). Como complemento, têm-se a ideia de que “se certas vidas não são qualificadas como vidas ou se, desde o começo, não são concebíveis como vida de acordo com certos enquadramentos epistemológicos, então essas vidas nunca serão vividas nem perdidas no sentido pleno dessas palavras” (p. 13).

De acordo com Porto & Paccagnel (2019), no que se refere às teorias filosóficas e éticas aplicadas aos animais, tem-se:

- Abolicionismo: defende a superação do especismo através da abolição de uso dos animais pelos seres humanos, ao considerar essa conduta moralmente injustificável. Apoiar o fim do tratamento dos animais como coisas, elevando-os ao patamar de sujeitos;
- Bem estarismo: permite o uso por humanos desde que o sofrimento seja reduzido ao estritamente necessário;
- Neo bem estarismo (ou abolicionismo pragmático): almeja supressão futura do uso animal, e, enquanto isso não acontece, defende a necessidade da regulamentação destes usos;
- Utilitarismo consequencialista: defende que, para que a prática seja justa, o benefício ao ser humano deve ser superior ao sofrimento que ele acarreta.

Resultado do embate existente entre essas concepções éticas, as leis de defesa dos animais, no Brasil, envolvem discussões locais e federais. De forma mais ampla, na Constituição Federal de 1988 é reconhecida a sensibilidade dos animais, prevendo como dever da sociedade e do Estado “respeitar a vida, a liberdade corporal e a integridade física desses seres, além de proibir expressamente as práticas que coloquem em risco a função ecológica, provoque a extinção ou submetam à crueldade qualquer animal” (OAB Ponta Grossa, 2020).

Ainda assim, a legislação e políticas públicas acabam por negligenciar a fiscalização, em como retrata o Índice de Proteção Animal (2020) desenvolvido pela

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

ONG World Animal Protection. Dos 50 países analisados, nenhum deles possui legislação e políticas públicas ideais ao bem-estar e proteção animal. Destes, Suécia, Reino Unido e Áustria foram os melhores classificados, países conhecidos pela precursão nos direitos dos animais.

Neste índice, o Brasil, que em 2014 ocupou a categoria C, em 2020 caiu para a D. Motivo para tal queda, de acordo com a sede brasileira da ONG (BRASIL, 2020), foi motivada pela “falta de avanços na proteção dos animais de fazenda e [...] a não proibição das piores formas de confinamento, como gaiolas de gestação para porcas”.

No índice, quando se trata especificamente da proteção de animais usados na agricultura, é reconhecida a elaboração específica e atualizada para proteger esses animais durante a criação, transporte e abate. Ainda assim, não há execução de tal legislação (API, 2020).

Nas Diretrizes da Produção Animal é descrito os princípios gerais para o bem-estar animal, incluindo dieta apropriada, sistemas projetados para cada espécie (o que garantiria o descanso do animal), manuseio e transporte adequados. Desenvolvido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a Diretriz defende o abate humanitário de bovinos, suínos e aves, que faz parte do Plano de Ação Nacional de Prevenção e Controle da Resistência aos Antimicrobianos. Ainda assim, há ausência de legislação específica relacionada à criação de suínos, frangos de corte, galinhas poedeiras, gado leiteiro e bezerros (API, 2020).

De acordo com o Índice de Proteção Animal (2020), o Brasil é negligente quanto à proteção animal quando cria legislações abrangentes, mesmo de tratando de diferentes seres, e por ainda não ter proibido as “piores formas de confinamento de animais, como gaiolas de parto e baias para porcos, ou gaiolas para galinhas poedeiras” (API, 2020). Além disso, quando se trata de gado leiteiro, o objetivo evidentemente é a maior produtividade, em detrimento da qualidade de vida do animal.

De maneira geral, mesmo com a publicação de diretrizes de Boas Práticas, não é eficiente quando se compara a uma legislação (API, 2020). Ademais, o transporte de animais ainda vivos para o abate, de acordo com o Índice, não está isento de crueldade, e que a prática deve dar lugar ao comércio de carnes, e não de animais (API, 2020).

Ainda assim, há tentativas por parte do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no fornecimento de eventos, seminários e cursos que visam capacitar o produtor (API, 2020).

Tratar sobre bem-estar animal envolve uma série de implicações, que perpassam desde sua condição física, em como a condição mental e comportamental. Em suma, os parâmetros científicos de avaliação da condição do animal é definida pelas “cinco liberdades”, sendo estas:

de fome e de sede, com acesso à água fresca e a uma dieta que garanta saúde e vigor físico plenos; de dor, lesões e doenças, pela prevenção ou rápido diagnóstico e tratamento; de desconforto, com um ambiente apropriado, incluindo abrigo e área de descanso confortáveis; de medo e estresse, com condições e tratamento que evitem o sofrimento mental; e de expressão do seu comportamento natural, com espaço suficiente,

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

instalações adequadas e companhia da própria espécie (MINEIRO et. al, 2016, p. 49).

Desta forma, é possível analisar a qualidade de vida no qual o animal está inserido.

Ainda em processo, a pesquisa seguirá analisando as demais leis de defesa dos animais, levando em conta trechos relevantes da Constituição Federal, a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/98), a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/91) e o Código Estadual de Proteção aos Animais (Lei 14.037/2003). Além desses, o Estatuto dos Animais (PLS nº 631/2015), mesmo enquanto projeto de lei ainda em tramitação, representa inovações quanto ao tratamento de animais não-humanos que devem ser considerados.

Além disso, visa-se compreender de que forma o midiatismo capitalista se utiliza de discurso do bem-estar animal para gerar novas necessidades de consumo, além das novas alternativas ao agronegócio pelo trabalhador rural que resiste.

Referências

- API - ANIMAL PROTECTION INDEX. Brazil. Disponível em: <<https://api.worldanimalprotection.org/country/brazil>>. Acesso em: 13 set. 2021.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Acesso em: 23 jun. 2020.
- BRASIL cai em ranking de legislação de proteção animal. Proteção Animal Mundial Brasil, 10 mar. 2020. Disponível em: <<https://www.worldanimalprotection.org.br/noticia/brasil-cai-em-ranking-de-legislacao-de-protecao-animal>>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?. 2015.
- CASTILHO, A. L., et. al.. Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro : Fundação Heinrich Böll, 2018.
- CAVALIERI FILHO, Sergio. Programa de Sociologia Jurídica. Grupo Gen-Editora Forense, 2000.
- DUARTE, Regina Horta. Por um pensamento ambiental histórico: o caso do Brasil. Luso-Brazilian Review, v.41, n.2, p.144-62, 2005.
- FAO, Steinfeld H. et al. Livestock's long shadow: environmental issues and options. Rome:[sn], 2006.
- FELIPE, Sônia T. Ética na alimentação: o fim da inocência. In: Conferência proferida. 2008.
- FIA - Fundação Instituto de Administração. Agronegócio: o que é, como funciona e setores. 2021. Disponível em: <<https://fia.com.br/blog/agronegocio/>>. Acesso em: 13 set. 2021.
- GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. Desenvolvimento em (des) construção: provocações e questões sobre desenvolvimento e geografia. Geografia agrária: teoria e poder. São Paulo: expressão Popular, p. 39-53, 2007.
- GUIMARÃES, Gilson Burigo; MELO, M. S.; MORO, R. S. Patrimônio natural dos Campos Gerais do Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2007.
- Índice de Proteção Animal. World Animal Protection. 2020. Disponível em: <<https://api.worldanimalprotection.org/>>. Acesso em: 23 jun. 2020.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

- INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 10, p. 39-53, 1995.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produção da Pecuária Municipal. 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Trienal de Abate. 2017.
- INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). Indicadores de desenvolvimento sustentável por bacias hidrográficas do estado do Paraná. 2017.
- MAACK, Reinhard. Breves notícias sobre a geologia dos Estados do Paraná e Santa Catarina. *Brazilian archives of biology and technology*, p. 169-288, 2001.
- MALUF, Renato S. Atribuindo sentido (s) à noção de desenvolvimento econômico. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 2000.
- MAPA. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O que é PI? 2017. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/producao-integrada/o-que-e-pi>>. Acesso em: 13 set. 2021.
- MARQUES, Luiz. Capitalismo e colapso ambiental. Editora da Unicamp, 2018.
- MELO, MS de; MORO, R. S.; GUIMARÃES, G. B. Patrimônio natural dos campos gerais do Paraná. Ponta Grossa: Editora UEPG, p. 221-227, 2007.
- MIGNOLO, Walter. Desafios decoloniais hoje. *Revista Epistemologias do Sul*, v. 1, n. 1, p. 12-32, 2017.
- MINEIRO, A. et, al. Cadeia industrial da carne: Compartilhando ideias e estratégias sobre o enfrentamento do complexo industrial global de alimentos. Rio de Janeiro: FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, 2016. 88 p.
- OAB Ponta Grossa - Comissão de Defesa dos Animais. Coletânea de Legislação em Defesa dos Animais Não Humanos. 2020. Disponível em: < <https://apptuts.bio/oabanimal-pg>>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- PAZZINI, Bianca; SPAREMBERGER, Raquel Fabiana Lopes. A Produção e o Consumo de Carne Como Prejudiciais ao Meio Ambiente, aos Direitos Humanos e aos Direitos Animais: Perspectivas para um Efetivo Direito Humano à Alimentação Adequada. *Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável*, v. 12, n. 23, p. 25, 2015.
- PEET, Richard. Imaginários de desenvolvimento. *Geografia Agrária: teoria e poder*. São Paulo: Expressão Popular, p. 19-37, 2007.
- PORTO, Adriane Célia de Souza; PACCAGNELLA, Amanda Formisano. A verdadeira natureza jurídica da Declaração Universal dos Direitos dos Animais e sua força como carta de princípios. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XX, n. 165, out 2017. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=19733&revista_caderno=5>. Acesso em abr 2019.
- RAJÃO, Raoni et al. The rotten apples of Brazil's agribusiness. *Science*, v. 369, n. 6501, p. 246-248, 2020.
- SINGER, Peter. Libertação animal. 2004.
- SISTEMA FAEP. Plano Diretor para o Agronegócio do Paraná (2019-2022). 2018.
- THOMAZ, K. O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500 a 1800. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SESSÃO DE COMUNICAÇÃO 9



REPRESENTAÇÕES E APROPRIAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA ÁFRICA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA POR ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL DE GUARAPUAVA -PR.

Costa, Edson W¹.

Universidade Estadual de Ponta Grossa; Programa de Pós-Graduação em História.

O presente trabalho tem como objetivo, apresentar o projeto de mestrado que está sendo desenvolvido junto ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Neste projeto, objetiva-se analisar as concepções a respeito da História da África e da cultura afro-brasileira através de estudantes do 9º Ano da Educação Básica. A problematização será construída através da análise de questionários respondidos pelos estudantes, e tendo como aporte teórico e metodológico a discussão acerca do conceito de representação, discutido por Roger Chartier.

1. Introdução

Pensar a relação que os estudantes estabelecem com as temáticas abordadas em sala de aula é uma questão que se faz necessária. Diante de uma breve análise, é possível identificar que os trabalhos sobre esta temática estão, muitas vezes centrados na perspectiva dos docentes ou na análise da narrativa abordada no material didático. Não que tais problematizações não tenham sua importância, muito pelo contrário, as pesquisas referentes aos docentes, e ao material didático é de suma importância para o Ensino de História, e em especial o ensino de História da África, porém não é a questão central desta pesquisa.

Analisando a trajetória dos/as estudantes, diante da carga horária escolar compreendemos que algumas temáticas abordadas em sala de aula, em determinados momentos adquirem um caráter desconexo para eles (as), ou seja, quando o/a estudante é questionado sobre tal temática a qual foi recém trabalhada em sala de aula, em alguns casos ele (a) não consegue estabelecer conexões e reflexões a respeito do assunto. É em relação a esta problemática que se estrutura esta pesquisa, analisar como as representações e apropriações da História do continente africano são construídas

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

pelos/as estudantes na medida que a temática é abordada em sala. Pensar a História da África e suas representações, e posteriormente a forma como os/as alunos compreendem tal temática, e dão sentido a ela, merece maior atenção, visto que, as políticas que tornam obrigatório o ensino da temática em sala de aula são consideradas recentes.



2. Estado da arte

Pensar os (as) estudantes em um contexto do Ensino de História onde ocorrem certos silenciamentos em relação a determinadas temáticas, não parece ser uma tarefa muito fácil, visto que, diante de toda uma trajetória estudantil pautada na construção de conceitos e visões, muitas vezes lacunares, ou mesmo, frente a estereótipos a respeito de determinadas abordagens, reforçados a todo momento, é um grande desafio. As pesquisas sobre o Ensino de História, e em específico sobre o Ensino de História da África em vários momentos se mostram atentas com a forma que os docentes trabalham e discutem as temáticas em sala de aula, bem como, a utilização do material didático, e com isso, visando analisar se tais professores(as) ressaltam a desconstrução de conceitos já superados pela historiografia, ou até mesmo a desconstrução de estereótipos e silenciamentos a respeito da temática.

Estudos recentes sobre os processos do pensar e do aprender, em suas diversas vertentes, acentuam o papel ativo dos sujeitos/alunos em seus percursos de aprendizagem e o protagonismo do professor na promoção de situações educativas que favoreçam o desenvolvimento de habilidades de pensamento, traduzidas na construção de competências cognitivas para o “aprender a aprender”, e que, ao mesmo tempo, possam educar os jovens com base nos valores contemporâneos. (CAIMI, 2009, p.65).

É importante destacar que o/a estudante é a figura central no universo escolar, e pensar a forma que como eles (as) compreendem a educação, e em especial a aprendizagem sobre História da África é de suma importância. Será em relação a esta problematização que o presente projeto se estrutura, procurando dialogar com o Núcleo de Pesquisa em Didática da História (NPDH), onde pesquisas deste campo de investigação já foram realizadas e, ainda se constituem um foco de preocupação e discussões.

É perceptível que a História da África não é algo extra curricular e é diante da lei 10.639/2003 que torna obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira que compreendemos a importância de tal temática, não somente para o universo acadêmico, mas também na contribuição que tal problematização constrói para

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

sociedade. Pensar a relação Brasil/África torna-se necessária e urgente, tanto na compreensão da História do continente, bem como a História do Brasil e seus processos históricos.



Pereira (2015) problematiza a implementação da lei 10.639 que torna obrigatório o ensino de História africana e afro-brasileira, ressaltando que a lei aprovada em 2003 não pode ser considerada bondade de um governo, mas sim o resultado das lutas estabelecidas pelo Movimento Negro politicamente organizado, visando a inclusão da população negra no meio educacional. Vale destacar, que o Brasil foi o último país das Américas a abolir a escravidão, sendo que este processo foi complexo em relação a população negra no período, através da historiografia é possível compreender uma dualidade neste processo, por um lado, pessoas negras que foram escravizadas estavam livres das condições desumanas estabelecidas por um sistema escravocrata, porém, a contraponto, a nova forma de governo brasileiro, a República, não assegurou esta população com políticas públicas, medidas que possibilitassem a inserção com dignidade, na nova estrutura econômica social.

Dessa forma compreendemos que a lei 10.639 instituída em 2003, não foi um privilégio estabelecido por um governo, mas o resultado de grandes lutas, e resistências. Analisando a partir desta perspectiva, onde as temáticas trabalhadas em sala de aula, por muito tempo foram vinculadas a visões eurocêntricas e estereotipadas, torna-se urgente investigar como os(as) estudantes atribuem sentido aos conteúdos trabalhados na sua trajetória escolar e também fora dele, uma vez que as representações construídas por estes (as) não são exclusivas das aulas de História.

Segunda Munanga (2008), no Brasil, é possível compreender a pluralidade cultural e sua importância a ser discutida nos âmbitos escolares, visto que, é um grande exemplo de país que nasceu da diversidade cultural, os povos europeus e suas diversas identidades e origens étnicas, os povos indígenas e sua multiplicidade cultural, povos africanos e sua grande diversidade, os povos orientais de diferentes origens. Ou seja, a formação da identidade, ou melhor, das identidades plurais do povo brasileiro tem raízes profundas, e é através de um Ensino de História atento a estas diversidades, que aborde e problematize estas diferenças que os(as) estudantes devem ter contato.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Diante disso cabe ressaltar a importância da estruturação das políticas públicas a respeito da abordagem de tais temas. A questão da História da África e da cultura afro-brasileira, como mencionado anteriormente são questões centrais na presente discussão, que visa abordar a importância de pensar o(a) estudante como figura central no espaço escolar.



Uma importante contribuição para essa discussão ocorre na pesquisa realizada em 2008, ainda próxima da implementação da lei, por Sobanski (2008) que problematizou a forma como os/as estudantes e professores/as compreendiam a importância da História da África, pensando também as concepções que eles (as) tinham a respeito do continente frente a implementação da lei 10639/2003. E, diante da formação digamos que eurocêntrica a respeito do ensino de História, a autora aponta:

Em nossa formação nos cursos de História, acabamos nos tornando produto caracterizado por uma educação eurocêntrica, vinculada a uma divisão tradicional da História dita Universal. Seguindo a direção da maioria, ou seja, o inevitável desfecho que leva à realidade escolar, o professor acaba reproduzindo consciente ou inconscientemente uma razão única e verdadeira que moldou sua cognição histórica e que, provavelmente, moldará o resultado das relações entre professores e alunos pelas aulas de História afora. (SOBANSKI, 2008, p. 11).

A partir desta afirmação torna-se possível a compressão a respeito de pensar o/a estudante no espaço escolar, como figura central no processo de ensino-aprendizagem.

Segundo a autora, praticamente grande parte dos(as) estudantes brasileiros(as) investigados(as) apresentam ideias e representações prévias sobre a África, porém esse conhecimento sobre o continente da multiplicidade cultural não é científico, mas sim baseado em senso comum.

Podemos apontar também os trabalhos que analisam a construção e a representação do continente africano nos materiais didáticos, e como isso, influencia na discussão sobre as representações de África para os estudantes.

Oliva (2009) em seu trabalho sobre materiais didáticos desenvolveu a análise dos livros didáticos para o Ensino Fundamental, detalhando questões importantes a respeito da análise da narrativa sobre a África nos materiais. O autor elenca em primeiro momento a problemática a respeito da quantidade de páginas destinada a esta temática no livro didático, concluindo que grande parte dos livros traz um conteúdo limitado sobre o tema e em comparação a outras sociedades, como por exemplo as europeias,

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

onde o conteúdo é vasto. A partir deste primeiro ponto que Oliva destaca, é possível compreender a importância desta temática em nível quantitativo desenvolvida nos livros didáticos, sempre analisando e problematizando para evitar uma aprendizagem que reforce silenciamentos sobre África.

Outra questão desenvolvida por este mesmo autor, é em relação aos conceitos utilizados pelos autores dos livros didáticos, conceitos estes que devem ser analisados no presente projeto para ressaltar como os livros didáticos estão sendo utilizados e apresentados aos(as) alunos(as) em momentos atuais.

O estudo da história africana concentra-se, em grande parte dos livros observados, nas excursões panorâmicas acerca do estudo das grandes formações políticas que conheceram seus apogeus no continente até o século XVIII – como os “reinos” de Gana, Etiópia, Kongo, Benin, Daomé, Lundas e Luba, dos “impérios” do Mali, Songhai e Zimbábwe, ou ainda, dos estados Iorubás, Akan, Haússas, entre vários outros. Oito dos dez manuais reservavam a perspectiva central de seus capítulos a essa temática, mesmo que não concedendo atenção a todas essas sociedades. Em alguns casos, compartilhando um espaço menor com o estudo dos “reinos” e “impérios”, os autores também realizaram comentários sobre as chamadas sociedades “tribais” africanas. Por fim, mesmo os dois textos que elegeram assuntos de maior amplitude para conduzir suas abordagens como as relações África-Brasil ou o recorte metodológico temático não deixaram de tecer comentários acerca dessas formações políticas (OLIVA, 2009, p. 222)

De acordo com Oliva (2009) as questões postas acima, os conceitos, os grandes impérios não estão colocados erroneamente, porém é necessário ir além destas abordagens, problematizando, por exemplo os pequenos impérios, ou mesmo, povos que não chegaram a formar um, pois em muitos casos somente os grandes impérios tem relevância. Além destas questões conceituais relacionadas a historiografia, é importante ressaltar a produção dos materiais publicados em emergência a publicação da lei, e também a formação dos/as professores/as que trabalhariam a temática obrigatoriamente em sala de aula.

Entre 2004 e 2008, foram organizados, editados e reeditados 19 títulos, com tiragens médias de 2.000 a 8.000 exemplares. No caso das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, do Conselho Nacional de Educação, mais de um milhão de exemplares foram distribuídos para todas as escolas ativas do país entre os anos de 2005 e 2006. (MOURA, BRAGA e SOARES, 2009, p. 103).

Segundo a análise destas autoras, estes materiais com as novas abordagens, agora incorporada a História da África e das relações étnico raciais mesmo que superficialmente demonstraram que grande parte dos/as professores/as tomou

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

conhecimento da lei e se interessou pela temática em relação ao material produzido pelo Ministério da Educação, e aproximadamente “83,2% responderam ter lido as Diretrizes Curriculares Nacionais. Esses dados já nos permitem perceber em alguns níveis o impacto das ações do Ministério da Educação” (MOURA, BRAGA e SOARES, 2009, p.104).



Outros trabalhos relevantes e que precisamos considerar já que trabalharam na perspectiva dos (as) estudantes e integram o Núcleo de Pesquisa de Didática da História da UEPG são o da Rúbia Janz (2016) e da Méris Nelita Fauth Bertin (2018).

Utilizando questionários como fontes, Janz (2016) problematizou em seu trabalho de dissertação o que os/as estudantes do 1º Ano do Ensino Médio sabem sobre África. A pesquisa utilizou questionários como fontes, tendo como objetivo analisar perguntas aplicadas em quatro escolas do município de Ponta Grossa. Pode-se concluir a partir dos dados discutidos que as representações do continente africano ainda estão vinculadas a estereótipos e visões reducionistas sobre a temática, embora segundo a autora, tenha um movimento a contramão, no sentido de reconhecimento de práticas culturais e sua relevância na construção da cultura e da identidade brasileira.

Já o trabalho de mestrado de Bertin (2018) problematizou através dos conhecimentos prévios e aplicação de questionários, como os(as) estudantes do Ensino Fundamental de uma escola privada reconheciam as desigualdades partindo da discriminação racial e da experiência do outro. Importante problematização que teve o/a estudante como figura central no processo de ensino e aprendizagem. Diante da análise dos dados coletados, concluiu-se que, mesmo com pequenas resistências as percepções dos (as) estudantes sobre a temática, neste caso o racismo, teve significativa desconstrução e mudança de postura após as estratégias trabalhadas com eles (as).

Constatamos a partir das análises, que houve mudanças nas respostas dos questionários, antes e depois das práticas, em todas as dimensões da cultura histórica. Uma questão que chamou atenção pelo alto índice de mudança foi a número oito, “os negros, apesar de serem uma parcela significativa da população brasileira não possuem a mesma oportunidade de acesso aos locais públicos e particulares”. As diferenças do antes e depois das práticas foram de 54% no concordo, 14% no discordo e 11% no não sei. Também a questões, seis “negros (as) sofrem desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais”, onze “a reserva de vaga na universidade pública para afrodescendentes é justa” e a quatorze que fala sobre a participação dos negros (as) na política, tivemos uma grande mudança e elas indicam que realmente os

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

alunos tanto desconheciam essa realidade, como ignoravam a invisibilidade. (BERTIN, 2018, p.112).

Diante disso, podemos compreender como o(a) estudante está sendo pensado no âmbito escolar, bem como, as políticas públicas que asseguram a importância da História da África e da cultura afro-brasileira no espaço escolar. O desenvolvimento das pesquisas com Sobanski (2008) analisando como professores (as), e estudantes compreendem a história da África, bem como de Oliva (2009), Moura, Braga e Soares (2009), Pereira (2015) Janz (2016) e Bertin (2018) nos mostram a importância em se pensar o continente africano tendo como objetivo central os (as) estudantes.

A partir do diálogo com estas pesquisas, nosso principal objetivo consiste em identificar e problematizar as representações sobre o continente africano por parte de estudantes da educação básica. Compreender as apropriações e as práticas desenvolvidas por estes, discutindo a importância da História da África e cultura afro-brasileira na educação básica, identificando que informações sobre o continente africano podem ser acessadas por estudantes fora do âmbito escolar, e fortalecer a educação étnico-racial, o combate às desigualdades, e a compreensão das diferentes culturas e suas especificidades, presentes na sociedade.

Diante do conceito de representação discutido pelo historiador Roger Chartier buscaremos desenvolver a análise de questionários que serão aplicados para os estudantes de escolas públicas. Para o desenvolvimento da pesquisa, em primeiro momento foram selecionadas três escolas públicas do município de Guarapuava-PR.

A problematização das fontes que ocorrerá no decorrer da pesquisa, terá como objetivo discutir estas representações, e apropriações do/a estudantes sobre o continente africano. Tais questionamentos poderão levantar questões sobre o cumprimento da Lei 10.639 que torna obrigatório o ensino de História africana e afro-brasileira, o Ensino de História da África, uma aprendizagem crítica sobre os processos históricos, e uma questão ainda mais relevante, a formação de um/a cidadão crítico e consciente.

Serão elaborados dois questionários em momentos distintos, visando analisar as representações prévias dos(as) estudantes, e suas possíveis representações e apropriações, e outro posterior a temática abordada em sala de aula. Questionários estes, com caráter qualitativo de pesquisa, visando problematizar as respostas discursivas das questões propostas aos(as) estudantes.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

É perceptível que os(as) estudantes da Educação possuem um conhecimento prévio sobre o continente africano antes da abordagem em sala de aula. Estas noções de África são construídas a partir de notícias da internet, televisão, a mídia como um todo. Além de ser um fator importante para o(a) professor(a) dar início a sua aula, é também capaz de fornecer informações a respeito do entendimento que este estudante possui sobre a temática, ou seja, as representações de África construídas em relação a sua trajetória escolar e de vida. É a partir desta questão que será desenvolvida a análise sobre as representações de África para estudantes da Educação Básica.

Para discutirmos tais representações sobre a África, buscaremos utilizar o conceito de representação discutido e problematizado pelo historiador Roger Chartier, e através deste conceito entender as percepções, e apropriações destes(as) estudantes a partir de suas percepções e noções sobre o continente da multiplicidade cultural.

O conceito de representação, segundo Chartier (2002) tem como objetivo identificar o modo como em diferentes espaços e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler. Ou seja, trabalhar com as representações do social é entender que não se trata de discursos neutros. As narrativas são produzidas a partir de estratégias e práticas sociais, escolares e também políticas.

Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se anunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio. Ocupar-se dos conflitos de classificações ou de delimitações não é, portanto afastar-se do social- como julgou muito tempo uma história de vistas demasiado curtas, muito pelo contrário, consiste em localizar os pontos de confronto tanto decisivos quanto menos imediatamente materiais. (CHARTIER, 2002, p. 17).

Assim, é importante ressaltar a relevância em identificar as representações de África para os(as) estudantes, visto que, a partir de tal análise supõe-se que, como destaca Chartier em afirmar que as representações estão interligadas as práticas e as apropriações, será possível entender as interligações que envolvem os(as) estudantes, como citado em sua trajetória de vida e escolar.

O continente africano, no caso será o objeto de pesquisa “ausente”, e as suas representações serão as imagens “presentes” na vida destes/as estudantes. Chartier (2002) ao discutir sobre o antigo regime, afirma que as representações fazem ver uma

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

ausência, o que supõe uma distinção clara entre o que representa e o que é representado. Como exemplo segundo o autor, as formas de teatralização da vida social na sociedade do Antigo Regime, que nos fornecem o manifesto de uma perversão da relação de representação, pois a apresentação tem como objetivo fazer com que o que está sendo representado não tenha existência a não ser a sua imagem que é exibida. Nesta proposta de pesquisa, considera-se o continente africano como o objeto ausente, e a sua representação se concretiza como a imagem presente, uma imagem que não é o real, mas não o nega, se configurando como a construção de uma narrativa sobre o objeto ausente.

Destaca-se neste ponto que a noção de apropriação é um conceito discutido a partir da História Cultural, e com isso Chartier (2002) em uma discussão com Michel Foucault destaca que a noção de apropriação pode ser reformulada, ou seja, colocada no centro de uma abordagem da História Cultural que se prende a diferentes práticas, com utilizações em contraste. Esta reformulação põe em relevo a pluralidade dos modos de emprego e a diversidade de leituras, que não forcem o texto, distanciando-se do sentido que Foucault atribuía ao conceito quando considerava a apropriação social dos discursos como um dos procedimentos mais importantes através dos quais os discursos eram submetidos.

Essa ancoragem teórica nos leva a problematizar como esta temática está sendo discutida e problematizada nas escolas, se os estereótipos e narrativas lacunares a respeito de África estão sendo desconstruídos.

3. Considerações finais

A partir destas reflexões destacam-se as necessidades em problematizar como os/as estudantes pensam a respeito da temática. Apontando e problematizando ideias que podem estar cristalizadas em suas representações sobre África, visões que em muitos casos reforçam os estereótipos e contribuem para visões lacunares sobre a cultura africana e afro-brasileira. Pensar que a história africana não se resume apenas a sala de aula, mas sim que tais representações são construídas no decorrer da trajetória dos/as estudantes, sejam elas pela mídia, por visita a uma exposição, ou outras atividades que mencionem a temática.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Com isso a presente pesquisa visa levantar discussões que, nos possibilitem a refletir e fazer uma leitura sobre esta realidade, a história da África a partir das representações dos/as estudantes. Fortalecendo com o cumprimento da legislação em vigor, lei 10639/2003, e refletindo se a mesma com quase vinte anos de promulgação está sendo seguida e posta em prática.



Referências

- BERTIN, Méris Nelita Fauth. **A educação das relações étnico-raciais através da escuta sobre a história da vida**. 2018. 122 f. Dissertação (Mestrado em História) Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018.
- CAIMI, Flávia Eloisa. História Escolar e memória coletiva: como se ensina? Como se aprende?. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos, MAGALHÃES, Marcelo de Souza, GONTIJO, Rebeca (Org.). **A escrita da História escolar: Memória e Historiografia**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- CHARTIER, ROGER. **A História Cultural entre práticas e representações**. Portugal: DIFEL, 2002.
- _____. O mundo como Representação. In **Estudos avançados**. São Paulo, v.5, n.11, p. 137 jan/abr. 1991.
- JANZ, Rubia. **Lei 10.639/2003: o que os alunos do 1º ano do ensino médio sabem sobre história africana e afro-brasileira?** 2016. 213 f. Dissertação (Mestrado em História) Ponta Grossa, 2018. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.
- MOURA, A.C; SOARES, E. V; BRAGA, M. L. S. A Lei 10.639/03: da luta política à implementação. **Revista do PPGPS/ UENF**. Vol. 3 n. 2 (Maio/Agosto 2009) p. 78-120.
- MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade cultural. **Cadernos Penesb**, Niterói, n. 10, p. 38-54, 2010.
- OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre a África: Abordagens da história africana nos Livros didáticos brasileiros. **Revista de história** 161. (2º semestre de 2009) p. 213-244.
- PEREIRA, N.D. **A trajetória histórica dos negros brasileiros: da escravidão a aplicação da lei 10.639 no espaço escolar**. Curitiba: UFPR, 2015, Monografia (especialização).
- SOBANSKI, Adriane de Quadros. **Como os professores e jovens estudantes do Brasil e de Portugal se relacionam com a ideia de África**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação, da Linha de Pesquisa Cultura, Escola e Ensino, Setor de Educação) Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A MATERNIDADE NÃO CHEGOU, E DAÍ? A AUSÊNCIA DO MATERNALISMO EM TERESINA-PI NA DÉCADA DE 1970



MARTINS, Thayná Guedes Assunção¹; VÁZQUEZ, Georgiane Garabely Heil²

¹*Mestranda em História, Cultura e Identidades, Universidade Estadual de Ponta Grossa;* ²*Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa*

O século XX foi marcado por grandes acontecimentos e avanços no tocante as conquistas femininas. Um período pautado por revoluções sexuais, movimentos feministas, maior presença feminina no cenário educacional, particularmente de nível superior, bem como presença crescente das mulheres no mercado de trabalho. Inclusive, várias mudanças foram percebidas no campo historiográfico ao destacar as novas abordagens históricas, com um olhar voltado aos estudos em torno das mulheres, um objeto de pesquisa relegado durante muitos anos a posições secundárias.

O processo de expansão dos campos de pesquisa tornou-se mais expressivo, ainda no período da década de 1920, recorte colocado como uma das possibilidades de marco, já que foi esse momento que configurou o surgimento do movimento dos *Annales* ou Escola dos *Annales*. (BURKE, 1992). Diante desse panorama, foi proporcionada mais legitimidade à experiência social das mulheres em relação aos diferentes acontecimentos históricos, tendo em vista aspectos como o distanciamento de métodos mais tradicionais na pesquisa, valorização aos fatores ligados à vida privada e outros.

Apesar da expansão dos assuntos em torno da pesquisa histórica tomar início na década de 1920, como pontua Michelle Perrot (2007), a década de 1950 ainda era traduzida em uma dominação do campo social e econômico sobre a sociedade e a história, onde se discutia o comunismo, o marxismo, o existencialismo. Esses estudos apesar de estarem a abordar uma discussão em torno das desigualdades de classe, frequentemente deixavam as mulheres de fora dessa análise, restringindo-lhes um papel universalizado a partir do que estaria investigado e posto sobre o sexo masculino.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Quanto ao cenário de estudo da pesquisa será Teresina, capital do Piauí. Ela possui uma população estimada em 868.075 pessoas (IBGE, 2021). Instalada em 1852, havendo a transferência da então capital Oeiras para Vila Nova do Poti, que viria a ser a atual Teresina, com o intuito de romper com as dificuldades de comunicação do Estado com as outras províncias do país, bem como diminuir a dependência econômica junto ao Estado vizinho, Maranhão. Nisso, a atual capital do Piauí nasceu a partir da ideia de modernidade, com a perspectiva de ruptura com o atraso. (NASCIMENTO, 2011).

Embora seja possível identificar diversos avanços conquistados pelo público feminino diante de seus direitos no que concerne a igualdade de gênero, maiores liberdades e poder sobre seus corpos, ainda é notória a opressão que é imputada as mulheres que não desenvolvem a maternidade. Portanto, é que se faz necessária e urgente a problematização em torno do não desenvolvimento da maternidade a partir de uma visão histórica, objetivando dar visibilidade a uma temática que se encontra presente na sociedade, mas que muitas vezes é colocada no campo da invisibilidade. Assim, apresenta-se como questão problematizadora: De que forma a não maternidade pode atuar na construção de uma nova perspectiva de vida para as mulheres nascidas em Teresina- PI na década de 1970?

O presente texto contempla uma breve apresentação de uma pesquisa em desenvolvimento que terá como resultado a dissertação de mestrado. Nesse sentido, tem-se como objetivo geral: analisar como as mulheres nascidas na década de 1970 em Teresina configuraram suas vivências a partir da alternativa da não maternidade. A maternidade inserida como função social das mulheres se traduz numa investida social de controle feminino e de uma exploração ainda mais acentuada sobre as mulheres em desenvolvimento da condição materna. Onde aquelas que decidem usufruir de seus direitos junto ao trabalho produtivo lhes resta uma sobrecarga de trabalho, pois ao adentrar no espaço público de profissionalização estará também acumulando os afazeres do recôndito do lar.

À vista desse movimento do não desenvolvimento da maternidade é que se alinha os estudos de gênero, compreendido como “uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres.” (SCOTT, 1990, p.7). Diante disso, amplia-se os

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

questionamentos das concepções tradicionais do ser mulher, como cultural, e que encontra-se em constante processo de mudança, no qual a negação da maternidade se articula.



Quanto ao foco temporal desse estudo, década de 1970, se caracteriza e é definido pelo fato de ser um período de aceleração de mudanças na vida das mulheres, no que tange a aspectos como uma relativa abertura para a liberdade sexual com a difusão da pílula contraceptiva e maior acesso feminino aos setores públicos, sobretudo, com os aspectos escolar e profissional. compreendendo que esse é um processo ainda longo, possuindo em Teresina- PI um cenário menos desenvolvido do que as capitais metropolitanas, nota-se na década de 1970 um período mais consolidado dessa inovação para a vida das mulheres.

Para tanto, o estudo traz sua relevância para o campo da história, seguindo a linha de pesquisa sobre gênero, por buscar compreender as perspectivas das mulheres quanto a não realização da maternidade. No campo social, a referida pesquisa tem a importância de possibilitar o reconhecimento da transformação da consciência feminina em relação aos seus desejos, pois ao adquirir uma escolarização razoável e participar do mercado de trabalho, as mulheres passaram a procurar novas formas de satisfação, sejam estas no campo profissional e/ou pessoal.

A presente proposta de pesquisa possui sua proposta articulada com a linha de pesquisa Identidades e Sujeitos: saberes e práticas ao buscar investigação diante do rompimento da cultura tradicional sobre a maternidade, bem como saberes médicos que se vinculam ao modo de viver e sua investida diante das mulheres não mães ao campo do patológico, discutindo também como a maior participação feminina no mercado educacional e profissional podem ter relação com o adiamento ou não vivência da condição materna pelas mulheres teresinenses nascidas no decorrer da década de 1970.

1. Aspectos metodológicos e interface com as fontes de consolidação da pesquisa

Ao final do século XIX e início do século seguinte, ainda que existente de maneira incisiva a ideia de maternidade, cuidado com os filhos e filhas, teve início novas propostas que visavam a emancipação feminina. Essa era uma época marcada pela necessidade e desejo da nova classe burguesa, que emergia fortalecida de um país

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

independente e em relativo crescimento, tendo como foco o Rio de Janeiro, referência nacional em virtude da condição de capital do Brasil, onde os novos ideais de inspiração europeia chegavam mais depressa e disseminavam-se pelo país. Desse modo, o desempenho das mulheres em algumas atividades no espaço público começa a ganhar forma, especialmente junto a atividades consideradas como uma extensão das funções essencialmente femininas, como as de secretaria, enfermeira, professora, dentre outras. (MALUF; MOTT, 1998).

Quanto a inserção feminina em maiores níveis de escolarização e mercado de trabalho produtivo, a partir da década de 1920 já era possível perceber a ocupação feminina junto a estruturas educacionais mais elevadas em Teresina a partir da Escola Normal e seu ensino profissionalizante, o que vai gerando novos horizontes as mulheres, que não mais estaria condicionada exclusivamente a educação dos filhos, mas entendia a sua função de educadora a um público bem mais amplo, se constituindo em um exercício profissional para muitas mulheres, o que se configurava em novos meios de sustento e realização pessoal. (BRANCO, 2013).

No início dos anos de 1970 “esse tipo de investimento ia se consubstanciando em um modelo alternativo para a vida feminina, na medida em que as mulheres iam deixando de inserir-se na esfera pública, de forma secundária, para assumirem um lugar central.” (CARDOSO, 2012, p. 177). Portanto, esse era um período que apesar de manter amarras em uma educação feminina voltada para o matrimônio e maternidade, já se tinha início um acentuado processo de mudanças quanto aos novos ares das mulheres, de camada mais favorecida, a esse espaço público de poder.

A inserção da mulher no mercado de trabalho, sempre exposta a menores condições de desenvolvimento do seu ofício do que o ser masculino, foi constituída e ainda perpassa por momentos de lutas por maior igualdade de gênero²⁰³. (ALVES; PITANGUY, 1995). O discurso moralista em prol dos valores familiares impostos e situados apenas perante o ser feminino agiam como meios fortes de recuo das mulheres

²⁰³ A sociedade vai constituindo diversas maneiras na busca da manutenção da legitimação das diferenças entre os gêneros, havendo na afirmação da mulher como mãe, na busca de desenvolvimento de características afetivas impostas como inerentes ao público feminino a manutenção de privilégios masculinos em detrimento das mulheres. (SCOTT, 1990).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

para o espaço do lar. Isso ocorria porque a partir de maiores direitos garantidos às mulheres sobre sua inserção no mercado de trabalho e cenário educacional, estas iriam ganhando novos ares de desenvolvimento e liberdade. Assim, a maternidade nem sempre estaria atrelada aos novos planos de crescimento feminino.

À vista do que foi analisado até o presente momento e exposto neste texto, o que pode ser apresentado são os questionamentos acerca dos estereótipos a que o ser feminino está sujeito ao longo da história e, em especial, estão vigentes no período investigado. Ao passo que as mulheres vão adquirindo maiores direitos e acesso ao espaço público, entende-se que uma das possibilidades possíveis é que o desejo de desenvolvimento da maternidade vai sendo postergado ou mesmo se tornando inexistente. Contudo, ao passo que as mulheres vão conquistando esses direitos no que tange a vida pública, os papéis sociais impostos culturalmente não deixam de existir em sua totalidade.

Mesmo diante dessas conquistas no decorrer do século XX, ainda é perceptível as amarras a que são submetidas as mulheres na sociedade. Imputadas aos papéis de esposa e mãe como imprescindíveis a maior satisfação à sua condição de mulher. E aquelas que fogem desses padrões normativos impostos pela sociedade ainda encontram determinados estereótipos a sua condição de não mãe, como frustrada ou egoísta, por exemplo, e por não ter desenvolvido vivências ditas como fundamentais para o pleno desenvolvimento do ser mulher, devem ser menos realizadas. Contudo, apesar desses olhares desrespeitosos e preconceituosos a que mulheres ainda se encontram sujeitas a vivenciar, o não exercício da maternidade vem se tornando uma crescente.

Diversos são os fatores ligados ao não desenvolvimento da condição materna, como questões relacionadas ao campo da saúde que transcendem os desejos de mulheres quanto a presença de uma maternidade biológica, a maior inserção das mulheres no mercado de trabalho e níveis de escolarização, intensificado no Brasil desde a década de 1970. Os aspectos referentes a presença feminina nos campos educacionais também se inserem como grande responsável pela valorização dos estudos em torno das perspectivas femininas, das vivências das mulheres, que até então eram excluídas da história (RAGO, 1998).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

E é com base nisso, que buscou-se integrar nessa discussão a relevância do trabalho e da educação como molas propulsoras de desenvolvimento feminino na sociedade em geral, e em especial como esse processo foi ocorrendo no Brasil, especificamente no contexto de Teresina. Para Elisabeth Badinter (1985), a maternidade é uma construção, pois não se nasce mãe e nem mesmo passa a ser mãe, mesmo para aquelas que sempre desejaram a maternidade, tudo faz parte de longo processo, ou seja, não é uma condição inerente ao ser feminino, embora certos grupos sociais preguem o contrário.

Alinhado a essa perspectiva, analisa-se Michel de Certeau (1982), que compreende a historiografia em seu desenvolvimento pautada pela investigação e análise das fontes, onde busca-se ir além do que encontra-se posto, mas explorando as entrelinhas do objeto de pesquisa. Desse modo, o historiador explora o passado na busca da compreensão de quais incompletudes há naquela dada pesquisa. Diante disso, é que o presente estudo se alinha na busca da investigação diante do não desenvolvimento da condição materna por mulheres teresinenses, na busca da compreensão dessa realidade e seu impacto diante de um cenário regional.

A história das mulheres é uma narrativa de resistência e reconfiguração das representações que uma sociedade patriarcal mantinha em relação as mesmas, ou seja, o público feminino deveria ser limitado apenas as atividades do ambiente doméstico. Ao serem propostas novas discussões em torno das mulheres, direitos, reivindicações e lutas, manifestadas na inserção no mercado de trabalho e questionamento sobre condições consideradas inerentes a sua natureza, a saber, a maternidade, a escrita da história feminina é refeita com base em novos arranjos historiográficos, estimulados no surgimento e valorização de novos objetos de estudo tanto na história como nos demais campos de pesquisa. (RAGO, 1998).

Nesse contexto, torna-se necessário dialogar sobre a compreensão de gênero, das diferenciações impostas sobre homens e mulheres dadas exclusivamente a partir da classificação binominal. Com base nisso, a historiadora norte-americana Joan Scott (1990) pontua que “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder.” (SCOTT, 1990, p. 21). Portanto, as construções culturais

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

desenvolvidas no cenário social reverberam sempre intencionalidades opressoras, e a história das relações de gênero e divisão sexual de todos os âmbitos de vivência se normatiza como natural, quando na verdade não é exatamente consensual. Assim, as mulheres tornam-se objeto de forte desejo de dominação e opressão na e pela sociedade, e apesar das suas lutas e ganhos ainda se encontram diante de uma sociedade conservadora e limitante.

À vista disso, é que essa pesquisa se propõe ao uso de narrativas de mulheres nascidas na década de 1970 em Teresina-PI, a partir da história oral, que de acordo com Verena Alberti (1989), utiliza testemunhos de personagens que vivenciaram situações e realidades, visões de mundo, permitindo uma interpretação do passado vivido, bem como uma análise dos elementos subjetivos implícitos nas narrativas que surgem, rompendo silêncios existentes e alcançando informações específicas, tendo como intuito resgatar aspectos importantes sobre os interesses e fatores que orientaram o não desenvolvimento da maternidade no cenário teresinense.

As entrevistas de história oral permitem ao pesquisador resgatar aspectos considerados subjetivos, o não dito, um olhar capaz de referenciar um considerável número de representações e lembranças. Desse modo, “a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa.” (POLLAK, 1992, p. 201). Assim, evidencia-se que cada acontecimento é singular, ainda que pautado pela mesma questão como é o caso do não desenvolvimento da maternidade, no entanto, as causas, os modos como cada uma das mulheres na condição não materna experienciou essa situação em sua vida se traduz de maneira singular.

Para a concretude desse estudo alguns autores serão imprescindíveis, como forma de melhor compreensão das relações contidas na maternidade e seus desdobramentos, bem como com relação ao não exercício da maternidade. Nisso, destacam-se Maluf; Mott (1998) e Joan Scott (1990) para compreensão acerca dos estudos em torno da história das mulheres, bem como do gênero como categoria de análise histórica. Joseanne Marinho (2018), Mary Del Priore (1990) e Ana Paula Vosne Martins (2005) serão fundamentais para a discussão acerca da constituição da maternidade como função social feminina; já Elisabeth Badinter (1985) e Georgiane

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Vázquez (2015) darão sustentação ao desenvolvimento da discussão em torno do mito de um amor materno e suas implicações sociais para as mulheres.

Esta pesquisa já conta com um acervo de fontes, contendo os relatos de duas entrevistadas, a partir da modalidade de entrevista semiestruturada, nascidas na década de 1970, em Teresina, sendo necessário a ampliação em relação ao número de entrevistadas já tendo havido um mapeamento prévio das possíveis entrevistadas a partir de núcleos comuns de amizade, o que garante a viabilidade, existência e acesso a essas mulheres não mães nascidas na década de 1970, em Teresina. Tais entrevistas terão como fundamentação, um roteiro de entrevista semiestruturada (GASKELL; BAUER, 2010) que procura estimular e encorajar um entrevistado ou entrevistada a relatar os principais aspectos relacionados a sua vida pessoal e seu contexto social, na qual a ordem das perguntas não precisa seguir uma natureza inflexível, devendo estimular uma maior liberdade por parte dos participantes dessa modalidade de entrevista.

De maneira subsidiária também serão realizadas análises referente aos exemplares da revista Pais & Filhos na década concernente ao estudo na busca de compreensão das representações incorporadas em meio a um periódico de circulação nacional, nos quais já fazem parte do acervo existente para a construção da pesquisa, na qual foi oportunizada a partir de uma viagem para um evento na cidade de Curitiba, onde os exemplares da revista Pais & Filhos encontram-se disponíveis para consulta na biblioteca pública do Paraná, e depois de reunidos já encontram-se divididos em grandes grupos temáticos a partir de uma seleção dos exemplares fotografados e digitalizados.

Também fará parte do conjunto de fontes primárias para essa pesquisa o Jornal O Dia referente ao recorte temporal desse estudo, onde seus artigos se encontram de fácil acesso junto ao arquivo público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito, localizado em Teresina, o que se tornará importante fonte para a caracterização e compreensão do cenário do estudo no período da década de 1970. Tanto os exemplares da revista Pais & Filhos, quanto os do Jornal O Dia ainda não encontram-se digitalizados, só podendo ser acessados a partir de consulta presencial, o que no contexto atual de pandemia o arquivo público de Teresina encontra-se funcionando a partir de agendamentos, não se fazendo, portanto, como impedimento para a concretude da pesquisa.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

2. (In) conclusões

Diante da análise empreendida nesse texto, nota-se que a maternidade como resultado de um ato humano e envolvendo, sobretudo as mulheres, deve se fazer objeto de direito de escolha, onde possa ser de fato desenvolvido ou não a partir da plena consciência feminina a partir de sua liberdade, e que a sociedade tenha um olhar cada vez mais respeitoso e afetuoso para com todos os grupos de mulheres, sendo estas mães ou não mães.

A constituição dessa pesquisa está orientada pela concepção de que a maternidade não pode ser considerada como apenas o único ideal de vida significativa para as mulheres, pois tal aspecto já se encontra em processo de desnaturalização em relação a ideia de não maternidade, esta podendo ser uma escolha ou por impedimentos relacionados a saúde da mulher. É preciso evidenciar que as lutas e reivindicações em torno do direito das mulheres possibilitaram mudanças nas mentalidades femininas sobre a satisfação pessoal, uma satisfação por vezes não associada a ideia de cuidados maternos e domésticos.

Referências

- ALBERTI, Verena. *História oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.
- ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jacqueline. *O que é feminismo*. São Paulo: brasiliense, 1995.
- BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. *Mulheres Plurais*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2013.
- BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: *A escrita da história: novas perspectivas*. BURKE, Peter (org.). 7ª reimpressão, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, p. 7-37. 1992.
- CARDOSO, Elizangela Barbosa. *Múltiplas e Singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2012.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. Maria Lourdes Menezes. Revisão técnica Arno Vogel. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

DEL PRIORE, Mary. *Ao Sul do Corpo: condições feminina, maternidade e mentalidade no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1990.

GASKELL, George; BAUER, Martin. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2010.



IBGE. *Cidades e Estados*. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi/teresina.html>>. Acessado em: 7 de jun. de 2021.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. Teresina, a capital que nasceu sob o signo do moderno e da pobreza. In: XXVI simpósio nacional de História- ANPUH, 2011, São Paulo. *Anais do XXVI simpósio nacional de História- ANPUH*. p. 1-15.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: contexto, 2007.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: Sevcenko, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil: república da belle époque à era do rádio*. São Paulo: companhia das letras, 1998.

MARINHO, Joseanne Zingleara Soares. “Manter Sadia a Criança Sã”: As políticas públicas de saúde materno-infantil no Piauí de 1930 a 1945. Jundiá: Paco Editorial, 2018.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *História da maternidade no Brasil: arquivos, fontes e possibilidades de análise*. In: ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, 2005, Londrina.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*. Campinas, SP, n. 11, p. 89-98,1998. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634465> > Acesso em: 11 de set. de 2020.

SCOTT; Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, V.15.n.2.jul/dez.1990.

VÁZQUEZ, Georgiane. *Da mãe que não fui: A experiência da ausência de maternidade ao longo do século XX*. 2015. Tese (doutorado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

**“JOGANDO COM OS DEUSES ”: DIREITO E MAGIA NO
PERÍODO ARCAICO DO DIREITO ROMANO (VIII a.C –II a.C)**



Lucas Otávio Boamorte.

*Universidade Estadual de Ponta Grossa; Programa de Pós-graduação em História -
PPGH*

Resumo: Por um longo período a produção historiográfica sobre o direito foi legada a juristas que, no esforço hermenêutico com as fontes, produziram obras significativas para o campo da História do Direito, especialmente o direito romano. Diante das demandas de novas questões e das inovações teórico-metodológicas, o que se percebe é a necessidade de redefinir as relações entre esses dois campos que dialogam há muito tempo. Desta forma, o presente trabalho busca compreender o caráter mágico do direito em seu período arcaico e sua gradual sistematização com a elaboração da Lei das XII Tábuas.

1. História e Direito: campos que se aproximam

Nada foge ao tempo, o direito – como tudo e todos – está inserido no tempo. Ainda que esta máxima esteja carregada de obviedade, por vezes, esquecemos – e aqui nos referimos aos historiadores - que esse aspecto do âmbito social também permeia a história, não sendo possível desprendê-lo das redes infinitas que conectam o conhecimento pretérito e das condições que o produziram, por si próprias, históricas.²⁰⁴

Se pretendêssemos proferir algumas reflexões a respeito da história do direito sem levar em consideração as especificidades da historiografia própria do direito, certamente, estaríamos cometendo um erro terrível, pois estaríamos entrando em uma seara que nos é diferente e que possui uma longa tradição historiográfica já consolidada e respeitada no âmbito jurídico. Contudo, uma reflexão histórica que dialogue entre esses dois campos, a história e o direito, pode – seguramente – ser positiva, se analisarmos o fenômeno jurídico sob o olhar da interdisciplinaridade e da alteridade.

Ao historiador que devota seus olhos à antiguidade, o direito romano se mostra um campo fértil de possibilidades de análise²⁰⁵. Este direito configurou-se como um conhecimento especificamente jurídico a partir de seu período clássico, e que ora vinculado a determinados ordenamentos sociais, ora desvinculados destes, se moldou como um campo de saber elaborado por um corpo – e alma – de indivíduos determinados a criar um direito vivo, atuante e intelectualmente concebido.

²⁰⁴Este pressuposto pode não parecer tão obvio assim para alguns juristas civilistas atuais que acreditam que o direito romano é universal e que pode ser aplicado em qualquer época, ou seja, atemporal.

²⁰⁵ Como pode ser visto nos trabalhos de Bretone (2009), Hespanha (2012), Grossi (2016), Guandaline Jr.(2017,2021), Gilissen (1988), Giordani (1996), Schiavoni (1992), Schioppa (2014), Cretella Jr. (2009), Wolkmer (2007) entre outros.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Nesta perspectiva, historicizar o direito romano é pensar também na própria constituição da civilização romana ao longo de sua história, perpassando os tempos de formação, os períodos clássicos de seu apogeu e seu irremediável fim, é também pensar no legado romano à civilização ocidental a partir do direito, de seus institutos e de sua manifestação.

Neste sentido, o direito romano, é compreendido como esta concepção de um direito racionalizado, sendo formado independente de outras formas de disciplinamento social e que teve sua primeira experiência – nestes moldes – com a civilização romana. O que nos interessa é verificar como o direito – entendido como pensamento jurídico e norma – se formou em um cenário onde anteriormente prevalecia o casuísmo.²⁰⁶

Isto posto, deve-se levar em consideração que o direito - fenômeno alocado espaço-temporalmente – supõe uma historicidade que lhe é indissociável. Assim, o direito romano compreende não somente a ordem jurídica que teve seu lugar ao longo da história de Roma, mas que extrapolou os limites temporais e geográficos abarcando outras experiências jurídicas. O direito romano, foi aplicado desde a fundação da cidade de Roma em 753 a.C. até a queda de Roma no ocidente, em 476 d.C., ou seja, desde o edito do primeiro rei até a última constituição imperial o direito romano influenciou diversos povos e culturas que estavam sob seu domínio ou área de influência.

Foi justamente nesta influência com outros povos que o direito teve um papel preponderante na expansão do Império Romano, uma vez que este não se limitou tão somente à conquista territorial, a colonização dos povos vencidos pelos romanos impôs certos parâmetros tipicamente romanos, como usos e costumes a todos os habitantes do império.

Roma teve ao longo de sua história diferentes sistemas de governo como a Monarquia, a República e o Império, que recebe duas subdivisões: o Principado e o Dominato. Os dois primeiros sistemas marcam a experiência jurídica com um forte caráter aristocrático²⁰⁷, seja nas sentenças como na elaboração das normas, contudo, no período do Império, sobretudo no Dominato, a autoridade delegada ao *imperator* lhe permitia outorgar as normas “a próprio punho”.

2. O direito do período arcaico

O direito do período arcaico, pode ser caracterizado por seu formalismo e sua ancestralidade sob aspectos pautados na religião, na guerra e na punição, como forma de garantir a conservação do Estado. Este direito primitivo abrange todo o período da Realeza e parte do período republicano, e seu teor consuetudinário: *mos maiorum*

²⁰⁶ O direito romano não se caracteriza por ser um conjunto de normas feitas pelos poderes instituídos, ao contrário, ele se destaca por ter tido a doutrina como principal fonte do direito, a qual depois se transmutou em preceitos/dispositivos normativos na Antiguidade Tardia especialmente no Digesto.

²⁰⁷ O direito romano sempre possuiu este aspecto aristocrático, quando se dava poder ao povo, como cadeiras no senado, o Senado estava esvaziado de poder, por isso conferiam poder ao povo. Era um poder mais formal que material. Pode-se dizer que se o direito, na Realeza e na República levasse em conta em alguns aspectos o povo, como é o caso da Lei das XII Tábuas, criada para acalmar os ânimos da plebe frente aos patrícios, e a administração da justiça tivesse membros do povo, no Dominato tal “presença” desapareceu.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

consueto, característicos de sociedades clônicas, ressalta o escasso uso da escrita, em decorrência disso carece de registros judiciais e legislativos deste período.

Direito e religião, neste período, eram indissociáveis, pois os responsáveis pela prática do direito eram os sacerdotes – pontífices - que possuíam o conhecimento das formas, neste período as principais fontes eram os costumes e os rituais, que eram interpretados pelos pontífices em uma peça chamada *responsa*, cujo conteúdo foi tendo força de “lei”.

Como assevera Fustel de Coulanges (1961) “o direito não era mais do que uma das faces da religião” (COULANGES, 1961, p.132), isto denota que não havia uma diferenciação muito nítida entre religião e direito. É necessário entender que o que os romanos chamavam de religião no século VIII a.C., tem pouca relação com o que entendemos como religião, pois a religião romana arcaica não era uma religião axiológica (GUANDALINI, 2021), ela era uma relação ritualística com os deuses e com as forças da natureza (um jogo com os deuses). Os sacerdotes compreendiam que certos rituais “agradavam” os deuses e, portanto, esses rituais eram vinculantes para os homens, e ao mesmo tempo que se desenvolveu esses rituais passa-se a ser aplicados em relações privadas, onde cada *paterfamilias* necessitava de mediações com outros *paterfamilias*, ou seja, o direito estava estritamente ligado à religião no sentido de que o próprio ato jurídico era um ritual de caráter sagrado e, por conseguinte lhe concedia segurança.

A respeito desses rituais, o que se acreditava é que as palavras geravam efeitos na natureza, não existiam palavras em vão, pois as palavras tinham um efeito mágico. No direito romano arcaico, quando a palavra era proferida de maneira “certa” e pela pessoa certa, a realidade era alterada e assim os vínculos jurídicos entre as pessoas se transformavam. Conforme Gaio²⁰⁸ salienta, para ter o direito a seu favor era necessário conhecer os termos e pronunciá-los com exatidão, um simples descuido com a pronúncia ou o esquecimento de um termo durante a repetição de palavras já era motivo para anular o ritual ou perder a causa.

De acordo com Fustel de Coulanges (1961), o acatamento que os antigos sentiam por suas leis provinha do caráter sagrado do direito arcaico, aludindo à Platão, este coloca que “obedecer às leis é obedecer aos deuses”, e vai além, exprimindo o pensamento grego quando Sócrates dá a vida porque as leis assim o exigem, ou quando cita as inscrições presentes sobre os rochedos das Termópilas: “*Viandante, vai dizer à Esparta que morremos aqui para obedecer às suas leis*” (COULANGES, 1961, p.132). A lei entre os antigos povos sempre foi sagrada, em Roma ela era considerada a rainha dos reis nos tempos da Realeza, desobedecê-la era cometer sacrilégio.

Ainda que o período seja marcado pelo arcaísmo jurídico, alguns conceitos foram concebidos para dar inteligibilidade à ideia de justiça e equidade e que mais tarde iriam contribuir para uma concepção de direito, eram estes: o *ius*, *fas* e *mos*. De acordo com Siqueira (2013):

²⁰⁸ Gaio foi um importante jurista romano que viveu por volta de 110 a 180 a.C. Sua atuação política e jurídica se deu durante os reinados de Adriano, Antonio Pio, Marco Aurélio e Cômodo e suas obras foram reconhecidas com um grande grau de autoridade sendo inclusive nomeadas na Lei das Citações do Imperador Teódosio II, juntamente com Papiniano, Ulpiano, Modestino e Paulo, como um dos cinco juristas cujas opiniões deveriam ser seguidas. As obras de Gaio se tornaram fonte do direito romano e nas Institutas é onde se encontra grande parte de seu pensamento.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

ius, fas e mos, o primeiro representava um conjunto de regras sociais e de convivência, era a ideia inicial de justiça, do que era bom e equitativo, termo que posteriormente passou a ser entendido como o Direito que hoje conhecemos, a ciência jurídica. Já o “*fas*” tinha uma conotação religiosa, era o Direito sagrado e representava as indicações dos deuses, eram as permissões e proibições divinas. Por fim, o termo “*mos*” expressava os costumes, as normas consuetudinárias, os princípios respeitados e valorizados do senso comum. (SIQUEIRA, 2013, p.4384)



A principal fonte deste período era o costume, o jurista Pomponius observa que nas origens de Roma o povo era governado pelos reis *sine lege certa, sine iure certo* (sem lei certa, sem jurisprudência certa), predominava o *ius non scriptum, o mos maiorum* (o direito não escrito, o costume dos antepassados). Conforme Pomponius, teriam sido votadas pelos comícios *curiatis* as chamadas *leges regiae* (leis régias) devido a necessidade de se fixar o costume oral contra as arbitrariedades que poderiam ocorrer em determinadas ocasiões. Seria atribuído a Sextus Papius o trabalho de coordenar e unificar esses dispositivos legais que passariam a se chamar de *Ius Civile Papiarium* (GIORDANI, 1996, p.44).

Para se ter uma noção, no período imperial, Gaio define *ius civile* como:

quod quisque populus ipse sibi jus constituit, id ipsius proprium est vocaturque jus civile, quasi jus proprium civitatis.

O direito que cada povo se constitui para si mesmo, esse lhe é próprio e se chama direito civil, direito, por assim dizer, próprio da cidade.

Em uma época mais tarde, nas Institutas de Justiniano é explicitado a origem da expressão *ius civile* e de seu equivalente *ius Quiritium*:

Sed jus quidem civile ex una quaque civitate appellatur, veluti Atheniensium; nam si quis velit Solonis vel Draconis leges appellare jus civile Atheniensium, non erraverit. Sic enim et jus, quo populus Romanus utitur, jus civile romanorum appellamus vel jus Quiritium, quo Quirites utuntur; Romani enim a Quirino Quirites appellantur.

Ora, o direito civil tira a sua denominação da cidade a que pertence, assim o dos atenienses; pois quem quiser chamar às leis de Solon ou de Dracon, direito civil dos atenienses, não errará; e assim também o direito de que usa o povo romano lhe chamamos direito civil dos romanos ou direito dos Quirites, de que usam os Quirites, pois por causa de Quirino os romanos se chamam Quirites.

A época do direito arcaico pode ser subdividida em duas subfases²⁰⁹: a nacionalista que iria de 753 a 242 a.C., e uma fase universalista que compreende de 242 a 130 a.C. A fase nacionalista marca o início do *ius civile*, direito aplicado unicamente para mediar as relações entre romanos, já durante a fase universalista o direito se expande e passa a compreender as relações entre romanos e estrangeiros, sobretudo a partir da criação da magistratura do *praetor peregrinus*. Com o surgimento da lei escrita

²⁰⁹ Ainda que datadas, essa subdivisão do direito no período arcaico nos indica que ele se tornou mais abrangente a partir da atuação do pretor peregrino nos limites de Roma. A fase universalista ressalta a preocupação em expandir os instrumentos de aplicação da justiça aos estrangeiros e consequentemente os domínios romanos.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

o costume passa a ser institucionalizado, vigorando juntamente com a *lex* que possibilitou o registro do que fosse direito iniciando uma primeira distinção entre os conceitos de norma e costume. Segundo Gilissen (1988, p.129), a *lex* era um ato emanado das autoridades públicas que - formulando regras de caráter obrigatório - definiam como ordem geral ao povo e a plebe realizada a pedido do magistrado.

Refletindo sobre o caráter semântico dos termos *ius* e *lex*, Lopes (2004, p.15) salienta que embora estejam dentro de um universo de sentido próximo eles designam coisas diferentes, a palavra *lex*, v.g., é utilizada nos textos jurídicos romanos para indicar qualquer tipo de norma, de qualquer valor e conteúdo. Segundo Gianetto Longo (apud Lopes), qualquer regra emanada de uma pessoa física ou jurídica que alude a determinadas condutas morais e às cláusulas de convenções pode ser considerada como *lex*, portanto, dispõe de um sentido não apenas concreto, porém igualmente abstrato. De acordo com Lopes (2004, p.17), *ius* e *lex* distinguem-se pelo fato de *lex* se referir às coisas da cidade, enquanto *ius* versa sobre às relações entre os cidadãos.



3. O Jurista Pontífice-sacerdote

O jurista pontífice pertencia a elite romana e foi o principal interprete do direito neste período. Sua atividade era baseada na memória dos *mores* e mesclava experiências sociais e religiosas, manifestando-se sob a forma de *responsum* ou respostas dos pontífices, que eram dadas segundo modalidades oraculares.

Conforme Bretone (1998, p.48), os pontífices-sacerdotes não agiam como magos ou profetas dotados de um poder carismático, eram, na realidade, técnicos de um saber profundamente útil para o adequado funcionamento da ordem social. Os pontífices eram consultados pelos *paterfamilias* no tocante aos rituais mais adequados à produção de efeitos normativos para com outro *paterfamilias*, e as respostas dos pontífices tendiam à objetividade, pois o respeito aos rituais atraía a proteção das divindades. Desta forma, as relações que se estabeleciam adquiriam caráter normativo, tornando – por assim dizer – “jurídicas”.

Neste sentido, o ritual era fundamento do *ius*, que somente pelo adequado cumprimento rigoroso do ritual era capaz de atrair a proteção dos deuses. Essa dedicação aos rituais assegurava a confiança nas relações entre os chefes de famílias e no campo da regulação social a formação desse saber passou a desenvolver regras mais sofisticadas de disciplinamento social, tornando aos poucos um conhecimento mais técnico, e o principal responsável pela aplicação correta do *ius* era o pontífice.

4. A Lei das XII Tábuas

Após destronar o último dos reis etruscos, Tarquínio, o Soberbo, por volta de 509 a.C., Roma reorganizou o seu regime republicano representativo e modernizou a sua estrutura administrativa e jurídica de forma que lhe assegurasse o controle das fronteiras de seu território, especialmente os que circundavam os etruscos e équos. Assim, o povo recebeu proeminência na administração pública com seu próprio representante (tribuno da plebe) e passou a submeter à soberania popular a magistratura no qual era exercida exclusivamente pelos patrícios.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A insatisfação dos plebeus em relação às interpretações dos costumes realizadas pelos pontífices, ligados aos patrícios, fez com que fosse pleiteado, por meio do tribuno da plebe Terentilius Arsa, a nomeação de uma comissão que redigisse os costumes em leis escritas por onde as tensões entre essas classes seriam deliberadas, sendo assim criada as chamadas Leis das XII Tábuas. Por volta de 451 a.C., a assembleia curiata designou uma comissão de dez membros responsáveis por redigir as leis, os *decemviri legibus scribundis*, estes decênviro²¹⁰ receberam a importante missão de viajar à Grécia com o intuito de estudar as leis de Sólon. Em 450 a.C., foram elaboradas as dez tábuas da lei sendo complementada em 449 a.C., com mais duas tábuas formando a *Lex Duodecim Tabularum*.

Contudo, no tocante a essa viagem Gibbon (1989, p.205) sublinha que por mais contraditório que possa parecer o fato dos patrícios romanos terem se deslocado para copiar modelos de democracias estrangeiras e que estes decênviro se subordinassem a simplesmente reproduzir leis estrangeiras deve-se levar em consideração que as semelhanças entre as XII Tábuas e as leis de Sólon se remete ao fato da aplicação às necessidades comuns de povos de mesma origem, ainda que os modelos de jurisprudência romano e grego sejam completamente díspares.

Segundo Saldanha (2011, p.11) a lei das XII Tábuas simboliza um avanço significativo na própria ideia de justiça, uma vez que consolida uma direção à universalidade do fenômeno jurídico. Evidentemente, as XII Tábuas não criaram um novo sistema jurídico, todavia, a consolidação do direito escrito contribuiu para uma inegável harmonização entre patrícios e plebeus no período da república romana.

Em *De oratore*, Cícero tece elogios às XII Tábuas, o que para ele seriam as leis que nunca mudam a sua linguagem e que tomam o lugar da justiça antes controlada pelos reis:

Cic. *De or.* 1,43,193-44,195): "... sive quem haec Aeliana studia delectant, plurima est et in amni iure civili et in p.ontificum libris et in XII tabulis antiquitatis effigies, quad et verbarum vetustas prisca cognoscitur et actionum genera quaedam maiorum consuetudinem vitamque declarant; sive quem civilis scientia,... totam hanc, descriptis omnibus civitatis utilitatibus ac partibus, XII tabulis contineri videbit; sive quem ista praep.otens et gloriosa philosophia delectat... hosce habet fontis omnium disputati.onum suarum qui iure civili et legibus c.ontinentur,... et docemur nan infinitis concertationumque plenius disputationibus, sed auctoritate nutuque damitas legum habere libidines, c.oercere omnes cupiditates, nostra tueri, ab alienis mentes, acul.os, manus abstinere bibli.otheças mehercule omnium phil.osopharum unus mihi videtur XII tabularum libellus, si quis legum f.ontis et capita viderit, et auctoritatis pondere et

Para quem se ocupa de estudos filológicos à maneira de Elio Stilone, há em todo o direito civil, nos livros do pontífice e nas XII Tábuas, a imagem intensa e fiel do tempo antigo: aí encontramos a remota antiguidade da linguagem; as fórmulas jurídicas revelam os costumes e a vida dos nossos antepassados. Quem tiver predileção pela ciência política... verá esta ciência inteiramente recolhida nas XII Tábuas, por que nelas se projeta a organização da cidade, e distinguem-se os interesses e as partes que a compõem. Também se alguém tiver gosto por esta prepotente e ambiciosa filosofia, ... terá no direito civil e nas leis o princípio de todas as suas discussões.... Não é através de disputas infinitas e litigiosas, mas por meio de influente menção das leis que aprendemos a vencer as nossas paixões, a frear qualquer desejo, a defender os nossos bens, e a manter longe dos bens alheios o pensamento, os

²¹⁰ A primeira comissão decenviral era composta pelos seguintes membros: A. Mânlio, Ápio Cláudio, C. Júlio, P. Horácio, P. Séstio, P. Sulpício, Sep. Postúmio, T. Genúncio, T. Romílio e T. Vetúrio.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

utilitatis ubertate superare".

olhos e as mãos... este único e pequeno livro das XII Tábuas, se atendermos às fontes das leis e aos seus momentos essenciais, supera, pelo peso da autoridade e pela extensão do seu valor prático, bibliotecas inteiras de filósofos (BRETONNE, 1998, p.48).



Autores, como Cícero, citam as disposições das Leis das XII Tábuas em seus próprios termos, no mais comentando-as. Um fato intrigante é que os juriconsultos, de certo modo, negligenciaram o estudo mais sistemático das leis contidas nas XII Tábuas, se referindo a elas apenas indiretamente. O primeiro comentário que se tem atestado foi elaborado pelo jurista *Sextus Aelius Paetus Catus* (séc. II a.C.) que publicou uma obra chamada *Tripertita* que se organizava da seguinte maneira: a) à lei das XII Tábuas, propriamente dita, b) a interpretação das leis, e c) as antigas ações da lei e as que lhe foram acrescentadas. Além dele, foram realizados alguns trabalhos por *Antistius Labeão*, pelos gramáticos *Servius Sulpicius Rufo* e *Aelius Stilo Praeconinus* e por Gaio, onde encontramos seus comentários incorporados no *Corpus Iuris Civilis*.

O acesso às XII Tábuas foi difundido, sobretudo, a partir dos estudos do século XIX com a publicação das primeiras edições modernas das Institutas de Gaio. Nestas edições o conteúdo das leis foi compilado, e evidentemente adequado à linguagem da época, nota-se as propostas elaboradas por Jacques Godefroy, Dirksen, e Voigt.²¹¹

O conteúdo das XII Tábuas era uma compilação do direito público e privado, onde as disposições das leis versavam sobre o processo romano, especialmente a execução sobre a pessoa. Na seara do direito privado, contudo, encontram-se somente disposições gerais já que o direito consuetudinário do antigo *ius civile* ainda permanecia válido, ademais, o conteúdo das leis decenvirais revelavam que a economia permanecia essencialmente agrária dispendo sobre demarcações de propriedades agrícolas, proteção das colheitas, animais domésticos e delitos rurais.

Analisando algumas passagens das XII Tábuas percebemos a presença de um forte formalismo, como no exemplo apresentado por Gaio, já no século II d.C., de um indivíduo que perdeu uma causa por ter utilizado uma palavra incorreta no momento da apresentação de seu pedido, uma vez que no texto estava previsto sobre o “corte de árvores” e não de “videiras” como ele se referiu, perdendo a ação:

Tábua II, § IX: Se alguém, sem razão, cortou árvores de outrem, que seja condenado a indenizar à razão de 25 asses por árvore cortada.

Por um mero descumprimento de uma formalidade, o formalismo retirava a normatividade do *ius*, contudo, por outro lado, permitia a utilização dos rituais para atingir à outras finalidades. Desta forma, abria um espaço para inovações e

²¹¹ Jaques Godefroy foi o autor do primeiro ensaio que pretendeu restituir o texto das XII Tábuas, em 1616. Após Godefroy, outros autores buscaram remontar os textos a partir de uma crítica mais rigorosa, como Dirksen em 1824 e Voigt em 1883.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

experimentações em novos problemas jurídicos, amparados pela tradição das formulas (GUANDALINI JR, 2021, p.90).

Outra passagem é sobre a emancipação, que originalmente foi criada para diminuir os excessivos abusos do *paterfamilias* que vendiam repetidamente seus filhos como escravos:



Tábua IV, § III: Se o pai vendeu o filho 3 vezes, que esse filho não recaia mais sob o pátrio poder.

Ao longo do tempo, o ritual passou a ter outra finalidade, era realizada três vendas fictícias do filho para um indivíduo que logo o libertava, fazendo assim com que o filho – agora liberto – estivesse emancipado, a cerimonia fictícia acabou se tornando um instrumento de emancipação voluntária.

Conforme Guandalini, Jr. (2021, p.91), a adoção de um direito escrito na Lei das XII Tábuas indica o esforço realizado pelos plebeus para se libertarem do arbítrio das regras dos pontífices. Porém, esse caráter antipontifical das XII Tábuas não significa que seu conteúdo seja exclusivamente plebeu, uma vez que os privilégios patrícios ainda são muito claros em vários trechos por permanecer conteúdos discriminatórios do antigo *ius* na nova legislação, como a servidão e a proibição de casamento entre diferentes classes sociais.

Tábua III, § VI: Se não paga e ninguém se apresenta como fiador, que o devedor seja levado pelo seu credor e amarrado pelo pescoço e pés com cadeias com peso até o máximo de 15 libras; ou menos, se assim o quiser o credor;

Tábua III, § VII: O devedor preso viverá à sua custa, se quiser; se não quiser o credor que o mantém preso dar-lhe-á por dia uma libra de pão ou mais, a seu critério.

Tábua XI, § II: Não é permitido o casamento entre patrícios e plebeus.

Todavia, percebe-se a existência de regras favoráveis aos plebeus que garantisse o cumprimento dos interesses da plebe frente aos patrícios, como nas passagens da sétima e nona tábuas:

Tábua VII, § XIV: Se um patrono causa dano a seu cliente, que seja declarado sacer (podendo ser morto como vítima devotada aos deuses).

Tábua IX, § I: Que não se estabeleçam privilégios em leis.

As leis das XII Tábuas não eram um código, na acepção moderna do termo, aproximando-se mais de uma compilação escrita dos costumes romanos, sob fórmulas lapidares, elas buscavam atender às exigências dos plebeus, porém sem abrir mão dos privilégios dos patrícios. A redução dos costumes em leis escritas contribuiu sobremaneira nos conflitos envolvendo patrícios e plebeus, porém sua interpretação ainda estava velada aos pontífices.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Para Bretone (1998, p.48), a Lei das XII Tábuas nos interessa como um fato político por se tratar de uma querela entre classes e feita a partir disto como um meio de resolver o conflito social. Porém, podemos perceber a compilação destas leis pelo seu aspecto formal, “como texto normativo que disciplina com perícia técnica, na base de costumes – muito frequentemente mais antigos – uma rede de relações; as quais, exatamente porque tão disciplinadas, se “isolam” como jurídicas na consciência dos homens.” (BRETONE, 1998, p.16).

Neste sentido, na cultura arcaica romana, as XII Tábuas pressupõem a constituição da função jurídica como função autônoma e representam o certo estágio crítico de juridicidade tendo em vista que a norma passa a assumir pressupostos de universalidade. Assim, Gernet (apud Bretone) afirma que as leis das XII Tábuas continham uma função psicológica, “um sistema de representações, de hábitos mentais e de crenças que se organizavam voltadas à noção específica do direito” (DE MELO, 2018, p.8).

Por fim, apesar da publicação da lei das XII Tábuas, a interpretação do direito, no momento de sua aplicação ainda permanecia secreta, porém não mais exclusiva dos pontífices. A atividade de interpretar e proferir o direito durante o período arcaico ficou a cargo da aristocracia na República, devido ao fim do monopólio sacerdotal – que também era composto pela elite- e isso acarretou em uma laicização do direito. Até a promulgação da *Lex Aebutia* em 150 a.C., o direito arcaico possuía um forte caráter ritualista, conduzido por sacerdotes e posteriormente por nobres laicos, com as transformações ocorridas, principalmente com a atuação dos pretores iniciou uma nova fase do direito romano.

Referências

BRETONE, Mario. História do direito romano, trad. **Isabel Teresa Santos e Hossein**. Editorial Estampa. Lisboa, 1998.

COULANGES, Fustel de; ANTIGA, A. Cidade. Editora das Américas SA EDAMERIS. **São Paulo**, 1961, p.132.

DE SIQUEIRA, João Paulo S. Direito romano: influências no pensamento jurídico latino-americano. Ano 2. 2013, p.4384.

GIBBON, Edward. **Declínio e queda do Império Romano**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p.442, p. 205.

GIORDANI, Mário Curtis. **Iniciação ao Direito Romano**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1996, p.44

GILISSEN, John; HESPANHA, António Manuel; MALHEIROS, Macaísta. **Introdução histórica ao direito**. 1988, p.129.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

GUANDALINI JR, Walter. **História do Direito Romano**. Curitiba: Intersaberes. 2021, p.90.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **As palavras e a lei: direito, ordem e justiça na história do pensamento jurídico moderno**. Direito GV, Fundação Getulio Vargas, 2004, p.15.

SALDANHA, Daniel Cabaleiro. **História e teoria das fontes do direito romano**. Belo Horizonte, UFMG. 2011,p.11.



PROCESSO DE POVOAMENTO EM TORNO DA REPRESA DO ALAGADOS EM PONTA GROSSA (PR), DE 1911 A 1950

Willian Mateus Lisboa¹; Orientadora: Alessandra Izabel de Carvalho.²

¹*Discente de Licenciatura em História, Universidade Estadual de Ponta Grossa;*

²*Departamento de História, Universidade Estadual de Ponta Grossa.*

Este estudo busca investigar como se deu o processo de povoamento em torno do manancial do Alagados. Situado na região limítrofe dos municípios paranaenses de Ponta Grossa, Castro e Carambeí, a represa do Alagados foi criada em função da construção da barragem do Sumidouro no rio Pitangui, em 1929, com o objetivo de geração de energia elétrica pela Companhia Prada de Eletricidade S/A. Posteriormente, devido à necessidade de aumentar a barragem em 12 metros, originou-se um grande lago na região, que a partir da década de 1940 começou a atrair moradores e turistas para a finalidade de lazer, o que provocou aumento no número de propriedades no local, como casas de veraneio e fazendas, além das estradas de acesso a esses imóveis. Essas edificações são derivadas do processo histórico de ocupação desordenada às margens do Rio Pitangui, de seus afluentes e do reservatório do Alagados; esse processo repercute até os dias de hoje, afetando principalmente a qualidade da água do Alagados, que contribui com 40% da água fornecida a Ponta Grossa. Com o auxílio de pesquisas técnicas em acervos, o trabalho pretende analisar o processo de ocupação territorial em torno da represa entre os anos de 1911 e 1950 e, também, resgatar os processos históricos de ocupação da região.

1. Introdução

O trabalho a seguir propõe problematizar os processos de ocupação em torno da Represa do Alagados, na cidade de Ponta Grossa, entre os anos de 1911 e 1950, para isso, foi preciso analisar como transcorreu a formação da microbacia na região, também se fez necessário investigar como se deu a construção da Barragem do Sumidouro, e das três usinas de geração de energia que foram construídas no local para o aproveitamento das quedas d'água na região.

A região do Alagados, se encontra limitada nas coordenadas geográficas, 24°52' a 25°05' de latitude S e 49°46'' a 50°06' de longitude W de Greenwich, (MORO et al., 2005, p. 15; UEPG, 2002²¹²), a maior parte, do atual reservatório, se encontra no Primeiro Planalto Paranaense (PPP), no entanto uma pequena parte do reservatório se encontra no início do Segundo Planalto Paranaense (SPP), nesse local foram construídas as usinas de geração de energia e o barramento, necessário para criar um desnível entre montante e jusante, vital para a geração de energia e o aproveitamento do potencial energético do Rio Pitangui, e demais afluentes. A área inundada abrange as cidades de

²¹² UEPG. NUCLEAM. Bacia hidrográfica do manancial Alagados. Ponta Grossa, 2002. (Relatório técnico) - CD-ROM

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Ponta Grossa, Carambeí e Castro, tendo respectivamente, 3,50 km²; 1,10km² e 2,6km² de área alagada em seu limite municipal (COPEL, 1999). O reservatório, se insere na bacia hidrográfica do Tibagi, e é alimentado por três rios, Pitanguí, São Jorge e Jutuva, chegando a uma área total de 7,2km². Seu nível de água máximo é de 919,2 m, contendo um volume total de 29Hm³ de água, sendo 27Hm³ de volume útil para geração de energia (COPEL, 1999). Atualmente, a Usina São Jorge e a Usina do Sumidouro, são as únicas usinas de energia em operação na região, apresentam uma potência combinada de 2,60MVA (PONTA GROSSA, 2006, p. 105) gerada a partir do aproveitamento de uma queda bruta de 53,3m, a barragem atual, tem 133m de comprimento e uma altura de 14m.

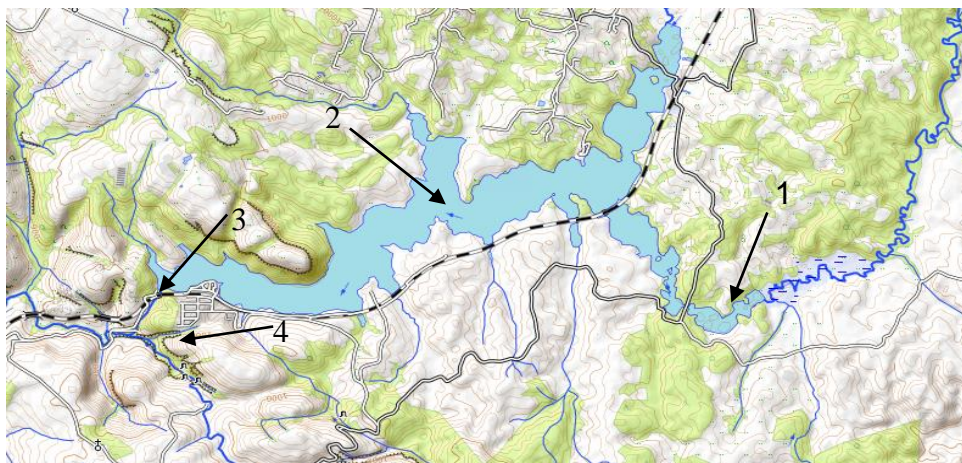


Figura 1²¹³: 1- Início do barramento do Rio Pitanguí: 2- reservatório da represa: 3- barragem: 4- Usina São Jorge

Esse empreendimento se caracteriza como uma pequena central hidrelétrica, estabelecido conforme parâmetros empregados pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), através da Portaria 109, de 24 de novembro de 1982 e do Manual de Pequenas Centrais Hidrelétricas, que caracteriza a Usina São Jorge como uma pequena central, e a Usina do Sumidouro como minicentral (MULLER, 1995, p.42-45). Vale destacar que os termos “pequena” e “mini” se referem apenas à potência instalada e o tamanho da queda bruta, não é considerado o tamanho, ou os gastos necessários para a construção e aquisição de equipamentos.

Segundo Moro, as margens da represa abrangem uma área de 444,4 ha, divididos em formações de arenitos, casas de veraneio, fazendas, plantações de Pinus e Eucalyptus, bosques nativos, estradas, usinas, barramento e um trecho desativado da ferrovia (MORO et al, 2005, p. 18; COPEL, 1999).

A vegetação nativa da região se encontra em estado de tensão ecológica devido à proximidade e os contatos entre os diferentes ecossistemas do PPP e do SPP²¹⁴. No PPP

²¹³ Mapa topográfico da Represa do Alagados, Ponta Grossa- PR. Produzido com o catálogo público de mapas do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), OSM TOPO. 2021

²¹⁴ MORO, 2005 apud LEITE, P.F.; KLEIN, R.M. Vegetação. In: IBGE. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro, 1990. v.2. Região Sul. p.113-150

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

se encontra a Floresta Ombrófila Mista, representada pela mata ciliar em torno da Represa e de seus afluentes, já no SPP, podem ser encontrados campos secos e/ou rochosos (MORO, 2001, 2005).

Os tipos de solo presentes na região, são: Litólico; Latossolos vermelho e amarelo; Podzólico vermelho e amarelo, esses que são naturalmente predispostos a lixiviação e erosão, processos esses que são acelerados pela ação humana, além disso existem os Cambiossolos, de limitado uso agrícola (COPEL, 1999).

Os problemas atuais, na Represa do Alagados, são referentes às suas Áreas de Preservação Permanente (APPs), à qualidade da água, e à fauna íctica, e podem ser atribuídos à ação antrópica na região. Os principais transgressores são as edificações, loteamentos e fazendas na região, esses em sua maioria construídos anteriormente à Resolução CONAMA 004/85, que delimita a distância das APPs em represas (MORO, 2005, p. 15). Segundo Julio et al, (2008) em estudo feito com 165 propriedades rurais, cerca de 15% da destinação do esgoto da região é feita em valas abertas, 34% é feita em fossas simples, com contato direto com a terra, o restante não há informação ou é utilizado o método da fossa séptica. Porém, para Julio et al (2008), quase 100% do produto final do esgoto, independentemente do método de descarte original, em algum momento é descartado no solo da microbacia.

Além disso, em relação às edificações em torno da margem, principalmente, às fazendas de suinocultura, essas contribuem com a eutrofização e assoreamento da represa (SALDANHA; WIECHETECK, 1999; ROCHA; MARTINS, 2011, p. 237-246; CLEMENTE, 2009; FILHO; MARTINS; SILVA, 2013, 24-32). Isso pode ser evidenciado pelas diversas ocorrências de afloração de cianotoxinas, decorrentes de algas que aparecem devido a grande quantidade de fósforo na água do reservatório, as quais podem causar dermatites ao contato, e intoxicação se ingerida ou inalada, entretanto, segundo a SANEPAR, responsável pelo abastecimento da água em Ponta Grossa, isso não afeta a água que chega às casas dos pontagrossenses; de acordo com relatório ambiental encomendado pela COPEL, a água da represa não é recomendada para consumo sem tratamento. Além disso, esses desdobramentos resultaram em uma ação civil pública, com aproximadamente 100 réus, em 2001, para a retirada das edificações nas APPs²¹⁵.

Outro ponto a ser levantado sobre a Represa do Alagados é seu papel sociocultural para o pontagrossense, apesar da Lei Nº 6295 de 12 de dezembro de 1999²¹⁶, instituir o dia municipal do Alagados a ser celebrado anualmente no primeiro domingo após o dia 04 de outubro, há uma ausência da represa do Alagados na esfera cultural e educacional da cidade, isso somado à 'privatização forçada' da região, por meio das edificações, tendo como principal representante, o Iate Clube Ponta Grossa,

²¹⁵ PARANÁ, 1ª Vara da Fazenda Pública de Ponta Grossa. Ação Civil Pública, 0004029-84.2001.8.16.0019, Disciplina a Ação Civil Pública de Responsabilidade Por Danos Causados ao Meio Ambiente, ao Consumidor, a Bens e Direitos de Valor Artístico, Estético, Histórico, Turístico e Paisagístico. Lei 107412 - Art. 74. Disponível em: https://consulta.tjpr.jus.br/projudi_consulta/ Acesso: 27/05/2021

²¹⁶ PONTA GROSSA. LEI Nº 6295 fica instituído, no âmbito do Município de Ponta Grossa, o Dia Municipal dos Alagados, a ser comemorado, anualmente, no Domingo que se segue ao dia 4 (quatro) de outubro. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS JURÍDICOS, em 12 de novembro de 1999.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

fazem com que o imaginário do Alagados se mantenha como um local de lazer para poucos, tornando as iniciativas de preservação ambiental parcialmente ineficazes.

2. Materiais e Métodos

Ao investigar a história do manancial do Alagados pela ótica da história ambiental – um aporte teórico interdisciplinar que busca, formar um novo modo de analisar a relação ambiente/sociedade, no qual a natureza também é catalisadora de mudanças na esfera social e não só sujeito passivo da interferência humana – pretendemos contribuir para o debate acerca da sustentabilidade das águas que abastecem o nosso município, por meio de um referencial teórico que enfatiza o estudo de como se estabeleceram as relações entre o ser humano e a natureza ao longo do tempo (WORSTER, 1991, p. 201-202; DRUMMOND, 1991, p.181).

Seguindo os conceitos de Drummond (1991), é preciso, primeiramente, focalizar uma região com uma “identidade natural”, nesse caso é evidente a conexão do pontagrossense com a região devido ao lazer proporcionado pela represa e seu afastamento do meio urbano. Em seguida, foram utilizados os dois primeiros níveis de análise para elaborar um projeto de história ambiental propostos por Worster (1991), ou seja, foi necessário entender o ambiente natural, suas interações biológicas, sua fauna e flora, todo organismo, seja esse orgânico ou não, deve ser considerado, e seu papel analisado, e isso inclui o ser humano, que também faz parte do ecossistema. O segundo nível a ser examinado é o socioeconômico, como essa esfera social humana se comunica e transforma o ambiente em que está inserida, portanto, é analisado como o ser humano usa e usou os recursos naturais ao longo da história, como matéria-prima para criação de bens de consumo, geração de energia, atividades como pesca, agricultura e lazer.

Além disso, para entender as dinâmicas específicas da formação do potencial hidrelétrico pontagrossense, além dos princípios ambientais e da engenharia hidrelétrica, foi utilizada a metodologia para análise de efeitos socioambientais na construção de represas e usinas hidrelétricas de Muller (1995), o qual consiste de investigação sobre os fatores naturais, tais como consequências hídricas e limnológicas, efeitos climáticos, efeitos no solo e efeitos na fauna e flora em torno da represa, além da verificação dos impactos socioeconômicos e culturais, como desapropriações, questões territoriais, infraestrutura econômica e social, pesca, agricultura, saneamento básico e saúde pública na região em questão.

Os materiais utilizados para chegar aos objetivos propostos por esse trabalho foram, pesquisas interdisciplinares nos campos da geografia, biologia, química, engenharia civil e ambiental; análise online de periódicos regionais como “O Progresso” e o “Diário dos Campos”; pesquisa em livros de atas da Câmara Municipal de Ponta Grossa; acervos fotográficos disponíveis na Casa da Memória em Ponta Grossa; literatura regional sobre a Represa do Alagados; análise da legislação vigente no período, como o Código de Águas, e os diversos decretos decorrentes de sua publicação; materiais produzidos por órgãos governamentais; relatórios ambientais; acervo *online* da COPEL; acervo *online* do Museu Campos Gerais.

3. A Formação da Região do Alagados

Segundo Muller (1995), a obtenção de energia elétrica para as diversas atividades essenciais das sociedades modernas sempre resultou no aumento da

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

exploração dos recursos naturais, incluindo as fontes de energia consideradas ‘limpas’, portanto, fica claro que a construção de usinas de geração de energia e barragens provocam não só consequências duradouras no ecossistema presente na região do empreendimento, como nas esferas econômicas e sociais das populações humanas próximas. Assim é possível afirmar que, mesmo sendo de baixa impacto, o processo de eletrificação de Ponta Grossa causou efeitos ambientais, e principalmente socioeconômicos, que podem ser encontrados na sociedade e no ecossistema pontagrossense até os dias de hoje.

A partir de 1876, com a exposição universal da Filadélfia, o mundo entrou em alvoroço com às invenções e descobertas científicas apresentadas. Uma dessas era a produção mecânica de energia elétrica, D. Pedro II um dos presentes na exposição, rapidamente aderiu a corrida mundial da eletrificação que estava prestes a começar. Logo após, em 1879, no mesmo ano em que Thomas Edison inaugurava a primeira usina elétrica em Nova Iorque, o imperador brasileiro criava a estação da Corte, essa que contava com um total de 6 lâmpadas para iluminação pública (MULLER, 1995, p. 6). Esses fatos deram início ao processo de difusão da energia elétrica no Brasil, rapidamente, São Paulo, Porto Alegre e várias outras cidades começaram a produzir e utilizar a energia elétrica, afinal ela estava fortemente relacionada com a ideia de progresso industrial.

A primeira hidrelétrica construída no Brasil foi a Usina de Ribeirão do Inferno, essa que foi considerada uma das maiores do mundo na época, foi construída na bacia do Jequitinhonha em Diamantina-MG e inaugurada em 1883, com uma queda bruta de 5m e um potencial elétrico total de 16 cv (cavalo-vapor, 1 cv= 735,5 watts). De acordo com Muller (1995), nesse momento começaram a surgir várias usinas de uso privado e pequeno porte, mas que aproveitavam a potência energética da água para atividades como tecelagem e moagem, porém, como não era todo momento que essa energia era utilizada, alguns proprietários criaram pequenas redes de distribuição, que muitas vezes não chegavam a 1km, para vender o excedente produzindo.

A partir de 1904, Ponta Grossa ingressou no cenário de eletrificação brasileiro, quando ficou pronta sua primeira usina de geração de energia, uma termoelétrica construída pelos empresários Conrado Ericksen Filho e Osório Guimarães (SILVA, 1993, p. 39). Com isso, tinha início a trajetória de exploração de recursos naturais para o progresso industrial da cidade. Dispondo de um potencial elétrico de 50 cv e com cerca de 200 lâmpadas incandescentes, no dia 07 de maio de 1905, se inaugurava a eletricidade em Ponta Grossa (LANGE, 1998, p. 201).

Porém, o crescimento industrial e o processo de urbanização pontagrossense estava acelerado, e a produção de energia pela usina termoelétrica não dava conta da demanda da população. No ano de 1906, por lei municipal, foi então concedido aos empresários Ericksen e Guimarães uma área para aproveitamento das quedas d’água do Rio Verde. Entretanto, mesmo após a nova usina ter sido completada a demanda energética não era atendida, o que levou a prefeitura municipal a encampar as duas usinas de geração de energia construídas na cidade, e abrir um processo para escolha de um novo fornecedor de energia.

Isso deu início à utilização da atual sub-bacia do Alagados para a geração de energia. A área, no entanto, já era usada há milhares de anos pelas populações originárias dos Campos Gerais. Segundo Silva; Parellada e Melo (2007) as formações

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

rochosas do vale do Pitangui, como os cânions e lapas, eram provavelmente utilizados como corredores naturais entre o Primeiro Planalto Paranaense e o Segundo Planalto Paranaense, e isso é evidenciado pela presença de pintura rupestres no Abrigo Usina São Jorge de animais como cervos e emas. Nas palavras dos autores, é provável que



“[O Abrigo Usina São Jorge] tenha servido de acampamento temporário para grupos caçadores-coletores, cujos membros elaboravam pinturas rupestres atribuíveis à Tradição Planalto. Tais grupos são possivelmente relacionados à Tradição Umbu, mas também à Itararé, devido à ocorrência de isolados fragmentos de cerâmica desta tradição neste abrigo. Provavelmente estes grupos encontravam no abrigo um bom local para pouso, proteção contra as intempéries e um mirante para a observação da caça, além de ponto fixo para delimitação de território.” (SILVA; PARELLADA; MELO, 2007, p. 32)

Porém, no momento da construção das usinas, as populações indígenas da região do Alagados ou tinham sido exterminadas pelas bandeiras, que aconteciam já há alguns séculos (LANGE, 1998, p. 13) ou foram expulsos pelos grandes latifundiários da região, principalmente após a dissolução, no século XVIII, da Fazenda Pitangui dos Jesuítas.

Em 1911, terminou a construção, no Rio Pitangui, da Usina Hidrelétrica do Pitangui, e da barragem necessária para controlar a vazão, obras realizadas pela empresa Martins e Carvalho, que venceu a concorrência aberta pela prefeitura de Ponta Grossa (SILVA, 1993, p. 43-48). Construída pelo engenheiro Álvaro Martins, na região denominada Cachoeira, o barramento foi edificado em alvenaria de pedra e argamassa de cimento sobre rocha compacta. O local foi escolhido devido à grande quantidade de saltos, que permitiam a usina chegar à um potencial hidráulico de até 42 metros (SOARES, 1989)²¹⁷. O local fazia parte da fazenda Boa Vista, da família de Manoel Vicente Bittencourt²¹⁸, esse que era ex-prefeito de Ponta Grossa. A fazenda ficava a 36km do centro da cidade e era de difícil acesso, tinha em torno de 937 ha (ROCHA, 1995, p. 86-88) e desse total, uma pequena área, em um cânion do rio Pitangui, foi adquirida pela Martins e Carvalho²¹⁹.

Segundo o jornal O Progresso de 22 de julho de 1911, publicado 13 dias após a inauguração da represa, os estudos realizados previamente para a construção da barragem se concentraram na análise do empuxo do rio, ou seja, no volume de água devido às recorrentes enchentes, tudo para garantir a viabilidade do projeto, visto que o local era de difícil acesso e o terreno irregular. Os principais pontos de modificação da região foram o canal adutor que chegava à extensão de 880m, que foi perfurado na rocha Grê, e revestido com argamassa e cimento, as demais fundações também foram firmadas no subsolo por meio de perfuração. No total foram escavados 9000m³ de solo e arenito, o potencial elétrico da Usina do Pitangui, em 1913, chegava a 450kw (LANGE, 1998, 207; SILVA, 1993, 169-178).

²¹⁷ PONTES, Henrique Simão, *et al*, 2011 apud SOARES, Olavo. Furnas dos Campos Gerais, Paraná. Curitiba: Scientia et Labor, 1989

²¹⁸ BITTENCOURT, Jussara Salgado. O Indez: nossa vida, nossa lida. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2013. 252p.

²¹⁹ Até o momento da finalização desse estudo não foram encontradas fontes que indiquem um processo judicial de desapropriação.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Segundo Johansen, Pereira e Gealh (2010), a cobertura vegetal do Pitanguí era vasta, destacando a presença de pinheiros e dos campos.

“[existiam] pinheiros e outra árvores nativas, como angico, cambuí, bracatinga, imbirá, jateboca (bambu), imbuia, canela, branquilha, cedro-rosa, bugreiro e aroreira. Além disso, é possível perceber como a mata ciliar acompanhava o curso do rio e, principalmente, a presença original dos campos [...] que hoje praticamente inexistem, substituídos por lavouras. (JOHANSEN; PEREIRA; GEALH, 2010).

PAGE

Isso se dava, principalmente, pela baixíssima densidade construtiva da região, sendo a utilização do rio, voltada principalmente para a pesca de lazer esporádica e de intervalo curto, ou em casos de períodos mais longos, por meio de acampamentos.

Em 1923, a Martins & Carvalho parou de ser a concessionária de energia da cidade, assim os direitos de exploração de recursos naturais para geração de energia foram outorgados para a Companhia Prada de Eletricidade (LANGE, 1998, p. 209). Para acompanhar o crescimento industrial de Ponta Grossa e a demanda cada vez maior de energia elétrica, em 1929, a Prada começou a construção de uma nova barragem, a do Sumidouro. Porém, o ritmo rápido de crescimento da cidade obrigou a empresa a elevá-la novamente, agora para 12 metros, o que aumentou a capacidade de armazenamento para 27 milhões de metros de água (LANGE, 1998, p. 209). Foi nesse momento que a Prada construiu o reservatório, que mais tarde será chamado de Alagados.

Já em 1935, foi necessária a construção de uma nova usina para alcançar as demandas energéticas, cada vez maiores, da população de Ponta Grossa, assim foi inaugurada a Usina do Sumidouro. Ela e a represa foram batizadas com esse nome devido a uma formação geológica próxima, denominada de Sumidouro, em que as águas do rio Pitanguí caíam e corriam por até 50 metros. Essa caverna foi dinamitada para a construção da usina, porém, ainda existe, sendo acessível apenas durante períodos de estiagem, quando não está inundada devido ao aumento de volume do Pitanguí por consequência das chuvas²²⁰.

Entretanto, devido a uma falha no projeto, a Usina do Sumidouro era ineficiente, utilizando muita água em relação à quantidade de energia que produzia (LANGE, 1998, p. 210-211). Mas a construção não deixou de ser um orgulho para a prefeitura municipal, visto que era símbolo do progresso pontagrossense, por isso, recebeu destaque no álbum oficial da cidade de 1936²²¹, encomendado pelo prefeito municipal Albary Guimarães – este nomeado por Getúlio Vargas –, e no mapa oficial de obras executadas pelo governo estadual de Manoel Ribas²²².

²²⁰ PONTES, H.S. GUPE explora o Sumidouro do Rio Pitanguí. SBENotícias – Boletim Eletrônico da Sociedade Brasileira de Espeleologia, Ano 5 - Nº 156 - p 2. Publicado na internet em 01/05/2010 no endereço: http://www.sbe.com.br/sbenoticias/SBENoticias_156.pdf

²²¹ “Álbum Ponta Grossa- 1936,” Memória Digital, Culturas Regionais, acesso em 21 de fevereiro de 2021, <http://memoriasdigitais.museu.uepg.br/items/show/1492>.

²²² PARANÁ, Estado do Paraná: Obras executadas no governo Manoel Ribas 1932-1938. [Curitiba] : D.T.C, 1 mapa : color. ; 68 x 99 cm Disponível em: http://www.iat.pr.gov.br/sites/agua-terra/arquivos_restritos/files/documento/2020-04/mapa1932_38.pdf

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A implantação dessa usina e aumento do reservatório faziam parte de um plano de eletrificação do estado do Paraná incentivado pelo governo Vargas. A principal medida, em âmbito federal, que proporcionou essa mudança, foi a promulgação do Código de Águas em 1934, que transferiu para a União o controle de todas as jazidas minerais e quedas d'água (SILVA, 1993, p. 70-75). O livro III, do decreto 24.643 de 10 de julho de 1934, com o título ‘Forças hydraulicas - Regulamentação da indústria hydro-electrica’, serve de base para as transformações futuras na região do Alagados, principalmente ao analisar os artigos 143, 145 e 147.



Art. 143. Em todos os aproveitamentos de energia hydraulica serão satisfeitas exigencias acauteladoras dos interesses geraes: a) da alimentação e das necessidades das populações ribeirinhas; b) da salubridade pública; c) da navegação; d) da irrigação; e) da protecção contra as inundações; f) da conservação e livre circulação do peixe; g) do escoamento e rejeição das águas.

Art. 145. As quedas d'agua e outras fontes de energia hydraulica são bens immoveis e tidas como cousas distinctas e não integrantes das terras em que se encontrem. Assim a propriedade superficial não abrange a água, o alvéo do curso no trecho em que se acha a queda d'agua, nem a respectiva energia hydraulica, para o effeito de seu aproveitamento industrial.

Art. 147. As quedas d'agua e outras fontes de energia hydraulica existentes em águas públicas de uso commum ou dominicais são incorporadas ao patrimonio da Nação, como propriedade inalienavel e imprescriptivel. (BRASIL, 1934)

Portanto, ao utilizar os Art. 145. e 147. do Código de Águas, a Prada desapropriou uma pequena área pertencente a Fazenda Boa Esperança, perto de um dos afluentes da Represa do Alagados. Nesse momento, as usinas construídas e a barragem (não incluindo o reservatório), situavam-se em uma região com aproximadamente 15 ha. (ROCHA, 1995, p. 88).

O efeito do Código de Águas pode ser visto nas leis promulgadas no período, em que as concessões passaram a ser exclusivamente feitas pelo governo federal. Isso pode ser visto na construção da Usina São Jorge, que foi o próximo passo na expansão do sistema hidrelétrico da cidade. Pelo decreto nº 6.804, de 3 de fevereiro de 1941, o presidente da República, Getúlio Vargas, permitia a Companhia Prada de Eletricidade:

“Art. 1º Fica autorizada a Companhia Prada de Eletricidade, Sociedade Anônima, com sede na capital do Estado de São Paulo, a:

I - Elevar de quatro (4) metros a barragem existente no rio Pitanguí, no lugar denominado Sumidouro entre os municípios de Ponta Grossa e Castro, no Estado do Paraná, para melhorar as condições de utilização das fontes de energia aproveitadas pela mencionada companhia e de que trata o registo feito, sob o número 174, às folhas 32/34, do livro respectivo n. 2, na Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral, Ministério da Agricultura.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

II - Desapropriar os terrenos, inclusive prédios e quaisquer benfeitorias a serem inundados pelo remanso da barragem, de acordo com as plantas que forem aprovadas.” (BRASIL, 1941)

PAGE

Esse decreto foi revogado alguns meses depois devido à falta da documentação necessária para a construção da nova barragem. A documentação insuficiente seria o registro na Divisão de Águas do Departamento Nacional da Produção Mineral e a apresentação, ao mesmo, dos projetos, plantas e orçamentos. No entanto, os desapropriamentos que já tinham ocorrido se manteriam, isso foi feito com base na lei nº 37 do município de Ponta Grossa, que se refere a processos de desapropriação. Já em 16 de janeiro pelo decreto nº 8.540, a Prada foi novamente autorizada a expandir suas instalações de produção hidrelétrica, mediante a apresentação da documentação já requerida em decretos anteriores, essa construção resultaria na Usina São Jorge, que na época se aproveitava de uma queda de 36 metros e uma descarga de 2.562 litros de água por segundo. Diferentemente de outras usinas construídas pela Prada, a São Jorge apresentava maquinário de fabricação nacional, o que pode ser atribuído a Segunda Guerra Mundial e a parada de importação de bens de consumo e maquinários europeus, visto que as fábricas estavam ocupadas com o esforço bélico.

Alguns anos depois, pelo Decreto nº 22.829, de 28 de março de 1947, a Prada foi autorizada a elevar a crista da barragem em 12 metros, além de ser obrigada a reconstruir uma estrada próxima, inundada no processo de aumento do reservatório. Além disso, no mesmo ano o Decreto nº 23.490, de 9 de agosto, permitia a Companhia Campos Corais de Energia Elétrica desapropriar Eurico Batista Rosas, Nestor Batista Rosas, Sílvio Batista Rosas e sua mulher Augusta Batista Rosas, situados na Fazenda Santa Rosa para ligar a Usina São Jorge, no rio Pitanguí, à cidade de Piraimirim, passando pela Usina de Castro.

Foi nesse momento que o Alagados se popularizou. Devido ao aumento expressivo da área do reservatório, o local que já era frequentado pelos pescadores da região, passou a receber passeios de canoa, piqueniques e demais formas de lazer (JOHANSEN; PEREIRA; GEALH, 2010). Além disso, começaram a aparecer diversas edificações ao redor da represa. Segundo Rocha (1995), isso aconteceu devido a uma partilha familiar, nos anos 1950, em que a Fazenda Boa Vista se diluiu em loteamentos ao redor do reservatório, a maioria com finalidade de recreação e de uso temporário, com o total de área usada chegando a aproximadamente 206 há. Já a região próxima às usinas e a barragem (mas não as incluindo), que tinha um espaço de aproximadamente 730 ha, passa a pertencer a Fazenda Boa Esperança.

Segundo Johansen, Pereira e Gealh (2010), era um dos únicos locais ao longo de todo o Rio Pitanguí em que era possível observar famílias, em atividades como passeios de canoa ou barco e piqueniques, pois a pesca era geralmente feita apenas por homens.

Porém, o aumento da presença humana na região trouxe efeitos negativos à represa Alagados, principalmente no aumento do lixo descartado no reservatório, como dejetos de animais de fazendas que ficavam a menos de 50 metros da água. Isso pode ser observado até nos dias de hoje, não só do reservatório, mas também nos seus afluentes, pois “o rio é compreendido como uma extensão de sua propriedade e não como um bem da comunidade, sendo particular é tratado como se fosse também um depósito” (JOHANSEN; PEREIRA; GEALH, 2010). Segundo Julio (2008), na época

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

de seu estudo, menos de 50% das casas ao redor do Alagados apresentavam local para a destinação correta de dejetos, ou seja, o descaso apresentado, atualmente, com a região é derivado de um processo histórico de ocupação desordenada do Rio Pitanguí, seus afluentes, e o reservatório do Alagados.



4. Conclusões

Segundo Inatomi (2005), as hidrelétricas muitas vezes podem ser vistas como fontes de energia limpa, por não emitirem grandes quantidades de CO₂ para a atmosfera, porém, é impossível ignorar os efeitos causados à fauna e a flora pela construção de imensas barragens, que podem gerar impactos na reprodução de peixes, alterações de fluxos de corrente, entre outros danos, muitas vezes irreversíveis à biota. Além disso, para Muller (1995), existe uma miríade de efeitos socioeconômicos na fase de construção de uma represa. Ao analisar o caso da represa do Alagados, e seus processos de construção e inclusão na esfera cultural da cidade, é possível concluir que, na construção das usinas e das barragens pontagrossenses, os danos ao ecossistema existiram, porém foram de grau baixo a médio. Isso se deu pelas características dos projetos, que, apesar de na sua época de construção não existirem parâmetros para categorizá-los, atualmente, podem ser considerados Pequenas Centrais Hidrelétricas, assim é possível entender que as perdas de terras e os impactos ecológicos foram mínimos.

Porém, a participação do ser humano nos ecossistemas da região não deve ser esquecida, o que nos possibilita afirmar que os verdadeiros danos ao ambiente do Alagados foram causados pela população humana que transformou o local em seu quintal. Tal afirmação é corroborada pelas entrevistas realizadas por Johansen, Pereira e Gealh (2010) com pescadores da região, que relataram um aumento na quantidade de lixo doméstico no reservatório e em seus afluentes. Além disso, existem efluentes derivados de fazendas próximas e a grande rede de esgoto das residências construídas no em torno da represa, cujos resíduos não tratados são despejados diretamente nas águas.

Existem também efeitos sobre o próprio passado da sociedade, como a perda de patrimônio antropológico, visto que a região do Alagados foi um ponto importante em relação a movimentação dos povos indígenas, como já salientado.

A situação atual do Alagados é resultado de um processo de ocupação desordenado, e reflete a dualidade presente na sociedade capitalista, que separa o ser humano da natureza, colocando-a como um ser passivo que precisa ser conquistado, domado, ou ainda, no caso estudo, ter suas águas utilizadas até secar.

Referências

SILVA, Edson Armando. Energia elétrica e desenvolvimento industrial em Ponta Grossa: 1904-1973. 1993. Dissertação (Mestrado em História Econômica em História do Brasil) Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Curitiba, 1993.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

MORO, Jose Carlos et al. Comparação da cobertura vegetal nas áreas de preservação permanente na represa de Alagados (PR), de 1980 a 2001. Publicatio UEPG Ci. Biol. Saúde. Ponta Grossa. v. 11, n. 2, p. 13-20, jul. 2009.

MULLER. Carlos Arnaldo. Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento. São Paulo: Makron Books, 1995.

WOSTER, Donald. Para fazer história ambiental. Estudos Históricos. vol.4, n.8, p. 198-215. Rio de Janeiro, 1991.

INATOMI, T. A. H.; UDAETA, M. E. M. Análise dos Impactos Ambientais na Produção de Energia dentro do Planejamento Integrado de Recursos. In: III Workshop Internacional Brasil - Japão: Implicações Regionais e Globais em Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2005, Campinas - Brasil. Anais do III Workshop Internacional Brasil - Japão: Implicações Regionais e Globais em Energia, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, 2005.

GEALH, Ana Maria; MELO, Mário Sérgio; MORO, Rosemeri Segecin. Pitangui, rio de contrastes, seus lugares, seus peixes, sua gente. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

Relatório Ambiental COPEL – GERAÇÃO COPEL – GESPR/SPRGPR/EQGMA, Ponta Grossa, 1999.

LANGE, Francisco Lothar Paulo. Os Campos Gerais e sua princesa. Ponta Grossa: COPEL, 1998.

NILTON, Cássio Luiz. O IMPACTO DAS PEQUENAS CENTRAIS HIDRELÉTRICAS -PCHS NO MEIO AMBIENTE. 2009. Monografia (Especialização em Formas Alternativas de Energia.) – Departamento de Engenharia, Universidade Federal de Lavras. Lavras, 2009.

ROCHA, Carlos Hugo. ECOLOGIA DA PAISAGEM E MANEJO SUSTENTÁVEL EM BACIAS HIDROGRÁFICAS: ESTUDO DO RIO SÃO JORGE NOS CAMPOS GERAIS DO PARANÁ. 1995. Dissertação (Mestrado em Agronomia, área de concentração Ciência do Solo) – Curso de Pós-Graduação em Agronomia Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

PONTES, Henrique Simão et al. DRENAGEM SUBTERRÂNEA EM ARENITOS DA FORMAÇÃO FURNAS, CAMPOS GERAIS DO PARANÁ, BRASIL. in: Congresso Brasileiro de Espeleologia, 31, 2011, Ponta Grossa. Anais do Congresso Brasileiro de Espeleologia, Ponta Grossa: UEPG, 2011. Online.

SILVA, Charles Andrey da; COSTA, Paulo de Oliveira Filho; MARTINS, Kelly Geronazzo. Análise multitemporal do uso e cobertura do manancial alagados e de seu entorno na região de Ponta Grossa-PR. Ciência e Natura, Santa Maria vol. 35, núm. 1, 2013, pp. 24-32.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

CLEMENTE, Zaira. MONITORAMENTO DO RESERVATÓRIO ALAGADOS, PONTA GROSSA (PR) ATRAVÉS DE BIOMARCADORES E ANÁLISE DE CIANOTOXINAS. 2009. Dissertação (Mestrado em Farmacologia Setor de Ciências Biológicas) – Programa de Pós-Graduação em Farmacologia. Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.



MARTINS, Dagoberto; ROCHA, Jansle. Levantamento de plantas daninhas aquáticas no reservatório de Alagados, Ponta Grossa-PR. Planta Daninha, Viçosa-MG, v. 29, n. 2, p. 237-246, 2011.

SILVA, Alessandro Giulliano Chagas; PARELLADA, Cláudia Inês; MELLO, Mario Sérgio. PINTURAS RUPESTRES DO SÍTIO ARQUEOLÓGICO ABRIGO USINA SÃO JORGE, PONTA GROSSA, PARANÁ. Publ. UEPG Ci. Exatas Terra, Ci. Agr. Eng. v. 13 n. 01 (2007).

JULIO, Marcelo de et al. Diagnóstico sobre a disposição do esgoto doméstico na Bacia do Manancial Alagados, Ponta Grossa/PR. In: Encontro de Engenharia e Tecnologia dos Campos Gerais., 4, 2008. Ponta Grossa, Anais 4º Encontro de Engenharia e Tecnologia dos Campos Gerais, Ponta Grossa: AEAPG, 2008 online.

MOURAD, Leonice Aparecida F. A. P; RODRIGUES, Mariana de Assunção. O Código De Águas De 1934 Como Uma Estratégia Varguista Para Implantar Um Novo Modelo Produtivo. Revista Espaço Livre, v. 14 n. 28 (2019).

CORREA, Maria Letícia. Contribuição para uma história de regulamentação do setor de energia elétrica no Brasil: o Código de Águas de 1934 e o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica. Revista Política e Sociedade., Florianópolis, v. 4 n. 6 (2005).

FILHO, Lourenço; AUGUSTO, César. As pequenas centrais de geração de energia elétrica. Revista do Serviço Público, BRASIL, v.114, n. especial, p. 30-34, 1986.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O NASCIMENTO DA SOCIEDADE BICÉFALA: IMPÉRIO E PAPADO NO OCIDENTE LATINO (SÉCS. IV-IX)



Eduardo Leite Lisboa¹

¹*Mestrando em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa, membro do Núcleo de pesquisa em História e Religião*

A relação entre Império Romano e cristianismo primitivo não foi das mais amistosas nas três primeiras centúrias de nossa Era. Uma das maiores perseguições a esta seita, inclusive, ocorreu justamente no início do século IV (entre os anos de 303 e 311), mas que após uma longa e sangrenta trama consolidou seu reconhecimento/tolerância (ao menos no ocidente) em 30 de abril de 311 – dois anos antes do famoso Édito de Milão, que deu contornos a isso. A melhora de seu estatuto perante a sociedade, porém, somente ocorreria a partir da conversão de um dos co-imperadores daquela altura: Constantino I (272-337). Não cabe aqui explorar os possíveis motivos dessa adesão pessoal do imperador, antes sim salientar que a partir desse momento a religião cristã passou de hostilizada à fé da maioria dos Césares, caminhando a passos largos até sua oficialização como religião de Estado, em 380 (VEYNE, 2011, p. 4-14).

No ano de 312, o Augusto da Gália, Inglaterra, Hispânia e Itália insere-se em uma crença que abrangia de cinco a dez por cento dos setenta milhões de habitantes do Império. Por mais que ela já estivesse legalmente párea com as outras, a novidade anunciada foi de um maior favorecimento à antiga religião perseguida, como, por exemplo, na construção de suntuosos templos, na distribuição de enorme soma às igrejas e na dispensa tributária e das obrigações militares do clero. Entretanto, o vínculo entre o chefe romano e a comunidade eclesial não se estabeleceu exclusivamente no âmbito privado, pois sendo Constantino a pessoa que estendeu a mão para ajudar a Igreja, não é de se surpreender que o próprio exercesse um papel de autoridade nesta que seria sua dependente. Ultrapassando a qualidade de mecenas, assumiu para si o compromisso de organizar concílios para a definição de uma doutrina e defender a exclusividade da Verdade, reprimindo qualquer divergência de opinião ou cismas nessas matérias. Em suma, era por iniciativa de César que ocorriam as decisões teológicas, bem como estava ao seu encargo executá-las, punindo os súditos-cristãos que não seguissem os decretos. Nas palavras de Paul Veyne, por mais que Constantino reiterasse ser apenas um leigo servidor de Deus, portou-se como um verdadeiro “presidente da Igreja”, alguém responsável em guiá-la para o supremo fim das coisas. A relação era esta: “quis chamar respeitadamente os bispos de ‘meus caros irmãos’, mas não é filho deles” (*Ibidem*, p. 53.).

Os concílios ecumênicos organizados na Antiguidade Tardia (como Nicéia em 325, Constantinopla em 381, Éfeso em 431, Calcedônia em 451, etc.) demonstram muito mais do que um esforço para a resolução dos desacordos cristológicos. Estava na ordem do dia a definição da natureza e da própria relação entre os integrantes da Trindade, especialmente no tocante ao Deus-Pai e Deus-Filho. Três foram as principais

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

interpretações condenadas como falsas (isto é, o sentido primeiro de “heresia”) nos referidos concílios: o arianismo, que considera o Filho inferior ao Pai (entendido como o verdadeiro Deus), por ter sido criado/derivado d’Ele; o monofisismo, defensor de uma única natureza de Cristo, a divina; e o nestorianismo/diofisismo, que advoga não uma unidade entre o elemento humano e divino do Encarnado, mas sim distinguem-nos na pessoa de Jesus. A vitória foi do entendimento partilhado por Roma e Constantinopla quanto a Cristo ser verdadeiro Deus e verdadeiro homem, uno em suas duas naturezas. Não obstante, o arianismo persistiu na maioria dos reinos ocidentais, ao passo que os monofisistas consolidaram-se no Egito e na Síria, e o nestorianismo atomizou-se ao longo do Oriente (ESPINOSA, 1981, p. 57-59).

Os oito primeiros concílios ecumênicos, de Nicéia (325) a Constantinopla IV (869-870), foram determinados pelos imperadores do Oriente (ARNALDI, 2002, p. 568). José Antônio de Souza em *O pensamento gelasiano a respeito das relações entre a Igreja e o Império Romano-Cristão* assinala que o papel político do imperador frente aos assuntos religiosos configurou um cesaropapismo, isto é, postulou que o Estado Romano não poderia ficar alheio ao que dizia respeito à Igreja. Para ilustrar os conflitos desta intervenção, o autor traz os embates de Santo Ambrósio (c. 340-397) e Teodósio I (347-395), no qual o bispo protesta quanto a decisão do imperador em favorecer os arianos na disputa pela basílica de Milão, obtendo como advertência que “*in potestate ejus sunt omnia*” (“todos os assuntos dizem respeito ao imperador”): “Não – responde Ambrósio – porque uma basílica é um bem consagrado a Deus. Ao príncipe cabe preocupar-se com seus palácios; a nós padres, e portanto a mim que sou bispo, cabe preocupar com as Igrejas” (SOUZA, 1995, p. 57).

Santo Agostinho (354-430), discípulo de Ambrósio, também distinguia as áreas de atuação do poder secular e da Igreja, no entanto, quando percebeu que as heresias perturbavam a paz, exortou ao Império uma coerção religiosa (RAMOS, 1995, p. 22-23). O Estado para o bispo de Hipona era concebido teologicamente como solução para os eternos conflitos humanos (daí sua responsabilidade pela coesão social) e instrumento punitivo do pecado (pois a existência da escravidão, da propriedade e da sujeição do homem ao homem teve origem na Queda) (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 1923-1925; BOEHNER e GILSON, 1995, p. 197-198). Entretanto, coabitariam entre os decaídos duas comunidades abstratas e moralmente divergentes: a *civitas Dei*, composta por aqueles que vivem pelo amor, em caridade e na busca das bênçãos eternas; e a *civitas terrena* (ou *diaboli*), reunião dos que vivem pela vontade, amam as coisas temporais e buscam a tranquilidade neste mundo (SANTO AGOSTINHO, 2000, p. 1319-1320). Distinguir-se-iam apenas espiritualmente, não procedendo uma apressada correspondência dos Estados profanos com as instituições diabólicas, até porque serviriam para remediar o pecado, e da cidade celestial com a Igreja, nada obstante esta ser a sua militante e aproveitar da paz fornecida pelos governantes seculares para convocar novos cidadãos entre as nações (SANTO AGOSTINHO, 1995, p. 1929-1931; BOEHNER e GILSON, 1995, p. 197-198). Segundo Agostinho, a sabedoria pagã jamais encontrou os meios para tornar feliz a existência humana, seja racionalmente ou pela multiplicidade dos deuses, bem como nunca se viu – até então – o Império assumir a proteção de alguma dessas “seitas filosóficas” e proibir a existência das outras (daí o nome místico da Cidade Terrestre ser “Babilônia”, ou seja, confusão) (GILSON, 1995, p. 197-198). A livre opinião no interior da Cidade de Deus, ao contrário, romperia com

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

aquilo que garante sua existência: a unidade dos fiéis. Segundo a tese do “agostinismo político”, as enunciações do Santo Doutor foram interpretadas por futuros pensadores de maneira a confundir a *civitas Dei* com a Igreja, sociedade dos batizados, e a absorver a ordem natural na sobrenatural, do Estado que partilha o supremo fim de Deus quando conduzido pela sabedoria cristã.²²³

As querelas cristológicas e doutrinárias em concorrência com os patriarcas orientais (de Antioquia, Alexandria e Constantinopla ou mesmo com as pequenas comunidades e reinos) deve-se ao fato de que não podemos falar de um Papado estruturado entre os séculos III e VI. Segundo Daniel Ribeiro, o título de “papa” designava qualquer bispo, portanto o de Roma era apenas “um dentre muitos”. Para ele, nesta época a Igreja ocidental pode ser vista como uma federação de episcopados: sem identidade, autoridade de doutrina ou qualquer espécie de unidade. Dessa forma, fez-se necessário o surgimento de um Primado para a defesa da ortodoxia (somente as Igrejas fundadas pelos apóstolos possuíam a correta interpretação da fé). E foi assentada na associação de Pedro com a prestigiada antiga capital do Império (onde junto de Paulo fundou a comunidade cristã) que a *Sé Apostólica* tornar-se-ia Roma: primeiro, através do *primatus Petri* concedido por Cristo; segundo, pela sucessão apostólica – a lógica espiritual era de que tal como havia primazia de Pedro entre os apóstolos, agora, seu sucessor elevar-se-ia entre os demais bispos. Mas não sem um fundo político: para determinar seu papel o Papado recorreu ao léxico jurídico romano aproximando *primatus* (“primado”) de *principatus* (“principado”, mas também “primado”), fazendo com que o primado de São Pedro, ou melhor, o principado do papa, fosse análogo ao do imperador (indivisível, com a plenitude dos poderes) (RIBEIRO, 1995, p. 43).

Por mais que desde o século III o cuidado de todas as Igrejas (*sollicitudo omnium ecclesiarum*, de II Epístola aos Coríntios: 11, 28) já tenha sido reivindicado por alguns, especialmente Calisto (217-222), Estêvão (254-257), Dâmaso (366-384), Sirício (384-389), Inocêncio I (402-417) e Bonifácio I (418-422), foi com o papa Leão I (440-461) que a primazia romana realmente constituiu-se. Com noções jurídicas herdadas do Império e suporte teórico-teológico de ser possuidor das chaves do reino dos céus, ou seja, com autoridade para intervir disciplinarmente na Terra (Evangelho de Mateus 16: 18, 19), sua principal contribuição para o efetivo Primado foi a consolidação da ideia de que todas as causas devem ser submetidas à Cátedra de Pedro (*Roma locuta, causa finita est*), e isso foi amplamente expresso nos seus protestos em sínodos e concílios. Para exemplificar a reverberação de suas ideias, no ano de 445 o decreto do imperador Valentiniano III saiu em defesa desta autoridade quando a Igreja da Gália tenta sua independência frente a Roma. Leão Magno, como ficou conhecido, adotou a união e colaboração com o poder imperial, sustentou os direitos da Santa Sé, abriu caminho para a separação da Igreja bizantina e, ainda que mantendo-se sob proteção – e por vezes interferência – do imperador, garantiu uma ortodoxia/unidade frente à crise ariana

²²³ O entendimento de que as formulações teológico-filosóficas do autor d’*A Cidade de Deus* foram lidas, simplificadas e assumidas como corrente doutrinária dominante na política cristã até o século XIII tem como embaixador Henri-Xavier Arquillière (†1956). Concordamos que as inclinações de Agostinho deram lugar a uma posterior teologia política, porém, não acreditamos que todo o pensamento medieval corresponde a apenas um desenvolvimento de suas ideias; portanto, não assumimos a completude do conceito apologético de Arquillière. Sobre esse assunto: SOUZA, 2014; NETO e SOARES, 2011, p. 1-20.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

(foi no “Tomo de Leão” que tomou corpo a doutrina sobre as duas naturezas de Cristo) (RIBEIRO, 1995, p. 54-60).

Gelásio I (492-496) é conhecido pelo fortalecimento das teses leoninas, por consolidar o Primado e sustentar a ausência de direito do imperador em impor-se nos assuntos eclesiásticos. Seu pontificado foi marcado pela ascensão dos reinos federados nas antigas províncias imperiais: dos francos na Gália, dos ostrogodos na Itália, dos vândalos no noroeste africano e dos visigodos na Península Ibérica. No entanto, o que desapareceu em 476 foi o poder *diretivo* do Império, não sua *referência*, posto que era desejo dos novos chefes ocidentais terem seu poder “validado” por Bizâncio e mesmo muitos ainda consideravam-se como seus legítimos integrantes. Assim como o novo mapa político do ocidente, a fragmentação eclesial se fazia sentir. A simpatia e apoio do basileu Anastácio I (491-518) aos monofisistas e seus caudatários que viviam no Egito, Síria, Palestina e Fenícia, levou Gelásio a, em um sínodo, “catalogar e classificar todos os livros canônicos da Sagrada Escritura, os livros apócrifos da igreja primitiva e os livros proibidos, escritos por hereges, desde as origens do Cristianismo até aquela ocasião” (SOUZA, 1995, p. 73). Porém, o destaque atribuído a ele no nosso estudo deve-se as seguintes passagens da epístola *Duo Sunt* (“Há Dois”):

[...] Augusto Imperador, são principalmente dois os poderes através dos quais se governa o mundo: a autoridade sagrada dos pontífices e o poder real. Destes dois, é mais grave o peso dos sacerdotes, pois estes deverão prestar contas na ocasião do julgamento divino inclusive pelos próprios reis da humanidade. Na verdade, tu sabes, filho clementíssimo, que em razão de tua dignidade és o primeiro de todos os homens e o imperador do mundo, todavia sê submisso aos representantes da religião e suplica-lhes o que é indispensável para tua salvação. Com efeito, no que se refere à administração dos sacramentos e à disposição das coisas sagradas, reconhece que deves submeter-te à sua orientação e não seres tu quem deva governá-lo, e assim nas coisas da religião deves submeter-te ao seu julgamento e não querer que eles se submetam ao teu. Ora, no tocante ao governo da administração pública, os próprios sacerdotes, cientes de que o poder te foi conferido pela vontade divina, obedecem às tuas leis, pois no que se refere às coisas do mundo não lhes agrada seguir orientação diferente. [...] Tanto mais, por acaso, não se deve prestar obediência à cabeça da Sé Apostólica, a quem a mesma divindade quis que todos os sacerdotes lhe fossem submissos e a veneração da Igreja sempre honrou como tal? Como Tua Piedade sabe, nada pode colocar-se, graças a recursos puramente humanos, acima da posição daquele a quem o chamado de Cristo preferiu a todos os outros e a quem a Igreja reconheceu e venerou sempre como seu primado (*Ibid.*, p. 73-74).

José Antônio de Souza analisa esse documento destacando os contributos para o estabelecimento das relações entre Estado e Igreja. Ecoemos suas considerações. No texto em latim, o autor sublinha que aparecem os termos *auctoritas* e *potestas*, conceituando-os a partir do Direito Romano em voga: o primeiro, atribuído ao Sumo Pontífice, seria “a própria fonte do poder, una e indivisível”; o segundo, dizendo respeito aos poderes temporais, significava “uma fração da autoridade proveniente da

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

mesma exercida por alguém”. Em síntese, colocava uma hierarquização entre o poder diretamente recebido por Deus (preocupado com a Revelação, portanto com o dever moral de orientar os potentados do universo) e aquele designado pela Providência (para os cuidados dos aspectos materiais da vida, sobretudo a observância da lei, ordem e paz). Por mais que cinco séculos mais tarde essa distinção dos dois poderes do mundo passe a representar alegoricamente as duas espadas referidas por Cristo no Evangelho de Lucas (“E eles disseram: Senhor, eis aqui duas espadas. E ele lhes disse: Basta!”) – que será tratado por *gládio material e gládio espiritual* –, Souza adverte que a finalidade do bispo não foi propriamente definir a supremacia dos sacerdotes sobre os governantes seculares, antes preocupou-se em distingui-los e mostrar que independente do monofisismo ser a realidade religiosa de províncias economicamente vitais para o Império, favorecê-lo politicamente não justificava a ilicitude de não se preservar os ditames conciliares (*Ibid.*, p. 35-37).

O *Imperium Universale* já era um *Imperium Christianum*, mas foi a partir das delimitações gelasianas que o mundo cristão passou a estar teoricamente sob dupla ordenação. Deriva dessa vinculação a noção de Cristandade, um sistema único de poder e legitimação da Igreja e do Estado no corpo social. Segundo Francisco José Silva Gomes, o modelo de Cristandade que vigorou no ocidente medieval foi, em boa medida, a continuadora desse Império Cristão dos séculos IV e V. Mais precisamente, enquanto o Estado assegurava à Igreja a presença privilegiada na sociedade e o monopólio dos bens simbólicos, a Igreja fornecia a ele a legitimação de sua hegemonia (Gomes mobiliza o sentido gramsciano do termo, da obtenção do consenso social sem que se faça necessário o recorrente uso de aparelhos coercitivos para a dominação). Dessa relação com o Império o autor indica dois momentos de quase-identificação da Igreja com o mundo e da Igreja com o “reino”. O primeiro diz respeito à tendência do universalismo cristão em assimilar o próprio universalismo romano: a *Christianitas* passaria a ser uma correspondência do ecúmeno civilizado latino, a *Romanitas*. O segundo, na esteira do primeiro, foi a propensão da instituição eclesiástica em identificar-se com o “reino de Deus” em si, uma encarnação no mundo (GOMES, 1997, p. 33-41).

Nas relações da Igreja com o poder político permaneceu a distinção gelasiana como pano de fundo dessa cristandade. Durante os séculos V a VII, a tutela do clero sobre a cristandade ocidental foi importante para a sua formação. Com efeito, a cristandade latino-germânica ia-se distanciando progressivamente da cristandade bizantino-grega. O Império Romano do Ocidente desaparecera, dando lugar à constituição de reinos romano-germânicos. [...] A Igreja tornara-se nesse meio tempo a única *unidade* subsistente do Ocidente, fragmentado que estava entre os vários reinos “bárbaros”. Em referência ao império, universal de direito, e por oposição aos múltiplos reinos ocidentais, o papado referia-se à Igreja como *Ecclesia universalis* [Igreja Católica], querendo com isso manifestar a universalidade da Igreja, tanto no Oriente como no Ocidente. A *Ecclesia universalis* passava progressivamente a designar tanto a instituição eclesiástica como a sociedade dos cristãos ou *Respublica christiana*. Para o papado, esse mesmo conceito de Igreja manifestava

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

também a preocupação da Igreja romana de integrar todas as igrejas locais sob o seu primado de jurisdição, tendência que já se vinha fazendo sentir desde os papas do século V, em particular desde Leão Magno (440-461) (*Ibid.* p. 44-45).



Constantemente a ingerência imperial nos assuntos eclesiásticos levantou debates sobre as especificidades de atuação e finalidade dos poderes espiritual e temporal. Ainda que seja mais evidente a legitimação divina do poder político do imperador – corolário de seu cesaropapismo –, as nobrezas romano-bárbaras também não deixaram de tomar para si competências extra-laicas em benefício de suas implicações políticas, como a de lançar mão dos bens da Igreja e de indicar dignitários religiosos. E próprio ensinamento paulino, como já visto na *Duo Sunt*, garantia a existência dessas autoridades:

Todo homem se submeta às autoridades constituídas, pois não há autoridade que não venha de Deus. De modo que aquele que se revolta contra a autoridade, opõe-se à ordem estabelecida por Deus. E os que se opõem atrairão sobre si a condenação. Os que governam metem medo quando se pratica o mal, não quando se faz o bem. Queres então não ter medo da autoridade? Pratica o bem e dela receberás elogios, pois ela é instrumento de Deus para te conduzir ao bem. Se, porém, praticares o mal, teme, porque não é à toa que ela traz a espada: ela é instrumento de Deus para fazer justiça e punir quem pratica o mal. Por isso, é necessário submeter-se não somente por temor do castigo, mas também por dever de consciência. É também por isso que pagais impostos, pois os que governam são servidores de Deus, que se desincumbem com zelo do seu ofício. Dai a cada um o que lhe é devido: o imposto a quem é devido; a taxa a quem é devida; a reverência a quem é devida; a honra a quem é devida [...] (Epístola aos Romanos: 13, 1-7).

Conceitua-se por *teocracia régia* esse poder outorgado por Deus aos potentados seculares. A especificação “régia” é apenas distintiva, dado o comum entendimento de “teocracia” recair em uma restrita concepção de governança sumo-sacerdotal, isto é, um dirigismo político essencialmente eclesiástico. Historicamente, esse “governo exercido pela(s) divindade(s)” (segundo a etimologia) é verificável em diferentes épocas e localidades, como entre os reis de Judá e Israel, para exemplificar com uma tradição próxima ao cristianismo, ou mesmo entre os imperadores do Baixo Império, para ficar geograficamente mais perto da nossa discussão. É presumível, então, falar tanto de uma *teocracia régia* quanto de uma *eclesial* (ou, a fim de distinção terminológica, de uma *hierocracia*). Todavia, com o desenvolvimento das ideias políticas na Idade Média, percebemos que esse lugar-tenente do sagrado na terra vai ser igualmente apropriado pelo sucessor de Pedro. O embate que ocorrerá em torno dessa natureza divina do poder e dos limites de suas atribuições é aquilo que pretendemos investigar no início do século XIV, porém, é logo quando o ocidente volta a ter um imperador que vislumbramos o embrião desse conflito, uma vez que será o próprio sacerdócio a garantir a existência do Império (BARBOSA, 1992, p. 149-157).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Por mais que o marco historiográfico da renovação imperial seja a coroação de Carlos Magno (800), não poderíamos deixar de mencionar as constatações feitas por Marcelo Cândido da Silva em sua tese sobre a influência das práticas institucionais e das concepções políticas do Império Cristão na nobreza franca (sécs. V-VIII), na qual demonstrou que a salvação das almas também era o objetivo das atividades do governo; ou em outras palavras, que já entre os merovíngios vislumbramos uma realeza cristã. Igualmente importante sublinhar que no *Regnum Francorum* adotou-se a política de *imitatio imperii* graças aos laços diplomáticos com Bizâncio (SILVA, 2008, p. 317).²²⁴ Outrossim, após o batismo de Clóvis (c. 497) os francos tornaram-se grandes “parceiros” de Roma no fortalecimento do episcopado católico numa Gália pagã e herética – sobretudo ao avançarem entre os arianos visigóticos. Foi graças a esse paulatino estreitamento político-militar-religioso que em meados do século VIII o Papado voltar-se-ia aos gauleses para buscar um novo escudo da Igreja, sobretudo devido a recentes contendas territoriais e litúrgicas com o Império Romano do Oriente. A primeira dizia respeito a criação do Exarcado de Ravena em fins do século VI, uma unidade administrativa bizantina que estreitou ainda mais a dependência temporal do Papado romano em relação ao imperador, agudizando as reconquistas na Península Itálica por Justiniano (482-565). Já a segunda versou sobre a cisão iconoclasta, quando da altura em que o imperador Leão III (717-740) decretou (730) a supressão do uso de ícones para adoração, pois tal prática configuraria uma abominável idolatria – algo que somente foi sancionado pela Igreja Bizantina no sínodo de Hiereia, em 754. As medidas iconoclastas iniciadas por Leão III e continuadas pelo seu filho, Constantino V (741-775), fez com que várias cidades italianas se juntassem ao bispo de Roma para resistir às ordens do basileu, do exarca e do patriarca oriental.²²⁵

O último dos quatro filhos de Clóvis († 511), Clotário I, eliminou os sobrinhos e legou o reino aos seus descendentes, partilhando-o em três: Austrásia, Nêustria e Burgúndia. Após quase dois séculos mergulhadas em verdadeiras disputas fratricidas, as pátrias francas adentraram um período conhecido como o de “reis fantoches”, onde quem verdadeiramente administravam-nas eram os “prefeitos do palácio”, funcionários da alta confiança merovíngia que passaram a controlar os exércitos e a exercer o poder de fato.²²⁶ Pepino III (714-768), um dos que agitavam as cordas da realeza, indaga ao papa Zacarias (741-752) se deveria governar aquele que detinha o título de rei ou quem verdadeiramente possuía a autoridade real. Com evidente anseio pelo trono, esse filho de Carlos Martel recebe não só uma resposta que vai ao encontro de suas ambições, como também um explícito apoio à sua coroação. Não demorou, então, para ser “oficialmente” deposto o último chefe merovíngio, Childerico III: em 751, Pepino, o

²²⁴ Este destaque a imitação dos francos é meramente operacional, posto que o mesmo é verificável também em outros *regna*, inclusive de variadas maneiras (costumes, chancelaria, ritos, direito, etc.).

²²⁵ Fernanda Espinosa documentos acerca dos certames em torno das santas representações, bem como uma fórmula pela qual se *pedia* ao representante do imperador em Ravena a *confirmação* de um novo pontífice: ESPINOSA, 1981, p. 59-63 e 137-138.

²²⁶ Essa é uma leitura reconhecidamente mais tradicional do processo, sobretudo por uma historiografia do século XIX que tomou ao pé da letra os anais carolíngios. No entanto, será precisamente esse entendimento que perdurará na Idade Média. Há outras perspectivas que atribuem o enfraquecimento dos reis merovíngios ao fortalecimento dos bispos na vida política e a uma “revolução constitucional” que teria, em 614, conduzido a aristocracia ao ápice do poder. Para ver mais: SILVA, 2008, p., 270-272.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Breve, foi aclamado rei pela aristocracia e ungido em Soissons pelos bispos da Gália.²²⁷ A transição dinástica, porém, consolidou-se na altura de sua segunda sagração (754), em Paris, quando ele e seus filhos receberam do papa Estevão II (752-757) o título de “patricios dos romanos”, instituindo assim a hereditariedade. Logo em seguida, o agora *rex francorum* atende aos apelos de Estevão e “restitui” para o bispo de Roma os territórios italianos recém conquistados pelos lombardos de Astolfo († 756), dentre eles os de pertença imperial, fazendo nascer os Estados Pontifícios (754). Vinte anos mais tarde, após dar cabo de um novo levante lombardo (sob comando de Desidério), Carlos Magno confirma ao papa Adriano I (772-795) a doação do *patrimonium Petri* realizada pelo pai.

Antes mesmo de ser feito Augusto por Leão III (795-816), Carlos (742-814) já havia se direcionado ao pontífice definindo os deveres pactuais e de colaboração entre ambos, respectivamente o de defender a Santa Igreja pelas armas e o de interceder pelo povo cristão (ESPINOSA, 1981, p. 143-144). Três anos depois, em 799, Alcuíno (o maior conselheiro do rei em questão) redige uma carta ao “Pacífico Senhor Rei Davi” dizendo que três são as pessoas que têm ocupado as mais altas posições nesse mundo: o vigário de Pedro, o *caput* da Segunda Roma e “[...] a dignidade real da qual o designio do Nosso Senhor Jesus Cristo vos encarregou, como condutor do povo cristão: excede as outras dignidades apontadas em poder, renome pela sabedoria e sublime autoridade real”, e continua: “a salvação das igrejas de Cristo agora em perigo repousa apenas em vós: sois o vingador das más acções, o guia daqueles que andam perdidos, o consolador dos que estão tristes, a exaltação dos bons [...]” (*Ibid.*, p. 144-145). Ora, previamente a *restauratio et translatio imperii* (restauração no Ocidente e translação dos gregos para os francos) o futuro imperador já possuía um entendimento de qual deveria ser o papel da Igreja, bem como compreendia sua ministerial função de *rector Ecclesiae*. Conforme sintetizou Michel Senellart, da Patrística ao século XIII foi gestada uma ideia de comando secular que era tributária do *regimen animarum*. Sem condições de abster-se da coerção material, a Igreja paulatinamente adaptou sua terapêutica das almas às regras do governo, uma “sacerdotalização da espada”, do poder secular que serve à salvação. A realeza era, portanto, um ofício subordinado à escatologia: a finalidade espiritual condicionava a ética temporal do Estado (SENELLART, 2006, p. 19-32).

Doravante, a coroação de Magno no natal dos 800 significou que o governo do mundo deveria ser inspirado pela Sé Romana, uma inversão do rito bizantino de auto-coroação posterior à aclamação pelo povo (TÓRRES, 2000, p. 339-340). Uma das justificativas para a eleição de Carlos Magno assentou-se na “vacância” imperial desde 797, quando Constantino VI foi deposto pela sua mãe, Irene, que então passou a governar (797-802) – Carlos somente teve o reconhecimento do Império Romano do Oriente em 812, com Miguel, basileu entre 811 e 813. Contudo, importante para nossa exposição é sublinhar que, a partir desse momento, Roma livra-se da já muito esfacelada relação com Bizâncio. Agora, para além de exercer a supremacia espiritual sobre toda a Igreja do ocidente latino, o bispo da Cidade Eterna é também um chefe

²²⁷ “Não queria, porém, passar por usurpador e necessitava legitimar sua realeza. A unção que lhe conferiram meses depois de sua eleição os bispos francos imprimia-lhe a graça de Deus e cercava de respeito o seu poder. Inaugurava-se a aliança entre os carolíngios e a Sé Romana” (RIBEIRO, 1996, p. 45-46).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

temporal dos seus próprios domínios, com a devida garantia e proteção dos novos Césares. Ademais, nesse interino foi forjada a *Doação de Constantino* (entre 754 e 800), documento que transferia tanto a propriedade da *pars occidentalis* quanto o poder imperial de Constantino ao papa Silvestre I (314-335), além de reforçar a preeminência de Roma frente as outras sés. Havia nascido, enfim, a sociedade bicéfala.



Referências

ARNALDI, Girolamo. “Igreja e Papado”. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. **Dicionário Temático do Ocidente Medieval**, volume I. São Paulo: Imprensa Oficial, 2002.

BARBOSA, João Morais. Fundamentos teóricos da hierocracia no pensamento político da Baixa Idade Média. In: **Revista da Universidade de Coimbra**, Coimbra, vol. 37, 1992.

BOEHNER, Philotheus; GILSON, Etienne. **História da Filosofia Cristã**, desde as origens até Nicolau de Cusa. Petrópolis: Editora Vozes, trad. Raimundo Vier, 6a ed., 1995.

ESPINOSA, Fernanda. **Antologia de textos históricos medievais**. Lisboa: Editora Sá da Costa, 1981.

GILSON, Etienne. **A Filosofia na Idade Média**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

GOMES, Francisco José Silva. A Igreja e o poder: representações e discursos. In: RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros (org.). **A vida na Idade Média**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

NETO, Belchior Monteiro Lima; SOARES, Carolline da Silva. O agostinismo político como discurso. **Revista Ágora**, Vitória, n. 14, 2011

RAMOS, Francisco Manfredo Tomás. A *Civitas* Política de Santo Agostinho - uma leitura do *Epistolário* e do *A Cidade de Deus*. In: SOUZA, **Reino e o Sacerdócio: O Pensamento Político na Alta Idade Média**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

RIBEIRO, Daniel Valle. Leão I: a cátedra de Pedro e o primado de Roma. In: SOUZA. **Reino e o Sacerdócio: O Pensamento Político na Alta Idade Média**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

RIBEIRO, Daniel Valle. O Império Cristão e o Nascimento da Europa. **Varia Historia**, v. 15, 1996.

SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**, volume 3. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, trad. J. Dias Pereira, 2a. ed., 2000.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SANTO AGOSTINHO. **A Cidade de Deus**, volume 2. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, trad. J. Dias Pereira, 2a. ed., 2000.

SEHELLART, Michel. **As artes de governar: do *regimen* medieval ao conceito de governo**. São Paulo: Editora 34, 2006.



SILVA, Marcelo Cândido da. **A realeza cristã na Alta Idade Média**: os fundamentos da autoridade pública no período merovíngio (séculos V-VIII). São Paulo: Alameda, 2008.

SOUZA, Luciano Daniel de. **O agostinismo político**: contribuições e limites para as discussões políticas medievais. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

SOUZA, José Antônio de C. R. de. O pensamento gelasiano a respeito das relações entre a Igreja e o Império Romano-Cristão. In: SOUZA. **Reino e o Sacerdócio: O Pensamento Político na Alta Idade Média**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

TÔRRES, Moisés Romanazzi. O império na Idade Média latina. In: **Dimensões**, vol. 11, 2000.

VEYNE, Paul. **Quando nosso mundo se tornou cristão (312-394)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

BREVE DISCUSSÃO SOBRE O TRATAMENTO DA FOTOGRAFIA NO CAMPO DA HISTÓRIA: OS CASOS DA ORALIDADE E DAS INFORMAÇÕES SUBJETIVAS DO FOTÓGRAFO



SILVA, Grasielle Aparecida Santos²²⁸; CAMERA, Patricia²²⁹

Universidade Estadual de Ponta Grossa; Programa de Pós-Graduação em História.

Nesta pesquisa objetivamos iniciar uma discussão sobre o tratamento da fotografia no campo da história, tendo em mente uma coleção de retratos do Fundo Foto Bianchi. Para iniciar a apresentação abordamos dois referenciais associados à prática da oralidade e que trabalham com imagem e álbum de família. O primeiro do colombiano Armando Silva (2008) e o segunda da brasileira Maria Luisa Hoffmann (2015). No caso do Fundo Foto Bianchi as fontes selecionadas para desenvolver a discussão não foram associadas à história oral, mostrando as diversas possibilidades de tratar uma coleção de imagens relacionadas as anotações particulares de seu produtor e que podem ser inferidas como um álbum latente.

1.O uso da imagem e sua funcionalidade.

Na História da Arte nos deparamos com uma série de imagens que são estudadas através de parâmetros como a análise dos signos, favorecendo reconhecer aspectos técnicos e os motivos de seus usos para determinado período, como na pré-história. No período Paleolítico, mais conhecido como Idade da Pedra Lascada, as imagens produzidas nas paredes das cavernas tinham como principal característica o mítico. Nesta linha, o sujeito primitivo procurava representar o animal o mais fidedigno para ele, acreditando que capturaria a sua presa com maior facilidade²³⁰. Portanto, percebemos a relação da pintura com a sobrevivência.

No entanto, se pegarmos outro recorte temporal como a Revolução Francesa, o trabalho da imagem se difere e passa a ser ideológico e político, pois a Revolução vai “incentivar abundante produção de imagens, como instrumento de luta política, revolucionária e contra-revolucionária” (MENESES, 2003, p. 13).

Deste modo, na investigação interessa “saber o que e como as imagens significam enquanto signo e símbolos, qual o segredo da sua vitalidade e que “tipo de poder elas têm para afetar as emoções e o comportamento humano” (MARTINS, 2007, p. 70). Assim como Mauad (1996) e Le Goff (1990) citam, a imagem passa a ter

²²⁸ Mestranda em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa- UEPG/Ponta Grossa- PR.

²²⁹ Professora no Programa de Pós-Graduação stricto sensu em História (PPGH/ UEPG) na área de concentração em História, Cultura e Identidades. Professora Adjunta no Departamento de Artes (DEARTES/UEPG). Diretora da Seção Educativa do Museu Campos Gerais. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) com pós-doutorado no Museu Paulista da USP.

²³⁰ GOMBRICH, E.H. **A História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

característica de um documento e um monumento histórico, que traz consigo um significado que vai para além da mera representação técnica.

2. Imagem e interpretação

Em uma imagem podemos encontrar várias interpretações. Segundo Duarte Jr. (1981) a cultura só existe porque o homem existe, sendo capaz de produzir *símbolos* para sua comunicação e ainda utiliza a *imaginação*. O autor afirma:

[...] o comportamento do homem é simbólico, querendo significar que o homem age tendo por base as significações que ele imprime ao mundo [...] é de se notar, portanto, que o homem “civilizado” não é uma obra acabada. Ele permanece em constante processo de alteração. *Enquanto constrói o mundo, transformando a face do planeta, constrói e transforma a si próprio*. O homem hoje não é idêntico ao homem que viveu na Grécia de Platão. (JUNIOR, 1981, p. 51)

O sujeito contemporâneo não é o mesmo que o primitivo e tampouco aquele que viveu na renascença e até mesmo nos “ismos” do modernismo. O ser humano é capaz de modificar o seu contexto, suas regras e condutas, desenvolvendo novas reflexões ao decorrer dos tempos e modificando o seu meio sociocultural e a si mesmo. Ainda, fatores como a língua e a territorialidade, colaboram para que um grupo de pessoas detenham do mesmo conjunto de valores, como o fato de uma grande parcela de brasileiros assistirem a partidas de futebol (DUARTE JR. 2002). A interpretação varia pelas vivências, experiências e pela memória, portanto “não há percepção que esteja impregnada de lembranças. Aos dados imediatos e presentes de nossos sentidos misturamos milhares de detalhes de nossa experiência passada” (BERGSON, 1999, p.30).

De acordo com Williams “uma cultura tem dois aspectos: os significados e direções conhecidos, em que seus integrantes são treinados, e as novas observações e os significados que são apresentados e testados” (2015, p.5). Assim, além dos costumes de certo grupo, há a subjetividade do sujeito. Afinal, “cada vez que se interpreta uma imagem está sendo construída uma forma de autoria” (MARTINS, 2007, p. 73). Essas percepções referentes a interpretação, começam pela corporeidade, na visão, passam pelos centros de percepção sendo apreendida, chegando a uma representação, uma análise.²³¹ Portanto, “não é como a percepção nasce, mas como ela se limita, já que ela seria, de direto, a imagem do todo, e ela se reduz, de fato, aquilo que interessa a você” (BERGSON, 1999, p.39).

3. História e Imagem

Recentemente, observamos o uso da imagem por pesquisadores das mais variadas áreas, como é o caso da História. Iniciado pelos integrantes da Escola dos Annales e enfatizado no final do século XX, podemos observar o crescimento de uma história voltada para aqueles que até então permaneciam não aparentes, como os operários, as mulheres e idosos. Para tal, o historiador utiliza-se de fotografias, pinturas e fontes orais.

²³¹ BERGSON, Henry. *Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

De acordo com Fontanini na década de 80 ocorreu um aumento sobre a discussão e uso da imagem na área da História, ganhando notoriedade nos anos 90, pois “a inclusão de novos assuntos e sujeitos na história fez com que houvesse a adesão de novas fontes e referências para a composição historiográfica, incorporando, portanto, as imagens” (2021, p. 7). Ainda, a autora relata que na imagem:

Nem tudo pode ser visto em certa época e lugar e as condições determinantes do que pode ser visto perpassam por características de organização social, cultural e política que variam de acordo com o tempo, espaço e rede de produção e circulação (FONTANINI, 2021, p.3).

Assim, o pesquisador atrela novos significados para imagem e uma das possibilidades é aproximando o campo fotográfico e da história oral. Tal perspectiva pode ser compreendida pelos estudos desenvolvidos por Armando Silva e Maria Luisa Hoffmann.

5. As fotografias e álbuns de famílias colombianas por Armando Silva

Em sua obra *Álbum de Família: a imagem de nós mesmos* (2008), Armando Silva relaciona relatos orais de famílias colombianas com as fotografias dos álbuns. No livro, não é apresentada a transcrição dos relatos, mas uma discussão sobre os álbuns fotográficos, os resultados encontrados, as imagens cedidas pelas famílias e o processo metodológico. O autor também comenta sobre as gravações de vídeos e os álbuns digitais. De acordo com Silva, um álbum

É construído por um ou vários membros e contado por um ou vários familiares. Nele entram cenas da vida familiar ou alheia a ela, mas que, de algum modo, têm correlação com alguns de seus membros, os quais em sua condição de autoridade, resolvem não só bater a foto, mas especificamente colocá-lo no livro de sua propriedade e criação coletiva. (SILVA, 2008, p. 25).

O álbum de família possui uma narrativa por si mesma - início, meio e fim. No álbum há um relator ou vários e, cada sujeito imbuído de experiências particulares, acaba por trazer novos detalhes. Silva reitera a fotografia como um ato teatral “uma vez que bater uma foto remete, sem dúvida, a algo inevitável: “como ficará minha imagem” e, em seguida, “quem a verá” (2008, p. 31). Não que a fotografia seja uma farsa, mas nela podemos encontrar uma série de costumes e hábitos de um conjunto de indivíduos, os quais podem ser “modelos de comportamento do que acontece nos filmes, na tevê, nas festas e nos carnavais ou também intertextos dos próprios desejos familiares” (SILVA, 2008, p.72). Nesta perspectiva, interessa citar Ana Maria Mauad por discorrer sobre a fotografia como fonte para o conhecimento histórico. Segundo ela, a fotografia pode ser tratada “como uma mensagem que se elabora através do tempo, tanto como imagem/monumento quanto como imagem/documento, tanto como testemunho direto quanto como testemunho indireto do passado” (1996, p.1).

6. A memória de Londrina por Maria Luisa Hoffmann: relatos orais e fontes imagéticas

Em *Fragmentos da história. O uso da fotografia para a recuperação e a preservação da memória de Londrina*, tese de 2015, Hoffmann procura aliar fotografias e relatos orais de idosos entre 70 a 95 anos, moradores da cidade de Londrina,

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

localizada no Paraná, num período de 1929 a 1948, juntamente com métodos e referenciais para reafirmar a contribuição imagética nas narrativas. Para tal, a autora seleciona um total de 50 fotografias e 15 entrevistados. O diferencial entre Hoffman e Silva sobre as fontes orais se dá pelo fato que Silva não transcreve trechos das entrevistas em sua pesquisa, já em Hoffmann é possível encontra-las, mas não há a transcrição das perguntas da pesquisadora para os entrevistados. Outra diferença se dá pelo fato de Hoffmann selecionar 50 imagens de acervos diversos, o que imbrica em um ato curatorial estabelecido pela mesma. Quando fazemos o uso de imagens advindos de diferentes acervos, nos deparamos com funcionalidades e técnicas diversas, o que nos gera as seguintes questões: Quem produziu as fotografias? Qual era a finalidade? Para qual público estava voltado? De acordo com Mauad:

Uma história que tenha a fotografia como fonte e objeto deve eleger a visualidade como “plataforma estratégica de observação de uma sociedade, na sua organização, funcionamento e mudança”. Nessa perspectiva a análise histórica de fotografias não deve isolá-las das experiências sociais que as engendraram, aqui consideradas como o circuito social de produção, circulação, consumo e agenciamento das fotografias ao longo do tempo, nos sistemas de arquivamento, de guarda, de descarte e de exibição. Uma biografia das imagens que leve em conta a qualidade dos suportes materiais (visuais), dos meios (visuais), dos agentes e de suas mediações culturais, que perfazem trajetórias de produção e apropriação em usos sociais variados (2010, p.11).

As imagens selecionadas por Hoffmann contam a história da cidade de Londrina por temáticas, ou seja, a sua ênfase está nos grandes eventos da construção da cidade, o que remete por vezes, ao épico, a fatos memoráveis como a construção da primeira igreja, a vinda da primeira loja a nível nacional, a instalação de iluminação pública. Em sua pesquisa, Hoffmann afirma que a fotografia foi utilizada com a finalidade de rememoração, de gatilho para os entrevistados e, como fonte histórica da cidade de Londrina. Podemos inferir que as imagens trouxeram emoções, afetividade, subjetividades, questões culturais, estruturais, de hábitos, mas também colaboraram para que os entrevistados comentassem sobre os eventos que ocorreram naquele período. Os relatos demonstram que as percepções juvenis vividas naquela época acabam se misturando com as percepções dos idosos no momento em que ocorreram as entrevistas.

O ser humano é capaz de modificar o seu contexto, suas regras e condutas, desenvolve novas reflexões no decorrer do tempo, modificando o seu meio sociocultural e a si mesmo. Portanto, “o que se apresenta como problema não é tão somente o que está sendo dito pelo entrevistado, mas, sobretudo, do complexo de relações sociais vividas na cultura presentes e atuantes no ato da entrevista e além dela” (LAVERDI, 2013, p.46).

Nesta breve revisão verificamos o uso por pesquisadores da imagem e dos relatos orais, o que pode enriquecer a produção historiográfica. Em Ponta Grossa (PR), vamos nos deparar com um arquivo imagético de grandes proporções. Cerca de 45.000 negativos em chapa de vidro (*dry plates*) estão salvaguardadas na Casa da Memória Paraná, gerando pesquisas acadêmicas nas variadas áreas. Portanto, iremos relatar como se deu o processo de desenvolvimento, levantamento de dados e recorte para uma pesquisa que está em processo de desenvolvimento.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

4. O Fundo Foto Bianchi e os registros subjetivos na coleção familiar.

Antes de abordarmos quem foi Maria Thommen, primeiro se faz necessário pontuar em que local estão presente as imagens, quem as produziu e qual era o contexto da cidade. O Fundo Foto Bianchi está localizado na Casa da Memória Paraná, em Ponta Grossa-PR, desde 2001. Neste arquivo há negativos de gelatina de prata em suporte de vidro e outros materiais produzidos por três gerações da família Bianchi, sendo eles Luiz Bianchi (pai), Raully (filho) e Raul (neto). Luiz nasceu em 1876 na Argentina. Na cidade de Curitiba, em 1909, casou-se com Maria Thommen. Em Ponta Grossa o casal abriu uma loja de armarinhos²³² e depois se estabilizou como sendo um dos principais produtores de fotografia na região, desde a primeira década do século XX.

No Fundo Foto Bianchi encontramos a coleção empresarial e a produção pessoal da família Bianchi. A produção pessoal é composta por aproximadamente 850 negativos, em sua maioria sem data, dos quais há seis caixas com negativos catalogados. Já os demais negativos permanecem em suas caixas originais, ou seja, caixas de papelão que continham as chapas de vidro com os retratos registrados. Os temas encontrados na produção pessoal vão desde o retrato da família, os passeios, a casa e as fachadas da cidade, sendo produzidos em ambientes internos e externos. De acordo com Holowate:

Já no final do século XIX, a região de Ponta Grossa passou por um período de intensa imigração que trouxe para a região pessoas de diversas nacionalidades possibilitando a existência de uma multiplicidade cultural nessa região [...] O aumento populacional forneceu mão de obra barata e público consumidor para as crescentes fábricas e o florescente comércio ponta-grossense. (2015, p. 89)

Somado ao crescimento populacional e a ascensão do meio urbano, ocorreu a construção em Ponta Grossa de um importante entroncamento ferroviário, que ligava a cidade ao norte e sul do país (RS, PR, SP). Neste contexto Luiz Bianchi exerceu atividades registrando fotograficamente o desenvolvimento da malha ferroviária²³³.

5. A seleção dos negativos de Maria Thommen no processo de pesquisa

Para uma análise da determinada imagem, precisamos inferir a seguinte pergunta: o que eu busco ao fazer uso desta ou daquela imagem? Quais artifícios vou utilizar e quais imagens seleciono? O que a imagem diz para além daquilo que vejo? Qual foi o contexto em que a imagem foi criada? Qual funcionalidade ela tinha? Várias perguntas podem ser feitas para uma única imagem ou um grupo delas. No Fundo Foto Bianchi haviam as seguintes opções: fazer o uso da coleção empresarial, familiar ou ambas. Na coleção empresarial encontramos os cadernos de controle de serviços, ou seja, anotações do fotógrafo sobre determinado negativo²³⁴. Já na coleção familiar com cerca de 850 negativos não há um caderno nem numeração nos negativos,

²³² CAMERA, Patricia. **Foto Bianchi: o caderno de controle de serviços como indicador de circuito de sociabilidades**. Anais Eletrônicos do II Encontro História, Imagem e Cultura Visual. Porto Alegre, 2013.

²³³ CAMERA, Patricia. **Foto Bianchi: o caderno de controle de serviços como indicador de circuito de sociabilidades**. Anais Eletrônicos do II Encontro História, Imagem e Cultura Visual. Porto Alegre, 2013.

²³⁴ Ibidem.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

predominando nessas fontes uma leitura inicial das anotações presentes na tampa da caixa onde foram retirados os negativos, ou ainda na leitura das imagens e suas relações com outras documentações. Então nos deparamos com a repetida figura de Maria Thommen, que é a esposa de Luiz.

Analisando brevemente este conjunto de imagem, torna-se interessante trazer a defesa de Didi-Huberman:

Diante de uma imagem, enfim, temos que reconhecer humildemente isto: que ela provavelmente nos sobreviverá, somos diante dela o elemento de passagem, e ela é, diante de nós, o elemento do futuro, o elemento da duração [durée]. A imagem tem frequentemente mais memória e mais futuro que o ser [étant] que a olha. (2015, p.16)

Quando uma imagem perpassa décadas e séculos, novas discussões são enunciadas. No caso dos negativos selecionados nessa produção familiar, podemos salientar que a produção do retrato de Maria Thommen poderia revelar um álbum de família, ou ainda, uma caixa de recordações. No entanto, as imagens/negativos saem de seu curso como álbum de recordações e se configuram em novas discussões, afinal “toda obra ou imagem é, de certa forma, uma opinião social e as formas artísticas e imagens estão encharcadas de valorações sociais” (MARTINS, 2007, p. 76). As formas de armazenamento desta produção, as propostas de sua produção trazem à tona essa ampliação nos modos de entender essa coleção.

Ao analisarmos os negativos da coleção familiar do Fundo Foto Bianchi observamos o ambiente interno e externo da casa, os retratos de família, acompanhamos o crescimento dos filhos de Thommen e Bianchi, os animais de estimação. A vida como ela era representada segundo o olhar do fotógrafo, pai e marido. Neste material encontramos indícios de eventos, acontecimentos, da vida cotidiana da família em seu contexto. Neste conjunto, Thommen acaba por se destacar, seja pelas vestimentas, poses e temáticas. Assim surgiu a seleção do objeto de pesquisa nos retratos de Maria Thommen. Esses retratos foram feitos pelo seu esposo, Luiz Bianchi, e pelo seu filho Raully. Sendo assim, esta produção está fortemente atrelada ao olhar cotidiano, familiar, e ao imaginário desses profissionais (fotógrafos/artistas) sobre a representação da esposa/mulher sobre o feminino. Desta forma, por meio dos negativos é possível analisar as formas de expressar e retratar a mulher no período que compreende a primeira metade do século XX em Ponta Grossa (PR).

De modo específico, os retratos de Micky²³⁵ estimulam a nossa imaginação, pois as formas de representação não estão somente centradas no papel da mãe ou esposa. Isso traz à tona a perspectiva para analisar algumas especificidades do contexto vivido pela família. Em outras palavras, a produção desta série fotográfica de Micky contempla situações que não são experimentadas por uma família padrão. Isto pode ser questionado quando notamos que os produtores Luiz e Raully possuem um repertório prático e uma forma de observar o (in)visível diferenciado do que é vivido na prática amadora de determinada família. Somado a isso, o próprio modo de vida de uma família de fotógrafos perpassa por vivências diferenciadas. Frequentemente os fotógrafos

²³⁵ Foi possível observar nos negativos que possuíam legenda que o fotógrafo Luiz Bianchi denominava Maria Thommen como Micky.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

profissionais desta época eram pessoas que trabalhavam em diversos campos, o que facilitava conhecer pessoas e lugares com uma cultura diversa.

Considerando esses apontamentos podemos inferir que a concepção do que é ser mulher à época pode ser mais abrangente para esses profissionais. Os mesmos executaram a representação de um retrato do feminino onde se verifica indícios de um modo de vida tradicional, mas também destacaram perante a este conjunto uma outra forma de interpretação, do que é “ser mulher” para aquela época, ou segundo, o que era representado no campo do visual (pintura, fotografia, escultura, entre outras).



6. Considerações finais

Podemos inferir que a produção imagética tem uma intencionalidade, seja ela mítica, ideológica, política ou de rememoração. Para aquele que irá interpretar, uma série de fatores como a cultura, subjetividade e temporalidade estarão intrínsecos. No campo da História, pesquisadores estão fazendo uso de imagens com maior frequência, seja por meio de obras de arte ou fotografias. Nas imagens, como as fotografias, podemos analisar um sistema de símbolos presentes em determinado momento, seja pelo comportamento relacionado ao ato fotográfico, trazendo visibilidades das vestimentas, objetos, eventos como casamentos, batizados, que aliados a outros documentos trarão novas discussões. No entanto, para se fazer uma pesquisa é possível associar imagem a narração, como é o caso da pesquisa de Silva e Hoffman. Por intermédio das imagens, nos deparamos com histórias que saem do macro para o micro, do micro para o macro, anunciando histórias de grupos que até então não eram observados, sejam mulheres, operários, idosos. Ainda, quando utilizamos um grupo de imagens, se faz necessário investigar, questionar, selecionar e recortar aquilo que será usado, como procuramos demonstrar com Maria Thommen ou Micky, pesquisa esta que está em fase de desenvolvimento. Devido a tais circunstâncias, é necessário fazer o uso de fontes imagéticas procurando tratar da imagem não como mera ilustração, mas sim como uma estrutura repleta de significados a qual deve ser aprofundada paralelamente a demais documentos. Desta forma, este breve relato de pesquisa mostra que o álbum de família pode ser tratado juntamente com a oralidade. Em outras fontes, como no caso dos retratos de Micky, a legenda incorpora outras informações. Todas as metodologias são válidas para interpelar as formas de tratar o retrato do feminino.

7. Referências

BERGSON, Henry. *Matéria e memória. Ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. 2ª ed., p.1-84. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Disponível em < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4407114/mod_resource/content/1/BERGSON%20H.%20Mate%CC%81ria%20e%20memo%CC%81ria..pdf > Acesso em 15 de abr. 2021

CAMERA, Patricia. *Foto Bianchi: o caderno de controle de serviços como indicador de circuito de sociabilidades*. Anais Eletrônicos do II Encontro História, Imagem e Cultura Visual. Porto Alegre, 2013. Disponível em < https://www.anpuh-rs.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=1162 > Acesso 08 de jul. 2021.

DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. Belo Horizonte: UFMG, 2015. 328 p. Disponível em <

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5896381/mod_resource/content/0/DidiHubermanDianteTempo.pdf > Acesso 6 de mai. 2021.

DUARTE Jr., J.F. *Fundamentos Estéticos da Educação*. São Paulo: Cortez, 1981.

DUARTE JR., J. F. D. *Itinerário de uma crise: A modernidade*. 2ª edição. Curitiba: Ed. Da UFPR, 2002. 122p.

FONTANINI, Khyara, G. M. *Historiografia e imagem: Uma perspectiva historiográfica sobre a adesão das fontes visuais na História internacional e nacionalmente*. *Oficina Do Historiador*, v.14, n.1, p.1-16, jan-dez 2021. Disponível em <

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/37432/26689> > Acesso set. 2021.

GOMBRICH, E.H. *A História da Arte*. Rio de Janeiro: LTC, 2015. 668p.

HOFFMANN, Maria Luisa. *Fragments da história. O uso da fotografia para a recuperação e a preservação da memória de Londrina*. 2015. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. 451p. Disponível em <

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27152/tde-18052015-163909/pt-br.php>

> Acesso em: 21 abril 2021.

HOLLOWATE, Isaias. *As transformações na sociedade dos ponta-grossense no final do século XIX e início do século XX*. *Anais Semana de Geografia*. Vol. 1, nº 1. Universidade Estadual de Ponta Grossa, p. 87-91, Ponta Grossa, 2015. Disponível em <

<https://pitangui.uepg.br/eventos/semanadageografia/PDFs/20151/HOLLOWATE%20.pdf> > Acesso 13 de jul. 2021.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. Tradução de Mário Vilela. São Paulo: Contexto, 2001. 62 p. Disponível em <

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3122574/mod_resource/content/1/Jenkins.pdf >

Acesso set. 2020.

LAVERDI, Robson. *Raymond Williams e história oral. Aproximações sócio constitutivas*. In. LAVERDI, Robson; MASTRÁNGELO, Mariana. (Org.). *Desde las profundidades de la historia oral*. Buenos Aires: Imago Mundi, 2013 ISBN: 978-950-793-133-8. Disponível em <

https://www.academia.edu/45035209/LAVERDI_Robson_Raymond_Williams_e_historia_oral_PDF > Acesso abri. 2021

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990. 476 p. Disponível em <

<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/Hist%C3%B3ria-e-Mem%C3%B3ria.pdf> > Acesso 9 jun. 2021

MARTINS, R. *Porque e como falamos da cultura visual?* *Visualidades (UFG)*, v.4, p. 65-79, 2007. Disponível em <

<https://www.revistas.ufg.br/VISUAL/article/view/17999>

> Acesso 20 de mar. 2021.

MAUAD, Ana Maria. *Prática fotográfica e a experiência histórica- um balanço de tendências e posições em debate*. *Revista Interin*, v.10, n. 2, p. 1-12, 2010. Disponível em <

<https://seer.utp.br/index.php/i/article/view/92> > Acesso fev. 2021.

MAUAD, Ana Maria. *Através da imagem: Fotografia e história interfaces*. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, p. 73-98, 1996. Disponível em <

https://www.historia.uff.br/tempo/artigos_dossie/artg2-4.pdf > Acesso em 21 fev. 2020.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. *Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço provisório, propostas cautelares*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, n° 45, p.11-36, 2003. Disponível em

< <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067/1206> > Acesso 16 jun. 2021.

SILVA, Armando. *Álbum de família: a imagem de nós mesmos*. São Paulo: Editora Senac São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2008. 312 p.

WILLIAMS, Raymond. *A cultura é algo comum. Recursos da esperança*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. 528 p.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

**ENTRE O DOGMA E A RAZÃO: OS CIRCULOS INTELECTUAIS
ANTICLERICAIS, O CLERO PARANAENSE E A QUESTÃO
FEMININA NA IMPRENSA CURITIBANA E PONTA-GROSSENSE
(1901-1920)**



DA SILVA, Débora do Rocio Pacheco.

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História - História, Cultura e
Identidades - Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadores: Niltonci Batista Chaves e Edson A. Silva
Núcleo de Pesquisa em História Intelectual.*

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo explicitar sobre a proposta do projeto de pesquisa apresentado para o Programa de Pós-Graduação em História, onde o tema que permeia a problemática da pesquisa é entorno das redes de sociabilidade dos círculos intelectuais paranaenses, principalmente entre jovens da elite letrada, no período do início da Primeira República, momento de mudanças políticas, sociais e ideológicas no contexto nacional. E que movimentou diversos segmentos sociais em busca de um almejado progresso e um ideal de laicidade, que uniu livres-pensadores, maçons, anticlericais, simbolistas, republicanos, liberais e anarquistas em torno de uma ideia em comum: lutar contra a influência dos dogmas católicos na vida política, social e cultural. O que ocasionou a tensão entre intelectuais e religiosos da época. Essa pesquisa tem como objetivo levantar uma reflexão acerca de como se dão as relações de poder presentes nos discursos da imprensa da época, principalmente nas discussões entre religiosos e anticlericais em torno de temas que envolvem as mulheres, como a instrução feminina, seu papel e espaço social, vistas pelos mesmos como objetos de submissão e subordinação. Este projeto está situado no campo de estudo das ideias, e das tensas relações de poder, utilizando-se das ideias de Pierre Bordieu acerca do poder simbólico, capital simbólico e da dominação masculina naturalizada, buscando compreender as relações de poder aparentes nos discursos masculinos e de instituições sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Anticlericalismo; Mulheres; Intelectuais; Relações de poder;

1. INTRODUÇÃO

O interesse pela problemática surgiu durante a graduação no curso de História, em que esse foi o tema escolhido para o trabalho de pesquisa monográfico, onde analisei os discursos presentes nos periódicos curitibanos Electra (Órgão da Liga Anticlerical Paranaense) e o jornal A Estrella (jornal da Diocese católica de Curitiba),

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

entre os anos 1901 a 1903, em que é perceptível uma ferrenha disputa ideológica entre anticlericais e religiosos, em torno de questões como ensino religioso e laico, casamento civil e religioso, o divórcio e principalmente o espaço social e a instrução feminina. Ao analisar esses jornais percebe-se, que apesar de grande parte dos assuntos gerarem entorno das mulheres, a maioria dos discursos presentes neles eram feitos por sujeitos masculinos, em que esses falam sobre as mulheres, tendo essas pouco ou quase nenhum protagonismo. Dessa forma, para esse projeto de pesquisa de mestrado resolvi estender as fontes e o período analisado e inserindo as mulheres como sujeitos históricos, ou seja, também como protagonistas e agentes históricos.

Sobre o contexto, percebe-se que nesse período era grande as discussões em torno da identidade e das características da recém república implantada. De um lado a perspectiva da quebra da ligação entre Igreja e Estado, a busca de uma sociedade laica e os ideais de progresso e modernidade, de outro lado a Igreja Católica buscando estratégias para reestabelecer seus poderes, seu espaço e sua legitimidade. E além do cenário nacional, essas disputas ideológicas foram bastante acaloradas também nos cenários regionais, como no Paraná, principalmente nos centros urbanos de maior movimentação intelectual, exemplos são Curitiba e Ponta Grossa. José Murilo de Carvalho trata muito bem sobre isso em seu livro *A formação das almas: o imaginário da República do Brasil*, em que ele aborda sobre essa formação de grupos sociais e intelectuais e as reivindicações em torno da modernização e do progresso da nação, bem como as discussões desses grupos sobre a necessidade do melhoramento cultural do país, que para eles só seria possível através da valorização da educação, que para os republicanos deveria ser laica (CARVALHO, 1989, p. 61)

Com um maior enfoque no grupo de intelectuais anticlericais, sobre as ações desses no cenário nacional e regional temos o importante trabalho de Maria Tarcisa Silva Bega, em que essa aborda algumas das características dos grupos sociais da época e as diferenças de objetivos entre os envolvidos nesses embates, de acordo com ela pode-se identificar 3 fases cronológicas do anticlericalismo no Brasil, a fase da definição, entre 1894 a 1898; a fase do embate, que se inicia em 1898 e dura até mais ou menos 1910, e a última fase, a do declínio, entre 1910 a 1930 (BEGA, 2013, p. 465). Dessa forma, o foco do projeto é analisar o contexto na fase dos embates.

A imprensa foi bastante importante na divulgação dessas diferentes ideologias, bem como serviu para unir diversos grupos sociais em torno de ideias em comum, como maçons, liberais, republicanos, anarquistas, positivistas, anticlericais, simbolistas, todos na maioria homens jovens pertencentes a uma elite letrada, com um círculo social em comum. Carlos Alberto de Freitas Balhana (1981) dentro dessa temática tem um excelente trabalho onde analisa o embate de diferentes ideologias no cenário republicano paranaense, apresentando as diversas tendências de pensamento que faziam parte da intelectualidade da época e os modelos culturais que esses queriam estabelecer.

Os trabalhos de Etelvina Maria Trindade, Tatiana Dantas Marchette, Elizabete Berberi e Euclides March são necessários para entender a virada do século XIX para o XX e a eclosão intelectual paranaense, bem como sua diversidade cultural. Os anticlericais sob um estímulo de propostas libertárias da Revolução Francesa e do Iluminismo foram um dos combatentes dessa pressão de domínio da Igreja Católica na sociedade. De acordo com MARCHETTE (1996, p. 51): “A busca pela emancipação do

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

homem moderno levada adiante pela cruzada iluminista evidenciava no movimento anticlerical curitibano a defesa da liberdade de consciência”.

Através dos jornais da época, e tais textos, é possível refletir sobre, e entender o poder que as palavras tinham no papel de propagar ideais. Os órgãos de imprensa são importantes aliados de poder, onde vemos com clareza as opiniões e relatos sobre os acontecimentos da época. Bem como, nos jornais também é possível perceber as práticas de representação nos discursos escritos, ao analisar as posições e relações sociais, nesse caso, entre intelectuais (homens), religiosos (homens) sobre as mulheres, como também a análise de como as mulheres se percebem nesse mundo social masculinizado e as divisões sociais resultantes disso. Roger Chartier (1945) nos diz que:

O objeto fundamental de uma história que se propõe reconhecer a maneira como os atores sociais dão sentido a suas práticas e a seus enunciados se situa, portanto, na tensão entre por um lado, as capacidades inventivas dos indivíduos ou das comunidades e, por outro, as restrições e as convenções que limitam – de maneira mais ou menos clara conforme a posição que ocupam nas relações de dominação – o que lhes é possível pensar, dizer, fazer. Essa observação é válida também para as obras letradas e as criações estéticas, sempre inscritas nas heranças e nas referências que as fazem concebíveis, comunicáveis e compreensíveis. É válida, desse modo, para as práticas ordinárias, disseminadas e silenciosas, que inventam o cotidiano (CHARTIER, 1945, p. 49)

Para Chartier (1945) são as próprias divisões do mundo social que transmitem as diferentes modalidades de exibição da identidade social ou da potência política, tal como as fazem crer os signos, as condutas e os ritos (p. 50). Sendo assim, buscamos compreender como as representações e os discursos constroem as relações de dominação e legitimavam a subordinação, nesse caso, das mulheres.

Essa utilização dos materiais da imprensa como fonte para a história, acontece pela ampliação da própria noção de fonte para a historiografia que se desenvolveu na França, a chamada Escola dos Annales, tendo em vista, como uma das suas principais características a visão da “história problema”. Rompendo com a noção de que fonte histórica são apenas compostas por documentos oficiais, onde se exaltam grandes homens e fatos, em que o historiador era responsável por retirar dessas fontes a “verdade” e descrevê-las como vê, sem problematizá-la ou questioná-la.

Com a Escola dos Annales, percebe-se que é preciso ir além, acabar com a restrição de documentos e expandir o universo das fontes, a partir do qual, o historiador é também um sujeito histórico, desse modo, assim como a sociedade como um todo é influenciada, o historiador também influencia e sofre influências. Com essa expansão dos objetos de pesquisa, outros objetos e materiais que não apenas os documentos oficiais passam a ter sua importância histórica, principalmente jornais e revistas, pois através deles seria possível perceber de perto e com maior clareza o cotidiano e assuntos até então por vezes excluídos da historiografia. Sobre isso Keith Jenkins, em A História Repensada (2017) diz que:

[...] O fato de que a história propriamente dita seja um constructo ideológico significa que ela está sendo constantemente retrabalhada e reordenada por todos aqueles que, em diferentes graus, são afetados pelas relações de poder –

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

pois os dominados, tanto quanto os dominantes, têm suas próprias versões do passado para legitimar suas respectivas práticas. (JENKINS, 2017, p. 40)

As ideias desenvolvidas por Pierre Bourdieu, principalmente em relação à dominação masculina e o poder simbólico vem de encontro com a problemática levantada nessa pesquisa ao relacionar as suas teorias aos discursos masculinos nos debates da imprensa do período escolhido para ser analisado. Pois, de acordo com Bourdieu, a dominação masculina é algo que muitas vezes se “naturaliza” nos discursos dos processos históricos, e que, conseqüentemente por conta disso, dificulta os processos para mudanças e transformações. Essa dominação naturalizada é algo reproduzido tanto por homens, mulheres, como também por instituições, como por exemplo através da família, escola, igreja e até mesmo pelo poder simbólico do Estado. Essas instituições ao longo da história contribuíram para justificar as tentativas de eternizar a subordinação das mulheres aos poderes masculinos, e que, passam muitas vezes a serem vistos como relações de poder aceitáveis e até mesmo como algo natural. Diz Bourdieu:

PAGE

É, sem dúvida, no encontro com as “expectativas objetivas que estão inscritas, sobretudo implicitamente, nas posições oferecidas às mulheres pela estrutura, ainda fortemente sexuada, da divisão de trabalho, que as disposições ditas “femininas”, inculcadas pela família e por toda a ordem social, podem se realizar, ou mesmo se expandir, e se ver, no mesmo ato, recompensadas, contribuindo assim para reforçar a dicotomia sexual fundamental, tanto nos cargos, que parecem exigir a submissão e a necessidade de segurança, quanto em seus ocupantes, identificados com posições nas quais, encantados ou alienados, eles simultaneamente se encontram e se perdem. A lógica, essencialmente social, do que chamamos de “vocação”, tem por efeito produzir tais encontros harmoniosos entre as disposições e as posições, encontros que fazem com que as vítimas da dominação simbólica possam cumprir com felicidade (no duplo sentido do termo) as tarefas subordinadas ou subalternas que lhes são atribuídas por suas virtudes de submissão, de gentileza, de docilidade, de devotamento e de abnegação. (BORDIEU, 2014, p. 72-63)

Esses espaços, discursos e instituições acabam por reforçar ainda mais as “violências simbólicas” dessa construção social de dominação. Para Bourdieu, esse processo pode ser visto como uma “submissão paradoxal”, que acaba por culminar numa divisão socialmente construída entre os sexos, como algo natural e legítimo, que tem como conseqüências a marginalização, exclusão das mulheres, como também a divisão dos trabalhos e espaços, entre “lugares femininos” e “lugares masculinos”.

Ao refletir sobre o espaço social feminino do período, pela visão dos sujeitos masculinos, esse trabalho busca também trazer a visão das mulheres sobre si mesmas, que por muito tempo foram silenciadas, busca-se torná-las “visíveis” mostrando suas atuações nesses espaços, nesses círculos sociais, as suas experiências, e o período vivenciado por essas, refletindo então sobre os textos de Mariana Coelho, que foi uma intelectual bastante atuante naquele período, frequentadora de um círculo intelectual curitibano, sendo uma importante educadora, escritora, ensaísta, poetisa e jornalista, bem como uma das pioneiras do feminismo no Brasil, utilizando para isso, de manchetes de jornais e livros escritos pela mesma. Joan W. Scott (1998) nos diz que, a

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

“experiência é sempre algo já interpretado e algo que precisa de interpretação. O que conta como experiência não é auto evidente nem direto; é sempre contestado, e portanto, sempre político” (p. 324). Buscamos então, dessa forma compreender o espaço encontrado por algumas mulheres para exporem suas ideias e suas experiências no meio da imprensa para escreverem sobre a condição feminina, apresentando suas opiniões, expressando suas insatisfações, encontrando brechas para também participarem e opinarem, num contexto em que a visibilidade e o espaço social da mulher era bastante restrito, e a participação pública e na imprensa quase totalmente negada.

Pensando em contribuir para com as reflexões acerca dos discursos dos sujeitos sociais que mobilizaram uma sociedade e causaram transformações tanto no meio das ideias como também no cultural e social, os objetos e fontes para essa pesquisa situam-se entorno dos círculos letrados existentes e identificados em Curitiba e Ponta Grossa, dois centros bastante importantes para a época, através da análise dos jornais regionais desse período e dos protagonistas intelectuais daquele tempo, como por exemplo, Dario Vellozo, Ismael Martins, Euclides Bandeira, Generoso Borges, Leite Junior, Gigi Damiani, Teixeira Coelho e Mariana Coelho. A proposta tem como intuito a análise dos jornais *Electra* (jornal da Liga Anticlerical Paranaense), jornal *A Estrella* (jornal da Diocese de Curitiba), ambos da cidade de Curitiba, e outros jornais identificáveis e de mesmo cunho, tanto de Curitiba quanto de Ponta Grossa, ainda a serem selecionados, num recorte temporal de até as duas primeiras décadas do século XX.

Essa delimitação de um campo de estudo em um determinado local e tempo, não significa apenas delimitá-lo espacial e geograficamente, mas serve para facilitar a pesquisa e manter o foco de análise nesses espaços e dos indivíduos que o frequentam, bem como compará-los na busca de semelhanças e diferenças, e através desse recorte buscar compreender, perceber e identificar suas características específicas, assim como dos jornais, das cidades e de todo o campo social que está envolvido no assunto, direta ou indiretamente, buscando entender também a linguagem própria dos discursos da imprensa e suas influências.

Sendo assim, o projeto busca responder como os periódicos ligados ao anticlericalismo e ao clero católico curitibano e ponta-grossense da época revelam o papel das mulheres no início do século XX, quais eram os assuntos mais debatidos nos círculos letrados do período e qual era o protagonismo feminino nesse espaço intelectual e social.

2. OS JORNAIS COMO FONTES DE PESQUISA HISTÓRICA.

Pensando no contexto da época, e percebendo que, apesar da população paranaense do período ser majoritariamente analfabeta, um grupo de intelectuais da elite se destacava e buscava espaço no meio literário. Por meio da escrita, buscavam espalhar suas ideias e convicções baseados no que viam acontecer no exterior, e conseguiram uma grande importância e destaque em jornais, revistas, periódicos, folhetins e livros naquele período, buscando arrebanhar um público alvo que compartilhasse dos seus mesmos ideais e lutassem pelas mesmas causas, bem como, utilizaram desse espaço também para confrontar seus “inimigos”.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Ao refletir sobre o contexto do recorte temporal do projeto, percebe-se como dito por Tatiana Dantas Marchette (1996 p. 61), que mesmo após a Proclamação da República, não havia uma garantia de distanciamento entre Estado e Igreja e, ambas tinham um confronto de divisões, porém sem conseguir um distanciamento total, assim, permitiu-se o desenvolvimento de alianças oligárquicas entre bispos, padres e as elites estaduais. E essas alianças acabaram por favorecer o crescimento do clero e a expansão eclesial no Brasil e nos estados, sendo que no Paraná, foi o que impulsionou ainda mais a disputa no campo das ideias entre anticlericais e clericais, principalmente através da imprensa, melhor meio de transmissão e comunicação da época

Tais meios (imprensa) que eram uma novidade para a época, circulavam constantemente, com anseios de trazer para o cotidiano da população novidades nos quesitos de modernidade, desde máquinas de diferentes tecnologias até a novos modos de agir e pensar. Mas devemos nos lembrar que apenas pessoas que possuíam razoáveis bens econômicos possuíam acesso a essas novidades e tinham acesso a essas leituras. Para Fernando Bagiotto Botton (2010, p. 43), a cidade seria a imagem do homem da época, e é isso que está bem representado nos periódicos do início do século XX, segundo ele “caso se queira uma cidade forte, o homem que a habita deve ser viril, caso se queira uma cidade culta, o homem haverá de ser intelectualizado”. Então, para aquela sociedade republicana que via os intelectuais como a luz do progresso, o homem viril e inculto seria a imagem do atraso, de passado. E somente construindo esse “homem novo, intelectual, moderno, inovador” estaria alcançando o futuro almejado.

Em relação a Imprensa como fonte de pesquisa histórica, Cruz e Peixoto (2007) dizem que, “trata-se de entender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém historicidade e peculiaridades próprias”, onde essa deve ser “trabalhada e compreendida como tal, desvendando, a cada momento, as relações imprensa/sociedade e os movimentos de constituição e instituição do social que esta relação impõe.” (p. 258). As autoras também listam algumas características essenciais para entender a forma pelas quais os jornais e as revistas atuam, que são:

“[...] no fomento à adesão ou ao dissenso, mobilizando para a ação; na articulação, divulgação e disseminação de projetos, ideias, valores, comportamentos, etc; na produção de referências homogêneas e cristalizadas para a memória social; pela repetição e naturalização do inusitado no cotidiano; produzindo o esquecimento; no alinhamento da experiência vivida globalmente num mesmo tempo histórico na sua atividade de produção de informação de atualidade; na formação de nossa visão imediata de realidade e de mundo; na formação do consumidor, funcionando como vitrine do mundo das mercadorias e produção das marcas” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p.259)

Como percebido, uma das formas de maior repercussão que foram adotadas por esses sujeitos em busca de disseminar e levar esses novos discursos e ideias de modernidade e progresso, como também o meio que servia de espaço para discussão sobre assuntos do presenciado naquele tempo para as pessoas daquela sociedade e no mundo inteiro, era através da imprensa, criando assim, dentro desses, espaços de sociabilidades, que no início do século XX, a cada dia crescia mais. Segundo Elizabete Berberi:

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O número de periódicos que circularam durante a virada do século, no Brasil, é muito grande, e aos poucos as matérias vão se definindo, contornos mais nítidos quanto ao estilo. A propaganda entra também como agente que irá impulsionar significativamente a circulação dos periódicos. (BERBERI, 1996, p. 67)



A movimentação na imprensa do período foi grande, muitos intelectuais se reuniam para discutir sobre a situação nacional e principalmente a situação paranaense, bem como a busca pelo seu desenvolvimento. Utilizavam esse espaço também para divulgar a literatura local, e dessa forma, lutavam da maneira que podiam, criando clubes para discutir medidas e interesses em comum, publicando suas opiniões, ideias e descontentamentos em jornais e revistas, que possibilitava também de fazerem publicações em anonimato ou utilizando pseudônimos, isso também os possibilitava de atuarem também no campo do ensino, do jornalismo e na política local, em que esses intelectuais utilizavam da imprensa como principal veículo de debate político. Sobre a importância do jornal como fonte de pesquisa história Márcia Silva e Gilmar Franco (2010), no artigo intitulado Imprensa e Política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa história apontam que:

Entretanto, tornar o jornal como fonte não significa pensá-lo como receptáculo de verdades; ao contrário, o que se propõe é pensa-lo a partir de suas parcialidades, a começar pela observação do grupo que o edita, das sociabilidades que este grupo exercita nas diferentes conjunturas políticas, das intenções explícitas ou sutis em exaltar ou execrar atores políticos. (DA SILVA; FRANCO, 2010, p. 5)

Algumas das discussões mais frequentes nesses periódicos, tem a ver com debates sobre as várias ideologias religiosas, onde esses intelectuais criticavam posturas tomadas pela Igreja Católica, bem como também a Igreja Católica se utilizava desse meio para propagar seus dogmas religiosos, disseminar suas ideias de valores e comportamentos cristãos e criticar quem se posicionava de forma contrária. Por parte dos discursos anticlericais, não eram necessariamente discursos contra a religião, mas sim, principalmente contra as atitudes das figuras religiosas como os padres, as freiras, os bispos e o Papa. Que nos permitem problematizar tanto a circulação quanto os usos sociais desses periódicos nesses contextos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No fim do século XIX e início do século XX, esses intelectuais combatentes dos dogmas religiosos, atuantes no Brasil e principalmente no contexto paranaense, refletiam um ideal de sociedade a ser formada, uma sociedade, que segundo eles, deveria ser moderna, e integrada principalmente com o domínio das elites nos centros urbanos. Ditando como deveriam ser as características dessas novas elites urbanas. Para Joana Maria Pedro (2018, p. 281) “esses grupos iriam promover os jornais responsáveis pela divulgação de modelos de comportamento, especialmente para as mulheres”, ainda segundo ela, “os jornais pareciam veicular um projeto civilizador com pretensão de

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

construir novos homens e mulheres, divulgando imagens idealizadas para ambos os sexos”, e apontando também os lugares sociais que cada um desses sujeitos deveriam ocupar. Dessa forma, a pesquisa tem como intuito refletir sobre o espaço social feminino naquela sociedade paranaense, como as mulheres eram retratadas pelos homens daquela época, e quais eram as suas participações na imprensa regional, e como isso era recebido. Para isso, além dos jornais a serem analisados, entre as fontes possíveis estão também as manchetes de jornais e os livros *O Paraná Mental* e *A Evolução do Feminismo*, escritos por Mariana Coelho, uma importante intelectual e bastante atuante na imprensa daquele período.

Buscando compreender como os círculos intelectuais e religiosos paranaenses da época representavam as mulheres, o papel social e a instrução feminina na primeira década do início do século XX, através de seus discursos na imprensa. Esse projeto buscará como objetivo responder alguns dos apontamentos citados abaixo, pretendendo destacar a necessidade de mostrar qual era o contexto político, social, cultural brasileiro e paranaense do recorte temporal a ser analisado, bem como analisando qual era o modelo político de governo evidente no período, quais eram as influências políticas e ideológicas dos intelectuais paranaenses, quem eram esses intelectuais e quais eram seus espaços de sociabilidade, qual era a situação da Igreja Católica no Brasil no início da Primeira República, o que é anticlericalismo, e como surgiu esse movimento no Brasil, e no Paraná, compreender como era a vida das mulheres brasileiras e paranaense no início do século XX, pensando como por ex.: o que era ser mulher no início do século XX, qual era o papel atribuído a essas mulheres, qual era a função social das mulheres para a Igreja e para os jovens intelectuais anticlericais, quais eram os espaços sociais que as mulheres da época tinham a possibilidade de acessar, como era a participação das mulheres paranaenses na imprensa, como era a educação destinada as mulheres nesse período. Identificar os motivos dos embates entre clero e jovens da intelectualidade paranaense, como se dava a propagação dessas diferentes ideias, ideologias, quais eram os temas mais debatidos nos jornais de cunho religioso e nos de cunho anticlerical. Também procurando identificar a produção intelectual de mulheres na imprensa paranaense, como Mariana Coelho, e buscando entender qual era a relação dela com os círculos da elite letrada paranaense, e qual era o seu posicionamento sobre a instrução e a função social das mulheres.

Sendo assim, vemos a importância da análise desses discursos para além apenas do âmbito político, mas também a sua relevância no âmbito da História Cultural e Social, e principalmente, através dessas produções intelectuais e da circulação e propagação de ideias desses sujeitos históricos naqueles meios culturais, que nos permite também uma análise a partir da perspectiva da História Intelectual. Considerando também as ideias de Pierre Bourdieu, onde, ele caracteriza os intelectuais como produtores de capital simbólico, ou seja, que expressam os interesses das classes dominantes e que apontam os interesses em disputa e as tensões entre o poder simbólico, as diferentes ideologias em embate (Igreja e Estado, religiosos e anticlericais, Modernidade e Tradição).

REFERÊNCIAS

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. Ideias em confronto. Curitiba, Grafipar, 1981.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. Letras e política no Paraná: simbolistas e anticlericais na República Velha. Curitiba. Editora UFPR, 2013.

BERBERI, Elizabete. Impressões; a modernidade através das crônicas no início do século em Curitiba. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

BORDIEU, Pierre. A dominação masculina. 12º ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil. 2014.

_____. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BOTTON, Fernando Bagiotto. Os discursos propagandísticos e intelectuais: a formação das subjetividades masculinas na modernização curitibana. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História- ANPUH. São Paulo, 2011.

BURKE, Peter. A escola dos Annales; a revolução francesa da historiografia. São Paulo: Edunesp, 1992.

CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República do Brasil. São Paulo. Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. 2 ed.; 4. Reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 1945.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez., 2007.

DA SILVA, Márcia Pereira; FRANCO, Gilmara Yoshihara. Imprensa e Política no Brasil: considerações sobre o uso do jornal como fonte de pesquisa histórica. Revista História em Reflexão: Vol. 4, n. 8 – UFGD – Dourados, jul.- dez., 2010.

JENKINS, Keith. A História repensada. – 4. ed., 1º reimpressão. – São Paulo: Editora Contexto, 2017.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. Corvos nos galhos das Acácias: anticlericalismo e clericalização em Curitiba, 1896- 1912. Dissertação de mestrado em História- UFPR, Curitiba, 1996.

MARCHI, Euclides. Anticlericais e ultramontanos: embates na paróquia. Revista Brasileira de História das Religiões- ANPUH. Maringá-PR. Edição especial, jan./ 2013.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: História das mulheres no Brasil. Org. PINSKY, Carla Bassanezi. 10 ed., 6º reimpressão. São Paulo. Contexto, 2018.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Projeto História, 16, São Paulo. fev. 1998. p. 297-325.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. Clotildes ou Marias; mulheres de Curitiba na Primeira República. História: Questões e Debates, Curitiba, 11(20-21): 17-35, Jun., Dez. 1990.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

O IMPACTO DA EXTENSÃO RURAL NA IMPLEMENTAÇÃO DA AGROECOLOGIA NOS SISTEMAS TRADICIONAIS DE ERVA-MATE DA REGIÃO CENTRO-SUL DO PARANÁ POR MEIO DAS AÇÕES DAS INSTITUIÇÕES IAPAR, EMATER E AS-PTA



Brenda Carolina Busato Rotter²³⁶

Universidade Estadual de Ponta Grossa; Programa de Pós-Graduação em História

Este trabalho tem como objeto de investigação as práticas de extensão rural e assistência técnica na região Centro-Sul do Paraná voltadas para a preservação da produção tradicional de erva-mate em sistemas agroflorestais, tendo como base as ações do IAPAR, da EMATER (ambos agora concentrados no IDR/PR) e da AS-PTA, na região durante as décadas de 1980-2000.

O projeto também se propõe a investigar o conceito de Extensão proposto por Paulo Freire em sua obra *Extensão ou comunicação?* (1983). O conceito entende a extensão rural como caráter educativo essencial em seu desenvolvimento, é importante para se compreender de que maneira essa educação é emancipatória na extensão no meio rural. Como o título apresenta, o projeto de pesquisa pretende analisar também o efeito da extensão rural na introdução da agroecologia na agricultura familiar, no contexto dos sistemas tradicionais de produção de erva-mate da região.

Ao final, a pesquisa espera criar um corpo documental que historicize e congregue material acerca das lutas e esforços das organizações sociais na região, bem como registros materiais e orais do processo de consolidação da agricultura familiar na região.

1. O contexto

O meio rural tem vivenciado, nas últimas décadas, mudanças significativas para o futuro da agricultura, principalmente a familiar. Da perspectiva ambiental e da segurança alimentar, os produtores da agricultura familiar são os principais responsáveis pelo fortalecimento e permanência de seus conhecimentos tradicionais em conexão com novas tecnologias agrárias, dando novo significado às formas de interação com e ao uso da terra, produzindo alimentos de qualidade em busca de uma relação mais equilibrada e sustentável com a natureza. Tais mudanças se referem à adaptação dos sistemas convencionais de produção agrícola à agroecologia, e se esta não é a primeira referência que surge à cabeça quando falamos sobre revolução no campo, é porque ainda há muito que avançar na divulgação e reconhecimento dessa prática. Aqui, entende-se

²³⁶ Bacharela em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2016-2020).

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

agroecologia segundo Altieri (1995, apud Caporal, F.R.; Costabeber, 2004, pg.88), enquanto ciência que expõe conceitos e princípios para analisar e avaliar sistemas agrícolas com o propósito de permitir a introdução de estilos de agricultura com maiores níveis de sustentabilidade a longo prazo, buscando assim, alternativas não degradáveis aos agroecossistemas avaliados.

Na região Centro-Sul do Paraná, podemos encontrar produtores de erva-mate em sistemas tradicionais e agroflorestais que desenvolvem papel fundamental na tomada de espaço da agroecologia no campo, não apenas em suas produções agrícolas, mas também na conservação de seu ecossistema. O sistema tradicional de erva-mate se caracteriza por diferentes fatores, segundo Lacerda, como o manejo, extração da erva em si, mas também

“O sistema tradicional de erva-mate se caracteriza por diferentes fatores, segundo Lacerda, como o manejo, extração da erva em si, mas também “ [...] Fatores como estrutura florestal, diversidade de espécies arbóreas, presença de espécies dominantes ou invasoras, histórico de intervenções, dentre outros, determinam as ações necessárias para adequar o ambiente à produção de erva-mate (*Ilex paraguariensis* A. St. Hil.), e podem incluir tanto a recuperação da estrutura e diversidade florestal, como a redistribuição espacial das árvores mediante manejo.” (LACERDA, A. E. B. de, 2019, pg. 2)

Estes agricultores são guardiões, figuras chaves na manutenção dos remanescentes da Floresta com Araucária no estado, assim como para a produção local da erva que garante o desenvolvimento socioeconômico de sua região, de seus agricultores e de suas famílias (NIMMO et al. 2020). É a Floresta com Araucária que permite a produção tradicional e agroecológica da erva-mate, indicando a existência de uma cooperação ambiental entre comunidades humanas e sistemas naturais.

Durante minha graduação, realizei o PROVIC com um subprojeto que colaborou diretamente com o projeto de pesquisa “Uso e conservação da araucária na agricultura familiar – Fase 2: o papel da erva-mate e dos sistemas tradicionais de manejo florestal na restauração e conservação da Floresta com Araucária” da Embrapa Florestas, especificamente no recorte “Memórias do conhecimento tradicional associado às Florestas com Araucária”, que foi coordenado pela professora Alessandra Izabel de Carvalho. Tratava-se de uma pesquisa voltada para a história oral-ambiental, que tinha como objetivo colaborar na transcrição de parte da documentação oral que foi produzida pela equipe de pesquisa junto a produtores tradicionais da erva-mate na região do Centro-sul do Paraná (NIMMO et al. 2020). Este projeto me colocou em contato com as narrativas destes produtores e produtoras de erva-mate.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Deste contato e trato da documentação oral descrita, alguns temas são quase unânimes entre as entrevistas: a relação pessoas/natureza, a importância da preservação da Floresta com Araucária, o desejo dos mais jovens em migrarem para a cidade, a preocupação dos pais com o futuro da agricultura familiar, as alegrias e dificuldades na produção de erva-mate, noções políticas expostas de maneira concisa e com forte experiência nas narrativas e, claro, a extensão rural. No que toca à extensão rural, pôde-se observar nas narrativas a relação de paridade de conhecimento entre os produtores e os técnicos e pesquisadores em campo, buscando ações que somem aos conhecimentos tradicionais do campo.

Por isso, o projeto de pesquisa apresentado visa investigar como se tem constituído as interações entre famílias produtoras de erva-mate baseadas no sistema tradicional (sistema sombreado, em que a erva-mate é produzida dentro da Floresta com Araucária) e como isso resulta em sua força para permanência e conservação de suas práticas ambientais. Ao analisar a documentação oral produzida pelo projeto citado acima, percebe-se que essas famílias têm buscado convênios, elaboração de cursos, discussão de políticas públicas e apoio de políticos locais para o diálogo e investimento na agricultura familiar e na extensão rural.

É intuito da extensão rural abrir diálogo com o ambiente em que se propôs atuar, neste caso, mapear e mobilizar os interesses campestres para que eles aconteçam de forma coletiva e não em apenas uma pequena propriedade, principalmente se tratando da agroecologia, onde se faz necessário maior esforço de organização dos agricultores participantes e no apoio à formação integral de toda família e comunidade, de modo que seja satisfatório o fomento de suas práticas tradicionais e interações com a realidade de maneira coletiva em prol de suas prioridades (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

O projeto de pesquisa pretende também dar continuidade ao que pude observar acerca da prática da extensão rural durante o projeto PROVIC desenvolvido em minha graduação, que o domínio histórico das práticas agrícolas voltadas apenas para o ganho econômico, não se responsabilizando pelo solo e impactos climáticos ambientais, criam resistências entre os agricultores e à inserção de práticas agroecológicas. Mas quando transmitidas e discutidas junto dos agricultores, buscando maneiras de alinhar a tecnologia ao conhecimento tradicional, conseguem alcançar com grande aprovação aqueles que a procuram como uma nova forma de manejo em sua propriedade, esse diálogo é uma das atribuições da extensão rural (CAPORAL e COSTABEBER, 2004).

2. Extensão Rural

A extensão rural, como termo que conhecemos hoje, teve origem no modelo praticado pelas universidades inglesas na segunda metade do século XIX, antes, no início do século XX, criou-se nos Estados Unidos um modelo de serviço cooperativo de extensão rural, e se estruturou na participação de universidades americanas, conhecidas

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

como *land-grant colleges*, segundo Peixoto. Esse modelo de extensão rural consolidou o termo pela primeira vez na história. Ainda neste modelo, o inglês norte-americano não separa a assistência técnica da extensão rural, ambos se caracterizam como *agricultural extension* (PEIXOTO, 2008).

A assistência técnica e a extensão rural são serviços de grande importância para o processo de desenvolvimento e de emancipação rural. Embora a busca por datas em relação à criação da extensão rural no Brasil não seja tão demarcada, a legislação brasileira apresenta a obrigatoriedade legal de ações voltadas para extensão rural já na Constituição Federal de 1988.

Como citado anteriormente, o objeto de análise a que o projeto de pesquisa se dedica, é a ação efetiva de práticas de extensão rural e assistência técnica na região Centro-Sul do Paraná, voltada para a preservação da produção tradicional de erva-mate, tendo como estudo de caso, as ações dos órgãos estaduais de pesquisa e extensão rurais, no caso Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IAPAR) e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, que agora se concentram no IDR/PR) e de uma associação de direito civil sem fins lucrativos chamada AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, que foi muito ativa na região no recorte proposto.

Estas organizações e mobilizações sociais são historicamente de grande importância para o fortalecimento da agricultura familiar do Centro-Sul e Sudeste do Paraná, exemplo disso, foi a criação do Fórum da Organização dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul do Paraná na década de 1990. A partir das ações da AS-PTA junto de lideranças regionais que buscavam a implementação de uma articulação local voltada para a promoção do desenvolvimento agrícola sustentável, e do fortalecimento do Conselho Regional de Organizações Comunitárias e Sindicais em 1993, surgiram espaços de diálogo e organizativos que propiciaram o I Congresso da Agricultura Familiar do Centro-Sul do Paraná em 1995, na cidade de União da Vitória. Dentre as demandas levantadas no evento, a que apontava a ânsia de uma entidade que atendesse as necessidades de organização coletiva dos produtores e que colocasse em discussão as pautas agroecológicas não só surtiu efeito, como se desdobrou no surgimento do Fórum, com participações de famílias dos municípios de Bituruna e São Mateus do Sul.

O Fórum se fez presente e ativo durante toda sua existência, congregando sindicatos dos trabalhadores rurais, organizações de produtores, associações, grupos de jovens e mulheres, Pastoral da Juventude Rural entre outros grupos. Em parceria com a AS-PTA, em 1998 o Fórum realizou o II Congresso da Agricultura Familiar do Centro-Sul do Paraná em São Mateus do Sul. O evento viabilizou aproximação com o então Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR (hoje IDR-PR), resultando na construção do projeto "Agricultor Experimentador". O projeto contou com ampla rede de informações sobre a sucessão vegetal dentro dos ervais, ações de experimentação em manejo

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

ecológico de solo e discussões sobre o manejo sustentável da biodiversidade da Floresta com Araucária.

A extinção do Fórum aconteceu entre os anos de 2003 e 2004, deixando lacunas nas organizações de trabalhadores e trabalhadoras rurais, que buscaram filiar-se junto a outras organizações como a FETRAF-SUL/CUT e FETRAF-PARANÁ/CUT. Dessas filiações outras associações foram surgindo, como a Associação das Famílias de Agricultores Experimentadores em Agroecologia no Bioma da Floresta com Araucária – ECOARAUCARIA, em 2005 e o Coletivo Triunfo, grupo informal que atua em defesa da agrobiodiversidade e da agroecologia, criado com apoio da AS-PTA em 2010. É importante ressaltar, que estas ações são amplamente lembradas pela comunidade de agricultores e agricultoras de toda região Centro-Sul do Paraná, bem como reconhecidas como parte de um movimento social que buscava, e busca até hoje, o fortalecimento e emancipação da produção tradicional e agroecológica de erva-mate no Paraná.

Compreende-se que é de extremo interesse histórico investigar estes episódios, historicizá-los dialogando com as práticas agroecológicas a serem investigadas. Assim, o projeto de pesquisa objetiva reunir em um corpo documental os materiais produzidos pelo Fórum e pelas associações citadas anteriormente, bem como preencher as faltas materiais com documentação oral. Entende-se a importante atuação que o Fórum teve para as famílias e para as mobilizações dos agricultores durante o período que esteve ativo, portanto, o levantamento desse corpo documental se faz relevante para que estas memórias e registros não se percam para os agricultores e para a comunidade científica que busque *a priori* conhecer mais sobre a extensão rural na região.

Para a elaboração deste corpo documental, pretende-se reunir e investigar acervos documentais já existentes como o repositório do CEDerva - Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de Erva-mate²³⁷, que possui vasta documentação oral com narrativas de agricultores de produção de erva-mate que descrevem em grande detalhe as atuações do Fórum, bem como o Fundo Documental de registros internos e publicações do então IAPAR em parceria com outras instituições e coletivos, digitalizados por mim por durante o ano de 2020, também sob os cuidados do CEDerva. É parte do plano de trabalho mapear o que já existe de fontes produzidas pelas instituições IAPAR, EMATER e AS-PTA sobre as mobilizações e ações de extensão rural na região, catalogar e digitalizar esse material para que sejam incluídos nas análises desta pesquisa e incluídos ao corpo documental.

No que toca o caráter de extensão rural, se reconhece que estas práticas proporcionam o fortalecimento da cultura e educação do campo, das práticas agrícolas tradicionais e impacto econômico, perpassando também os sujeitos que constroem esse ambiente, os produtores e suas famílias, o êxodo rural, a maneira que o homem se

²³⁷ CEDerva - Centro de Desenvolvimento e Educação dos Sistemas Tradicionais de Erva-mate.
<https://www.cederva.org>

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

relacionada com a natureza e a preserva, além de destacar as inúmeras possibilidades existem para as mulheres no campo, que muitas vezes tem sua narrativa colocada em segundo plano.

Dentro deste contexto, serão analisados os desdobramentos e potencialidades que a extensão rural pode alcançar como prática efetiva e fundamental na transformação e emancipação dos sujeitos e suas práticas, emancipando os camponeses e trazendo para o primeiro plano de diálogo seus conhecimentos tradicionais.

Para Paulo Freire (1983), a prática da “extensão” dentro de sua própria definição na linguagem, o ato de estender conhecimento, pode, se não observadas, “coisificar” o camponês, em suas palavras. É importante lembrar que a extensão rural se diferencia da assistência técnica por ter o caráter educativo intrínseco na elaboração de seus projetos, sendo assim, e ainda segundo Freire, a educação pode acabar sendo substituída pelo discurso de propagandas sistemáticas de novas tecnologias, discurso esse que em nada reconhece a cultura do produtor tradicional, sua realidade e seu conhecimento, diferente sim do conhecimento técnico, mas igualmente relevante e científico.

Sendo assim, o projeto também se dedica a analisar a perspectiva de Paulo Freire sobre a extensão rural, colocada por ele como Comunicação rural, versão da extensão que não só reconhece a compreensão do mundo do produtor, mas como pretende, a partir dela, dar independência ao camponês (FREIRE, 1983).

3. Objetivo do Projeto de Pesquisa

Os objetivos propostos pelo projeto de pesquisa, e listados a seguir, seguem os aspectos já abordados neste texto. Mais do que entender o histórico da extensão rural no Brasil, e seu impacto na região Centro-Sul do Paraná com os produtores de erva-mate, o projeto tem como foco historicizar as relações que fomentem as ações e permitem que sejam satisfatórias tanto para os técnicos, quanto para os pesquisadores.

Entende-se que a produção da erva-mate possui grande impacto econômico na região, mas também cultural. A cultura social desse ambiente de preservação agroflorestal, ou seja, a cultura das famílias, dos sujeitos que vivem para colaborar com a permanência da floresta e suas práticas locais, suas tradições encontram-se ameaçadas de desaparecer com o tempo caso não encontrem apoio e reconhecimento de suas práticas. Sendo assim, é de grande interesse compreender de que maneira a produção da erva-mate em agroflorestal – ou seja, em um sistema de interação e cooperação entre floresta e erva-mate, combinando diversas espécies arbóreas e plantas locais ou adaptadas (ALTIERI, 2004) - impacta, e se coloca como parte da construção cultural dos agricultores. Os objetivos específicos são:

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

- Investigar as ações de extensão rural na região Centro-Sul do Paraná, tendo como estudo de caso, as atividades desenvolvidas na região pelas instituições IAPAR, EMATER e AS-PTA, entre as décadas de 1980/2010;
- Analisar o impacto da extensão rural na implantação da agroecologia na agricultura familiar dentro da produção tradicional de erva-mate da região Centro-Sul do Paraná;
- Analisar o conceito de Extensão elaborado por Paulo Freire em sua obra “Extensão ou Comunicação?” (1979), nela, o educador desenvolve um diálogo e cria um espelho educacional na relação camponês e agrônomo extensionista;
- Historicizar as mobilizações sociais em prol do fortalecimento da agricultura familiar e das produções agrícolas em sistemas agroflorestais;
- Realizar levantamento de documentações e publicações produzidas pelas instituições citadas no projeto junto da agricultura familiar, bem como elaboração de fontes orais acerca das temáticas abordadas pela pesquisa através de entrevistas realizadas com famílias produtoras de erva-mate em sistemas tradicionais, funcionários e pessoas relacionadas às ações de extensão rural levantadas pelo projeto;
- Observar a presença, ou não, de ações afirmativas de extensão rural dentro na região Centro-Sul do Paraná atualmente, e quais são as perspectivas de ações para o futuro.



4. Metodologia do projeto

Para elucidar as análises propostas anteriormente, a metodologia encontra-se disposta em áreas de discussão. Se faz necessário uma ampla discussão sobre o histórico da extensão rural no Brasil, bem como sua contribuição para a agroecologia em um recorte amplo. As discussões seguem ainda leituras acerca da agroecologia, história oral e memória.

Como citado anteriormente, pretende-se ainda analisar o conceito de extensão a partir das obras de Paulo Freire a fim de entender a diferenciação explanada por ele entre extensão e comunicação. Para Freire, a primeira seria apenas uma ação de transmissão de conhecimento, enquanto a segunda, se encontra nesse lugar de diálogo na medida em que não apenas se transfere conhecimento, mas sim se reconhece a presença de diferentes sujeitos, de interlocutores que buscam juntos criar novos conhecimentos (FREIRE, 1983).

A pesquisa analisa também o conceito de extensão rural a partir da historiografia nacional, investigando seus processos e avanços no Brasil, e sua dinâmica com práticas agrícolas agroecológicas. Para isso, os trabalhos de Francisco Roberto Caporal e de Marcus Peixoto, *Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível* (2007) e *Extensão Rural no Brasil - uma*

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

abordagem histórica da legislação (2008), respectivamente, serão analisados. Acredito que investigar as ações da extensão rural no país seja interesse da linha pesquisa proposta pelo programa, pois busca elucidar as relações dos sujeitos e instituições, e de que maneira essa relação é construída para favorecer o meio rural.

Este trabalho entende que a agroecologia não vive à margem da sociedade. Os produtores agroecológicos estão vivendo igualmente em sociedade, mas muitas vezes em desvantagem, seja ela econômica ou cultural, dada a invisibilidade que o sistema recebe. Sendo assim, busca discutir as interações pessoas/natureza pelo viés da história oral-ambiental (NIMMO et al. 2020), que procura não somente investigar as transformações naturais pelas quais o ambiente passa, mas também como estas transformações se espelham nas relações sociais em torno da floresta, entendendo que a memória, aqui narrada, amplia e ocupa o espaço natural ambientado por aquele que narra.

Desta ideia, realizam-se também as análises pelas luzes de Williams (2011), que entende que ao misturarmos, em suas palavras, o trabalho das pessoas com a terra, entramos em um novo e desafiador campo de relações, já que não é possível separar a história social da história natural.

Para as abordagens em história oral, metodologia que busca coletar entrevistas de sujeitos que vivenciaram determinadas situações e que podem compartilhar suas experiências pessoais com o pesquisador entrevistador. Inserida na pesquisa histórica na década de 1970 com a criação do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), essa metodologia ganhou espaço em outras áreas como os estudos sociais e ambientais ao final da década de 1990. A história oral se mostra uma excelente ferramenta para pesquisas em áreas de pouca investigação acadêmica ou temáticas com lacunas documentações por quaisquer que sejam as razões. A oralidade não só preenche o vazio arquivístico nesse caso, como abre espaço para uma maior percepção ambiental e espacial do indivíduo que narra, se colocando como agente de sua própria história e narrativa (AMADO e FERREIRA, 2006).

Gostaria de apontar ainda, que neste caso, a história oral se encontra no corpo do projeto não apenas como uma ferramenta, e sim como um fio condutor. O estudo de caso que é a extensão rural na região Centro-Sul do Paraná muito se dá por ter a oralidade como parte primordial do processo de implementação da agroecologia nos sistemas tradicionais de erva-mate, isso acontece porque mais do que reconhecer a importância do diálogo na permuta de conhecimentos, pode-se observar a transferência de conhecimento de um agricultor para o técnico, e vice-versa.

Através da oralidade, cria-se uma ponte da realidade, entre a compreensão de um e o entendimento do outro. Percebe-se ainda, a criação de uma rede de agentes de diferentes áreas, em prol de uma única ação, preservar a Floresta com Araucária, essa que a princípio pode ser notada apenas como cenário ao redor, mas não, ela é o centro.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Segundo Delgado (2003), o substrato temporal é definido pelas ações humanas, valores e imaginário que conformam esse tempo, sendo assim, ao tentarmos interpretar estes valores e ações humanas de um outro tempo, o historiador opera um movimento através do qual, relacionam-se diferentes temporalidades. A autora ainda afirma que tempo, memória, espaço e história caminham juntos, é neste espaço em que a história oral e ambiental se encontram, pois ele é transformado pela ação humana, por suas práticas e sua relação pessoal com o meio natural. O projeto toma como partida para parte de suas análises acerca das entrevistas, a relação construída entre os agricultores e a terra, entre eles e a floresta na tomada de consciência ambiental e busca pelo sistema agroflorestal.

A memória acerca do espaço natural não só exemplifica a mudança com o passar dos anos na paisagem, como traz para conversa o que identificou como falhas, como acertos e abre caminhos para novas perspectivas. Ao narrar, o sujeito reconhece o impacto causado por si mesmo ao ambiente natural, provê inúmeros apontamentos e informações relevantes, aqui à pesquisa, que só podem acrescentar ao compor documental escrito, as informações e descrições técnicas.

Ao final, o projeto objetiva ter como resultado denso corpo documental que reúna documentações escritas e orais e publicações acerca das atuações de extensão rural desenvolvidas pelo IAPAR, EMATER e AS-PTA na região Centro-Sul do Paraná. Este trabalho conta não apenas com a reunião do material, mas também com o mapeamento, organização, digitalização e descrição de todo conteúdo coletado.

E para a análise, será historicizada a trajetória de trabalho das instituições, bem como sua relação com sujeitos e propriedades parceiros dos projetos, isso significa que a pesquisa busca estruturar as relações entre prática, pesquisa e extensão rural, dando significado e referências espaciais aos materiais recolhidos.

5. Levantamento e Análise de Fontes

As fontes utilizadas na realização dessa pesquisa possuem diversas naturezas, são elas fontes orais, documentos internos, publicações e artigos científicos. Como explicitado anteriormente, durante minha graduação tive contato com o projeto de pesquisa “Uso e conservação da araucária na agricultura familiar – Fase 2: o papel da erva-mate e dos sistemas tradicionais de manejo florestal na restauração e conservação da Floresta com Araucária” que possui acervo de entrevistas com agricultores familiares da região Centro-Sul do Paraná com narrativas que tocam especialmente, a produção de erva-mate em sistemas tradicionais e agroflorestais. Essas entrevistas contêm relatos de ações da AS-PTA em conjunto com os agricultores, das ações e projetos realizados pelo Fórum da Organização dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Centro-Sul, e das parcerias fechadas para desenvolvimento de estudos juntos do IAPAR e EMATER.

Ainda nas fontes orais, após mapear ações de extensão rural nas

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

propriedades, serão realizadas entrevistas com agricultores e famílias envolvidas, com funcionários, diretores, técnicos das instituições abordadas pela pesquisa acerca das temáticas trazidas pelo projeto. As narrativas contêm dimensões culturais das ações de extensão rural vivenciadas pelos agricultores, bem como suas perspectivas de ações para o futuro, e seus anseios no que toca à participação das Instituições nos seus processos agrícolas.

Referente aos periódicos analisados no projeto, o repositório do CEDErga possui digitalizações, realizadas por mim, de periódicos e anais de eventos realizados pela AS-PTA em parceria com o IDR-PR, em diferentes períodos entre as décadas de 1980-2000. Além disso, o acervo possui também boletins técnicos realizados pelo então IAPAR, que nos mostram o início das práticas agroecológicas realizadas pelos agricultores de maneira sistêmica e em conjunto. E por fim, artigos científicos que referenciam a historicidade da extensão rural no Brasil, bem como seus avanços e desafios.

6. Considerações Finais

Ao final, acredita-se que investigar as ações da extensão rural na região Centro-Sul do Paraná vá de encontro com a linha de pesquisa proposta pelo programa e pelo Núcleo de Pesquisas Memória, Cultura e Natureza o qual está inserido, investigando a relação entre os sujeitos, suas práticas e conhecimentos tradicionais - os agricultores - e as instituições que se propõe a colaborar com o meio através de seu conhecimento científico.

Como dito anteriormente, a agroecologia não vive à margem da sociedade, está inserida e cumpre seu papel em diferentes dinâmicas, seja na produção alimentar, seja no contribuir para a permanência de sistemas ecológicos. As discussões da história ambiental sobre os avanços dos sistemas de produção em agroecologia são inúmeras, e as pesquisas sobre a alteração do modo de vida e cultura dos agricultores que vivem nessa dinâmica só tendem a crescer, sendo assim, são muitas as contribuições possíveis ao investigar de que maneira a extensão rural se soma a estes processos, e colabora, neste espaço, para a permanências das práticas tradicionais no cultivo de erva-mate.

Ao corpo documento que se pretende levantar ao final, espera-se elucidar as discussões feitas ao longo desta pesquisa, com fontes documentais que deem suporte às histórias de lutas da região, sendo usado como demonstração das práticas e ações desenvolvidas pela comunidade ao longo dos anos na promoção do desenvolvimento agrícola sustentável.

Referências

ALMEIDA, J. *A modernização da agricultura*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.
ALMEIDA, J. *Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento rural sustentável*. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Universidade Federal

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

do Rio Grande do Sul, 1997. p.33-55.

ALTIERI, M. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4.ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

AMADO, J.; FERREIRA, M.M. *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FVG. 2006. 304 p

BOGUSZEWSKI, J. H. *Uma história cultural da erva-mate: o alimento e suas representações*. 130f.. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2007.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre. 2004.

CAPORAL, FR. *Extensão Rural e Agroecologia: temas sobre um novo desenvolvimento rural, necessário e possível / coordenado por Francisco Roberto Caporal*. – Brasília: MDA, 2007.

DELGADO, L.A.N. *História oral e narrativa: tempo, memória e identidades*. 1 ed. Autêntica. 2003.

FERREIRA, M. M. (Org.). *História oral e multidisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. 157 p.

FREIRE, P. F934e *Extensão ou comunicação?* tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 93 p. 1983.

GERHARDT, M. *História ambiental da erva mate*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. 2013.

GOLDFARB, Y. *A agricultura a partir do neoliberalismo: financeirização, poder corporativo e as ameaças à soberania alimentar*. 2012.

LACERDA, A. E. B. de. *Série erva-mate sombreada (1): Sistema de produção de erva-mate baseado no manejo tradicional: bracatingais dominados por bambus (taquarais)*. Comunicado Técnico, Colombo - PR, ed. 439, p. 1-23, 2019.

NIMMO, E. R.; CARVALHO, A. I. DE; LAVERDI, R.; LACERDA, A. E. B. *Oral history and traditional ecological knowledge in social innovation and smallholder sovereignty: a case study of erva-mate in Southern Brazil*. Ecology and Society, v. 25, n. 4, p. art17, 2020.

OLIVEIRA, M. N. S. *A Formação de Técnicos e Extensionistas Rurais no Contexto do Desenvolvimento Rural Sustentável e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Brasília*. 254 p. 2012.

PEIXOTO, M. *A extensão privada e a privatização da extensão: uma análise da indústria de defensivos agrícolas*. Tese de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2009.

PEIXOTO, M. *Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação*. Brasília: Senado Federal. 2008.

WILLIAMS, R. *Ideias sobre a natureza*. In: Cultura e materialismo. São Paulo: Editora UNESP. 2011.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

“ENCONTRO DO POPULAR E A POLÍTICA CULTURAL”:
TRANSFORMAÇÕES E PERMANÊNCIAS DOS REISADOS NA CIDADE DE
MERUOCA-CE (2003-2021)



BARROS, Alana Maria de Lima;²³⁸ MARTINS, Ilton Cesar;²³⁹ LAVERDI, Robson.²⁴⁰
Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Núcleo de Pesquisa Memória Cultura e Natureza.

Partindo da linha de pesquisa: Instituições e sujeitos: saberes e práticas, o presente projeto tem como objeto pesquisar “encontro do popular e a política cultural”, as permanências e transformações do Reisado no município de Meruoca-CE, tendo como marco temporal os anos de 2003 à 2021, no qual houve a intensificação pelas instituições governamentais de políticas públicas de fomento à cultura, as quais serão analisadas em seus reflexos em escala local, no que importa ao processo de institucionalização dos Reisados em Meruoca-CE²⁴¹, com o intuito de compreender como os brincantes e poder público municipal significam e resinificam essa prática cultural popular, e como vem sendo repassada entre as gerações, como forma de captar o encontro entre o popular e a política cultural.

1. Como são articuladas as questões teóricas e metodológicas da pesquisa?

REFERENCIAL TEÓRICO PRELIMINAR

O Reisado é uma manifestação popular memorável na cidade de Meruoca/Ce, pois embora exista desde um tempo recuado do final do século XIX, ainda se faz

²³⁸ Mestranda do PPGHUEPG. E-mail: alanamlbarros@gmail.com.

²³⁹ Professor do DEHIS/UEPG. Coorientador. E-mail: icmartins@uepg.br

²⁴⁰ Professor do PPGH/DEHIS/UEPG. Orientador. E-mail: robson_laverdi@uepg.br

²⁴¹ A cidade de Meruoca localiza-se na Zona Norte do Estado do Ceará, a 177 km da capital Fortaleza. O povoado de Meruoca teve sua fundação no recuado ano de 1727. Elevado à categoria de vila com a denominação de Meruoca, pela lei provincial nº 2090, de 13/11/1885, desmembrado de Sobral. O topônimo Meruoca vem do tupi e significa: Morada das Moscas, meru: mosca; e oca: casa, morada. A cidade que até meados do século XX tinha sua riqueza advindo do seu solo, rico em nutrientes e ideal para o cultivo de cana-de-açúcar e de mandioca, que durante muitos anos acabou sendo fonte de renda da população por meio dos engenhos, das casas de farinhas e dos alambiques. Sua cultura exacerbava festejos religiosos Nossa Senhora da Conceição, festivais, reisados, cantorias, carnaval.] Prefeitura Municipal de Meruoca. **Dados do Município.** Disponível em: <https://www.meruoca.ce.gov.br/omunicipio.php> Acesso em: maio de 2021.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

contemporâneo, dado que o “reisado pode ser considerado patrimônio da humanidade, manifestação valiosa de sua cultura imaterial”²⁴². Para melhor compreender o conceito dos reisado, se faz pertinente a seguinte descrição:



Os Reisados, como aparecem no Ceará, são folguedos populares do ciclo natalino, presentes, com variações, em todas as macrorregiões do Estado, que se estruturam na forma de um cortejo de brincantes, representando a peregrinação dos Reis Magos a Belém, e se desenvolvem, em autos, como uma rapsódia de cantos, danças e entremeios, incluindo, obrigatoriamente, o episódio do Boi. (BARROSO, 2014, p. 183)

Destarte, do que fora apresentado, é possível afirmar que o Reisado em Meruoca-CE, é tido como Reisados dos caretas. Para entender esse conceito, se faz pertinente os preceitos de Oswald Barroso:

O Reisado de Caretas, também chamado Reisado de Couro, se caracteriza por ser um Reisado típico do sertão do gado, e tematiza as relações entre o fazendeiro (o Amo, o Capitão ou o Patrão) e seus moradores (os Caretas), tendo por ponto culminante, a morte e ressurreição do Boi. Tem por núcleo dramático uma família de vaqueiros (mostrada em sua paródia cômica), formada pelos Caretas, assim chamados por usarem máscaras tradicionalmente de couro (porém, na atualidade, mais frequentemente de tecido ou outros materiais). Chefiada por um casal cômico de velhos pecuaristas (o Velho e a Velha caretas) que invertem a hierarquia da instituição familiar, a família de Caretas inclui ainda, como vimos, pelo menos, quatro filhos, nomeados pela profissão que exercem ou pelo lugar que ocupam na família. São o Careta Vaqueiro, o Careta Magarefe, o Careta Poeta e o Careta Caçula. Como agregados, apresentam se as Damas e, também, podem aparecer os Galantes, o Rapaz do Amo e ou os Cordões de Meninos e Meninas. Em oposição à família Careta, podem se fazer presentes a Polícia e os Índios. Além disso, importados de outros folguedos, podem fazer parte da brincadeira Reis (inclusive os Reis Magos), Rainhas, Príncipes, Princesas, Papangus e os Cordões Azul e Encarnado. Completam o plantel de figuras, o Capitão, que é o dono da casa, e o Dono do Boi (se presente durante a apresentação). (BARROSO, 2014, p. 198/199)

Embora possa se falar que o Reisado de Meruoca-CE são tidos como Caretas, isso não significa que há uma homogeneidade entre os grupos brincantes, pois a cidade tem vários grupos, o que torna essa manifestação muito diversificada, sendo que cada

²⁴² BARROSO, Oswald. Reisado: um patrimônio da humanidade. In; SOARES, Igor de Menezes (Org.) et al. **Cultura, política e identidades: Ceará em perspectiva**, volume I. Iphan-Ce, Fortaleza, 2014. p. 181-202.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

um é considerado único, tendo em vista que cada um apresenta suas tradições, as quais buscam resguardar suas origens. Dito isso, desperta-se no historiador a perspectiva de PETER BURKE (2000, p.73) em sua “história social do lembrar”, ou melhor dizendo, a procura por reconhecer as “normas” de seleção da memória social e individual, ao constatar como se diversificam de lugar para lugar, ou de um grupo para outro, bem como apresentam mutabilidade no tempo, podendo assim se aproximar das transformações e permanências de uma dada manifestação cultural.

Para se discutir a cultura política se faz pertinente as considerações de Berstein²⁴³, o qual assevera que essa se diligencia a esclarecer atuações políticas direcionada para determinadas práticas culturais assimiladas por um indivíduo durante sua vivência, no caso em questão os Reisados, podendo ser tida como uma das várias intervenções decorrentes do poder institucional, no que concerne as transformações culturais, movidas por uma ideia de modernização, mudanças de gerações, experiências vividas com os regimes políticos, programas educacionais, ou o equivalente ao chamados grandes acontecimentos políticos. Desta forma, a historiografia tem se esforçado para expressar impactos que, em diferentes espaços de tempo, podem modificar a cultura política de uma sociedade, abarcando também o estudo da influência de ações humanas modificadoras, planejadas e conscientes que recebem o nome de política cultural. Isso posto, deve haver a ponderação entre as relações entre cultura e sociedade, entre o simbólico e o social, conceitos esses trabalhados por Pierre Bourdieu, para assim poder compreender as transformações e permanências do Reisado em Meruoca/CE. A leitura de Michel Foucault também será muito valorosa para o estudo dos poderes instituídos, em sua relação discursiva, que “está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o condicionam.”²⁴⁴

²⁴³ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.

²⁴⁴ FOUCAULT, 1982, p. 246.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

As políticas culturais variam de governo para governo, de acordo com o professor Antônio Albino Canela Rubim²⁴⁵, é certo que quando temos governos mais democráticos essas políticas são intensificadas e durante o séc. XXI, principalmente no governo Lula houve a intensificação de políticas de fomento a cultura, em que foram criados programas como o Cultura Viva, Mestres da Cultura Popular, dentre outros, foi um período em que houve também a descentralização dos editais de cultura, em que passou a existir uma participação do município de Meruoca/CE nas políticas públicas culturais, conforme análise de projetos contemplados pelo o município, fato esse que será observado para se analisar como vem ocorrendo a institucionalização do Reisado em Meruoca-CE.

No que importa à escuta dos participantes do encontro entre o popular e a política cultural, o historiador suíço Paul Zumthor,²⁴⁶ é referência no entendimento das “marcas da voz viva”, por promover a compreensão das vozes dos grupos visitados, associada a seus cotidianos, e para tanto se faz importante a seguinte advertência:

Na tradição acadêmica, o dom da oratória fala mais alto do que a oralidade espontânea, proveniente de testemunhas singelas, mas representativas das diferentes modalidades de ver e definir as paisagens que as cercam. Não é nosso intento sobrepor a oralidade dos menos favorecidos àquela dos membros das elites, afinal todos os depoimentos prestados expressam valiosas revelações e as contraditórias afirmações dos depoentes ouvidos.²⁴⁷ (GISAFRAN e ZILDA, 2014, p. 77)

Nesse caso, para visualizar o encontro entre o popular e a política cultural, se faz interessante associar a oralidade espontânea aos brincantes dos Reisados, sujeitos culturais, os quais são tidas como populares, e oratória ao poder público municipal, responsáveis pelo direcionamento das políticas públicas. Portanto, o presente projeto se propõe a ouvir os sujeitos brincantes de reisados, bem como o poder público municipal

²⁴⁵ RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas Rubim e BARBALHO, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007.

²⁴⁶ [Conhecido por viajar muito para observar e descrever manifestações de diversos grupos sociais e etnias e de acordo com Maria Inês de Almeida, “se não é único, é com certeza pioneiro em fazer ‘quase uma etnografia’ da poesia oral.”] Disponível em: [Boletim da UFMG](#) Acesso em: março de 2021.

²⁴⁷ JUCA, Gisafran Nazareno Mota; LIMA, Zilda Maria Menezes. **Patrimônio Material e Imaterial da Hanseníase**. In: SOARES, Igor de Menezes (Org.) et al. **Cultura, política e identidades**: Ceará em perspectiva, volume I. Iphan-Ce, Fortaleza, 2014. p. 65-84.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

que vem institucionalizando essa manifestação cultural, para a partir da análise desses discursos, refletir e ponderar sobre as transformações e permanências da cultura do Reisado no município de Meruoca-CE, como forma de preservar a memória e a história do povo meruoquense.



METODOLOGIA:

O presente projeto pretende investigar as transformações e permanências do Reisado na cidade de Meruoca-CE, e analisar o encontro entre o popular e a política cultural. Para tanto, realizar-se-á uma pesquisa qualitativa de natureza etnográfica, a qual se utilizará como ferramentas o trabalho de campo que, consistirá no contato direto com os grupos de brincantes ativos e os componentes do poder público municipal, responsáveis pelo direcionamento de políticas culturais de fomento ao Reisado, a partir da observação participante, a qual possibilite o registro, análise e interpretação dos dados coletados, a fim de alcançar os objetivos estabelecidos nesse estudo, para assim analisar como os grupos de brincantes significam e ressignificam suas memórias acerca de suas tradições, bem como visualizar os parâmetros institucionais empregados no fomento dessa manifestação cultural, para através dos seus discursos analisar o encontro entre o popular e a política cultural.

Conforme Michel de Certeau, “Em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira”²⁴⁸, em vista disso, este projeto tem se debruçado nas seguintes fontes: entrevistas, materiais áudio visuais, iconográficos, recortes de jornais, editais da Secult-CE, projetos dos grupos brincantes, legislação de fomento a cultura no Ceará, além da consulta em sites como mapeamento cultural realizado pela Secult-CE.

2-Como o trabalho dialoga com as características do núcleo de pesquisa escolhido?

O presente projeto se amolda a linha de pesquisa Instituições e Sujeitos: Saberes e Práticas, na medida que se propõem a investigar institucionalização dos Reisados em Meruoca-CE, com o intuito de compreender como os brincantes e poder público

²⁴⁸ DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982. P. 71.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

municipal significam e resinificam essa prática cultural popular, e como vem sendo repassada entre as gerações, em especial a partir da escuta dos sujeitos brincantes de reisados, bem como do poder público municipal, para a partir da análise desses discursos, e das percepções acerca das relações de poder envolvidas nesse processo, da memória em seus múltiplos sentidos, e dos parâmetros institucionais, como forma de captar o encontro entre o popular e a política cultural.



3- Qual é o potencial de contribuição para o campo historiográfico em que se insere?

Contribui para a comunidade acadêmica, diante da necessidade da intervenção do historiador como forma de investigar os acontecimentos que permeiam os reisados em Meruoca/Ceará, como manifestação cultural, uma vez que, como “produto da criatividade humana se herda, se transmite, se modifica e se aprimora de indivíduo a indivíduo e de geração para geração²⁴⁹”, e com sua institucionalização sofre várias intervenções do poder mediante políticas culturais, no que concerne essas transformações e permanências se faz muito valorosa se ater a reflexão de LE GOFF (1992, p. 471): “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro.”²⁵⁰. Ao investigar as transformações e permanências do Reisado na cidade de Meruoca-CE, em especial a partir da escuta dos sujeitos brincantes de reisados, bem como do poder público municipal, para a partir da análise desses discursos, e das percepções acerca das relações de poder envolvidas nesse processo, da memória em seus múltiplos sentidos, e dos parâmetros institucionais, analisar como se dar o encontro entre o popular e a política cultural, ante a intensificação pelas instituições governamentais de políticas públicas de fomento à cultura, as quais serão analisadas em seus reflexos em escala local. Destarte, pode-se considerar que o presente projeto se almoda ao campo historiográfico da história oral e história cultural.

²⁴⁹ VASCONCELOS P. JUNIOR, Magno. **Patrimônio cultural e a institucionalização da memória coletiva no Brasil**. Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. [Em línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de junio de 2018, vol. XXIII, nº 1.239. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1239.pdf>>. [ISSN 1138-9796].

²⁵⁰ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão, et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

4- Qual é o potencial de contribuição para a sociedade?

O presente projeto se faz relevante para a compreensão das relações entre cultura e sociedade, entre o simbólico e o social, na medida que se dedica ao estudo das transformações e permanências do Reisado em Meruoca-CE, por ser uma manifestação popular memorável na cidade, pois embora o mesmo tenha se revelado em um tempo longínquo, ainda se faz contemporâneo, dado que os meruoquenses o tem como seu patrimônio cultural²⁵¹, pois é tido como herança, a qual é transmitida de geração em geração. Portanto, a proposta de trabalho também promove o interesse social, dado o caráter colaborativo para o fortalecimento da identidade cultural meruoquense, valorizando a memória local.



FONTES E INDICAÇÕES METODOLOGICAS BASICAS

Fontes:

- Fontes Escritas:

Jornais:

Correio da Semana. Sobral. 2019. Ano 101. Edição 831.

Correio da Semana. Sobral. 2019. Ano 101. Edição 858.

Correio da Semana. Sobral, 2019. Ano 101. Edição 860.

- Outras fontes Escritas:

BRASIL. **Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020**, Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L14017.htm Acesso em: maio de 2021.

CEARÁ. **Lei Estadual nº 13. 351, de 22 de agosto de 2003**. Institui, no âmbito da Administração Pública Estadual, o Registro dos Mestres da Cultura Tradicional Popular do Estado do Ceará (RMCTP-CE) e dá outras providências. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/cultura-e-esportes/item/3346-lei-13-351-de-22-08-03-d-o-de-25-08-03> Acesso em: maio de 2021.

Contos e toadas do reisado: **Patrimônio Musical do Ceará**. Editora Promova. Disponível em: https://issuu.com/rozalvobarbosa/docs/catalogo_toadas_final_2 Acesso em: janeiro de 2021.

²⁵¹ O termo patrimônio deriva do latim *patrimonium*, que faz referência, originariamente, aos bens que uma pessoa herda de seus antepassados, tendo como origem a etimologia do termo *pater* (em Roma era o termo dado ao único sujeito de direito, sendo patrimônio tudo o que pertencia ou derivava dele) ou chefe da família, segundo VASCONCELOS P. JUNIOR, Magno (2018, p. 3 *apud* Truyol; Ferrer, 2006, p. 17)

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Edital. **Mestres da cultura.** Disponível em:

http://editais.cultura.ce.gov.br/2018/11/13/edital-dos-tesouros-vivos-da-cultura-do-estado-do-ceara-2018/?et_fb=1 Acesso em: março de 2021.

Mapa cultural Secult/Ce. **Boi Brasileiro.** Disponível em:

<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/26052/> Acesso em: fevereiro de 2021.

Mapa cultural Secult/Ce. **Reisado e Caretas Boi Estrela da Serra.** Disponível em:

<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/16279/> Acesso em: janeiro de 2021.

Mapa cultural Secult/Ce. **Reisado Meru Boi Mirim.** Disponível em:

<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/agente/26041/> Acesso em: fevereiro de 2021.

PORTIFOLIO **Reisados e Caretas Boi Estrela da Serra.** pdf. Disponível em:

<https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/agent/16279/portf%C3%93lio> Acesso em: janeiro de 2021.

Revistinha do Mestre João Paulo. pdf. Boi Estrela da Serra. Instituto Tapuia. Argumento Produções. Editora Promova. 2017.

XIII Edital **Ceará da Paixão 2017.** Disponível em: [XIII Edital Ceará da Paixão 2017 |](#)

[Editais SECULT CE \(cultura.ce.gov.br\)](#) Acesso: fevereiro de 2021.

- Livro específico sobre o assunto (ou tema):

BARROSO, Oswald. **Reisado:** um patrimônio da humanidade. In; SOARES, Igor de Menezes (Org.) et al. **Cultura, política e identidades:** Ceará em perspectiva, volume I. Iphan-Ce, Fortaleza, 2014. p. 181-202.

- Audiovisual

Documentário- 3ª ed. **Meruoca Fazendo Caretas.** Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=0hYGpeEdmw> Acesso em: fevereiro de 2021.

Mostra de reisados. Festa dos careta na cidade de Meruoca²⁵². Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=LiHB-j3pAac> Acesso em: janeiro de 2021.

Projeto Meruoca fazendo caretas. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=dcg27zAvThw> Acesso em: fevereiro de 2021.

Trailer. **A herança cultural dos Reisados Cearense.** Argumento Produções. Narrativa filmes, 2021. Disponível em:

https://www.instagram.com/tv/COc446PF18S/?utm_source=ig_web_copy_link Acesso em: maio de 2021.

- Oraís

Augusto César. Produtor cultural. Entrevista concedida a historiadora Alana Maria de Lima Barros, em 17 de maio de 2021.

Denilson Alves Valentim. Secretário de cultura municipal. Entrevista concedida a historiadora Alana Maria de Lima Barros, em 14 de maio de 2021.

²⁵² O projeto é apoiado pela Secretaria Estadual da Cultura, através do Fundo Estadual da Cultura, com recursos provenientes da Lei Federal nº 14.017, de 29 de junho de 2020, Lei Aldir Blanc de Emergência Cultural.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Referências

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Receitas Regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico. In: Anais do XVIII Encontro de História. Anpuh, Rio de Janeiro: 2008.
- BARROSO, Oswald. Reisado: **um patrimônio da humanidade**. In; SOARES, Igor de Menezes (Org.) et al. **Cultura, política e identidades: Ceará em perspectiva**, volume I. Iphan-Ce, Fortaleza, 2014. p. 181-202.
- BATISTA, Ricardo dos Santos; SOUZA, Christiane Maria Cruz de; SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes. **Quando a História encontra a Saúde**. 1ª. ed., São Paulo: Hucitec, 2020.
- BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Orgs.) **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.349-363.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BURKE, Peter. **Varieties de História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- CASTRO-SANTOS, Luiz Antonio de. **Uma história brasileira das doenças**. Cadernos de Saúde Pública, v. 22, n. 6, p. 1350-1354, 2006.
- CERTEAU, Michel. A operação historiográfica. In: A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.) **Usos e abusos da história oral**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8ª ed., Rio de Janeiro: edições Graal, 1989.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1992.
- ingleses e outros artigos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001
- JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota; LIMA, Zilda Maria Menezes. **Patrimônio Material e Imaterial da Hanseníase**. In; SOARES, Igor de Menezes (Org.) et al. **Cultura, política e identidades: Ceará em perspectiva**, volume I. Iphan-Ce, Fortaleza, 2014. p. 65-84.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão, et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.p 746.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

REVEL, Jacques. Cultura, culturas: uma perspectiva historiográfica. In: Proposições; ensaios de história e historiografia. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2009, p. 97-137.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Políticas culturais no Brasil**: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas Rubim e BARBALHO, Alexandre. **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, Nádia Maria Weber; LIMA, Zilda Maria Menezes (Orgs.) **Saúde e Doenças no Brasil**: perspectivas entre a História e a Literatura. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. Projeto História, 16, São Paulo, fev.1998. p. 297-325.

SEVALHO, Gil. **Uma abordagem histórica das representações sociais de saúde e doença**. Cadernos de Saúde Pública, v. 9, p. 349-363, 1993.

SOARES, Igor de Menezes (Org.) et al. **Cultura, política e identidades**: Ceará em perspectiva, volume I. Iphan-Ce, Fortaleza, 2014. p. 561.

THOMPSON, E. Folclore, antropologia e história social. In: As peculiaridades dos

TUGORES TRUYOL, Francesca; FERRER PLANAS, Rosa. **Introducción al patrimonio cultural**. España: Trea, S.L., 2006.

VASCONCELOS P. JUNIOR, Magno. **Patrimônio cultural e a institucionalização da memória coletiva no Brasil**. Biblio3W. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. [Em línea]. Barcelona: Universidad de Barcelona, 15 de junio de 2018, vol. XXIII, nº 1.239. <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-1239.pdf>>. [ISSN 1138-9796].

ZUMTHOR, Paul. **Introdução a Poesia Oral**. Trad. Jerusa Pires Ferreira, Maria Lúcia Diniz Pochat e Maria Inês de Almeida. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

**CONGADA DA LAPA: UM ESTUDO SOBRE A TRAJETÓRIA ORAL
PASSADA DE GERAÇÃO EM GERAÇÃO PELA FAMÍLIA FERREIRA AO
LONGO DO SÉCULO XX.**



Mauro Sérgio Souza Pinto

Mestrando em História, Cultura e Identidades pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

No dia 13 de maio de 1888 a escravidão chegou ao fim no Brasil com a assinatura da lei Áurea, muitos pretos receberam sua liberdade no município da Lapa, dentre eles os membros da família Ferreira que pertenciam ao Barão dos Campos Gerais e após a abolição da escravatura, ficaram nas terras do senhor Braga, no interior da cidade em um lugar chamado Feixo, uma comunidade Quilombola. A família Ferreira deu continuidade a uma tradicional apresentação de cunho religioso e social que acontecia no município ainda na época da escravidão, a Congada. Com o passar do tempo à tradição foi passando de geração em geração sendo os costumes passados de forma oral, até que no início do Sec. XX teria sido escrito por membros da família um caderno, descrevendo o roteiro e as músicas que deveriam acontecer no momento da apresentação. O caderno, em posse da família Ferreira a mais de oitenta anos, foi passando de geração em geração. Com a recente morte do senhor Miguel Ferreira, ultimo “rei do Congo”, o caderno ficou a cargo de seu sobrinho Ney Ferreira, que até então era embaixador, ao qual está encarregado de passar a tradição para as próximas gerações.

A origem da Congada

Um estudo feito por Paula Piva Linke e Sílvia Helena Zanirato(2016) destaca que essa festividade existe “comprovadamente desde o início do século XVII, ganhando força no século XVIII, mudando de feições no século XIX e ocorrendo ainda hoje em várias localidades brasileiras”. Surge de uma forma cultural e de adaptação aos costumes religiosos que existiam no período da escravidão, pois muitos pretos saídos de

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Angola, Moçambique, Congo e outras regiões africanas, quando chegaram ao Brasil tiveram que adaptar suas crenças africanas à religião católica ensinada pelos padres portugueses, destacando-se a devoção a esse santo (CEZAR, 2008).



A vida não era nada fácil para os escravos e a religiosidade trazia para eles uma esperança de vida melhor ou, pelo menos, aliviava um pouco o sofrimento que eles viviam, pelo fato da religião dos escravos ser uma religião de origem africana, não era bem vista pela sociedade da época, onde o catolicismo era dominante e além de ser dominante era também uma questão social. Com isso os escravos tiveram que adaptar sua crença ao que era aceitável para aquele momento, tem início então a festividades onde podiam incorporar sua crença fazendo uma adaptação e uma mistura entre os santos católicos (principalmente os de origem negra e humilde) e as músicas, batuques e danças que tinha na religião de matriz africana, surgiu assim a *Congada*.

Com o passar do tempo, a Congada começa a ser incorporada na sociedade lepeana de forma social e cultura, sendo comemorado no dia 26 de dezembro, um dia após o natal e em devoção a São Benedito, o santo com o qual os escravos se identificavam em face à crença em sua origem humilde. Segundo consta, ele havia sido filho de ex-escravos africanos e teve uma vida simples, dedicando-se ao mosteiro e atendendo aos necessitados, nesse dia o espírito natalino e solidário tomava conta das pessoas, isso se dava pelo fato dos pretos receberem por sua apresentação comida que, muitas vezes, tinha sobrado da mesa de seus senhores do dia anterior. (LINKE e ZANIRATO, 2016).

A festividade vai ganhando também uma conotação de participação social, pois os escravos para realizar as danças recebiam de seus senhores joias das mais caras, roupas coloridas e bem desenhadas, além de receberem armas que muitas vezes eram herança de família. Todos sabiam quem eram os escravos e a quem eles pertenciam, logo, quanto mais enfeitados com joias e roupas caras eles estivessem, significava que mais rico seu dono era, além de ser uma forma dos senhores pagarem promessas e agradecer o que consideravam graças alcançadas (LINKE e ZANIRATO, 2016).

História da Congada no município da Lapa

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Na Lapa, a família Ferreira esta a frente da Congada há muito anos, Os primeiros reis eram escravos que gozavam de autoridade perante os seus e o primeiro desses foi Tio Martinho. De acordo com Nascimento (2009, p. 119), “pouco se soube sobre o reinado de Tio Martinho, o primeiro rei Congo e escravo do Barão dos Campos Gerais. Seu sucessor, Tio Beija, reinou ainda no período da escravidão”, quando a escravidão chegou ao fim, os membros da família Ferreira que receberam sua liberdade foram morar no interior do município, um lugar chamado Feixo, onde tem até hoje uma comunidade quilombola.

No entanto com o fim da escravidão, o evento que recebia a congada e que era financiado pelos senhores e donos de escravos, passou a não receber mais esse financiamento, nem as joias, nem as roupas e, muito menos, as armas e como os escravos não eram bem vindos e nem bem vistos na sociedade branca, a execução da festa passou a ter dificuldades de ser realizada. A partir do momento em que a encenação saiu do patrocínio dos fazendeiros e ficou sob responsabilidade de uma irmandade denominada de Irmandade de São Benedito, tornou-se difícil manter o esplendor e beleza dos tempos anteriores. (LINKE e ZANIRATO, 2016).

Mesmo assim a congada da Lapa sobreviveu ao longo do tempo, sendo a única nesse formato no Brasil e, segundo uma reportagem do Jornal Tribuna Regional de 16 de janeiro de 2012, a única que existem no Paraná, em alguns momentos ela ficou anos sem ser apresentada, em outros momentos ela era apresentada em outro dia que não o dia 26 de dezembro, em muitos momentos o reinado do rei Congo foi transferido de mãos em mãos, alguns reis tiveram problemas inclusive com a justiça, outros dominavam a festividade com respeito e outros com pulso mais firme (NASCIMENTO, 2009). A congada resistiu ao longo do tempo, e a família Ferreira teve uma importância muito grande para esse feito, pois procura guardar a tradição e passar o valor do evento de geração em geração.

A família guarda em seu poder, além de fotos antigas, um livro (lembra mais um documento) que teria sido escrito no início do século XX e que está com a família a cerca de oitenta anos, o “livro” nunca foi historicizado, pois a família sempre guardou com muito respeito, cuidando para que não caísse em quaisquer mãos. Seu Miguel Ferreira, o ultimo rei do Congo que era o guardião do documento, acreditava que ele

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

teria sido escrito com uma pena, pois não era fácil conseguir uma caneta na época (palavras de Seu Miguel). Com o falecimento recente de Seu Miguel, a família disponibilizou o documento para ser feito um estudo mais detalhado e de uma forma historicizada e não por simples curiosidade.

Ao estudar a trajetória que a Congada teve no município da Lapa, percebemos que ela foi sendo valorizada e desvalorizada ao longo do tempo, valorizada quando a elite se interessava e desvalorizada quando não tinha recurso para fazer as apresentações. No entanto os membros da família Ferreira estiveram presentes ao longo dos anos, sendo como escravos participando a mando de seus senhores, ou como responsáveis por fazer o evento acontecer. Nesse sentido eles carregam consigo a história e a memória de um acontecimento que fez e faz parte de nossa história tanto social quanto econômica e, ainda, religiosa e cultural.

Mesmo em momentos de desvalorização por parte do poder público e por parte das elites, a família Ferreira continuou guardando o legado da Congada, pois, para eles, não é apenas um evento que acontece apenas uma vez por ano, mas, sim, algo que faz parte da história da trajetória familiar. Conversando com membros da família e lendo relatos das pessoas que já se foram, como relatos do Seu Miguel Ferreira, percebemos como a história foi passada as gerações em um momento onde existia ou não o registro do documento de família que trazem os elementos fundamentais para a realização da Congada.

Justificativa

Há alguns anos atrás, quando eu estava dando aula em uma escola pública no período noturno, eu tinha um aluno que por diversos motivos sociais e pela própria forma como o sistema se comporta em relação aos estudantes, ele não tinha muito interesse nas aulas e acredito que nem nos estudos. No entanto, um dia, quando resolvi fazer uma aula de campo, onde o conteúdo era história local, e eu dava uma atenção especial em relação à explicação de como a história do nosso município foi forjada de forma que somente a elite branca apareça e como a presença do negro é abafada nesse contexto, para minha surpresa, aquele aluno (que mais tarde descobri que pertencia a

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

família Ferreira) se interessou muito pelo assunto e respondeu todas as perguntas que nenhum aluno (a) sabia responder em relação à presença do negro em nosso município, quando questionado por mim e pelos colegas, a resposta dele foi simples: *meu avô me contou!!!*



Isso me fez refletir como uma história que é passada de geração em geração e é passada usando a oralidade, por alguém que viveu aquele momento ou que ouviu alguém contar sobre aquele acontecimento, e ainda uma história que o indivíduo se sinta parte, não apenas como espectador, mas sim como participante, como ela fica marcada nas gerações futuras.

No pensamento de uma coletividade, a Congada é uma forma de manter viva a memória da participação da família Ferreira e das classes que foram discriminadas e/ou marginalizadas na história do município, uma vez que a história do município é contada tendo um olhar mais valorizado em relação à história da elite ou em relação aos acontecimentos que a elite participou. O fato da Congada e participação dos negros não ser tão representados na memória da história do município (pelo menos nos momentos que não tem a participação da elite) leva a um interesse em ser estudada, pois está mais presente na memória das pessoas que vem ao longo dos anos fazendo parte desses movimentos, mais do que nos museus, praças e livros, isso remete a algo que está mais no sentimento de contar do que na repetição ou decoração de um fato. (LE GOFF, 1996).

Lendo LE GOFF, POLLAK, e CERTEAU, percebemos que a história é feita por pessoas, não apenas os grandes acontecimentos onde participaram a elite ou então as guerras e representação que mudaram de imediato a política, mas, também, de acontecimentos que o tempo e o sistema vão deixando de lado (por desuso ou intencionalmente). Quando algo acontece com uma pessoa, ou uma família ou um grupo da sociedade, mesmo depois de tempos, aquele grupo continua lembrando o acontecimento, pois é uma prática social. No caso da história da Congada na Lapa, a família Ferreira não revive essa manifestação artística de uma forma linear, isso é com começo, meio e um possível fim, mas, sim, como algo que faz parte de sua existência tanto familiar quanto existência na história e desenvolvimento do município.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Um dos pontos principais que o presente trabalho pretende desenvolver é registrar as memórias de um grupo que, ao longo do tempo, não vem recebendo (no contexto da história municipal), tendo visto que a cidade é repleta de museus e monumentos, porém não encontramos um museu exclusivamente dedicado à cultura e histórias dos negros, muito menos da importância e da participação que eles tiveram na construção social, econômica e cultural do município, o que encontramos são pequenas salas que são cedidas em locais públicos, como por exemplo, uma sala no museu Casa Vermelha onde se encontram as vestimentas usadas nas apresentações da Congada.

O trabalho pretende contar a história de pessoas comuns, dos que se viam impossibilitados de deixarem registros escritos, mas que também participaram e interferiram na história, passando a representar uma história oral (MEIHY, 2005) como transformação social, voltada ao registro dessas histórias (THOMPSON, 1998).

METODOLOGIA

A realização de uma revisão bibliográfica, nos jornais, artigos, dissertações, livros sobre a Congada e livros de história da memória e história oral (citados na bibliografia) analisados de primeiro momento, servirão como análise para as entrevistas que serão feitas em um segundo momento, que serão as entrevistas com os familiares da família Ferreira. Nesse primeiro momento, serão analisados jornais e revistas que registraram a Congadas e como elas foram ao longo do tempo sendo hora valorizada e hora desvalorizada, como por exemplo, o relatado no jornal da Lapa, de 1969, “Depois... Ah!... Depois vinha o leilão, as barraquinhas de quitanda, o levantamento do mastro com o hasteamento da figura do santinho e, em seguida as Congadas! Que afobação! Que correria! O povo, em tal hora, esquecia os quitutes, as pescas miraculosas, os lances de leilão, e se apinhava em torno daqueles combatentes pujantes, que em vestes de milícia e armas em riste, compareciam para recordar com cantigas e danças os feitos bélicos de seus antepassados (BUENO, 1969, s.p.). E a reportagem feita em 1976, cerca de sete anos depois, feita pela Revista Geográfica Universal. N.º 18, p. 66-77, Março de 1976, p. 71, “Depois da encenação, o Secretário José Benedito

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

está decepcionado: o alto-falante funcionou mal, o amplificador falhou no meio da representação, a Igreja ajudou pouco, os ensaios são difíceis, a garotada não leva a sério e no final, sem ganhar nada, só há chateação” (CASTRO, 1976, p. 77). (LINKE e ZANIRATO, 2016).

Levando em consideração que a história oral é uma metodologia de pesquisa, visto que envolve alguns procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas a ser entrevistado (MEIHY, 2017:15), no caso, o grupo de pessoas que será entrevistado são os membros da família Ferreira, sabendo também que a história oral é construída em torno de pessoas. Dessa forma ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação, trazendo a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade (Idem).

Um ponto que será pesquisado é o documento que a família Ferreira tem em seu poder e que foi escrito no início do século XX, o documento tem uma importância grande para a história da Congada na Lapa, uma vez que trata de um documento que teria sido escrito a cerca de oitenta e que nunca foi estudado de uma forma historicizada, e como a família Ferreira não liberava o acesso para estudo e análise, e agora com o falecimento de Seu Miguel Ferreira, o documento (chamado por ele de livro) esta sendo liberado para estudo, e trás com ele, muito do que é feito durante as apresentações, poderá ser feito uma análise entre a bibliografia estudada, as histórias coletadas de forma oral e a análise do documento.

Além da análise bibliográfica, das entrevistas e análise do documento, serão analisados também as fotos das apresentações e as fotos de família.

A metodologia que pretendo usar para realizar a presente pesquisa é a historiografia que trabalha tanto a *História da Memória* e a *História Oral*. Pretende-se usar entre outros autores e livros que trabalham sobre esses assuntos, para a História da Memória, os historiadores LE GOFF, J, com o livro *História e memória*, assim como o livro *Memória, esquecimento e silêncio* de Michael Pollak. Quanto à história oral, a bibliografia se servirá de base é THOMPSON, Paul. *A voz do passado, história oral*, e *Manual de História Oral* de José Carlos Sebe Bon Meihy (2005) e da obra *Usos e abusos da história oral* (2002), também de MEIHY, José C. S. B e HOLANDA e

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

Fabíola com o livro História Oral, como fazer, como pensar, além do livro de DELGADO, Lucilia A. História oral: memória, tempo, identidades.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tradicionalmente uma cultura continua existindo em uma sociedade enquanto essa sociedade não a deixa morrer, caso ela não seja mantida a tendência é ir sofrendo transformações e com o tempo deixe de existir, como já aconteceu com a Congada em outros municípios do Paraná e em outros estados do Brasil. A Congada da Lapa é uma apresentação artística e um registro cultural que existe desde a época da escravidão, e que ao longo do tempo foi sobrevivendo, mesmo com todas as dificuldades.

Hoje vemos que as mudanças foram acontecendo conforme eles foram (ou não) tendo incentivo para realizar as apresentações, porém, o que mudou nas apresentações foi sempre o *glamour*, hora tinha joias caras, hora tinha poucos adereços, algumas vezes tinha jornalistas de jornais famosos, às vezes tinha a presença de autoridades, mas às vezes eram somente os membros da própria família Ferreira. No entanto algo que sofreu pouca mudança foi justamente o formato como a apresentação artística foi acontecendo ao longo do século XX, isso graças ao registro documental que a família Ferreira tem e graças à tradição que foi passando de geração para geração.

Quando procuramos sobre a Congada da Lapa, não é difícil achar, pois já foi estudado e registrado, no entanto pouco ou quase nada se encontra sobre a forma como ela foi transmitida ao longo do século XX, e muito menos sobre o registro existente no documento de família (caderno) escrito no início do século passado e que a família nunca disponibilizou para estudo. A maioria do que encontramos sobre a Congada, diz respeito sobre a parte artística da apresentação, já foi produzido filme e documentários sobre o assunto, mas nunca um registro historicizado feito por historiadores sobre essa tradição oral, de como ela foi transmitida até os nossos dias e de como ela ficará para os estudos do e no futuro.

Existem hoje disponíveis para pesquisa algumas conversas que pessoas tiveram com o Senhor Miguel Ferreira antes de seu falecimento, no entanto não existe nenhum

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

depoimento gravado de conversas que esses pesquisadores tiveram com ele, a tradição vai sendo passada de geração em geração, no entanto a tendência é ir diminuindo, essa era uma das angústias que Seu Miguel tinha quando falada do que ele acreditava que seria o futuro da Congada, uma vez que os mais jovens se interessam por outros assuntos. Com seu falecimento, a tradição foi passada para Ney Ferreira, mas e quando ele se for? Ou então quando por algum motivo o documento de família se perder ou for extraviado? Como ficarão registrado os passos de uma das mais antigas tradições culturais da Lapa e do Paraná?

Segundo a sociedade artística brasileira “A importância do artista e da representação artística na sociedade vão muito além do entretenimento. Seu papel é fundamental para o desenvolvimento intelectual, formação de opinião, inclusão social, educação e por fim, é a forma mais incrível de fazer com que as pessoas enxerguem o mundo com uma outra visão” (SABRA), sendo assim, a Congada faz parte da sociedade lapeana e representa uma parte dela, por esse motivo, um estudo bem detalhado sobre essa transmissão oral e toda sua representatividade, se faz mais do que necessário, para ficar registrado de uma forma científico acadêmica para as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BUENO, Benedicto. Noticiando, comentando, recordando. **A Tribuna Regional**. Lapa, Ano VI, nº 287, p. 02, 25 de jan, 1982, p. 02.
- BUENO, Bendicto F. Congadas inesquecíveis. **Jornal da Lapa**. Lapa. Junho de 1969, s.p.
- BURKE, Peter. **A escrita da História, novas perspectivas**. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CASTRO, Haroldo; CASTRO, Flávia de Faria. Paraná: Festa dos Congos da Lapa. **Revista Geográfica Universal**. N ° 18, p. 66-77, Março de 1976, p. 71.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002.
- CERTEAU, Michel. **A operação historiográfica**. In: A escrita da história. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

CEZAR, Lilian Sagio. **A utilização de conjuntos de imagens fotográficas no jornalismo enquanto uma das formas de representação da Congada nos media.**

Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/17/04.html?studium=index.html>

Acesso em: 15/12/2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 2002.
CONGADAS Paranaenses. **O Estado do Paraná.** Curitiba, 10 de ago. 1978.

DELGADO, Lucilia A. **História oral: memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERNANDES, José Loureiro. **Congadas Paranaenses.** Rio de Janeiro: MEC; Fundação Nacional de Arte – FUNARTE, 1977.

JUNIOR, Ari dos Santos Silveira Pinto. **A CONGADA DA LAPA E A RELIGIOSIDADE AFRO-BRASILEIRA NO PARANÁ: CULTURA POPULAR, HISTÓRIA E MEMÓRIA.** Universidade Federal do Paraná. Curso de pós – graduação. 2015.

LACERDA, Francisco Brito de. São Benedito, o preto. **O Jornal da Lapa**, Jan/Fev 1997 – Texto originalmente publicado em 1989.

LE GOFF, J. **História e memória.** Campinas, SP: Ed. Unicamp, 1996.

LINKE, Paula Piva e ZANIRATO, Sílvia Helena. **A trajetória dos Congos da Lapa (PR): mudanças e permanências de uma celebração secular. Revista do corpo discente, do PPG-História da UFRGS.** Aedos, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 75-91, Ago. 2016.

MARTINS, Alaerte Leandro. Of. Circ.n.nº01/94. Lapa, 16 de janeiro de 1994, p. 01

MEIHY, José C. S. B.; HOLANDA, Fabíola. **História Oral, como fazer, como pensar.** São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **Manual de História Oral.** São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NASCIMENTO, Claudia Bibas do. **Múltiplos olhares sobre a presença negra na Lapa. Paraná história e arqueologia no século XIX e XX.** Faculdade de Filosofia 86 e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, dissertação de mestrado, 2009.

PAULA, Fernanda Maria de Castro. **Comunidades do Feixo e da Restinga: herança dos afro-descendentes da Lapa.** Lapa: Ed. do Autor, 2007.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. Rio de Janeiro: Estudos históricos, vol. 2, n. 3, 1989.

[Relatório das Bases da Reforma Ortográfica](#), publicado no **Diário de Governo**, n.º 213, de 12 de setembro de 1911.

SABRA, Sociedade Artística Brasileira. <https://www.sabra.org.br/site/artista-qual-a-sua-influencia-na-sociedade/>. Acessado em: 10/08/2021.



Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

**O DRAMA DA FAZENDA FORTALEZA: AS RELAÇÕES ENTRE
HISTÓRIA E LITERATURA NO ROMANCE DE DAVID
CARNEIRO (1941)**



PAULA, Thiago de.²⁵³

*Programa de Pós-graduação em História; Departamento de História, Universidade
Estadual de Ponta Grossa*

O presente trabalho discute as relações entre literatura e história e as possibilidades de trabalhar a história regional a partir dessas relações. Partindo da análise da obra de David Carneiro intitulada “O Drama da Fazenda Fortaleza” e contrapondo a narrativa criada pelo autor com fontes históricas, pretende-se problematizar as fronteiras entre o real (verificável) e a ficção, demonstrando como a operação historiográfica pode se servir da literatura, assim como a literatura pode se servir da história.

1. A profícua relação entre história e literatura

Uma situação recorrente durante a operacionalização do ofício do(a) historiador(a), em especial quando a sua pesquisa o/a leva a análise de diferentes narrativas sobre a história de determinada sociedade, é deparar-se com manuscritos que contam as histórias destas sociedades produzidos por não-historiadores. Tais obras, assim como obras historiográficas, constroem suas narrativas baseadas nas fontes disponíveis e sob determinada linguagem. Mas quais seriam as fronteiras epistemológicas entre história profissional e outros modelos de história?

Textos historiográficos são tidos como narrativas construídas a partir de métodos definidos por uma instituição do saber onde as argumentações apresentadas pelo historiador são baseadas em evidências – as fontes. Enquanto que a literatura é desprovida de um compromisso com a veracidade, que dá lugar à liberdade criativa. No entanto, ambas são discursos construídos através da linguagem e a partir de um determinado contexto social.

Tais indagações ganham destaque, em especial, após a publicação de obras historiográficas consagradas, publicadas na década de 1970, que, entre outras temáticas, debatem essa relação e a postura do historiador ao se deparar com tal problemática. Podemos destacar a obra de Michel de Certeau “A Escrita da história”, a de Paul Veyne

²⁵³ Bacharel em história: memória e imagem pela Universidade Federal do Paraná. Discente do Programa de Pós-graduação em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

“Como se escreve a história” e “Meta-história” de Hayden White. Os três historiadores se tornaram referência para acadêmicos e pesquisas na área da história em todo o mundo ao discutirem as delimitações do ofício do(a) historiador(a), em especial a questão do estatuto do conhecimento comprovado que um texto historiográfico propõe.

Há tempos que os historiadores superaram a ideia de que a história deve ser um relato fiel do que ocorreu no passado. Considerar que apenas o princípio da verificabilidade das fontes apresentadas pelo historiador somado à argumentação e ao método bastam para abranger, de forma total e imparcial, todos os acontecimentos distintos e simultâneos que fizeram uma época, ou um evento do passado, seria ignorar, por exemplo, a subjetividade da produção e desenvolvimento da pesquisa de história. Ora, o(a) historiador(a) é um ser social, inserido em determinada sociedade, que experimentou certas situações em determinados contextos. Ou seja, as experiências particulares e coletivas adquiridas por meio da vivência e da socialização do indivíduo influenciam subjetivamente no que ele produz.

"Há quarenta anos, uma primeira crítica do "cientificismo" desvendou na história "objetiva" a sua relação com um lugar, o do sujeito. Analisando uma "dissolução do objeto" (R. Aron), tirou da história o privilégio do qual se vangloriava, quando pretendia reconstituir a "verdade" daquilo que havia acontecido. A história "objetiva", aliás, perpetuava com essa ideia de uma "verdade" um modelo tirado da filosofia de ontem ou da teologia de anteontem; contentava-se com traduzi-la em termos de "fatos" históricos... Os bons tempos desse positivismo estão definitivamente acabados. Desde então veio o tempo da desconfiança. Mostrou-se que toda interpretação histórica depende de um sistema de referência; que este sistema permanece uma "filosofia" implícita particular; que infiltrando-se no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à "subjetividade" do autor." (CERTEAU, 2020, p.47)

A pesquisa historiográfica se dá a partir de um determinado recorte espacial e temporal, o que delimita seu objeto de acordo com as questões propostas pelo(a) historiador(a). Também o(a) historiador(a) realizará um processo de seleção de fontes. Esse aspecto da pesquisa expõe também os seus limites, levando em conta a impossibilidade de se analisar e reproduzir todas as informações existentes sobre determinado evento ou época.

Além disso, o(a) historiador(a) desenvolve as operações pertinentes à sua profissão a partir de um lugar específico e dentro dos padrões e regras estabelecidos neste lugar. Em nosso caso a instituição acadêmica, a Universidade. O que nos leva a um novo debate.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

A instituição do saber, para Certeau, “exorbita a relação entre o sujeito individual e seu objeto”²⁵⁴. Ela delimita o objeto de pesquisa e insere o historiador em um grupo acadêmico que possui linhas de pesquisa e métodos específicos. Tal argumentação nos leva a refletir sobre duas questões. Primeiro, o texto historiográfico não pode e não deve ser totalmente objetivo e imparcial, mas sim expressar uma intenção de objetividade, que se dá, mais particularmente, através do método e da verificabilidade das fontes e das referências bibliográficas. Segundo, a instituição confere o estatuto de ciência para o texto acadêmico por estar inserido em uma série de regras e especificidades técnicas impostas por ela própria, o que, precisamente, o diferencia do texto literário.

PAGE

"A instituição social (uma sociedade de estudos de...) permanece a condição de uma linguagem científica (a revista ou o Boletim, continuação e equivalente das correspondências de antigamente). Desde os "Observateurs de l'homme" do século XVIII, até a criação da Vie section de l'École pratique des hautes études, pela École des Annales (1947), passando pelas faculdades do século XIX, cada "disciplina" mantém sua ambivalência de ser a lei de um grupo e a lei de uma pesquisa científica." (CERTEAU, 2020, p.53)

Certeau sugere que, encarar a história como uma operação é entendê-la como a relação entre um lugar (a Universidade), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (um discurso, narrativa ou literatura), concluindo que “Nesta perspectiva, (...) a operação histórica se refere à combinação de um lugar social, de práticas ‘científicas’ e de uma escrita”²⁵⁵. (CERTEAU, 2020, p.56).

Nesse sentido, o texto historiográfico só se diferencia do literário por meio do lugar onde foi produzido, que lhe confere cientificidade. Por outro lado, a história se aproxima da literatura porque ambas são construídas através da escrita e da construção de uma narrativa ou discurso que, inevitavelmente, se mostra como uma construção social permeada por processos socioculturais que são responsáveis pela subjetividade presente no texto, seja literário ou historiografia.

"O lugar que se dá a técnica coloca a história do lado da literatura ou da ciência". (CERTEAU, 2020, p.65)

O texto historiográfico apresenta, portanto, um paradoxo: ele é ao mesmo tempo científico e literário, conforme a problemática proposta por Certeau.

²⁵⁴ CERTEAU, Michel de. “A Escrita da História”. Forense Universitária. 3ª edição. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro. 2020. Página 51.

²⁵⁵ IBIDEM. Página 47.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

"A historiografia (quer dizer "história" e "escrita") traz inscrito no próprio nome o paradoxo – e quase o oxímoro – do relacionamento de dois termos antinômicos: o real e o discurso. Ela tem a tarefa de articulá-los e, onde este laço não é pensável, fazer como se os articulasse." (CERTEAU, 2020, prefácio da segunda edição)



Consideremos a história como uma articuladora entre o discurso e a cientificidade, uma disciplina do saber capaz de articular a escrita e a linguagem com o real e o comprovável. Uma área do saber que transita entre a literatura e a ciência dependendo da aplicação de determinada técnica sendo função do historiador desenvolver essa relação em sua pesquisa.

A literatura, nesse jogo de responsabilidades e atributos, se torna particularmente relevante ao historiador quando a mesma possui uma função historicizante. Não é raro que o historiador, ao realizar a operação historiográfica, se depare com textos literários cujo propósito é contar “histórias” de um local, comunidade ou acontecimento do passado. Quando isso ocorre fica menos evidente de se delinear fronteiras entre história e literatura, em especial quando o autor da literatura histórica utiliza fontes históricas primárias para remeter sua narrativa ao real.

"A questão passa a ser de que forma se deve analisar a linguagem e, nesse ponto, os historiadores frequentemente (...) confrontam os limites de uma disciplina que foi tipicamente construída em oposição à literatura. (...) os limites [não] são obrigatórios para historiadores; na verdade, o reconhecimento desses limites possibilita-os supera-los". (SCOTT, 1998, página 320)²⁵⁶

Superar os limites entre história e literatura de modo a articular o discurso e o real (o comprovável) parece ser a função do historiador que utiliza referências literárias em sua pesquisa. Nesse sentido, podemos considerar que, de fato, a literatura pode se tornar fonte para história dependendo dos questionamentos e das tensões provocadas pelo historiador. A literatura se torna campo fértil para a pesquisa histórica não apenas para ser reafirmada mas também questionada e problematizada.

A pesquisa e a argumentação construídas pelo pesquisador de história podem, além de superar e transitar entre os limites do discurso e do real, deslocar esses limites conforme a técnica é empregada. Desse modo, a história pode deixar sua cientificidade e tornar a literatura um objeto científico.

"Enquanto que, (...), a literatura visa um trabalho sobre a linguagem, e o texto põe em cena um movimento de reorganização (...). Isto quer

²⁵⁶ SCOTT, Joan W. “A invisibilidade da experiência”. Projeto História. São Paulo. 1998.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

dizer que, assim, a história deixa de ser científica, enquanto que a literatura se torna tal". (CERTEAU, 2020, página 68)

O historiador Roger Chartier, ao analisar a obra de Certeau, conclui que o que diferencia a história da literatura é que na primeira há "(...) uma intenção de verdade que é constitutiva do próprio discurso histórico"²⁵⁷. Para ele, o discurso histórico é regido por normas linguísticas e figurações de linguagem, como por exemplo a retórica, que contrariam o estatuto de verdade comprovada presente na historiografia e, por esse motivo, os historiadores devem entender que o discurso histórico é apenas um entre vários que são capazes de explicar o mundo, as relações sociais e os eventos. O discurso histórico, segundo Chartier, é apenas uma entre muitas formas de pensar o passado. A memória e a ficção, por exemplo, seriam alternativas ainda mais efetivas que a história que, no geral, limita-se ao âmbito acadêmico.

"Desta forma, tal passado – resultante de um efeito de leitura de um presente – impõe inequivocamente a necessidade de atenção sobre os instrumentos e mecanismos que o tornam inteligível. Cabe lembrar que tanto a(s) historiografia(s) da literatura, quanto a(s) história(a) da história(a), surtem a inteligência sobre o vivido, sistematizando-o em seus próprios discursos". (KARVAT, 2008, página 29)²⁵⁸

Elencar tais referências e discussões possibilitará, durante o processo de desenvolvimento da pesquisa, construir embasamento teórico capaz de sustentar uma argumentação no sentido de que fontes literárias são objetos legítimos para a pesquisa e para a crítica histórica, em especial a literatura histórica. É o que será feito a partir de agora ao tomar uma ficção como objeto de pesquisa.

2. O Drama da Fazenda Fortaleza: Construção do discurso histórico pela literatura

"O Drama da Fazenda Fortaleza" (1941) é uma obra de ficção definida como uma literatura histórica pelo próprio autor, David Carneiro²⁵⁹. Essa definição, como argumenta o autor, se dá ao fato de que o mesmo utiliza de fontes históricas primárias como base para sua interferência criativa e construção de sua narrativa. As fontes das

²⁵⁷ CHARTIER, Roger. "A história ou a leitura do tempo". Autêntica. Segunda edição. Belo Horizonte – Minas Gerais. 2020.

²⁵⁸ KARVAT, Erivan Cassiano. "História e literatura: Reflexões sobre história da história a partir de notas da história da literatura". In: GRUNER, Clóvis. DeNipoti, Cláudio. "Nas tramas da ficção: História, literatura e leitura". Ateliê Editorial. São Paulo. 2008.

²⁵⁹ Engenheiro, historiador e professor universitário de história publicou diversas obras sobre a história do Paraná e ficou conhecido como um dos percussores da museologia no estado.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

quais David Carneiro alimenta sua obra são os escritos de Saint Hilaire²⁶⁰ que, ao passar pelos ainda inexplorados Campos Gerais da então Comarca de Curitiba, registra sua estadia na Fazenda Fortaleza, de propriedade de um Capitão Mor da Comarca, José Félix da Silva.

A narrativa construída por Carneiro nos apresenta a relação conturbada entre o latifundiário José Felix da Silva e sua esposa Onistarda Maria do Rosário, a qual, por anos, foi mantida prisioneira pelo próprio marido e em sua própria residência, a Fazenda Fortaleza. Tal conflito é mediado pelo personagem do padre de Castro, Antônio Pompeu.

Ambientada nos Campos Gerais do final do século XVIII, a obra nos remete a uma sociedade patriarcal de constantes tensões, com a presença de escravizados e vigilância constante contra a ameaça de ataques de Kaingangs.

Saint Hilaire relata que o nome da Fazenda não fora dado a esmo e em vão. Ela era literalmente uma fortaleza contra grupos indígenas, que ocupavam boa parte da extensão do Rio Tibagi. Segundo o botânico

“O Sr. José Félix da Silva foi o criador de sua fazenda. Ele estabeleceu-se em fortaleza no começo do século (XIX); esse lugar era então frequentado somente pelos selvagens, aos quais se referiam com sentimento de terror; mas depois dessa época, muitos colonos se fixaram nos arredores, alentados pelo corajoso exemplo do primeiro desbravador e seguros de que seriam protegidos contra os índios por um homem poderoso, senhor de muitos escravos”. (SAINT HILAIRE, 1820, página 60)

As construções fortificadas desde período assim como as expedições de caráter militar, segundo o historiador e professor universitário Lúcio Tadeu Mota²⁶¹, “foram ações dos governos e das populações brancas, europeias ou nativas, na conquista dos territórios indígenas do vale Tibagi”²⁶².

Além disso, José Félix da Silva teria sido um rico proprietário de terras que conseguiu prestígio explorando e conquistando a região próxima ao Rio Tibagi. Em seus estudos, Mota pontua que

“Em 1794, Antônio Machado Ribeiro (Capitão de mato do Sargento Mor José Felix da Silva) atravessou o rio Tibagi, acima do rio Iapó, e

²⁶⁰ Botânico francês que viajou pelo Brasil entre os anos de 1816 e 1822, deixando vários registros escritos sobre sua experiência. Seus relatos são fontes consideradas históricas e utilizadas em diversas pesquisas profissionais de história e também como referência para obras literárias.

²⁶¹ Professor de História na Universidade Estadual de Maringá e autor de diversas obras sobre a guerra de conquista do território paranaense.

²⁶² MOTA, Lúcio Tadeu. “A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi”. Revista de História Regional. UEPG. Ponta Grossa – Paraná. 1996.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

ocupou o lugar onde seria a cidade de Tibagi, no coração dos territórios Kaingang. Em 1812, o próprio José Felix da Silva comandou uma Expedição Militar ao Tibagi. Foi dada a José Felix da Silva a patente de tenente-coronel de Milícias para que ele comandasse, as suas custas, uma expedição para descobrir o que houvesse no Tibagi. José Felix entrou com uma companhia de aventureiros pelo Tibagi e descobriu diamantes nesse rio,” (MOTA, 1996, página 196)



É possível encontrar informações sobre as incursões de José Félix também nos escritos de John Henry Elliot²⁶³ que afirma que “os campos do Indonho, ou de Santa Bárbara, a vinte e sete léguas a noroeste de Castro, foram descobertos pelo tenente-coronel José Felix da Silva, dono da Fazenda Fortaleza”²⁶⁴.

A análise das informações obtidas através das fontes e dos documentos analisados nos permitem supor um ambiente constantemente abatido por lutas entre brancos e indígenas na região.

Felix da Silva não era apenas odiado pelos Kaingangs. Onistarda Maria do Rosário, esposa de José Felix da Silva, teria sido responsável por encomendar o assassinato do próprio esposo, contratando assassinos de aluguel. Sua infeliz empreitada lhe rendeu a prisão, o que foi convertido, através do perdão concedido por José Félix, em um cárcere doméstico. Onistarda teria passado décadas trancada em uma jaula na própria casa sob os cuidados do marido, problema central da obra de David Carneiro.

“Esse homem casara com uma mulher pobre; e, como a tratasse com extrema severidade, concebeu ela o projeto de desembaraçar-se do marido, mandando assassiná-lo. Com esse desígnio, assalariou alguns facínoras que o atacaram numa emboscada; ele, porém defendeu-se bravamente e conseguiu escapar. Entretanto, perdera na luta todos os dedos de uma das mãos, recebera ferimentos graves na outra e, finalmente, ficara coxo em consequência das pancadas recebidas nos pés. Todos sabiam ter sido a mulher a mandante do crime. Ela foi presa, mas o marido conseguiu libertá-la, graças a instantes pedidos. Havia já muitos anos, por ocasião de minha viagem, que ele a retinha em sua fazenda, de onde nunca mais saíra”. (SAINT HILAIRE, 1820, página 59)

Saint Hilaire menciona que Onistarda Maria do Rosário havia sido presa e, depois, libertada graças a pedidos. Se Onistarda foi presa, é possível presumir que exista

²⁶³ Topógrafo, cartógrafo e desenhista norte-americano que esteve em Tibagi na década de 1840 para realizar serviços de topografia.

²⁶⁴ ELLIOT, John Henry. “Itinerário das Viagens Exploradoras Emphrendidas pelo Sr. Barão de Antonina” 1848:157 in MOTA, Lúcio Tadeu. “A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi”. Revista de História Regional. UEPG. Ponta Grossa - Paraná. 1996.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

documentação a respeito nos arquivos públicos de Castro²⁶⁵ e que carecem de investigação.

O romance “*O drama da Fazenda Fortaleza*”, em especial, é relevante para elucidar as tensões trazidas anteriormente ou, talvez, torná-las ainda mais complexas. David Carneiro era escritor e também historiador, portanto, trabalhava com fontes históricas. Ao definir sua própria obra como uma literatura histórica, Carneiro também revela que, devido à sua profissão, estaria mais inclinado ao seu lado historiador do que o romancista e que, segundo ele

“Irreais ou imaginadas são as causas determinantes das ações, que puz na boca de José Felix e Dona Onistarda para justificar efeitos verdadeiros. Imaginados são os vazios preenchidos da forma como fiz, subordinando-me, entretanto, aos costumes da região e às tradições, colhidas no lugar, em diferentes épocas” (CARNEIRO, 1941, página 8)

Mais do que exercer as funções de historiador e romancista, David Carneiro também revela um lado antropólogo, utilizando as experiências culturais de diferentes momentos na região onde se passa a história de sua obra, além de que Carneiro ocupava uma posição de prestígio na sociedade paranaense do início do século XX e seu discurso ocupava também um local de distinção, ou seja, sua narrativa tinha autorização tanto acadêmica quanto política.

Se faz necessário, também, contextualizar a obra de Carneiro com as tendências literárias de seu tempo. A historiadora Cristiane Borzuk²⁶⁶, ao discutir os elementos culturais presentes nas grandes capitais europeias do final do século XIX, pontua o nascimento de um estilo literário que influenciou escritores não só europeus, mas também americanos. O romance policial. Através da leitura de seu artigo sobre história, literatura e crime, é possível perceber na obra de David Carneiro, de 1941, o mesmo estilo utilizado por Allan Poe meio século antes nos Estados Unidos e Europa. Narrativas de cunho investigativo centradas no investigador, seja um detetive (no caso de Allan Poe) ou um padre (no caso de David Carneiro).

Em uma análise ímpar, o historiador (?) Pedro Rosário Neto²⁶⁷ traça um paralelo entre o padre investigador, mediador e imparcial e o próprio ofício do historiador que acaba por culminar em uma espécie de revelação de certa frustração por parte do pesquisador que não pode construir o passado tal qual ele foi baseando-se somente nas

²⁶⁵ Após visita aos arquivos da vara criminal, no fórum de Castro, foi informado que a documentação referente a esse período (primeiras duas décadas do século XIX) encontra-se no fórum de Irati. A autorização para consulta a esses documentos já foi providenciada e concedida pela Dra Maria Teresa Thomaz, juíza de direito da vara criminal de Castro.

²⁶⁶ Doutora em Psicologia (USP) e docente da Universidade Federal de Goiás/Universidade Federal de Jataí.

²⁶⁷ Historiador, Universidade Federal do Paraná.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

(poucas) fontes históricas. O pesquisador, ou historiador, através do olhar de Neto, acaba se mostrando na própria figura de David Carneiro, o historiador que acaba por escrever um romance onde é perfeitamente possível preencher todas as lacunas, algo que a história seria incapaz de fazê-lo.

David Carneiro era um profissional de história, positivista e referência em museologia no Estado do Paraná no início do século XX. Ele próprio confessa as limitações dos discursos que pretendem representar o passado, mesmo que embasados em métodos científicos e fontes históricas, e preenche as lacunas do discurso histórico com a ficção. Cria, portanto, um personagem e um contexto idealizados, mas que apresentam respostas plausíveis para as questões de seu tempo e possibilitam pensar a construção da história.

Nesse sentido, o presente projeto de pesquisa pretende discutir aspectos teóricos e metodológicos intrínsecos ao ofício do historiador, apresentando situações de apropriação da história pela literatura e também da literatura pela história, além de permitir o diálogo, tanto com o campo da História Intelectual, como com a História Cultural.

Este projeto de pesquisa também transita pelo campo da história regional ao permitir o diálogo entre a operação histórica, a literatura e o trabalho com fontes referente a um recorte espacial específico, no caso, os Campos Gerais paranaenses. Durval Muniz Albuquerque, destaca que os procedimentos da operação do historiador regional se iniciaria na caracterização do recorte espacial, no estudo da demografia da região, pensar o espaço como segmentado por hierarquias e divisões sociais, análise de aspectos culturais como mitos, lendas, tradições que sustentariam o recorte espacial.

"Se a região nasce de uma dada experiência, de uma certa vivência de um dado espaço (...), a experiência só se elabora, só se torna disponível para o outro, só se constitui como experiência social quando articulada, expressa, relatada na e pela linguagem."
(ALBUQUERQUE, 2008, página 8)²⁶⁸

Tendo feito tais considerações, busco neste projeto de pesquisa, apontar a disputa de discursos relacionando o romance de David Carneiro com documentos e objetos considerados lugares de memória, ou mesmo fontes primárias, ligadas à figura de José Félix da Silva e sua esposa Onistarda Maria do Rosário, donos da Fazenda Fortaleza durante meados do século XVIII e início do XIX, portanto figuras de destaque em recorrentes obras que visam relatar a história da região dos Campos Gerais.

Referências

²⁶⁸ ALBUQUERQUE, Durval Muniz. "Receitas regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico". XIII Encontro Regional Anpuh. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro. 2008.

Dias 29 e 30 de Setembro e 1 de Outubro de 2021

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *“Receitas regionais: a noção de região como um ingrediente da historiografia brasileira ou o regionalismo como modo de preparo historiográfico”*. XIII Encontro Regional Anpuh. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro. 2008;

CARNEIRO, David A. da S. *“O Drama da Fazenda Fortaleza”*. Dicesar Plaisant. Curitiba - Paraná. 1941;

CERTEAU, Michel de. *“A Escrita da História”*. 3ª Edição. Forense Universitária. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro. 2020;

CHARTIER, Roger. *“A história ou a leitura do tempo”*. 2ª Edição Autêntica. Belo Horizonte – Minas Gerais. 2020;

FERNANDES, Hellê Vellozo. *“Monte Alegre cidade-papel”*. Klabin do Paraná.

KARVAT, Erivan Cassiano. *“História e literatura: Reflexões sobre história da história a partir de notas da história da literatura”*. In: GRUNER, Clóvis. DeNipoti, Cláudio. *“Nas tramas da ficção: História, literatura e leitura”*. Ateliê Editorial. São Paulo. 2008;

MOTA, Lúcio Tadeu. *“A guerra de conquista nos territórios dos índios Kaingang do Tibagi”*. Revista de História Regional. UEPG. Ponta Grossa – Paraná. 1996;

NETO, Pedro do Rosário. *“O jogo das representações em torno do Drama da Fazenda Fortaleza”*. História, questões e debates. Associação Paranaense de História - APAH. Curitiba. 1990;

PESAVENTO, Sandra Jatahy, *“O mundo como texto: leituras da História e da Literatura”*. in História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel. Pelotas - Rio Grande do Sul. 2003;

SCOTT, Joan W. *“A invisibilidade da experiência”*. Projeto História. São Paulo. 1998;

VEYNE, Paul. *“Como se escreve a história”*. Edições 70. São Paulo. 1983;

WHITE, Hayden. *“Meta-história”*. 2ª Edição. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2019.

